

RELATÓRIO ANUAL 2023

VERSÃO NÃO ESEF
VERSÃO NÃO ESEF



MAKING IT BETTER



SEMAPA

ETSA.
Proteína e Energia

Empresa líder no setor do *rendering* em Portugal, transformando desperdícios animais em produtos sustentáveis.


THE
NAVIGATOR
COMPANY

Produtor integrado de floresta, pasta, papel, *tissue*, *packaging* e bioenergia. Com exportações para 130 países, é uma das mais fortes presenças de Portugal no mundo.


SÉCIL

Empresa de referência no setor cimenteiro, com presença em 8 países espalhados por 4 continentes.



Semapa | NEXT

Empresa de *venture* capital que investe em *startups* a partir de Series A.



TRIANGLE'S

Empresa pioneira no setor da mobilidade eléctrica, sendo o principal *player* europeu na produção de quadros em alumínio para bicicletas eléctricas.



Empresa que produz e comercializa soluções para a otimização de processos de combustão interna e combustão contínua, contribuindo para a redução de consumos energéticos e emissões poluentes.



ÍNDICE

01

VISÃO GERAL 2023

MENSAGEM CONJUNTA	8
PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO	10

02

O GRUPO SEMAPA

1. IDENTIDADE SEMAPA	18
2. LINHAS ESTRATÉGICAS	24
3. MODELO DE GOVERNO	28
4. GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS	35

03

DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS

1. SÍNTESE DA ATIVIDADE DO GRUPO SEMAPA	46
2. DESEMPENHO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO SEMAPA	52
3. ÁREA FINANCEIRA DO GRUPO SEMAPA	72
4. EVOLUÇÃO DA <i>PERFORMANCE</i> BOLSISTA	75
5. PERSPETIVAS FUTURAS	77
6. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO	81

04

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

1. INFORMAÇÕES GERAIS	89
2. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	104
3. INFORMAÇÕES SOCIAIS	157
4. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNAÇÃO	181

05

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

210

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	214
PARTE I INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO	218
PARTE II AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	271
ANEXO I INFORMAÇÕES A QUE SE REFERE O ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	280
ANEXO II POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO	282
DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 29-G.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	287
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	288
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	290
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA	418
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	427
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS	430
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS	432
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA	484
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	490
INFORMAÇÃO DE SUPORTE DE SUSTENTABILIDADE	494
1. INFORMAÇÃO DE SUPORTE DE SUSTENTABILIDADE	498
2. RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE	557
ANEXOS	560
1. TABELA DE CORRESPONDÊNCIAS COM A GRI	564
2. ÍNDICE GRI	566
3. TABELA DE CORRESPONDÊNCIA DINP (DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA)	572
4. TABELA DE CORRESPONDÊNCIA WEF	577

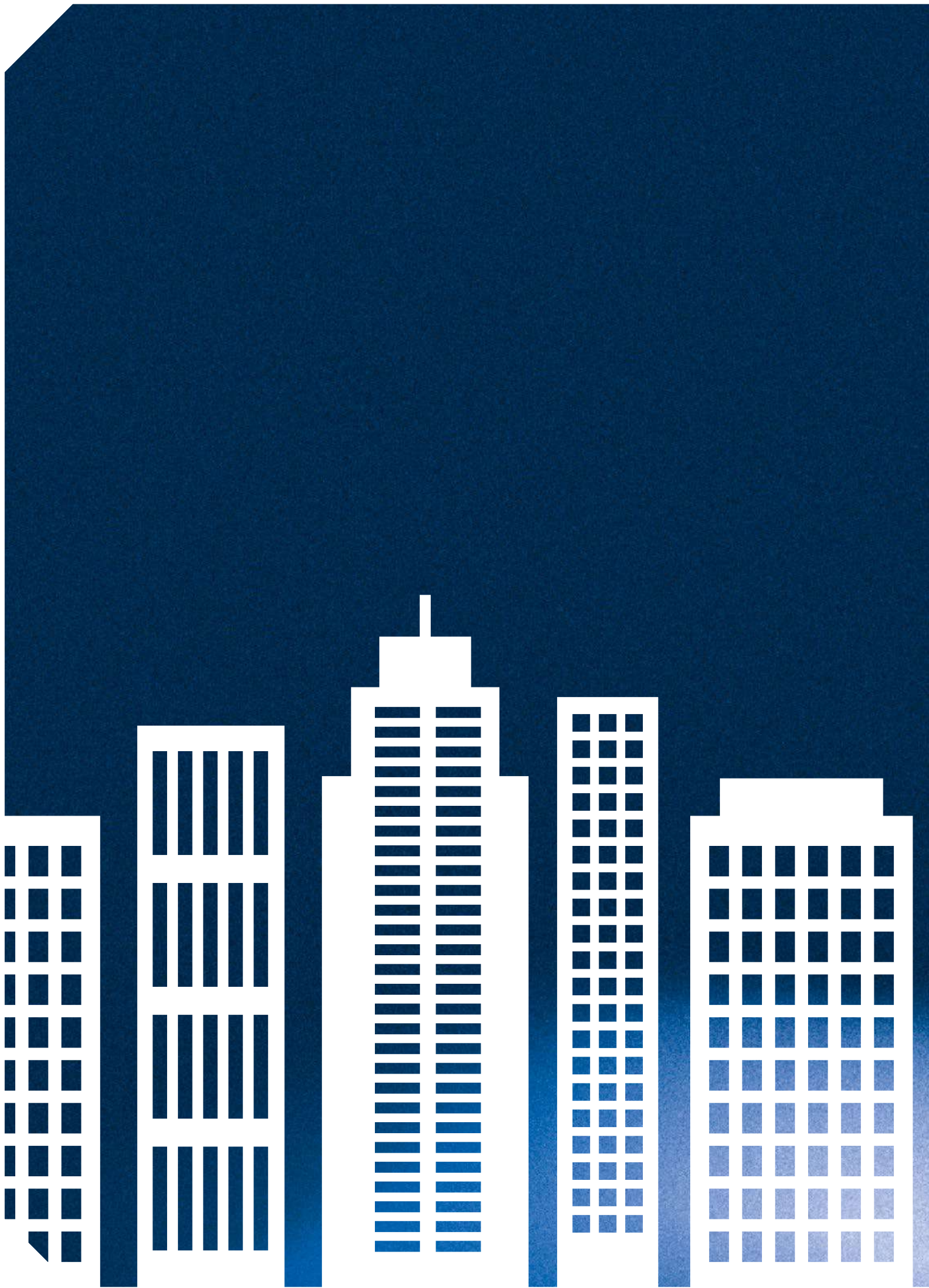
06

07

08

09

10



VISÃO GERAL 2023

01

MENSAGEM CONJUNTA



JOSÉ FAY

Presidente do Conselho de Administração

Caros Stakeholders,

O ano de 2023 caracterizou-se por uma situação macroeconómica global desafiante, com previsões de crescimento ligeiro, ou mesmo negativo, para as principais economias desenvolvidas. No campo geopolítico, além do conflito na Ucrânia e das tensões entre a China e Taiwan, surgiram os confrontos no Médio Oriente, o que gerou um clima de incerteza nos mercados globais.

Nesta conjuntura complexa, os resultados do Grupo Semapa são especialmente positivos. Em primeiro lugar, gostaríamos de expressar o nosso sincero agradecimento a todos os Colaboradores do Grupo por mais um ano excepcional, que evidenciou um grande empenho e dedicação. Perante o contexto económico adverso, as equipas demonstraram uma capacidade notável de adaptação, de implementação de medidas de otimização e eficiência operacional, de aumento de produtividade e controlo de custos, atingindo resultados que muito nos orgulham. Estas ações fortaleceram a resiliência do Grupo, posicionando-o para enfrentar os desafios futuros com uma sólida posição competitiva e com muita ambição.



RICARDO PIRES

Presidente da Comissão Executiva (CEO)

Em 2023, o Grupo prosseguiu a estratégia de diversificação dos seus investimentos, adquirindo, em junho, 100% da Triangle's Cycling Equipments, uma referência mundial na produção automatizada de quadros para e-bikes. Com esta aquisição, a Semapa pretende acelerar o crescimento da empresa, investindo na expansão da capacidade instalada e numa contínua aposta no desenvolvimento tecnológico, com a ambição de a transformar numa plataforma de futuro num setor com elevado crescimento.

No que respeita às nossas Participadas, a aquisição por parte da Navigator da Gomà-Camps, em Espanha, permitiu à empresa posicionar-se como o segundo maior produtor ibérico de *tissue*. A integração desta nova fábrica enquadra-se no plano de crescimento da Empresa e reforça a sua posição estratégica no mercado de *tissue*.

Excluindo Ejea, a Navigator contou ainda com investimentos de 186,5 milhões de euros, dos quais 57% são investimentos de cariz sustentável, iniciando em 2023 um ambicioso plano de investimentos que antecipa em três anos as suas metas intermédias

de emissões, prevendo alcançar, já no final de 2026, os objetivos inicialmente previstos para 2029 no seu Roteiro de Descarbonização.

Também a Secil realizou investimentos no valor de 61,3 milhões de euros, dos quais 15,4 milhões de euros são relativos ao projeto CCL – Clean Cement Line na fábrica de cimento do Outão, que se encontra em fase de arranque e permitirá reduzir 20% de emissões de CO₂, aumentar a eficiência energética em 20% e produzir 30% da energia elétrica através de recuperação de calor do próprio processo. O clínquer de baixo carbono que resultará deste processo permitirá responder competitivamente a solicitações de *green procurement* no mercado.

Por outro lado, aguardamos com expectativa o reconhecimento do Betão Verdi Zero, o primeiro betão neutro em carbono em Portugal, um produto que tem como base uma inovação Secil. Este lançamento é mais um passo importante no caminho da descarbonização da Secil, com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica em 2050, em sintonia com os compromissos assumidos para reduzir as emissões de CO₂ da sua atividade.

Também a ETSA continua a apostar em produtos de elevado valor para o mercado internacional e deu continuidade à construção de uma nova unidade fabril em Coruche, fruto do forte investimento em inovação. Prevê-se a sua inauguração durante o segundo semestre de 2024.

Por seu turno, a UTIS alargou a sua tecnologia UC3 a outros setores de atividade e aumentou o seu portefólio de produtos com a tecnologia de combustão interna. A expansão geográfica, o reforço da estrutura comercial e de marketing, o desenvolvimento tecnológico e a criação de novas patentes com o aumento e diversificação na ligação às universidades, são essenciais para o seu desenvolvimento no longo prazo.

Já a Semapa Next viveu um ano globalmente positivo, reforçando o seu investimento em diversas empresas e fundos, dos quais se destaca a Overstory e Kencko, e na Flecto.

No que respeita à Semapa, destacamos a contínua aposta na capacitação dos nossos Colaboradores, através da sua valorização e formação. Em 2023, foram estabelecidas parcerias com entidades reconhecidas que resultaram na realização de programas dirigidos quer aos jovens talentos, quer aos líderes de primeira linha. Como parte do nosso compromisso, realizámos o primeiro Inquérito Corporativo de Clima em toda a Semapa, que envolveu todas as empresas do Grupo e contou com a participação de mais de 4 300 Colaboradores. Lançámos também a plataforma “Grow With Semapa”, onde os Colaboradores podem aceder a oportunidades de mobilidade interna nas várias empresas do Grupo e, assim, diversificar as suas experiências e adquirir novas competências.

Para 2024, o cenário macroeconómico demonstra sinais de moderação da inflação a nível global, no entanto, mantém-se a expectativa de taxas de juro altas durante um período prolongado. A interseção entre os acontecimentos geopolíticos e os ciclos eleitorais, dado que mais de 40 países têm eleições marcadas para 2024, aumenta consideravelmente a incerteza e, por conseguinte, a importância de avaliar e antecipar riscos de forma rigorosa, mantendo a capacidade de responder estrategicamente às condições de mercado.

O Grupo Semapa continuará a identificar oportunidades geradoras de valor no longo prazo para construir um portefólio diversificado de empresas capazes de criar ciclos de crescimento sustentável. Ao mesmo tempo, vamos manter a forte aposta no talento do Grupo, por considerarmos ser o pilar do nosso propósito de “Making it Better”.

“GOSTARÍAMOS DE EXPRESSAR O NOSSO SINCERO AGRADECIMENTO A TODOS OS COLABORADORES DO GRUPO POR MAIS UM ANO EXCEPCIONAL, QUE EVIDENCIOU UM GRANDE EMPENHO E DEDICAÇÃO.”

PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO



VOLUME DE NEGÓCIOS

2 706,3 M€

2022: 3 122,0 M€
-13,3%



EBITDA

672,1 M€

2022: 894,2 M€
-24,8%

MARGEM EBITDA

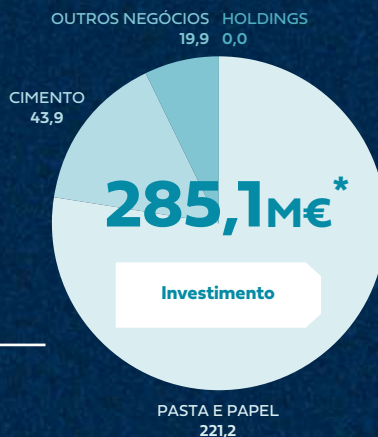
24,8%

2022: 28,6%

RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A ACIONISTAS

244,5 M€

2022: 307,1 M€
-20,4%

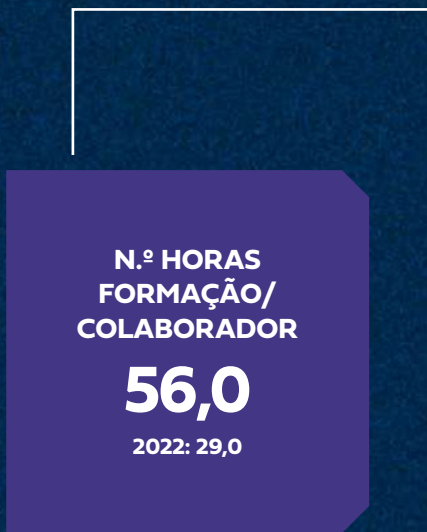


INVESTIMENTO EM ATIVOS FIXOS

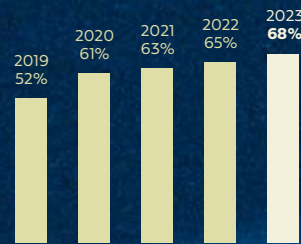
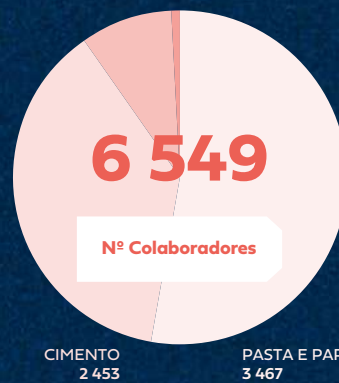
285,1 M€*

2022: 167,0 M€
+69,7%

* Inclui 43,3 M€ de aquisições efetuadas através de concentrações de atividades empresariais



OUTROS NEGÓCIOS 592 HOLDINGS 37



% de madeira nacional certificada recebida nos complexos industriais da Navigator



Produto	N.º	Capacidade
Pasta BEKP	3	1,55 MtAD
Papel UWF	2	1,57 Mt
Cimento	8	9,75 Mt

HOLDINGS 218,8



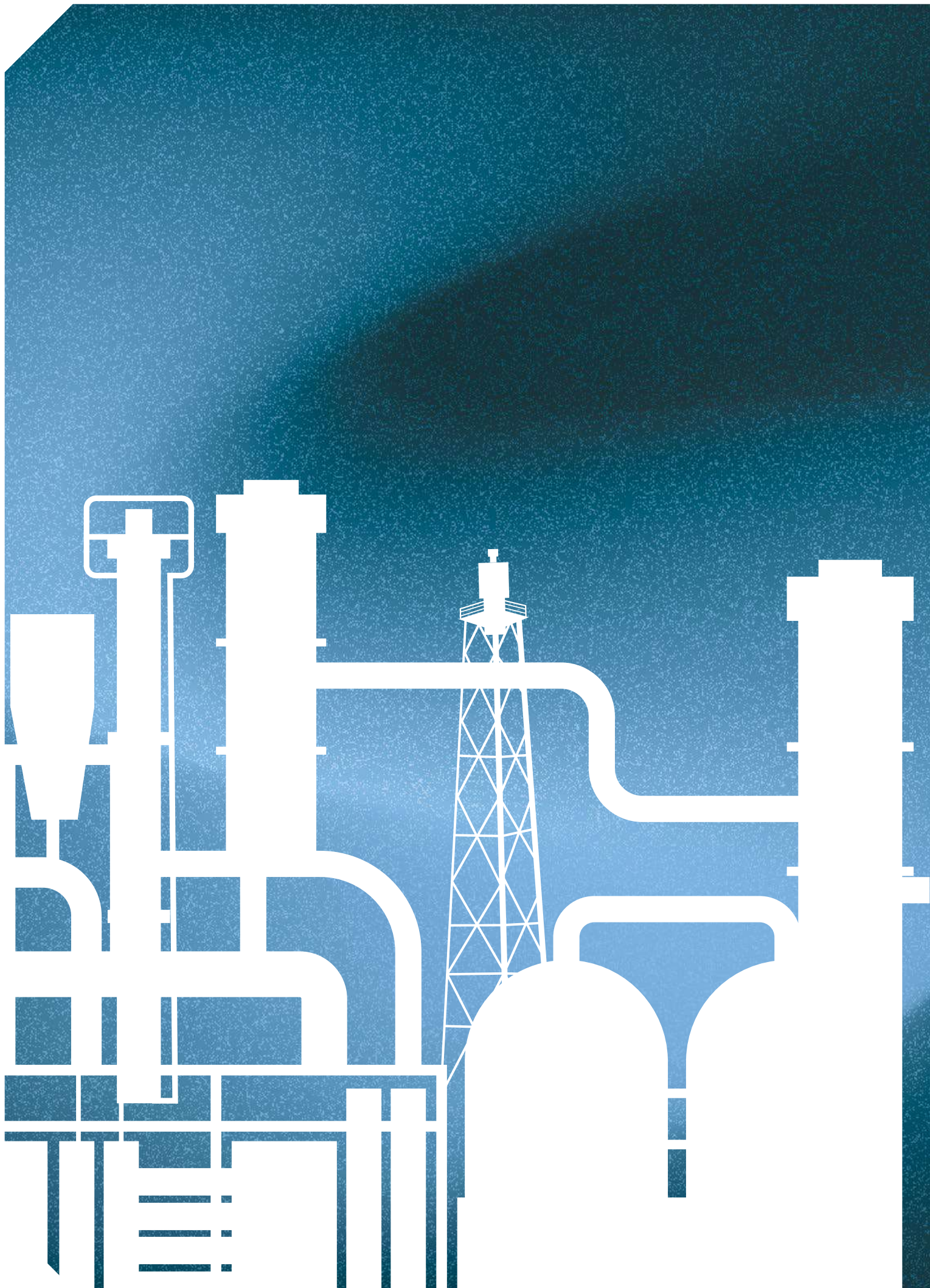
INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Milhões de euros	2019	2020	2021	2022	2023
Demonstração dos resultados					
Volume de negócios	2 228,5	1 867,4	2 131,4	3 122,0	2 706,3
EBITDA	486,8	419,3	508,7	894,2	672,1
Margem EBITDA (%)	21,8%	22,5%	23,9%	28,6%	24,8%
Resultados operacionais	241,0	199,2	310,1	641,8	440,1
Margem EBIT (%)	10,8%	10,7%	14,5%	20,6%	16,3%
Resultados do exercício	162,7	142,2	250,0	422,1	335,9
Atribuível aos detentores do capital	124,1	106,6	198,1	307,1	244,5
Por ação					
Cotação de fecho, EUR/ação	13,720	9,000	11,700	12,360	13,400
Dividendos, EUR/ação (pago em n+1)	0,125	0,512	1,764	0,950	0,626
Resultados básicos, EUR/ação	1,540	1,333	2,481	3,845	3,061
Cash flow					
Cash flow	408,6	362,3	448,5	674,4	567,9
Investimentos					
Dispêndios em capital fixo	202,9	108,9	120,3	168,0	285,1
Balanço					
Capital próprio antes INC	960,9	948,8	1 092,3	1 323,4	1 471,4
Total do capital próprio	1 261,7	1 208,0	1 345,4	1 633,6	1 806,5
Dívida líquida remunerada	1 470,7	1 215,7	1 015,6	794,2	1 012,0
Dívida líquida remunerada + IFRS 16	1 545,8	1 295,9	1 112,3	895,4	1 116,0

Nota:

Dividendos por ação de 2023 a pagar em 2024 referem-se à proposta de aplicação de resultados constante deste relatório.

(Página intencionalmente deixada em branco)



O GRUPO SEMAPA

02

ÍNDICE

2.1	IDENTIDADE SEMAPA	18
	PROPÓSITO E VALORES	18
	QUEM SOMOS	20
	O QUE FAZEMOS	21
	ONDE ESTAMOS	22
2.2	LINHAS ESTRATÉGICAS	24
2.3	MODELO DE GOVERNO	28
	CORPOS SOCIAIS	30
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	32
	COMISSÃO DE DIREÇÃO EXECUTIVA	34
2.4	GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS	35



2.1 IDENTIDADE SEMAPA

PROPÓSITO E VALORES

GRI 2.23

PROPÓSITO

MAKING IT BETTER

Somos uma empresa de investimento focada no crescimento sustentado e na criação de valor a longo prazo. Temos como ponto de partida o profundo respeito pelo nosso legado, mas temos sempre os olhos postos no futuro. Sabemos que só desse modo poderemos atrair o melhor talento para construir um portefólio diversificado e de excelência.

Queremos ter um impacto positivo nas pessoas, na comunidade, no ambiente e no futuro. Para isso, trabalhamos como um só, unindo forças para fazer acontecer.

VALORES SEMAPA

A integridade, a ética e a honestidade são princípios inegociáveis na forma de ser e de estar da Semapa. Estão presentes em todas as operações e em todos os negócios do nosso Grupo, em qualquer ponto do mundo onde marcamos presença, cumprindo a legislação e os compromissos assumidos com todos os *stakeholders*.

A nossa forma de atuação caracteriza-se pela:

- Simplicidade, proximidade e discrição;
- Consciência social e ambiental;
- Orientação para a ação;
- Melhoria contínua com inovação e empreendedorismo.

QUEM SOMOS



Um dos maiores grupos industriais portugueses com presença em

4 CONTINENTES



PORTEFÓLIO

que inclui Pasta e Papel, Cimento e Outros Materiais de Construção, Ambiente, Mobilidade, Venture Capital e Hidrogénio para Eficiência Energética e Descarbonização



Cotada desde 1995 na

EURONEXT LISBON

PSI



Família

QUEIROZ PEREIRA

Investidor de referência



GESTÃO

Profissional, experiente e diversificada

O QUE FAZEMOS



% de capital

NAVIGATOR

PASTA E PAPEL
69,97%

SECIL

CIMENTO E OUTROS
MATERIAIS DE
CONSTRUÇÃO
100%*

ETSA

AMBIENTE
100%*

TRIANGLE'S

MOBILIDADE
100%

**SEMAPA
NEXT**

VENTURE CAPITAL
100%

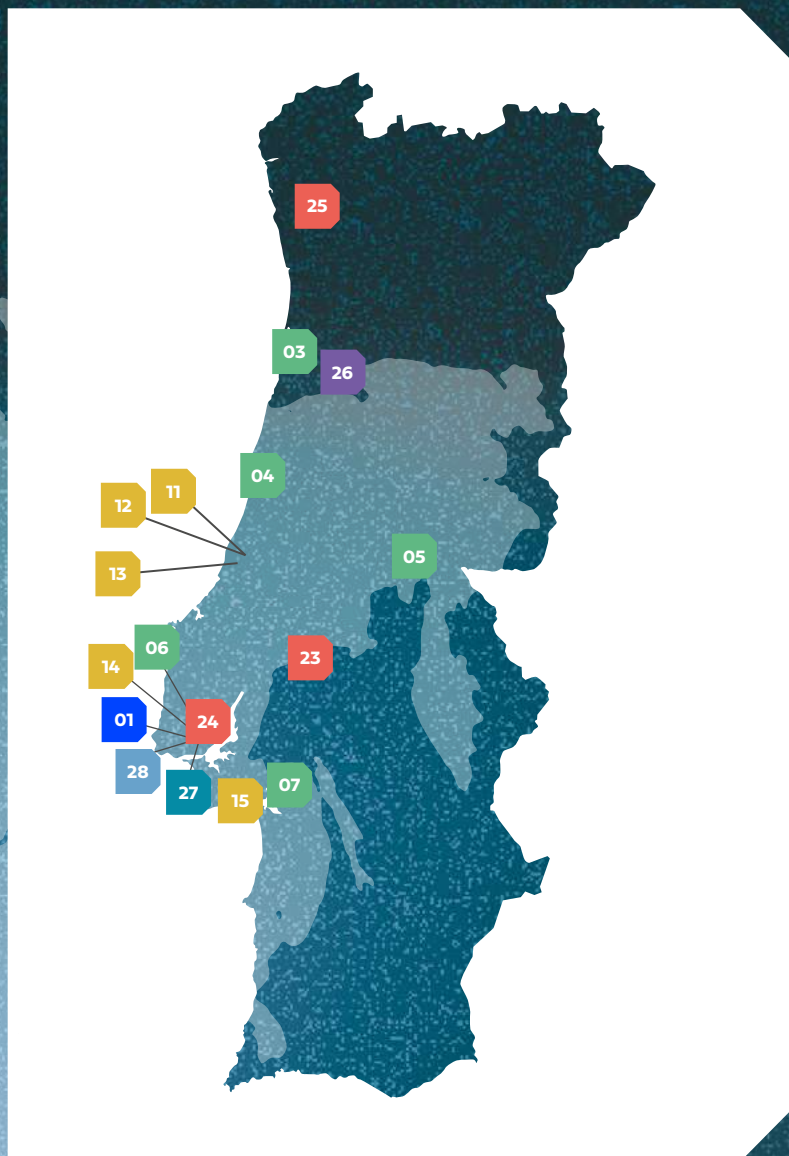
UTIS

HIDROGÉNIO PARA
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
E DESCARBONIZAÇÃO
50%

* Valor aproximado

ONDE ESTAMOS





HOLDING SEMAPA

01 Escritório Lisboa

PASTA E PAPEL NAVIGATOR

- 02 Fábrica Tissue Ejea de los Caballeros
- 03 Fábrica Aveiro
- 04 Fábrica Figueira da Foz
- 05 Fábrica Tissue Vila Velha de Rodão
- 06 Escritório Lisboa
- 07 Fábrica Setúbal
- 08 Escritório Maputo

CIMENTO SECIL

- 09 Terminal de Terneuzen
- 10 Terminal de Vigo
- 11 Fábrica Maceira-Liz
- 12 Fábrica de Cal Maceira
- 13 Fábrica Cibra-Pataias
- 14 Escritório Lisboa
- 15 Fábrica Secil-Outão
- 16 Fábrica Gabès
- 17 Terminal do Funchal
- 18 Fábrica Sibline
- 19 Terminal da Praia
- 20 Fábrica Lobito
- 21 Fábrica Adrianópolis PR
- 22 Fábrica Pomerode SC

AMBIENTE ETSA

- 23 Fábrica Coruche
- 24 Fábrica Santo Antão do Tojal
- 25 Fábrica Vila Nova de Famalicão

MOBILIDADE TRIANGLE'S

- 26 Fábrica Águeda

VENTURE CAPITAL SEMAPA NEXT

- 27 Escritório Lisboa

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA UTIS

- 28 Fábrica São Domingos de Rana

2.2 LINHAS ESTRATÉGICAS

Somos uma *holding* de investimento focada na criação de valor no longo prazo, suportada no talento da sua equipa, na ambição e na inovação.

Estabelecemos parcerias de proximidade com as nossas Participadas e fomentamos a criação de valor e um crescimento sustentável.

ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO

A Semapa tem como objetivo a expansão e diversificação do seu portefólio de empresas. Para tal, está ativamente à procura de novas oportunidades de investimento, que permitam a criação de valor a longo prazo, combinando um forte potencial de crescimento e um contributo positivo para a sociedade.

Neste ciclo de investimento, a Semapa vai procurar reforçar o seu portefólio, executando investimentos até 500 milhões de euros, em empresas portuguesas ou europeias, que beneficiem das competências do Grupo para acelerar o seu desenvolvimento, permitindo criação de valor para os acionistas e para a sociedade.

A Semapa vai procurar investir em posições de controlo ou controlo partilhado, não estando contemplados na estratégia investimentos de cariz meramente financeiro. Este posicionamento é consistente com a estratégia de criação de valor do Grupo Semapa e com o horizonte de longo prazo que preconiza para os seus investimentos.

As empresas-alvo deverão ter uma dimensão relevante ou um grande potencial no seu mercado e perspectivas claras de crescimento, decorrentes de uma posição competitiva privilegiada e defensável. Todos os investimentos serão em empresas com maturidade e modelos de negócio demonstrados, cujas boas perspectivas de geração de *cash flow* se traduzam num retorno atrativo para a Semapa e num impacto positivo na sociedade e no ambiente.

Alguns setores considerados na estratégia de investimento (lista não exaustiva):

- Soluções sustentáveis no setor das embalagens;
- Transição e eficiência energética;
- Química fina e de especialidades, com abordagem sustentável;
- Empresas industriais fortemente exportadoras.

CRITÉRIOS DE INVESTIMENTO



Dimensão relevante
no seu mercado



Vantagens competitivas
robustas que se traduzam
numa rentabilidade
acima da média



Potencial para
ganhar escala e
internacionalizar



Forte capacidade
exportadora



Contributo positivo para
o ambiente e a sociedade

A NOSSA PROPOSTA DE VALOR

Partindo de uma posição privilegiada, com um legado e um conjunto de empresas muito forte, a Semapa alia a experiência à ambição renovada, para reforçar um portefólio vencedor, à prova do futuro e com impacto positivo para as gerações vindouras.

Queremos ajudar boas empresas a concretizar o seu potencial para se transformarem em excelentes empresas, criadoras de valor financeiro, social e humano.

A proposta de valor do Grupo Semapa passa por quatro eixos fundamentais, nos quais se envolve plenamente:



TALENTO

Seleção, valorização e recrutamento das funções-chave enquanto agentes de mudança, crescimento e criação de valor



ESTRATÉGIA

Definição, monitorização e coordenação de planos estratégicos

Gestão da implementação de iniciativas estratégicas



KNOW-HOW INDUSTRIAL

Experiência operacional, experiência em relações B2B, experiência a gerir *sourcing* e mix energético, capacidade de gestão em toda a cadeia de valor com especial ênfase na gestão de *commodities* e no acesso a diferentes mercados



KNOW-HOW DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Identificação e penetração em mercados-chave, experiência em gestão logística e criação de rede internacional de clientes e fornecedores

2.3

MODELO DE GOVERNO



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

8 membros, dos quais 1 independente
Gere as atividades da sociedade

COMISSÃO EXECUTIVA

2 membros
Órgão de gestão executivo.
Prossegue as suas competências no âmbito da delegação de poderes que lhe foi confiada pelo Conselho de Administração

COMISSÃO DE DIREÇÃO EXECUTIVA

5 membros, incluindo os membros da comissão executiva
Coadjuva a comissão executiva no exercício das suas atribuições

COMISSÃO DE CONTROLO E RISCOS

3 membros, dos quais 1 administrador independente
Deteta e controla os riscos relevantes na atividade da Sociedade

COMISSÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

3 membros, dos quais 1 administrador não executivo
Supervisiona o cumprimento de disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário, promovendo ainda a reflexão e aperfeiçoamento do modelo de governo societário adotado

COMISSÃO DE TALENTO

6 membros, dos quais 4 administradores não executivos
Tem competências de natureza recomendatória e consultiva em matéria de nomeações e avaliações

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR / REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

1 membro
Responde às solicitações e presta informações aos acionistas e aos diversos *stakeholders*

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

1 membro
É designado pelo Conselho de Administração e possui as competências definidas na lei

CORPOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

José Antônio do Prado Fay

Vogais

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires
 Vítor Paulo Paranhos Pereira
 Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira
 Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira
 Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira
 António Pedro de Carvalho Viana-Baptista
 Paulo José Lameiras Martins

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente (CEO)

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

Vogal

Vítor Paulo Paranhos Pereira (CFO)

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Presidente

Maria Eduarda Faria e Maia de Oliveira Luna Pais

Vogais

João do Passo Vicente Ribeiro
 Carlota Infante da Câmara Albergaria Caldeira

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Rui Manuel Pinto Duarte

Secretário

Luís Nuno Pessoa Ferreira Gaspar

CONSELHO FISCAL

Presidente

José Manuel de Oliveira Vitorino

Vogais Efetivos

Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira
 Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves

Vogal Suplente

Maria da Luz Gonçalves de Andrade Campos

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Efetivo

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por
 Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão

Suplente

Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo

Rui Tiago Trindade Ramos Gouveia

Suplente

Joana Esperança Fernandes Lopes Luís



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



JOSÉ FAY



**RICARDO PIRES
(CEO)**



**VÍTOR PARANHOS
PEREIRA (CFO)**



**FILIPA QUEIROZ
PEREIRA**



**MAFALDA QUEIROZ
PEREIRA**



**LUA QUEIROZ
PEREIRA**





**ANTÓNIO
VIANA-BAPTISTA**



**PAULO LAMEIRAS
MARTINS**

MATRIZ DE COMPETÊNCIAS CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FORMAÇÃO ACADÊMICA		COMPETÊNCIAS	
 ENGENHARIA	25%	 ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESAS	100%
 ECONOMIA	13%	 GOVERNANCE	100%
 GESTÃO	25%	 FUSÕES E AQUISIÇÕES	63%
 MATEMÁTICA	13%	 INTERNACIONALIZAÇÃO	63%
 OUTRAS FORMAÇÕES	75%	 EMPREENDEDORISMO/ VENTURE CAPITAL	75%
		 ACADÊMICA	25%
		 GESTÃO DE TALENTO	63%
		 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	38%
		 AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	25%
		 INDÚSTRIA E SERVIÇOS	100%

COMISSÃO DE DIREÇÃO EXECUTIVA



**RICARDO PIRES
(CEO)**



**VÍTOR PARANHOS
PEREIRA (CFO)**



HUGO PINTO (CSO)



**ISABEL VIEGAS
(CPO)**



**TIAGO DE
NORONHA (CIO)**

2.4

GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS

O dinamismo do contexto em que o Grupo Semapa opera exige um acompanhamento contínuo dos principais fatores que influenciam a sua atividade, tanto internos quanto externos. Esses fatores representam desafios constantes para o cumprimento dos planos e objetivos estratégicos da Semapa. Como agente económico, a Semapa está sujeita a riscos inerentes à sua atividade, que podem ter um impacto significativo no valor dos seus ativos. O desempenho da Semapa, enquanto Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS), está intrinsecamente ligado aos resultados das empresas em que detém participações sociais.

A abordagem da Semapa, que promove a autonomia e responsabilização das empresas em que detém participações, resulta na exposição a um conjunto de riscos. Esses riscos não afetam apenas cada empresa individualmente, mas também se podem propagar para a própria Semapa e outras empresas do Grupo.

No que respeita à gestão dos riscos considerados estratégicos, a Semapa tem vindo a consolidar o seu sistema de gestão e controlo de riscos compreendendo processos que contemplam a totalidade do ciclo de vida do risco, desde a sua identificação, passando pela análise e avaliação, tratamento e reporte, de acordo com as boas práticas e referenciais do COSO – Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission e da Norma ISO 31000 que dá seguimento às recomendações do Código de Governo das Sociedades emitido pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

O Grupo segue um modelo de acompanhamento anual de risco que envolve várias etapas:

- **Recolha e Preenchimento:** São recolhidas informações detalhadas sobre cada risco. Essas informações são registadas em fichas individuais, que incluem a identificação do risco e o acompanhamento das medidas de mitigação existentes.
- **Discussão e Aprovação:** As fichas de risco são discutidas e revistas. A aprovação ocorre para garantir que todas as informações relevantes estão corretas e que as estratégias de mitigação são adequadas.
- **Indicadores de Risco (KRIs):** Além disso, o Grupo desenvolveu Indicadores de Risco (*Key Risk Indicators* – KRIs). Esses indicadores permitem a monitorização contínua dos riscos e a antecipação de eventos que possam causar disrupções significativas.

Em resumo, o Grupo está comprometido com a gestão de riscos de forma proativa, garantindo que as medidas de mitigação sejam eficazes e que os eventos adversos sejam identificados e tratados atempadamente.

Neste contexto, a política de assunção de riscos aprovada pelo Conselho de Administração da Semapa define qualitativamente o nível de risco que a Semapa está disposta a aceitar para alcançar os objetivos e estratégia de negócio, e encontra-se alinhada com os principais tópicos materiais para a Semapa, garantindo a consistência do sistema de gestão e controlo de riscos.

O modelo de governo definido em matéria de acompanhamento e gestão do risco encontra-se ajustado à estrutura da Semapa, definindo os focos de atuação e a atribuição de responsabilidade aos diferentes intervenientes no sistema de gestão de riscos. A definição da estratégia global de risco é da responsabilidade do Conselho de Administração cabendo a sua supervisão ao Conselho Fiscal. A Comissão de Controlo e Riscos (CCR) é responsável pelo seu controlo e monitorização através do sistema supramencionado que permite promover, acompanhar e avaliar o quadro de risco e as medidas existentes e necessárias à sua mitigação.

A avaliação quantitativa dos riscos estratégicos, em termos de impacto, é aferida considerando cinco dimensões:

- Económico-financeira: representa o impacto nos resultados e indicadores financeiros da Semapa (EBITDA, rácio Net Debt/EBITDA e Resultado Líquido);
- Reputação: representa o impacto na perceção de *stakeholders* relevantes da Semapa e, por conseguinte, no seu capital reputacional;
- *Compliance*: representa o impacto de ações que signifiquem um desrespeito por normas ou políticas internas, ou por regulação e legislação nacional ou internacional;
- Capital humano: representa o impacto no que respeita a danos em pessoas ou perda de conhecimento e competências relevantes para a Semapa e suas Participadas;
- Ambiental: representa o impacto resultante de danos ambientais, interno ou externo.

De forma a avaliar cada uma das cinco dimensões descritas acima, foram definidas métricas e variáveis que permitem ter maior objetividade na análise, posicionando-as segundo uma escala qualitativa.

Importa ainda referir que a avaliação dos riscos contempla a classificação da dimensão de probabilidade de ocorrência, segundo diferentes critérios: Histórico – representa a perspetiva futura de ocorrência do risco com base no histórico de eventos; Expectativa – representa a expectativa qualitativa de ocorrência do risco; e Frequência – intervalo de tempo aproximado em que a ocorrência do risco é expectável.

EXERCÍCIO DE 2023

Neste contexto, a Semapa deu continuidade à consolidação e operacionalização do sistema de gestão de riscos, tendo desenvolvido um conjunto de iniciativas que aumentaram o nível de maturidade do mesmo. Face à evolução do contexto externo, a Semapa entendeu relevante e oportuna a realização de um *reassessment* do seu quadro de risco estratégico, não só para identificar eventuais riscos emergentes como também para reavaliar os riscos já acompanhados, nomeadamente no que respeita à sua adequação ao contexto atual da atividade do Grupo, níveis de severidade, adequação das medidas de mitigação implementadas e sua gestão.

Durante o ano de 2023, a Semapa avançou com mais um ciclo anual de monitorização dos seus riscos estratégicos. O objetivo foi consolidar o modelo existente e aumentar a sua eficiência, tornando mais fácil a gestão proativa e o relato dos riscos por parte dos diversos intervenientes no processo.

Também foram dados os primeiros passos para incorporar a Triangle's no sistema de gestão de riscos.

RISCOS ESTRATÉGICOS IDENTIFICADOS E MONITORIZADOS

Dos trabalhos desenvolvidos em 2023, resultou a manutenção dos riscos já acompanhados, bem como a inclusão dos três climáticos e fatores ESG. Foram assim acompanhados e monitorizados os riscos considerados estratégicos para o Grupo neste exercício, como segue:

Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Portefólio	<p>A Semapa é uma empresa de investimento focada no crescimento sustentado e na criação de valor a longo prazo.</p> <p>A manutenção de um portefólio de participações diversificado é essencial para mitigar o nível de dependência de determinados setores ou atividades, o qual, em cenários de contexto adverso, pode impactar negativamente a <i>performance</i> operacional e financeira do Grupo.</p>	<p>Análise contínua de oportunidades para a realização de novos Investimentos.</p> <p>Investimento diversificado em <i>venture capital</i>, através da Semapa Next.</p> <p>Potenciar e acompanhar a diversificação das atividades das próprias Participadas.</p> <p>Avaliação contínua do peso de cada Participada no ativo, EBITDA e Resultado Líquido do Grupo.</p>
Negócio	<p>O Grupo encontra-se exposto a diversos mercados que operam num ambiente competitivo. A manutenção dos níveis de consumo dos produtos do Grupo nos mercados onde este opera e a eficiência da estrutura de custos necessária à sua produção são um desafio constante e que carece de monitorização permanente.</p> <p>Alterações ao nível destas componentes podem resultar numa redução significativa do volume de negócios e respetivos resultados gerados, e bem assim impactar negativamente a <i>performance</i> operacional e financeira do Grupo.</p>	<p>Implementação de medidas com vista a tornar as empresas mais eficientes do que os concorrentes.</p> <p>Expansão do negócio para mercados com maior sustentação e potencial de crescimento.</p> <p>Diversificação da produção e comercialização para produtos derivados dos já existentes no Grupo.</p> <p>Diversificação geográfica da comercialização para mercados emergentes.</p> <p>Aposta significativa em I&D de produtos substitutos e produtos mais sustentáveis do ponto de vista ambiental.</p>
Capital Reputacional	<p>A manutenção e reforço permanente do capital reputacional do Grupo é essencial para incrementar a perceção geral do mercado e demais <i>stakeholders</i> relativamente à sua reputação e bem assim mitigar o risco de impacto produzido por potenciais eventos negativos, tanto na sua <i>performance</i> operacional e financeira como na valorização dos seus ativos.</p>	<p>Reforço do posicionamento e compromisso com temas de sustentabilidade e ESG (<i>Environment, Social and Governance</i>).</p> <p>Promoção de um clima organizacional suportado por fortes valores e princípios éticos.</p> <p>Desenvolvimento de planos de comunicação próprios e conjuntos com as suas Participadas.</p> <p>Envolvimento com as comunidades em que as Participadas estão presentes.</p> <p>Existência de mecanismos de prevenção e deteção de eventos que possam deteriorar o capital reputacional.</p>

Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Tomada de Decisão de Investimento	<p>O objetivo de geração de valor através da gestão, investimento e desinvestimento em participações em Participadas deverá ser garantido por um processo, política e governo de gestão de investimento robusto e eficiente.</p> <p>Uma estrutura deficitária no que respeita à tomada de decisão de investimento poderá resultar na incapacidade de maximizar o valor do portefólio existente e a criação de valor.</p>	<p>Análise e acompanhamento por equipa centralizada das grandes decisões de investimento do Grupo e das Participadas.</p> <p>Existência de modelo de governo com delegação de poderes e definição do processo de tomada de decisão de investimento.</p> <p>Definição de critérios genéricos, financeiros e não financeiros, de investimento orgânico e inorgânico.</p>
Talento	<p>A manutenção e reforço de um sistema eficaz de acompanhamento e gestão de pessoas é essencial para garantir uma adequada concretização da estratégia do Grupo.</p> <p>Limitações à capacidade de contratação e retenção de pessoas, bem como o reforço do conhecimento e competências dos profissionais em áreas críticas do negócio, pode colocar em causa a diferenciação face a concorrentes, e bem assim condicionar a implementação e alcance das estratégias definidas para o Grupo.</p>	<p>Manutenção de uma área de gestão de talento do Grupo articulada com as suas Participadas.</p> <p>Existência de políticas retributivas atrativas e competitivas para as funções críticas.</p> <p>Existência de política de desenvolvimento e gestão de talento.</p> <p>Identificação e mapeamento de recursos humanos críticos do Grupo.</p> <p>Divulgação da cultura e valores do Grupo.</p> <p>Aproximação ao meio académico e mundo digital.</p> <p>Medição regular de clima organizacional e satisfação de Colaboradores.</p>
Quadro Legal e Regulatório em Portugal	<p>O Grupo encontra-se exposto a todo o quadro regulatório e legal português (e também europeu), na medida em que uma parte significativa dos seus <i>sites</i> industriais se encontram localizados em território português.</p> <p>Alterações que possam ocorrer no quadro legislativo com concretização de medidas mais restritivas de carácter fiscal, ambiental, laboral ou económico podem impactar negativamente a <i>performance</i> operacional e financeira do Grupo.</p>	<p>Monitorização da atividade e definição de uma agenda regulatória por parte das Participadas.</p>

Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Choque Externo	<p>O Grupo opera num contexto global, assumindo as exportações um peso significativo no seu volume de negócios.</p> <p>A ocorrência de alterações significativas ou disruptivas no contexto externo, com efeitos prejudiciais graves nos mercados (procura, preços, logística), nos fatores produtivos (energia, químicos e matérias-primas) ou pessoas, podem impactar negativamente a <i>performance</i> operacional e financeira do Grupo.</p>	<p>Análise e monitorização constante do contexto macroeconómico, tanto ao nível das geografias onde o Grupo opera como ao nível global.</p> <p>Planos de contingência.</p> <p>Política e contratação de seguros adequada às operações das Participadas.</p> <p>Infraestruturas tecnológicas e informáticas robustas e preparadas para trabalho remoto.</p>
Fraude	<p>Pela sua dimensão, o Grupo interage permanentemente com um conjunto alargado de entidades e pessoas, externas e internas, estando por esta via exposto a situações ou ocorrências passíveis de afetarem negativamente a sua reputação e/ou conduzirem a falhas de relato ou perdas na sua situação patrimonial.</p>	<p>Existência de boas práticas de <i>Corporate Governance</i>.</p> <p>Existência de Código de Ética e de Conduta.</p> <p>Existência de departamentos de auditoria interna ao nível das Participadas.</p> <p>Existência de políticas e manuais de procedimentos ao nível do Grupo.</p> <p>Existência de Canais de denúncia (<i>Whistleblowing</i>).</p>
Acesso a Matéria-Prima	<p>O Grupo desenvolve a sua atividade em setores nos quais o acesso a matérias-primas é uma variável crítica à prossecução das suas operações.</p> <p>A redução da matéria-prima disponível nos mercados nacional e internacional, a sua disponibilidade a preços economicamente inviáveis face à estrutura de custos, ou restrições ao seu acesso por imposição regulamentar ou legislativa, podem impactar negativamente a <i>performance</i> operacional e financeira do Grupo.</p>	<p>Prospecção permanente e diversificação das geografias para aquisição de matérias-primas.</p> <p>Monitorização permanente das reservas próprias de matéria-prima e do nível de <i>stocks</i>.</p> <p>Programas de incentivo de boas práticas e apoio a fornecedores.</p>
Cibersegurança	<p>Os processos produtivos do Grupo encontram-se dependentes de sistemas tecnológicos de informação essenciais à manutenção das suas operações.</p> <p>Interrupções nos sistemas de informação, quebras de segurança ou eventos que conduzam à perda de dados podem impactar negativamente as operações do Grupo, expor informação de carácter confidencial, e bem assim conduzir a danos operacionais, patrimoniais e reputacionais.</p>	<p>Atribuição de responsabilidades no âmbito da segurança dos sistemas de gestão de informação.</p> <p>Existência de políticas e estratégias de cibersegurança implementadas ao nível do Grupo.</p> <p>Existência de um <i>software</i> robusto de suporte a toda a informação que é tratada ao nível do Conselho de Administração.</p> <p>Capacitação e sensibilização através de formações regulares aos Colaboradores do Grupo.</p>

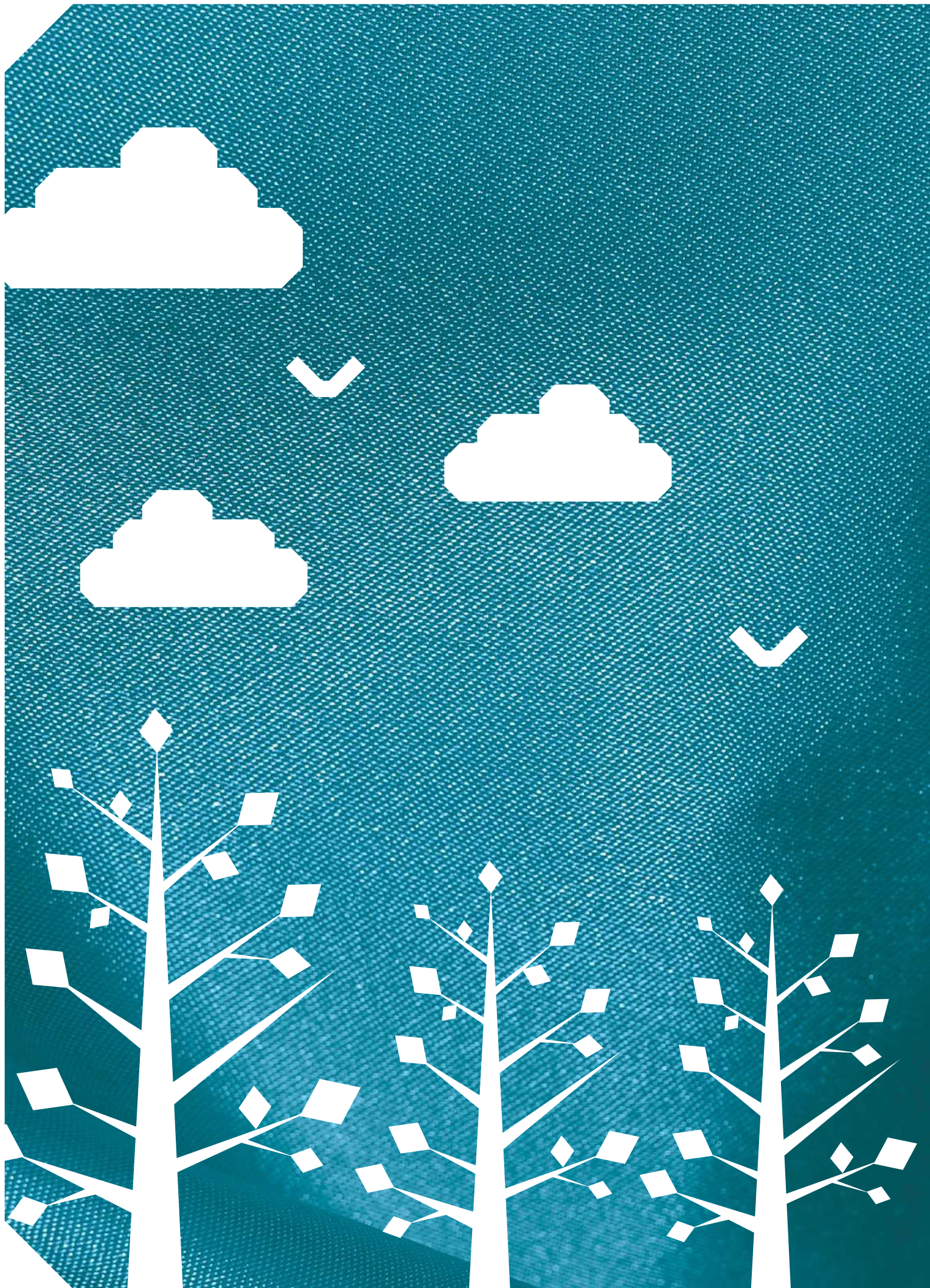
Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Catástrofes Ambientais Não Naturais	<p>O Grupo, essencialmente de cariz industrial, tem ativos e operações que, em caso de acidente, podem causar danos significativos no meio ambiente.</p> <p>Incidentes de causas não naturais, independentemente de a sua origem ser interna ou externa, que ocorram e afetem os ativos sob responsabilidade das Participadas podem causar acidentes ambientais graves e com repercussões financeiras e reputacionais.</p>	<p>Política de cobertura de seguros adequada.</p> <p>Planos de emergência e proteção (interno e externo) e ação em caso de acidente.</p> <p>Planos de controlo operacional ambiental das fábricas.</p> <p>Planos de manutenção das fábricas e áreas florestais.</p> <p>Auditoria regular às instalações e equipamentos industriais.</p> <p>Exercícios periódicos de teste aos planos de emergência interno e externo.</p> <p>Formação obrigatória e sensibilização de Colaboradores em matérias de segurança e ambiente.</p> <p>Processos de identificação, monitorização e cumprimento de obrigações regulamentares e ambientais.</p>
Eventos Climáticos Adversos	<p>A ocorrência de eventos climáticos adversos pode colocar em causa as operações, os ativos e as pessoas do Grupo.</p> <p>Estes eventos podem ser crónicos (e.g. precipitação ou seca extrema, incêndios) ou agudos (e.g. furacões, cheias) e impactam diretamente a continuidade do negócio das Participadas, tanto a curto como a médio e longo prazo.</p> <p>Eventos como terremotos ou sismos de grande intensidade, especialmente em localizações onde o Grupo detém as suas instalações fabris, podem igualmente impactar a continuidade dos seus negócios, tanto a curto como a médio e longo prazo.</p>	<p>Identificação de riscos e oportunidades em conformidade com referenciais que facilitem a definição de planos de ação e mitigação.</p> <p>Gestão adequada dos recursos naturais.</p> <p>Otimização da dependência energética.</p> <p>Sistemas de gestão ambiental.</p> <p>Seguros associados a eventos ambientais agudos.</p> <p>Planos de recuperação de desastres.</p>
Desempenho ESG	<p>Os temas da sustentabilidade e ligados aos fatores ESG (<i>Environment, Social and Governance</i>) têm vindo a ganhar uma visibilidade cada vez maior, sendo o seu escrutínio crescente por parte dos vários tipos de <i>stakeholders</i> com quem o Grupo interage.</p> <p>Falhas na gestão, adaptação ou mitigação do Grupo às crescentes exigências regulatórias e de mercado em matéria de ESG podem impactar significativamente relações com <i>stakeholders</i>, desvalorizar capital reputacional, deteriorar condições de acesso a capital, potenciar desvantagem competitiva ou incapacidade de captação/retenção de talento.</p>	<p>Divulgação e verificação externa de informação de sustentabilidade.</p> <p>Alinhamento da tomada de decisão de investimento e de <i>reporting</i> dos fatores ESG com os <i>frameworks</i> globais e regulatórios.</p> <p>Emissão de dívida associada a critérios de sustentabilidade.</p> <p>Melhoria contínua da robustez e qualidade dos sistemas de recolha e controlo dos dados e <i>performance</i> de sustentabilidade.</p>

Risco	Descrição/Impacto	Gestão do Risco
Transição Climática	<p>Os desafios das alterações climáticas são inúmeros e complexos, pois envolvem mudanças significativas nos padrões climáticos, nos ecossistemas e na biodiversidade do planeta.</p> <p>As alterações climáticas de longo prazo e a transição para uma economia de baixo carbono representam um desafio adicional, mas também uma oportunidade para os Governos, empresas, organizações e pessoas contribuírem ativamente para um planeta mais sustentável.</p> <p>A incapacidade de o Grupo se adaptar a alterações estruturais e de longo prazo em termos de tecnologia, de políticas públicas e de preferências de clientes e consumidores, potenciam a perda de competitividade, a desvalorização de ativos, a deterioração das relações com <i>stakeholders</i> e a deterioração do capital reputacional.</p>	<p>Alinhamento da tomada de decisão de investimento e do <i>reporting</i> com os <i>frameworks</i> globais e regulatórios.</p> <p>Emissão de dívida associada a fatores de sustentabilidade.</p> <p>Monitorização contínua dos riscos e oportunidades relacionados com o clima ao longo das cadeias de valor.</p> <p>Certificações de ativos e negócios em termos de eficiência energética e impacto no meio ambiente.</p>

DESAFIOS FUTUROS

A Semapa, em conjunto com as suas Participadas, está ainda a desenvolver um trabalho de análise e mapeamento das medidas de mitigação existentes, medidas de mitigação adicionais eventualmente necessárias, e impactos e oportunidades no que respeita aos três novos riscos estratégicos mapeados em 2022 (Desempenho ESG, Transição Climática e Eventos climáticos adversos). Prevê-se assim a continuação do seu desenvolvimento ao longo do exercício de 2024, fruto não só da reflexão e análise interna (relativamente a medidas de mitigação e KRI) como também da evolução esperada no contexto regulatório que impende sobre estas realidades e sobre as exigências de partilha e relato de informação por parte das empresas.

Em 2024 será finalizada a incorporação da Triangle's no Sistema de Gestão de Risco, com o detalhe específico da empresa, bem como a revisão dos limites de tolerância e aceitação de risco do Grupo em função do histórico dos KRIs.



**DESEMPENHO
NOS NEGÓCIOS**

03

ÍNDICE

3.1	SÍNTESE DA ATIVIDADE DO GRUPO SEMAPA	46
3.2	DESEMPENHO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO SEMAPA	52
3.2.1.	SÍNTESE DA ATIVIDADE DA NAVIGATOR	52
3.2.2.	SÍNTESE DA ATIVIDADE DA SECIL	59
3.2.3.	SÍNTESE DA ATIVIDADE DE OUTROS NEGÓCIOS	69
3.2.4.	SÍNTESE DA ATIVIDADE DA SEMAPA NEXT	71
3.3	ÁREA FINANCEIRA DO GRUPO SEMAPA	72
3.3.1.	ENDIVIDAMENTO	72
3.3.2.	RESULTADO LÍQUIDO	73
3.3.3.	DIVIDENDOS	74
3.4	EVOLUÇÃO DA <i>PERFORMANCE</i> BOLSISTA	75
3.5	PERSPETIVAS FUTURAS	77
3.6	EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO	81

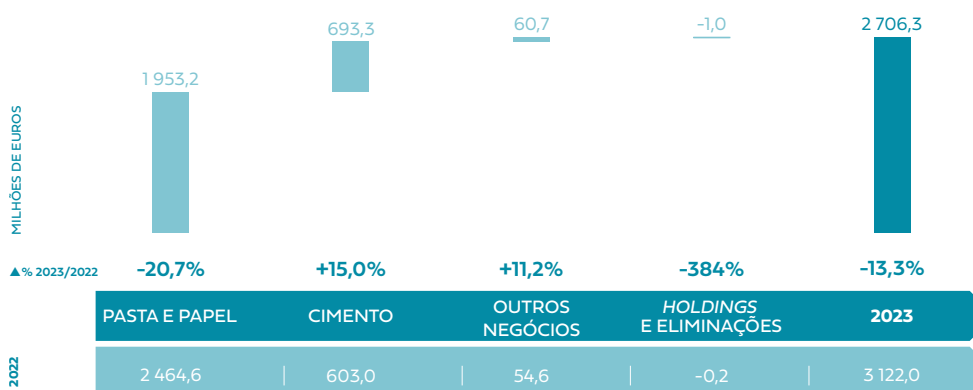
3.1

SÍNTESE DA ATIVIDADE DO GRUPO SEMAPA

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS – valores acumulados (milhões de euros)	2023	2022	Var.
Volume de negócios	2 706,3	3 122,0	-13,3%
EBITDA	672,1	894,2	-24,8%
Margem EBITDA (%)	24,8%	28,6%	-3,8 p.p.
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(224,3)	(248,4)	9,7%
Provisões	(7,6)	(3,9)	-94,4%
EBIT	440,1	641,8	-31,4%
Margem EBIT (%)	16,3%	20,6%	-4,3 p.p.
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	7,8	7,5	3,4%
Resultados financeiros líquidos	(59,1)	(92,7)	36,2%
Posição monetária líquida	14,5	1,0	>1000%
Resultados antes de impostos	403,3	557,6	-27,7%
Impostos sobre o rendimento	(67,3)	(135,6)	50,3%
Lucros do período	335,9	422,1	-20,4%
Atribuível a acionistas da Semapa	244,5	307,1	-20,4%
Atribuível a interesses não controlados (INC)	91,4	115,0	-20,5%
Cash Flow	567,9	674,4	-15,8%
Cash Flow Livre	(69,2)	443,6	-115,6%
	31/12/2023	31/12/2022	Dez23 vs. Dez22
Capitais próprios (antes de INC)	1 471,4	1 323,4	11,2%
Dívida líquida remunerada	1 012,0	794,2	27,4%
Passivos por locação (IFRS 16)	104,0	101,2	2,7%
Total	1 116,0	895,4	24,6%

VOLUME DE NEGÓCIOS



Em 2023, o volume de negócios consolidado do Grupo Semapa foi de 2 706,3 milhões de euros (-13,3% vs. período homólogo). As exportações e vendas no exterior no mesmo período ascenderam a 1 997,4 milhões de euros, o que representa 73,8% do volume de negócios.

NAVIGATOR – PASTA E PAPEL: 1 953 MILHÕES DE EUROS ▼ 20,7%

Em 2023, o volume de negócios do segmento da Navigator foi de 1 953 milhões de euros, o segundo melhor resultado da história da empresa, tendo o ano 2022 atingido o máximo histórico de 2 465 milhões de euros. As vendas de papel representaram cerca de 61% do total (vs. 70% no período homólogo), as de pasta 13% (vs. 8%), as de *tissue* 15% (vs. 8%), as de energia 9% (vs. 10%) e as de *packaging* 2% (vs. 4%).

Neste segmento a expansão do volume de negócios de *tissue* em 49% (beneficiando do aumento da quota de mercado e sinergias positivas com a integração da nova fábrica de *tissue* em Saragoça), o crescimento do volume de negócios de pasta em 26% (apesar da queda da procura de pasta de celulose na Europa) e a flexibilidade da gestão operacional na produção e nas vendas permitiu compensar parcialmente a quebra do volume de negócios de papel de 32% (em consequência da queda da procura internacional de papel).

SECIL – CIMENTO: 693 MILHÕES DE EUROS ▲ 15,0%

Em 2023, o volume de negócios da Secil cifrou-se em 693 milhões de euros, 15,0% acima do verificado no período homólogo, e que se traduziu num aumento de 90,4 milhões de euros. Este aumento resulta essencialmente da evolução positiva nos mercados português, tunisino e libanês. A variação cambial das moedas dos diferentes países teve um impacto negativo de 5,4 milhões de euros no volume de negócios da Secil (excluindo o efeito da desvalorização da Libra libanesa).

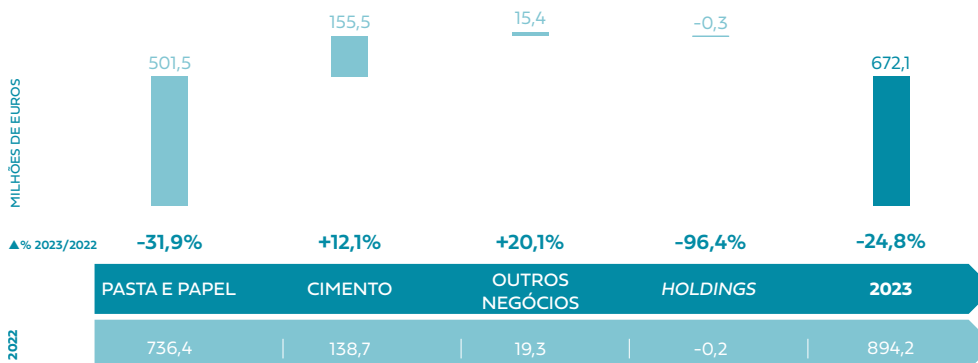
OUTROS NEGÓCIOS¹: 60,7 MILHÕES DE EUROS ▲ 11,2%

Em 2023, o volume de negócios ascendeu a cerca de 60,7 milhões de euros, o que representou um aumento 11,2% relativamente ao ano anterior. De notar que os valores de 2023 incorporam 6 meses de atividade da Triangle's.

¹ A 31 de dezembro de 2023, os Outros Negócios incluem os negócios da Triangle's e da ETSA.

EBITDA

Em 2023, o EBITDA totalizou 672,1 milhões de euros (-24,8% vs. período homólogo). A margem EBITDA consolidada atingiu 24,8%, -3,8 p.p. abaixo da registada em 2022.



NAVIGATOR – PASTA E PAPEL: 501,5 MILHÕES DE EUROS ▼ 31,9%

O EBITDA ascendeu a 502 milhões de euros (-31,9% vs. o período homólogo), com a gestão de custos aliada à resiliência do nível de preços a compensar a queda na procura. A margem EBITDA foi de 25,7%.

SECIL – CIMENTO: 155,5 MILHÕES DE EUROS ▲ 12,1%

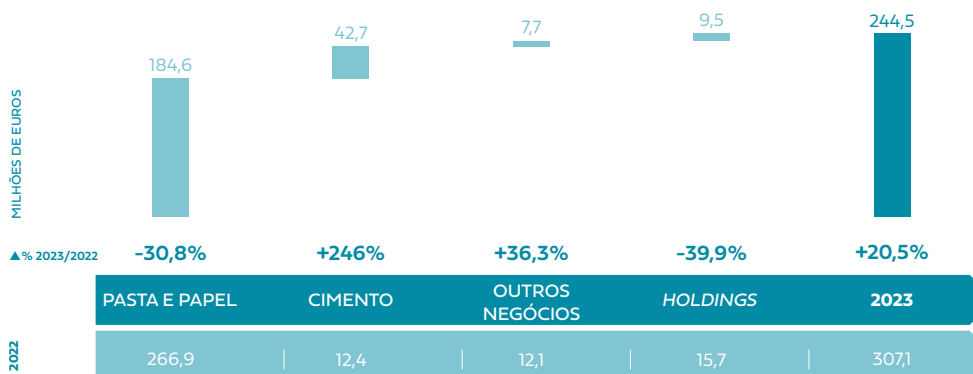
O EBITDA da Secil atingiu 155,5 milhões de euros, ou seja, um aumento de 16,8 milhões de euros (+12,1%) face ao período homólogo. Esta evolução resulta da contribuição muito positiva dos negócios em Portugal e, com menor expressão, do negócio no Líbano, que permitiu contrabalançar a *performance* menos positiva dos negócios no Brasil e na Tunísia. A margem EBITDA atingiu 22,4%, o que se traduziu numa variação negativa de cerca de 0,6 p.p. face à margem registada em 2022.

OUTROS NEGÓCIOS: 15,4 MILHÕES DE EUROS ▼ 20,1%

O EBITDA totalizou cerca de 15,4 milhões de euros em 2023, o que representou uma redução de 3,9 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução resulta essencialmente da redução do volume de negócios da ETSA e do aumento do preço de compra da matéria-prima de categoria 3, assim como dos gastos com o pessoal, conjugado com o efeito positivo da incorporação de 6 meses de atividade da Triangle's. A margem EBITDA atingiu 25,4%, o que se traduziu numa variação negativa de cerca de 10 p.p. face à margem registada em 2022.

RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A ACIONISTAS DA SEMAPA

O resultado líquido atribuível a acionistas da Semapa no final de 2023 atingiu os 244,5 milhões de euros (vs. 307,1 milhões de euros em 2022).



NAVIGATOR – PASTA E PAPEL: 184,6 MILHÕES DE EUROS ▼ 30,8%

O resultado líquido atribuível a acionistas da Semapa do segmento de Pasta e Papel foi de 184,6 milhões de euros, o que representou um decréscimo no ano de 30,8% (2022: 266,9 milhões de euros).

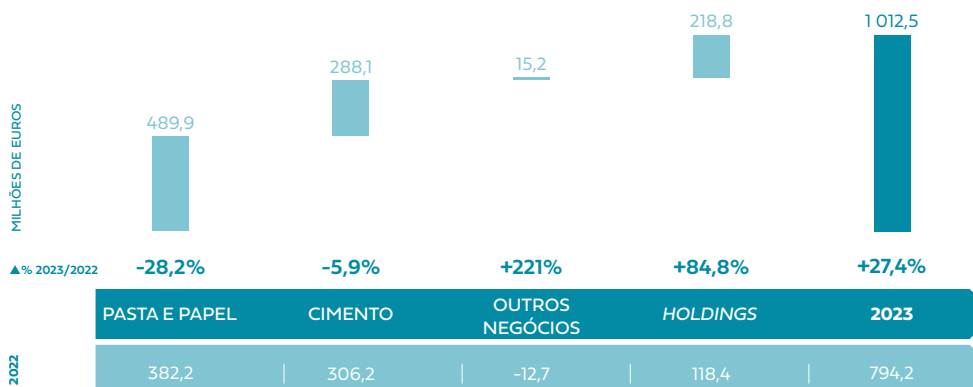
SECIL – CIMENTO: 42,7 MILHÕES DE EUROS ▼ 245,8%

O resultado líquido atribuível a acionistas da Semapa do segmento de Cimento e Outros Materiais de Construção foi de 42,7 milhões de euros, o que representou um aumento no ano de 245,8% (2022: 12,4 milhões de euros).

OUTROS NEGÓCIOS: 7,7 MILHÕES DE EUROS ▲ 36,3%

O resultado líquido atribuível a acionistas da Semapa do segmento Outros Negócios totalizou cerca de 7,7 milhões de euros no ano de 2023, o que representou um decréscimo no ano de cerca de 36,3% (2022: 12,1 milhões de euros).

DÍVIDA LÍQUIDA REMUNERADA



Em 31 de dezembro de 2023, a dívida líquida consolidada totalizava 1 012 milhões de euros, o que representou um aumento de 217,8 milhões de euros face ao valor apurado no final do exercício de 2022. Incluindo o efeito da IFRS 16, a dívida líquida seria de 1 116 milhões de euros, valor superior em 220,6 milhões de euros ao apresentado no final de 2022.

A 31 de dezembro de 2023, o total de disponibilidades consolidadas ascendia a 281,2 milhões de euros, tendo o Grupo, adicionalmente, um conjunto de linhas contratadas e não utilizadas, assegurando desta forma uma forte posição de liquidez.

CONTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

IFRS – valores acumulados (milhões de euros)	Pasta e Papel		Cimento		Outros negócios		Holdings		Consolidado 2023
	2023	23/22	2023	23/22	2023	23/22	2023	23/22	
Volume de negócios – Externo	1 953,2	-20,7%	692,3	14,8%	60,7	11,2%	-	-	2 706,3
Volume de negócios	1 953,2	-20,7%	693,3	15,0%	60,7	11,2%	(1,0)	-383,7%	2 706,3
EBITDA	501,5	-31,9%	155,5	12,1%	15,4	-20,1%	(0,3)	-96,4%	672,1
Margem EBITDA (%)	25,7%	-4,2 p.p.	22,4%	-0,6 p.p.	25,4%	-10,0 p.p.	-	-	24,8%
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(151,5)	14,2%	(63,9)	6,4%	(8,7)	-160,4%	(0,3)	-10,8%	(224,3)
Provisões	1,0	162,0%	(9,0)	-287,2%	0,3	-	-	100,0%	(7,6)
EBIT	351,1	-37,1%	82,6	21,4%	7,0	-56,0%	(0,6)	-47,1%	440,1
Margem EBIT (%)	18,0%	-4,7 p.p.	11,9%	0,6 p.p.	11,6%	-17,7 p.p.	-	-	16,3%
Resultados de associadas	-	-	0,1	105,4%	-	-	7,7	-11,8%	7,8
Resultados financeiros líquidos	(19,3)	66,1%	(27,0)	16,2%	(0,3)	-106,8%	(12,5)	-275,4%	(59,1)
Posição monetária líquida	-	-	14,5	>1000%	-	-	-	-	14,5
Resultados antes de impostos	331,8	-33,8%	70,1	97,2%	6,8	-57,3%	(5,4)	-208,0%	403,3
Impostos sobre o rendimento	(67,9)	43,3%	(15,1)	34,2%	0,8	122,0%	14,9	38,4%	(67,3)
Lucros do período	263,9	-30,8%	55,0	336,0%	7,6	-38,2%	9,5	-39,9%	335,9
Atribuível a acionistas da Semapa	184,6	-30,8%	42,7	245,8%	7,7	-36,3%	9,5	-39,9%	244,5
Atribuível a interesses não controlados (INC)	79,3	-30,8%	12,3	>1000%	(0,1)	-182,5%	-	-	91,4
Cash Flow	414,3	-26,0%	127,9	53,7%	16,0	2,5%	9,7	-39,2%	567,9
Cash Flow Livre	92,3	-80,0%	61,0	>1000%	2,0	-62,9%	(224,6)	<-1000%	(69,2)
Dívida líquida remunerada	489,9		288,1		15,2		218,8		1 012,0
Passivos por locação (IFRS 16)	70,0		32,4		1,1		0,5		104,0
Total	559,9		320,5		16,3		219,3		1 116,0

Nota 1:

Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação.

Nota 2:

No dia 19 de junho de 2023, a Semapa, através da sua participada Aphelion, adquiriu uma participação de 100% na Triangle's. A 31 de dezembro de 2023, os Outros Negócios incluem os negócios Triangle's e ETSA.

QUADRO RESUMO DE INDICADORES OPERACIONAIS

	Unid.	2023	2022	Var.
Navigator – Pasta e Papel				
Vendas de BEKP (pasta)	1 000 t	462	255	80,9%
Vendas de UWF (papel)	1 000 t	1 131	1 499	-24,5%
Vendas totais de <i>tissue</i>	1 000 t	142	102	39,9%
Secil – Cimento				
Vendas de Cimento Cinzento	1 000 t	5 003	4 925	1,6%
Vendas de Betão Pronto	1 000 m ³	1 977	1 986	-0,4%
ETSA – Ambiente				
Recolha de Subprodutos de Origem Animal (Categoria 1, 2 e 3)	1 000 t	133	130	1,8%

3.2

DESEMPENHO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO SEMAPA

3.2.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE DA NAVIGATOR

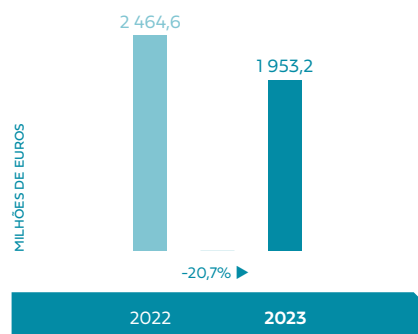


DESTAQUES DE 2023 (VS. 2022)

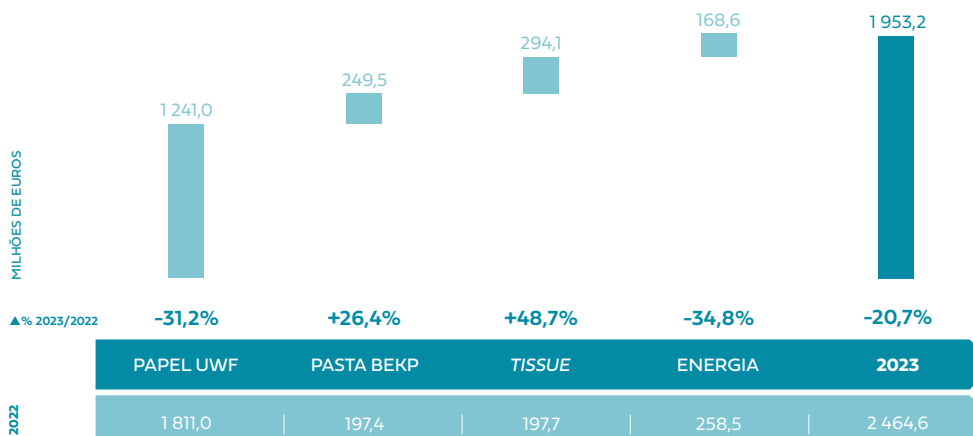
■ O volume de negócios em 2023 foi de 1 953 milhões de euros, o segundo melhor resultado da história da Navigator, tendo o ano 2022 atingido o máximo histórico de 2 465 milhões de euros.

■ A expansão do negócio *tissue* e a flexibilidade da gestão operacional na produção e nas vendas permitiu compensar, quer a queda da procura internacional de papel, quer a queda da procura de pasta de celulose na Europa, com o volume de negócios de pasta a crescer 26% e o volume de negócios de *tissue* a aumentar 49%, contrabalançando a quebra de 32% no volume de negócios de papel.

VOLUME DE NEGÓCIOS

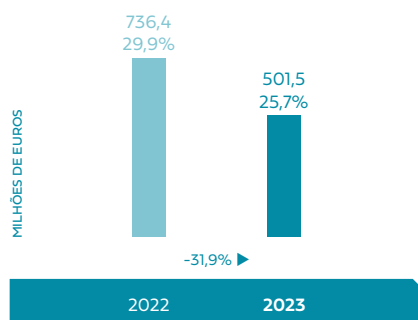


VOLUME DE NEGÓCIOS DESAGREGADO POR SEGMENTO



■ O EBITDA ascendeu a 502 milhões de euros, com a gestão de custos aliada à resiliência do nível de preços a compensar a queda na procura. A margem EBITDA foi de 25,7%.

EBITDA MG EBITDA



PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS – valores acumulados (milhões de euros)	2023	2022	Var.
Volume de negócios	1 953,2	2 464,6	-20,7%
EBITDA	501,5	736,4	-31,9%
Margem EBITDA (%)	25,7%	29,9%	-4,2 p.p.
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(151,5)	(176,5)	14,2%
Provisões	1,0	(1,6)	162,0%
EBIT	351,1	558,2	-37,1%
Margem EBIT (%)	18,0%	22,6%	-4,7 p.p.
Resultados financeiros líquidos	(19,3)	(57,0)	66,1%
Resultados antes de impostos	331,8	501,2	-33,8%
Impostos sobre o rendimento	(67,9)	(119,7)	43,3%
Lucros do período	263,9	381,5	-30,8%
Atribuível aos acionistas da Navigator	263,9	381,5	-30,8%
Atribuível a interesses não controlados (INC)	0,0	0,0	>1000%
Cash Flow	414,3	559,6	-26,0%
Cash Flow Livre	92,3	462,6	-80,0%
	31/12/2023	31/12/2022	
Capitais próprios (antes de INC)	1 062,7	1 018,0	
Dívida líquida remunerada	489,9	382,2	
Passivos por locação (IFRS 16)	70,0	61,6	
Total	559,9	443,9	

Nota:

Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação.

SÍNTESE DA ATIVIDADE DA NAVIGATOR

Durante o ano 2023, a redução verificada nos *cash costs* em todos os segmentos da Navigator, aliada à resiliência dos preços internacionais de papel de impressão, de embalagem e de *tissue*, a par da estratégia comercial e de diversificação de produtos e mercados e correta adequação dos níveis de produção, permitiu alcançar bons resultados, num contexto de uma fortíssima contração da procura a nível internacional na maior parte dos segmentos em que a Navigator opera.

Em 2023, a Navigator registou um volume de negócios de 1 953 milhões de euros, tendo as vendas de papel representado cerca de 61% do total (vs. 70% no período homólogo), as de pasta 13% (vs. 8%), as de *tissue* 15% (vs. 8%), as de energia 9% (vs. 10%) e as de *packaging* 2% (vs. 4%).

PAPEL

em 1 000 t	2023	2022	Var.
VENDAS UWF	1 131	1 499	-24,5%
FOEX – A4- BCOPY EUR/T	1 206	1 216	-0,8%

O ano de 2023 foi marcado, sobretudo na 1ª metade do ano, por um processo lento de redução dos *stocks* acumulados em toda a cadeia de distribuição. Este desequilíbrio afetou significativamente a procura junto dos produtores em todos os segmentos de papel, à exceção do segmento de *tissue*. A melhoria do contexto de mercado sentido no 3º trimestre continuou a sentir-se no 4º trimestre. Apesar de inicialmente lento, o processo de *destocking* ao longo da cadeia de distribuição aparenta ter-se dissipado, o que levou a um consistente aumento do nível de entrada de encomendas feitas aos produtores europeus, reduzindo de forma expressiva o fator sazonalidade que a indústria normalmente enfrenta.

No 4º trimestre, o nível de entrada de encomendas de todos os mercados para a Navigator aumentou 18%, face ao trimestre anterior, tendo o nível de encomendas provenientes da Europa aumentado 25%.

A utilização da capacidade produtiva da indústria (produção/capacidade) registou um forte ajustamento em 2023, tendo também a Navigator moderado os ritmos de produção. A taxa de utilização média do ano acabou por ser de 78%, que compara com 71% de média da indústria europeia, impulsionada pelo aumento verificado no 4º trimestre, com a Navigator a 85% (vs. 80% da indústria).

Num contexto global de forte queda de procura aparente (-11%), o papel UWF continua, como habitualmente, a ser o mais resiliente, dada a versatilidade de usos, tendo registado um decréscimo de 6%, o que compara com os papéis CWF que caíram 17%. Os papéis com fibra obtida por via mecânica registaram uma contração de 18%. Em particular na Europa, a procura aparente de papel UWF apresenta uma evolução negativa de 20%, mantendo-se, igualmente, a grade mais resiliente. De referir que a procura aparente de UWF, entre 2013 e 2023, evoluiu a uma média de -4,7% ao ano (CAGR). Nos Estados Unidos registou-se um decréscimo da procura, inferior ao da Europa, 14% a novembro. O consumo aparente de UWF nas restantes regiões mundiais decresceu 2%, com a China a crescer 6% em consumo de UWF a novembro, face a 2022.

O índice de referência para o preço do papel de escritório na Europa – PIX A4 B-copy – durante o ano de 2023 – , foi em média de 1 206 €/t (vs. 1 216 €/t), uma variação de apenas 0,8% face ao ano de 2022, não obstante o índice de referência ter fechado o ano a 1 092 €/t, uma variação de -18% face ao valor registado no início do ano (1 334 €/t). De realçar que a queda do índice de 18%, ao longo do ano, compara também com a forte correção do índice de pasta em dólares, que embora tenha recuperado no 2º semestre, acumulou uma queda acentuada de 27% desde o início do ano.

As vendas de papel e embalagem da Navigator totalizaram 1 131 mil toneladas no ano, o que representa uma quebra de 25% face ao ano 2022. De destacar que as marcas de fábrica representaram perto de 80% das vendas do ano, realçando a resiliência da estratégia de marca da empresa. A quota de produtos premium, apesar de menor do que a do ano homólogo, mantém-se elevada, 57%.

PACKAGING

No negócio de *Packaging*, ainda em fase de desenvolvimento de uma base consolidada no mercado internacional, fizeram-se também sentir as condições adversas de um ano pautado por excesso de *stocks* em toda a cadeia de distribuição, que se refletiram no abrandamento e comportamento irregular da procura. Em particular, o consumo de sacos – um dos segmentos principais da Navigator – caiu cerca de 40% após a imposição do seu pagamento em loja pelos consumidores.

No entanto, o desenvolvimento do negócio de *Packaging* continua a revelar sinais bastante promissores, traduzidos pela crescente base de clientes, pelo reconhecimento da qualidade dos nossos produtos à base de fibra de eucalipto globulus e, conseqüentemente, da marca gKraft™, que serve marcas de grande exposição, em setores tão distintos como a área da moda, retalho alimentar, *e-commerce*, indústria ou agricultura.

Esse reconhecimento é concretizado pela evolução da base de clientes, hoje superior a 230 clientes ativos, em 30 países, desde a entrada no negócio em 2021. Um reconhecimento que vai além do sucesso comercial: o trabalho da Navigator no domínio das soluções sustentáveis de embalagem foi distinguido, em junho passado, com o Prémio Nacional de Inovação. Por sua vez, a Agenda mobilizadora “From Fossil to Forest – Produtos de Embalagem Sustentáveis para Substituição do Plástico Fóssil”, liderada pela Navigator, foi distinguida pela Deloitte Portugal, na categoria “Transformation Award – Projetos de transformação e de inovação com impacto no mercado”.

A Navigator assenta a sua oferta de papéis de embalagem em três macrosssegmentos gKraft™: BAG, FLEX e BOX, que se subdividem em 12 segmentos para distintas aplicações, endereçando respetivamente os mercados de Bags (sacos de retalho, consumo e industriais), de Flexible *Packaging* (servindo uma enorme diversidade de embalagens flexíveis), e de “boxes” (caixas de cartão canelado para produtos de valor acrescentado e embalagens alimentares, onde se inserem os cartões para produção de copos de papel, e bandejas – *food trays*). Produtos estes onde a introdução inovadora das qualidades da fibra de eucalipto tem sido determinante para a enorme aceitação já reconhecida no mercado.

A Navigator desenvolveu ao longo de 2023 novas gamas de produtos, destinadas às indústrias alimentares, e a uma multiplicidade de produtos de consumo, cuja fase de testes e introdução no mercado, ainda em curso, se traduz por uma operação de larga escala de abordagem a novos clientes, apoiada na realização de testes de mercado (220) realizados em 2023. Os desenvolvimentos passaram pela criação de novas gamas de produto, com destaque para os produtos inovadores 100% Eucalipto, num total de 31 novas “grades”.

Como parte da diversificação do negócio *Packaging*, o projeto de produção integrada de peças de celulose moldada de eucalipto, destinadas a substituir embalagens de plástico de utilização única no mercado de *food service* e *food packaging*, continua a avançar como planeado, com previsão de entrada em produção no início do 2º semestre de 2024, sob a marca gKraft™ Bioshield. A unidade terá capacidade de produção de cerca de 100 milhões de unidades por ano, sendo uma das maiores da Europa e a primeira unidade integrada no Sul da Europa, entrando num mercado de elevado potencial e crescimento. A introdução será feita com 4 produtos para área alimentar e com flexibilidade produtiva e escalabilidade para aproveitar as diversas oportunidades que se abrem na substituição de plásticos.

PASTA

em 1 000 t	2023	2022	Var.
Vendas BEKP	462	255	80,9%
Foex – BHKP Usd/t	1 037	1 291	-19,7%
Foex – BHKP Eur/t	959	1 232	-22,1%

O 1º semestre de 2023 foi marcado por uma forte redução de preços face aos máximos históricos, o índice de referência de pasta de fibra curta (*hardwood*) – PIX BHKP em dólares – atingiu o máximo histórico em 2022 (1 380 USD/t). No 2º semestre observou-se uma recuperação dos preços na China e na Europa – preços na China atingiram mínimos em maio (475 USD/t) terminando o ano de 2023 nos 653 USD/t, e na Europa o mínimo foi atingido em agosto (800 USD/t) tendo recuperando até dezembro situando-se nos 1 008 USD/t.

A redução dos preços da pasta foi impactada no 1º semestre do ano (i) pela queda da procura global face ao período homólogo, em particular, na Europa; (ii) pelo aumento do nível de *stocks* ao longo da cadeia de abastecimento durante o final de 2022 e início de 2023; (iii) pelo alívio dos constrangimentos logísticos sentidos durante 2022; e (iv) pelo aumento da oferta, devido à entrada de nova capacidade, nomeadamente na América Latina; um dos projetos arrancou em dezembro de 2022 (1,6 Mt) e outro durante o 2º semestre de 2023 (2,1 Mt).

Na segunda metade do ano, verificou-se uma inversão da evolução de procura de pasta, com a procura mundial da pasta de eucalipto (EUCA) a mostrar um desempenho melhor em relação à primeira metade do ano (onde o crescimento foi praticamente nulo). A China representa o grande impulsionador desta recuperação com a reposição de *stocks* após os preços terem atingido o seu mínimo em maio.

A procura mundial de fibra curta (HW) acompanhou a evolução positiva no 2º semestre, que culminou com um crescimento de 8,0% HW e de 6,5% fibra curta de eucalipto (EUCA) em 2023, que compara com o 1º semestre (+3,1% HW, +0,6% EUCA).

Os *stocks* nos produtores e nos portos encontravam-se também elevados na 1ª metade do ano tendo normalizado no 2º semestre. De facto, comparando o nível de *stocks* no 2º semestre, face à primeira metade do ano, verificamos que os *stocks* dos produtores de pasta química e fibra curta caíram 7% e 6%, respetivamente, e os *stocks* nos portos ajustaram -11% na China e corrigiram bastante na Europa (-35%).

Ao longo do ano a Navigator teve disponível uma maior quantidade de pasta para venda, fruto de uma menor integração em papel. As vendas de pasta situaram-se assim em 462 mil toneladas, o que representa um aumento de 81% face ao período homólogo, tendo o valor das vendas sido condicionado pelo atual nível de preços, com um crescimento de 26%.

TISSUE

em 1 000 t	2023	2022	Var.
Vendas totais de <i>tissue</i>	142	102	39,9%

O negócio de *tissue* esteve em destaque ao longo do ano de 2023, com a aquisição de uma unidade fabril, em Saragoça, efetiva desde o início do 2º trimestre. A integração desta nova fábrica enquadra-se no ambicioso plano de crescimento e diversificação da Navigator e reforça a sua posição estratégica no mercado de *tissue*, passando em apenas oito anos a ser o 2.º maior *player* ibérico, totalizando uma capacidade anual de produção de 165 mil toneladas e uma capacidade anual de transformação de 180 mil toneladas.

Durante o ano de 2023, as vendas de *tissue* demonstraram resiliência significativa, assistindo-se a um crescimento sustentado na procura de produto acabado da Navigator, não obstante a contração da procura a que se assistiu na Europa Ocidental (-2,9% em 11 meses), com especial ênfase no segundo semestre.

O volume de vendas de *tissue* (produto acabado e bobines) atingiu 142 mil toneladas em 2023, o que se traduziu num aumento de volume de 40% face a 2022, tendo o crescimento do volume de negócios sido de 49%. O desenvolvimento verificado beneficiou da integração da nova fábrica, denominada Navigator Tissue Ejea, ocorrido no início do 2º trimestre, que, para além de potenciar o crescimento de vendas, alargou também a base de clientes e gerou ganhos relevantes em sinergias de unificação.

Durante o ano de 2023, as vendas das marcas Navigator verificaram um incremento de 25% em comparação a 2022. Do mesmo modo, as vendas de produtos mais diferenciados e inovadores continuam a bater novos máximos em 2023, tendo conseguido um crescimento de 64% relativamente a 2022.

O foco na inovação e na diferenciação continua a permitir à Navigator obter reconhecimento junto dos consumidores, tendo vencido pelo 3º ano consecutivo o “Prémio 5 Estrelas” e consequentemente reforçado a sua presença junto dos clientes, nomeadamente com recurso à marca de fabricante que em 2023 representou 24% do volume total de vendas de produto acabado.

ENERGIA

No ano de 2023, a venda de energia elétrica totalizou 169 milhões de euros, o que representa uma redução de 35% face ao ano anterior. De salientar a produção de Energia Elétrica de 1 436 GWh em 2023, dos quais 76% a partir de fontes de energia renovável.

Este resultado decorre essencialmente: (i) da redução do preço de mercado (OMIE), que fez com que passasse a ser vantajoso transitar as cogerações renováveis para a modalidade especial do regime remuneratório (quando em 2022 venderam a produção em regime de mercado beneficiando de um melhor preço no OMIE), (ii) da menor venda da Central de Ciclo Combinado a Gás Natural de Setúbal decorrente de em 2023 ter passado a operar apenas com um grupo gerador (assistiu-se a uma redução da margem operacional desta central ditada pela diferença entre o preço de energia elétrica em mercado e o preço de gás natural), o que permitiu reduzir o consumo de combustível fóssil, e (iii) da redução da atividade das máquinas de papel (o que provocou menor necessidade de calor para a secagem de papel, e portanto ditou uma menor atividade de cogeração, o que por sua vez reduziu a produção de energia elétrica).

O ano de 2023 fica ainda marcado pela manutenção da participação das unidades industriais do Grupo no Mercado de Banda de Reserva de Regulação, um serviço de sistema prestado ao operador da rede de transporte de energia elétrica pelos grandes consumidores de energia elétrica habilitados, com o objetivo de contribuir para o propósito fundamental de salvaguardar a segurança de abastecimento do Sistema Elétrico Nacional.

Em 2023, destaca-se também o início da construção das novas centrais fotovoltaicas em regime de autoconsumo nos sites industriais da Figueira da Foz, Aveiro e Vila Velha de Rodão, que permitirão triplicar a capacidade instalada nos sites do Grupo dos atuais 12 MW para cerca de 38 MW.

Na terceira fase, em 2024-25, deverão ser instalados entre 8 e 15 MWp de nova capacidade solar fotovoltaica, o que levará a capacidade total instalada pela Navigator até 46 a 53 MWp, fazendo da Navigator o *player #1* em capacidade instalada de solar PV para autoconsumo em Portugal.

EBITDA

Ao longo do ano 2023 verificou-se uma redução significativa dos custos variáveis, com redução dos *cash costs* unitários em todos os segmentos. A gestão dos preços de papel, nomeadamente nos segmentos de maior valor acrescentado, ofereceu uma proteção adicional aos resultados, num contexto de forte escassez de volumes de venda de papel. Estes fatores aliados à estratégia comercial de aposta nas marcas próprias e na diversificação de produtos e mercados permitiram atingir um EBITDA de 502 milhões de euros.

A evolução positiva nos *cash costs* unitários verificou-se ao longo do ano, com mais expressão no 2º semestre. Quando se compara o 2º semestre de 2023 com o 2º semestre de 2022, verifica-se uma acentuada quebra de custos, com uma redução entre 15% e 20% em todos os segmentos de pasta e papel (impressão e escrita, *tissue* e embalagem).

A Navigator mantém o foco, não só na gestão de custos variáveis, potenciando a eficiência no consumo de matérias-primas e subsidiárias via redução dos consumos específicos, nomeadamente na produção de pasta e de todos os tipos de papel, mas também mantendo o esforço de contenção de custos fixos.

O controlo de custos fixos totais resultou numa redução de 5% em 2023 face a 2022, não obstante a inclusão da unidade de Tissue Ejea no 2º trimestre. O esforço de contenção de custos é bastante expressivo, com os custos de manutenção e funcionamento a aumentar em 2023 menos de 1%, muito abaixo da inflação registada no ano (4,3%) e dos aumentos salariais, em particular na Navigator, em que o aumento salarial médio implementado em 2023 foi de 5,3%.

Neste enquadramento, a Navigator atingiu um EBITDA de 502 milhões de euros em 2023 e uma margem EBITDA de 26% (-4,2 p.p. face a 2022). De realçar o impacto negativo líquido da taxa de câmbio no EBITDA de cerca de 16 milhões de euros, com um EUR/USD médio de 2023 de 1,08 vs. 1,05 em 2022.

Os **resultados financeiros** situaram-se em -19 milhões de euros (vs. -57 milhões de euros em 2022). De referir que no período homólogo os resultados financeiros estavam penalizados por impactos não recorrentes (*non cash*), resultantes do reconhecimento em resultados do exercício de diferenças de câmbio desfavoráveis, essencialmente associadas ao reembolso de suprimentos concedidos à subsidiária Portucel Moçambique (-34 milhões de euros).

Excluindo estes impactos não recorrentes, verifica-se uma evolução positiva de 4,6 milhões de euros relativamente ao período homólogo. Para esta evolução contribuiu a subida das taxas de juro que permitiu otimizar a gestão das disponibilidades, com impacto positivo de 3,7 milhões de euros. Por outro lado, a política de cobertura de risco de taxa de juro, atualmente 95% da dívida está emitida a taxa fixa (diretamente ou através de instrumentos derivados), permitiu que a taxa média de financiamento se mantivesse estável apesar da rápida subida dos indexantes, o que, aliado à redução da dívida bruta, permitiu também uma evolução positiva de 1,1 milhões de euros nos custos de financiamento.

Os **resultados líquidos atribuíveis aos acionistas** da Navigator em 2023 totalizaram 263,9 milhões de euros (vs. 381,5 milhões de euros no ano anterior).

A geração de **cash flow** livre no ano de 2023 foi de cerca de 92 milhões de euros (vs. cerca de 463 milhões de euros em 2022), a qual reflete o impacto do desembolso na aquisição da unidade de *tissue* no 1º trimestre (85 milhões de euros), o exigente calendário para o plano de investimentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o pagamento adicional de 108 milhões de euros de imposto s/rendimento (IRC), valor que reflete o nível excepcional de resultados no ano precedente, bem como a conclusão da distribuição de prémios aos Colaboradores. Estes pagamentos estão intimamente associados ao bom desempenho da companhia no ano de 2022.

Contribuindo para esta evolução, verificou-se uma redução significativa do valor dos inventários e dos saldos a receber de clientes, mais do que compensando a diminuição verificada nos saldos a pagar a fornecedores, que se insere numa política de suporte à liquidez dos nossos parceiros.

Em 2023, o montante total de **investimentos** em ativos fixos ascendeu a 187 milhões de euros (vs. 113 milhões de euros em 2022). O montante de investimento inclui maioritariamente investimentos direcionados para a manutenção da capacidade produtiva, para a modernização dos equipamentos e melhoria de eficiência, e para projetos estruturais e de segurança.

Entre os investimentos destacam-se os projetos da nova Caldeira de Recuperação em Setúbal, de elevada eficiência, e da nova torre e prensas de lavagem em Aveiro, que se encontram em curso e contribuirão para acelerar o plano de descarbonização da Navigator, assim como o investimento no tratamento de águas residuais (ETAR em Setúbal), o Novo Parque de Madeiras na Figueira da Foz e o tratamento de cinzas da Caldeira de Recuperação em Aveiro.

Nos próximos dois anos, a Navigator continuará o forte nível de investimento, nomeadamente no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com destaque para a Agenda From Fossil to Forest – “Produtos de Embalagem Sustentáveis para Substituição do Plástico Fóssil”, que inclui entre outros, os projetos já em curso: i) projetos para o desenvolvimento de pasta química de alto rendimento e papéis castanhos; ii) projetos de desenvolvimento de celulose moldada para embalagens rígidas; iii) biocompósitos, e iv) papéis com propriedades barreira. A Agenda de Descarbonização também já lançada, que inclui, entre outros, os projetos já em curso: i) nova turbina na cogeração da Figueira da Foz; ii) novo forno de cal e biomassa na Figueira da Foz; iii) nova caldeira de recuperação em Setúbal; iv) incineração de gases não condensados (GNC) na nova caldeira de recuperação de Setúbal; v) nova central de cogeração no Tissue Aveiro; vi) nova central fotovoltaica na Tissue Aveiro; vii) nova torre de branqueamento e prensas de lavagem de pasta em Aveiro; viii) nova central de cogeração em Vila Velha de Ródão. Na Agenda Transform, com destaque para os projetos já em curso: i) melhoramento genético e pomares produtores de semente na Viveiros Aliança e Raiz; ii) dados de deteção remota para gestão florestal sustentável e resiliente; iii) potenciar a adoção de motorização elétrica no setor florestal em Portugal e iv) valorização de resíduos industriais para produção de fertilizantes.

Para os investimentos elegíveis no âmbito do PRR, prevê-se uma taxa de incentivo de cerca de 40%, que corresponde a perto de 100 milhões de euros, tendo a empresa recebido cerca de 21 milhões de euros em 2023.

A Empresa continua assim a conduzir programas de inovação para a eficiência das suas operações, programas para o desenvolvimento de soluções sustentáveis de *packaging* e a investir na descarbonização e melhoria do impacto ambiental.

Em fevereiro de 2024, mas relativamente ao ano de 2023, a Navigator foi distinguida novamente como líder no combate às alterações climáticas, e também na gestão florestal, com uma classificação de (“A-”), distinção atribuída pelo **CDP – Disclosure Insight Action**. Por outro lado, o trabalho desenvolvido pela Navigator durante o ano de 2023, no sentido de reafirmar o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, responsabilidade empresarial e defesa dos direitos humanos e laborais, culminou com a sua adesão ao **United Nations Global Compact**, passando a participar no Business & Human Rights Accelerator Program.

O Conselho de Administração da Navigator, tendo em consideração o desempenho durante 2023, informou na divulgação dos resultados que irá propor à Assembleia Geral de Acionistas uma distribuição de dividendos, relativa a 2023, no montante de 0,21091 euros por ação, correspondente a um valor total de aproximadamente 150 milhões de euros.

3.2.2. SÍNTESE DA ATIVIDADE DA SECIL

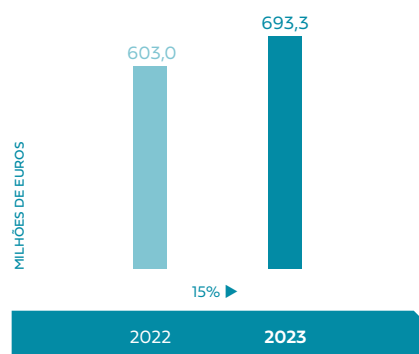


DESTAQUES DE 2023 (VS. 2022)

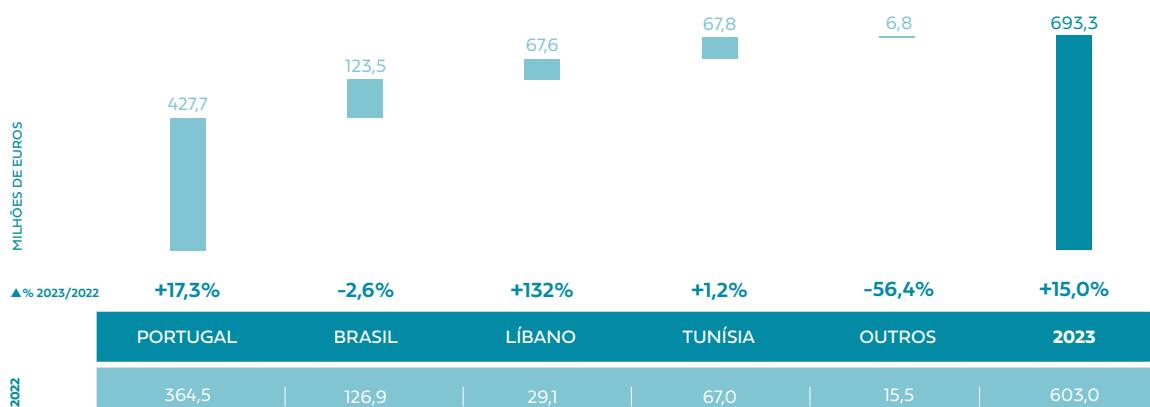
■ O volume de negócios da Secil acumulado ao 4º Trimestre de 2023 atingiu 693,3 milhões de euros, 15,0% acima do verificado no período homólogo, o que se traduziu num aumento de 90,4 milhões de euros.

■ Este aumento resulta essencialmente da evolução positiva nos mercados português, tunisino e libanês. A variação cambial das moedas dos diferentes países teve um impacto negativo de 5,4 milhões de euros no volume de negócios da Secil (excluindo o efeito da desvalorização da Libra libanesa).

VOLUME DE NEGÓCIOS



VOLUME DE NEGÓCIOS DESAGREGADO POR PAÍS

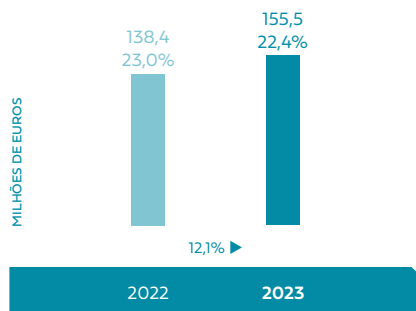


Nota:
Outros inclui Angola, Trading, Outros e Eliminações.

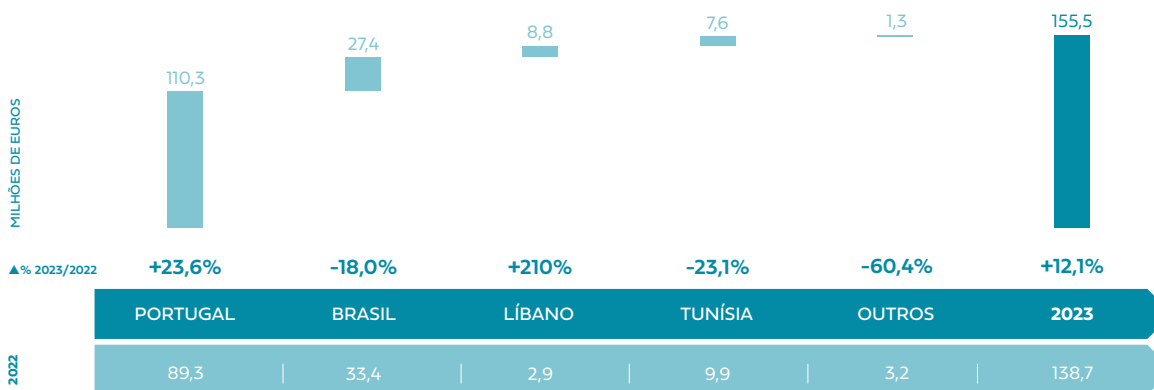
■ O EBITDA consolidado atingiu 155,5 milhões de euros, ou seja, um aumento de 16,8 milhões de euros (+12,1%) face ao período homólogo. Esta evolução resulta da contribuição muito positiva dos negócios em Portugal e, com menor expressão, do negócio no Líbano, que permitiu contrabalançar a *performance* menos positiva dos negócios no Brasil e na Tunísia.

■ O impacto do aumento dos custos de produção, sobretudo energéticos, em consequência da forte subida do preço dos combustíveis e da tendência inflacionista verificada genericamente em todas as economias, como resultado da saída da crise sanitária global e da continuidade da guerra na Ucrânia, foi mais do que compensado pelo aumento médio dos preços de venda e crescimentos de mercado em diversos países.

EBITDA MG EBITDA



EBITDA DESAGREGADO POR PAÍS



Nota:
Outros inclui Angola, Trading, Outros e Eliminações.

Os **resultados financeiros líquidos** da Secil apresentaram uma melhoria face ao período homólogo, tendo passado para -27,0 milhões de euros vs. -32,3 milhões de euros. Este diferencial positivo resulta principalmente da diminuição do custo líquido de financiamento no Brasil. Adicionalmente, há a salientar o efeito positivo da posição monetária líquida na geografia Líbano (+13,5 milhões de euros face ao ano anterior).

Os **resultados líquidos atribuíveis aos acionistas** da Secil atingiram os 42,7 milhões de euros, ou seja, 30,4 milhões acima do verificado em igual período de 2022. Para além do aumento registado no EBITDA, contribuíram também positivamente a variação na posição monetária líquida no Líbano (+13,5 milhões) e a redução nos impostos (+7,9 milhões). A redução verificada nos impostos sobre lucros é justificada maioritariamente pelo registo de imposto diferido ativo (8,1 milhões de euros de SIFIDE 2022 e 0,6 milhões de euros de recuperação de prejuízos fiscais) e pela recuperação de imposto relativo a processo de 2006 (1,3 milhões de euros).

Em 2023, a Secil registou um valor de **investimento** em ativos fixos de 61,3 milhões de euros vs. 72,4 milhões de euros no período homólogo. De destacar o investimento no projeto CCL – Clean Cement Line no valor de 15,4 milhões de euros, o qual combina pioneiramente um conjunto de tecnologias maduras com inovadoras e permitirá reduzir 20% de emissões de CO₂, aumentar a eficiência energética em 20% e produzir 30% da energia elétrica através de recuperação de calor do próprio processo. O clínquer de baixo carbono que resultará deste processo permitirá responder competitivamente a solicitações de *green procurement* no mercado.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS – valores acumulados (milhões de euros)	2023	2022	Var.
Volume de negócios	693,3	603,0	15,0%
EBITDA	155,5	138,7	12,1%
Margem EBITDA (%)	22,4%	23,0%	-0,6 p.p.
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(63,9)	(68,3)	6,4%
Provisões	(9,0)	(2,3)	-287,2%
EBIT	82,6	68,1	21,4%
Margem EBIT (%)	11,9%	11,3%	0,6 p.p.
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	0,1	(1,2)	105,4%
Resultados financeiros líquidos	(27,0)	(32,3)	16,2%
Posição monetária líquida	14,5	1,0	>1000%
Resultados antes de impostos	70,1	35,6	97,2%
Impostos sobre o rendimento	(15,1)	(22,9)	34,2%
Lucros do período	55,0	12,6	336,0%
Atribuível aos acionistas da Secil	42,7	12,4	245,8%
Atribuível a interesses não controlados (INC)	12,3	0,3	>1000%
Cash Flow	127,9	83,2	53,7%
Cash Flow Livre	61,0	(4,1)	>1000%
	31/12/2023	31/12/2022	
Capitais próprios (antes de INC)	429,0	398,0	
Dívida líquida remunerada	288,1	306,2	
Passivos por locação (IFRS 16)	32,4	38,0	
Total	320,5	344,2	

Nota:

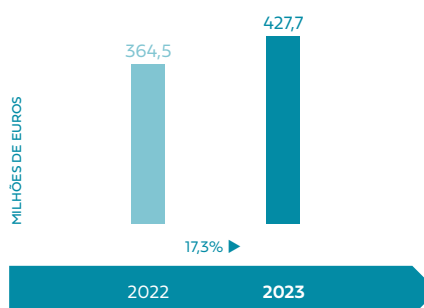
Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

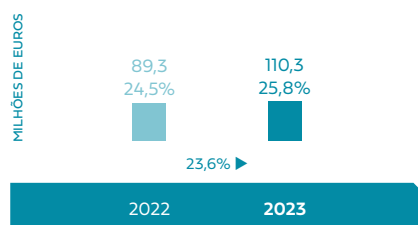
em 1 000 t	2023	2022	Var.
Capacidade produtiva anual de cimento	9 750	9 750	0,0%
Produção			
Clínquer	3 758	3 838	-2,1%
Cimento	5 061	4 979	1,6%
Vendas			
Cimento e Clínquer			
Cimento cinzento	5 003	4 925	1,6%
Cimento branco	73	72	1,2%
Clínquer	57	108	-46,9%
Outros Materiais de Construção			
Agregados	4 662	4 665	-0,1%
Argamassas	297	265	12,2%
em 1 000 m³			
Betão Pronto	1 977	1 986	-0,4%

PORTUGAL

VOLUME DE NEGÓCIOS



EBITDA MG EBITDA



PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unidade	2023	2022	Var.
Produção de Clínquer	1 000 t	1 645	1 628	1,0%
Produção de Cimento	1 000 t	2 072	2 051	1,0%
Vendas de Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1 000 t	1 602	1 606	-0,3%
Mercado Externo**	1 000 t	417	440	-5,4%
Total	1 000 t	2 018	2 046	-1,4%
Vendas de Betão*	1 000 m ³	1 626	1 585	2,6%
Vendas de Agregados*	1 000 t	4 662	4 665	-0,1%
Vendas de Argamassas*	1 000 t	297	265	12,2%
Vendas de Pré-fabricados*	1 000 t	0	103	-100,0%

Notas:

* Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.

** Inclui as vendas do Terminal da Holanda, Cabo Verde e Espanha.

Em **Portugal**, o Banco de Portugal (Boletim Económico, dezembro 2023) projetou para a economia portuguesa um crescimento de 2,1% para 2023. De acordo com a publicação do INE "Índices de produção, Emprego e Remunerações na Construção", dezembro 2023, o índice de produção na construção aumentou 5,4% em dezembro, tendo no conjunto do ano 2023 crescido 5,8% vs. 2,3% em 2022. Estima-se que o consumo de cimento em Portugal tenha registado um acréscimo face ao ano anterior de cerca de 1%.

Em 2023, o volume de negócios da Secil em Portugal atingiu 427,7 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 17,3% comparativamente ao período homólogo de 2022.

Na unidade de negócio de Cimento em Portugal, o volume de negócios apresentou um crescimento de 15,8% face ao período homólogo (+33,0 milhões de euros). Esta evolução é resultado de uma evolução favorável dos preços médios conjugada com uma redução das quantidades vendidas, tendo ocorrido tanto a nível do mercado interno como dos mercados de exportação e dos terminais da Secil abastecidos a partir de Portugal.

Nos restantes segmentos de negócio com atividade desenvolvida a partir de Portugal (Betão Pronto, Inertes e Argamassas), o volume de negócios ascendeu a 205,0 milhões de euros, um crescimento de 18,2% face ao período homólogo, explicado pela evolução favorável dos preços médios de venda, reforçado pelo aumento das quantidades vendidas.

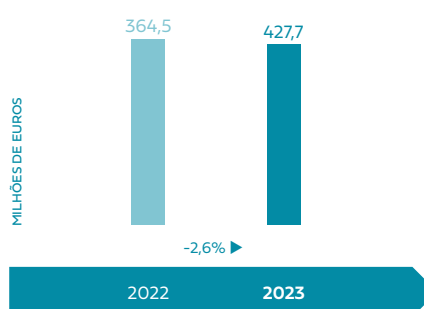
O **EBITDA** do conjunto das atividades em Portugal ascendeu a 110,3 milhões de euros, representando um crescimento de 23,6%, face ao período homólogo.

A unidade de negócio de Cimento apresentou um EBITDA de 102,0 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 9,6 milhões de euros (+10,4%) face ao registado no período homólogo, impactado positivamente pelo aumento do volume de negócios que superou a subida dos custos de produção, em consequência da subida dos preços e do atraso no arranque do projeto CCL.

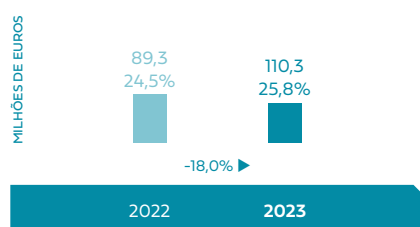
As unidades de negócio de materiais de construção apresentaram, no seu conjunto, um aumento no EBITDA de 9,4 milhões de euros (+57%). A evolução positiva nas quantidades vendidas, conjugado com a evolução positiva dos preços de venda, permitiu compensar com margem positiva a subida dos custos variáveis de produção.

BRASIL

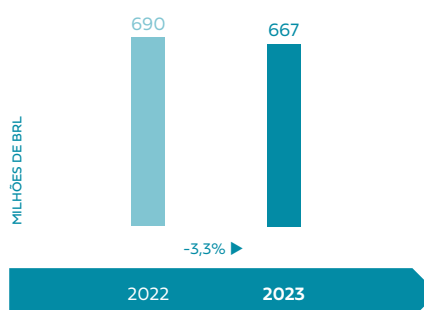
VOLUME DE NEGÓCIOS (EUR)



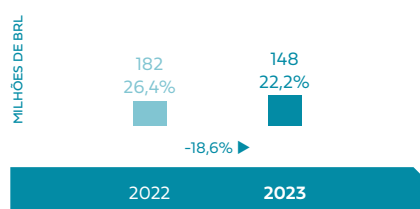
EBITDA (EUR) MG EBITDA



VOLUME DE NEGÓCIOS (BRL)



EBITDA (BRL) MG EBITDA



Nota:

Câmbio médio EUR-BRL 2022 = 5,4409 / Câmbio médio EUR-BRL 2023 = 5,4011

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unidade	2023	2022	Var.
Produção de Clínquer	1 000 t	1 066	1 112	-4,1%
Produção de Cimento	1 000 t	1 434	1 568	-8,5%
Vendas de Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1 000 t	1 430	1 557	-8,1%
Mercado Externo	1 000 t	0	12	-100,0%
Total	1 000 t	1 430	1 569	-8,8%
Vendas de Betão*	1 000 m ³	209	212	-1,5%

Nota:

* Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.

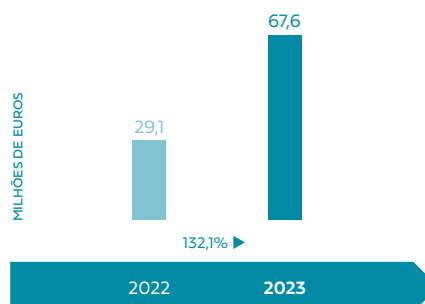
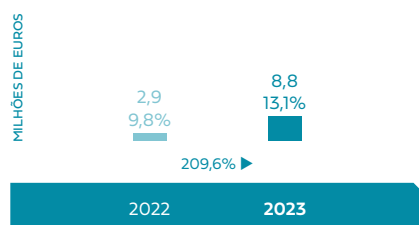
De acordo com estimativas do SNIC (Relatório setorial de dezembro 2023), as vendas de cimento pelos produtores locais no Brasil em dezembro terão tido um acréscimo de 0,8% face ao período homólogo. Em termos acumulados, as vendas terão apresentado uma redução de 1,4% face a 2022. Terão contribuído negativamente para este dado a manutenção das elevadas taxas de juro e de inflação, bem como o ambiente de instabilidade geopolítica mundial que impactou negativamente o setor imobiliário que continua a ser um dos principais indutores do consumo de cimento. Adicionalmente, o período prolongado de chuvas intensas em diversas regiões do país (em especial no Sul) também teve um impacto negativo no setor.

Em 2023, o **volume de negócios** do conjunto das operações neste país atingiu 123,5 milhões de euros, representando um decréscimo de 2,6%, face ao período homólogo. As vendas de Cimento em quantidade registaram uma redução de 8,8% face ao período homólogo, impactadas não só pela evolução negativa do mercado do cimento, mas também por alguns constrangimentos técnicos na produção, tendo os preços médios de venda registado um crescimento.

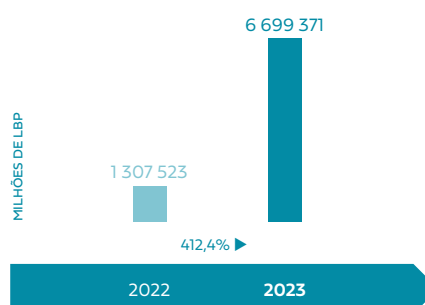
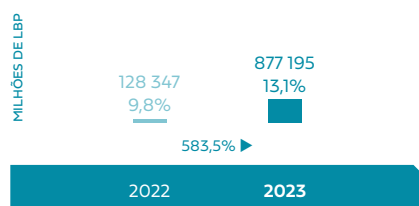
O **EBITDA** das atividades no Brasil atingiu 27,4 milhões de euros, o que, comparado com os 33,4 milhões de euros do período homólogo, representa uma contração de 18,0%. Além da diminuição das quantidades vendidas, o resultado é reflexo do impacto negativo da subida dos custos variáveis de produção, principalmente energéticos, como também dos custos fixos, nomeadamente de manutenção e pessoal.

LÍBANO

VOLUME DE NEGÓCIOS (EUR)

EBITDA (EUR)
MG EBITDA

VOLUME DE NEGÓCIOS (LBP)

EBITDA (LBP)
MG EBITDA

Nota:

Câmbio EUR-LBP 2022 = 44 903,9 / Câmbio EUR-LBP 2023 = 99 118,5

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unidade	2023	2022	Var.
Produção de Clínquer	1 000 t	304	165	83,8%
Produção de Cimento	1 000 t	581	298	94,8%
Vendas de Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1 000 t	597	370	61,3%
Total	1 000 t	597	370	61,3%
Vendas de Betão*	1 000 m ³	46	62	-26,6%
Vendas de Pré-fabricados*	1 000 t	13	11	11,2%

Nota:

* Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.

O **Líbano** sofre de uma grave crise económico-financeira e social. Apesar dos esforços empreendidos por parte das forças políticas para a estabilização da situação, o aparecimento da pandemia Covid-19, a continuidade do conflito na Ucrânia, e o mais recente conflito na região na faixa de Gaza vieram contribuir ainda mais para o seu agravamento. Adicionalmente, os cortes no fornecimento de energia elétrica constantes a partir do último trimestre de 2021 têm impactado negativamente as operações da Secil naquele país.

Apesar deste contexto e beneficiando de um aumento dos preços, o **volume de negócios** do conjunto das operações no Líbano registou um crescimento de 132,1% comparativamente ao ano anterior, tendo passado de 29,1 milhões de euros para 67,6 milhões de euros. O volume de negócios teria sido superior em 81,6 milhões de euros se retirado o efeito da desvalorização cambial. De referir que a Libra libanesa terminou o 4º Trimestre de 2023 a 99 118,5 por 1 Eur, que compara com 44 903,9 por 1 Eur no final do período homólogo.

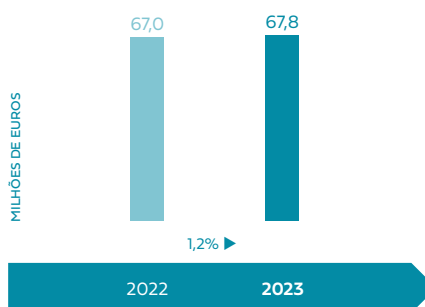
O volume de negócios no segmento do Cimento apresentou um crescimento de 149,7% que resulta essencialmente do aumento dos preços de venda em moeda local face à situação de hiperinflação e à rápida desvalorização da moeda, associado a um aumento nas quantidades vendidas de cimento para o mercado interno de 61,3% face ao período homólogo, reflexo do crescimento do mercado de cimento libanês que se estima em cerca de 16%. O fornecimento de energia elétrica tem impactado negativamente os resultados da operação, contudo, se comparado com o período homólogo, o impacto foi menor, sobretudo no último trimestre.

No segmento do Betão, por outro lado, registou-se um decréscimo no volume de negócios, face ao período homólogo (-5,7%), em resultado da diminuição das quantidades vendidas (-26,6%). O preço médio de venda em euros, tendo em consideração o cenário da situação de hiperinflação, aumentou 27%.

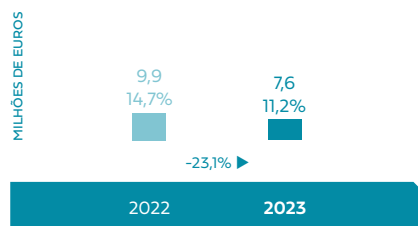
O **EBITDA** gerado pelo conjunto das operações do Líbano totalizou 8,8 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 209,6%, quando comparado com o mesmo período do ano passado. Esta evolução está impactada positivamente sobretudo pelo efeito do preço no mercado interno e pelo aumento das quantidades vendidas, que mais do que compensou os efeitos negativos do aumento nos custos de produção, em consequência do aumento da inflação na economia local, refletida sobretudo no custo das matérias-primas, energia elétrica e custos fixos.

TUNÍSIA

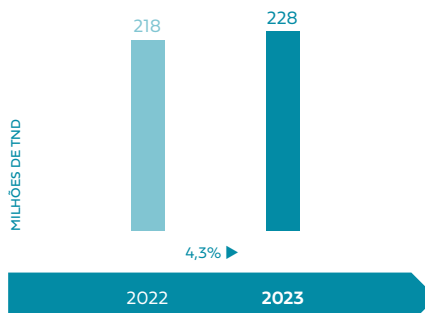
VOLUME DE NEGÓCIOS (EUR)



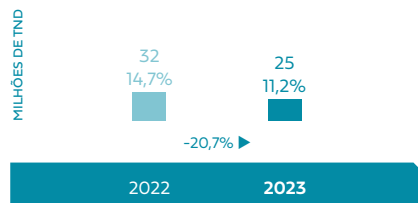
EBITDA (EUR) MG EBITDA



VOLUME DE NEGÓCIOS (TND)



EBITDA (TND) MG EBITDA



Nota:
Câmbio médio EUR-TND 2022 = 3,2535 / Câmbio médio EUR-TND 2023 = 3,3548

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

	Unidade	2023	2022	Var.
Produção de Clínquer	1 000 t	743	932	-20,2%
Produção de Cimento + Cal	1 000 t	885	943	-6,1%
Vendas de Cimento e Clínquer*				
Mercado Interno	1 000 t	547	561	-2,5%
Mercado Externo	1 000 t	453	474	-4,3%
Total	1 000 t	1 000	1 035	-3,3%
Vendas de Betão *	1 000 t	96	127	-24,3%

Nota:

* Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.

A **Tunísia** continua a enfrentar desafios significativos, incluindo elevados défices externos e fiscais, aumento da dívida e um crescimento insuficiente para reduzir o desemprego. Subsiste ainda instabilidade social, que poderá agravar-se, e uma pressão nas reivindicações sindicais. O défice do Estado reflete-se nas obras públicas e o setor imobiliário enfrenta desafios devido a dificuldades de financiamento (pela fragilidade do setor bancário), com impacto no volume da construção. Os efeitos colaterais da guerra da Ucrânia e a instabilidade política vieram agravar ainda mais a situação.

Neste contexto difícil, o mercado interno de cimento contraiu em cerca de 10% face ao período homólogo de 2022, continuando a caracterizar-se por uma concorrência muito intensa, devido ao excesso de capacidade instalada.

Ainda de referir que no mês de outubro ocorreu um sinistro de incêndio na fábrica de cimento de Gabès. Apesar de os danos materiais não serem muito significativos, existiu impacto nos equipamentos de abastecimento elétrico das linhas de produção. Em consequência, o ano de 2023 terminou com uma redução da atividade de produção de cimento. A Secil já acionou as respetivas apólices de seguro contratadas que permitem compensar os efeitos do sinistro ocorrido. O retomar da atividade normal da operação está prevista para o início do 2º trimestre de 2024.

Apesar deste contexto, o volume de negócios do conjunto das operações desenvolvidas na Tunísia apresentou uma variação positiva de 1,2% face a igual período do ano anterior, totalizando 67,8 milhões de euros.

No segmento de negócio Cimento, o volume de negócios cresceu cerca de 2,6%, tendo-se cifrado em 65,2 milhões de euros, reflexo do crescimento dos preços no mercado interno e no mercado externo, em contraponto com a diminuição das quantidades vendidas para o mercado interno (-2,5%) e o mercado externo (-4,3%).

No segmento do Betão, o volume de negócios apresentou uma diminuição de 20,8% face ao período homólogo, resultado essencialmente da quebra nas quantidades vendidas.

O **EBITDA** das atividades na Tunísia cifrou-se em 7,6 milhões de euros, ou seja, 23,1% abaixo do registado em 2022 (9,9 milhões de euros), resultado da diminuição das quantidades vendidas no mercado interno e aumento dos custos de produção (essencialmente energia elétrica, matérias-primas e custos fixos), apesar da evolução favorável de preços. O sinistro ocorrido em outubro foi decisivo para a evolução negativa dos indicadores operacionais e para o EBITDA de 2023.

OUTROS

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS DE ANGOLA

	Unidade	2023	2022	Var.
Produção de Cimento	1 000 t	88	119	-25,6%
Vendas de Cimento e Clínquer*	1 000 t	87	119	-26,5%

Nota:

* Os volumes de venda respeitam às vendas totais de cada unidade de negócio, não estão expurgados os valores intragrupo.

Em 2023 o mercado angolano de cimento, de acordo com os dados disponíveis, terá apresentado uma variação negativa de 3% relativamente ao período homólogo.

As quantidades de cimento vendidas pela Secil apresentaram um decréscimo de 26,5%. Ao longo do ano, a Secil Lobito tem tido alguma dificuldade em acompanhar a política de preços seguida nos últimos tempos, no que se refletiu numa redução efetiva do preço médio de venda em euros. Neste contexto, o **volume de negócios** cifrou-se em 7,9 milhões de euros, ou seja, 45,9% abaixo do valor registado no mesmo período de 2022.

O **EBITDA** em 2023 foi de 1,6 milhões de euros, o que comparando com o valor de 3,4 milhões de euros, registado no período homólogo, representa um decréscimo de 52,4%, justificado sobretudo pela quebra no volume de negócios.

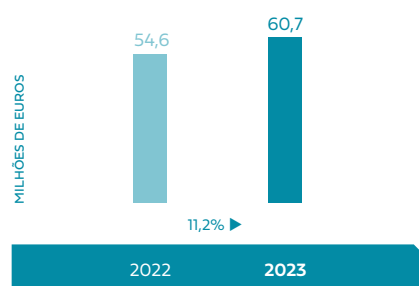
3.2.3. SÍNTESE DA ATIVIDADE DE OUTROS NEGÓCIOS²



DESTAQUES DE 2023 (VS. 2022)

■ Em 2023, o volume de negócios ascendeu a cerca de 60,7 milhões de euros, o que representou um aumento 11,2% relativamente ao ano anterior. De notar que os valores de 2023 incorporam 6 meses de atividade da Triangle's.

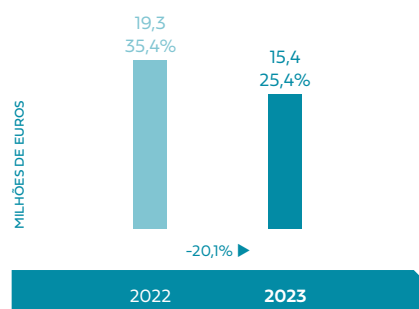
VOLUME DE NEGÓCIOS



■ O EBITDA totalizou cerca de 15,4 milhões de euros em 2023, o que representou uma redução de 3,9 milhões de euros face ao ano anterior.

■ Esta evolução resulta essencialmente da redução do volume de negócios da ETSA e do aumento do preço de compra da matéria-prima de categoria 3, assim como dos gastos com o pessoal, conjugado com o efeito positivo da incorporação de 6 meses de atividade da Triangle's.

EBITDA MG EBITDA



2 A 31 de dezembro de 2023, os Outros Negócios incluem os negócios da Triangle's e da ETSA.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

IFRS – valores acumulados (milhões de euros)	2023	2022	Var.
Volume de negócios	60,7	54,6	11,2%
EBITDA	15,4	19,3	-20,1%
Margem EBITDA (%)	25,4%	35,4%	-10,0 p.p.
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(8,7)	(3,3)	-160,4%
Provisões	0,3	-	-
EBIT	7,0	16,0	-56,0%
Margem EBIT (%)	11,6%	29,3%	-17,7 p.p.
Resultados financeiros líquidos	(0,3)	(0,1)	-106,8%
Resultados antes de impostos	6,8	15,8	-57,3%
Impostos sobre o rendimento	0,8	(3,6)	122,0%
Lucros do período	7,6	12,2	-38,2%
Atribuível aos acionistas da ETSA	7,7	12,1	-36,4%
Atribuível a interesses não controlados (INC)	(0,1)	0,2	-183,9%
Cash Flow	16,0	15,6	2,5%
Cash Flow Livre	2,0	5,4	-62,9%
	31/12/2023	31/12/2022	
Capitais próprios (antes de INC)	152,2	97,7	
Dívida líquida remunerada	15,2	(12,7)	
Passivos por locação (IFRS 16)	1,1	1,3	
Total	16,3	(11,4)	

Nota:

Os valores dos indicadores por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização efetuados na consolidação.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS – ETSA (AMBIENTE)

	Unid.	2023	2022	Var.
Recolha de Subprodutos de Origem Animal (Categoria 1, 2 e 3)	1 000 t	133	130	1,8%
Vendas Gorduras Animais e Óleos Alimentares Usados	1 000 t	18	17	7,8%
Vendas Farinhas (Categoria 1, 2 e 3)	1 000 t	24	23	0,6%

SÍNTESE DA ATIVIDADE DE OUTROS NEGÓCIOS³

Em 2023, o volume de negócios cifrou-se em cerca de 60,7 milhões de euros, o que representou um aumento de 11,2% face a 2022. Excluindo o impacto da aquisição da Triangle's, ter-se-ia verificado uma quebra de 11,9%.

Esta evolução desfavorável resulta de um decréscimo das vendas da ETSA face ao ano anterior, que se justifica essencialmente pela diminuição no preço de venda de gordura de categoria 3.

Quanto às prestações consolidadas de serviços, face ao ano anterior revelam um ligeiro acréscimo de 0,1% com um mix de variações entre os vários tipos de prestações de serviços prestados pela ETSA.

Em 2023, o EBITDA totalizou cerca de 15,4 milhões de euros, o que representou uma queda de cerca de 20,1% face ao ano anterior, explicada essencialmente pela redução do volume de negócios da ETSA, mas também pelo aumento do preço de compra da matéria-prima de categoria 3 em 33,7%, assim como dos gastos com o pessoal em 8%. A aquisição da Triangle's contribuiu positivamente nos últimos seis meses para atenuar esta quebra.

A margem EBITDA atingiu 25,4%, o que se traduziu numa variação negativa de cerca de 10,0 p.p. face à margem registada no ano anterior.

Os **resultados financeiros** reduziram-se devido à incorporação da Triangle's, tendo atingido -0,3 milhões de euros.

O **Resultado Líquido** atribuível aos acionistas deste segmento de negócio atingiu, em 2023, cerca de 7,7 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 36,4% face ao ano anterior.

Em 2023, o valor de **investimento** em ativos fixos foi de 14,9 milhões de euros, dos quais 12,0 milhões de euros da ETSA que reflete a construção de uma nova unidade fabril em Coruche, na qual se pretende produzir uma gama de produtos substancialmente mais premium do que a gama atual, fruto do forte investimento em inovação, designada ETSA ProHy.

Os outros negócios incluem, além da ETSA, a empresa Triangle's adquirida pela Semapa em 19 de junho de 2023. A Triangle's foi fundada em 2015, tendo iniciado produção em 2017, com o objetivo de se afirmar no setor dos quadros de bicicletas recorrendo a níveis de automação muito elevados e sem paralelo no mercado. Em resultado da forte aposta em I&D, a Triangle's é hoje uma referência mundial na produção de quadros para e-bikes, tendo no seu portefólio de clientes várias prestigiadas marcas do setor.

Com esta aquisição, a Semapa pretende acelerar o crescimento da Triangle's, investindo na expansão da capacidade instalada e numa contínua aposta no desenvolvimento tecnológico, com a ambição de a transformar numa plataforma de futuro num setor com elevado crescimento.

Os objetivos delineados assentam na promoção da consolidação da empresa como referência internacional e na contribuição para o desenvolvimento da mobilidade elétrica cujo impacto na descarbonização e em comunidades saudáveis e sustentáveis está totalmente alinhado com o propósito da Semapa – Making it better.

3.2.4. SÍNTESE DA ATIVIDADE DA SEMAPA NEXT

O ano de 2023 foi globalmente positivo para a Semapa Next, com um foco maior no acompanhamento de portefólio e reforço de posição em algumas das Participadas, nomeadamente, Kencko, Overstory e Flecto. Adicionalmente, a Semapa Next aumentou o seu portefólio com um novo investimento, no início de 2023, na Soveren, empresa que atua no espaço de cibersegurança e que desenvolve uma solução para prevenir e corrigir violações de privacidade e segurança. Para além do foco na área de investimento, a Semapa Next esteve igualmente presente em diversas conferências europeias para acompanhar novas tendências de mercado e fortalecer a marca Semapa Next.

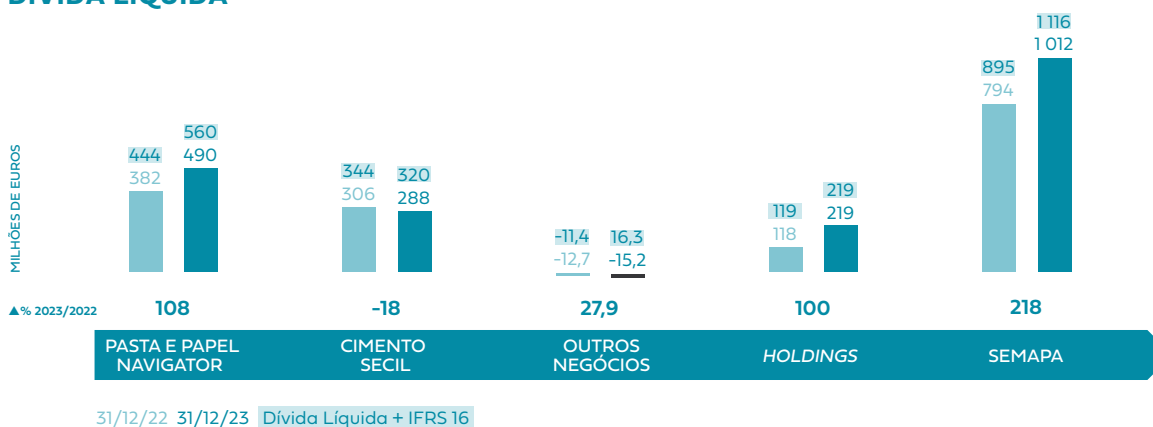
³ A 31 de dezembro de 2023, os Outros Negócios incluem os negócios da Triangle's e da ETSA.

3.3

ÁREA FINANCEIRA DO GRUPO SEMAPA

3.3.1. ENDIVIDAMENTO

DÍVIDA LÍQUIDA



Em 31 de dezembro de 2023, a **dívida líquida consolidada** totalizava 1 012 milhões de euros, o que representou um aumento de 217,8 milhões de euros face ao valor apurado no final do exercício de 2022. Incluindo o efeito da IFRS 16, a dívida líquida seria de 1 116 milhões de euros, valor superior em 220,6 milhões de euros ao apresentado no final de 2022. Para além do *cash flow* operacional gerado, estas variações são explicadas por:

- Navigator: +107,7 milhões de euros, impactada pela aquisição de uma fábrica de *tissue* no 1º trimestre, pela distribuição de 200 milhões de euros de dividendos no 2º trimestre, pelo volume de pagamento de impostos, que reflete o nível excepcional de resultados de 2022, e pelo exigente calendário para o plano de investimentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
- Secil: -18,1 milhões de euros, incluindo a realização de investimentos em ativos fixos de cerca de 61,3 milhões de euros, pagamento de dividendos e reembolso de prestações suplementares no valor total de 41 milhões de euros à Semapa;
- Outros Negócios: +27,9 milhões de euros significativamente influenciada pela incorporação da dívida líquida da Triangle's no momento da aquisição (13,9 milhões de euros) e pelo pagamento de dividendos da ETSA no valor de 16 milhões de euros; e,
- Holdings: +100,4 milhões de euros, incluindo o recebimento de dividendos (Navigator: 140 milhões de euros; Secil: 41 milhões de euros, ETSA: 16 milhões de euros e UTIS: 3 milhões de euros), bem como do pagamento de dividendos (76 milhões de euros). Adicionalmente, a Semapa adquiriu 100% do capital social da Triangle's por um preço de aquisição, pago no final do semestre, de cerca de 180 milhões de euros, incluindo 12 milhões de euros de créditos acionistas, e pagou o *earn out* referente à aquisição da UTIS de cerca de 24 milhões de euros. A Semapa Next investiu cerca de 6,8 milhões de euros durante o período.

A 31 de dezembro de 2023, o total de disponibilidades consolidadas ascendia a 281,2 milhões de euros, tendo o Grupo, adicionalmente, um conjunto de linhas contratadas e não utilizadas, assegurando desta forma uma forte posição de liquidez.

Durante os últimos anos, o Grupo Semapa deu passos importantes nas finanças sustentáveis, através da procura de opções de financiamento diretamente ligadas ao cumprimento de objetivos de desenvolvimento sustentável ou a indicadores de desempenho ESG – *Environmental, Social and Governance*. A dívida verde do Grupo Semapa no final do ano representa cerca de 30% do total contratado e 25% do total utilizado.

No 4º trimestre a Navigator celebrou um contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de 115 milhões de euros, cujo desembolso pode ser efetuado em até 3 tranches nos 18 meses após a assinatura do contrato, com maturidades de até 12 anos. O empréstimo destina-se a apoiar o projeto de construção e operação da caldeira de recuperação de alta eficiência no Complexo Industrial de Setúbal, um passo fundamental no roteiro de descarbonização. Este empréstimo verde faz parte do Plano REPowerEU que visa impulsionar o financiamento da energia verde e apoiar a autonomia e a competitividade da União Europeia.

No início de 2023, a Secil realizou a primeira contratação de financiamento sustentável, via dois empréstimos obrigacionistas denominados “Obrigações Verdes Secil 2030 – taxa fixa” e “Obrigações Verdes Secil 2030 – taxa variável”, num total de 75 milhões de euros, destinados ao (re)financiamento do Projeto Clean Cement Line, em execução na fábrica do Outão, em Setúbal, nos termos do Green Bond Framework da Secil. Desta forma, a Secil tornou-se a primeira cimenteira europeia a contratar este tipo de financiamento associado a um projeto específico.

Adicionalmente em julho de 2023, a Secil divulgou o Sustainability Linked Financing Framework (<https://www.secil-group.com/pt/sustentabilidade/sustentabilidade-secil/sustainability-linked-financing---grupo-secil>). Este documento enquadra o financiamento sustentável a contratar em Portugal, Brasil e Tunísia.

A 31 de dezembro de 2023, a Navigator tinha cerca de 46% do total de endividamento contratado com cariz sustentável (42% do total emitido). O financiamento sustentável na Secil é de cerca 35% do total de linhas contratadas a essa data tendo três linhas de financiamento sustentável em Portugal e duas no Brasil, num total equivalente a 209 milhões de euros.

3.3.2. RESULTADO LÍQUIDO

Após um ano de 2022 extraordinário em especial no caso da Navigator, ano em que os preços atingiram níveis históricos, por um desequilíbrio sem paralelo entre oferta e procura em todos os produtos, o **resultado líquido atribuível a acionistas** da Semapa, em 2023, foi de 244,5 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 62,6 milhões de euros face ao período homólogo, explicado essencialmente pelo efeito combinado dos seguintes fatores:

- Redução do EBITDA em 222 milhões de euros, devido à redução de 234,8 milhões de euros no segmento de Pasta e Papel;
- Melhoria dos resultados financeiros líquidos em cerca de 33,6 milhões de euros. De referir que no período homólogo os resultados financeiros estavam penalizados por impactos não recorrentes (*non cash*) de cerca de -40 milhões de euros;
- Incremento nos resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (+0,3 milhões de euros). Esta rubrica incorpora parte dos resultados da UTIS⁴, que é uma *joint-venture* 50/50⁵ entre a Semapa e a Ultimate Cell;
- Aumento da posição monetária líquida em cerca de 13,5 milhões de euros. A aplicação da norma contabilística IAS 29 (Economias Hiperinflacionárias), conjugada com a forte desvalorização monetária da Libra libanesa, levou ao reconhecimento por parte da Secil de uma Posição Monetária Líquida positiva de 14,5 milhões de euros nos seus resultados;
- Redução dos impostos sobre o rendimento em cerca de 68,3 milhões de euros, decorrente fundamentalmente da redução dos resultados.

⁴ A UTIS é uma empresa que desenvolve tecnologia disruptiva na área da otimização dos processos de combustão interna e contínua, contribuindo para a redução da pegada ecológica e dos custos energéticos das empresas.

⁵ Sendo um “Empreendimento conjunto” à luz das normas IFRS (participação 50/50), o seu reflexo contabilístico nas demonstrações financeiras (consolidadas e separadas) da Semapa é pelo método da equivalência patrimonial (não estando incorporada “linha a linha”) nas contas consolidadas da Semapa. Desta forma, 50% dos resultados desta JV são incorporados na Demonstração de Resultados da Semapa, na linha “Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos”, estando o valor do investimento evidenciado na linha de Balanço “Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos”.

3.3.3. DIVIDENDOS

A Semapa procedeu à distribuição de dividendos, em 1 de junho de 2023, no valor de 75,9 milhões de euros, a que corresponderam um valor bruto de 0,95 euros por ação.

A Navigator procedeu, no dia 31 de maio, à distribuição de dividendos num montante de 200 milhões de euros, equivalente a um valor bruto de 0,2812 euros por ação.

No dia 6 de julho a Secil pagou 8,8 milhões de euros de dividendos que corresponderam a um valor bruto de 0,18 euros por ação.

Durante 2023, os dividendos pagos pela ETSA ascenderam a cerca de 16 milhões de euros e os dividendos pagos pela UTIS à Semapa totalizaram cerca de 3 milhões de euros.

3.4

EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE BOLSISTA

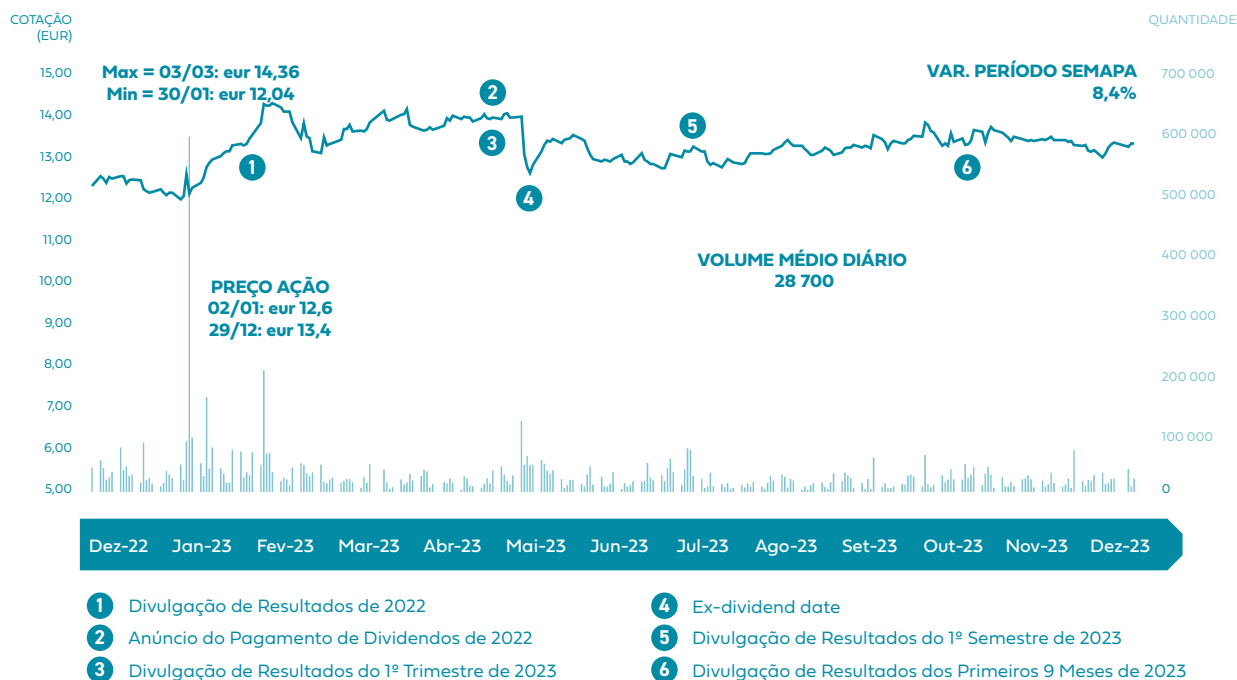
3.4.1. EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE BOLSISTA

Durante o ano 2023, várias tensões geopolíticas impactaram o cenário mundial, sendo de destacar a guerra na Ucrânia e Médio Oriente e as tensões entre a China e Taiwan, com riscos persistentes de escalada que provocaram momentos de significativa aversão ao risco durante o ano.

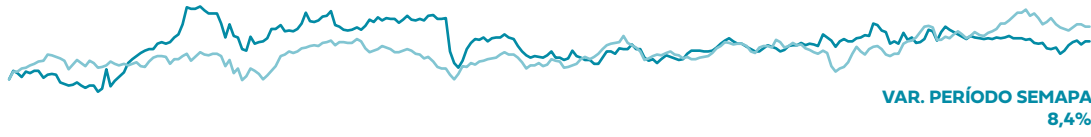
A situação macroeconómica global era, no começo de 2023, bastante desanimadora, com previsão de taxas de crescimento baixas, ou até ocasionalmente negativas, para as principais economias avançadas. Contudo, o resultado do ano foi nitidamente mais favorável do que a expectativa inicial: o ano terminou com crescimento de cerca de 2,5% (EUA) e 0,5% (Zona Euro), de acordo com o *World Economic Outlook Update* do FMI de janeiro de 2024. No caso da economia portuguesa, o Banco de Portugal (Boletim Económico dezembro 2023) projetou um crescimento de 2,1% para 2023, quando há um ano se esperava que ficasse em torno de 1,5%.

Os índices bolsistas acompanharam a evolução das expectativas, e assim, apesar dos elevados níveis de volatilidade registados, o ano acabou por ser positivo para a maioria dos mercados financeiros. O ano terminou com ganhos generalizados nos principais índices bolsistas, tanto nos mercados desenvolvidos como nos mercados emergentes, sendo de destacar o Nasdaq 100, S&P 500 e Eurostoxx, enquanto as ações chinesas se situaram em terreno negativo. O PSI registou uma valorização de 11,7%.

Neste contexto, durante o período em análise, as ações da Semapa valorizaram 8,4%. A cotação da Semapa registou o valor mínimo de 12,04 euros no dia 30 de janeiro, tendo alcançando o seu valor máximo de 14,36 euros no dia 03 de março. O volume médio diário de ações da Semapa transacionadas foi de 28 700.

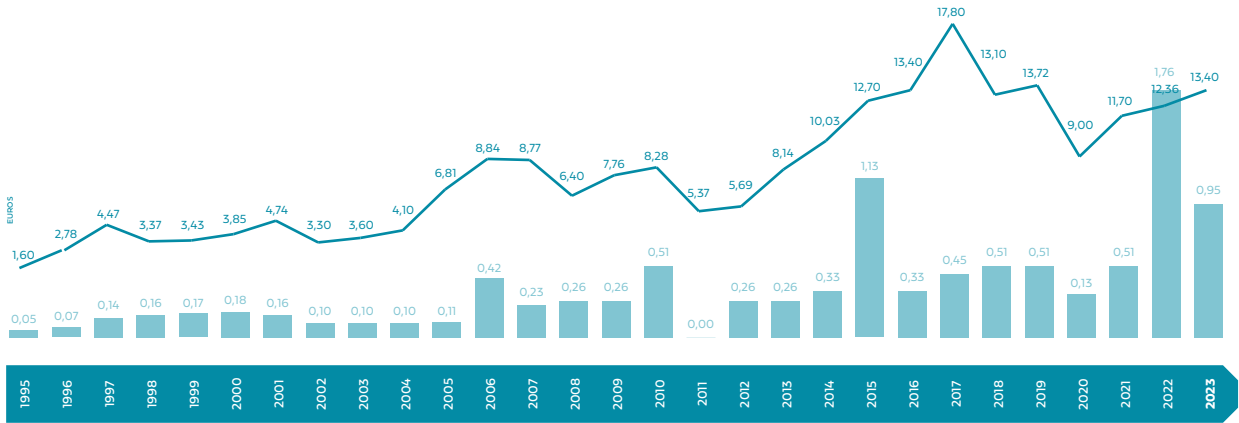


BASE 100: 31/12/2022



Nota:
Cotações de fecho

RETORNO ACIONISTA ANUAL = 18,5%



DIVIDENDOS POR AÇÃO (DPS) COTAÇÃO DE FECHO

3.5 PERSPETIVAS FUTURAS

O cenário macroeconómico e de geopolítica global para 2024 revela a persistência de um complexo cenário repleto de desafios e oportunidades. Por um lado, apesar da resiliência observada nos serviços, existem sinais palpáveis de moderação do nível de inflação a nível global, incluindo nos salários, à medida que o mercado de trabalho começa a arrefecer. Por outro lado, a dinâmica do mercado continua ainda a adaptar-se ao “novo normal”, caracterizado pela expectativa de taxas de juro mais altas durante mais tempo. Embora seja pouco provável que os bancos centrais arrisquem cortar as taxas prematuramente, há indicações de potenciais cortes no segundo semestre de 2024, com a possibilidade de uma ação mais precoce.

O FMI no *World Economic Outlook Update*, de janeiro de 2024, estima para 2024 e 2025 a moderação da inflação e crescimentos constantes, o que, relativamente à previsão de outubro, revela uma ligeira melhoria. Estas últimas projeções apontam que a economia mundial cresça 3,1% em 2023 e 2024 (menos que os 3,5% em 2022) e 3,2% em 2025, ou seja, abaixo da média anual histórica (2000-2019) de 3,8%.

Para a Zona Euro, o *World Economic Outlook Update* do FMI, publicado em janeiro de 2024, prevê um crescimento do PIB de 0,5% em 2023 (valor revisto em baixa em 0,2 p.p. face ao *update* de outubro), de 0,9% em 2024 (revisão em baixa em 0,3 p.p.) e de 1,7% em 2025.

O Banco de Portugal (Boletim Económico de março 2024) para a economia portuguesa refere que após um crescimento de 2,3% em 2023, a economia portuguesa deverá abrandar para 2,0% em 2024 e crescer 2,3% em 2025 e 2,2% em 2026. A recuperação da atividade será gradual ao longo do próximo ano, beneficiando da aceleração da procura externa, do efeito da descida da inflação no rendimento das famílias e do impulso dos fundos europeus no investimento. Em 2025 e 2026, o crescimento beneficiará da dissipação gradual do impacto da subida das taxas de juro.

A inflação deverá prosseguir a trajetória descendente, reduzindo-se de 5,3% em 2023 para 2,4% em 2024 e para 2,0% em 2025 e 1,9% em 2026. Esta diminuição reflete os efeitos desfasados da redução de custos de produção e das decisões de política monetária do Banco Central Europeu.

As tensões geopolíticas persistem em regiões como a Ucrânia, o Médio Oriente e o impasse em curso entre a China e Taiwan, apresentando riscos persistentes de escalada e choques de oferta. A confluência das incertezas geopolíticas com os ciclos eleitorais (mais de 40 países realizam eleições em 2024) complica ainda mais a gama de resultados potenciais, sublinhando a necessidade de uma avaliação de risco diferenciada e de uma previsão estratégica.

Ao navegar pelas complexidades de 2024, o Grupo Semapa irá permanecer adaptável e com visão de futuro, estando preparado para reagir em resposta à evolução da dinâmica macroeconómica e geopolítica.

A Semapa vai continuar determinada na construção de um portefólio diversificado de empresas e produtos capazes de criar ciclos de crescimento sustentável, de longo prazo e com impacto positivo. A deteção de novas oportunidades de crescimento e investimento, assim como uma forte aposta nas pessoas do Grupo vão continuar a ser o mote em 2024.

NAVIGATOR

No negócio de pasta, para o 1º trimestre, é antecipada a continuação de uma recuperação progressiva e gradual, que se tem vindo a assistir desde o terceiro trimestre de 2023. No entanto, sugere-se prudência no contexto atual sobre a evolução do mercado no resto do ano. A volatilidade do mercado chinês, o principal motor de consumo de fibras curtas, e o arranque em 2024 de uma nova fábrica na América Latina (2,6 Mt/ano), que será uma das 3 maiores fábricas de pasta de fibra curta no mundo (o que introduz mais incerteza relativamente ao balanço oferta/procura), reforçam este sentido de prudência.

No segmento de papel é esperada, para o 1º trimestre, uma continuação da evolução positiva da carteira de encomendas, que já assistimos a partir de setembro de 2023. A par com a entrada de encomendas, verificou-se um aumento nos prazos de entrega das fábricas para os distribuidores, atualmente acima dos níveis de 2021. Para além da normalização esperada, a crise no canal Suez está também a contribuir para o aumento dos prazos de entrega (de volumes vindos da Ásia). Pese embora o contexto de desaceleração económica e de elevada incerteza em que vivemos, é previsível que a melhoria da procura, redução da oferta na Europa, e a forte pressão nos custos, sustentem a inversão da queda de preços de papel na Europa e em alguns mercados Internacionais.

Na Europa concretizam-se anúncios de reduções temporárias ou definitivas de capacidade no setor papelero. De facto, em 2023 e 2024, quase 400 mil toneladas de capacidade de produção anual de UWF sairão do mercado europeu. Esta saída de capacidade resulta quer de anúncios de fecho permanente de operação, quer de anúncio de conversão da capacidade para grades de *packaging*. No sentido inverso, na China, em 2023, verificou-se um aumento líquido de 1,4 milhões de toneladas e nos próximos anos é esperada a entrada de mais 5,4 milhões de toneladas de capacidade líquida de UWF (2,5 milhões dos quais ainda incertos). Este movimento será positivo para o mercado de pasta, podendo, no entanto, colocar pressão nos mercados de papel, não tanto na Europa, mas sobretudo em Overseas.

No segmento de papel *tissue*, a procura de *tissue* da Navigator continua a apresentar taxas de crescimento interessantes. A Navigator tem potenciado as sinergias e economias de escala associadas ao crescimento do negócio, nomeadamente com a aquisição da Navigator Tissue Ejea.

Apesar do esforço e compromisso do Grupo na redução de custos, quer pela otimização de consumos específicos, quer pela negociação de preços na logística, nas matérias-primas e subsidiárias e na energia, estes continuam acima dos níveis pré-pandemia. O atual nível de custos coloca naturalmente pressão nos preços dos produtos finais, pelo que não se antecipa que convirjam para os níveis registados no passado.

Adicionalmente, a Navigator está a analisar a possibilidade de investir em baterias (armazenamento elétrico), sobretudo para prestação de serviços de sistema de reserva de regulação. Existe a possibilidade de investir até três baterias de 10 MW / 2 horas cada uma. A verificar-se a sua atratividade, poderá representar um investimento entre 7 a 21 milhões de euros.

Numa perspetiva de mais médio-longo prazo, a Navigator continua a analisar a atratividade de investir em *green fuels*, tanto em *biofuels* (médio prazo) como em *e-fuels* ou combustíveis sintéticos (médio-longo prazo). Em termos de *biofuels*, estão a ser avaliados eventuais investimentos na produção de bioetanol de segunda geração (usando como matéria-prima a casca de eucalipto) e na produção de biometanol kraft (através da recuperação e purificação do subproduto biometanol produzido nas fábricas de pasta) para utilização como combustível ou na indústria química.

Finalmente, em termos de *e-fuels*, continuam a ser avaliados projetos de investimento de produção de e-metanol e de *e-jetfuel*. São projetos distintos, com tecnologias e potenciais parceiros distintos, sendo que para ambos é essencial o CO₂ biogénico que é um subproduto dos processos de produção de pasta. De forma resumida, trata-se de processos de síntese de CO₂ (biogénico) e de H₂ verde (obtido por eletrólise da água) com vista à produção de hidrocarbonetos sustentáveis (e-metanol, e-kerosene), neutros em emissões de carbono, para o setor marítimo e/ou da aviação, onde os motores elétricos não são uma opção.

Entretanto, tendo em consideração a evolução da regulamentação europeia sobre e-SAFs, que impôs apenas para 2030 a incorporação obrigatória de e-SAFs nos combustíveis tradicionais, há consequentemente a necessidade de um reescalonamento de prioridades. Assim, o projeto anunciado previamente com a P2X Europe (com vista à produção de *e-fuels*/e-SAFs), que tinha como calendário previsional o início de operação em 2026, não poderá avançar como previsto inicialmente. As duas empresas reiteram, no entanto, o interesse de ambas as partes em continuar a analisar eventuais novas oportunidades na área de *power-to-liquids*, atentas à nova calendarização definida pela UE.

A agilidade e flexibilidade das equipas da Navigator, na gestão de todas as operações – desde a floresta às diferentes unidades de produção do grupo, bem como estratégias comerciais focadas na gestão responsável dos preços, na aposta em marcas próprias e na diversificação de produtos e geografias, a par do rigor nos programas de controlo de custos e de eficiência nos consumos específicos, bem como a solidez financeira da empresa, têm permitido a consistência e estabilidade na entrega de resultados em diferentes contextos de mercado. Confiamos que todos estes fatores, a par do desenvolvimento focado na diversificação da base de atividades do grupo, continuarão a evidenciar e a potenciar a resiliência do modelo de negócio da Navigator.

SECIL

A Secil encontra-se a avaliar potenciais oportunidades de investimento, com ênfase na área de descarbonização dos seus processos industriais e I&D em produtos e soluções nos setores em que atua, encontrando-se em análise o seu enquadramento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Espera-se que a execução do Plano de Recuperação e Resiliência contribua positivamente para a recuperação económica em **Portugal**.

O investimento na instalação industrial da Secil no Outão, CCL – Clean Cement Line – o qual combina pioneiramente um conjunto de tecnologias maduras com inovadoras – encontra-se em fase de arranque e permitirá reduzir 20% de emissões de CO₂, aumentar a eficiência energética em 20% e produzir 30% da energia elétrica através de recuperação de calor do próprio processo. O clínquer de baixo carbono que resultará deste processo permitirá responder competitivamente a solicitações de *green procurement* no mercado.

Por outro lado, espera-se que o mercado venha a confirmar o reconhecimento do Betão Verdi Zero, lançado pela Secil em julho de 2022, o primeiro betão neutro em carbono em Portugal, um produto que tem como base uma inovação Secil ao nível do desenvolvimento de produto e que garante, desde o início, uma importante redução de emissões de CO₂. O Betão Verdi Zero é, assim, um betão com uma reduzida intensidade carbónica, que promove a economia circular, através da incorporação de resíduos reciclados, o que implica uma menor utilização de matéria-prima virgem. As restantes emissões serão compensadas através de um programa de compensação de carbono certificado pela Climate Impact Partners, tendo sido atribuído o selo de CarbonNeutral® Product. Este lançamento é mais um importante passo no caminho da descarbonização da Secil, com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica em 2050, em sintonia com os compromissos assumidos para reduzir as emissões de CO₂ da atividade da Secil.

Para o **Brasil**, depois de dois anos consecutivos de queda, a indústria brasileira do cimento espera crescer no próximo ano, influenciada em parte pelos avanços em projetos de infraestrutura, já sinalizados pelo governo para 2024, e no desenvolvimento urbano, principalmente nas áreas de habitação e saneamento.

O FMI no *World Economic Outlook Update*, publicado em janeiro de 2024, prevê um crescimento da economia brasileira de 3,1% em 2023 (após o crescimento de 3,0% de 2022), de 1,7% para 2024 e de 1,9% para 2025. A inflação prevista no *World Economic Outlook* publicado em outubro era de 4,7% para 2023, reduzindo-se para 4,5% em 2024.

No **Líbano**, as perspetivas económicas continuam altamente incertas e dependentes de medidas políticas das autoridades. A instabilidade geopolítica na região do Médio Oriente com o início do recente conflito na faixa de Gaza no mês de outubro e mais recentemente a crise no Mar Vermelho veio acentuar as dificuldades na recuperação da economia e potenciais riscos de segurança, sociais e políticos. A Secil está a acompanhar de perto o desenrolar dos acontecimentos.

O ano de 2024 continuará assim dominado pela elevada incerteza, com restrições no setor bancário e um fornecimento limitado de eletricidade. A depreciação cambial durante 2023 bem como a elevada taxa de inflação espelham bem as dificuldades e entraves no retomar da atividade económica.

Para a **Tunísia**, o FMI no *World Economic Outlook*, publicado em outubro de 2023, prevê um crescimento do PIB de 1,3% em 2023 e de 1,9% para 2024. A inflação para 2023 é de 9,4% (acima da verificada em 2022 que foi de 8,3%), subindo para 9,8% em 2024.

O cenário político da Tunísia não teve evolução significativa, apesar da formação do novo parlamento. O contexto económico continua difícil e as tensões sociais aumentam. As negociações com o FMI voltaram a parar devido (entre outros) à questão persistente das compensações (subsídios).

Como mencionado anteriormente, no mês de outubro ocorreu um sinistro de incêndio na fábrica de cimento de Gabès. A Secil já acionou as respetivas apólices de seguro contratadas que permitem compensar os efeitos deste sinistro. O retomar da atividade normal da operação está prevista para o início do 2º trimestre de 2024.

As perspetivas para **Angola** (*World Economic Outlook*, FMI outubro 2023) são de um crescimento do PIB de 1,3% para 2023 e de 3,3% em 2024. Em relação à inflação, a previsão é de descida acentuada para 13,1%, em 2023 (depois dos 21,4% registados em 2022). De referir a previsão para novo aumento da inflação para 2024 (22,3%).

OUTROS NEGÓCIOS

A **ETSA** encara o futuro com confiança devido à aposta contínua em produtos de elevado valor acrescentado a serem escoados no mercado internacional. Nesse sentido, as exportações representaram cerca de 57,1% do valor global de vendas acumuladas a 31 de dezembro de 2023 e deu-se continuação à construção de uma nova unidade fabril em Coruche, fruto do forte investimento em inovação, designada ETSA ProHy, prevendo-se a sua inauguração durante o segundo semestre de 2024.

Na **Triangle's** os planos da Semapa para a empresa passam por concretizar o plano de expansão de capacidade para 600 mil quadros (projeto ao abrigo do PRR), reforçar os esforços comerciais para ganhar quota de mercado e posicionar-se para beneficiar do crescimento que se perspetiva para o setor.

UTIS

A UTIS continua a alargar a sua tecnologia UC3 a outros setores de atividade/negócio, nomeadamente, biomassa, centrais de energia, indústrias químicas, incineração, entre outras, bem como produção de hidrogénio para as HRS – Hydrogen Refueling Stations. A definição das geografias prioritárias, o reforço da estrutura comercial e de marketing, a criação de novas patentes com o aumento e diversificação na ligação às Universidades, o assegurar da formação contínua de todos os Colaboradores, assim como uma continuada aposta no reforço do *procurement* e manutenção como objetivo de exportação na ordem dos 95% da sua produção, são alguns dos vetores considerados essenciais para a sua sustentabilidade a longo prazo.

SEMAPA NEXT

Para 2024, a Semapa Next dará sequência à sua estratégia e atividade de investimento, com várias oportunidades em análise e em fase avançada de discussão. Adicionalmente, a Semapa Next continuará a acompanhar o seu portefólio de forma a acrescentar valor às suas Participadas nas suas respetivas expansões e a participar em eventos tecnológicos nacionais e internacionais com o objetivo de fortalecer a marca Semapa Next.

3.6

EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

A Navigator, através da sua subsidiária Navigator Paper UK Limited lançou, no dia 22 de março de 2024, uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) para adquirir a totalidade das ações representativas do capital social da Accrol, empresa britânica que atua no segmento de transformação de papel.

A Accrol é líder no segmento de transformação de papel *tissue* no Reino Unido, produzindo rolos de papel higiênico, rolos de cozinha e lenços faciais de marca própria para a maioria dos principais retalhistas no Reino Unido. No seu último ano fiscal, com fecho a 30 de abril de 2023, o volume de negócios ascendeu a 242 milhões de libras, com o EBITDA a atingir 15,6 milhões de libras e uma dívida líquida (pré-IFRS16) de 26,8 milhões de libras.

A Navigator considera que esta Oferta representa uma oportunidade atrativa para entrar no mercado britânico, através da aquisição de uma empresa líder no setor de transformação de papel *tissue*, com vantagens competitivas, valores complementares e forte alinhamento com a Navigator, assim como uma oportunidade estratégica para a expansão sustentada do seu negócio de *tissue* no mercado da Europa Ocidental.

A Oferta foi de 38 pence (GBX) por ação, o que equivale a um prémio de 11,8% face à cotação de fecho da empresa britânica no dia 21 de março de 2024, último dia de negociação imediatamente anterior ao anúncio da Oferta e valoriza o capital próprio da Accrol em cerca de 127,5 milhões de libras.

DEFINIÇÕES

$EBITDA = EBIT + \text{Depreciações, amortizações e perdas por imparidade} + \text{Provisões}$

$EBIT = \text{Resultados operacionais}$

Resultados operacionais = Resultados antes de impostos, de resultados financeiros e de resultados de associadas e empreendimentos conjuntos tal como apresentado na Demonstração dos Resultados em formato IFRS

$Cash Flow = \text{Lucros do período} + \text{Depreciações, amortizações e perdas por imparidade} + \text{Provisões}$

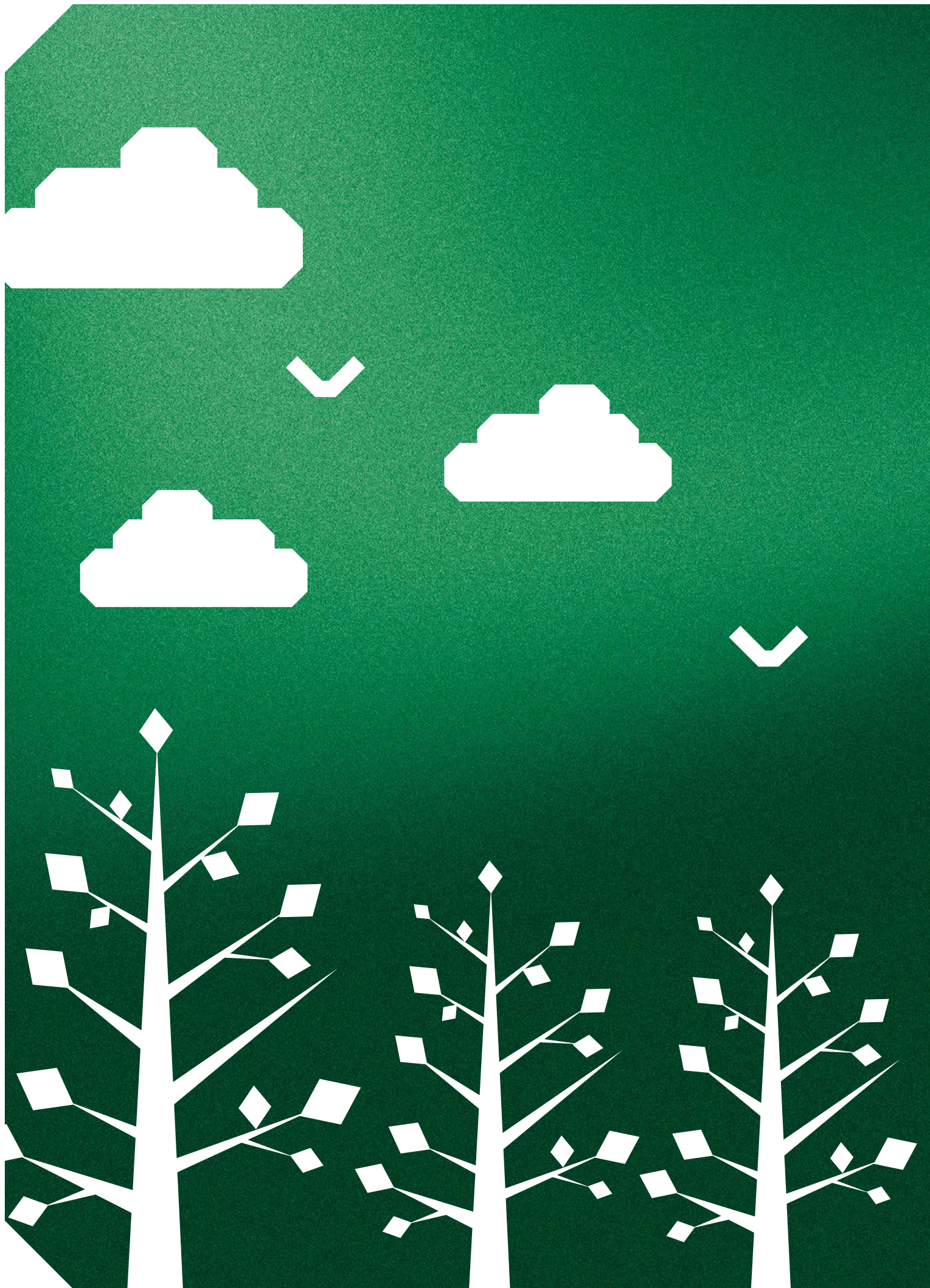
$Cash Flow Livre = \text{Variação de dívida remunerada} + \text{Variação cambial de dívida em moeda estrangeira} + \text{Dividendos (pagos-recebidos)} + \text{Aquisição de ações próprias}$

$Dívida Líquida remunerada = \text{Dívida remunerada não corrente (líquida de encargos com emissão de empréstimos)} + \text{Dívida remunerada corrente (incluindo dívida a acionistas)} - \text{Caixa e seus equivalentes}$

ADVERTÊNCIA

O presente documento contém afirmações que dizem respeito ao futuro e estão sujeitas a riscos e incertezas que podem levar a resultados reais diferentes dos indicados nessas afirmações. Os referidos riscos e incertezas resultam de fatores alheios ao controlo e capacidade de previsão da Semapa, como, por exemplo, condições macroeconómicas, mercados de concessão de crédito, flutuações de moeda e alterações legislativas ou regulamentares. As afirmações acerca do futuro previstas neste documento referem-se apenas ao mesmo e à data da sua divulgação, pelo que a Semapa não assume qualquer obrigação de as atualizar.

(Página intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO
DE SUSTENTABILIDADE**

04

ÍNDICE

4.1	INFORMAÇÕES GERAIS	89
4.1.1.	ABORDAGEM À SUSTENTABILIDADE E ESTRUTURA DE <i>GOVERNANCE</i>	89
4.1.2.	CONTEXTO GLOBAL	91
4.1.3.	O NOSSO CONTRIBUTO PARA OS ODS	94
4.1.4.	OS NOSSOS TÓPICOS MATERIAIS	98
4.1.5.	O NOSSO RELACIONAMENTO COM OS <i>STAKEHOLDERS</i>	102
4.2	INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	104
4.2.1.	TAXONOMIA EUROPEIA	104
4.2.2.	ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA	130
4.2.3.	GESTÃO DA ÁGUA	138
4.2.4.	ECONOMIA CIRCULAR	143
4.2.5.	BIODIVERSIDADE E ECOSISTEMAS	151
4.3	INFORMAÇÕES SOCIAIS	157
4.3.1.	GESTÃO DO TALENTO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO	157
4.3.2.	SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR NO TRABALHO	166
4.3.3.	ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE LOCAL	173
4.4	INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNAÇÃO	181
4.4.1.	ÉTICA NO NEGÓCIO	181
4.4.2.	CRIAÇÃO DE VALOR SUSTENTÁVEL	189
4.4.3.	INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	202


GRI 2-2

O Grupo Semapa apresenta, no presente capítulo, o relato de sustentabilidade individualizado como “Declaração de sustentabilidade”, num primeiro exercício de alinhamento com os requisitos das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS). A estrutura adotada segue a ordem definida na ESRS 1 – Requisitos gerais, organizando os conteúdos em quatro partes (subcapítulos): Informações Gerais; Informações Ambientais (incluindo os conteúdos obrigatórios de resposta à Taxonomia da UE); Informações Sociais; Informações sobre a Governança. O conteúdo dentro de cada subcapítulo seguiu um racional mais flexível do que o definido pelas ESRS, considerando que este é ainda um ano de transição.

De referir que embora o Grupo Semapa (e as suas Participadas) tenham já realizado análises de dupla materialidade, o presente relato faz-se em alinhamento com os tópicos materiais em vigor no ano de 2023. No capítulo relativo à análise de materialidade (Cap. 4.1.4.) apresenta-se o novo exercício e os seus resultados para a Semapa *Holding*.

Saliente-se ainda que o presente relato foi preparado em conformidade com as Normas da Global Reporting Initiative (GRI), na versão 2021, apresentando-se no Cap. 10.2. o Índice GRI. Apresenta, igualmente, as correspondências de conteúdo do presente documento com: o modelo de relatório para divulgação de informação não financeira definido pela CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, respondendo às exigências do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho; e o *framework* do World Economic Forum (WEF) “Measuring Stakeholder Capitalism Towards Common Metrics and Consistent Reporting of Sustainable Value Creation”, publicado em 2020, e ao qual o Grupo Semapa aderiu voluntariamente, na sua opção *core*.

No que diz respeito à apresentação da informação em cada subcapítulo e considerando que o Grupo Semapa apresenta atividade em setores distintos, é feito, em primeiro lugar, uma apresentação geral da abordagem e desempenho consolidado do Grupo, seguindo-se uma apresentação mais específica por áreas de negócio – segmentos *Holding* (Semapa e Semapa Next), Pasta e Papel (The Navigator Company), Cimento (Secil) e Outros Negócios (ETSA). Neste último caso e embora tenha ocorrido a recente aquisição da Triangle’s (em junho de 2023), optou-se por ainda não consolidar a respetiva informação de sustentabilidade (com exceção da Taxonomia Europeia), o que será feito no próximo ciclo de relato por forma a contemplar, deste modo, um ano completo de dados. De notar que na apresentação mais específica, no caso da Navigator e da Secil, optou-se por dar destaque aos principais compromissos/objetivos e metas, bem como os resultados alcançados em 2023.

No que diz respeito à materialização da abordagem aos tópicos materiais é apresentada, em cada um dos subcapítulos, uma seleção de iniciativas realizadas em 2023 pela estrutura Corporativa e áreas de negócio, não se esgotando nos exemplos apresentados – deve remeter-se para os relatórios da Navigator e Secil para informação mais detalhada.

De referir que, por motivos de simplificação de linguagem, não distinguimos os termos “impacto” e “impacte”, tendo optado por adotar exclusivamente a palavra “impacto”. Devido à extensão dos conteúdos do presente documento, optou-se por excluir a utilização de linguagem inclusiva, prescindido das referências de desagregação por género, opção esta que se considera em nada prejudicar o posicionamento do Grupo na promoção da igualdade de género (Cap. 4.4.1.), nem as suas políticas e práticas face a esta matéria.

4.1

INFORMAÇÕES GERAIS

4.1.1. ABORDAGEM À SUSTENTABILIDADE E ESTRUTURA DE GOVERNANCE

 GRI 2-22, 2-23, 2-24

A Semapa, enquanto *Holding* de investimento e alinhada com o seu propósito **Making it better** (Cap. 2.1), posiciona-se como uma empresa focada no crescimento sustentado, na criação de valor a longo prazo e num contributo positivo para a sociedade. Responsável pelo investimento em setores-chave da economia nacional e internacional, procura equilibrar as exigências de criação de valor para os acionistas com os princípios de desenvolvimento sustentável e, deste modo, gerar valor para os seus diferentes *stakeholders* (Cap. 4.4.2). Para tal, procura ativamente novas oportunidades de investimento e diversificação em setores de futuro, combinando objetivos de descarbonização e sustentabilidade com fortes perspectivas de crescimento, tais como: soluções sustentáveis no setor das embalagens; transição e eficiência energética; química fina e de especialidades; entre outras (Cap. 2.2).

Refira-se que os **modelos de negócio** das suas Participadas atuais estão alinhados com alguns dos desafios globais de sustentabilidade (Cap. 4.1.2.), em particular com as alterações climáticas e a economia circular. A este nível refira-se, como exemplos:

- No segmento da Pasta e Papel, através da Navigator: a gestão sustentável das florestas e através da produção de conhecimento e produtos promotores do crescimento de uma bioeconomia, de base florestal, circular e de baixo carbono fóssil;
- No segmento Cimento, através da Secil: a redução das incorporações de clínquer no cimento (*low carbon clinker*) e betões com menos cimento;
- No segmento Outros Negócios: promoção da reciclagem de subprodutos da cadeia alimentar (*rendering*), através da ETSA; e como *players* das cadeias de valor do hidrogénio e da por vezes mencionamos mobilidade sustentável, através da UTIS e Triangle's, respetivamente.

Importa salientar que a *Holding* promove um **clima de autonomia e responsabilização das empresas suas Participadas**, o que se reflete nas respetivas abordagens aos temas da sustentabilidade. Entre as Participadas, a Navigator e a Secil são as empresas com maior expressão e impacto – representando 97,8% do volume de negócios do Grupo – tendo cada uma desenvolvido abordagens específicas, considerando a sua identidade, posicionamento, setor de atividade e operações. Deste modo, a Navigator tem uma Agenda de Gestão Responsável 2030 e Roteiro 2030 próprios, com objetivos a longo prazo, organizados em torno de dois eixos – as Pessoas e o Planeta. A Secil alinhou a sustentabilidade como parte integrante do seu ciclo estratégico *Ambition 2025 – Crescimento Sustentável*, tendo definido objetivos e metas na área da sustentabilidade para 2025 e 2030, neste último caso relativos à descarbonização e à economia circular.

No que diz respeito à **governance de sustentabilidade**, cada Participada apresenta a sua própria estrutura. Ao nível da *Holding*, menciona-se a existência da **Comissão de Sustentabilidade**, uma comissão *ad hoc* – com diversos grupos de trabalho (GT) para tratar temas específicos – que tem desenvolvido a sua atividade sob a supervisão da Comissão Executiva e envolve de forma transversal todas as sociedades do Grupo, procurando dentro da lógica de criação de valor, um contributo significativo com impacto positivo para o ambiente, sociedade e governança em geral. Os GT têm apoiado a definição de *dashboard* de indicadores mais relevantes, partilha e transversalização de práticas, acompanhamento de tendências, entre outros.

De referir que a preocupação do Grupo Semapa com a sustentabilidade se traduz nos **princípios de boa-governança** pelos quais se rege, remetendo-se para o capítulo do modelo de governo (Cap. 2.3.) e Relatório de Governo Societário para informação sobre a composição, caracterização e competências dos órgãos, assim como a integração do desempenho de sustentabilidade nos regimes de incentivos (Cap. 6).

No que respeita à **gestão dos riscos**, a Semapa tem um modelo de acompanhamento de riscos estratégicos e modelo de governo próprio (Cap. 2.4.). A Semapa e as suas Participadas têm vindo a consolidar o seu sistema de gestão e controlo de riscos estratégicos, desenhado com base nas melhores práticas e referências metodológicas, e a integrar os **riscos relacionados com a sustentabilidade** – catástrofes ambientais não naturais, eventos climáticos adversos, desempenho ESG (ambiental, social e de governação, na sigla em inglês) e transição climática (Cap. 2.4.).

Relativamente aos **temas de sustentabilidade levados**, em 2023, **aos órgãos** de administração, direção e supervisão ou comissões e comités competentes, durante o período de relato, identificam-se os mais relevantes:

- Aprovação do início do estudo da integração de critérios ESG no processo de investimento;
- Desenvolvimento do trabalho do estudo de dupla materialidade e necessidade de transição para as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade;
- Caracterização e análise dos riscos ESG e climáticos mapeados em 2022;
- Aprovação da realização do piloto de quantificação de riscos, com vista a evoluir a maturidade da avaliação e gestão dos riscos;
- Adesão ao GRACE – Empresas Responsáveis e ao Pacto Mais e Melhores Empregos para os Jovens;
- Plano para a Igualdade 2024.

Como expressão dos compromissos assumidos no âmbito dos tópicos materiais, e apoio à sua materialização, o Grupo Semapa e cada uma das suas Participadas tem definido um conjunto de **códigos e políticas**, entre outros documentos estruturantes, assim como **ações** para suporte à concretização dos seus **objetivos e metas** e materialização da abordagem a cada tema material (ver Cap. 4.2., 4.3., 4.4.). Saliente-se que embora as políticas existentes possam ainda não cobrir a totalidade dos temas materiais, estes são suportados por programas com objetivos definidos e por planos de ação e KPI, estando em curso a formalização das políticas identificadas como mais relevantes. Ao nível da *Holding*, refira-se como **códigos e políticas** mais relevantes:

- Código de Ética e de Conduta da Semapa;
- Código de Conduta para a Prevenção e o Combate ao Assédio no Trabalho;
- Política de Direitos Humanos;
- Política de Prevenção da Corrupção;
- Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- Política Fiscal.

No que diz respeito ao **envolvimento dos stakeholders** (Cap. 4.1.5.) e **compromissos públicos** na área da sustentabilidade, cada empresa tem assumido os seus próprios canais de envolvimento e posicionamento. Ao nível da *Holding* e como expressão do seu propósito, saliente-se, em 2023, a adesão ao GRACE – Empresas Responsáveis, esperando-se com esta adesão contribuir, partilhar e crescer com as melhores práticas deste ecossistema de empresas igualmente comprometidas com o desenvolvimento sustentável. Refira-se igualmente a adesão ao Pacto Mais e Melhores Empregos para os Jovens, como reconhecimento de que a oferta de empregos de qualidade aos jovens é uma alavanca fundamental para atrair e reter talento para a Semapa, assim como um contributo decisivo para o crescimento económico do país, missão em torno da qual é necessária uma ação concertada de todos (Cap. 4.3.1.).

4.1.2. CONTEXTO GLOBAL

O ano de 2023 foi marcado por um contexto político-económico complexo e instável, com continuidade da guerra da Ucrânia, início do conflito do Médio Oriente, tensões entre a China e Taiwan, assim como elevadas taxas de juro e de inflação. Segundo o World Economic Forum (WEF)¹, prevê-se que os próximos anos sejam marcados por uma incerteza económica persistente e por crescentes clivagens económicas e tecnológicas.

Somam-se os riscos ambientais, que continuam a dominar o panorama dos riscos em todos os horizontes temporais¹, vivendo-se um contexto global em que o Planeta está no limite – com as alterações climáticas, perda de biodiversidade e colapso dos ecossistemas, alteração crítica dos sistemas terrestres, escassez de recursos, poluição.

As preocupações com o aumento das desigualdades e falta de oportunidades económicas, juntamente com uma acelerada transformação tecnológica, aliada à desinformação/informação falsa impulsionadas pela inteligência artificial (IA), e polarização social, dominam as perspetivas de riscos para os próximos dois anos².

A estes fatores acrescem ainda as alterações demográficas, em particular o crescimento da população mundial – com uma previsão de mais de 9 mil milhões de pessoas em 2050² – que colocam à sociedade atual e ao Planeta desafios sem precedentes.


O Grupo Semapa acompanha a evolução destas tendências, ciente da forma como o contexto global pode impactar na capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazo – tentando antecipar riscos e oportunidades, por forma a melhorar a sua capacidade de adaptação às mudanças e clivagens, num mundo cada vez mais volátil, complexo, interligado e interdependente – e ciente também do papel transformador que se espera das empresas na persecução do desenvolvimento sustentável. Esta análise é incorporada na reflexão estratégica e na definição dos temas materialmente relevantes, traduzindo-se em compromissos, com objetivos e metas, no âmbito dos planos de ação/roteiros das Participadas do Grupo.

A par das alterações económicas, nacionais e globais, as alterações climáticas, a escassez de recursos e necessidade de aposta numa economia mais circular, assim como o futuro do trabalho e a necessidade de investir no capital humano, são algumas das tendências globais que se apresentam como desafios e oportunidades às quais o Grupo Semapa tenta responder.

1 WEF – Global Risks Report 2024 (<https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2024/>)


2 WBCSD – Vision 2050: Time to Transform (<https://timetotransform.biz/>)


Alterações Climáticas


Descritivo  O fracasso na ação climática, na mitigação e adaptação, reitera a necessidade de um maior compromisso e ação neste domínio. Os acontecimentos climáticos extremos fazem parte dos principais riscos identificados pelo WEF³, a dois e dez anos, em termos de severidade, tornando-se cada vez mais frequentes e severos (como o “novo normal”). Assiste-se a uma ação política climática global emergente e a um quadro regulatório mais exigente na União Europeia. A economia de baixo carbono fóssil está no centro do European Green Deal e dos planos de recuperação pós-pandemia, e o desenvolvimento de novas tecnologias será acelerado (ex. soluções de captura de carbono). O acordo da COP28 estabelece a transição para o abandono gradual dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos até 2050 e a mobilização deste compromisso em ações concretas será um dos principais temas de debate. Prevê-se a criação de empregos e exploração de novas fontes de energia (ex. hidrogénio) e oportunidades em torno da transição climática.

Resposta do Grupo Semapa O Grupo Semapa está ciente que o cariz predominantemente industrial da sua atividade tem um impacto negativo na sociedade e no futuro do Planeta. Nesse sentido, o Grupo encontra-se focado em minimizar os impactos e em reduzir as suas emissões de gases com efeito estufa (GEE), apostando em medidas de maior incorporação de energia de fonte renovável, na utilização de combustíveis alternativos, na promoção da eficiência energética e de recursos. A aposta em atividades de investigação, desenvolvimento e inovação tem sido crucial, permitindo desenvolver novos produtos e processos de baixo carbono fóssil, com impacto na cadeia de valor.

Exemplos:

 Consolidação da trajetória para a descarbonização / Criação de um Grupo de Trabalho (GT) para a Ação Climática / roteiro para a neutralidade carbónica do Grupo Semapa


 Roteiro para a Neutralidade Carbónica e respetivos projetos de investimento / Metas de descarbonização até 2035 aprovadas pela Science Based Targets initiative (SBTi) / Programa Corporativo para a Eficiência Energética

 Roteiro para a Neutralidade Carbónica “Caminho Secil para a Descarbonização” e respetivos projetos de investimento, como o Clean Cement Line (CCL) / Compromisso com a SBTi na definição de metas de base científica para 2030 / Plano de descarbonização da unidade de Outão

 Roteiro para a Neutralidade Carbónica e respetivos projetos de investimento / Processo de *rendering*

Mais informação nos Cap. 4.2.2., 4.4.3.

Recursos e Economia Circular


Descritivo  Investimento em modelos de negócios mais circulares por parte das empresas, em função dos desenvolvimentos regulatórios e da pressão dos consumidores, em torno da produção e consumo sustentáveis, assim como da escassez de recursos, da volatilidade da cadeia de fornecedores e da ameaça iminente das alterações climáticas. Estes modelos circulares criam e garantem valor empresarial, e são simultaneamente benéficos para o Planeta. Verifica-se igualmente uma crescente necessidade de mensurar a circularidade, através de novas ferramentas, normas e *frameworks*.

Resposta do Grupo Semapa A promoção da economia circular e utilização responsável dos recursos são duas das áreas de atuação das atividades do Grupo, permitindo ganhos de eficiência e económicos, novos modelos e oportunidades de negócio, tais como produtos e serviços. Entre as ações desenvolvidas refira-se a reciclagem de subprodutos e valorização de resíduos, a utilização de combustíveis alternativos aos de origem fóssil e produção de energia verde e o desenvolvimento de bioprodutos, entre outros. O investimento em atividades de investigação, desenvolvimento e inovação constituem igualmente uma das apostas do Grupo neste âmbito.

Exemplos:

 Grupo de Trabalho (GT) sobre a Economia Circular

 Projeto Corporativo *Upcycling* / Projetos de simbiose industrial / Redução e tratamento de resíduos criam valor para a Navigator e para a floresta

 Incorporação de resíduos ou subprodutos de outras indústrias / Uso de combustíveis alternativos como fonte de energia / Processamento e reintrodução de resíduos de construção na cadeia produtiva de cimento e betão / Projeto de investigação Clean Cement Line (CCL) / Projeto *Retrofeed* / Projeto CLEAN4G

 Processo de *rendering*

Mais informação nos Cap. 4.2.4., 4.4.3.

3 WEF – Global Risks Report 2024 (<https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2024/>)

Futuro do Trabalho & Investimento no Capital Humano

Descritivo



Os avanços contínuos na robótica, inteligência artificial e *machine learning* estão a inaugurar uma nova era de automação, à medida que as máquinas se equiparam ou superam o desempenho humano em várias atividades laborais, lançando a discussão em torno da adaptação das pessoas a esta nova era, dos empregos e das competências do futuro.

Assiste-se a uma aceleração da digitalização e, por consequência, da necessidade de requalificar e preparar o capital humano para novas funções e processos de trabalho. No seguimento da pandemia, o "S" do ESG ganhou ênfase, em particular no que diz respeito ao fomento do bem-estar, saúde e segurança dos Colaboradores – com especial atenção para a saúde mental e para as novas formas de trabalhar e de relacionamento entre as empresas e os seus Colaboradores (ex. mais flexível, remoto, integração com a vida profissional, pessoal e familiar).

Para reter e envolver os Colaboradores, as empresas terão que promover uma maior ligação entre o trabalho e o propósito, promover oportunidades de crescimento e desenvolvimento, e criar novos modelos de trabalho, assentes em ambientes mais diversos e inclusivos, em particular para motivar as gerações mais jovens. A sustentabilidade é cada vez mais importante para os Colaboradores e candidatos, sendo, por este motivo, importante comunicar a estratégia e impacto ESG. É dada uma atenção crescente por parte das empresas, como também dos investidores e instituições financeiras, à informação detalhada sobre o capital humano.

Resposta do Grupo Semapa

O Capital Humano representa um dos ativos mais importantes das empresas do Grupo, sendo necessário criar um projeto atrativo para captar novas pessoas, em particular os mais jovens e reter os Colaboradores. As empresas do Grupo procuram reconhecer e valorizar o mérito, fomentar o crescimento interno, a mobilidade entre empresas do Grupo e o desenvolvimento de competências ao longo da carreira. Fomentam a identidade corporativa, através de uma cultura de envolvimento e motivação dos seus Colaboradores. Investem na criação de condições de trabalho seguras, na prevenção de acidentes e na promoção da saúde ocupacional e bem-estar dos Colaboradores.

Exemplos:



Talent Lab, Programa Corporativo para Jovens Talentos / *Future Leadership Program* / *Grow with Semapa* / *Talent Review* / *Survey* Corporativo de Clima / *Semana Making it Better*



Plano de Desenvolvimento / Programa *Straight To The Top* / CRESCER com as pessoas



Secil Academy / Programa de Liderança de Supervisores – Construir o Futuro (Portugal)



Plano de Formação – de *Reskilling e Upskilling* / Encontro ETSA 50 anos / Conferência 50 anos ETSA

Mais informação nos Cap. 4.3.1., 4.3.2., 4.4.1.

4.1.3. O NOSSO CONTRIBUTO PARA OS ODS

A Semapa *Holding* pretende ser uma referência da gestão de investimentos em setores-chave da economia nacional e internacional, incorporando na sua estratégia o desenvolvimento sustentável como um dos pilares dos seus negócios, por forma a permitir que as suas decisões sejam tomadas com uma profunda consciência social e ambiental.

Nesse sentido, a *Holding* compromete-se com a Agenda 2030 das Nações Unidas, alinhando a sua estratégia, investimentos e atuação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e a dar o seu contributo para a concretização das metas associadas.

Para conseguir identificar os ODS impactados, cada Participada, no seguimento das suas análises de dupla materialidade (Cap. 4.1.4), realizou um exercício para revisão dos ODS e identificação das respetivas metas. Considerando que a análise de dupla materialidade da Semapa finalizou já em 2024, a integração dos seus resultados ainda está em curso, pelo que se remete para o próximo ciclo de relato a sua apresentação.

De referir que os principais contributos mapeados até ao momento se encontram identificados na informação seguinte, em alinhamento com os conteúdos do presente relatório.

Mantém-se a apresentação dos ODS com os dois níveis de desagregação apresentados em anos anteriores:

- **Prioritários:** objetivos para os quais o Grupo está a contribuir de forma ativa e direta;
- **De suporte:** objetivos para os quais o Grupo contribui de um modo menos direto, embora exista um potencial contributo positivo, por meio dos compromissos e planos de atividades das empresas.

ODS PRIORITÁRIOS

ODS 8 – TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Cap. 4.2.2., 4.2.3., 4.3.1., 4.3.2., 4.4.1., 4.4.2., 4.4.3.



O Grupo Semapa, como grande empregador a nível nacional e com expressão internacional, trabalha continuamente para garantir um local de trabalho mais justo, saudável e seguro para todos os seus Colaboradores, proporcionando emprego digno, capacitação e apoio à progressão da carreira, iniciativas que reflitam a sua cultura de diversidade, equidade e inclusão. Adicionalmente, a forma como o Grupo se relaciona com os seus *stakeholders* procura gerar valor, fortalecendo as economias locais através de geração de emprego e promovendo relações de proximidade e confiança. Investe numa utilização eficiente dos recursos, empenhado em dissociar o crescimento económico da degradação ambiental.

ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

Cap. 4.4.3.



As empresas do Grupo atuam em cadeias de valor com um forte impacto nas economias locais e em áreas estruturantes para a sociedade. Nesse sentido, o Grupo procura dar resposta aos desafios atuais e futuros, oferecendo soluções e produtos inovadores, em resultado de uma forte aposta na Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), na melhoria das capacidades tecnológicas dos setores onde atua, no cuidado com a qualidade e segurança dos produtos e dos projetos desenvolvidos e no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de iniciativas com maior impacto.

ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Cap. 4.2.2., 4.2.3., 4.2.4.



Atendendo à necessidade de moldar os negócios do Grupo para corresponder à visão de longo prazo e estratégia de desenvolvimento sustentável, as empresas procuram mitigar e controlar os impactos ambientais provenientes dos seus processos produtivos, através das suas políticas e sistemas de gestão ambiental, focando-se na otimização do consumo energético, na utilização de fontes de energia alternativas, no uso eficiente dos recursos naturais e na promoção da economia circular.

ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA

Cap. 4.2.2., 4.2.4., 4.3.3.



As empresas do Grupo Semapa estão empenhadas em contribuir para a minimização das alterações climáticas, assumindo um papel ativo na transição para uma economia de baixo carbono. Destacam-se os investimentos que o Grupo tem vindo a realizar nos últimos anos, assentes num roteiro para a neutralidade carbónica e no compromisso de descarbonização até 2050, com a promoção de iniciativas concretas ao nível da captura e armazenamento de carbono nas florestas e nos produtos florestais, na promoção do crescimento de uma bioeconomia de base florestal, circular e de baixo carbono fóssil, no lançamento de novas soluções e produtos e na promoção da reciclagem de subprodutos da cadeia alimentar.

ODS DE SUPORTE

ODS 3 – SAÚDE DE QUALIDADE

Cap. 4.3.2., 4.3.3.



O Grupo Semapa promove ativamente a saúde, a segurança e o bem-estar dos seus Colaboradores, desenvolvendo políticas, grupos de trabalho e programas específicos em todas as geografias onde opera, com o objetivo de manter as suas pessoas motivadas, saudáveis e produtivas.

ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Cap. 4.3.1., 4.3.3.



A promoção do desenvolvimento pessoal e profissional é um compromisso de todas as empresas do Grupo. Este materializa-se através de uma aposta contínua na capacitação dos seus Colaboradores e no desenvolvimento de competências técnicas e profissionais de jovens talentos, contribuindo para a sua empregabilidade, desenvolvendo programas de *upskilling* e *reskilling* para os seus Colaboradores, e promovendo o trabalho digno.

ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Cap. 4.2.3.



Atendendo à utilização do recurso água em alguns dos processos industriais das nossas Participadas, estamos empenhados em fazer uma utilização eficiente deste recurso, concebendo iniciativas que permitem a redução da quantidade de água captada, e em minimizar os potenciais impactos da sua descarga no meio recetor.

ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

Cap. 4.2.2.



Por via dos roteiros de descarbonização das empresas do Grupo, pretende-se utilizar, sempre que possível, fontes alternativas, aumentando a utilização das energias renováveis, e melhorar a eficiência energética das operações, através da otimização do consumo de eletricidade e de combustíveis, e da transição do uso de combustíveis fósseis para combustíveis *low carbon*.

ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Cap. 4.3.3.



O Grupo Semapa contribui para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis através da indústria do cimento que, ao ter padrões de fabrico mais sustentáveis, será parte integrante de comunidades mais justas e menos prejudiciais ao meio envolvente. Através de uma gestão sustentável das florestas e do apoio dado às comunidades locais, o segmento da Pasta e Papel promove o desenvolvimento económico, social e ambiental das áreas rurais.

ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE

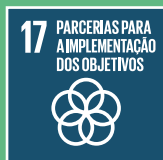
Cap. 4.2.2., 4.2.5., 4.3.3.



A conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços dos ecossistemas são uma das preocupações crescentes do Grupo. Através de processos de avaliação de impactos e definição de planos de recuperação, de ação e de monitorização, visa-se reduzir potenciais impactos negativos que as suas atividades possam ter neste âmbito. No caso particular do segmento da Pasta e Papel, é assegurado um modelo de gestão florestal sustentável, que integra uma estratégia de conservação, com vista à compatibilização adequada das medidas de produção com as de conservação.

ODS 17 – PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

Cap. 4.4.3.



As empresas do Grupo Semapa interagem com múltiplas organizações, a nível nacional e internacional, procurando estabelecer parcerias que potenciem os seus contributos para os restantes ODS e apoiem a concretização das suas agendas de sustentabilidade, explorando novas oportunidades de colaboração e promovendo um melhor desempenho.

4.1.4. OS NOSSOS TÓPICOS MATERIAIS

GRI 3-1, 3-2

No final de 2023, a Semapa realizou um exercício de análise de dupla materialidade, em preparação para a transposição para o direito nacional da Diretiva sobre o Relato de Sustentabilidade Corporativo da Comissão Europeia (em inglês CSRD – Corporate Sustainability Reporting Directive). Para tal foram realizadas duas análises distintas: uma dedicada aos impactos das atividades do Grupo no exterior, numa perspetiva de “dentro para fora” – **materialidade de impacto**; e outra relativa aos riscos e oportunidades que afetam ou podem afetar a geração de valor do Grupo, perspetiva de “fora para dentro” – **materialidade financeira**.

A análise em questão foi estruturada em cinco etapas, tendo contemplado uma **auscultação aos stakeholders**, que envolveu partes interessadas internas e externas, assim como à gestão de topo. Para tal foram realizados *workshops* internos e a aplicação mais generalizada de um questionário *online*.

Na definição dos tópicos materiais teve-se igualmente em consideração os temas que resultaram dos exercícios individuais de materialidade das Participadas do Grupo, realizados entre 2022 e 2023.

No final do exercício, chegou-se a **seis temas materiais**, transversais ao Grupo Semapa. Deste exercício emergiu um novo tema material – a cibersegurança. Adicionalmente, foram identificados cinco temas, com relevância para algumas das Participadas, e que serão acompanhados pela *Holding*.

Considerando que a análise foi concluída em 2024, o presente relato fez-se de acordo com o exercício anterior, em vigor durante o ano de 2023.

ETAPAS DO PROCESSO DE DUPLA MATERIALIDADE DO GRUPO SEMAPA

1. IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS E IMPACTOS DA ORGANIZAÇÃO

Identificação dos principais temas, impactos, riscos e oportunidades da organização através de análise de *benchmarking* e análise das principais tendências e documentos setoriais.

Atividades:

- Análise de tendências
- Análise de *benchmarking*

Resultados:

- Lista inicial de temas

2. PRIORIZAÇÃO DE TEMAS PARA O IMPACTO

Priorização de temas considerando o impacto da organização no ambiente e na sociedade e identificação de impactos, mediante auscultação de *stakeholders*.

Atividades:

- Auscultação de *stakeholders*, via questionário e entrevistas *online*

Resultados:

- Lista de temas organizada por significância do impacto da organização

3. PRIORIZAÇÃO DE TEMAS PARA A RELEVÂNCIA DO NEGÓCIO

Priorização de temas considerando a relevância para o negócio e o impacto dos mesmos no potencial de criação de valor da organização e identificação de riscos e oportunidades associados, mediante auscultação da gestão de topo.

Atividades:

- Auscultação da gestão de topo para analisar a relevância dos temas para o negócio

Resultados:

- Lista de temas organizada por impacto na organização, ao longo da cadeia de valor

4. ANÁLISE DE MATERIALIDADE

Consolidação dos resultados e posicionamento dos vários temas, tendo em conta a perspectiva interna e externa dos *stakeholders*, através da Análise de Materialidade e consolidação dos impactos, riscos e oportunidades (IRO) identificados.

Resultados:

- Análise de Materialidade da Semapa
- Lista de IRO

5. APROVAÇÃO DA LISTA DOS TEMAS MATERIAIS

Aprovação dos temas materiais por parte da gestão de topo.

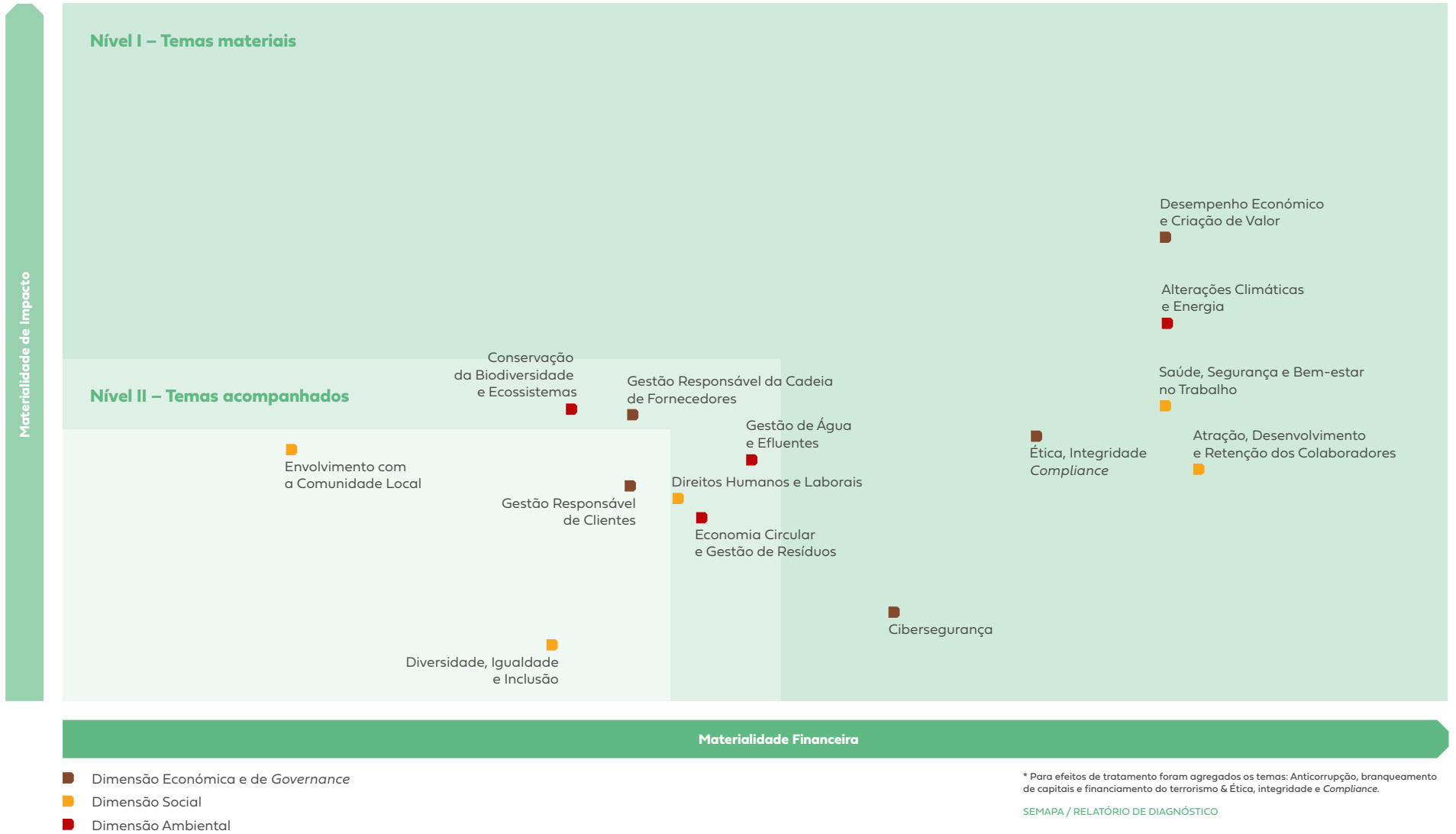
Atividades:

- Aprovação dos temas pela gestão de topo

Resultados:

- Lista de temas materiais final

MATRIZ DE MATERIALIDADE DO GRUPO SEMAPA



LISTA DE TEMAS MATERIAIS DA SEMAPA

NÍVEL I – Temas materiais

ÉTICA, INTEGRIDADE E COMPLIANCE

Gestão do negócio assente numa conduta responsável em toda a sua cadeia de valor, através da interiorização dos valores de ética, integridade e transparência, permitindo que a empresa atue em conformidade com leis, normas e regulamentação existente e promova o combate à prática de atos ilícitos, nomeadamente crimes de corrupção, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

CIBERSEGURANÇA

Adoção de mecanismos para garantir a segurança da informação, a proteção contra ataques cibernéticos e a salvaguarda da privacidade de dados de Colaboradores, clientes e parceiros.

ATRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E RETENÇÃO DOS COLABORADORES

Atração e retenção dos Colaboradores, através de práticas que promovam o seu desenvolvimento e progressão na carreira, integrando necessidades e alinhando expectativas, potenciando um elevado índice de satisfação, motivação e envolvimento com a organização.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E CRIAÇÃO DE VALOR

Promoção do desempenho económico através de um modelo de negócio e financiamento sustentável, que integra critérios ESG e garante a rentabilidade e estabilidade da empresa, a par da criação de valor e partilha com a sociedade.

SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR NO TRABALHO

Assegurar a saúde, a segurança e o bem-estar físico e mental de todos os Colaboradores, proporcionando-lhes condições de trabalho adequadas.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA

Resiliência face às alterações climáticas e intervenção para mitigação e adaptação aos riscos associados, nomeadamente através da monitorização e diminuição das emissões GEE e da eficiência energética, privilegiando as fontes de energia renováveis.

NÍVEL II – Temas acompanhados

GESTÃO RESPONSÁVEL DA CADEIA DE FORNECEDORES

Incentivo à gestão sustentável da cadeia de fornecedores, que contempla critérios de sustentabilidade, ao nível ambiental, social e de *governance*, designadamente na rastreabilidade, seleção e avaliação dos fornecedores.

CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E ECOSISTEMAS

Promoção de práticas de monitorização e conservação do capital natural e da biodiversidade nas operações, promovendo ecossistemas saudáveis e contribuindo para a mitigação dos impactos negativos.

ECONOMIA CIRCULAR E GESTÃO DE RESÍDUOS

Promoção de um sistema económico em que o valor de produtos e materiais é mantido durante o máximo de tempo possível, numa ótica de redução, otimização e eficiência na utilização dos recursos, minimizando os resíduos, a libertação de substâncias perigosas em todas as fases do seu ciclo de vida e o seu impacto no ambiente e na saúde humana.

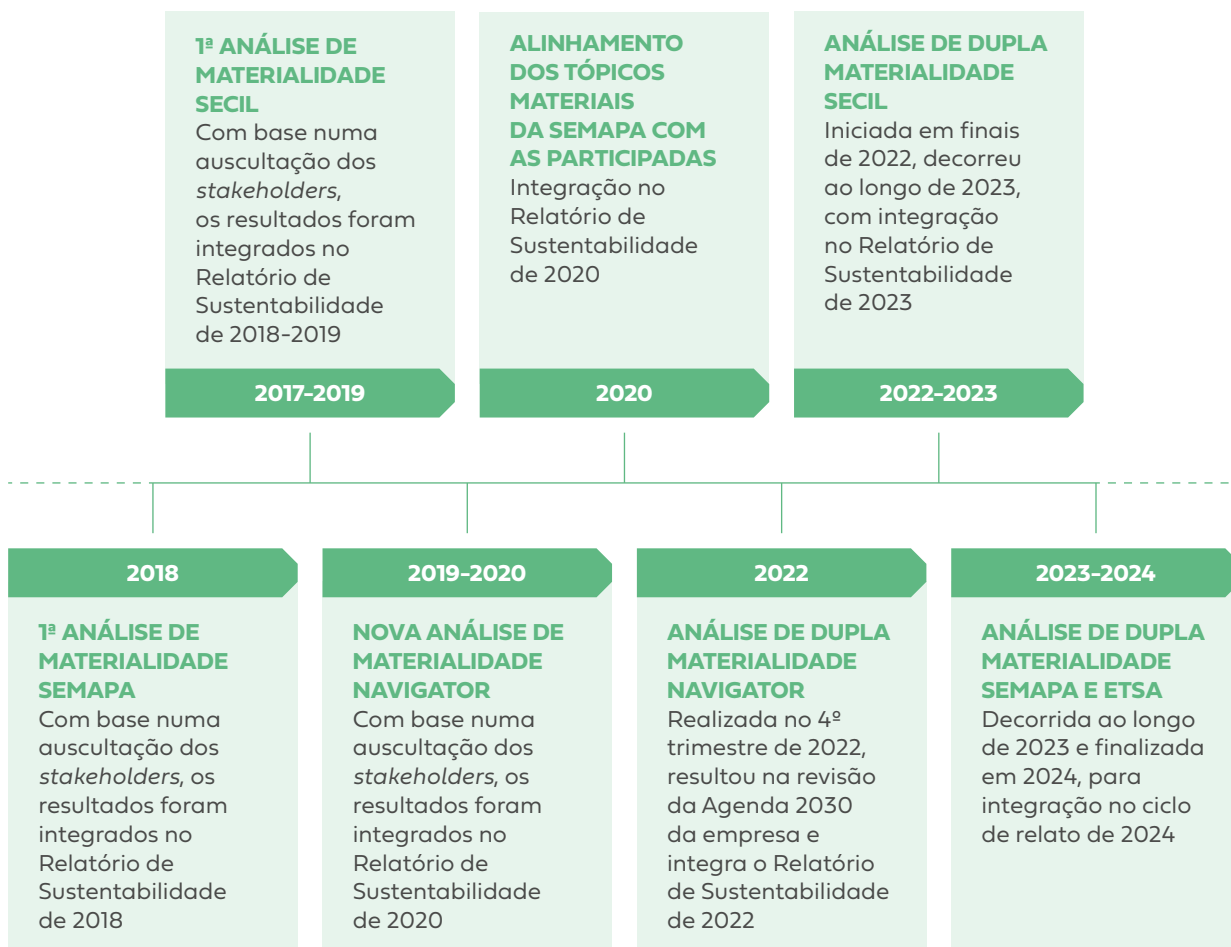
GESTÃO DE ÁGUA E EFLUENTES

Gestão responsável e preservação da qualidade dos recursos hídricos em todas as operações, gerindo riscos de escassez e otimizando a qualidade dos efluentes tratados.

DIREITOS HUMANOS E LABORAIS

Promoção do respeito e da proteção dos direitos humanos e laborais na organização e ao longo de toda a cadeia de valor.

EVOLUÇÃO DOS EXERCÍCIOS DE MATERIALIDADE DA SEMAPA E SUAS PARTICIPADAS



4.1.5. O NOSSO RELACIONAMENTO COM OS STAKEHOLDERS



A Semapa Holding procura investir os seus recursos na criação de um futuro sustentável, preocupando-se com a sua atuação e das suas participadas e com a forma como esse comportamento pode impactar as gerações presentes e futuras. Ao **promover o envolvimento com os seus stakeholders**, a Semapa pretende interiorizar as melhores práticas de sustentabilidade, as suas ideias e preocupações nas atividades diárias do Grupo e no seu processo de decisão.

A relação estabelecida entre a Holding e os seus oito grupos de *stakeholders* materializam a **visão de longo prazo** da Organização na criação de valor, aumentando a transparência e assegurando as melhores soluções para os desafios e oportunidades.

Por forma a estabelecer uma relação de proximidade, a Holding recorre a diversas formas de comunicação e envolvimento, cujos canais e frequência variam consoante o grupo de *stakeholders* e as necessidades identificadas. Apresenta como canais de comunicação transversais os **e-mails e o site**, assim como o **canal de comunicação de irregularidades**.

De referir que os grupos de *stakeholders* e respetivos canais de comunicação e envolvimento foram revalidados no âmbito do processo de definição dos tópicos materiais, ocorrido em 2023, num processo de envolvimento interno que contou com a participação da Comissão Executiva da Semapa Holding.

PRINCIPAIS MECANISMOS DE ENVOLVIMENTO COM OS STAKEHOLDERS



COLABORADORES

- Encontro anual de quadros
- Diálogo com chefias
- Reuniões de equipa
- Informação interna (ex.: Semapa Talks, Semapa News)
- Intranet
- Relatórios Intercalares e Anuais
- Comunicados ao mercado



EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

- Acompanhamento próximo e regular pela presença de representantes da Holding nos órgãos de decisão das empresas
- Informação, formação e promoção da partilha de melhores práticas
- Encontro anual de quadros
- Informação interna (ex.: Semapa Talks e Semapa News)
- Relatórios Intercalares e Anuais



INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

- Reuniões
- Apresentação de resultados
- Relatórios intercalares e anuais
- Comunicados ao mercado



ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

- Filiação
- Participação em órgãos sociais, conselhos consultivos e/ou fóruns
- Participação em consultas públicas
- Reuniões regulares com principais interlocutores



PRESTADORES RELEVANTES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

- Reuniões regulares com os principais interlocutores



ORGANISMOS OFICIAIS DE SUPERVISÃO E REGULAÇÃO

- Resposta aos requisitos legais
- Reuniões regulares com principais interlocutores



COMUNIDADE

- Protocolos de colaboração
- Participação em associações



INVESTIDORES E ANALISTAS

- Apresentações dos Resultados
- Relatórios Intercalares e Anuais
- Assembleias gerais
- Comunicados ao mercado
- *Investor relations officer*
- Visitas a sites industriais

4.2 INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

4.2.1. TAXONOMIA EUROPEIA

ENQUADRAMENTO DA TAXONOMIA EUROPEIA

A Taxonomia da União Europeia, introduzida pelo Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020, funciona como um sistema de classificação normalizado e obrigatório para determinar quais as atividades económicas consideradas “ambientalmente sustentáveis” na União Europeia. Segundo o Regulamento da Taxonomia, para uma atividade económica ser ambientalmente sustentável deve:



Os objetivos ambientais de Mitigação e de Adaptação às alterações climáticas foram os primeiros a ser regulados através do Ato Delegado Clima (2021). Posteriormente, foi ampliado pelo Ato Delegado Complementar, que veio alargar o seu âmbito de aplicação a algumas atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil. Até final do ano de 2022 estavam então definidos, e apenas para os objetivos climáticos (mitigação e adaptação às alterações climáticas), os critérios de contribuição substancial (CS) e de “não prejudicar significativamente” (NPS). Em 2023 foi publicado o Ato Delegado Ambiental que introduz as atividades que podem contribuir para os restantes quatro objetivos ambientais (Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos, Transição para uma economia circular, Prevenção e controlo da poluição e Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas). O Ato Delegado Clima foi igualmente atualizado e foram introduzidas novas atividades e revistas algumas já existentes.

Em 2021, as empresas não financeiras apenas reportaram as suas atividades elegíveis para com a taxonomia da União Europeia relativamente às atividades listadas no Ato Delegado no domínio climático (contribuição para os objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas). Sobre essas atividades, foi reportada a elegibilidade das atividades económicas, em termos de volume de negócios (Turnover), despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx). Para o ano fiscal de 2022, além da análise de elegibilidade, as empresas não financeiras tiveram de avaliar e comunicar o alinhamento dessas atividades com a aplicação de critérios técnicos e de salvaguardas mínimas. Para o ano fiscal de 2023, o mesmo exercício deve ser realizado, no entanto, deve também ser analisada a possível elegibilidade das novas atividades introduzidas pelo Ato Delegado Ambiental e as novas atividades do Ato Delegado Clima. Apenas para o ano fiscal de 2024 deve ser reportado o alinhamento destas novas atividades, se aplicável.

ANÁLISE DE ELEGIBILIDADE

De acordo com a análise efetuada às atividades do Grupo Semapa, foram identificadas as seguintes atividades económicas elegíveis de acordo com o ato delegado no domínio climático, com o ato delegado complementar e com o ato delegado no domínio ambiental:

Nome da Atividade	Código e objetivo *	Segmento da Semapa	Descrição
Gestão Florestal	MAC 1.3. (Mitigação)	Pasta e Papel (Navigator)	A Navigator desenvolve uma atividade florestal verticalmente integrada, promovendo uma gestão eficiente e responsável de aproximadamente 108 mil hectares de floresta em Portugal continental. Esta área é 100% certificada pelos sistemas FSC e PEFC. A atividade florestal em Moçambique não está incluída no reporte da taxonomia da UE.
Produção de cimento	MAC 3.7. (Mitigação)	Cimento (Secil)	A Secil detém 7 fábricas de produção de cimento cinzento: duas em Portugal, uma no Líbano, uma na Tunísia, duas no Brasil e uma em Angola.
Fabrico de componentes automóveis e de mobilidade	MAC 3.18 (Mitigação)	Outros negócios (Triangle's)	A Triangle's é uma empresa que atua no desenvolvimento e fabricação de quadros em alumínio para bicicletas. Está equipada com tecnologia inovadora orientada para a transformação de alumínio e onde se destaca o processo de soldadura completamente robotizado.
Produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica	MAC 4.1. (Mitigação)	Pasta e Papel (Navigator)	A Navigator detém em Portugal 5 centrais solares fotovoltaicas em regime de autoconsumo com uma capacidade instalada de cerca de 7MWp. Adicionalmente, o Grupo detém em Espanha uma central de 5MW, propriedade da Navigator Tissue EJE. Em 2023 iniciou-se a construção de 4 novas centrais que permitirão aumentar a capacidade instalada nos sites do Grupo em cerca de 26 MWp.
Produção de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.8. (Mitigação)	Pasta e Papel (Navigator)	A Navigator detém duas centrais termoelétricas a biomassa, tendo sido registadas, durante o ano de 2023, receitas com esta atividade e investimentos e/ou custos operacionais enquadráveis na taxonomia da UE.
Cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.20 (Mitigação)	Pasta e Papel (Navigator)	A Navigator detém 3 centrais de cogeração a biomassa que produzem simultaneamente energia elétrica e energia térmica, sendo esta última utilizada nos processos de fabrico de pasta e papel. Foram registados, durante o ano de 2023, receitas com esta atividade e investimentos e/ou custos operacionais enquadráveis na taxonomia da UE.
Produção de calor / frio a partir de bioenergia	MAC 4.24 (Mitigação)	Outros negócios (ETSA)	A ETSA detém equipamentos (caldeiras) para a produção de calor, tendo sido registados, durante o ano de 2023, investimentos e/ou custos operacionais enquadráveis na taxonomia da UE.

Nome da Atividade	Código e objetivo *	Segmento da Semapa	Descrição
Cogeração de elevada eficiência de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos**	MAC 4.30 (Mitigação)	Pasta e Papel (Navigator)	A Navigator detém 2 centrais de cogeração de ciclo combinado a gás natural, uma em Setúbal e outra na Figueira da Foz, encontrando-se esta última em regime de <i>backup</i> . Foram registadas, durante o ano de 2023, receitas com esta atividade e investimentos e/ou custos operacionais enquadráveis na taxonomia da UE.
Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	MAC 5.1 (Mitigação)	Pasta e Papel (Navigator)	Nos complexos industriais de Aveiro, Figueira da Foz e Setúbal, a Navigator dispõe e explora sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água próprios, para a produção de pasta, papel e energia. Foram registados, durante o ano de 2023, investimentos e/ou custos operacionais enquadráveis na taxonomia da EU.
Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	MAC 5.3 (Mitigação)	Pasta e Papel (Navigator)	Nos complexos industriais de Aveiro, Figueira da Foz, Setúbal e Vila Velha de Ródão, a Navigator dispõe e explora sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais. Foram registados, durante o ano de 2023, investimentos e/ou custos operacionais enquadráveis na taxonomia da EU.
Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem	MAC 5.5 (Mitigação)	Outros negócios (Triangle's)	A Triangle's possui sistemas para recolha e transporte de resíduos não perigosos, tendo sido registados, durante o ano de 2023, investimentos e/ou custos operacionais enquadráveis na taxonomia da UE.
Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5 (Mitigação)	Outros negócios (Triangle's)	A Triangle's efetuou investimentos associados à sua frota móvel durante o ano de 2023 (veículos híbridos) enquadráveis na taxonomia da UE.
Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	MAC 6.6 (Mitigação)	Outros negócios (ETSA)	A ETSA possui uma frota rodoviária de mercadorias, tendo sido registados, durante o ano de 2023, investimentos e/ou custos operacionais enquadráveis na taxonomia da UE.
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6 (Mitigação)	Outros negócios (Triangle's)	A Triangle's efetuou investimentos associados à produção de energia solar durante o ano de 2023 e enquadráveis na taxonomia da UE.
Atividades de IDI próximas do mercado	AAC 9.2 (Adaptação)	Pasta e Papel (Navigator)	Através do instituto Raiz, o Grupo desenvolve atividades de investigação, incluindo a investigação aplicada, e desenvolvimento experimental de soluções, processos, tecnologias e outros produtos vocacionados para a adaptação às alterações climáticas. Salienta-se o programa de melhoramento genético de eucalipto para adaptação às alterações climáticas.
Conservação, incluindo restauro, de habitats, ecossistemas e espécies	BIO 1.1 (Biodiversidade)	Pasta e Papel (Navigator)	A Navigator tem em desenvolvimento o Projeto Zambujo Recover, tendo como finalidade a implementação de uma intervenção florestal de valorização ambiental numa área de 153,4Ha, visando a reconversão de culturas florestais intensivas (eucaliptal), a rearboreização com espécies autóctones, a promoção de <i>habitats</i> agroflorestais protegidos, o restauro ecológico e a conversão de solos na propriedade de Zambujo, integrada em áreas suscetíveis à desertificação e áreas de intervenção prioritária.

* MAC (Mitigação das Alterações Climáticas); AAC (Adaptação às Alterações Climáticas); BIO (Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas); ** Atividade incluída no ato delegado complementar (Regulamento Delegado 2022/1214)

A ênfase da taxonomia nesta fase está nas indústrias mais intensivas em carbono e em energia verde, razão pela qual uma parte relevante das atividades do Grupo não estão ainda previstas nos anexos I e II do Ato Delegado Clima nem no Ato Delegado Ambiental, não podendo assim ser englobadas nas atividades elegíveis pelo Grupo Semapa. Desta forma, foram excluídas das atividades elegíveis, por não fazerem parte dos referidos anexos I e II, as seguintes atividades:

- As atividades de produção de pasta e papel da Navigator (segmento Pasta e Papel);
- As atividades de produção e venda de cimento branco, betão pronto, agregados, argamassas, prefabricados de betão e cal hidráulica da Secil (segmento Cimento); e
- As atividades de recolha e valorização de subprodutos de origem animal e de óleos alimentares usados da ETSA (segmento Outros Negócios).

ANÁLISE DE ALINHAMENTO

A avaliação do alinhamento com a Taxonomia foi realizada pelas diferentes empresas participadas da Semapa com base na melhor interpretação do Regulamento da Taxonomia e dos atos delegados, bem como nas orientações disponíveis da Comissão Europeia.

CONTRIBUIÇÃO SUBSTANCIAL (CS) E “NÃO PREJUDICAR SIGNIFICATIVAMENTE” (NPS)

Para cada atividade económica, cada empresa avaliou os critérios CS e NPS para determinar a percentagem de alinhamento das suas atividades, bem como a satisfação dos critérios técnicos de avaliação. A análise detalhada do alinhamento com os critérios CS e NPS da Navigator e da Secil pode ser encontrada nos relatos de taxonomia de cada empresa. Relativamente à Triangle's, a empresa ainda não reúne as condições e os dados necessários para demonstrar conformidade com a totalidade dos critérios técnicos. Desta forma, classifica as suas atividades como não alinhadas. Em 2024, e nos próximos anos, a empresa irá trabalhar no sentido de melhorar o alinhamento das suas atividades com o regulamento.

SALVAGUARDAS MÍNIMAS

O cumprimento das Salvaguardas Mínimas é um dos critérios essenciais para se considerar que uma determinada atividade elegível está alinhada pela Taxonomia. O artigo 18.º do Regulamento da Taxonomia estabelece requisitos específicos para as Salvaguardas Mínimas, que remetem para o alinhamento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Como forma de orientar as empresas na implementação do artigo 18.º do Regulamento da Taxonomia, a Plataforma de Finanças Sustentáveis da Comissão Europeia publicou, em outubro de 2022, o Relatório Final sobre Salvaguardas Mínimas, onde são identificadas as quatro áreas que as empresas devem abordar para garantir o cumprimento das Salvaguardas Mínimas: Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa. Este Relatório, vem indicado pela Comissão Europeia, na sua Comunicação sobre a interpretação das Salvaguardas Mínimas, de junho de 2023, como uma boa prática a observar.

Neste sentido, o respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos laborais, a observância de práticas anticorrupção, das regras da concorrência e de uma política fiscal adequada, constituem, nos termos previstos nas respetivas políticas, princípios estruturantes da atividade do Grupo Semapa, no âmbito de uma conduta empresarial responsável. O Grupo está comprometido em assegurar que as suas atividades são desenvolvidas de acordo com elevados padrões éticos, prosseguindo um desenvolvimento sustentável, e com a observância da legislação e regulamentação que seja aplicável.

O **Código de Ética e Conduta** é o documento que orienta o comportamento dos Colaboradores (que incluem órgãos sociais, membros de comissões, representantes, prestadores de serviços e trabalhadores) na sua atuação e nas relações com as partes interessadas. O comportamento dos Colaboradores e o relacionamento com outras entidades deverá pautar-se, designadamente, pelo respeito dos interesses dessas entidades, com transparência e com elevado nível ético, não tolerando violações dos direitos humanos, recusando qualquer tipo de assédio, discriminação, coerção, abuso, violência ou exploração, garantindo um tratamento igualitário e não discriminatório, recusando ainda a participação direta ou indireta em qualquer forma de corrupção, fraude, branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo, suborno ou extorsão.

DIREITOS HUMANOS

No início de 2023, a Semapa aprovou a Política de Direitos Humanos. Os compromissos de respeito pelos direitos humanos assumidos na referida política foram estabelecidos em conformidade com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, nomeadamente a Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as oito convenções fundamentais da OIT e a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

A Semapa compromete-se, designadamente, a não recorrer ao trabalho infantil, ao trabalho forçado ou coercivo, a respeitar a liberdade de associação dos trabalhadores e o direito à negociação coletiva, a promover a dignidade e o respeito pelo ser humano no contexto laboral, não permitindo atuações discriminatórias em relação aos seus trabalhadores, a impedir todas as formas de assédio, abuso e violência no ambiente de trabalho, a proporcionar o acesso a um emprego digno, garantindo aos seus trabalhadores um ambiente de trabalho seguro e saudável e a respeitar os direitos humanos junto de todas as comunidades locais nas quais a sua atividade esteja inserida.

Acresce que a Semapa adotou, em 2017, um Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho (disponível através de plataforma interna de divulgação de informação), aplicável a todos os trabalhadores da Semapa e às entidades que integram o Grupo Semapa (salvo se tiverem um Código específico sobre esta matéria), que proíbe o assédio no local de trabalho e estabelece as obrigações neste âmbito, bem como o procedimento a seguir em caso de práticas de assédio, e as consequências do incumprimento.

Relativamente à comunicação de irregularidades, a Semapa tem disponível um Canal de Denúncias no seu *website*, sendo este canal gerido por uma entidade externa e independente, que garante o respeito do anonimato e da confidencialidade dos denunciantes, e tendo ainda vigente um Regulamento de Comunicação de Irregularidades, que enquadra e regulamenta a comunicação pelos Colaboradores de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade.

A Semapa encontra-se a trabalhar no desenvolvimento de um processo de Devida Diligência da sua cadeia de valor, no âmbito dos direitos humanos.

CORRUPÇÃO

No que diz respeito ao combate e à prevenção da corrupção, a Semapa adotou no início de 2023 a Política de Prevenção da Corrupção que, em conjunto com a Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, bem como do Regulamento sobre Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, reforçam o compromisso do combate à corrupção.

Na Política de Prevenção da Corrupção, a Semapa e os seus Colaboradores assumem compromissos no que respeita ao combate e prevenção da corrupção, designadamente, a não oferecer, prometer ou autorizar vantagens indevidas a quaisquer pessoas ou entidades, com vista à obtenção de vantagens patrimoniais ou não patrimoniais para si ou para terceiros, a não aceitar vantagens quando a respetiva aceitação possa prejudicar a sua independência e isenção, a não utilizar donativos ou patrocínios como meio de exercer uma influência ilícita para obter decisões que lhes confirmem vantagens e a não realizar contribuições a favor de partidos políticos.

TRIBUTAÇÃO

No âmbito da atividade desenvolvida pelas empresas que integram o Grupo Semapa, são no plano fiscal devidos uma multiplicidade de impostos, taxas e contribuições nos termos da lei, constituindo o Grupo Semapa um importante contribuinte para as receitas do Estado e, desta forma, para o cumprimento dos objetivos sociais e para o desenvolvimento sustentável e económico do país.

A política fiscal do Grupo Semapa visa assegurar o cumprimento integral das obrigações fiscais das empresas que integram o Grupo, em todas as jurisdições nas quais desenvolvem a sua atividade, sempre no sentido de respeitar o espírito e letra da legislação aplicável. A política está alinhada com os princípios subjacentes à estratégia empresarial de desenvolvimento do Grupo, pelo que essa política é definida de acordo com a substância económica da sua atividade. O Grupo Semapa desenvolve ainda uma abordagem organizada aos seus riscos fiscais, nomeadamente no que à sua identificação, gestão e monitorização diz respeito, interligando com a direção responsável pela identificação de riscos gerais da empresa e sua monitorização regular com a direção de fiscalidade.

CONCORRÊNCIA JUSTA

Por fim, e de acordo com o Código de Ética e Conduta, os Colaboradores da Semapa devem agir em conformidade com a legislação relativa à concorrência, de acordo com regras e critérios de mercado que sejam aplicáveis e com respeito por uma concorrência leal.

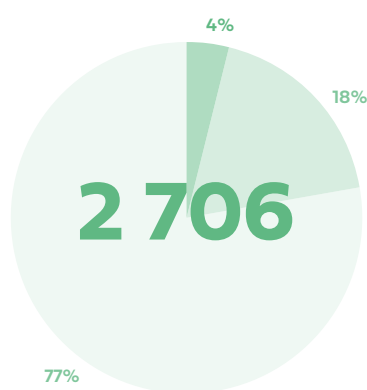
A Semapa não teve conhecimento de quaisquer casos de violações no Grupo, nem identificou, relativamente ao ano de 2023 e no decorrer das suas atividades elegíveis para a taxonomia, qualquer condenação relevante em Direitos Humanos, Corrupção, Tributação ou Concorrência Justa. Sem prejuízo do acima exposto, salienta-se o processo de *antidumping* instaurado pelo Department of Commerce dos Estados Unidos da América, no âmbito de uma investigação de alegadas práticas de *dumping* nas importações de papel de diversos formatos provenientes de cinco países (Austrália, Brasil, China, Indonésia e Portugal). Atualmente, e por efeito deste processo, às exportações de Portugal para os Estados Unidos de determinados tipos de papel comercializados pela Navigator aplica-se uma taxa *antidumping*. Importa referir que estas exportações estão relacionadas com uma atividade não elegível para a Taxonomia.

De referir ainda que, para as Participadas, nomeadamente Navigator, Secil e ETSA, foi realizada uma análise detalhada das Salvaguardas Mínimas. Pode ser consultada mais informação nos relatórios da Navigator e da Secil.

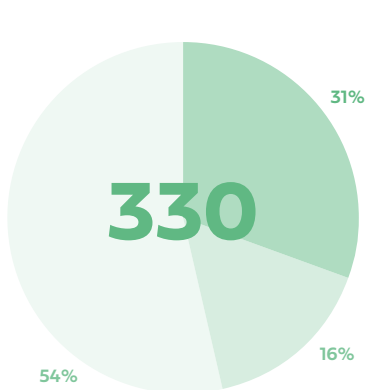
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E DIVULGAÇÃO DE INDICADORES

De seguida apresenta-se um conjunto de indicadores-chave de desempenho (ICD) associados a atividades económicas ambientalmente sustentáveis que as empresas não financeiras devem divulgar de acordo com o Regulamento da Taxonomia (Artigo 8º) e os atos delegados: a proporção do seu volume de negócios (ICD de Volume de Negócios), a proporção das suas despesas de capital (ICD de CapEx) e a proporção das suas despesas operacionais (ICD de OpEx). Para cada um destes indicadores são indicadas as percentagens resultantes de atividades que são elegíveis e alinhadas, elegíveis e não alinhadas, e não elegíveis:

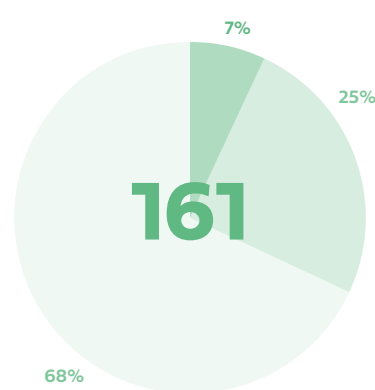
VOLUME DE NEGÓCIOS



CapEx



OpEx



MILHÕES DE EUROS

Elegível e alinhado Elegível e não alinhado Não elegível

Tal como definido pela taxonomia, os valores reportados foram calculados de acordo com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Semapa, as quais foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas pela União Europeia.

A Taxonomia Europeia exige que as empresas divulguem a forma como evitaram a duplicação na consideração das atividades económicas elegíveis (numerador), ou seja, na determinação do volume de negócios, despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx). O Grupo Semapa apurou as despesas elegíveis tendo por base a sua contabilidade financeira e analítica e garantiu que os elementos de custo foram considerados uma única vez no cálculo dos indicadores.

VOLUME DE NEGÓCIOS

Atividades económicas (1)	Código (2)	2023	
		Volume de negócios (3) Euros	Proporção do volume de negócios, ano N (4) %
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)			
Produção de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.8	24 045 765	1%
Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.20	96 712 318	4%
Volume de negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		120 758 083	4%
	Das quais, capacitantes		0%
	Das quais, de transição		0%
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)			
Produção de Cimento	MAC 3.7	433 841 563	16%
Cogeração de elevada eficiência de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos	MAC 4.30	44 613 034	2%
Fabrico de componentes automóveis e de mobilidade	MAC 3.18	12 632 793	0%
Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		491 087 390	18%
A. Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		611 845 473	23%
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA			
Volume de negócios das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		2 094 478 457	77%
Total (A + B)		2 706 323 930	100%

Legenda A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) – Critérios de contributo substancial:
 S — Sim, atividade elegível para taxonomia e alinhada com a taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa;
 N — Não, atividade elegível para taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa;
 N/EL — não elegível, atividade não elegível para taxonomia para o objetivo ambiental em causa.

Legenda A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) – Critérios de contributo substancial:
 EL — Atividade elegível para taxonomia para o objetivo em causa;
 N/EL — Atividade não elegível para taxonomia para o objetivo em causa.

Critérios de contributo substancial						Critérios "Não prejudicar significativamente"										
Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do volume de negócios alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano N-1 (18)	Categoria — atividade capacitante (19)	Categoria — atividade de transição (20)	
S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	C	T	
S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	1%			
S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	5%			
4%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	6%			
0%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	0%	C		
0%						S	S	S	S	S	S	S	0%		T	
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								12%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
18%	0%	0%	0%	0%	0%								12%			
23%	0%	0%	0%	0%	0%								18%			

O volume de negócios teve por base as mesmas políticas contabilísticas aplicáveis ao rédito de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), isto é, considerando as vendas e prestações de serviços no âmbito das atividades normais do Grupo Semapa. O total do volume de negócios (denominador do cálculo do rácio de atividades elegíveis) corresponde, assim, ao rédito reportado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas (Nota 2.1).

Da análise efetuada, concluiu-se que as atividades 4.8. (Produção de eletricidade a partir de bioenergia) e 4.20. (Cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia) estão alinhadas com a Taxonomia. A produção decorrente da atividade 1.3 (Gestão florestal) é utilizada maioritariamente nas operações internas do Grupo e, como tal, não considerada para efeitos deste indicador.

No que respeita à atividade 4.30 (Cogeração de elevada eficiência de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos), incluída no ato delegado complementar (Regulamento Delegado 2022/1214), até à data, devido aos critérios aplicáveis à sua classificação como atividade de transição, nomeadamente ao nível das emissões máximas (gCO₂/kWh), a mesma foi considerada não alinhada com a Taxonomia.

No que respeita à atividade 3.7 (Produção de cimento), esta não se encontra alinhada com a Taxonomia. No entanto, a Secil tem programado um conjunto de investimentos, dos quais se destaca o CCL iniciado durante o ano 2021 com vista a aumentar o grau de sustentabilidade ambiental e atingir no futuro um maior grau de alinhamento com os requisitos definidos pelo Regulamento da Taxonomia.

CAPEX

Atividades económicas (1)	Código (2)	2023	
		CapEx (3) Euros	Proporção do CapEx, ano N (4) %
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)			
Gestão Florestal	MAC 1.3	14 614 876	4%
Produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica	MAC 4.1	415 903	0%
Produção de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.8	3 714 928	1%
Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.20	74 151 357	22%
Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	MAC 5.1	902 951	0%
Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	MAC 5.3	6 718 663	2%
Atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado	AAC 9.2	445 391	0%
Conservação, incluindo restauro, de habitats, ecossistemas e espécies	BIO 1.1	3 202	0%
CapEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		100 967 271	31%
	Das quais, capacitantes	445 391	0%
	Das quais, de transição	-	0%
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)			
Produção de Cimento	MAC 3.7	46 294 000	14%
Produção de calor / frio a partir de bioenergia	MAC 4.24	745 802	0%
Cogeração de elevada eficiência de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos	MAC 4.30	1 003 980	0%
Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	MAC 5.1	903 749	0%
Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	MAC 5.3	266 709	0%
Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5	41 166	0%
Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	MAC 6.6	1 960 920	1%
Atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado	MAC 9.1	102 762	0%
CapEx das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		51 319 087	16%
A. CapEx das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		152 286 358	46%
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA			
CapEx das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		177 732 543	54%
Total (A + B)		330 018 901	100%

Legenda A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) - Critérios de contributo substancial:
S — Sim, atividade elegível para taxonomia e alinhada com a taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa;
N — Não, atividade elegível para taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa;
N/EL — não elegível, atividade não elegível para taxonomia para o objetivo ambiental em causa.

Critérios de contributo substancial						Critérios "Não prejudicar significativamente"										
Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do CapEx alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano N-1 (18)	Categoria — atividade capacitante (19)	Categoria — atividade de transição (20)	
S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	C	T	
S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	6%			
S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%			
S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	1%			
S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	9%			
S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%			
S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%	C		
N	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%			
N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0%			
30%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	16%			
0%	0%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	0%	C		
0%						S	S	S	S	S	S	S	0%		T	
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								29%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
16%	0%	0%	0%	0%	0%								29%			
46%	0%	0%	0%	0%	0%								46%			

Legenda A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) - Critérios de contributo substancial:

EL — Atividade elegível para taxonomia para o objetivo em causa;

N/EL — Atividade não elegível para taxonomia para o objetivo em causa.

O valor apresentado como total de CapEx no denominador do cálculo do rácio de atividades elegíveis corresponde ao somatório das aquisições de ativos tangíveis, ativos intangíveis (excluindo licenças de CO₂) e ativos sob direito de uso realizadas em 2023, divulgadas nas Notas 3.2, 3.3 e 3.5 das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Semapa. Para efeitos de apuramento deste rácio, foram excluídas as adições de ativos intangíveis relacionadas com as aquisições de licenças de CO₂, na medida que não se trata efetivamente de uma aquisição de licenças, mas sim de licenças atribuídas ao Grupo, e a sua classificação como ativos intangíveis decorre da política contabilística adotada por este. Em 2023, não foram registadas adições às propriedades de investimento do Grupo.

Os valores de CapEx classificados como elegíveis, quer sejam considerados alinhados ou não alinhados com a Taxonomia, correspondem aos investimentos em ativos ou processos associados às respetivas atividades, designadamente:

■ **Pasta e Papel:** Investimentos de suporte à atividade de gestão florestal, designadamente a aquisição de terrenos florestais; Investimentos associados às Centrais Termoelétricas a Biomassa de Aveiro e Setúbal; Investimentos associados às Centrais de Cogeração a biomassa; Investimentos associados à nova caldeira de recuperação de Setúbal; Investimentos associados à nova ETAR de Setúbal; Investimentos associados a projetos de Investigação & Desenvolvimento no âmbito do programa de melhoramento genético; e Investimentos associados ao Projeto Zambujo Recover.

■ **Cimento:** Projeto Clean Cement Line, o qual tem por objetivo o desenvolvimento e demonstração à escala industrial de uma nova tecnologia de produção de cimento. Este projeto contempla quatro subprojetos de I&D que visam a redução da dependência de combustíveis fósseis, aumento da eficiência energética, produção própria de energia elétrica, integração no processo da digitalização e redução de emissões de CO₂. Estas inovações promoverão o desenvolvimento da produção de um clínquer de baixo carbono e consequentemente da criação de uma gama de cimentos de baixa pegada ecológica.

(Página intencionalmente deixada em branco)

OPEX

Atividades económicas (1)	Código (2)	2023	
		OpEx (3) Euros	Proporção do OpEx, ano N (4) %
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)			
Gestão Florestal	MAC 1.3	3 540 124	2%
Produção de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.8	2 366 677	1%
Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.20	2 214 686	1%
Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	MAC 5.1	150 634	0%
Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	MAC 5.3	1 549 676	1%
Atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado	AAC 9.2	1 429 746	1%
Conservação, incluindo restauro, de habitats, ecossistemas e espécies	BIO 1.1	500 246	0%
OpEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		11 751 790	7%
	Das quais, capacitantes	1 429 746	1%
	Das quais, de transição	-	0%
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)			
Produção de Cimento	MAC 3.7	38 860 983	24%
Fabrico de componentes automóveis e de mobilidade	MAC 3.18	207 348	0%
Produção de calor / frio a partir de bioenergia	MAC 4.24	48 162	0%
Cogeração de elevada eficiência de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos	MAC 4.30	69 517	0%
Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	MAC 5.1	112 772	0%
Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	MAC 5.3	16 672	0%
Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem	MAC 5.5	49 409	0%
Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5	3 023	0%
Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	MAC 6.6	613 922	0%
OpEx das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		39 981 807	25%
A. OpEx das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		51 733 597	32%
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA			
OpEx das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		109 064 844	68%
Total (A + B)		160 798 441	100%

Legenda A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) - Critérios de contributo substancial:
S — Sim, atividade elegível para taxonomia e alinhada com a taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa;
N — Não, atividade elegível para taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa;
N/EL — não elegível, atividade não elegível para taxonomia para o objetivo ambiental em causa.

Critérios de contributo substancial						Critérios "Não prejudicar significativamente"										
Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do OpEx alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano N-1 (18)	Categoria — atividade capacitante (19)	Categoria — atividade de transição (20)	
S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	C	T	
S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	5%			
S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	2%			
S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	2%			
S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%			
S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%			
N	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%	C		
N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0%			
5%	1%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	9%			
0%	1%	0%	0%	0%	0%	S	S	S	S	S	S	S	0%	C		
0%						S	S	S	S	S	S	S	0%		T	
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								14%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0%			
25%	0%	0%	0%	0%	0%								14%			
30%	1%	0%	0%	0%	0%								23%			

Legenda A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) - Critérios de contributo substancial:

EL — Atividade elegível para taxonomia para o objetivo em causa;

N/EL — Atividade não elegível para taxonomia para o objetivo em causa.

O total de OpEx apresentado no denominador do cálculo do rácio de atividades elegíveis corresponde aos seguintes gastos determinados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2023, os quais se encontram incluídos na Nota 2.3 – Gastos e Perdas Operacionais:

- Gastos com Investigação e Desenvolvimento não capitalizados;
- Gastos de silvicultura não capitalizados;
- Gastos com limpezas industriais e tratamento de resíduos;
- Gastos com manutenção e reparação;
- Gastos com locações de curto prazo (“Short Term Leases”) não capitalizados; e
- Outros gastos diretamente ligados à manutenção de ativos tangíveis ou propriedades de investimento.

Os valores de OpEx apresentados no quadro anterior (numerador do cálculo do rácio de atividades elegíveis) correspondem ao OpEx afeto às atividades classificadas como elegíveis (alinhadas ou não alinhadas com a taxonomia). Estes valores incluem OpEx tal como:

- **Pasta e Papel:** Gastos de silvicultura não capitalizados, gastos com investigação e desenvolvimento associados à floresta, gastos não capitalizados necessários para operar as centrais de cogeração e termoelétricas a biomassa e outros gastos associados a tecnologias e produtos dedicados à redução de emissão de GEE;
- **Cimento:** os custos do Centro de Desenvolvimento de Aplicação de Cimento (CDAC) da Secil, no qual se desenvolvem atividades de investigação e desenvolvimento de novos produtos e aplicações de cimento e processos industriais inovadores para a sua produção, com vista ao desenvolvimento e adoção de novas tecnologias na área de processos de produção e produtos sustentáveis, no intuito de reduzir o teor de carbono incorporado das soluções do Grupo Secil.

MODELOS NORMALIZADOS DE APLICAÇÃO ATO DELEGADO COMPLEMENTAR (ATIVIDADES RELACIONADAS COM A ENERGIA NUCLEAR E O GÁS FÓSSIL)

O Regulamento da Taxonomia, através do Ato Delegado Artigo 8º, requer a divulgação de modelos normalizados, relativo às atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil. De acordo com a análise efetuada, as empresas Secil, Triangle’s e ETSA não desenvolvem este tipo de atividades. Para a Navigator, o preenchimento destes modelos foi efetuado.

MODELO 1 – ATIVIDADES RELACIONADAS COM A ENERGIA NUCLEAR E O GÁS FÓSSIL

Linha	Atividades relacionadas com a energia nuclear	
1.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	NÃO
2.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção e o funcionamento seguro de novas instalações nucleares destinadas a produzir eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio, bem como para a melhoria da sua segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	NÃO
3.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante o funcionamento seguro de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio a partir de energia nuclear, bem como a melhoria da sua segurança.	NÃO
Linha	Atividades relacionadas com o gás fóssil	
4.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos.	NÃO
5.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade que utilizam combustíveis fósseis gasosos.	SIM
6.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio a partir de combustíveis fósseis gasosos.	NÃO

MODELO 2 – ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA (DENOMINADOR) – VOLUME DE NEGÓCIOS

Linha	Atividades Económicas	Montante e proporção do Volume de Negócios					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
5.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	- €	0%	- €	0%	- €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do Volume de Negócios	120 758 083 €	4%	120 758 083 €	4%	- €	0%
8.	Volume de Negócios Total	2 706 323 930 €	100%	2 706 323 930 €	100%	- €	0%

MODELO 2 – ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA (DENOMINADOR) – CAPEX

Linha	Atividades Económicas	Montante e proporção do CapEx					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
5.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	- €	0%	- €	0%	- €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do CapEx	100 964 069 €	31%	100 518 678 €	30%	445 391 €	0%
8.	CapEx Total	330 018 901 €	100%	330 018 901 €	100%	330 018 901 €	100%

**MODELO 2 – ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA (DENOMINADOR)
– OPEX**

Linha	Atividades Económicas	Montante e proporção do OpEx					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
5.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	- €	0%	- €	0%	- €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do OpEx	11 251 543 €	7%	9 821 798 €	6%	1 429 746 €	1%
8.	OpEx Total	160 798 441 €	100%	160 798 441 €	100%	160 798 441 €	100%

MODELO 3 – ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA (NUMERADOR) – VOLUME DE NEGÓCIOS

Linha	Atividades Económicas	Montante e proporção do Volume de Negócios					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
5.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do Volume de Negócios	- €	0%	- €	0%	- €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do Volume de Negócios	120 758 083 €	100%	120 758 083 €	100%	- €	0%
8.	Montante e proporção total das atividades económicas alinhadas pela taxonomia no numerador do Volume de Negócios	120 758 083 €	100%	120 758 083 €	100%	- €	0%

**MODELO 3 – ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA (NUMERADOR)
– CAPEX**

Linha	Atividades Económicas	Montante e proporção do CapEx					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
5.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do CapEx	- €	0%	- €	0%	- €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do CapEx	100 964 069 €	100%	100 518 678 €	100%	445 391 €	100%
8.	Montante e proporção total das atividades económicas alinhadas pela taxonomia no numerador do CapEx	100 964 069 €	100%	100 518 678 €	100%	445 391 €	100%

MODELO 3 – ATIVIDADES ECONÓMICAS ALINHADAS PELA TAXONOMIA (NUMERADOR) – OPEX

Linha	Atividades Económicas	Montante e proporção do OpEx					
		MAC + AAC		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
5.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do OpEx	- €	0%	- €	0%	- €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do OpEx	11 251 543 €	100%	9 821 798 €	100%	1 429 746 €	100%
8.	Montante e proporção total das atividades económicas alinhadas pela taxonomia no numerador do OpEx	11 251 543 €	100%	9 821 798 €	100%	1 429 746 €	100%

MODELO 4 – ATIVIDADES ECONÓMICAS ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA MAS NÃO ALINHADAS PELA TAXONOMIA – VOLUME DE NEGÓCIOS

Linha	Atividades económicas	Montante e proporção do Volume de Negócios					
		(MAC + AAC)		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
5.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	44 613 034 €	9%	44 613 034 €	9%	- €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do Volume de Negócios	446 474 356 €	91%	446 474 356 €	91%	- €	0%
8.	Montante e proporção total das atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia no denominador do Volume de Negócios	491 087 390 €	100%	491 087 390 €	100%	- €	0%

MODELO 4 – ATIVIDADES ECONÓMICAS ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA MAS NÃO ALINHADAS PELA TAXONOMIA – CAPEX

Linha	Atividades económicas	Montante e proporção do CapEx					
		(MAC + AAC)		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
5.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	1 003 980 €	2%	1 003 980 €	2%	- €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do CapEx	50 315 107 €	98%	50 315 107 €	98%	- €	0%
8.	Montante e proporção total das atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia no denominador do CapEx	51 319 087 €	100%	51 319 087 €	100%	- €	0%

MODELO 4 – ATIVIDADES ECONÓMICAS ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA MAS NÃO ALINHADAS PELA TAXONOMIA – OPEX

Linha	Atividades económicas	Montante e proporção do OpEx					
		(MAC + AAC)		Mitigação das alterações climáticas (MAC)		Adaptação às alterações climáticas (AAC)	
		Montante	%	Montante	%	Montante	%
1.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
2.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
3.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
4.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
5.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	69 517 €	0%	69 517 €	0%	- €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica elegível para taxonomia mas não alinhada pela taxonomia a que se refere a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do OpEx	39 912 291 €	100%	39 912 291 €	100%	- €	0%
8.	Montante e proporção total das atividades económicas elegíveis para taxonomia mas não alinhadas pela taxonomia no denominador do OpEx	39 981 807 €	100%	39 981 807 €	100%	- €	0%

MODELO 5 – ATIVIDADES ECONÓMICAS NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA – VOLUME DE NEGÓCIOS

Linha	Atividades económicas	Montante	Percentagem
1.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 1 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.
2.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 2 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.
3.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 3 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.
4.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 4 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.
5.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 5 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	- €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 6 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do Volume de Negócios	n.a.	n.a.
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do Volume de Negócios	2 094 478 457 €	100%
8.	Montante e proporção total de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia no denominador do Volume de Negócios	2 094 478 457 €	100%

MODELO 5 – ATIVIDADES ECONÓMICAS NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA – CAPEX

Linha	Atividades económicas	Montante	Percentagem
1.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 1 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	- €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 2 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	- €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 3 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	- €	0%
4.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 4 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	- €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 5 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	- €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 6 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do CapEx	- €	0%

Linha	Atividades económicas	Montante	Percentagem
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do CapEx	177 732 543 €	100%
8.	Montante e proporção total de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia no denominador do CapEx	177 732 543 €	100%

MODELO 5 – ATIVIDADES ECONÓMICAS NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA – OPEX

Linha	Atividades económicas	Montante	Percentagem
1.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 1 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	- €	0%
2.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 2 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	- €	0%
3.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 3 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	- €	0%
4.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 4 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	- €	0%
5.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 5 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	- €	0%
6.	Montante e proporção da atividade económica a que se refere a linha 6 do modelo 1 que é inelegível para taxonomia em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do OpEx	- €	0%
7.	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do OpEx	109 064 844 €	100%
8.	Montante e proporção total de outras atividades económicas não elegíveis para taxonomia no denominador do OpEx	109 064 844 €	100%

PRÓXIMOS PASSOS NA APLICAÇÃO DA TAXONOMIA

Com o objetivo de continuar a aprofundar e melhorar a implementação dos critérios definidos pela Taxonomia nas suas atividades, o Grupo Semapa tem vindo a desenvolver e implementar medidas como:

- Robustecimento da análise de riscos físicos climáticos, de acordo com os critérios estabelecidos no Apêndice A do Anexo I do ato delegado no domínio climático, alinhada com o desenvolvimento de trabalhos no âmbito das recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD), nomeadamente na Navigator;

- Acompanhamento da evolução do Regulamento da Taxonomia, nomeadamente na implementação da análise das atividades do Grupo face aos novos critérios estabelecidos no Ato Delegado Ambiental relativos aos objetivos ambientais de Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos, Transição para uma economia circular, Prevenção e o controlo da poluição e Proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

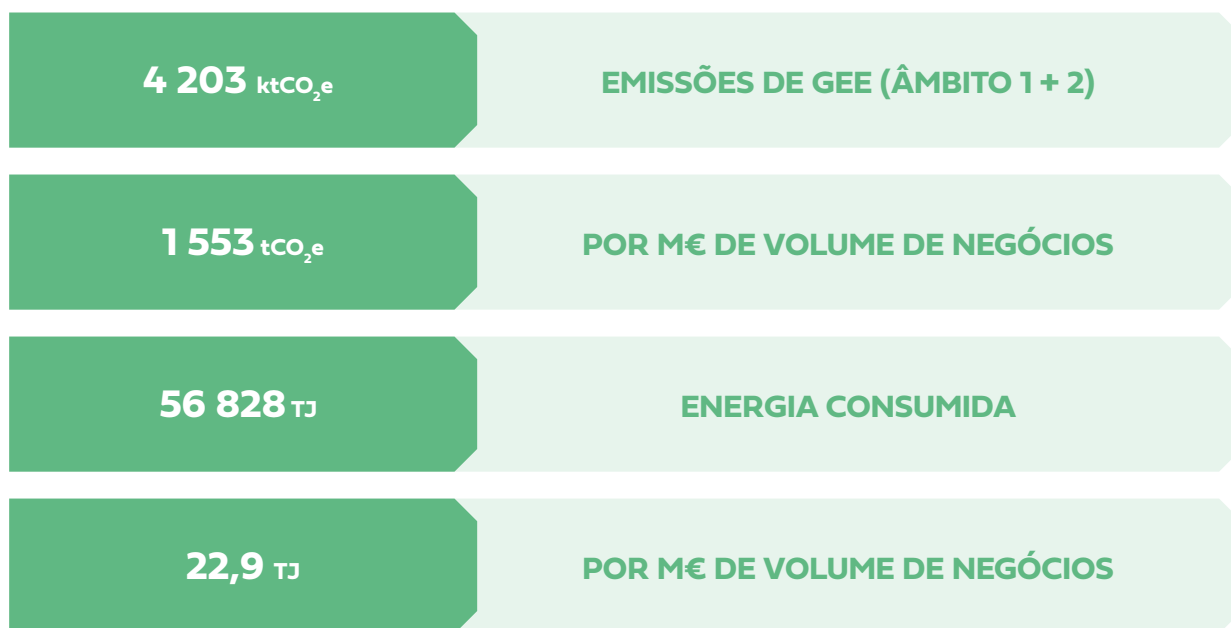
Durante 2024, e no âmbito da estratégia da Semapa e dos seus objetivos de sustentabilidade, o Grupo continuará a desenvolver ações para responder adequadamente aos requisitos do regulamento da taxonomia e aplicação dos critérios de alinhamento do Ato Delegado Clima e do Ato Delegado Ambiental. O Grupo irá igualmente acompanhar as atualizações ao regulamento, possíveis extensões a outras atividades económicas e implementação de orientações da Comissão Europeia que possam ter um impacto significativo na classificação de elegibilidade e alinhamento da Semapa.

4.2.2. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA

 GRI 3-3, 302-1, 302-3, 305-1, 305-2, 305-4



OS NOSSOS IMPACTOS



As **alterações climáticas** são atualmente um dos temas mais relevantes para a sociedade, em que as indústrias desempenham um papel determinante, considerando que são um dos principais responsáveis pelas emissões de gases com efeito de estufa (GEE), a seguir aos setores da energia e da logística.

Sendo um Grupo com forte cariz industrial, a Semapa está ciente dos impactos associados às emissões de GEE geradas pelas suas atividades. Como tal, e fruto de um conjunto de iniciativas da Comissão de Sustentabilidade da Semapa, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para a Ação Climática, que tem como objetivos fundamentais:

- Criação de uma base de dados uniforme e estruturada de indicadores de âmbito ambiental de todas as empresas do Grupo;
- Uniformização da comunicação de indicadores ESG ao nível de todo o Grupo Semapa – indicadores *standard* ou *mainstream* – não ignorando a importância que outros indicadores específicos têm para determinada empresa/atividade em particular, considerando o seu objeto social e o seu impacto;
- Definição e implementação de métodos robustos para recolha e monitorização de dados que permitam posteriormente apurar o que cada empresa efetivamente consome/utiliza ao nível de recursos;
- Partilha de informação e experiências entre as várias empresas do Grupo, tais como boas práticas, dificuldades sentidas e estratégias para as contornar, metodologias e fatores de conversão.

No seguimento da criação deste GT, foi realizado, em 2023, um *benchmarking* focado nas principais empresas pares do Grupo em termos de emissões de GEE (âmbito 1 e 2) e alinhamento com ONG e iniciativas relevantes (CDP Climate Change, Science Based Targets initiative e Task Force on Climate-related Financial Disclosures).

De referir que o GT tem contribuído internamente para a promoção de um roteiro para a neutralidade carbónica ao nível da Semapa – formalizando, deste modo, o caminho do Grupo para a redução das emissões, e consolidando as abordagens, garantindo-se a coesão de atuação no que diz respeito ao combate às alterações climáticas, embora cada Participada apresente especificidades de cada Empresa e setor, atuando em conformidade.

O **roteiro para a neutralidade carbónica do Grupo Semapa**, tendo como base a pegada de carbono registada em 2020 para todo o Grupo, definiu como objetivo atingir a neutralidade carbónica em 2050, com uma redução nas emissões de CO₂ de âmbito 1 e 2 até 2035 de 54%, no conjunto das geografias onde opera, com exclusão de Moçambique, e de 71% em Portugal. A redução será atingida com a implementação de um conjunto de medidas operacionais e projetos de investimento já identificados, de medidas de compensação (*offset*) através da obtenção de direitos de emissão (certificados de CO₂) ou através da captura ou utilização e armazenamento de CO₂ (*carbon capture and storage*). Neste âmbito, importa salientar o contributo positivo para a descarbonização obtido através das atividades de negócio das Participadas.

Refira-se o impacto positivo associado à **captura e armazenamento de carbono** nas florestas e nos produtos florestais geridos pela Navigator, bem como o potencial de captura de carbono nos processos produtivos e na promoção do crescimento de uma **bioeconomia, de base florestal, circular e de baixo carbono fóssil**.

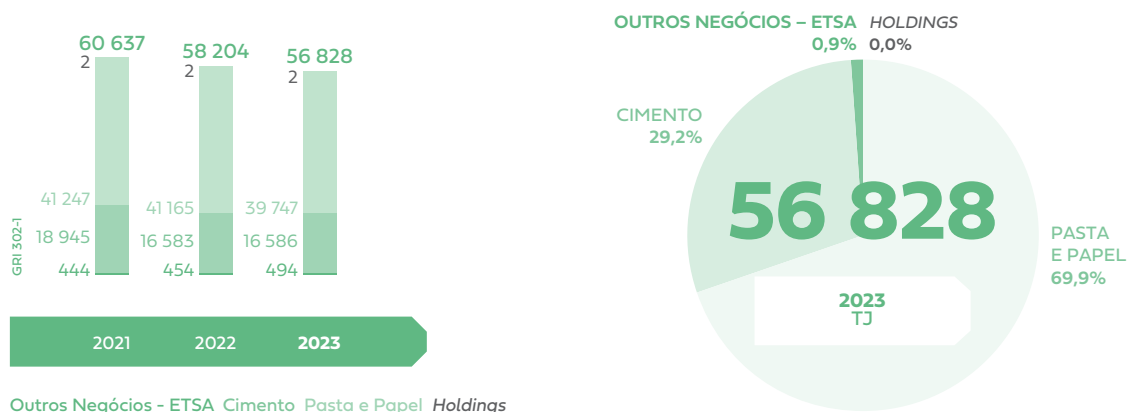
Na Secil, também se abrem diversas oportunidades para contribuir para o futuro do setor da construção, aliado à descarbonização e à economia circular, através do lançamento de **novas soluções e produtos**.

O negócio da ETSA, por sua vez, estando alinhado com os princípios da economia circular, contribui igualmente de forma positiva para evitar a emissão de GEE, em resultado da promoção da **reciclagem de subprodutos da cadeia alimentar (*rendering*)**. O não aproveitamento destes subprodutos implicaria a sua deposição e decomposição em aterro sanitário, libertando gás metano, um GEE mais poluente que o CO₂. Por outro lado, os produtos resultantes do *rendering* são utilizados, direta e indiretamente, para a produção de energia verde (biodiesel), mas também para o fabrico de alimentos para animais de criação e de estimação e de fertilizantes orgânicos. Desta forma, o *rendering* consegue evitar cerca de 90% das possíveis emissões de GEE quando comparado com a compostagem natural destes subprodutos, tendo potencial para sequestrar cerca de cinco vezes a quantidade de GEE produzidos⁴.

Em 2023, foram consumidos 56 828 TJ de energia em todo o Grupo Semapa, dos quais 57,6% por fontes de energia renovável.

Em termos de emissões de GEE, foram emitidas 4 203 ktCO₂e de GEE de âmbito 1 e 2, das quais 19,7% correspondem ao segmento de Pasta e Papel e 80,1% ao segmento de Cimento. Os restantes 0,3% advêm do segmento Outros Negócios – ETSA e Holding.

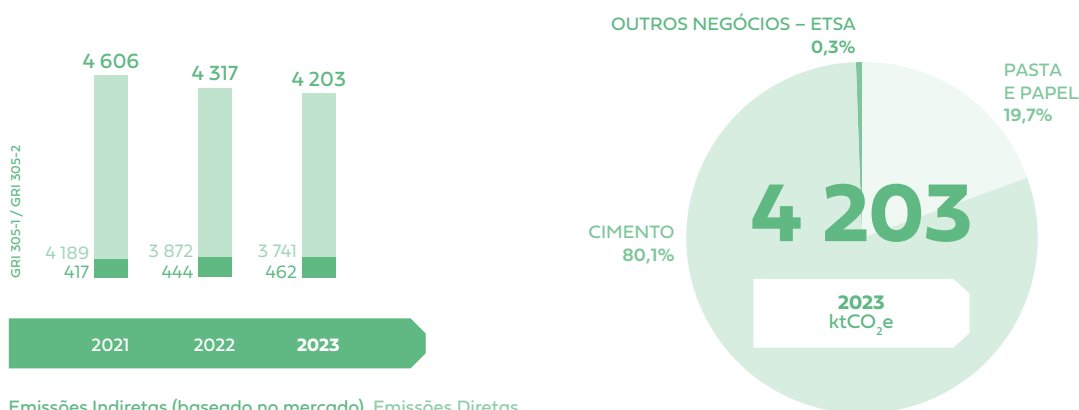
CONSUMO DE ENERGIA (TJ)



Outros Negócios - ETSA Cimento Pasta e Papel Holdings

4 Fonte de informação: North American Renderers Association (NARA) – "[Rendering: the greenest option](#)" e "[What if there was no rendering](#)".

EMISSÕES DIRETAS E INDIRETAS (ktCO₂e)



Emissões Indiretas (baseado no mercado) Emissões Diretas

SEGMENTO PASTA E PAPEL

AGENDA E ROTEIRO 2030 – UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Investir em soluções de baixo carbono rumo à neutralidade carbônica	
<ul style="list-style-type: none"> Reduzir em 86% as emissões diretas de CO₂ dos complexos industriais em 2035 (ano base: 2018)⁵ Emissões do ano base: 774 464 tCO₂ 	Redução de 41,0%. (456 689 vs. 774 464 tCO ₂)
<ul style="list-style-type: none"> Reduzir em 63% as emissões de GEE de âmbito 1 e 2 até 2035 (ano base: 2020)⁶ Emissões do ano base: 937 710 tCO₂e 	Redução de 26,0%. (697 408 vs. 937 710 tCO ₂ e)
<ul style="list-style-type: none"> Reduzir em 37,5% as emissões de GEE de âmbito 3 até 2035 (ano base: 2020)⁷ Emissões do ano base: 958 266 tCO₂e 	Aumento de 6,8% (1 023 331 vs. 958 266 tCO ₂ e)
<ul style="list-style-type: none"> Utilizar 80% de energia renovável no consumo total de energia primária em 2030 (ano base: 2018) 	81%
Promover a eficiência no uso de recursos, minimizando a nossa pegada ecológica	
<ul style="list-style-type: none"> Otimizar a intensidade energética, ano após ano 	12,9 GJ/t
Garantir a Sustentabilidade do uso do solo e dos recursos florestais, incluindo a biodiversidade	
<ul style="list-style-type: none"> Garantir que o stock de CO₂ sequestrado na área florestal sob gestão da Navigator não diminua mais de 10% face a 2022 (ano de referência), até 2030 	Novo objetivo definido em 2023.

A Navigator adotou, em 2019 e de forma voluntária, um **roteiro para a neutralidade carbônica**, que espelha a ambição de descarbonizar os complexos industriais em Portugal até 2035 (emissões CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissão). O compromisso com a redução das emissões de CO₂ foi alargado com a adesão à iniciativa Science Based Targets (SBTi) e aprovação, em 2022, das metas submetidas. Deste modo, as novas metas de redução (ver quadro acima) passaram a abranger também os âmbitos 2 e 3 do inventário de emissões de carbono da Empresa em Portugal, para além do alargamento das emissões das restantes emissões de âmbito 1, e foram definidas tendo por base o ano de 2020 (data do 1.º inventário completo de emissões).

O plano de descarbonização da Navigator, além de contribuir para a mitigação das alterações climáticas, tem um impacto positivo devido à **utilização da biomassa residual florestal para produção de energia** – valorizando este recurso e promovendo a proteção das florestas contra os incêndios –, e à geração de energia elétrica, através de fontes renováveis. A Navigator está a substituir, de forma faseada, o consumo de **energias fósseis**

5 Emissões reportadas no âmbito do CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão

6 O valor de emissões do ano base encontra-se de acordo com o que foi submetido e aprovado pela SBTi em 2022. Para o cálculo do desempenho da meta de redução de emissões de Âmbito 1+2, em alinhamento com o baseline definido na SBTi, são excluídas as emissões associadas aos gases fluorados, frota, própria, CH₄ e N₂O e fertilizantes, que representam cerca de 7% do inventário.

7 O cálculo do desempenho da meta de redução de emissões de âmbito 3, em alinhamento com o baseline definido na SBTi, considera a Categoria 1, excluindo as emissões associadas à aquisição de PCC, pasta, serviços, madeira e biomassa residual florestal. São também consideradas as categorias 3, 4, 9, emissões relativas à transformação de pasta em UWF e tissue (Categoria 10) e 50% das emissões associadas à deposição em aterro (categoria 12).

por fontes de energia menos intensivas em carbono e a investir na energia solar fotovoltaica, permitindo a produção de energia elétrica para autoconsumo e consequente redução dos custos energéticos.

Importa igualmente referir que o **CO₂ fixado pelas árvores** durante o processo de fotossíntese se transforma em carbono biogénico, que fica armazenado nas fibras da madeira e, consequentemente, nos produtos de base florestal, como é o caso da pasta e do papel. De referir que, em conjunto com o RAIZ, a Empresa encontra-se a trabalhar numa metodologia de cálculo da fixação de CO₂ nas florestas (incluindo o solo).

Adicionalmente, procura-se desenvolver processos que permitam **capturar carbono no processo produtivo** e investir na procura de **bioprodutos e soluções inovadoras** (Cap. 4.4.3.), desenvolvidos em parceria com diversas entidades, assumindo, em linha com a atual ciência climática, um papel ativo no desenvolvimento de uma bioeconomia circular sustentável, de baixo carbono fóssil, favorável para a Natureza e neutra para o Clima.

Em 2023, a Navigator viu aprovadas seis candidaturas submetidas ao **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** integradas na componente C11 – Descarbonização da Indústria – que visam acelerar a redução de emissões de CO₂ nos próximos anos (ver abaixo, Iniciativas em destaque).

A Empresa conta ainda com um **Programa Corporativo para a Eficiência Energética** assente em vários eixos estratégicos e que visa, entre outros aspetos, a operacionalização do Sistema de Gestão de Energia, certificado pela Norma ISO 50001:2018, tendo por base uma abordagem sistemática para alcançar a melhoria contínua do desempenho energético das suas atividades industriais. Em 2023, o âmbito do Sistema de Gestão de Energia foi alargado com a aquisição da Navigator Tissue Ejea, também certificada pela ISO 50001. Nos últimos cinco anos, a Navigator investiu mais de 8 milhões de euros em projetos de promoção da eficiência energética, que se traduziu em poupanças de energia na ordem dos 100 GWh/ano.

No âmbito das ações de descarbonização da Navigator está também a **promoção da utilização de fontes de energia renováveis**. Em 2023, a Navigator manteve a aposta na implementação de vários projetos fotovoltaicos, em regime de autoconsumo. A este nível refira-se a instalação da central fotovoltaica da recém-constituída Navigator Tissue Ejea, e o início da construção de quatro novas centrais fotovoltaicas nos *sites* industriais da Figueira da Foz (2), Aveiro e Vila Velha de Rodão, que permitirão triplicar a capacidade instalada dos atuais 12 MWp para cerca de 38 MWp. No caso da Figueira da Foz, saliente-se que este Complexo receberá uma das maiores centrais solares fotovoltaicas do país em regime de autoconsumo e que contará com painéis solares com módulos bifaciais, permitindo captar a luz solar dos dois lados do painel e, deste modo, aproveitar a luz que é refletida pelo chão.

Como reconhecimento da sua atuação, em 2023 a Navigator foi classificada como empresa líder em ação climática, tendo sido distinguida com a **classificação “A-” no CDP Climate Change**.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

DESCARBONIZAÇÃO: VISÃO 360° DO NEGÓCIO

O roteiro de descarbonização da Navigator é ambicioso e exige uma atuação numa enorme multiplicidade de locais e processos da Empresa. Em 2023, a aprovação de todas as seis candidaturas nesta componente que a Empresa submeteu ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) vão acelerar a execução de cerca de 16 iniciativas de descarbonização. No seu conjunto, estas iniciativas permitirão antecipar em cerca de três anos as metas intermédias de redução de emissões diretas de CO₂ prevista para 2029. Mas já em 2026, e fruto destes projetos, a Empresa reduzirá para menos de metade as emissões diretas de CO₂ face a 2018, o ano de referência.

As candidaturas totalizam um valor elegível de 173 milhões de euros e traduzem uma visão a 360° do negócio, pois dizem respeito a projetos dirigidos para diversas fábricas da Navigator, bem como para múltiplos momentos do seu processo produtivo, apostando em processos como a geração da própria energia através de centrais fotovoltaicas, na utilização de biomassa ou hidrogénio em fornos de combustão, na valorização energética de lamas ou na instalação ou melhoramentos da eficiência de centrais de cogeração.

Os investimentos serão materializados nos Complexos Industriais de Aveiro, Figueira da Foz, Setúbal, cujas candidaturas foram aprovadas na 1ª fase em julho e com um valor de 158,3 milhões de euros, e Vila Velha de Ródão, com a candidatura aprovada em novembro no valor de 14,7 milhões de euros. Entre estes, destaca-se a implementação de uma nova caldeira de recuperação de elevada eficiência em Setúbal, cuja construção teve início em 2023; a instalação de um novo forno de cal a biomassa na Figueira da Foz e a implementação

de uma nova central de cogeração renovável de elevada eficiência em Aveiro. Em 2023, ficou ainda concluído o projeto da nova torre de branqueamento e prensas de lavagem de pasta de Aveiro.

O montante elegível para o PRR vem integrar o investimento total de 340 milhões de euros que a Navigator prevê alocar entre 2019 e 2028 a medidas de descarbonização. Deste montante global, cerca de 89% já se encontra executado ou em execução.

SEGMENTO CIMENTO

AMBITION 2025

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Avaliação e identificação de riscos e oportunidades associados às mudanças climáticas, de acordo com a metodologia da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)	A implementar em 2024

OBJETIVOS 2030

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Redução de 25% de emissões de CO ₂ , 534 Kg CO ₂ / t cimento (âmbito 1 e 2) ⁸	721 kg CO ₂ /t cimento (âmbito 1 e 2) ⁸
65% de incorporação de clínquer no cimento para Portugal	80% de incorporação de clínquer no cimento para Portugal
73% de incorporação de clínquer no cimento para outras geografias ⁹	79% de incorporação de clínquer no cimento para outras geografias ¹⁰

A Secil assumiu compromissos globais com o **Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050** definido pela **GCCA** – um roteiro no qual os principais produtores de cimento e betão de todo o mundo (representando 80% da produção total fora da China) assumiram: o compromisso com a neutralidade carbónica do betão até 2050; e uma meta intermédia para evitar, até 2030, a emissão de cinco mil milhões de toneladas de emissões de CO₂.

Adicionalmente, a Secil alinhou a sua estratégia com o roteiro da Associação Europeia de Cimento – **CEMBUREAU 2050 Carbon Neutrality Roadmap** – para o setor cimenteiro europeu e, ao nível nacional, com o **roteiro** da Associação Técnica da Indústria de Cimento (**ATIC**) para a **neutralidade carbónica em 2050**.

Internamente, a Secil desenvolveu o seu **roteiro para a Neutralidade Carbónica “Caminho Secil para a Descarbonização”**, que abrange as várias geografias, no âmbito da sua estratégia **Ambition 2025**. Adicionalmente este roteiro define metas de redução de CO₂ para 2030 e o compromisso com a neutralidade carbónica em 2050, assentes em:

- Introdução de combustíveis alternativos e cimentos compostos;
- Aumento da eficiência energética e redução de emissões de CO₂ através do projeto Clean Cement Line (CCL);
- Recurso a tecnologias de Carbon Capture, Utilization and Storage (CCUS).

Para a definição das metas de redução, teve-se por base a metodologia utilizada pela CEMBUREAU: **“5Cs”** – Clínquer, Cimento, Betão (*Concrete*), Re-Carbonatação e Construção (embora as potenciais reduções de CO₂ do elemento Construção não tenham sido consideradas neste cálculo). Para a concretização destas ações está previsto até 2030 um valor de investimento total de 106,8 milhões de euros, ao qual acresce um valor de 86 milhões de euros relativamente ao projeto **Clean Cement Line (CCL)**, totalizando um valor de cerca de 192,8 milhões de euros.

⁸ Relativo a todas as fábricas de cimento exceto a fábrica de cimento de branco de Pataias.

⁹ Não inclui Angola.

¹⁰ Não inclui Angola, nem Pomerode, no Brasil.

De referir que a Secil se comprometeu com a **Science Based Targets initiative (SBTi)** a definir metas de base científica para 2030. Com a conclusão no final de 2023 da inventariação das emissões de âmbito 3, a Secil prepara-se para submeter as metas em 2024.

Além dos objetivos para 2030, a Secil está comprometida com a neutralidade carbónica em 2050. Nesta fase, a Secil está a estudar e a analisar as soluções tecnológicas disponíveis e em desenvolvimento, de modo a selecionar as mais adaptadas às suas instalações. Está ainda em aberto a possibilidade de utilização do CO₂ capturado, quer para uso na carbonatação forçada dos seus próprios materiais, quer eventualmente para uma produção de *efuels*. A Secil encontra-se também numa fase de levantamento de necessidades de infraestruturas necessárias tanto para a utilização, como para uma eventual armazenagem geológica do CO₂ capturado.

Em alinhamento com a sua estratégia, a Secil aposta fortemente na investigação, desenvolvimento e inovação (IDI), em busca de novos produtos, tal como o **Betão Verdi Zero** (que teve o seu primeiro fornecimento em 2023) e processos alternativos que permitam reduzir as emissões de carbono associadas às suas operações, como a produção de cimento com menos clínquer (*low carbon clinker*) e betões com menos cimento. Saliente-se que, desde 2021, a empresa está a executar um importante investimento na modernização da unidade Secil-Outão – o projeto CCL – e que, adicionalmente, estão em estudo um conjunto de outros projetos ambiciosos para dar resposta às metas definidas.

Em 2023, a Secil deu continuidade ao plano de descarbonização da unidade do Outão, em Portugal – tendo instalado todos os equipamentos previstos no projeto CCL referentes ao *upgrade* do forno 9 –, e foram efetuados estudos relativos à utilização de combustíveis alternativos em diversas unidades – em Portugal (Maceira-Liz), Brasil, Líbano e Tunísia. Refira-se também a realização do estudo para solução técnica de secagem das cinzas de aterro para facilitação da sua utilização e garantia de níveis de produção de cimento, assim como o estudo técnico e económico para a produção de argilas calcinadas na unidade de Pataias para consumo nas unidades de Maceira e Outão, em Portugal.

No Brasil, a Supremo Secil recebeu o **Selo Prata no GHG Protocol Brasil**, reconhecimento obtido em resultado da publicação do inventário completo de Gases de Efeito Estufa da Secil no “Registo público de Emissões”.

Ao nível da energia, a Secil tem vindo a desenvolver e a implementar um conjunto de medidas e iniciativas que passam, por exemplo, pelo aumento da **incorporação de energia de fontes renováveis e de combustíveis alternativos**, ou ainda a **promoção da eficiência energética e de recursos**.

Em 2023 e para além do projeto CCL há a destacar o investimento no solar fotovoltaico em Portugal, através do projeto de **instalação de painéis fotovoltaicos** em seis unidades com uma potência total de 1 MWp. A instalação de **tecnologias modernas e eficientes**, em várias das suas geografias (por ex., Brasil, Líbano e Tunísia), tem também marcado a atuação da Secil na promoção da eficiência energética nas suas unidades, salientando-se, em 2023, o projeto de conversão do sistema de transporte pneumático para sistema mecânico na Tunísia.

INICIATIVA EM DESTAQUE

PROJETO CLEAN CEMENT LINE

A Secil está a preparar-se para o futuro. Neste âmbito, um dos projetos mais importantes em fase de finalização é o Clean Cement Line (CCL). O CCL é um projeto de investigação, desenvolvimento e inovação, que transformará a fábrica Secil-Outão numa das mais avançadas fábricas de cimento da Europa e do mundo. Num investimento total de 86 milhões de euros, a fábrica conseguirá uma menor pegada de carbono e passará a ser considerada referência (*benchmark*).

A implementação deste projeto tem como objetivo desenvolver e demonstrar à escala industrial uma nova tecnologia de produção de cimento, para reduzir as emissões de CO₂ da fábrica em pelo menos 20%, aumentar a eficiência energética em 20% e gerar 30% de eletricidade por um inovador sistema de geração híbrido, através da recuperação de calor do processo de fabrico e da energia solar térmica concentrada.

Em 2023, a Secil deu continuidade ao plano de descarbonização da unidade do Outão, tendo instalado todos os equipamentos previstos no projeto CCL referentes ao *upgrade* do forno 9, nomeadamente um novo arrefecedor, uma pré-calcinação, alteração à torre de ciclones e um recuperador de calor.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Na atividade da ETSA refira-se que alguns dos seus produtos finais são utilizados para a **produção de combustíveis verdes**, por exemplo biodiesel. Por outro lado, esta indústria é consumidora intensiva de energia pela natureza dos seus processos, ao utilizar diferentes formas de energia, tais como energia térmica e energia elétrica, o que gera emissões de GEE, para além de impactos económicos.

O **roteiro para a neutralidade carbónica da ETSA** está assente em três vetores:

- A **eficiência energética** dos processos através da otimização do consumo de eletricidade e de combustíveis;
- A **substituição do mix energético** que irá contribuir para a diminuição das emissões diretas dos processos industriais pelo uso de combustíveis mais verdes e pela utilização de energia solar (elétrica e térmica);
- A **transição do uso de combustíveis fósseis para combustíveis low carbon** na frota de pesados e ligeiros.

A ETSA tem apostado fortemente na descarbonização das suas unidades industriais através do investimento na **redução do consumo de energias fósseis**. A instalação de uma **caldeira de biomassa** na unidade de Loures (a estilha de madeira) e uma **instalação de valorização energética de biomassa (IVEB)** nas instalações fabris de Coruche permitiram à ETSA reduzir em mais de 80% as emissões de origem fóssil. As caldeiras a biomassa instaladas nestas unidades permitiram a substituição de mais de 9000 toneladas de combustíveis fósseis por combustíveis renováveis, evitando a emissão de cerca de 28 000 toneladas de CO₂e.

A **gestão de energia e a eficiência energética** são igualmente uma aposta da Empresa. Nesse sentido, a ETSA tem implementado um conjunto de projetos para tornar as suas instalações mais eficientes, tal como a otimização na gestão do funcionamento das caldeiras a biomassa, a substituição da iluminação por LED, a aquisição de equipamentos mais eficientes, a manutenção preventiva e a sensibilização dos Colaboradores para práticas eficientes do uso de energia.

Refira-se igualmente a implementação de um **sistema de controlo de desempenho** com KPI, que permite avaliar diversos parâmetros do processo produtivo, entre os quais o consumo de energia. Desta forma, consegue-se identificar oportunidades para melhorar a eficiência energética, reduzir custos e cumprir metas de sustentabilidade.

Adicionalmente, e pelo facto de ser **consumidora intensiva de energia**, a ETSA é abrangida pela norma ISO 50001, o que implica a realização de auditorias energéticas, bem como o cumprimento de planos de racionalização de energia.

Em 2023 foram efetuadas diversas intervenções de melhoria à IVEB instalada em Coruche, foi dada continuidade ao projeto de recuperação de condensados de vapor sob pressão na mesma localidade, e foram também realizadas otimizações aos processos nas várias fábricas, através da implementação de um novo sistema de automação, o que permitiu melhorias no processo fabril. A substituição de alguns equipamentos por outros mais eficientes, dos quais se destaca um novo *decanter* e uma prensa na fábrica em Coruche, resultaram também em melhorias substanciais dos processos.

A ETSA iniciou também em 2023 um estudo para avaliar a **instalação de centrais fotovoltaicas** para autoconsumo de energia elétrica em todas as unidades industriais.

Na **nova unidade fabril que está em construção em Coruche serão implementadas as melhores técnicas disponíveis** para garantir o uso eficiente de energia, das quais se destacam:

- Instalação de uma caldeira a biomassa dotada de sistemas de recuperação de energia;
- Instalação de um sistema de controlo de iluminação que utiliza uma tecnologia para controlar a intensidade da luz de forma dinâmica e adaptativa;
- Colocação de telhas translúcidas que permitem aproveitar a luz natural;
- Instalação de um sistema de automação para os equipamentos produtivos que permite otimizar o seu funcionamento.

Na área da **logística**, que representa uma parte importante do consumo total de energia da empresa, foram também realizadas iniciativas para **diminuir o consumo de combustíveis**, nomeadamente a formação contínua em “eco condução”, bem como a aquisição da primeira viatura movida a gás natural comprimido.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DA INSTALAÇÃO DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA A BIOMASSA

Em janeiro de 2023, a instalação de valorização energética a biomassa (IVEB) teve uma paragem programada para a implementação de melhorias do ponto de vista mecânico de modo a aumentar a fiabilidade da mesma ao longo do ano. No âmbito desta intervenção, foram aproveitadas sinergias dentro do Grupo Semapa, na medida em que houve a colaboração de colegas da Secil que têm grande experiência na manutenção e operação dos fornos das cimenteiras, semelhantes ao forno rotativo da IVEB, e assim sugeriram algumas soluções de modo a melhorar a instalação da ETSA.

As melhorias introduzidas foram relativas ao refratário, sistema de transmissão do forno, filtro de mangas e ainda ao ventilador de extração. Estas melhorias foram realizadas numa ótica de rentabilizar a instalação em termos ambientais e económicos. Do ponto de vista ambiental, o objetivo é a maximização do consumo de biomassa ao invés de combustíveis fósseis, minimizando as emissões para a atmosfera. Comparativamente a 2022, foram reduzidas cerca de 1 600 tCO₂e. Do ponto de vista económico, a biomassa utilizada como combustível é produzida pela própria unidade fabril, evitando o custo da compra de combustíveis fósseis para a produção de energia térmica.

VIATURA PESADA MOVIDA A GÁS NATURAL COMPRIMIDO

A ETSA LOG, a empresa do Grupo que assegura a logística da recolha de matérias-primas, procura responder às crescentes exigências do serviço, adequando as viaturas às necessidades operacionais e a requisitos ambientais.

Em 2023, a ETSA LOG adquiriu uma viatura pesada movida a Gás Natural Comprimido (GNC) para reforçar as operações de distribuição. Estas viaturas estão preparadas para a utilização de biogás proveniente de aterros sanitários ou explorações pecuárias, assim como gás natural, enquanto combustível.

Com a aquisição desta primeira viatura movida a GNC, a ETSA pretende dar início à transição sequencial da sua frota atual para uma frota mais sustentável.

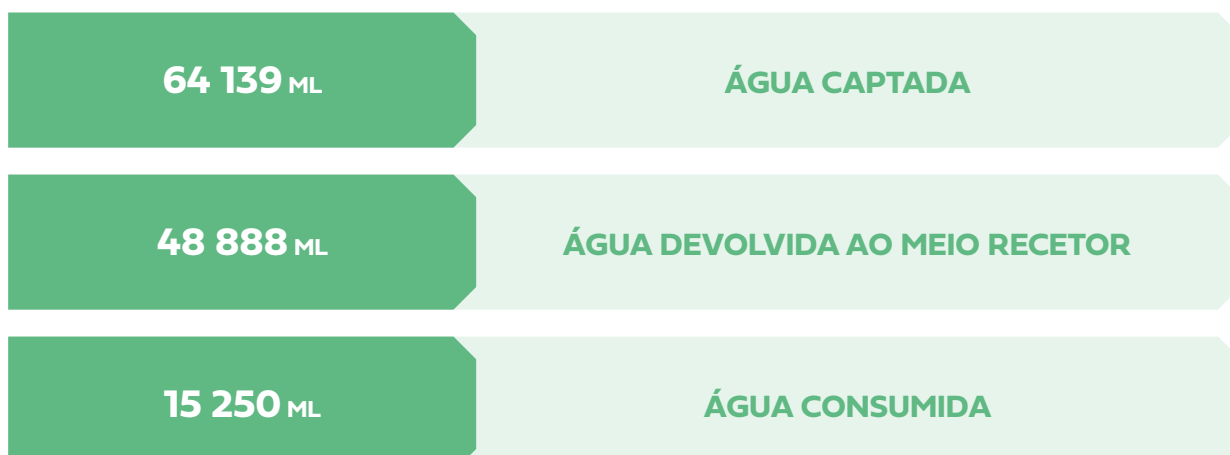
Atualmente esta viatura utiliza como combustível gás natural, o que garante uma redução de emissões de CO₂ entre 20% a 25%, isento de dióxido de enxofre, eliminando em grande medida a emissão de partículas poluentes, sendo uma alternativa relevante ao gasóleo.

4.2.3. GESTÃO DA ÁGUA

 GRI 3-3, 303-1/2/3/4/5



OS NOSSOS IMPACTOS



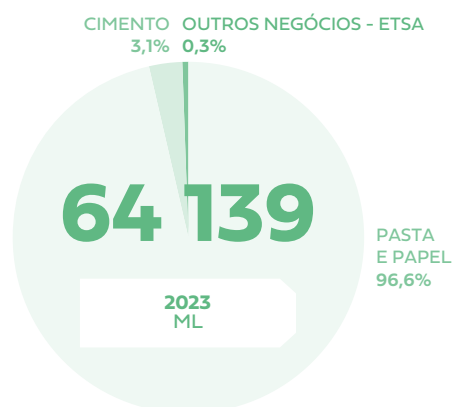
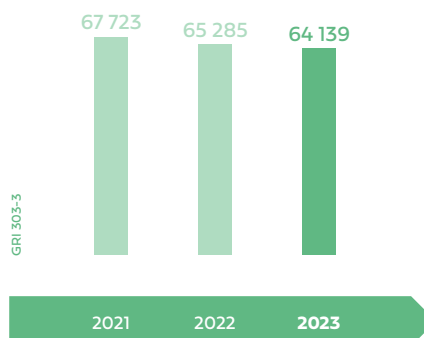
A água é um recurso importante para várias etapas dos processos industriais das empresas Participadas do Grupo Semapa. Dados os volumes de água utilizados, o Grupo está empenhado em fazer uma utilização racional deste recurso e em assegurar que as suas atividades não constituam *per se* um fator adicional de risco para o ambiente e comunidades envolventes. Considerando o impacto neste recurso, as captações de água e a descarga dos efluentes industriais das Participadas estão abrangidas por licenças neste domínio. Deste modo, as Participadas adotam medidas para reduzir a utilização da água e aumentar a qualidade dos efluentes tratados, contribuindo para uma otimização da circularidade deste recurso natural.

Como reflexo da sua importância, a Semapa acompanha este tema através do Grupo de Trabalho (GT) Água. Em 2023, este GT teve como principais objetivos:

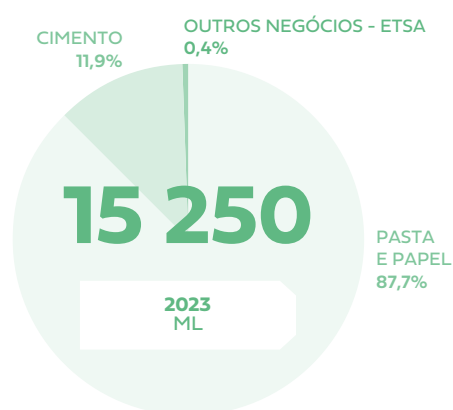
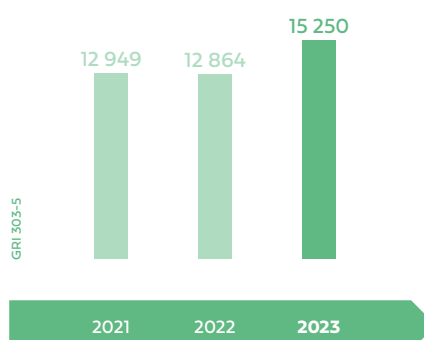
- Descrever a situação atual das empresas Participadas do Grupo Semapa, no que respeita aos temas do consumo e utilização da água;
- Definir e propor KPI que meçam o consumo e utilização do recurso;
- Estabelecer o modelo de recolha, tratamento e reporte da informação;
- Definir *benchmark* com os pares.

Em 2023, no conjunto de todas as empresas do Grupo, foram consumidos 15 250 megalitros (ML) de água, dos quais 87,7% corresponderam a consumos do segmento da Pasta e Papel, 11,9% do segmento do Cimento e os restantes 0,4% referem-se ao segmento Outros Negócios – ETSA e da *Holding*. Do total de água captada, 0,1% é referente a água gerada no processamento de matérias-primas, 0,9% foi adquirida a terceiros, 43,9% teve origem subterrânea e 55,1% corresponde a água superficial.

CAPTAÇÃO DE ÁGUA (ML)



CONSUMO DE ÁGUA (ML)



SEGMENTO PASTA E PAPEL

AGENDA E ROTEIRO 2030 – UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Promover a eficiência no uso de recursos, minimizando a nossa pegada ecológica	
<ul style="list-style-type: none"> Diminuir em pelo menos 33% a utilização específica de água (m³/t de produto) até 2030 (ano base: 2019). Utilização específica do ano base: 22,4 m³/t. 	<p>Diminuição de 5,1%.</p> <p>(21,2 m³/t vs. 22,4 m³/t)</p>
<ul style="list-style-type: none"> Propor soluções que permitam melhorar a eficiência no uso de água nos processos 	<p>No âmbito industrial, continuação do desenvolvimento e implementação das ações definidas no âmbito do PRUA (Programa de Redução da Utilização de Água). De destacar a nova torre de branqueamento e prensas de lavagem de pasta, a Fábrica de Pasta de Aveiro, a nova linha de preparação de madeiras e recuperação de água na Figueira da Foz e o novo sistema de ultrafiltração de efluentes na ETAR n.º 2 do Complexo de Setúbal.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Reduzir em 10% a carga orgânica nos efluentes industriais da Navigator até 2030, face a 2022 (medido em kgCQO/t produto) 	<p>Novo objetivo definido em 2023.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Estudar o potencial de redução do consumo de água nos Viveiros 	<p>Novo objetivo definido em 2023.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o impacto da floresta de produção na gestão da água 	<p>Novo objetivo definido em 2023.</p>

A Navigator utiliza o recurso água desde a produção florestal até à industrial, onde é essencial em diferentes etapas. A maioria do volume de água captada é utilizada nos processos industriais – na produção de vapor, transporte de materiais, sistemas de arrefecimento, entre outros – e é proveniente sobretudo de captações

próprias, quer por via superficial quer subterrânea, existindo casos pontuais em que esta é adquirida através da rede pública municipal.

O **compromisso com a gestão responsável deste recurso** visa tanto a quantidade captada, como a qualidade da água descarregada. Este compromisso está expresso no **Roteiro 2030 da Navigator** (ver quadro), tendo-se definido objetivos relativamente às operações em Portugal. Em 2023, a Navigator formalizou igualmente os objetivos referentes às operações florestais.

Nas operações florestais, a estratégia de abordagem à **gestão dos recursos hídricos** tem como princípio basilar **privilegiar a proteção face à requalificação** e tem como principais objetivos prevenir, nos recursos hídricos, impactos negativos e potenciar os positivos, conservar a biodiversidade e contribuir para a integridade dos ecossistemas ribeirinhos e a realização dos serviços que prestam. Entre as principais medidas para reduzir a captação de água nas operações florestais em Portugal, levadas a cabo em 2023, refira-se:

- Reforço das atividades de IDI no que respeita a práticas silvícolas que visem a conservação da água no solo, assim como estudo e monitorização de bacias hidrográficas;
- Procura de soluções – materiais genéticos e práticas – que potenciem uma maior resiliência à escassez de água;
- Alteração dos métodos de irrigação nos Viveiros Aliança, através da implementação da rega gota-a-gota.

Empenhada em fazer uma utilização otimizada da água também nos seus processos industriais, a Navigator desenvolveu o **Programa de Redução da Utilização de Água (PRUA)**, que compreende um conjunto de medidas de gestão e de novos investimentos tecnológicos e de última geração que permitem atingir uma maior otimização processual – i.e. uma maior recuperação de águas de processo, visando minimizar o volume de captação e a descarga de efluentes.

Relativamente à descarga de efluentes industriais, estes são sujeitos a tratamento – primário, secundário e tratamento de lamas – nas Estações de Tratamento de Água Residual Industrial (ETARI), por forma a minimizar potenciais impactos da sua descarga no meio recetor. De referir a existência de um extenso **programa de monitorização laboratorial de amostragem de efluentes**, à entrada e à saída das ETARI, estando a empresa abrangida por licenças que determinam a monitorização e a comunicação em contínuo da informação recolhida, com ligação por *data logger*, à Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Adicionalmente, são ainda realizados estudos de monitorização ambiental para avaliar o potencial impacto da descarga dos efluentes no estado ecológico dos meios recetores.

No âmbito dos projetos desenvolvidos no que concerne à **otimização processual e das instalações industriais**, em 2023 foi dada continuidade à implementação do PRUA que conta com 34 projetos de execução, dos quais se destaca o novo sistema de ultrafiltração de efluentes na Estação de Tratamento de Águas Residuais n.º 2 do Complexo de Setúbal (ver destaque).

Refira-se ainda a área de Branqueamento da Fábrica de Pasta de Aveiro que foi, em 2023, alvo de importantes melhorias tecnológicas – entre estas a substituição de quatro antigos lavadores de pasta por um único lavador de elevada eficiência –, e que resultou em benefícios ambientais relevantes, um dos quais a redução do uso de água.

INICIATIVA EM DESTAQUE

EFLUENTE INDUSTRIAL TRANSFORMADO EM ÁGUA FRESCA

Em 2023, uma das duas estações de tratamento de águas residuais do Complexo Industrial de Setúbal foi modernizada, com o objetivo de reduzir, de forma significativa, a carga orgânica presente no efluente. A tecnologia instalada nesta ETAR é um sistema de ultrafiltração MBR — Membrane Bioreactor (Biorreatores de Membrana) – o que representa uma estreia mundial numa unidade de produção de papel com as características da Navigator Paper Setúbal 1.

O projeto resultou de um investimento de 7,7 milhões de euros e vem dar resposta ao compromisso da Navigator com a proteção ambiental. Mais do que garantir o cumprimento rigoroso das exigências legais impostas – nomeadamente os Valores Limite de Emissão (VLE) mais restritos estabelecidos em 2023 pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) – o sistema MBR é um passo muito importante para os objetivos da Empresa no que diz respeito à redução do uso da água e à circularidade na utilização dos recursos. Uma

vez que esta tecnologia permite obter um efluente de muito boa qualidade, praticamente isento de sólidos e com uma carga orgânica muito baixa, há boas perspetivas de este poder vir a ser usado, em certos pontos do processo produtivo, como alternativa à água captada atualmente.

A ultrafiltração abre ainda outra possibilidade de extrema relevância: a implementação de um sistema de osmose inversa que tornará viável um fecho quase total do ciclo, ao oferecer uma qualidade de água produzida na ETAR idêntica, e por vezes até superior, à captada nos meios naturais. A modernização da ETAR 2 de Setúbal representa, assim, um avanço importante no que diz respeito à gestão da água.

SEGMENTO CIMENTO

AMBITION 2025

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Aplicação da GCCA Water Positivity Index Tool às unidades de fabrico de Cimento	A implementar em 2024
Avaliação dos riscos hídricos das fábricas de cimento	A implementar em 2024

A água é um recurso essencial nas atividades da Secil, na produção de cimento, betão e agregados, como por exemplo na limpeza das fábricas, equipamentos e vias de circulação, na redução da emissão difusa de partículas e na rega de espaços verdes e áreas de pedreira recuperadas. A maioria do volume de água captada é proveniente de furos de captação subterrânea, sendo a restante proveniente essencialmente de fontes de origem superficial ou obtida através da rede pública municipal.

A **gestão da água** na Secil passa pela identificação dos respetivos fluxos de água (captura, utilização e pontos de descarga), com o objetivo de gerir a quantidade da água consumida e a qualidade da água descarregada, assegurando o tratamento apropriado dos efluentes e cumprindo os requisitos legais das licenças de cada unidade.

Na sua "Ambição 2025 para um Crescimento Sustentável", a Secil assume o **compromisso na eficiência no uso de recursos**, nomeadamente na utilização de água e na definição futura de metas de redução do seu consumo, especialmente em áreas de *stress* hídrico. Far-se-á igualmente uma avaliação de risco da água nas unidades operacionais da Secil, nomeadamente no negócio do cimento.

As unidades fabris de cimento possuem um roteiro definido até 2025, que está em implementação para assegurar uma **melhor gestão da água**. Nesse roteiro incluem-se:

- Sessões de sensibilização com os Colaboradores para uma melhor utilização da água;
- Estudos para o reaproveitamento da água em algumas unidades;
- Instalação de torneiras economizadoras de água;
- Otimização da rede de água, para minimização de fugas;
- Instalação de contadores para melhor controlo da captação e descarga de água.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Para a ETSA, a **racionalização do uso da água** é de extrema importância por diversos motivos, que abrangem aspetos económicos, ambientais e sociais, pois a otimização deste recurso não apenas beneficia o ambiente, como também promove eficiência operacional, redução de custos e melhoria da imagem corporativa. Esta é uma abordagem essencial para o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade empresarial do Grupo e, como tal, foram identificadas como **principais linhas de atuação para otimizar a utilização da água**:

- Implementação de sistema automático de recuperação de condensados sob pressão;
- Implementação de sistema de monitorização *online* dos consumos de água;

■ *Revamping* total das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

A água consumida pela ETSA é maioritariamente utilizada nos seus processos fabris para a produção de vapor e para a lavagem e desinfeção das instalações, equipamentos e veículos de recolha de matéria-prima. A água é proveniente de abastecimento público e de furos de captação subterrânea, sendo o seu consumo monitorizado em todas as unidades, através de uma análise dos KPI associados, permitindo detetar e corrigir eventuais anomalias em tempo útil, e assim evitar desperdícios de água desnecessários. De referir ainda que no balanço de água da ETSA há ainda a considerar a água produzida, decorrente de água contida nos subprodutos da cadeia alimentar.

As instalações de consumo de vapor estão equipadas com **sistemas automáticos de recuperação de condensados** (SARC), permitindo evitar a perda de vapor *flash*¹¹ por recuperação dos condensados sob alta pressão. Na unidade de Loures este sistema está a funcionar a 100%, enquanto na unidade de Coruche ainda está em fase de implementação.

De forma a melhorar a **monitorização do consumo de água** e recorrendo a tecnologia da Indústria 4.0, a ETSA está a implementar na unidade de Coruche um projeto de telegestão dos consumos de água – iniciado em 2023 tem a sua conclusão prevista para início de 2024. Este projeto tem como objetivo a implementação de um sistema *online* que permite a medição em tempo real, indicando onde está a ocorrer a utilização de água e a sua quantidade, permitindo revelar quais os maiores consumidores de água, de modo a implementar medidas de otimização do uso deste recurso, minimização de perdas e o custo associado.

As **águas residuais** que resultem dos processos das unidades fabris e logísticas são encaminhadas para as estações de tratamento de águas residuais (ETAR) dos respetivos locais de operação. De referir que a ETSA está a finalizar um ciclo de forte investimento nas suas ETAR, de forma a garantir o cumprimento das alterações das normas ambientais.

Em 2023 foi concluída a segunda fase do *revamping* da ETAR da unidade de Loures. Após implementação deste projeto, o próximo passo será a implementação de um sistema que irá permitir a **reutilização deste efluente** na unidade. Embora este projeto esteja ainda numa fase de ideação, o objetivo da ETSA é alargar a sua implementação a outras unidades.

INICIATIVA EM DESTAQUE

FINALIZAÇÃO DO REVAMPING DA ETAR DE LOURES

Após um investimento de 150 mil euros realizado em 2022 – correspondente à 1.ª fase da remodelação da ETAR do complexo de Loures e que contemplou a implementação de um tratamento físico-químico e um tratamento de desidratação de lamas –, em 2023 foi executada a 2.ª fase do projeto. Esta fase corresponde a um investimento de aproximadamente 100 mil euros, permitindo aumentar substancialmente a capacidade de tratamento biológico aliado a um consumo energético mais baixo.

Este projeto permitiu a melhoria da qualidade do efluente final que é encaminhado para o coletor municipal, sendo agora mais fácil a implementação de um tratamento terciário, que venha a permitir a reutilização de água na fábrica – por ex., para lavagens de pavimentos e/ou rega dos espaços verdes (horizonte temporal 2024-2030).

No caso específico da unidade de Loures, existe o objetivo de reduzir a captação de água subterrânea, sendo por isso importante a aposta em água reutilizada de forma a satisfazer as necessidades fabris.

¹¹ Vapor formado a partir do condensado quente no momento em que a sua pressão for reduzida.

4.2.4. ECONOMIA CIRCULAR

 GRI 3-3, 301-1, 306-1/2/3/4/5



OS NOSSOS IMPACTOS



A relevância do tema da **economia circular** na agenda do Grupo Semapa fica patente na diversidade de projetos que as empresas Participadas têm implementado, bem como no investimento realizado em investigação, desenvolvimento e inovação (Cap. 4.4.3). Sendo o Grupo maioritariamente industrial, as Participadas procuram promover a circularidade por forma a obter ganhos em termos de eficiência do consumo dos recursos e em potenciar novos produtos e serviços, com consequentes ganhos económicos.

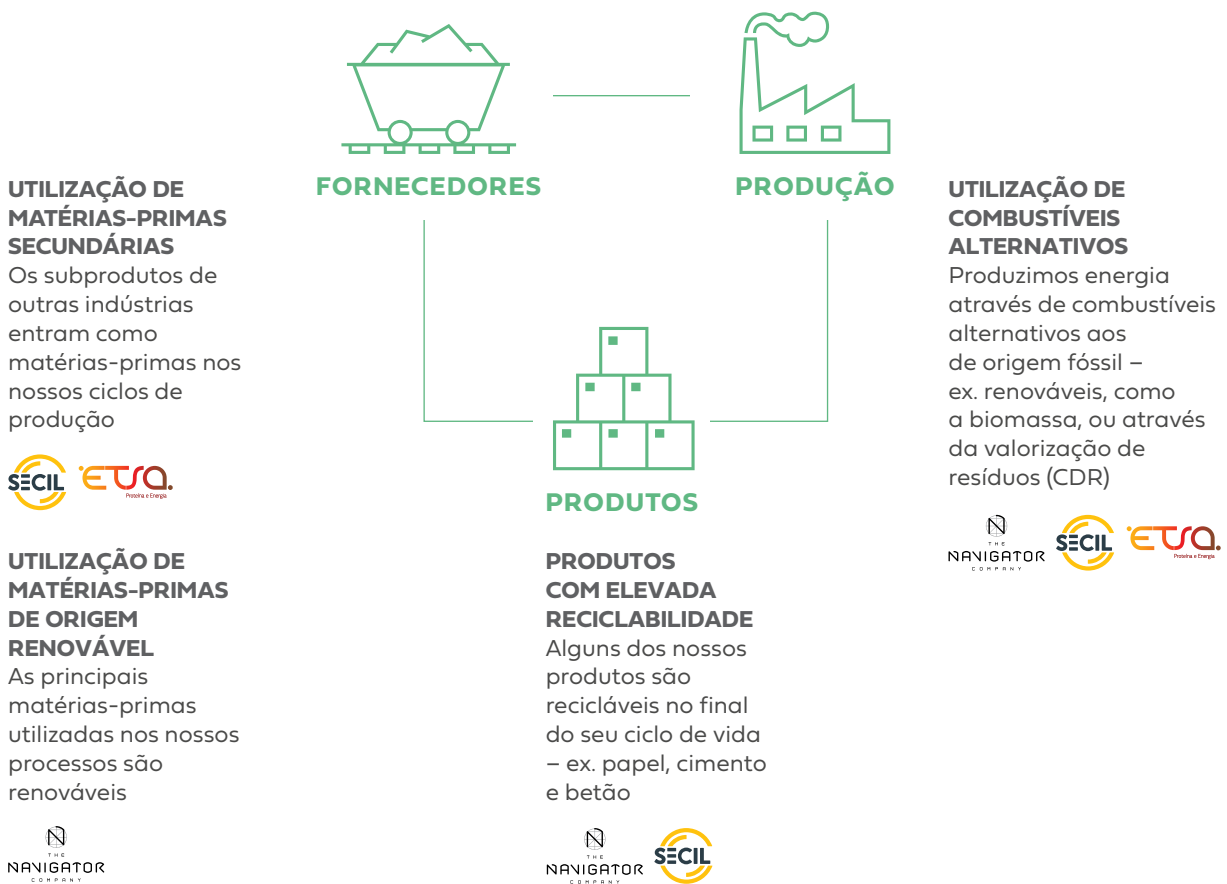
O Grupo de Trabalho (GT) sobre Economia Circular da Semapa tem **fomentado a partilha das melhores práticas** entre as empresas, com destaque para a definição e uniformização de *guidelines* e KPI para relato de informação, garantindo a consolidação da informação de todo o Grupo. O trabalho realizado pelo GT contribui ainda para consolidar sinergias entre as diferentes empresas Participadas – ex. incorporação dos resíduos gerados por uma empresa como matéria-prima nos processos de outra empresa, tal como acontece com a utilização das cinzas da Navigator que são incorporadas no clínquer e argamassas da Secil. De salientar que ao nível do Grupo Semapa existem diversas práticas implementadas no âmbito da economia circular.

A ETSA é um dos melhores exemplos de economia circular, com um modelo de negócio assente nos princípios da circularidade entre indústrias, através da reciclagem de subprodutos da cadeia alimentar, para a produção de energia verde, e também no fabrico de alimentos para animais, de fertilizantes, entre outros.

Quanto à Navigator, saliente-se que as florestas plantadas desempenham um papel crucial na transição de uma economia linear e dependente de combustíveis fósseis para uma bioeconomia circular de baixo

carbono fóssil. Esta transição é suportada em produtos florestais renováveis, recicláveis e biodegradáveis, promovendo benefícios para a Natureza e contribuindo para a neutralidade carbónica. A Empresa apresenta igualmente um modelo de produção com elevado aproveitamento dos seus subprodutos, desde a recirculação dos químicos utilizados na produção de pasta e de papel, até à utilização da biomassa, resultante da preparação da madeira destinada à produção própria de energia.

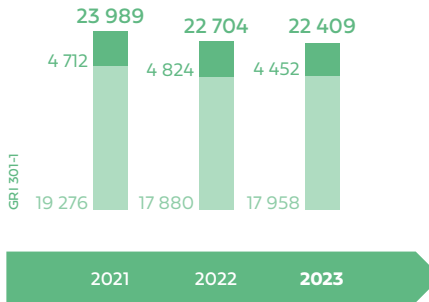
A Secil tem uma cadeia de valor que apresenta diversas oportunidades em matéria de circularidade, com a incorporação de matérias-primas recicladas, desenvolvimento de novos produtos e utilização de combustíveis alternativos aos de origem fóssil.



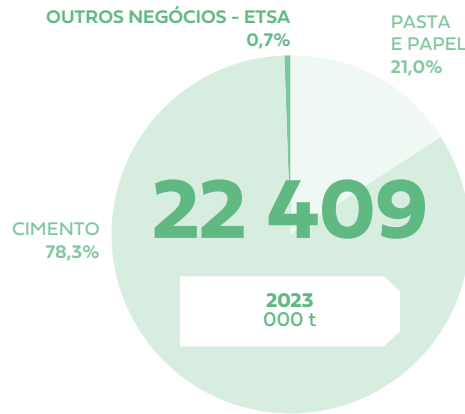
Em 2023, no conjunto de todas as empresas do Grupo, foram consumidos 22 409 milhares de toneladas de materiais, dos quais 78,3% corresponderam a consumos do segmento do Cimento, 21,0% do segmento Pasta e Papel e os restantes 0,7% referem-se ao segmento Outros Negócios – ETSA. Do total de materiais consumidos, 19,9% são materiais renováveis.

Em termos de resíduos, foi produzido um total de 506 milhares de toneladas, dos quais 99,6% são resíduos não perigosos e 0,4 % são resíduos perigosos. Do total de resíduos produzidos, 68,7% são valorizados, enquanto os restantes 31,3% são encaminhados para deposição final.

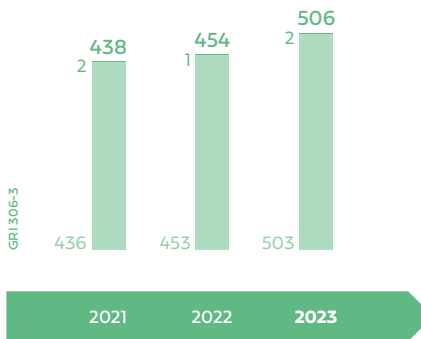
CONSUMO TOTAL DE MATERIAIS USADOS (000 t)



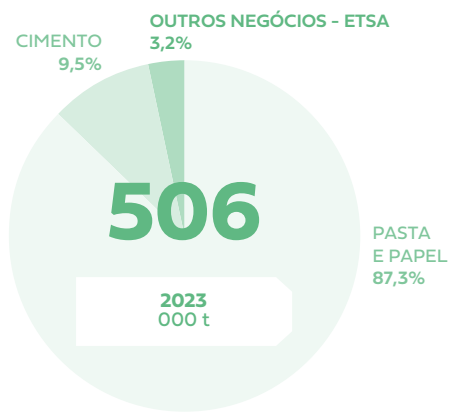
Não renováveis Renováveis



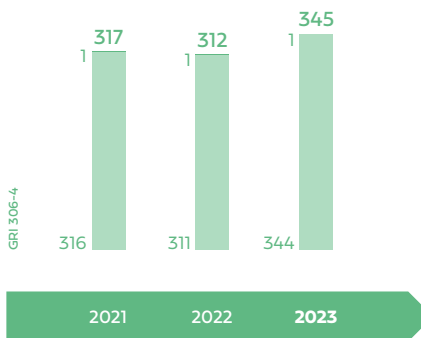
RESÍDUOS GERADOS (000 t)



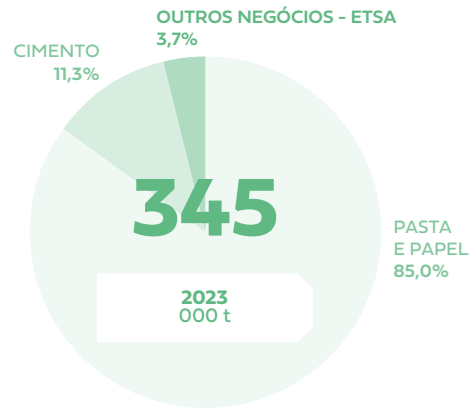
Não perigosos Perigosos



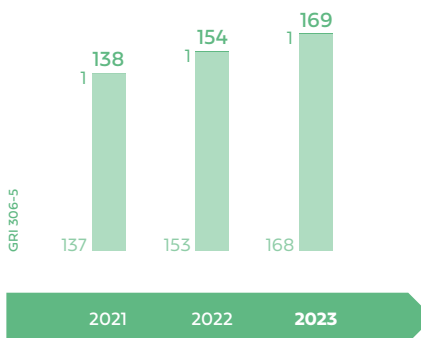
RESÍDUOS NÃO DESTINADOS A DEPOSIÇÃO FINAL (000 t)



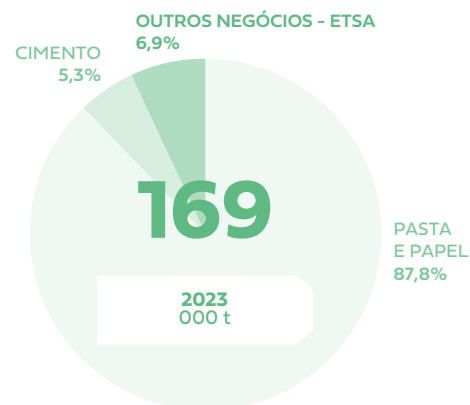
Não perigosos Perigosos



RESÍDUOS DESTINADOS A DEPOSIÇÃO FINAL (000 t)



Não perigosos Perigosos



A nível corporativo, os próximos passos do Grupo Semapa neste âmbito incluem a consolidação e estruturação de iniciativas que se possam traduzir na implementação de projetos que permitam explorar as sinergias entre as empresas Participadas. O GT tem em vista o desenvolvimento de um plano de ação estruturado, através de uma análise crítica das ações efetuadas e identificação de novas oportunidades.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

AGENDA E ROTEIRO 2030 – UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Promover a eficiência no uso de recursos, minimizando a nossa pegada ecológica	
<ul style="list-style-type: none"> Propor soluções que permitam melhorar a eficiência no uso de madeira no processo industrial 	Entrada em funcionamento da nova linha de preparação de madeiras no parque de madeiras do Complexo Industrial da Figueira da Foz.
Promover a bioeconomia circular, privilegiando soluções de IDI	
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver aplicações sustentáveis, e de valor acrescentado, para os subprodutos do processo industrial (lamas, cinzas e outros resíduos inorgânicos) 	<p>Foi dada continuidade à parceria com a Specialty Minerals Inc. na Figueira da Foz, o que permitiu valorizar aproximadamente 4 800 toneladas de lamas de carbonato, um acréscimo de cerca de 3 800 toneladas face a 2022.</p> <p>No âmbito das parcerias com o setor da construção, através da incorporação das areias da caldeira de biomassa de leite fluidizado (subproduto) na produção de blocos de betão, em 2023, foi possível escoar cerca de 35,6 mil toneladas de areias (+25,5% face a 2022).</p>
<ul style="list-style-type: none"> Alcançar, até 2030, uma taxa de deposição dos resíduos em aterro industrial inferior a 10%. 	12%

O Roteiro 2030 da Navigator reflete a importância do uso dos recursos e promoção da economia circular, através de um conjunto de compromissos e objetivos (ver quadro).

Através da gestão florestal responsável e das iniciativas de apoio à certificação florestal dos produtores florestais, a Navigator promove a **otimização na utilização de madeira**, investindo em projetos cujo objetivo é a minimização de perdas e consequente aumento do rendimento deste recurso, sendo de realçar a instalação de equipamentos mais eficazes, tanto na preparação da madeira, como nas linhas de fibra e máquinas de papel. Visando uma **maior eficiência na utilização da matéria-prima madeira**, destaca-se, em 2023, a entrada em funcionamento da nova linha de preparação de madeiras do Complexo Industrial da Figueira da Foz. A nova linha permite uma redução significativa da principal matéria-prima na produção de pasta e no transporte associada à mesma e, adicionalmente, melhorias significativas na utilização de água, na redução do ruído, e ainda nas condições de trabalho e segurança.

No **consumo de matérias-primas** destaca-se também o desenvolvimento de produtos de embalagem de origem florestal em substituição de embalagens de origem fóssil – projeto *Packaging gKRAFT*, que se traduz em impactos positivos nos processos produtivos da Navigator, nomeadamente ao nível do consumo de materiais não renováveis.

Tirando partido do potencial da circularidade inerente ao processo, a Navigator investe continuamente em **fechar circuitos e otimizar a utilização dos recursos**, priorizando a diminuição da produção de resíduos, bem como a sua reciclagem e valorização. Neste sentido, tem adotado soluções tecnológicas que possibilitam a reincorporação dos resíduos nos processos produtivos, ou a sua **valorização interna**, designadamente na produção de energia.

A promoção da economia circular tem sido alavancada através do **Projeto Corporativo Upcycling**, de investimentos em projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) e no estabelecimento de parcerias e sinergias com outras organizações e setores, o que tem permitido à Navigator implementar soluções tecnológicas, tais como:

- Utilização dos gases das chaminés para a captação de CO₂, que é usado na produção de carbonato de cálcio precipitado;
- Reforço da circularidade *onsite* das lamas de carbonato produzidas no Complexo Industrial da Figueira da Foz, que são utilizadas na produção de carbonato de cálcio;

- Otimização dos ciclos de recuperação química nas unidades de produção de pasta de papel;
- Minimização da produção de lamas biológicas, pela sua incorporação na evaporação de licor negro, com aproveitamento energético do seu conteúdo orgânico na Caldeira de Recuperação do Complexo Industrial da Figueira da Foz;
- Utilização das areias das Caldeiras de Biomassa (subproduto) como substituto das areias de origem natural utilizadas em materiais de construção (ex. argamassas, *tout-venant*, pré-fabricados de betão).

De referir que a **recuperação e reutilização da água** faz também parte da circularidade do processo de produção da Navigator, sendo esta maioritariamente devolvida ao ambiente sob a forma de efluente tratado.

Em 2023, a atuação da Navigator centrou-se na continuidade dos projetos e parcerias já iniciadas, bem como no desenvolvimento de novas iniciativas a implementar nos próximos anos. Os projetos aprovados em 2023 pelo **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**, no âmbito da descarbonização, para além de contribuírem para a redução de emissões de CO₂ fóssil nos processos produtivos, demonstram uma clara aposta na circularidade e valorização de subprodutos e resíduos. A futura Caldeira de Recuperação de Setúbal aprovada pelo PRR (Cap. 4.2.2., 4.4.2.) trará um conjunto significativo de melhorias ambientais no processo de produção de pasta, incluindo, na perspetiva da economia circular:

- Uma maior eficiência na recuperação química do sódio;
- A valorização energética dos gases mal odorosos;
- A incorporação de lamas biológicas no licor negro para valorização energética.

A parceria com a Specialty Minerals Inc. na Figueira da Foz manteve-se em 2023, o que permitiu valorizar **lamas de carbonato**. As lamas de carbonato podem ser utilizadas para a **produção de carbonato de cálcio precipitado (PCC)** – aditivo mineral incorporado no papel de impressão e escrita (UWF) produzido.

No âmbito das parcerias com o setor da construção, refira-se a **incorporação das areias da caldeira de biomassa de leite fluidizado (subproduto) na produção de blocos de betão**.

O ano de 2023 fica ainda marcado pelo desenvolvimento de uma iniciativa de **valorização de resíduos da indústria da pasta e papel para produção de fertilizantes**, em parceria com o RAIZ, no âmbito do consórcio da agenda mobilizadora TransForm.

INICIATIVA EM DESTAQUE

REDUÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS CRIAM VALOR PARA A NAVIGATOR E PARA A FLORESTA

Na transição de uma economia linear e dependente de combustíveis fósseis para uma bioeconomia circular sustentável, as florestas plantadas, os seus produtos, assim como os processos usados, desempenham um papel fundamental, investindo a Empresa continuamente na otimização do uso dos recursos, na diminuição da produção de resíduos e na promoção da sua reciclagem e valorização.

O processo de redução de resíduos e o seu tratamento para a produção de fertilizantes e de corretivos para os solos são respostas que representam, ao mesmo tempo, uma necessidade e uma oportunidade. A redução de resíduos na origem responde a uma necessidade ambiental, controlando os seus impactos. O seu tratamento é a forma de os reincorporar na produção, nomeadamente na forma de fertilizantes, através de processos que trazem valor para a Navigator e para a floresta.

Nesta perspetiva de circularidade dos seus produtos e subprodutos, a futura caldeira de recuperação da fábrica de Setúbal terá impactos positivos a nível ambiental, com maior eficiência na recuperação química do sódio, a valorização energética dos gases mal odorosos e a utilização de lamas biológicas para valorização energética.

Um novo forno de cal a instalar na fábrica de pasta da Figueira da Foz vai reduzir substancialmente a geração na origem de resíduos de lamas e carbonatos. Ao mesmo tempo, a utilização de biomassa como combustível, em vez de fuel e gás natural, contribuirá também para a redução de emissões de CO₂ fóssil.

As ETAR das fábricas de Setúbal e Aveiro são também exemplos de eliminação e reaproveitamento de resíduos. Em Setúbal, a tecnologia de ultrafiltração preparou a ETAR para uma etapa complementar de tratamento através da osmose inversa, que permitirá futuramente produzir um efluente com qualidade idêntica à água captada. Em Aveiro, as lamas da ETAR geradas no tratamento de efluentes são agora aproveitadas como fonte de energia para a caldeira de biomassa, reduzindo impactos positivos associados ao seu transporte e tratamento.

SEGMENTO CIMENTO

OBJETIVOS 2030

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
53% de uso de combustíveis alternativos	19% de uso de combustíveis alternativos

Como parte da indústria cimenteira, a Secil regista um elevado consumo de matérias-primas não renováveis, nomeadamente o calcário e a marga. Conscientes dos seus impactos e também do potencial que o seu setor de atividade apresenta, a Secil tem vindo a adotar corporativamente **estratégias de circularidade, reutilização e reciclagem de materiais**. Tal permite à Secil elevar os ganhos em termos de **eficiência no consumo de recursos** e, consequentemente, de ganhos económicos.

A Secil tem como objetivo contribuir para a economia circular através do **aumento da incorporação de matérias-primas secundárias** e do **uso de combustíveis alternativos no seu processo de fabrico**.

No que diz respeito às matérias-primas, a Secil tem vindo a implementar medidas que permitem **incorporar**, sempre que possível, **resíduos ou subprodutos de outras indústrias**, nas várias fases do processo de fabrico do cimento, promovendo a **substituição de matérias-primas naturais por outras secundárias**, ricas nos óxidos necessários para a sua produção. De entre essas medidas, destacam-se:

- A utilização regular de vários subprodutos como formas de gesso, escoria de alto forno, gesso artificial ou granalha de decapagem da indústria naval (substituindo o óxido de ferro);
- A incorporação de areias produzidas nos leitos fluidificados das caldeiras de biomassa da Navigator, utilizadas como matéria-prima secundária na produção de betão e algumas argamassas leves;
- A incorporação de cinzas volantes provenientes da combustão de carvão para a produção de energia elétrica e da indústria cerâmica no Brasil, como matéria-prima secundária para a produção de cimento;
- A incorporação de escoria de alto forno, proveniente da indústria metalúrgica no Brasil, como matéria-prima secundária para a produção de cimento;
- A reutilização de terras resultantes de grandes escavações para fundações de edifícios.

De referir que o cimento e o betão têm um **longo ciclo de vida** e ambos, ao contrário do grande conjunto de materiais de construção, apresentam a característica ímpar de serem **totalmente recicláveis** no fim do seu ciclo de vida. Através do processamento de resíduos de construção, após um tratamento de separação e britagem, podem ser **reintroduzidos na cadeia produtiva de cimento e betão**. A incorporação de matérias-primas recicladas provenientes de resíduos de demolição de edifícios e infraestruturas tem um potencial significativo. No entanto, existem desafios que limitam a sua adoção efetiva. Para promover a incorporação desses materiais, é crucial investir em regulamentações claras, sistemas de controle eficazes e modelos de negócios sustentáveis. Isso permitirá que a indústria do cimento e betão aproveite ao máximo esses recursos reciclados, contribuindo para uma economia mais circular e ambientalmente consciente.

Em 2023 e em Portugal, refira-se um projeto em desenvolvimento que visa a incorporação de agregados reciclados nos agregados naturais (Cap. 4.4.3). Merece igualmente destaque, no Brasil, a incorporação de cinzas como matéria-prima secundária.

INICIATIVA EM DESTAQUE

INCORPORAÇÃO DE CINZAS COMO MATÉRIA-PRIMA SECUNDÁRIA (BRASIL)

A fábrica de cimento de Pomerode, localizada no Brasil, produz o cimento tipo CPIV32RS com alta incorporação de matérias-primas secundárias.

A utilização de cinzas de outras indústrias com propriedades pozolânicas teve como principal impacto a redução do consumo de clínquer em 32% e uma redução no consumo específico elétrico de 12,6% em comparação com o cimento CIIIZ40RS.

Atualmente as cinzas representam 64,4% das matérias-primas alternativas utilizadas em Pomerode.

Na gestão de resíduos são privilegiadas, sempre que possível, as soluções de **valorização de resíduos**, procurando respeitar o princípio da hierarquia dos resíduos. De salientar que no processo principal de fabrico de cimento os *inputs* materiais são integrados na estrutura molecular do clínquer durante a fase de cozedura, evitando-se assim a formação de resíduos ou cinzas.

Através da participação no laboratório colaborativo **c⁵Lab** – Clinker x Cement x Concrete x Construction x Climate Lab, foram também criadas as condições para recuperar e **aproveitar as cinzas provenientes de centrais térmicas** que se encontram depositadas em aterros e reduzir, deste modo, a utilização de matérias-primas primárias e produção de resíduos do Grupo.

No que diz respeito à **incorporação de combustíveis alternativos** em substituição de combustíveis fósseis nos processos de fabrico, esta tem sido uma das prioridades da Secil para reduzir a sua pegada ambiental. São exemplos disso a utilização de pneus e combustível derivado de resíduos (CDR) em Portugal, ou resíduos derivados da produção do bagaço de azeitona na Tunísia. No Brasil, a utilização de CDR como combustível alternativo tem também vindo a crescer nos últimos anos, e espera-se que esta tendência se mantenha no futuro.

Também ao nível do **uso de água** se consegue promover a sua circularidade, por exemplo através da água utilizada no arrefecimento de equipamentos, no processo de fabrico, e que se encontra em circuito fechado, com perdas causadas apenas por evaporação.

Como parte da sua estratégia, saliente-se o **investimento em atividades de IDI** (Cap. 4.4.3.), que permite à Secil desenvolver vários projetos que contribuem para os seus objetivos no âmbito da economia circular. No âmbito do **Projeto CCL** (Cap. 4.2.2.), em Portugal, está prevista a utilização de zero combustíveis fósseis primários e a utilização de um novo combustível alternativo, **Energreen**, resultante da biorrefinação de biomassa, a fim de otimizar a sua utilização em fornos de cimento. A Secil tem ainda em curso alguns projetos de investigação, nomeadamente o **Retrofeed – Smart retrofitting in process industry** (Cap. 4.4.3.) e o projeto **CLEAN4G**, que visa a conversão do CO₂, do processo de produção de cimento, num combustível gasoso limpo, para ser utilizado no mesmo processo.

No âmbito do compromisso de promover os princípios da economia circular na cadeia de valor, saliente-se o **Betão Verdi Zero**, o primeiro betão neutro em carbono de Portugal e que teve o seu primeiro fornecimento em 2023. Este é um produto inovador que promove a economia circular, incorporando 24% de resíduos reciclados na sua composição e reduzindo a necessidade de utilizar matérias-primas virgens.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS - ETSA

A **economia circular** é a base do ADN da ETSA, contribuindo não apenas para a redução e valorização de resíduos produzidos pela indústria alimentar, como também para a criação de sistemas mais eficientes, sustentáveis e socialmente responsáveis na indústria. Essa abordagem resulta na criação de um ciclo fechado em que os recursos são utilizados de forma contínua, minimizando o impacto ambiental e promovendo a responsabilidade social e económica.

No processo de *rendering*, setor no qual a ETSA opera, os **subprodutos são processados e transformados em produtos de elevado valor acrescentado** – utilizados no fabrico de alimentos compostos para animais (*petfood* e rações), de fertilizantes, para a **produção de energia verde**, entre outros – evitando-se desta forma o uso

de outros recursos com pegada carbónica superior, fechando-se o círculo dos nutrientes e minimizando-se a perda de matérias naturais.

Através da **reciclagem de subprodutos da cadeia alimentar**, a ETSA proporciona uma nova vida a produtos que, de outra forma, seriam desperdiçados. Do processo de reciclagem ainda resultam resíduos, dos quais alguns já são encaminhados para **valorização**, enquanto para outros, a ETSA procura soluções mais sustentáveis.

A recolha e o processamento de subprodutos da cadeia alimentar são igualmente importantes do ponto de vista de **saúde pública e ambiental**, pois evitam a deposição destes produtos em aterro sanitário, evitando assim a contaminação dos solos, da água e do ar, preservando a qualidade ambiental.

A ETSA promove a aplicação das **melhores técnicas disponíveis** para os seus processos produtivos e investe de forma contínua em **equipamentos mais eficientes**, tanto do ponto de vista de operação como do ponto de vista de desempenho ambiental. Desta forma, permite que os seus fornecedores tenham uma solução sustentável do ponto de vista social e ambiental, garantindo também que possam apostar na economia circular.

Em 2023, destaca-se a construção da nova unidade industrial em Coruche, cujo início de laboração está previsto para 2024 e a finalização do projeto para a construção de uma nova unidade logística intermédia na ilha de São Miguel, nos Açores (ver destaques).

Ainda em 2023, a ETSA consolidou a sua atividade de recolha e processamento de subprodutos da cadeia alimentar em quase todas as fileiras, o que resultou num aumento de 6% em volume/peso processado em relação a 2022. O projeto da recolha das cápsulas de café foi também consolidado, comprovando a vantagem competitiva associada à rede capilar de recolha que tem vindo a construir e que neste momento se situa em mais de 20 000 pontos espalhados por todo o país, assim como a capacidade da ETSA de incorporar novas fileiras de resíduos aos serviços que já presta, reforçando o seu posicionamento como **operador de economia circular**.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

CONSTRUÇÃO DE NOVA UNIDADE FABRIL EM CORUCHE

A ETSA está a construir uma nova fábrica em Coruche (Cap. 4.4.3), representando um investimento superior a 15 milhões de euros e que irá permitir uma valorização superior de alguns produtos atualmente recolhidos e processados. Esta unidade será a primeira a nível nacional a produzir proteína hidrolisada, um produto inovador, que será utilizado para uso numa primeira fase em alimentação animal, em especial *pet food* e aquacultura.

Para a sua operação, a ETSA ProHy irá admitir 15 novos Colaboradores, estando o arranque previsto para o segundo semestre de 2024.

FINALIZAÇÃO DO PROJETO PARA NOVA UNIDADE LOGÍSTICA EM SÃO MIGUEL – AÇORES

Em 2023, a ETSA finalizou a preparação do projeto para uma nova unidade logística intermédia em São Miguel, nos Açores. Esta nova unidade representa um investimento de cerca de 1,9 milhões de euros, estando o arranque da construção previsto para o início de 2024.

Esta nova unidade irá permitir a recolha, acondicionamento adequado e transporte para o Continente de cerca de 1600 toneladas de subprodutos da cadeia alimentar por ano, salvaguardando a qualidade desta matéria-prima pelo processo de congelação.

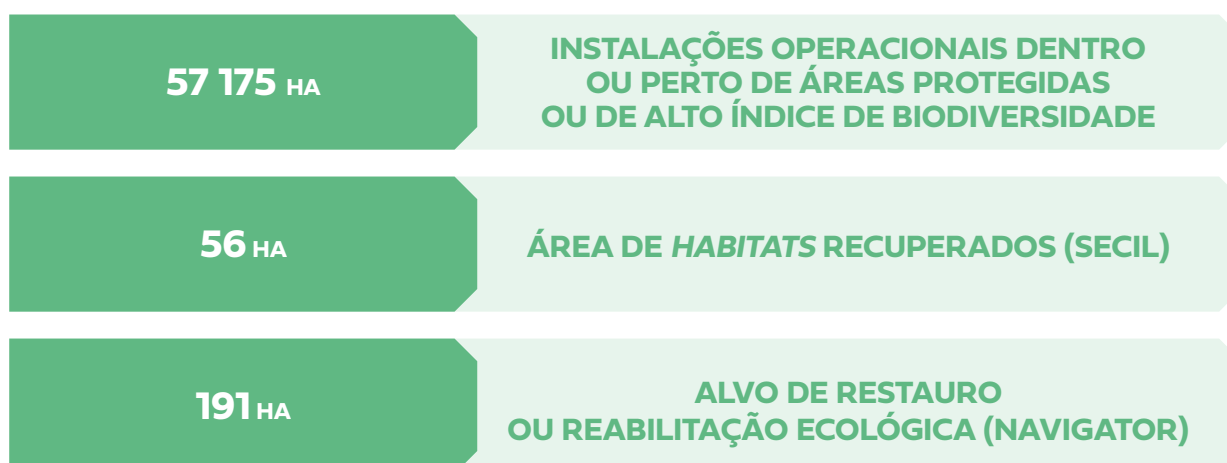
Com esta nova unidade intermédia, a ETSA irá reforçar a recolha e aproveitamento de subprodutos da cadeia alimentar nos Açores, que neste momento são depositados em aterro sanitário, gerando valor acrescentado e fechando assim o ciclo da cadeia alimentar.

4.2.5. BIODIVERSIDADE E ECOSISTEMAS

 GRI 3-3, 304-1/2/3



OS NOSSOS IMPACTOS



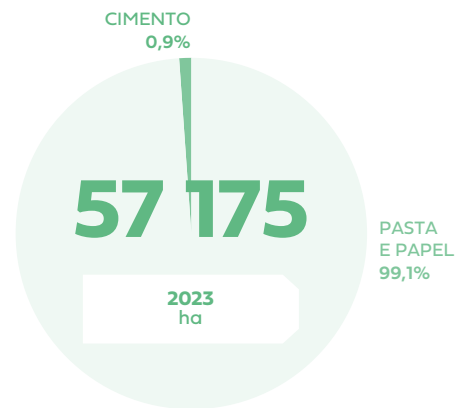
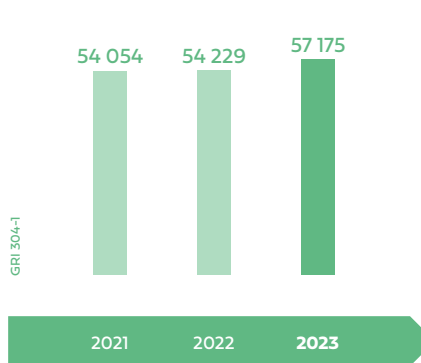
A diversidade genética de espécies de fauna e flora, e as interrelações que estabelecem entre si, são elementos base para o equilíbrio da natureza e dos ecossistemas. Ecossistemas saudáveis produzem um conjunto variado de serviços, que sustentam as necessidades de matérias-primas e serviços essenciais à vida e atividades humanas, influenciando, de forma positiva, o bem-estar, a saúde e a geração de riqueza para as comunidades. Adicionalmente, as atividades de conservação da biodiversidade são um aliado importante na mitigação e na adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

Reconhecendo a importância do tema, as empresas do Grupo incorporam, nas suas estratégias corporativas, compromissos e atividades relativos à preservação da Biodiversidade e dos Serviços dos Ecossistemas. Uma maior responsabilidade sobre este tema está assente na Navigator e Secil, uma vez que as suas atividades – principalmente na produção/extração de matérias-primas – impactam direta e indiretamente em áreas de território, algumas com valor ecológico relevante. No caso da Navigator, as suas atividades diretamente ligadas à floresta têm uma relação de dependência e potencial impacto direto nestes ecossistemas. No que diz respeito à Secil, a exploração de pedreiras tem impactos diretos reconhecidos na paisagem, na alteração do relevo, na remoção do solo e do coberto vegetal, e indiretos, como por exemplo na remoção de refúgio e alimento para a fauna.

Com o objetivo de criar uma abordagem comum para proteger e valorizar a biodiversidade, os ecossistemas e os serviços que estes prestam, a Semapa criou o Grupo de Trabalho (GT) para a Biodiversidade, colocando esta temática na sua agenda, de forma a trabalhá-la com as Participadas Navigator e Secil. Para 2023, foi identificada a necessidade de se definirem indicadores-chave de desempenho aplicáveis ao Grupo e de se fomentar o alinhamento, em termos de relato de sustentabilidade, com as novas Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade. Para o efeito foram partilhadas experiências e compromissos assumidos pelas Participadas neste âmbito, e apresentada uma proposta de indicadores de monitorização do desempenho, tendo por base um *benchmarking* inicial (cuja conclusão se prevê em 2024) com as melhores práticas de empresas dos setores respetivos que marcam presença em *ratings* ESG internacionais. Saliente-se, igualmente, a realização de uma formação sobre biodiversidade comum às duas empresas.

No total do Grupo Semapa, existe um total de 57 175 ha que correspondem a instalações operacionais dentro ou perto de áreas protegidas ou de alto índice de biodiversidade, em que 99,1% são geridas pelo Segmento da Pasta e Papel e 0,9% são geridas pelo Segmento do Cimento.

ÁREAS GERIDAS PELO GRUPO (ha)



SEGMENTO PASTA E PAPEL

AGENDA E ROTEIRO 2030 – UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Garantir a Sustentabilidade do uso do solo e dos recursos florestais, incluindo a biodiversidade	
Criar impacto positivo (ou ganho líquido) na biodiversidade através de ações enquadradas nos compromissos assumidos pela Navigator no âmbito da iniciativa act4nature Portugal	
<ul style="list-style-type: none"> Realizar os planos anuais de monitorização de espécies e habitats e realizar ações de manutenção, melhoria do estado de conservação e restauro da Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas (B&SE) no património florestal gerido pela empresa, nas seguintes vertentes: (i) conservação (ii) requalificação e (iii) restauro ecológico. 	<p>Mais de 20 propriedades monitorizadas, sendo de realçar o importante registo de um núcleo bem conservado de adelfeirais, <i>habitat</i> incluído na diretiva da Rede Natura 2000, numa propriedade em Oliveira de Azeméis. Até final de 2023 estão identificadas cerca de 1000 espécies e subespécies de flora e 253 espécies de fauna no património florestal gerido pela Empresa e 51 diferentes tipos de <i>habitats</i> incluídos na Diretiva Habitats. Iniciado projeto, em Espirra, de sementeiras para polinizadores com o objetivo de perceber o impacto na diversidade e aumento de espécies, que levaram à quase duplicação do número de espécies nas parcelas intervenionadas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Na vertente do restauro ecológico, iniciar e/ou manter ações em pelo menos 110 hectares até 2030. 	<p>Em 2023, cerca de 81 hectares foram alvo de restauro ou reabilitação, com o objetivo de manutenção ou melhoria do estado de conservação de <i>habitats</i> naturais e seminaturais, e deu-se início ao restauro ecológico da propriedade Zambujo, numa área de cerca de 110 hectares, tendo a empresa convertido 40 hectares de produção florestal em azinhal.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Manter as restantes atividades de manutenção e melhoria do estado de conservação (ações em pelo menos 30 ha/ano) até 2030. 	
<ul style="list-style-type: none"> Realizar pelo menos um projeto de recuperação de uma espécie ameaçada e apoiar outro até 2030. 	<p>Iniciado o projeto “Melhoramento genético e materiais florestais de reprodução – Projeto Transform PRR”, de conservação genética e recuperação de ecossistemas, com particular destaque para algumas das espécies mais ameaçadas de Portugal, como o criticamente ameaçado <i>Quercus canariensis</i> (carvalho de Monchique).</p>
<ul style="list-style-type: none"> Até dezembro de 2024, concluir a abordagem de integração da Conservação da B&SE na estratégia corporativa, em linha com o conhecimento científico disponível e com compromissos assumidos voluntariamente. 	<p>Abordagem concluída, estando o documento em discussão interna.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Até 2026, definir um <i>framework</i> simplificado, em linha com os elementos-chave de <i>frameworks</i> globais de referências (por ex. Protocolo do Capital Natural), para sistematizar a avaliação de impactes e dependências da B&SE, testando a abordagem num projeto-piloto. 	<p>Início previsto para 2024.</p>

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
<ul style="list-style-type: none"> Realizar, até 2030, ações de formação com conteúdos relativos ao tema da conservação da B&SE e sensibilização sobre boas práticas empresariais, para Colaboradores internos e externos 	Realizada uma formação de quatro horas subordinada ao tema "Identificação e Caracterização de Flora, Vegetação e Habitats, Biodiversidade Vegetal em Portugal", na qual participaram 28 Colaboradores internos de diferentes direções dentro da Navigator (incluindo RAIZ) e 6 externos.
<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a redução de incêndios em espaço rural, procurando que a área ardida sob gestão da Navigator seja menor que 1% por ano 	1,8%

Nota:

Para maior detalhe, consultar [Relatório de Progresso na Realização dos Compromissos act4nature Portugal](#)

Consciente dos impactos das suas atividades e como reflexo da **importância da conservação da biodiversidade** para a sua atividade e modelo de negócio, a Navigator estabeleceu no seu **Roteiro 2030** um conjunto de objetivos (ver quadro).

O modelo de negócio da Navigator assenta essencialmente numa **gestão florestal sustentável**, com forte aposta na certificação da gestão florestal, priorizando a renovação e valorização da floresta e a proteção dos valores naturais, sociais e culturais, assim como o respeito pelos direitos dos trabalhadores e das comunidades locais, ao longo da cadeia de valor. Como parte integrante da gestão florestal responsável da Navigator inclui-se o **investimento na conservação da biodiversidade e serviços dos ecossistemas**.

No património sob gestão da Navigator, em Portugal Continental, estão inseridas áreas classificadas como **Zonas com Interesse para a Conservação (ZiC) (12% em 2023)**, que servem de importante *habitat* a flora e fauna diversa – onde se incluem espécies com diferentes estatutos de conservação e proteção e endémicas – e como tal são áreas geridas apenas com objetivos de conservação. De referir que a abordagem em prol da biodiversidade não se faz apenas nas ZiC – este é um trabalho transversal e que está presente em todas as propriedades, sendo definidas em cada projeto de florestação/reflorestação, logo à partida, quais são as áreas de conservação a proteger.

Deste modo e desde 2008, a Navigator tem vindo a seguir uma **estratégia programada de conservação e promoção da biodiversidade**, com o objetivo de **compatibilizar os objetivos de produção com a conservação**, respondendo também aos indicadores da certificação florestal. A empresa desenvolveu uma estratégia com vista a manter – *no net loss*, i.e., não haverá qualquer perda de biodiversidade como consequência das suas atividades – ou melhorar, sempre que possível, criando um ganho – *net positive gain* – de biodiversidade existente no património e o seu estado de conservação.

As atividades da Navigator têm em conta as **Diretivas Habitats e Aves**, sendo que existe uma avaliação, identificação e cartografia das espécies e *habitats* presentes e potenciais nas propriedades geridas e são tomadas medidas de conservação das espécies (ex. quando necessário ajustamento do calendário das operações aos seus ciclos de reprodução), quando presentes ou potenciais. Refira-se ainda a **proteção dos habitats Rede Natura 2000** e a manutenção ou melhoria do seu estado de conservação, quando possível (ex. restauro), assim como a proteção ou melhoria do estado de conservação dos *habitats* das espécies, como, por exemplo, a constituição de *buffers* de proteção aos cursos de água.

Neste sentido, a Navigator investe continuamente em **ações de monitorização e avaliação, proteção e conservação ativa** – como a **requalificação e restauro de habitats naturais e ecossistemas** –, beneficiando as espécies que os utilizam para realizar as suas funções ecológicas de alimentação, refúgio ou reprodução.

A Navigator é uma das signatárias iniciais da **iniciativa act4nature Portugal**, promovida pelo BCSD Portugal, tendo em 2023 renovado os seus compromissos com esta iniciativa, através da atualização e estabelecimento de novas metas, cujo objetivo final é criar impacto positivo (ou ganho líquido) na biodiversidade.

Saliente-se que em 2023 a Empresa foi convidada a participar num *think tank* para definição da Estratégia Europeia da Biodiversidade 2030 em sistemas terrestres de Portugal Continental. O convite surge no âmbito do projeto "Natura Connect – Designing a Resilient and Coherent Trans-European Network for Nature and People", financiado pela União Europeia. Enquanto membro do Forest Solutions Group do WBCSD, a Navigator colaborou na publicação do **"Forest Sector Nature Positive Roadmap"**, um documento que partilha uma definição do conceito *nature-positive* para o setor, bem como orientação e ferramentas de suporte à atuação das empresas de base florestal na implementação de estratégias que permitam travar e reverter a perda de biodiversidade ao longo da cadeia de valor.

No que diz respeito à monitorização da biodiversidade, em 2023 foram realizadas diversas **ações de promoção da biodiversidade e restauro ecológico**. Neste âmbito, foram **monitorizadas** 23 propriedades de norte a sul de Portugal Continental e, até 2023, foram identificadas cerca de 1 000 espécies e subespécies de flora e 253 espécies de fauna no património florestal gerido pela Navigator em Portugal Continental e 51 diferentes tipos de *habitats* incluídos na Diretiva Habitats, resultando num pequeno acréscimo de tipos de *habitats* presentes e de espécies identificadas, como reflexo do maior esforço de área monitorizada. Saliente-se ainda que, em 2023, cerca de 191 hectares foram alvo de **restauro ou reabilitação**, com o objetivo de manutenção ou melhoria do estado de conservação de *habitats* naturais e seminaturais, sendo que, 110 ha são na propriedade Zambujo.

Entre os projetos em curso em 2023, destaca-se a recuperação do carvalho-de-monchique (projeto *Transform PRR*), a continuidade do Projeto “Zambujo reCover – requalificação florestal e proteção de solos”, e apoio logístico ao projeto “FORCE – Certificação Florestal em Plantações de Eucalipto”. Saliente-se igualmente o início do projeto Life Serras do Porto (ver destaque) e as sementeiras para polinizadores realizadas na Herdade de Espirra (para reverter o declínio destes insetos).

Importa igualmente destacar que a Navigator investe, como parte da sua **gestão sustentável das florestas**, em Portugal e em Moçambique, na **prevenção e apoio ao combate aos incêndios** – contribuindo para que os povoamentos florestais se tornem mais resilientes a este fenómeno e para a mitigação deste flagelo na empresa e comunidades locais – assim como na **recuperação de áreas ardidas**. No âmbito da **estratégia de defesa da floresta** contra incêndios em Moçambique, a área percorrida pelo fogo tem sido substancialmente reduzida (ver destaque).

Como face visível da política ativa da Empresa na conservação dos valores naturais, salienta-se ainda a importância das ações de disseminação de informação e sensibilização. Entre estas refira-se o *site* dedicado ao tema da biodiversidade – <https://biodiversidade.com.pt/>

INICIATIVAS EM DESTAQUE

PROJETO “LIFE SERRAS DO PORTO – ADAPTAR AS SERRAS DO PORTO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS”

O Parque das Serras do Porto é a zona florestal mais importante da Área Metropolitana do Porto, abrangendo seis serras e os municípios de Gondomar, Paredes e Valongo. Dos quase 6 mil hectares do Parque, 22% são geridos pela Navigator, entre área própria e arrendamentos, muitos deles há largas dezenas de anos.

Para lidar com os principais riscos climáticos e implementar medidas previstas nas Estratégias Locais de Adaptação às Alterações Climáticas dos três concelhos, contempladas no Plano de Gestão do Parque, o projeto **Life Serras Porto** tem como temática nuclear a floresta e contempla um conjunto integrado de intervenções com um elevado impacto positivo na paisagem e nos ecossistemas, além de ações de monitorização, divulgação, sensibilização e envolvimento cívico. Através deste projeto está-se a harmonizar as componentes de produção e conservação, como parte de uma floresta bem gerida e cuidada.

PORTUCEL MOÇAMBIQUE E A ESTRATÉGIA DA DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

A Portucel Moçambique consolidou em 2023 a sua estratégia de Defesa da Floresta contra Incêndios, com a qual tem vindo a reduzir de forma substantiva a área percorrida pelo fogo neste quinquénio, de 1373 hectares em 2019 para 33 hectares em 2023 (0,2% do património florestal).

Esta evolução decorre de uma estratégia assente na implementação generalizada de um conjunto de ações, devidamente acompanhadas e monitorizadas, entre as quais se encontra o uso de fogo controlado (ou queimadas frias), a gradagem/cava manual, limpeza de caminhos e aceiros, a formação de guardas florestais e equipas de intervenção rápidas baseadas em vários locais e que minimizam o potencial alastramento, a colocação de colmeias na orla da floresta para incentivar à proteção de um ativo das famílias, assim como a sensibilização, quer de todos os Colaboradores na sua interação com as comunidades, quer através de campanhas na rádio comunitária.

SEGMENTO CIMENTO

AMBITION 2025

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Implementação de Planos de reabilitação da pedreira em 100% das pedreiras	83% das pedreiras com planos de reabilitação implementados
Implementação de Planos de gestão de biodiversidade em 100% das pedreiras em áreas de alto valor ecológico	33% de pedreiras com alto valor de biodiversidade com planos de gestão de biodiversidade implementados

A Secil reconhece a **importância da biodiversidade na gestão da sustentabilidade da atividade da empresa**. A estratégia de gestão do impacto na biodiversidade traduz-se na aplicação do *framework* da **"Hierarquia de Mitigação"**¹², sendo que o restauro das áreas recuperadas tem um papel fundamental na minimização do impacto.

Neste sentido, e reconhecendo os desafios e oportunidades associados à recuperação ambiental e ecológica, os objetivos da recuperação devem ser suportados por um conhecimento abrangente da área de exploração, e respetiva envolvente, e deverão ambicionar metas de gestão da biodiversidade a longo prazo que sejam ambiciosas e realistas, condizentes com as recentes estratégias do setor, de modo a refletir um **impacto líquido nulo na biodiversidade** (No Net Loss – NNL) ou apontar um **ganho líquido da mesma** (Net Positive Impact – NPI).

Visando minimizar os impactos decorrentes da sua atividade, a Secil definiu vários objetivos para a sua estratégia de biodiversidade, entre estes a implementação de **Planos de Reabilitação das Pedreiras** da empresa, de forma a restaurar ecologicamente as áreas exploradas, e a implementação de **Planos de Gestão da Biodiversidade** em áreas de alto valor de biodiversidade. Atualmente, as unidades do Grupo Secil encontram-se em estágios evolutivos diferentes no que respeita à integração da biodiversidade nos processos de planeamento local e corporativo.

A visão da Secil **até 2025** pretende, primeiro, definir uma **política comum de gestão da biodiversidade** e, segundo, definir um conjunto de **diretrizes para a gestão da biodiversidade**, que deverá determinar o nível de gestão da biodiversidade em todos os locais de extração, tendo em conta as características específicas locais.

Algumas das áreas onde a Secil opera são sensíveis do ponto de vista ecológico, como é o caso da Secil-Outão, em Portugal, uma das primeiras pedreiras do mundo a ter recuperação progressiva durante a exploração, desde a década de 80-90. A Secil conta com 491 ha de propriedade que se encontram dentro de **áreas protegidas ou de alto valor de biodiversidade**, nomeadamente no Parque Natural da Arrábida e no Parque Natural da Madeira, em Portugal. Embora esse valor se tenha mantido constante ao longo dos anos (uma vez que não foram adquiridas novas pedreiras em áreas protegidas), a Secil tem, pelo contrário, aumentado os esforços na **recuperação** das suas pedreiras, com o objetivo de **reestabelecer os habitats naturais**, totalizando 56 ha de área recuperada nas pedreiras para a produção de cimento, em Portugal.

O envolvimento de instituições locais (Universidades ou ONGA), com conhecimento de base científica acerca dos ecossistemas e ecologia locais, são um contributo relevante para o sucesso da gestão da biodiversidade na Secil, assegurando a obtenção de padrões de qualidade mais altos ao nível da recuperação da biodiversidade. Na fábrica do Outão, as **parcerias** já existentes com instituições científicas, nomeadamente os protocolos com a Universidade de Évora (UE) e a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), e na fábrica de Pataias, com associações locais, como a Associação de Produtores Florestais dos Concelhos de Alcobça e Nazaré (APFCAN), representam um bom exemplo a este respeito.

Em 2023, destacam-se as diversas atividades em prol da biodiversidade desenvolvidas pelas várias geografias onde a Secil opera, que pretenderam assinalar o **Dia Internacional da Biodiversidade**.

¹² A Hierarquia de Mitigação consiste numa metodologia para a gestão do impacto na biodiversidade, definindo-a como "sequência de ações para antecipar e evitar impactos na biodiversidade; e quando não for possível evitar, minimizar, onde ocorrerem impactos, restaurar, onde permanecem impactos residuais significativos, compensar" (CSBI, 2015).

INICIATIVA EM DESTAQUE**DIA INTERNACIONAL DA BIODIVERSIDADE**

Em 2023, entre maio e junho, e de forma a assinalar o Dia Internacional da Biodiversidade, as várias geografias desenvolveram diversas atividades em prol da biodiversidade. Estas incluíram a criação de áreas verdes, promoção de *workshops* com os Colaboradores da Secil e conversas sobre ambiente e biodiversidade.

Em Portugal, foram realizados *workshops* na pedreira e na propriedade do Outão, no âmbito do protocolo com a UE e FCUL – Avaliação do impacto líquido sobre a biodiversidade (*Net Impact Assessment*). A fábrica do Outão foi escolhida como pedreira-piloto para testar e validar estes protocolos, numa primeira fase por técnicos da área da ecologia e, numa segunda fase, por técnicos sem qualquer especialização nas áreas da ecologia ou biodiversidade, onde participaram vários Colaboradores da Secil.

No Brasil, a Supremo realiza regularmente monitorizações para a avaliação do comportamento da fauna silvestre – mamíferos, aves, anfíbios e répteis –, tendo no âmbito da celebração do Dia Internacional da Biodiversidade realizado ainda várias conversas, em todas as unidades, sobre a importância da biodiversidade.

No Líbano, a unidade de Sibline comemorou o Dia do Meio Ambiente e o Dia da Biodiversidade, envolvendo Colaboradores e as suas famílias numa caminhada à beira-rio e na plantação de árvores.

A Tunísia assinalou a comemoração do Dia do Meio Ambiente e do Dia da Biodiversidade através da recolha de lixo na praia El Arbi em Gabès e da plantação de árvores na fábrica, respetivamente.

4.3

INFORMAÇÕES SOCIAIS

4.3.1. GESTÃO DO TALENTO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

 GRI 2-7, 3-3, 201-1, 404-1, 404-3



OS NOSSOS IMPACTOS

6 139

EMPREGOS DIRETOS DO GRUPO SEMAPA¹³

282 Milhões de euros

SALÁRIOS E BENEFÍCIOS
DE COLABORADORES

5 659

COLABORADORES
COM CONTRATO SEM TERMO

98,3%

COLABORADORES
COM AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

56 horas

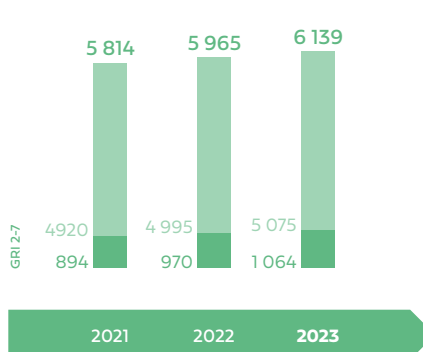
FORMAÇÃO POR COLABORADOR

O Grupo Semapa conta com cerca de 6 139 Colaboradores, distribuídos pela *Holding* e as suas Participadas, em mais de 9 países. Essencial à prossecução da missão, visão e estratégia do Grupo, o capital humano representa um dos seus ativos mais importantes, investindo na criação de um projeto atrativo para os Colaboradores e proporcionando-lhes uma experiência de valorização permanente e oportunidades de carreira, de acordo com a ambição e capacidades demonstradas.

¹³ Corresponde ao n.º total de Colaboradores da Holding e Participadas existentes à data de 31 de dezembro. Os dados não incluem os 260 Colaboradores da Triangle's e os 150 Colaboradores da Navigator Tissue Ejea.

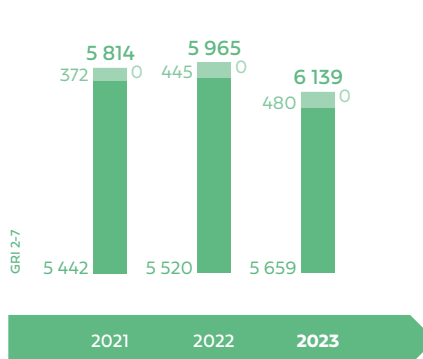
Pelo número de postos de trabalho que são assegurados, pela estabilidade (92,2% Colaboradores com contrato sem termo) e condições laborais oferecidas, é gerado um impacto económico e social positivo junto das comunidades locais.

COLABORADORES

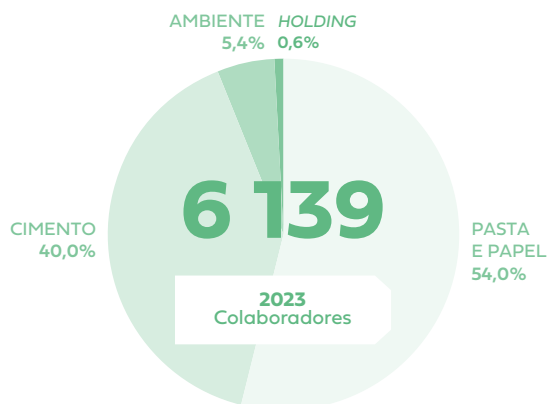


Feminino Masculino

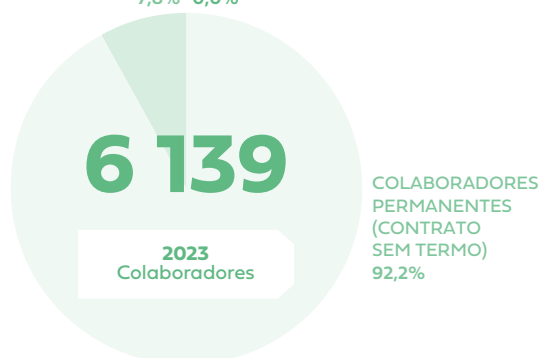
TIPOLOGIA DE CONTRATO



Colaboradores permanentes (Contrato sem termo)
Colaboradores temporários (a termo certo ou incerto)
Colaboradores sem garantia de carga horária



COLABORADORES TEMPORÁRIOS (A TERMO CERTO OU INCERTO) 7,8%
COLABORADORES SEM GARANTIA DE CARGA HORÁRIA 0,0%



Para o sucesso das empresas e competindo por talento multigeracional num mercado cada vez mais global, a capacidade de atrair e reter pessoas qualificadas e motivadas é determinante. As empresas do Grupo Semapa procuram adotar práticas que **promovam o desenvolvimento e a progressão na carreira dos seus Colaboradores**, integrando as suas necessidades e gerindo as suas expectativas, no sentido de **fomentar um elevado índice de satisfação, motivação e envolvimento com a organização**, enquanto empregador que reconhece e valoriza o mérito, fomenta o crescimento interno e o desenvolvimento de competências ao longo das diversas fases da vida profissional.

Com estes objetivos e sendo o talento um ativo estratégico, a Semapa tem vindo a construir uma **Estratégia de Gestão de Talento** alinhada com o seu Propósito – *Making It Better* e com os traços da sua Cultura – Simplicidade, Proximidade e *Empowerment*, e que se materializa em três frentes de atuação:

- No pilar cultural, apoiando a transformação em curso;
- Na construção de uma oferta de valor enquanto empregador, criando as condições para que os seus Colaboradores tenham no Grupo o ambiente e o espaço para crescer;
- Proporcionando experiências positivas aos Colaboradores, que favoreçam o *engagement* e o compromisso em torno do projeto de crescimento da Semapa.

Esta Estratégia é apoiada, para além dos aspetos executivos e operacionais que envolve, por dois órgãos internos:

a) O **Grupo de Trabalho Talento**, que reúne mensalmente, composto pelos vários Diretores de Recursos Humanos das Participadas do Grupo e coordenado pelo *Chief People Officer* da Semapa. Neste GT é feito o alinhamento da Estratégia de Talento, com foco em três pontos:

1. Alinhamento de políticas e práticas entre empresas do Grupo;
2. Cocriação de iniciativas a realizar;
3. Partilha de práticas, procedimentos e iniciativas.

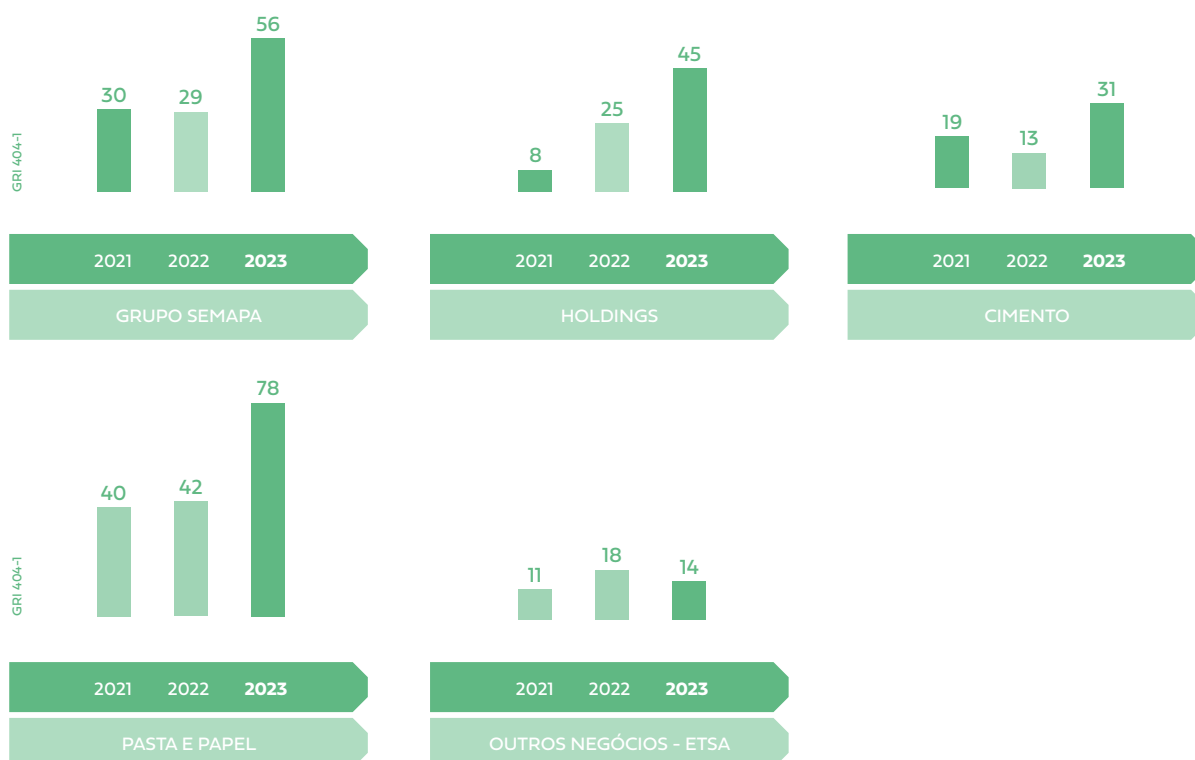
A agenda anual para o GT é definida no início do ano e conta com os contributos do *Talent Summit*, fórum que reúne os executivos do Grupo em torno de temas de Talento, em janeiro de cada ano (detalhes mais à frente neste capítulo).

Trimestralmente, o convite para participar nas reuniões do GT é alargado a outros membros do Grupo Semapa (*HR Business Partners* – cerca de 20 pessoas) e participantes externos, para debate de temas específicos ou partilha de experiências.

b) **Comissão de Talento**, órgão competente para acompanhar e emitir recomendações sobre as políticas e práticas relativas à gestão de talento do Grupo. Nesta Comissão participam, entre outros, o Chairman, o CEO e o CPO.

Um dos temas que continua a ter uma relevância estratégica para o Grupo é a capacitação dos Colaboradores, pelo que se deu continuidade ao investimento em **planos de formação e desenvolvimento de competências**, que visam assegurar equipas atualizadas e comprometidas. Destaque-se a aposta nas lideranças como determinantes para potenciar uma cultura de desenvolvimento e proximidade e o estabelecimento de parcerias com entidades de referência, nomeadamente universidades/escolas de formação de executivos, que reforcem a atuação do Grupo no domínio da capacitação.

Nº MÉDIO DE HORAS DE FORMAÇÃO POR COLABORADOR



Adicionalmente, o Grupo aposta em **mecanismos de envolvimento** e na comunicação interna como instrumentos fundamentais para o estabelecimento de um diálogo aberto e de uma relação de proximidade com os Colaboradores, visando a transmissão de valores e cultura interna, a mobilização do espírito de equipa e o fomento da identidade corporativa. Estes são aspetos relevantes que impactar também na motivação dos Colaboradores e no seu desempenho.

Ainda de referir que a Semapa assinou, em 2023, o **Pacto Mais e Melhores Empregos para os Jovens**, que a compromete a assegurar uma empregabilidade jovem de qualidade, com salários adequados e vínculos estáveis. A Semapa está bem posicionada, já que pratica em geral salários acima de mercado e tem uma taxa de contratações sem prazo a rondar os 100%. Apesar da nossa situação favorável, queremos pilotar este tema em permanência e assegurar que na Semapa os jovens podem encontrar o ambiente e as condições para crescer pessoal e profissionalmente.

Outro marco do ano, que permite uma melhor gestão de talento dentro do Grupo, foi a **criação da Plataforma Grow with Semapa, uma ferramenta que visa fomentar a mobilidade entre as empresas do Grupo**, ao possibilitar a divulgação, entre todos os Colaboradores, de oportunidades de mobilidade que surgem em qualquer uma das empresas.

INICIATIVA EM DESTAQUE

GROW WITH SEMAPA

Desde outubro de 2023, o Grupo conta com a Plataforma *Grow with Semapa*, onde são colocadas todas as oportunidades que vão sendo geradas nas diversas empresas e a que qualquer Colaborador se pode candidatar. Nos dois meses e meio de atividade, a Plataforma divulgou mais de 40 oportunidades.

Esta iniciativa é muito relevante para a mobilidade entre empresas do Grupo, criando uma dinâmica de crescimento dos Colaboradores e de gestão de talento dentro do Grupo Semapa.

SEGMENTO HOLDING

O ano de 2023 foi marcado pela aposta que continua a ser feita tanto na gestão como na capacitação das Pessoas, com a criação e continuidade de várias iniciativas que procuram **valorizar os Colaboradores e assegurar a sua atualização permanente**. Neste âmbito continuam a ser estabelecidas parcerias com entidades de referência que resultaram na realização de programas como o *Talent Lab*, para jovens talentos e o *Future Proof Leadership Program*. Este último teve início em 2022 e é direcionado às primeiras linhas de direção de todas as empresas do Grupo e aos empreendedores das *startups* participadas pela Semapa Next. Em 2023 realizaram-se duas edições deste Programa.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

TALENT LAB, PROGRAMA CORPORATIVO PARA JOVENS TALENTOS

Este programa corporativo foi desenvolvido durante o ano de 2022 e lançado durante o primeiro semestre de 2023. Durante seis meses, catorze jovens entre os 28 e 31 anos, puderam endereçar três soluções de negócio a desafios do Grupo, ao mesmo tempo que desenvolveram as suas capacidades de liderança, empreendedorismo e inovação. Este grupo de jovens teve acesso a um conjunto alargado de recursos, desde mentores individuais e de grupo (*project sponsors*), especialistas internos e externos em determinadas áreas temáticas, suporte ao desenvolvimento de uma solução de negócio, entre outros, numa oportunidade que possibilitou também a aquisição de competências práticas em resolução de problemas, gestão de projetos e trabalho em equipa. No final do programa, os jovens apresentaram a um júri as soluções que desenharam, num *Demo Day*, e uma das ideias foi eleita vencedora, estando a ser implementada numa das empresas do Grupo.

No sentido de garantir que os novos talentos são integrados de forma positiva e acompanhada, foi concluída a **estruturação do processo de onboarding**, que passou a ter um plano previamente estruturado que contempla: comunicação interna, visitas às empresas do Grupo, sessões de acompanhamento e almoços de integração.

Destaca-se ainda a **participação de Colaboradores em fóruns nacionais e internacionais com o objetivo de manter as equipas atualizadas**, onde se relevam as participações em programas no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), para desenvolvimento de competências de inovação, e a participação no *Cities Forum* 2023, realizado em Turim.

Em 2023, continuaram a ser assegurados dois processos essenciais à gestão de talento: *Talent Review* (que se destaca à frente) e os Planos de Sucessão.

Os **planos de sucessão** visam mapear potenciais sucessores para cargos executivos em cada uma das empresas do Grupo. É muito importante saber, a cada momento, se existe um *pipeline* garantido, se é necessária a sua preparação ou, em último recurso, se será necessário recorrer a contratações no exterior. Com o propósito de conhecer de forma estruturada o perfil dos diretivos de primeira linha de cada empresa, o seu potencial e expectativas, **destaca-se o Talent Review, que permite saber quem está preparado para aceder a curto ou médio prazo a uma função de C-Level**, assim como elaborar percursos de desenvolvimento para os diretivos apreciados, preparando-os para virem a ser membros de futuras direções executivas ou outros cargos em qualquer empresa do Grupo Semapa.

Em 2023, o **Talent Summit: Agenda para o Talento 2023** contou com a participação de CEOs e docentes universitários, que partilharam experiências e tendências que promovem a reflexão em torno dos desafios do ano. Este evento é um fórum anual onde as Comissões Executivas do Grupo e as Direções de Recursos Humanos têm a oportunidade de fazer uma reflexão estratégica de temas relacionados com Talento, discutir as tendências e os desafios que se desenham para o ano que está a começar e onde acordam alguns compromissos corporativos para a Agenda Talento do ano.

2023 foi também marcado pela realização do **Survey Corporativo de Clima**, como parte do processo de melhoria contínua e da promoção de uma maior proximidade com os Colaboradores. Este primeiro *engagement survey* do Grupo envolveu todas as empresas do portefólio Semapa e teve uma taxa de resposta de 77%. Dos resultados, comunicados a todas as empresas, resultaram planos de melhoria com ações concretas, que estão em desenvolvimento/implementação.

Estes resultados, para além de aferirem a perspetiva dos Colaboradores quanto a temas estruturantes como: o envolvimento, a visão, o trabalho em equipa, o crescimento e desenvolvimento, a diversidade, igualdade e inclusão, o desempenho e bem-estar, permitiram fazer um *benchmarking* com outras empresas internacionais e analisar como o Grupo Semapa se posiciona face a outras realidades.

Para além do Estudo, a realizar a cada dois anos, a Semapa possibilita às empresas do seu portefólio o **acesso a uma plataforma onde podem realizar auscultações pontuais ao longo do ano**, mais focadas em grupos específicos e em aspetos concretos, denominados "*pulses*".

No que diz respeito à cultura e motivação, a Semapa tem, desde 2022, um grupo da cultura, que conta com a participação de Colaboradores da *Holding*, de todos os níveis de responsabilidade, e tem vindo a potenciar o envolvimento das pessoas, incluindo auscultações e apresentação de propostas.

No âmbito da Cultura Semapa e como contributo ao reforço do seu Propósito – *Making It Better*, definido em 2022, a Semapa dinamizou a **Semana Making It Better**.

INICIATIVA EM DESTAQUE

SEMANA MAKING IT BETTER

Na última semana de setembro de 2023, a Semapa dinamizou a primeira "**Semana Making it Better**", como forma de reforçar junto de todos os Colaboradores o seu Propósito: fazer todos os dias melhor. Envolveu todas as empresas do Grupo e mais de 6 mil Colaboradores puderam viver dias diferentes, em torno de temas como a saúde, a inovação, a família, com acesso a palestras, experiências reais, uma conferência, visitas, entre outras dinâmicas.

A Semana foi também o palco para lançar a primeira iniciativa corporativa solidária – "**Move-te por uma causa**" –, no âmbito da qual foram percorridos **111 600 km** e atribuídos 26 mil euros a seis instituições eleitas pelas diversas empresas (Ver Cap. 4.3.3).

De destacar, ainda em 2023, o contributo que a Semapa quis dar para a **educação digital dos filhos dos Colaboradores** de todo o Grupo e que se consubstanciou na oferta de um curso de programação para crianças e jovens entre os 6 e os 12 anos, com um investimento superior a 30 mil euros.

Por forma a contribuir para a criação de uma cultura ESG, perseguida pela Semapa, destaca-se a **criação de um Grupo de Trabalho de Comunicação Interna e Cultura ESG**, que visa divulgar e desmistificar os temas da sustentabilidade a nível do Grupo.

Este Grupo de Trabalho visa desenhar a estratégia de comunicação, tendo para tal começado por definir as áreas ou momentos de relevo para comunicação, bem como os formatos mais indicados para o efeito. Os resultados foram alavancados por um exercício de *benchmarking* entre grandes empresas, bem como pela discussão com diferentes *stakeholders* do Grupo. Assim, foram identificadas boas práticas e ideias que, de futuro, se poderão materializar de acordo com os objetivos definidos.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

AGENDA E ROTEIRO 2030 – UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Promover o desenvolvimento e capacitação do capital humano, em alinhamento com as necessidades atuais e futuras da Navigator	
<ul style="list-style-type: none"> ■ Abranger 80% dos Colaboradores com planos de desenvolvimento customizados às suas necessidades e projetos profissionais, em alinhamento com as necessidades de sucessão da Navigator, até 2030 	<p>26% do total de Colaboradores com Plano de Desenvolvimento Individual.</p> <hr/> <p>38% dos Técnicos/Especialistas/Gestores com Plano de Desenvolvimento Individual.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ■ Criar <i>awareness</i> nas equipas acerca das boas práticas e compromisso de sustentabilidade ESG até 2026 	<p>Novo objetivo definido em 2023.</p>
Contribuir para a qualificação e empregabilidade dos jovens nas regiões onde a Empresa opera	
<ul style="list-style-type: none"> ■ Ter parcerias ativas com instituições de ensino em todas as regiões onde a Navigator opera no território nacional, incluindo a realização de estágios curriculares e profissionais, bem como a participação em atividades letivas, eventos e feiras 	<p>Participação em 26 iniciativas em universidades (feiras, <i>pitchs</i> e apresentações)</p> <hr/> <p>31 Estágios Curriculares / Projetos de Dissertação</p> <hr/> <p>3 <i>Open Sessions</i> para alunos finalistas de mestrado na FCTUC, na FCT Nova e UA</p> <hr/> <p>8 Bolsas de estudo atribuídas</p> <hr/> <p>23 visitas de grupos de alunos às fábricas Navigator (636 alunos)</p> <hr/> <p>109 estágio profissionais, dos quais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 51 estágios profissionais para licenciados e mestres, com integração de 27,4% destes nos Quadros; ■ 58 estágios profissionais para futuros operadores, com integração de 67,2% destes como Técnicos operacionais. ■ Cerca de 50% de integração de estágios profissionais. ■ 3 <i>Trainees</i> de longa duração (programa de 24 meses); ■ 48 estágios de verão
Promover uma cultura organizacional inclusiva capaz de integrar desafios internos e externos	
<ul style="list-style-type: none"> ■ Monitorizar continuamente os principais estímulos motivacionais dos Colaboradores para alcançar uma melhor adequação das práticas de gestão, políticas e processos implementados 	<p>Programa <i>Straight To The Top</i> – abrangeu 4 Complexos Industriais, com os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ 35 ideias submetidas ■ 1 ideia premiada <hr/> <p>Estudo de clima organizacional obteve uma taxa de participação de 73% (valor mais alto nos estudos realizados na Navigator).</p>

Para a Navigator o tema da gestão do talento e desenvolvimento do capital humano continua a ter importância estratégica, o que se reflete nos compromissos definidos no âmbito da gestão do talento e desenvolvimento do capital humano espelhados no Roteiro 2030 (ver quadro). Esta abordagem de gestão ao tema procura ser ajustada e alinhada para as diferentes geografias onde a Navigator opera, estando já consolidada em Moçambique, e em fase de transição, no caso de Espanha (decorrente da aquisição da Ejea em 2023).

A abordagem à gestão do talento e desenvolvimento do capital humano incide em cinco pontos: **recrutamento e seleção, performance e carreiras, desenvolvimento de competências, compensação e benefícios e cultura e comunicação.**

No ano de 2023, a Navigator continuou a investir na **melhoria contínua dos seus processos de recrutamento e seleção**, com vista a melhorar os *standards* e a experiência dos candidatos. Nesse sentido, foi criada e implementada uma iniciativa com foco na agilização do processo de Recrutamento e Seleção (R&S). Foi dada continuidade à estratégia de integração e desenvolvimento dos jovens, através de iniciativas como o Programa de Trainees de curta (9 meses) e longa duração (24 meses). Importa referir o reforço das nossas parcerias com escolas profissionais, universidades e com o IEFP. Adicionalmente, a Navigator reforçou o compromisso com os jovens através da adesão ao “Pacto para Mais e Melhor Emprego para Jovens”.

INICIATIVA EM DESTAQUE

ASSINATURA DO PACTO “PARA MAIS E MELHORES EMPREGOS PARA OS JOVENS”

A Navigator foi uma das primeiras organizações signatárias do Pacto Mais e Melhores Empregos para os Jovens que procura criar mais emprego de qualidade para quem tem menos de 30 anos. Este Pacto foi promovido pela Fundação José Neves e pelo Governo português, e com o Alto Patrocínio da Presidência da República, que estabelece metas para que as empresas recrutem mais jovens, com salários mais elevados e vínculos mais estáveis.

Sendo que a captação de talento jovem tem sido um eixo fundamental da estratégia de recursos humanos da Navigator ao longo dos últimos anos, a Empresa está bem posicionada nos indicadores face às metas estabelecidas. No que diz respeito à taxa de contratação de jovens até aos 29 anos, por exemplo, esta situava-se já, no momento da adesão ao Pacto, acima dos 50%, o que levou ao compromisso de a fazer crescer 3 pontos percentuais até 2026. A título de exemplo da atenção que tem sido dada a esta área, destacam-se os resultados no indicador do Pacto referente às oportunidades de estágios profissionais ou curriculares: ao longo de 2023, a empresa abriu as portas a 326 jovens estagiários, ou seja, mais 60 do que no ano anterior.

Um dos principais obstáculos que a Navigator enfrenta, na promoção de mais e melhor emprego jovem, é a desertificação que se verifica no interior do país e a dificuldade associada de atrair profissionais em início de carreira para essas regiões. Vários programas de estágios, de curta e longa duração, e iniciativas de formação têm permitido à Empresa fazer face a essa realidade e aumentar a taxa de contratação e retenção de jovens – o primeiro dos quatro Compromissos do Pacto – como também responder aos outros três: “Garantir emprego de qualidade para os jovens”, “Formar e desenvolver os jovens” e “Dar voz aos jovens”. Entre as boas práticas que a Navigator promove, destaca-se o programa *Future Leaders Fórum*, que não só dá voz, como valoriza a energia e o talento dos jovens quadros da Empresa.

Relativamente à *performance e carreiras*, destaca-se a **implementação do Modelo de Famílias Funcionais**, comunicado a todos os Colaboradores abrangidos, que visa evoluir para uma metodologia mais ágil, que permita equiparar carreiras técnicas à carreira de gestão, enquanto potencia o crescimento interno, desenvolvimento e mobilidade. Destaca-se ainda a adesão à plataforma de mobilidade interna do Grupo Semapa, *Grow with Semapa*, como nova estratégia de atração alargada a perfis sénior.

O ano de 2023 foi dedicado à tipificação dos percursos profissionais existentes na organização, com **desenvolvimento de guidelines de mobilidade** que proporcionaram clareza e transparência aos Colaboradores em relação às suas opções de carreira. Foi ainda concluída a digitalização dos processos *core* desta área, assim como o início do processo de transformação digital para o *Talent Review* e desenho de Planos de Sucessão.

No âmbito do desenvolvimento de competências, em 2023, releva-se a conclusão da **construção da maioria dos novos programas de valências, previstos no Plano de Carreiras**, aprovado para a população dos Técnicos Operacionais; enquanto que na compensação e benefícios se destacam os planos de evolução salarial, assim como medidas de apoio aos Colaboradores, nas várias etapas da sua vida, tanto no caso de nascimento de filhos – Prémio de Nascimento – como para quem se está a aproximar da idade de aposentação – Programa de Rejuvenescimento.

A Navigator tem vindo a desenvolver iniciativas de **promoção do envolvimento dos Colaboradores com a empresa**, onde se destaca o projeto CRESCER, um programa de evolução da cultura organizacional. Em linha com esta ambição do projeto, têm vindo a manter-se ou a fazer evoluir iniciativas para dar voz aos *targets*

mais jovens, estimular uma cultura de inovação, dar a conhecer e aproximar as pessoas da Navigator, assim como reconhecer e celebrar datas especiais.

INICIATIVA EM DESTAQUE

CRESCER COM AS PESSOAS

Sob o lema “Que todas as pessoas da Navigator liderem o futuro da organização, comprometidas e realizadas”, o projeto CRESCER pretende que a Empresa evolua a partir da força e do espírito inovador do seu capital humano.

Em 2023, e numa primeira fase, realizaram-se sessões de diagnóstico que envolveram mais de 200 quadros da Empresa, de todos os sites, incluindo equipas internacionais. Cerca de 500 Colaboradores participaram diretamente, na partilha das suas ideias tendo gerado cerca de mil contributos. Deste envolvimento, foi criado o *roadmap* do projeto, estruturado a partir de cinco grandes eixos estratégicos: as nossas pessoas; as nossas formas de trabalhar; o nosso negócio; o nosso impacto; a nossa liderança.

SEGMENTO CIMENTO

AMBITION 2025

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Ser a empresa preferida para as pessoas que queremos atrair, desenvolver e reter, de forma a operarmos e crescermos com excelência.	
■ Desenvolvimento: Investir 700€/ano por pessoa em formação e desenvolvimento	357€/FTE
■ Retenção: <i>Turnover</i> voluntário de 9,2%, face ao <i>turnover</i> total.	9% de <i>turnover</i> voluntário

A gestão de pessoas é um dos processos estruturantes para concretizar o “Ambição 2025 para um Crescimento Sustentável” e está assente em **quatro pilares fundamentais: Gestão de Desempenho, Gestão de Talento, Gestão de Remunerações e Cultura & Clima Organizacional.**

O projeto de Gestão do Talento é assente no **desenvolvimento, empoderamento e reconhecimento das suas Pessoas**, tendo a implementação da *Secil Academy* sido essencial, assim como a continuidade dos Planos de Desenvolvimento Individual. No âmbito da *Secil Academy*, destaca-se a implementação da Escola de Liderança que promoveu duas formações para os líderes seniores: “Líder Coach, Líder Secil”.

Com o objetivo de atrair e reter o melhor talento, em 2023 a Secil iniciou a **definição do seu Employee Value Proposition (EVP)** que é o valor único que oferece como empregador em troca das competências, experiência e empenho das suas Pessoas. Ao conhecer a proposta de valor da entidade empregadora, um potencial talento tem a oportunidade de conhecer a empresa antes mesmo de se juntar a ela, evitando-se assim eventuais surpresas ou falta de alinhamento. O objetivo do EVP é proporcionar uma relação saudável entre empregador e Colaboradores, resultando numa situação de *win-win*.

No âmbito da Gestão de Remunerações, foi executada a **revisão salarial, consubstanciada pelos dados obtidos através do job grading e dos estudos de equidade interna e competitividade externa** de 2022. Foi ainda possível definir os sete princípios globais de gestão das remunerações da Secil – (1) Salário igual para trabalho igual, (2) Privacidade e confidencialidade, (3) Alinhamento do mercado, (4) Conformidade com os regulamentos locais e acordos coletivos, (5) Educação e Formação, (6) Comunicação aberta e (7) Transparência interna.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

PROGRAMA DE LIDERANÇA DE SUPERVISORES – CONSTRUIR O FUTURO (PORTUGAL)

A Secil Portugal está a formar 64 supervisores no Programa de Liderança de Supervisores – Construir o Futuro, que teve início em julho de 2022 e termina em 2024. O programa tem três objetivos principais:

1. Reforçar o papel dos supervisores como impulsionadores de mudança interna e desenvolvimento pessoal e das equipas;

2. Promover uma linguagem universal entre Colaboradores;
3. Incentivar o desenvolvimento de competências técnicas de gestão, de liderança e de segurança.

Em 2023, os supervisores dedicaram-se a uma vertente de partilha de boas práticas e conhecimentos, em que passaram por todos os negócios da Secil em Portugal. Estas ações ficaram conhecidas como “Dia do Cimento”, “Dia do Betão”, “Dia dos Agregados” e “Dia das Argamassas”. Tiveram ainda a oportunidade de visitar uma das fábricas da Navigator. Os participantes iniciaram ainda o programa de mentoria – que contou com três sessões em 2023.

PROGRAMA MAMÃE SUPREMO (BRASIL)

O Programa Mamãe Supremo foi iniciado em 2023 e visa orientar e preparar as futuras mães para o período de licença de maternidade, reintegração no trabalho e melhoria dos seus benefícios. Nesta primeira edição, participaram oito mães no programa.

Ao concluir a licença de maternidade, as Colaboradoras têm a opção de desfrutar de férias, seguidas por 30 dias de trabalho em regime *home office*, para aquelas que podem trabalhar nessa modalidade.

Adicionalmente, no início da licença de maternidade, todas as gestantes recebem o cartão presente “Mamãe Supremo” no valor de 500,00 BRL, destinado a auxiliar nas despesas relacionadas com a compra do enxoval.

Além disso, as Colaboradoras não sofrem qualquer tipo de desconto no âmbito do Programa de Participação de Resultados (PPR – bônus anual distribuído em função dos resultados) durante esse período de ausência.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Na ETSA foi dada continuidade ao **modelo de avaliação de desempenho único e transversal a toda a empresa**, que visa avaliar o desempenho e definir objetivos individuais concretos e específicos para o ano seguinte. É assim potenciado o *feedback* e desenvolvimento contínuo, com identificação de motivações e necessidades de formação, aferidas pela chefia direta em reunião anual e dentro de cada Direção.

A ETSA deu continuidade ao **plano de formação** – de **Reskilling e Upskilling** – desenvolvido em 2022, com levantamento de necessidades de formação nas áreas logística, liderança, saúde e segurança no trabalho e técnica (operadores fabris e de manutenção). No caso desta última, contou com o apoio de uma entidade externa – ATEC – para o levantamento de necessidades, que serviu de base para a análise dos conteúdos pedagógicos a incluir na formação.

Nas restantes áreas, prosseguiu com o **desenvolvimento de competências dos Colaboradores**, para otimizar o desempenho pessoal e de processos, bem como o da organização, permitindo potenciar o alinhamento com as necessidades da empresa. Deu ainda continuidade às formações na área da logística e liderança, prosseguindo com a participação de executivos no programa corporativo de liderança criado pela Holding.

Releva-se o **Encontro ETSA 50 anos**, que decorreu em junho, e contou com a presença de vários Colaboradores da ETSA, bem como ex-Colaboradores fundamentais para a história de crescimento e liderança na indústria de *rendering* em Portugal. Para além de um momento de convívio, de recordação das origens, percurso e evolução, foi ainda feita uma análise e discussão prospetiva, com ênfase na migração gradual da produção para novos produtos com maior valor acrescentado.

Enquadrada na mesma temática, a **Conferência 50 anos ETSA**, realizada em outubro, reuniu *stakeholders* relevantes para o Grupo, e contou com oradores internos e externos – EPFRA, ABRA e WRO, Royal Canin, Galp e DGAV – com o intuito de abordar temáticas como a sustentabilidade no *rendering*; o *rendering* no mundo; as perspetivas futuras deste setor e dos produtos relevantes, de acordo com as necessidades presentes e futuras das indústrias de *petfood* ou dos biocombustíveis.

Destaca-se ainda a participação dos administradores da ETSA no **Congresso Internacional da EFPRA** – European Fat Processors and Renderers Association em Itália.

4.3.2. SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR NO TRABALHO

 GRI 3-3, 403-1/3/4/5/6/8/9



OS NOSSOS IMPACTOS



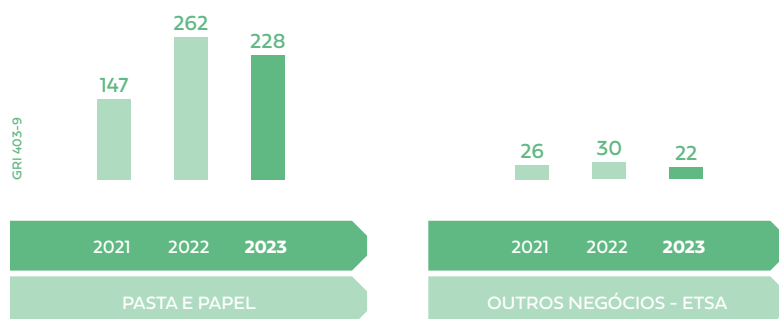
A natureza industrial da maior parte dos negócios das empresas do Grupo Semapa acarreta riscos potencialmente significativos para a saúde e segurança dos Colaboradores, que poderão levar à ocorrência de acidentes de trabalho e desenvolvimento de doenças ocupacionais. De referir também que o trabalho por turnos, a falta de equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, entre outros, poderão ser fatores de tensão e de degradação da saúde mental, riscos esses que foram aumentados pela pandemia.

Pelo impacto na vida das pessoas e pela perda de produtividade e outros custos que acarreta, a **Saúde, Segurança e bem-estar no trabalho** (SST) representa um tema da maior relevância para o Grupo Semapa. Atentos a esta realidade, o Grupo investe na criação de **condições de trabalho seguras, na prevenção e na formação**, como parte do desenvolvimento de uma cultura de segurança e saúde no trabalho.

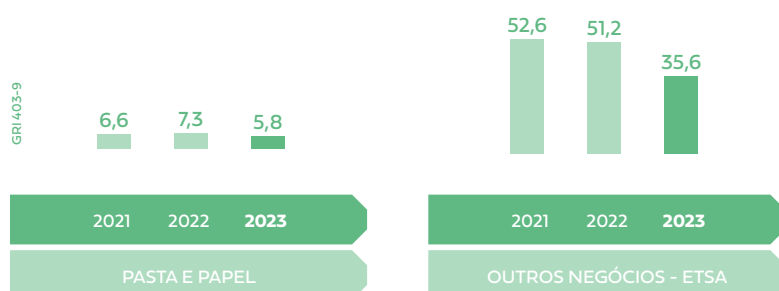
A implementação e certificação de Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com a ISO 45001, é uma das apostas das Participadas Navigator e Secil. A área da saúde ocupacional e a adoção de práticas promotoras do bem-estar tem tido igualmente desenvolvimentos junto das diversas empresas.

Importa salientar que o Grupo Semapa, no âmbito da sua Comissão de Sustentabilidade, tem constituído, desde 2017, um **Grupo de Trabalho** dedicado a este tema para, de forma holística, **fazer o acompanhamento das tendências nos diversos setores, definir prioridades e partilhar experiências e formas de atuação**. É assim potenciado um maior alinhamento entre as diferentes empresas do Grupo, através da implementação de campanhas e formação, análise de causas de acidentes de trabalho, assim como medidas implementadas com vista à correção das mesmas. Este Grupo foi iniciado pelos responsáveis de Saúde e Segurança do Trabalho da Secil e da Navigator, com integração da ETSA em 2020 e da UTIS em 2023. A Triangle's irá integrar o Grupo em 2024.

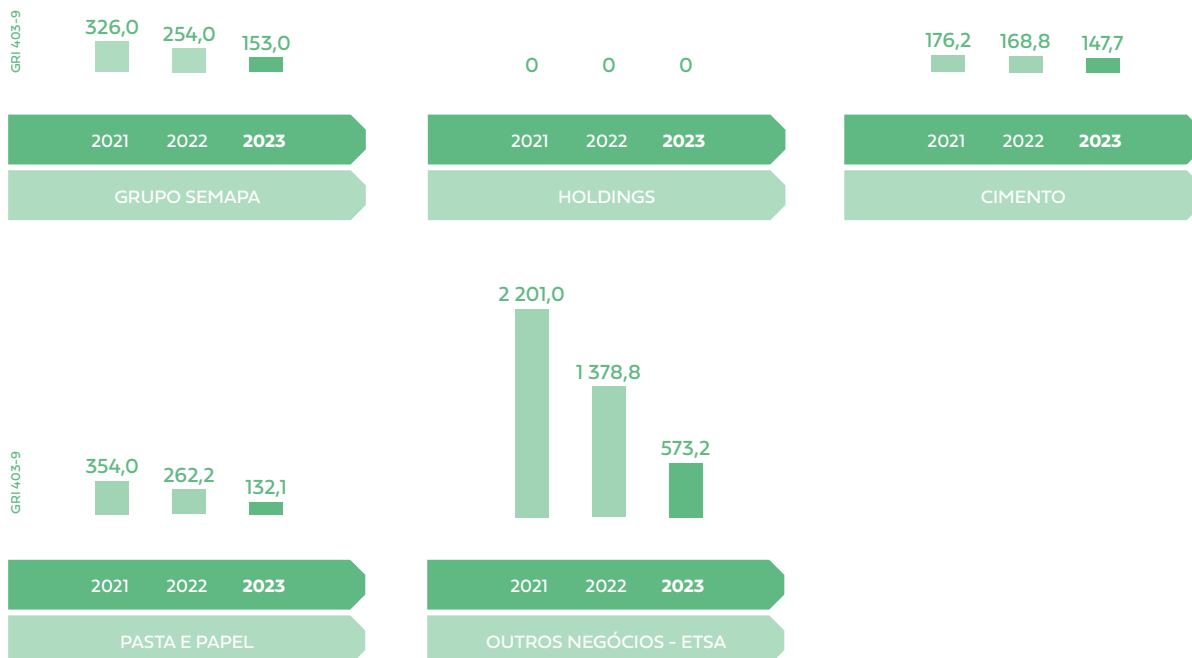
NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO DE COMUNICAÇÃO OBRIGATÓRIA (RELATÓRIO ÚNICO)



TAXA DE FREQUÊNCIA



TAXA DE GRAVIDADE



SEGMENTO HOLDING

INICIATIVAS EM DESTAQUE

PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Em 2023, deu-se continuidade à realização de reuniões mensais do Grupo de Trabalho, com o objetivo de criar momentos de discussão e análise entre as empresas participadas sobre o tema da SST. Tirando partido das experiências e conhecimentos de cada empresa, promoveu-se a partilha de boas práticas e iniciativas, tentando assim criar economias de escala no âmbito da segurança e saúde no trabalho.

Entre as partilhas realizadas, relevam-se os eventos, os procedimentos, a monitorização de indicadores proativos e reativos, os *Roadmaps* estabelecidos e a "missão zero", entre outros aspetos. Desta forma, é criada a possibilidade de avaliar a aplicabilidade, com os devidos ajustes, noutras unidades industriais, existindo um interlocutor disponível para *feedback* e suporte. Nestas reuniões são também definidos os indicadores Semapa.

AUDITORIA DE SEGURANÇA À TRIANGLE'S

Em 2023, no âmbito das boas práticas de Saúde e Segurança do trabalho, foi definido um grupo de auditores internos constituído por elementos da Secil e da Navigator.

A auditoria teve por base a norma ISO 45001, a legislação aplicável, bem como os conhecimentos e a experiência da equipa que realizou a visita à Triangle's, onde, durante um dia, foram avaliados vários aspetos, com emissão de um relatório que é uma peça essencial para a definição de um plano de ação e posterior acompanhamento. De referir que está prevista a realização de nova auditoria após seis meses, que terá lugar em 2024.

Devido ao sucesso da auditoria à Triangle's, foi definido um **plano de visitas no âmbito da Saúde, Segurança e Bem-Estar às várias Participadas**, já estando previstas as visitas à ETSA e UTIS. Este plano irá funcionar como *benchmarking* a nível do Grupo Semapa, e esta iniciativa irá permitir alinhar e contribuir para a melhoria contínua dos aspetos da Segurança e da Saúde no Grupo.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

AGENDA E ROTEIRO 2030 – UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Garantir um ambiente seguro e saudável para os Colaboradores assegurando o seu bem-estar	
Atingir a Meta Zero Acidentes através da melhoria contínua na segurança, com a nova Estratégia de SST 2021-2025:	
■ Índice de frequência ≤ 2 em 2030 (Colaboradores internos e externos)	Índice de frequência = 5,9
Desenvolver o programa de Saúde Ocupacional até 2030:	
■ Índice de Capacidade para o Trabalho (ICT): 45% em 2030;	39,8% ICT ¹⁴
■ Avaliação da satisfação dos Colaboradores com o programa: > 95%.	97%
Desenvolver o Eixo Ergonomia: 100 postos de trabalho intervencionados até 2030	72 postos de trabalho intervencionados (acumulado).
Realizar cursos de formação de forma contínua em SST na atividade florestal aos prestadores de serviços, fornecedores e agentes do setor, procurando realizar mais de 600 horas anuais	Novo objetivo definido em 2023.

Na Navigator, é assumido um **firme compromisso com a qualidade de vida dos Colaboradores**, com investimento continuado na **criação de um ambiente saudável e seguro**, com incorporação dessa preocupação na cultura de Saúde e Segurança no Trabalho que se persegue. Esta reflete-se no compromisso assumido no Roteiro 2030 (ver quadro), através do compromisso de garantir um ambiente seguro e saudável para os trabalhadores assegurando o seu bem-estar, e que se materializa num conjunto de objetivos definidos para Portugal. Foram realizadas diversas iniciativas enquadradas em cada um destes objetivos.

A Navigator, em linha com a **Estratégia para a Saúde e Segurança – Missão Zero** –, investiu na: (1) monitorização e controlo; (2) excelência operacional; (3) liderança; (4) competências; e (5) programa comportamental.

No seguimento da criação do novo modelo de *governance* da Saúde e Segurança (concretizado no ano anterior), em 2023 procedeu-se à **consolidação operacional dos Comitês – Locais, Corporativos e da Administração** –, que agilizam a tomada de decisão e garantem uma maior participação das equipas promovendo uma atuação mais robusta e eficiente. O ano fica marcado pela criação da Direção de Segurança e Sistemas de Suporte, que está intrinsecamente ligada à valorização de aspetos sociais, de sustentabilidade, de gestão, de tomada de decisão e de incentivo à inovação e melhoria.

Refira-se, em 2023, a **continuidade do Programa de Saúde Ocupacional** – que conta com uma equipa multidisciplinar para prevenção e apoio à adoção de comportamentos e técnicas que permitem apoiar os Colaboradores nas suas dificuldades do foro profissional ou pessoal – e a melhoria dos postos de trabalho com impacto na saúde e na produtividade – **Projeto de Ergonomia**. Foi feito o reforço das competências dos Colaboradores na adoção de práticas seguras, por via de ações de formação e sensibilização, com particular destaque para o curso "SafePro", *workshops* de "Liderança em Segurança", as "Conversas de Segurança", entre outros. Foi dado início ao **reconhecimento formal das atitudes proativas dos Colaboradores na identificação de potenciais perigos**, o que revela a importância que a equipa de gestão da Empresa dedica à segurança no trabalho, nomeadamente no pilar comportamental. Foi realizada a implementação de práticas proativas, como *safety walks*, para identificar e corrigir condições inseguras, além do reforço das regras cardinais para assegurar a conformidade com os padrões de segurança da Navigator. Foram realizadas auditorias corporativas cruzadas abrangentes em toda a organização em Portugal, visando avaliar e aprimorar os padrões de segurança em diferentes áreas, garantindo conformidade e eficácia, entre várias outras iniciativas.

Mencione-se que o **compromisso** da Empresa com a promoção da segurança e saúde no trabalho se reflete também junto dos técnicos e **produtores florestais**, através de diversas ações de capacitação e sensibilização. Este ano ficou marcado pela realização da 2.ª edição da "Floresta da Moda", que alerta para a importância de utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

¹⁴ Desempenho referente a 2021. A monitorização deste índice é realizada a cada quatro anos, pelo que a próxima ocorrerá em 2025.

INICIATIVA EM DESTAQUE

CAPACITAÇÃO DOS COLABORADORES COMO PARTE DA SUA MISSÃO DIÁRIA DE SEGURANÇA

A defesa do bem-estar e da qualidade de vida dos Colaboradores da Navigator faz da Saúde e Segurança no Trabalho uma prioridade na Empresa. Para fazer da eliminação dos acidentes de trabalho um objetivo realizável, destacam-se duas formações que a Empresa desenvolveu e que estabelece a segurança como uma missão diária que envolve ativamente todos os Colaboradores.

Mais de 300 Colaboradores participaram nos 6 *workshops* "Liderança para a Segurança" realizados nos últimos meses de 2023 em Setúbal, Aveiro e Figueira da Foz. Dirigidos a diretores, responsáveis de área e supervisores, quer das áreas industriais, quer florestais, a formação foi assegurada pela Balmert, empresa norte-americana com uma vasta experiência em segurança na indústria da pasta e papel.

Na Navigator, todos os Colaboradores estão familiarizados com a SafePro, uma formação completa sobre segurança, em regime de *e-learning*, desenvolvida em 10 módulos, num total de quase 12 horas. Especificamente para os novos Colaboradores, foi criado o SafePro *Onboarding*, uma formação presencial em que os temas são discutidos de acordo com as áreas que vão integrar. Após a formação, e durante um tempo determinado, os novos Colaboradores são acompanhados por tutores, de forma a que a sua integração no trabalho seja feita com uma atenção particular às regras de segurança.

SEGMENTO CIMENTO

AMBITION 2025

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Ter uma cultura de saúde e segurança que permita um Índice de Frequência de acidentes de trabalho abaixo de 1,5 e zero fatalidades	6,0 Índice de Frequência de Acidentes 2 Fatalidades

Com o novo ciclo estratégico na Secil, a área de Saúde e Segurança acompanha a Ambição e, para 2025, foram definidos **novos objetivos e um Roteiro de Saúde e Segurança** – uma ferramenta global e transversal, que unifica a estratégia do Grupo relativamente à saúde e segurança no trabalho. Cada país tem o seu próprio **Roteiro** com ações comuns ao Grupo e específicas da localização, sendo responsável pela sua execução. De referir que é promovido um acompanhamento trimestral destes Roteiros junto de cada geografia/negócio, assim como a partilha e disseminação de iniciativas e boas práticas.

A Secil tem uma **Política de Saúde e Segurança** – que assenta na melhoria contínua dos processos, através da implementação de um sistema de gestão efetivo e de uma forte liderança – **sustentada por cinco pilares**: liderança, segurança operacional, sistemas de gestão, comunicação e formação.

Das iniciativas em curso, destacam-se quatro projetos que têm tido continuidade e impacto positivo ao longo dos anos, nomeadamente: Diálogos Diários de Segurança (DDS), Safety Walks (SW), Safety Moment e Cartão STOP/GO. De referir que o Projeto Elos é uma iniciativa corporativa que tem vindo a adquirir relevância em todo o Grupo, tendo tido expansão para as geografias onde a Secil opera.

No âmbito do seu **plano anual de formações de Segurança** que contribuem para o objetivo global, a SAFE (Área corporativa de Saúde e Segurança do Grupo) apostou na "Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos" durante o ano de 2023, desafiando todas as geografias a adotar as formações de SST.

O **Framework de Segurança** da Secil é um sistema personalizado concebido para responder às necessidades de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) da Organização. Composto por 37 elementos organizados em três pilares, fornece diretrizes, critérios e indicadores para melhores práticas de SST: Pilar Pessoas, Pilar Excelência Operacional e Pilar Excelência em Gestão.

Destaca-se ainda a **criação da área de wellbeing**, cuja missão passa por apoiar os líderes no empoderamento das suas pessoas para que estas consigam atingir o seu potencial máximo, promovendo um ambiente de trabalho que nutre a saúde física, mental e emocional.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

E-BOOK "BOAS APRENDIZAGENS"

Em abril foi celebrado o Mês da Segurança no Grupo Secil e o tema definido foi *Sharing Good Learnings* (partilha de boas aprendizagens). Partilhar boas aprendizagens, boas práticas ou falhas, é fundamental para expandir os conhecimentos, agir para a prevenção, e assim evoluir na Cultura de Segurança.

As equipas de Segurança em todas as geografias partilharam com todos os Colaboradores informação apresentada em anteriores reuniões trimestrais globais de Segurança concretizando a iniciativa *Sharing Good Learnings*. Assim, uma vez por semana, cada geografia conduziu duas sessões de meia hora, uma em inglês, a língua do Grupo, e a outra na língua local da geografia responsável pela partilha.

O e-book "Boas Aprendizagens" é o resultado destas partilhas e é uma coleção das boas aprendizagens que nasceu da iniciativa de partilha lançada durante o Mês da Segurança contribuindo para construir a Cultura de Segurança, sabendo que as aprendizagens podem ser feitas a partir de acontecimentos positivos ou negativos.

ÁREA DE WELLBEING

A área de *wellbeing*, criada em 2023, dedica-se a promover o equilíbrio e a saúde integral dos Colaboradores, tendo como objetivo criar um ambiente de trabalho que incentive o bem-estar físico, mental e emocional das pessoas, visando melhorar a qualidade de vida e, conseqüentemente, aumentar a satisfação no trabalho.

O seu propósito é "fomentar o pleno desenvolvimento pessoal e profissional, construindo um ambiente que prioriza o equilíbrio, saúde e felicidade, para impulsionar o bem-estar, gerando equipas mais motivadas, saudáveis e produtivas."

Esta área é composta por três pilares com objetivos e atividades bem definidas: Pilar Saúde, Pilar Bem-estar e Pilar Social.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA em 2023, prosseguiu o "caminho para a segurança", focando-se em dois aspetos fundamentais: **o poder trabalhar em segurança e o saber trabalhar em segurança**. Em resultado destes dois objetivos, focou-se:

- Na proteção contra explosões;
- No levantamento das necessidades de sinalização e elaboração do procedimento de sinalização de segurança;
- Na consulta bianual aos trabalhadores no âmbito da saúde e segurança;
- No desenvolvimento e revisão de instruções de segurança;
- Na proteção contra incêndios, com visitas periódicas às unidades, elaboração de planos de segurança internos e realização de vistorias (com emissão de Relatórios das Condições e posterior acompanhamento das Medidas Preventivas e Corretivas Sugeridas); e
- Na criação de uma ferramenta informática que agrega e disponibiliza a todos os Colaboradores da empresa o acesso à informação de Segurança e Higiene no Trabalho, (como são as fichas de dados de segurança dos produtos, fichas de funções, conteúdo das formações ministradas, instruções de segurança, identificação de perigos e avaliação de riscos por função, manual de segurança interno, matriz de EPI, planos de higienização, procedimentos, entre outras).

INICIATIVAS EM DESTAQUE

PROTEÇÃO CONTRA EXPLOSÕES

No âmbito da SST, decorreu a realização do estudo sobre atmosferas explosivas, que resultou na elaboração de Manuais de Proteção Contra Explosões para as Unidades que apresentam riscos de Atmosferas Explosivas: SEBOL (Loures), SEBOL (Coruche) e ITS (Coruche). Estes Manuais podem ser consultados por todos os Colaboradores que trabalham nas Unidades, através das aplicações Teams e SharePoint, a que todos têm acesso.

Este manual abrange informação referente à classificação das áreas perigosas, avaliação do risco de explosão, medidas de prevenção e proteção contra explosões, entre outros. No final do estudo realizado foi dada formação a todos os Colaboradores que trabalham em áreas onde existe o risco de explosão, num total de 92 horas de formação.

LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE SINALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

Foi realizada a visita a todas as unidades, para rastrear a sinalização existente e as necessidades da sua instalação. Destas visitas resultaram um conjunto de plantas com a representação da sinalização de segurança existente, a instalar e a remover, bem como a sua memória descritiva. Foi ainda elaborado um procedimento de sinalização e instrução de segurança respetiva. O acompanhamento das medidas será realizado através de vistorias – entre duas e três, ao longo do ano, para análise das mesmas e do estado de implementação da sinalização.

A análise exaustiva das **causas dos incidentes/acidentes de trabalho** sofridos pelos Colaboradores que a ETSA tem levado a cabo resultou numa redução, face a 2022, dos Índices de Frequência e de Gravidade, assim como na redução do número de dias de baixa.

Como próximos passos para 2024, está previsto o reforço na formação (proteção contra incêndios, riscos psicossociais, formação básica em Segurança e Higiene no trabalho, trabalho em altura e espaços confinados), a implementação do programa ELO's, já em curso na **Secil**, a realização de novas consultas aos trabalhadores sobre os temas de Segurança e Higiene no trabalho e equipamentos de trabalho, a verificação de equipamentos de trabalho e monitorização de ruído, qualidade do ar e iluminação.

4.3.3. ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE LOCAL

 GRI 3-3, 201-1, 413-1



OS NOSSOS IMPACTOS

2,2 Milhões de euros

INVESTIMENTOS NA COMUNIDADE

O exercício de 2023 foi um exercício de reflexão e consolidação do posicionamento estratégico da Semapa no que respeita ao seu envolvimento com os *stakeholders*, nomeadamente com as comunidades com que mais interage no desenvolvimento das suas atividades, processo do qual resultou a **criação de uma nova área dedicada à Filantropia de Impacto e Responsabilidade Social ao nível da Holding**.

A criação desta nova área reflete assim o reforço do compromisso do Grupo e o reconhecimento da relevância crescente da condução de práticas empresariais sustentáveis e do impacto positivo que estas podem ter na sociedade e no meio ambiente.

O processo de definição e desenho desta área encontra-se ainda em curso procurando a Semapa alinhar os seus valores fundacionais, como a profunda consciência social e ambiental, a proximidade, a orientação para a ação, a solidariedade e a inovação, com a necessidade crescente de criação de ecossistemas sustentáveis, resilientes e perenes que possam assumir um papel verdadeiramente transformador da sociedade.

Não obstante este caminho que está ainda a ser percorrido, dando continuidade ao que tem sido o seu compromisso nas áreas social e ambiental, as ações do Grupo em 2023 materializaram-se através de um conjunto diversificado de iniciativas conduzidas:

- Pelas várias empresas, em linha com os respetivos âmbitos de atividade e adaptadas às necessidades locais – inclui donativos em espécie e financeiros, apoio a instituições sociais, ações de solidariedade, desenvolvimento de projetos de literacia ambiental e ações de capacitação, entre outros;
- Pela Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso – Instituição Particular de Solidariedade Social, criada em 1951, pela família Queiroz Pereira, e que visa promover a saúde e o desenvolvimento humano, com especial foco na saúde da criança e da mulher;
- Pela Associação Salvador, que atua na área da deficiência motora promovendo a integração e inclusão de pessoas com este tipo de deficiência e desenvolvendo projetos com impacto na melhoria da sua qualidade de vida.

Estas iniciativas, totalmente alinhadas com o propósito da Semapa “Making it Better”, resultam da consciência sobre os impactos que as suas atividades podem ter nas comunidades onde operam. Por serem o primeiro elo da cadeia de valor a receber os impactos associados às diversas operações industriais, florestais, entre outras, as comunidades locais têm um papel decisivo na aceitação e integração das atividades desenvolvidas pelas diversas empresas do Grupo no seio do seu quotidiano.

Para minimizar os impactos negativos – tais como emissões atmosféricas, odores, ruído, efluentes, entre outros – as empresas do Grupo têm **implementado um conjunto de controlos, boas práticas e certificações**, estando igualmente vinculadas ao cumprimento de requisitos legais bastante exigentes.

No que diz respeito aos impactos positivos, é de salientar que são gerados, direta e indiretamente através das respetivas cadeias de valor, empregos e benefícios vários decorrentes do desenvolvimento dos setores de

atividade onde estão inseridas – pelas operações próprias, cadeias de fornecimento, atividades de investigação, desenvolvimento e inovação, trabalho em parceria com os diferentes *stakeholders*, entre outros (Cap. 4.4.2).

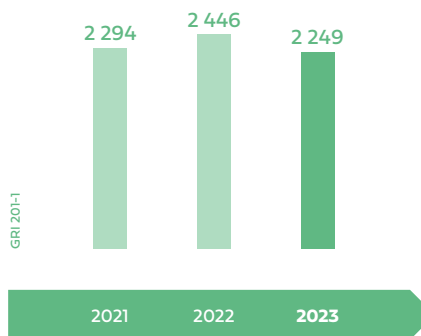
Importa igualmente referir que o envolvimento das diversas empresas do Grupo com as comunidades assenta também numa **abordagem de proximidade, potenciando-se uma relação de confiança e reforçando a sua licença social para operar**.

Entre os diferentes mecanismos de diálogo existentes, merecem destaque as Comissões de Acompanhamento das Comunidades nos complexos industriais da Navigator e o seu Fórum de Sustentabilidade, assim como as Comissões de Acompanhamento Ambiental da Secil (duas em Portugal e uma no Brasil).

Por outro lado, o Grupo Semapa, como herdeiro da longa tradição, tanto empresarial como filantrópica, da Família Queiroz Pereira – sua acionista de referência – desenvolve e apoia **projetos de responsabilidade social em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS) das Nações Unidas. Estas ações visam, em última análise, melhorar a qualidade de vida das comunidades e a preservação ambiental.

Como expressão das atividades do Grupo neste âmbito, apresenta-se o volume de Investimentos na Comunidade no período de relato.

INVESTIMENTOS NA COMUNIDADE (k€)



SEGMENTO HOLDING

Em 2023 a *Holding* concedeu **donativos financeiros a várias instituições**. Para além das já apoiadas anteriormente, nomeadamente a Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (ver caixa de destaque) e a Associação Salvador, foram concedidos apoios no âmbito da iniciativa “Move-te por uma causa”, enquadrada na Semana “Making it Better” – transversal a todo o Grupo, que contou com a participação de 1 131 Colaboradores. Esta iniciativa permitiu a concessão de apoios a várias instituições sociais nomeadamente ao CADIn, Associação Cerciag, Fundação do Gil e Associação Abrigo para a Vida.

Adicionalmente, a *Holding* concedeu ainda apoio a três associações, nomeadamente, à Associação D’Novo, Associação Movimento de Defesa da Vida e à Associação Portuguesa contra a Leucemia.

O investimento social direto da *Holding* Semapa, em 2023, ascendeu assim a um montante total de 130 500 euros canalizados para nove entidades, o que representa um incremento de 14% face aos apoios concedidos no exercício de 2022, em linha com o reforço do seu compromisso junto da comunidade e sociedade em geral.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

GRUPO SEMAPA / SEMANA MAKING IT BETTER

Na última semana de setembro de 2023, realizou-se a primeira “**Semana Making it Better**”, totalmente dedicada ao reforço e celebração do propósito do Grupo Semapa, semana que contou com a participação de todas as empresas do Grupo e durante a qual foram realizadas iniciativas no âmbito da promoção da saúde e bem-estar físico e mental dos seus Colaboradores, da responsabilidade social, da proximidade e da cultura e valores que alicerçam a família Semapa (Ver Cap. 4.3.1).

Foi neste âmbito que decorreu a iniciativa **“Move-te por uma causa”**, realizada em parceria com a empresa **UPNDO**, que contou com a participação de **1 131 Colaboradores** de todo o Grupo, e que permitiu converter os **111 600 km percorridos** num **apoio de 26 mil euros**, concedidos às seguintes instituições:

- 7 200 euros à **Associação CADIn** – para financiamento de 4 bolsas sociais para tratamentos terapêuticos;
- 6 000 euros à **Associação Cerciag** – para aquisição de equipamentos clínicos necessários para o novo centro de terapias de integração sensorial CISensori;
- 4 000 euros à **Fundação do Gil** – para financiamento de 2 bolsas sociais para tratamentos terapêuticos;
- 3 800 euros à **Associação Abrigo para a Vida** – para aquisição de uma cadeira de transporte e andarilho para uma menina de São Tomé que tem uma malformação complexa que a torna totalmente dependente;
- 2 500 euros à **Santa Casa da Misericórdia da Chamusca** – para aquisição de 10 cadeirões geriátricos necessários na sua ERPI;
- 2 500 euros à **Fundação Francisco de Pina** – para renovação do parque infantil da Casa de Acolhimento.

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO

Com atuação estratégica nos primeiros anos de vida, a Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso privilegia a educação para a saúde, a deteção e intervenção precoces, materializado num modelo de saúde infantil que se pretende inspirador para toda a sociedade. Suportada pelas evidências científicas de que o investimento no acesso a uma saúde de qualidade para todos, nomeadamente no período da gestação e primeiros anos de vida, tem ganhos de saúde que se repercutem ao longo de toda a vida, a Fundação contribui para a construção de uma sociedade mais saudável e sustentável.

No ano de 2023 foram beneficiários das intervenções em saúde, protagonizadas pela Fundação, 8 978 pessoas e realizadas 18 418 consultas. Destas, 86% foram dedicadas a crianças.

Numa perspetiva de dar continuidade à campanha europeia **“First Years. First Priority”**, lançada em dezembro de 2020 e liderada em Portugal pela Fundação, no ano de 2023 foi amplamente alargada a coligação de parceiros (entidades públicas, solidárias e privadas) que desenharam e se empenharam num programa conjunto de ações de formação e disseminação de informação, que visa alertar e promover uma maior consciencialização da sociedade portuguesa para a importância dos primeiros anos de vida, muito em especial dos primeiros 1000 dias de vida.

Neste contexto foram realizados 33 eventos a nível nacional sob a rubrica **“Sabia que...?”** foram sucessivamente repetidas nas redes sociais mensagens de alerta para as boas práticas a adotar. A Fundação promoveu ainda:

- A realização de dois estudos de perceções, em Lisboa e a nível nacional, realizados respetivamente pelo **ISAVE** (Instituto Superior de Saúde) e o **ISPA** (Instituto Superior de Psicologia Aplicada), com o objetivo de conhecer o grau de compreensão da sociedade portuguesa sobre a importância dos primeiros 1000 dias de vida (0-3 anos) e dos primeiros anos de vida (0-6 anos) no desenvolvimento da criança e ao longo da vida, através dos quais se concluiu que apenas 35% da população portuguesa tem consciência da importância e impacto dos primeiros anos de vida, nomeadamente na saúde ao longo da vida.
- Um grande evento na Fundação Calouste Gulbenkian – **“Os primeiros anos contam. E agora?”** –, realizado em outubro de 2023, seguido nas redes sociais e Youtube em direto por 2000 pessoas. Deste evento saíram propostas para os passos seguintes da campanha, validados por todos os parceiros de coligação e apresentadas publicamente, de modo a manter o tema vivo na agenda e a mobilizar toda a sociedade.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

AGENDA E ROTEIRO 2030 – UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
<p>Desenvolver a relação com as comunidades, promovendo a transferência de conhecimento e consciencialização pública da relevância económica, social e ambiental da floresta</p> <p>Desenvolver iniciativas de promoção da Literacia para a Floresta, junto de crianças do 1º Ciclo, de adolescentes e adultos, com o objetivo de contribuir para o melhor conhecimento da Floresta Nacional, sua importância ambiental, social e económica, através dos projetos Dá a Mão à Floresta, My Planet e Florestas.pt</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ N.º de iniciativas/ano (digital e presencial): 10 ■ N.º crianças contactadas/ano: 20 mil ■ N.º de adolescentes e adultos contactados/ano: 40 mil 	<p>Compromisso reformulado em 2023.</p> <p>19 iniciativas presenciais: 5 edições das revistas; 1 012 conteúdos digitais; 11 passatempos.</p> <p>5 236 crianças impactadas: 12 iniciativas presenciais; 3 edições da revista com tiragem média de 15 mil exemplares.</p> <p>4 824 adolescentes e adultos contactados: 7 iniciativas presenciais; 2 edições da revista com tiragem média de 16 mil exemplares.</p>
<p>Consolidar o projeto Produtores Florestais, promovendo e divulgando informação técnica sobre a produção florestal contribuindo para a partilha de melhores práticas, até 2030</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ N.º de iniciativas/ano (digital e presencial): 10 ■ N.º de produtores florestais contactados/ano: 10 mil 	<p>Objetivo reformulado em 2023.</p> <p>8 iniciativas: 3 edições da revista com tiragem média de 15 mil exemplares; 200 conteúdos digitais e 2 campanhas de angariação florestal (em Portugal e Espanha).</p> <p>Impacto numa comunidade de 15 mil produtores florestais.</p>
Lançar o Clube Produtores Florestais Navigator	Novo objetivo definido em 2023.
Consolidar o projeto Biodiversidade By The Navigator Company	Suportes informativos sobre as melhores práticas florestais, material genético e angariação florestal. 100 publicações no Facebook e Instagram e 37 conteúdos/artigos no website; Parceria com o jornal <i>Expresso</i> .
Implementar o projeto Floresta do Saber, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian	10 510 participantes presenciais; 753 atividades em 191 eventos presenciais; 7 <i>Think Tanks</i> ; 2 exposições.
Aumentar a abrangência e eficácia da plataforma e-globulus junto dos produtores florestais nacionais	Objetivo reformulado em 2023. Mais de 20 mil utilizadores acederam à plataforma; 850 utilizadores registados. Mais de 82 mil visualizações. (valores acumulados)
Desenvolver a plataforma Florestas.pt	10 sessões com a Academia. 4 edições (temáticas) da <i>newsletter</i> ; 23 artigos de autor; 5 novos parceiros (24 parcerias estabelecidas desde 2020); 9 ações de divulgação presenciais (cerca de 350 pessoas impactadas nestes eventos).

A Navigator assume a sua responsabilidade social junto das Comunidades onde desenvolve as suas atividades empresariais, de forma a **contribuir para o seu progresso e bem-estar**, tal como estabelecido no Código de Ética e de Conduta e em linha com o compromisso estabelecido na Agenda e Roteiro 2030 (ver quadro), de **desenvolver a relação com as Comunidades**, promovendo a **transferência de conhecimento e consciencialização pública da relevância económica, social e ambiental da floresta**. Os projetos desenvolvidos neste âmbito abrangem: o diálogo com as comunidades; projetos de literacia para a floresta; transferência de conhecimento

sobre gestão florestal e capacitação de produtores florestais; programa de desenvolvimento social em Moçambique e apoio direto à comunidade.

Como forma de estabelecer o diálogo com as Comunidades, a Navigator dispõe de vários mecanismos de interação direta, como por exemplo: as Comissões de Acompanhamento das Comunidades em Portugal; o Fórum de Sustentabilidade da Navigator; os Agentes de Ligação Comunitária moçambicanos (ver destaque); e o Programa de Desenvolvimento Social em Moçambique, que consolidou e reforçou as suas atividades junto das mais de 6 900 famílias abrangidas pelo projeto.

De referir que foi realizada em 2023 a 16.ª edição do Fórum de Sustentabilidade. Esta decorreu no Centro Nacional de Exposições de Santarém, com uma audiência de *stakeholders* de referência a nível local, tendo sido promovido o debate em torno do tema: "Sustentabilidade da Matéria-prima Florestal".

No sentido de aumentar a notoriedade da Floresta e realçar a sua importância, em 2023 foi lançado, em parceria com o jornal *Expresso*, um **Ciclo de Conferências** (ver destaque).

Entre os programas de apoio aos produtores florestais, deu-se continuidade às iniciativas para **capacitação e transferência de conhecimento** sobre gestão florestal e **certificação** e lançou-se o Clube dos Produtores Florestais (Cap. 4.4.2.).

INICIATIVAS EM DESTAQUE

CANAIS DE PROXIMIDADE COM AS COMUNIDADES: AGENTES DE LIGAÇÃO

Os Agentes de Ligação Comunitária são pessoas, designadas pela comunidade e apoiadas pela Portucel Moçambique, que fazem a interligação da comunicação entre a empresa e as famílias de uma ou mais comunidades, em temas relacionados com as atividades silvícolas, o Programa de Desenvolvimento Social, as sensibilizações ambientais e todos os demais assuntos que surjam na relação entre as partes. A Portucel Moçambique tem atualmente 48 Agentes de Ligação, que asseguram este diálogo próximo e regular e que têm um papel essencial na construção da confiança para a implementação do projeto, nas províncias de Manica e da Zambézia. Os Agentes de Ligação Comunitária falam as línguas locais, o que apoia a inclusão de todos os participantes e promove a boa comunicação nos encontros regulares da empresa com a comunidade e as famílias.

Os Agentes de Ligação recebem formação regular, designadamente de natureza comportamental em temas como direitos humanos, não discriminação por sexo ou idade, evitamento da corrupção e outros. Recebem também formação de natureza técnica. Um exemplo é a formação dos ALC para a utilização de um software, instalado no telefone, para a captura e registo de várias informações sobre biodiversidade (fauna e flora), tendo em conta a sua proximidade e presença diária no campo.

CICLO DE CONFERÊNCIAS "VAMOS FALAR DE SUSTENTABILIDADE"

A Navigator, em parceria com o jornal *Expresso*, lançou em 2023 um ciclo de três conferências sobre a floresta, subordinado ao tema "Vamos falar de sustentabilidade". Uma iniciativa em alinhamento com o propósito da empresa, que preconiza a partilha de conhecimento com a sociedade, e em prol de uma maior sensibilização para a valorização da floresta em Portugal.

A primeira conferência decorreu a 21 de março, dedicada à "Bioeconomia de Base Florestal", e colocou especialistas da indústria e da academia a discutirem as grandes questões que se colocam ao futuro do setor, incluindo o contributo das soluções de base florestal para uma bioeconomia circular, alternativa ao atual paradigma fóssil e linear.

O segundo evento, a 28 de junho, reforçou esta linha de desenvolvimento sustentável de base florestal, agora na ótica de "Valorizar as florestas: pelas pessoas e pelo planeta". Entre as ideias-chave, foi sublinhada a noção de que as florestas plantadas de produção, quando geridas de forma sustentável, retiram pressão sobre as florestais naturais.

Naquele que foi o primeiro Dia Nacional da Sustentabilidade assinalado em Portugal, 25 de setembro, a Navigator realizou a terceira e última conferência deste ciclo. "Florestas plantadas: respostas ambientais, sociais e económicas" foi o tema escolhido, destacando a importância da floresta enquanto potenciadora da sustentabilidade em todos os seus pilares.

Em 2023, foi mantida a **promoção das relações de proximidade entre a Empresa e as diferentes partes interessadas**, nomeadamente através dos projetos “My Planet”, “Dá a Mão à Floresta”, “Biodiversidade” e “Florestas.pt”. O ano ficou igualmente marcado pelo fim do apoio do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Fundação Calouste Gulbenkian ao projeto Floresta do Saber (ver destaque). No entanto, o projeto terá continuidade, com a sua vasta oferta de atividades adaptadas aos diferentes níveis de ensino, em ambiente florestal e laboratorial.

INICIATIVA EM DESTAQUE

PORTUGAL: FLORESTA DO SABER: LITERACIA DA FLORESTA “À MEDIDA” DAS NOVAS GERAÇÕES

No final de 2023, o Floresta do Saber completou três anos. Criado e promovido pelo Instituto RAIZ, o projeto dirige-se à comunidade educativa e foca-se em todos os temas relacionados com a floresta e a sua importância na transição para uma economia circular baseada em recursos renováveis. A relevância do Floresta do Saber para as novas gerações fez com que o RAIZ fosse reconhecido pela UNESCO Portugal como Clube UNESCO.

Neste período, contou com o apoio do Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Sustentável, permitindo um contacto de grande proximidade com a comunidade, tendo estabelecido parcerias com uma série de entidades locais e regionais – escolas, municípios, instituições de ensino superior, grupos de escutismo, entre outras.

As propostas do Floresta do Saber contemplam visitas ao património natural da Quinta de São Francisco, em Aveiro, atividades nos laboratórios do RAIZ e a possibilidade de visitas aos Viveiros de Espirra, em Pegões.



Os **donativos de papel** (nas suas várias vertentes) são uma das formas mais diretas de apoio à Comunidade, contribuindo substancialmente para o funcionamento administrativo regular das instituições apoiadas nos locais onde a Navigator opera, como é o caso dos vários agrupamentos escolares e juntas de freguesia.

As **plantas oriundas dos Viveiros Aliança** são outra área importante dos apoios concedidos à comunidade, sendo de salientar o fornecimento de plantas para reflorestação de alguns hectares de área ardida na Serra

da Estrela, promovida pela Associação para a Proteção da Natureza da Serra da Estrela e também outras no âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude.

O **apoio a causas sociais** também é uma das áreas de atuação da Empresa e um fator que o consumidor reconhece na distinção de marcas de consumo, pelo que a marca de papel escritório Pioneer voltou a associar-se à causa das doenças oncológicas – através da Campanha Pioneer Inspire Hope. Este apoio traduz-se na oferta de toneladas de papel e no financiamento, num valor superior a 500 mil euros, de várias iniciativas e projetos de investigação no Instituto de Medicina Molecular (iMM), em Lisboa, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento de novas estratégias terapêuticas para o tratamento do cancro da mama.

SEGMENTO CIMENTO

AMBITION 2025

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Duplicar o investimento nas comunidades (ano base 2020)	638 200,00 € de investimento na comunidade (+137% face a 2020)

Em 2023, a Secil deu continuidade a um conjunto de apoios que procuram dinamizar as comunidades, desenvolvendo uma **relação próxima com os seus vizinhos e stakeholders**. Na 20.ª edição da cerimónia de entrega dos protocolos de colaboração e financiamento ao movimento associativo setubalense, que celebrou o seu 10.º aniversário, o presidente da Comissão Executiva da Secil, Otmar Hübscher, presente nesta cerimónia, informou que a Secil irá **compensar a inflação registada no último ano, com a atualização da generalidade dos apoios. Foram abrangidas associações com atuação na área de inclusão social**, culturais e desportivas, às quais acresceram sete novas associações abrangidas por estes apoios.

A Secil concedeu ainda **patrocínios a diversos eventos**, como o Prémio Secil de Engenharia, atribuído à Engenheira Marisa Ferreira, em Portugal, a Conquista do Selo SESI ODS 2023, no Brasil, a doação de dinheiro a famílias de estudantes e doações de equipamento escolar na Tunísia, e, no Líbano, a oferta de refeição a crianças de um orfanato para quebrar o jejum no mês sagrado do Ramadão.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

REFEIÇÃO PARA QUEBRAR O JEJUM NO LÍBANO PARA 200 CRIANÇAS DE UM ORFANATO

Esta atividade insere-se nos valores solidários e sociais da Sibline, que refletem o compromisso em ajudar os necessitados e prestar-lhes o apoio necessário. A Sibline acredita na importância do trabalho beneficente e voluntário, por isso realiza a organização de eventos e atividades de apoio social ao longo do ano, especialmente durante o mês sagrado do Ramadão, que é considerado o mês da doação, da tolerância e da solidariedade. A Empresa acredita que a cooperação e a solidariedade entre as comunidades é a chave para alcançar o desenvolvimento e a prosperidade.

Foi organizada uma atividade com o Orfanato Islâmico de Katermaya (Chouf, Líbano), que incluiu um *iftar* para crianças do orfanato, bem como para o pessoal educativo, assim como uma representação teatral de "A Floresta Encantada" e um espetáculo de marionetas sobre o Ramadão, apresentado pela associação "Youth Smile".

Estiveram envolvidos 200 órfãos das Instituições de Assistência Social do Líbano, do Orfanato Islâmico; 20 funcionários do Orfanato Islâmico; 10 Colaboradores Sibline e 20 funcionários da associação "Sorriso Jovem".

CONQUISTA DO SELO SESI ODS 2023 NO BRASIL

A Supremo Secil, com o projeto Casa da Cultura Pedro Queiroz Pereira, conquistou o Selo SESI ODS 2023 na categoria social das empresas de médio porte. Este selo representa o reconhecimento das práticas sociais exemplares da Supremo em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e compromisso, dedicação e esforço de toda a equipa que tem trabalhado para promover iniciativas de impacto positivo na comunidade.

O objetivo desta iniciativa é o de reforçar o compromisso contínuo da Supremo Secil com a transparência e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Em 2023, a ETSA deu continuidade à sua missão de responsabilidade social, **apoiando financeiramente instituições particulares de solidariedade social e agentes da Administração Pública pertencentes às comunidades envolventes** das várias unidades de negócio das empresas do Grupo ETSA.

Ao longo do ano, **apoiou iniciativas junto da comunidade local** de Coruche, Pedroso e Seixezelo, através das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia respetivas, os bombeiros voluntários de Loures e Coruche; e instituições particulares de solidariedade social localizadas em Santo Antão do Tojal, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, com valências de lar, infância e juventude. Manteve igualmente os **apoios financeiros a associações ambientais sem fins lucrativos**.

4.4

INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNAÇÃO

4.4.1. ÉTICA NO NEGÓCIO

 GRI 2-26, 3-3, 205-3, 405-1, 406-1



OS NOSSOS IMPACTOS

0

CASOS CONFIRMADOS DE CORRUPÇÃO

0

INCIDENTES DE DISCRIMINAÇÃO

+94

MULHERES CONTRATADAS EM 2023

O Grupo Semapa, através dos seus valores, expressa a importância da integridade, da ética e da honestidade no desenrolar dos seus negócios e nas diversas operações realizadas, tanto pela *Holding*, como pelas suas Participadas. A Semapa tem uma visão global e holística para todo o grupo económico, exercendo, relativamente às suas Participadas, a sua função acionista e procurando uma **partilha de valores e princípios comuns**.

Como referido pelo fundador do Grupo, Pedro Queiroz Pereira, "Os valores sobrepõem-se aos resultados", demonstrando a forma de atuação comum que se espera em todas as empresas e geografias:

- Ética e integridade, como forma de ser e de estar;
- Respeito pelas pessoas: uma postura de justiça e partilha, uma forma de trabalhar colaborativa e assente na confiança;
- Uma postura pública coerente, transparente, mas nunca ostensiva;
- Uma profunda consciência social e ambiental, que deve enformar cada um dos nossos atos;
- Inovação e excelência na criação de valor e na ambição empresarial.

As empresas espelham esses valores nas suas atividades diárias e na gestão da sua cadeia de valor, cumprindo a legislação e os compromissos assumidos com os seus *stakeholders*.

A nível interno, existem várias **políticas, códigos, regulamentos e outros documentos estruturantes** que são observados pelas empresas no desenvolvimento das suas atividades e que integram o seu compromisso com um desenvolvimento sustentável, tais como o Código de Ética e de Boa Conduta, a Política de Direitos Humanos, a Política de Prevenção da Corrupção, a Política Fiscal, o Código de Boa Conduta e Prevenção do Assédio e o Plano Anual para a Igualdade e, bem assim, mecanismos e procedimentos instituídos para comunicação de irregularidades e prevenção de conflitos de interesses, incluindo o Canal de Denúncias.

Conscientes de que os problemas de corrupção afetam todas as empresas, não estando as empresas participadas e a *Holding* imunes a este fenómeno, e que o respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos laborais, a observância das regras da concorrência e de uma política fiscal adequada, constituem, nos termos previstos nas respetivas políticas, princípios estruturantes da sua atividade no âmbito de uma conduta empresarial responsável, o Grupo Semapa continua comprometido com assegurar que as suas atividades são feitas de acordo com elevados padrões éticos, prosseguindo um desenvolvimento sustentável e com a observância da legislação e regulamentação que seja aplicável.

O Código de Ética e de Boa Conduta da Semapa, aprovado pelo Conselho de Administração em 2002, e nessa data com denominação "Princípios Deontológicos", revisto no início do ano de 2023 e em 2024, estabelece regras e princípios aplicáveis aos Colaboradores e aos membros dos órgãos sociais, assim como às subsidiárias, sendo reconhecidos:

- **O dever de diligência**, traduzidos em obrigações concretas de profissionalismo;
- **O dever de zelo e responsabilidade**;
- **O dever de lealdade**, que no âmbito dos princípios de honestidade e integridade visa especialmente precaver situações de conflito de interesses;
- **O dever de confidencialidade**, com incidência no tratamento de informação privilegiada.

Para além do cumprimento da legislação e regulamentação aplicável, estão ainda consagrados deveres de responsabilidade social empresarial, como sejam de **defesa ambiental e de um desenvolvimento sustentável** que devem ser respeitados como pilares essenciais das decisões e de atuação de todos os Colaboradores.

No relacionamento com outras entidades, o seu comportamento deverá pautar-se pelo respeito pelos interesses dessas entidades, com transparência e com elevado nível ético, não tolerando violações dos direitos humanos, recusando qualquer tipo de assédio, discriminação, coerção, abuso, violência ou exploração, garantindo um tratamento igualitário e não discriminatório na sua esfera de influência, recusando ainda a participação direta ou indireta em qualquer forma de corrupção, fraude, branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo, suborno ou extorsão.

No que respeita à sua estrutura acionista, a sua atuação deverá ter sempre em conta os interesses de todos os acionistas, **assegurando designadamente o cumprimento de deveres de informação e um tratamento igual e justo**.

Os Colaboradores da Semapa devem ainda **agir em conformidade com legislação relativa à concorrência**, de acordo com regras e critérios de mercado que sejam aplicáveis e com respeito por uma concorrência leal. No âmbito das relações internas e externas deverá ser garantido um **tratamento igualitário e não discriminatório, designadamente em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social**.

Acresce que a Semapa adotou em 2017 um **Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho**, também aplicável a todos os Colaboradores das entidades que integram o Grupo Semapa (salvo se tiverem um Código específico para esta matéria), que proíbe o assédio no local de trabalho e estabelece as obrigações neste âmbito, bem como o procedimento a seguir em caso de práticas de assédio.

No exercício das suas funções, os Colaboradores da Semapa comprometem-se ainda a respeitar os princípios de proteção de dados pessoais previstos na legislação e regulamentação aplicável, bem como a adotar práticas de cibersegurança para proteger a confidencialidade e integridade dos dados, e a utilizar as tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, de forma ética e responsável.

Em 2022, a Semapa procedeu à aprovação de uma **Política Fiscal**, na qual foram estabelecidos vários princípios e regras que regulam a sua atuação com impacto tributário.

No início do ano de 2023 e para além da referida revisão do Código de Ética e de Conduta e no âmbito dos compromissos assumidos quanto a um desenvolvimento sustentável e a uma conduta empresarial responsável, foram ainda aprovadas pelo Conselho de Administração da Semapa as seguintes políticas: **Política de Direitos Humanos; Política de Prevenção da Corrupção; e Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo.**

Todas as empresas do Grupo Semapa implementaram um **canal de denúncias**, dando cumprimento ao requisito legal. Este assegura que as denúncias são recebidas e endereçadas, com garantia da anonimidade dos denunciantes.

De referir que, no ano de 2023, não se verificaram casos confirmados de corrupção nas empresas do Grupo Semapa.

No que diz respeito à **promoção da igualdade de género**, pelo facto da Semapa Holding e Navigator serem empresas cotadas em bolsa, estão abrangidas pela Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto, que estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização, tendo cada empresa o seu próprio Plano para a Igualdade.

De igual modo, o Grupo está empenhado em promover a igualdade de género transversalmente nas diferentes empresas. A estrutura do quadro de pessoal do Grupo Semapa é composta maioritariamente por Colaboradores de sexo masculino, com as mulheres a representarem, em 2023, 17% da força de trabalho. Tal deve-se a razões históricas associadas aos setores industriais e à estrutura operativa. Não obstante este facto e fruto das políticas de recrutamento implementadas numa **lógica de diversidade**, verificou-se, em 2023, um aumento de 9%, face ao ano anterior.

No que diz respeito à Lei n.º 4/2019 de 10 de janeiro, que estabelece o **sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência** com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, e que introduz a obrigação das empresas do setor privado admitirem pessoas com deficiência, as empresas do Grupo às quais existe esta aplicabilidade estão em fase de transição para assegurar o seu cumprimento conforme legalmente previsto.

De salientar que, em 2023, a Semapa criou o Grupo de Trabalho de Ética no Negócio e Direitos Humanos, no qual participam elementos de todas as empresas do Grupo, e que visa endereçar um conjunto de objetivos, propostos pela Comissão de Sustentabilidade.

INICIATIVA EM DESTAQUE

CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO DE ÉTICA NO NEGÓCIO E DIREITOS HUMANOS

Em julho de 2023, e para dar resposta ao proposto pela Comissão de Sustentabilidade da Semapa, foi constituído o Grupo de Trabalho, com o objetivo de discutir várias matérias associadas à Ética no Negócio e aos Direitos Humanos de forma transversal e uniforme às várias empresas do Grupo, sem prejuízo do contexto e das especificidades de cada uma.

O referido Grupo tinha como objetivo inicial analisar os *standards* GRI com relevância no âmbito da Ética no Negócio e Direitos Humanos. Tendo em vista o proposto pela Comissão de Sustentabilidade, traçou objetivos específicos, a endereçar em 2023 e 2024. Durante 2023, conseguiu dar resposta à identificação:

- Do Enquadramento Normativo e Tendências;
- Da análise de Indicadores, tendo por base os GRI, assim como as respetivas normas GRI indicadas pela Comissão de Sustentabilidade para análise do Grupo de Trabalho;
- De divergências e propostas de harmonização, consoante os casos e atendendo ao contexto e às especificidades de cada empresa do Grupo.

Terão continuidade em 2024:

- A elaboração de proposta de Fichas de Referência dos Indicadores;
- A definição e proposta de iniciativas e Projetos, no que respeita à Taxonomia e respetivos requisitos mínimos, à Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD) e à futura Corporate Sustainability Due Diligence Directive (CSDDD);
- Acompanhamento de iniciativas e tendências regulatórias e de mercado, após definição de objetivos e identificação de *peers*.

SEGMENTO HOLDING

Em 2023 a Semapa Holding e as principais empresas do Grupo reforçaram o seu **compromisso na promoção de uma conduta de compliance e transparência**.

No âmbito da promoção da representação equilibrada entre homens e mulheres, a Holding demonstra o seu compromisso na promoção da igualdade de oportunidades entre os géneros. O cumprimento do regime de representação equilibrada é assumido pela Semapa como uma alavanca para a promoção da igualdade de oportunidades entre géneros. Esta é uma realidade enraizada nas práticas, nos documentos (ex.: Princípios relativos à Composição dos Órgãos Sociais, Política de Direitos Humanos, Canal de Denúncias) e faz parte da sua cultura de cidadania.

Destaque-se entre os dados de desempenho de 2023:

- % de Mulheres nos órgãos sociais: 40%, acima de 2022 (33,3%)
- % de Mulheres com cargos de Direção: 46,2%, acima de 2022 (45,5%)
- % de Mulheres Quadros superiores: 69,2%, acima de 2022 (61,5%)

Estes números demonstram que a Semapa tem vindo a desenvolver um *pipeline* de talento de forma equilibrada do ponto de vista de género, procurando garantir um futuro onde a diversidade é assumida como algo essencial e como responsabilidade de todos.

Esta situação é fruto da consciência de que as empresas devem contribuir para a criação de iguais oportunidades entre homens e mulheres, sem discriminação. A Semapa advoga que empresas mais equilibradas do ponto de vista do género são um melhor espelho do que é a Sociedade, contribuem de forma mais enriquecedora para os resultados, atraem o melhor talento e, no final, contribuem para uma sociedade mais justa.

O **Plano para a Igualdade da Semapa** é um dos instrumentos que orienta e compromete a empresa em seis dimensões de intervenção: estratégia, missão e valores da empresa; igualdade no acesso ao emprego; formação inicial e contínua; proteção na parentalidade; igualdade nas condições de trabalho; e conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal. De referir que em 2023 foram concretizadas várias medidas previstas no Plano para a Igualdade 2023 e definido o Plano para 2024.

De entre as medidas expressas, a implementação de um regime de trabalho flexível veio dar corpo ao objetivo de promover a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, como uma condição relevante para os profissionais, sobretudo as mulheres, poderem vir a assumir cargos de maior responsabilidade.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

A atividade e os padrões de comportamento que a Navigator adota respondem a critérios cada vez mais exigentes por parte dos seus *stakeholders* – quer nas relações internas, quer nas interações com as partes interessadas externas, pelo que os valores que norteiam a sua atuação – Confiança, Integridade, Empreendedorismo, Inovação, Sustentabilidade e Excelência – estão na base das diversas políticas, códigos e regulamentos que asseguram as suas práticas nas atividades e negócios.

A Navigator dispõe de um **sistema de compliance**, que visa reforçar a conduta empresarial Ética da empresa e *Stakeholders* e assegurar o cumprimento de requisitos legais aplicáveis, nomeadamente na perspetiva de prevenção da corrupção, da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo; do cumprimento de sanções internacionais; dos conflitos de interesses; da proteção de Direitos Humanos, e da proteção de dados pessoais.

Em 2023, destaca-se neste âmbito, para prevenir e mitigar os riscos enunciados, a aprovação pelo Conselho de Administração de um conjunto de **Políticas de Compliance**, composto por uma Política de Verificação de Integridade de Terceiros, uma Política de Cumprimento de Sanções Internacionais e uma Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (BCFT).

No que diz respeito à **prevenção da corrupção e infrações conexas**, foram implementados vários instrumentos internos para a prevenção de atos de corrupção e infrações conexas, dos quais se destacam a aprovação da **Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas** e implementação do **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)**.

Em 2023 foi promovida uma formação, que visou capacitar internamente as pessoas na Navigator no referente à prevenção da corrupção e infrações conexas.

INICIATIVA EM DESTAQUE

MAIS DE 2 200 COLABORADORES CONCLUÍRAM A FORMAÇÃO EM PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

A formação em Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, que a Área da *Compliance* desenvolveu em 2023, é reveladora da importância dada pela Empresa a estas matérias.

Disponível em formato *e-learning*, a formação é dirigida a todos os Colaboradores da Navigator e recorre a casos práticos para promover uma aprendizagem interativa da resposta que os instrumentos internos da Empresa oferecem em situações do quotidiano onde existe potencialidade para a prática de atos ilícitos. O objetivo é dar a conhecer e reforçar a importância destes instrumentos, estimulando o entendimento dos princípios neles vertidos.

Foram abordados nesta formação tópicos como a Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, a Política de Cumprimento de Sanções Internacionais, a Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e a Política de Verificação de Integridade de Terceiros. O Conflito de Interesses foi um dos temas que mereceram destaque, pelo reforço do controlo interno nesta temática. A formação em Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas foi concluída com aproveitamento por mais de 2 200 Colaboradores.

No que refere a temas de **Direitos Humanos**, em 2023, e na sequência da Política de Direitos Humanos aprovada no final de 2022, começaram a desenvolver-se procedimentos para a sua adequada aplicação, nomeadamente em matéria de auditoria, recrutamento e *procurement*, que asseguram a defesa de direitos fundamentais em toda a cadeia de valor e operações, a ser implementados no próximo ano.

No sentido de reforçar o compromisso com a **due diligence** em matéria de Direitos Humanos, a Navigator aderiu em 2024 ao UN Global Compact e irá participar no seu Business & Human Rights Accelerator Program. Pretende assim implementar um processo contínuo de *due diligence* alinhado com as exigências da futura Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade (CSDDD, na sigla em inglês).

Destaca-se ainda a contratação de uma plataforma de verificação da integridade de terceiros, em 2023, como parte do processo de *due diligence*.

INICIATIVA EM DESTAQUE

NAVIGATOR IMPLEMENTA NOVO SISTEMA DE VERIFICAÇÃO DA INTEGRIDADE DE TERCEIROS

Uma das Políticas internas de *Compliance* aprovadas, em 2023, pelo Conselho de Administração da Navigator diz respeito à Verificação de Integridade de Terceiros. No sentido de aplicar os seus princípios, foi contratada uma nova plataforma, que agrega bases de dados internacionais e tecnologia de análise de informação, visando a otimização da pesquisa de entidades e facilitando os processos de verificação de sanções internacionais.

A plataforma realiza verificações automatizadas e auditáveis, que englobam indicadores como a conformidade legislativa, a análise de riscos associados ao negócio e empresa, a monitorização de média adversa, as verificações de sanções internacionais, o *Global Slavery Index* e a identificação de Pessoas Politicamente Expostas (PEPs). Destaca-se ainda pela abrangente integração que é feita das componentes financeiras, ESG e de *Compliance*, por oferecer uma base de dados robusta e completa, especialmente nas áreas de *Compliance* e Sustentabilidade, pela facilidade de utilização e pela inclusão de um módulo específico relacionado com ESG.

A nova Política de Verificação de Integridade de Terceiros expressa o compromisso da Navigator com a prevenção e mitigação de riscos associados a práticas ilícitas e de fraude, nas suas relações com investidores, Colaboradores, fornecedores e clientes. Este Sistema de Verificação de Integridade de Terceiros desempenha um papel crucial neste contexto, ao oferecer as informações necessárias para uma análise abrangente e eficiente, que ajuda a proteger a Empresa e os seus *stakeholders* dos riscos inerentes à atividade.

Em 2023, a Navigator atualizou políticas e procedimentos, nomeadamente em matéria de **gestão de conflitos de interesses**, e reforçou os mecanismos de controlo interno no que respeita à identificação de situações de potencial conflito de interesses, através da implementação de um procedimento adicional de comunicação e verificação destas situações. Este novo procedimento incluiu o mapeamento dos Colaboradores que, por inerência das suas funções, se encontram em situações suscetíveis de originar conflitos de interesses, para, de seguida, identificar terceiros que possam vir a constituir partes relacionadas em transações com a Navigator, atualizando periodicamente esta análise. Procedeu também à atualização da sua **Política de Proteção de Dados Pessoais**, através da qual estabelece um conjunto de diretrizes destinadas a garantir o cumprimento do referido Regulamento e a padronizar os procedimentos relacionados com esta temática.

A Navigator assume o compromisso **de valorizar a diversidade, a equidade de género e a inclusão**, como forma de assegurar efetivamente a **igualdade de oportunidades** no contexto laboral.

Em 2023 foi aprovado um **novo modelo de governance** para a Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) com a identificação de uma responsável e um comité, a reportar à Administração, suportados por um grupo de trabalho multidisciplinar alargado. A decisão visou robustecer o modelo de diagnóstico, proposta e implementação de iniciativas e projetos internos neste domínio, tendo como objetivo reforçar a igualdade de género nas suas diferentes dimensões e as práticas do Grupo, bem como dar continuidade ao desenvolvimento de políticas facilitadoras da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Foram implementadas várias medidas previstas no “Plano para a Igualdade de Género 2023” e definido o **“Plano para a Igualdade 2024”**.

Adicionalmente, a Empresa continua a apostar no reforço das suas políticas e práticas de promoção da igualdade de oportunidades através de uma **cultura de meritocracia**, eliminando qualquer forma de discriminação e visando melhorar a distribuição da população em cargos de liderança. Os programas de formação e *coaching* são instrumentos disponibilizados a todos os Colaboradores – que incluem funções operacionais – que contribuem para apoiar as profissionais do género feminino com potencial no acesso a posições de liderança e alcançar um maior equilíbrio entre géneros em todas as funções da pirâmide organizacional. Um exemplo destas práticas é a nomeação, em 2023, de novas diretoras para áreas-chave na empresa, com efeitos a partir de janeiro de 2024.

Destaque-se que a Navigator desenvolveu um módulo específico de **formação** sobre temas de Igualdade e Diversidade, a implementar em 2024, e concedeu, a elementos-chave da organização, formação sobre “Enviesamentos Implícitos”, pelo GRACE. No que concerne ao reforço da cultura de igualdade entre mulheres e homens, foi celebrado o Dia Internacional da Mulher com a Campanha “Mulheres que nos Inspiram”.

Ao nível das **parcerias e participações externas**, refira-se que, em 2023, a Navigator integrou o novo grupo de trabalho para a Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) do BCSD Portugal e participou no “Estudo sobre DEI no meio empresarial português”, em parceria com a EY, que tem como objetivo caracterizar o nível de maturidade das empresas portuguesas e as práticas que têm em curso nesta matéria, com vista a contribuir para o caminho a percorrer. Manteve ainda outras parcerias e apoios a outras entidades.

SEGMENTO CIMENTO

AMBITION 2025

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Aprovar e implementar Políticas estruturantes para o <i>Governance</i> da Secil	Políticas desenvolvidas e aprovadas: (1) Política de Direitos Humanos; (2) Política de Prevenção da Corrupção; (3) Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo; (4) Política Fiscal; (5) Política da Livre Concorrência e (6) Política de Envolvimento com <i>Stakeholders</i>
Apoiar a igualdade de oportunidades e promover a diversidade nas decisões de gestão	3% de mulheres em cargos de gestão
14,5% de Colaboradores mulheres	13,7% de Colaboradores mulheres

No ano de 2023, para reforçar os compromissos assumidos para um desenvolvimento sustentável e uma conduta empresarial responsável, foram **desenvolvidas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Secil seis novas Políticas**, que vêm complementar as Políticas, Códigos e Regulamentos já existentes. Nomeadamente: (1) Política de Direitos Humanos; (2) Política de Prevenção da Corrupção; (3) Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo; (4) Política Fiscal; (5) Política da Livre Concorrência e (6) Política de Envolvimento com *Stakeholders*. O passo seguinte será estabelecer os processos necessários que garantam a conformidade de todos os envolvidos com as respetivas políticas e salvaguardar que qualquer desvio das mesmas seja identificado, tratado e resolvido, através dos procedimentos de reporte habituais ou do Canal de Integridade do Grupo Secil.

INICIATIVA EM DESTAQUE

POLÍTICA DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

A Secil está ciente de que os problemas de corrupção afetam todas as empresas, não estando imune a este fenómeno. Assim sendo, por meio desta política, são partilhados publicamente os compromissos assumidos pela Secil em matéria de combate e prevenção da corrupção, os quais pressupõem o cumprimento da legislação e regulamentação em vigor e aplicável às atividades desenvolvidas nas respetivas jurisdições.

Os compromissos foram estabelecidos tendo em consideração as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, nomeadamente a Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as oito convenções fundamentais da OIT e a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

A política inclui compromissos, tais como não realizar contribuições a favor de partidos políticos e não utilizar donativos ou patrocínios para influenciar decisões e obter vantagens ilícitas.

Cabe ao Conselho de Administração a adoção de medidas preventivas e corretivas e de procedimentos de avaliação de conformidade com esta política, com vista a identificar os principais impactos e riscos potenciais da atividade da Secil em matéria de corrupção.

A política prevê também a realização de ações de formação pela Secil aos Colaboradores, de forma a garantir a sua incorporação na respetiva cultura empresarial.

Na sua estratégia de sustentabilidade, a Secil incluiu pontos que considera estruturantes para o seu negócio no âmbito da diversidade, equidade e inclusão, nomeadamente no apoio à **igualdade de oportunidades e promoção da diversidade**.

Para além do roteiro de atuação, onde foram definidas ações específicas por geografia, como forma de atender às necessidades específicas de cada negócio, o Grupo Secil promoveu **ações de engagement transversais e a nível local, adaptadas a cada geografia**, sobre a temática DEI, envolvendo os Colaboradores. Destacam-se, entre estas, os *webinars* realizados para apresentar aos Colaboradores o foco da Secil na questão da equidade de género, que contou com convidados externos, e foi estendido aos homens, em 2023. Destacam-se ainda as Jornadas DEI, que visaram atualizar a organização sobre o foco do Grupo Secil nesta temática e envolver os Colaboradores nesta identificação e implementação de ações para endereçar este tema.

Para além de trabalhar a diversidade, equidade e inclusão, esta jornada, chamada DEIB, também incluiu o tema da **pertença**, em que o "B" se refere a *belonging*. Este é composto por cinco pilares: sentir-se bem-vindo, conhecido, incluído, apoiado e conectado.

Em 2023, o Grupo Secil passou a contar, pela primeira vez na sua história, com uma mulher na sua Comissão Executiva. Helena França, que se juntou ao Grupo em março de 2023 para atuar como Administradora e como CEO (ou *general manager*) da Unidade de Negócios de Portugal.

INICIATIVA EM DESTAQUE

RECRUTAMENTO INCLUSIVO (PORTUGAL)

Em 2023 a Secil definiu o seu *statement* de diversidade, que passou a incluir nos processos de recrutamento. Conscientes da importância de se promover uma cultura de diversidade e inclusão, em que todas as pessoas se sintam bem em serem elas mesmas, independente das suas diferenças, e por forma a apoiar a igualdade de oportunidades, a Secil estabeleceu este *statement*. Foi ainda realizada uma parceria com a Associação Salvador no âmbito do Projeto "Integração: Destino Emprego". Através deste projeto, a Associação Salvador garante o encaminhamento dos candidatos para as vagas de emprego, através da realização de um *match* entre o perfil dos candidatos e o perfil requerido.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

A ETSA dispõe, desde 2022, de um canal de denúncias para comunicação de eventuais práticas irregulares. O Canal de Denúncias concretiza o objetivo de dotar a ETSA de um mecanismo de comunicação interna de práticas irregulares, no qual as comunicações de irregularidades são submetidas num sistema eficaz, célere e idóneo à sua deteção, investigação e resolução, conforme com as regras de conduta estabelecidas pela ETSA e com os princípios de garantia do anonimato, confidencialidade, salvaguarda e não retaliação nas relações com os declarantes, cumprindo com as normas de proteção de dados e segurança da informação.

A **Política de Direitos Humanos e Laborais** na ETSA está espelhada na Carta de Compromisso assinada pela Administração, em dezembro de 2018, e divulgada a todos os trabalhadores da empresa e à comunidade em geral, através do site da empresa. Esta carta estabelece ainda a elaboração e divulgação de políticas internas de ética e código de comportamento, incluindo assédio e discriminação, promoção da diversidade e igualdade e combate à corrupção. Estabelece um compromisso com os Colaboradores em diversas vertentes:

1. Respeito pelos direitos laborais, nomeadamente no que concerne a rejeição de qualquer forma de trabalho forçado e trabalho infantil;
2. Pleno respeito pelo direito de associação e representação;
3. Promoção da prevenção, saúde e segurança de todos os Colaboradores, bem como o seu bem-estar físico e psicológico;
4. Programas de formação contínua que permitam a cada Colaborador explorar o seu potencial;
5. Acompanhamento e preparação dos Colaboradores para adaptação às exigências dos postos de trabalho do futuro.

Os vários tipos de fornecedores da ETSA são maioritariamente originários da União Europeia, o que permite alguma garantia relativamente ao cumprimento das condições de Direitos Humanos. No entanto, existem documentos na empresa que visam endereçar estes temas, nomeadamente:

- **Código de Ética e Conduta**, que dita as regras internas que devem regular todos os Colaboradores e as relações estabelecidas pela ETSA, de uma forma geral (versão em PT e versão em EN);
- **Código de Conduta para Fornecedores**, que rege as relações com fornecedores de forma mais focada e está disponível no site (versão em PT e versão em EN). Neste documento são estabelecidas as regras relativas ao respeito e promoção dos Direitos Humanos, conforme definidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, nas suas operações e promove a sua implementação na sua esfera de influência. A ETSA espera que os seus fornecedores façam o mesmo.

Existe ainda um documento que traça as linhas gerais de uma atuação sustentável – a **Carta de Compromisso**.

Nos próximos três anos, a ETSA tem prevista a avaliação dos Fornecedores nas vertentes de Direitos Humanos e Direitos Laborais.

Encontra-se igualmente em vigor na ETSA, o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, a Política de Direitos Humanos e a Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo.

4.4.2. CRIAÇÃO DE VALOR SUSTENTÁVEL

 GRI 3-3, 201-1, 204-1



OS NOSSOS IMPACTOS

2 912,1 Milhões de euros

VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO

2 395,7 Milhões de euros

VALOR ECONÓMICO DIRETO DISTRIBUÍDO

14 722 FORNECEDORES

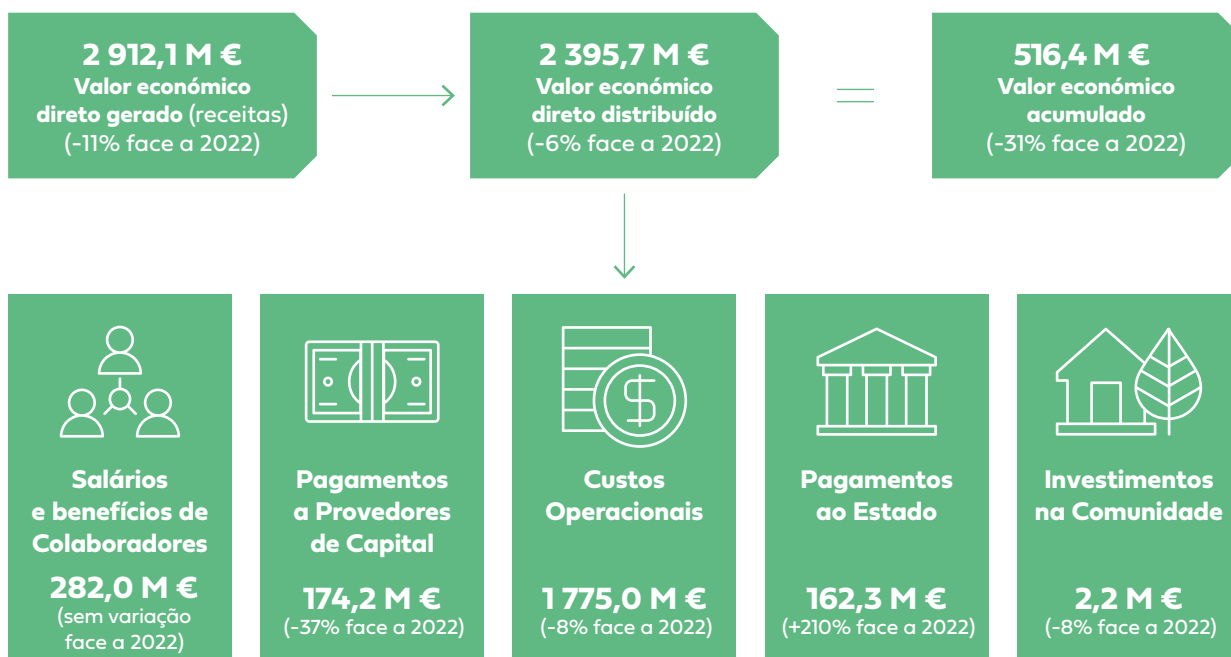
81%
NACIONAIS

30%

**DA DÍVIDA TOTAL
CONTRATADA COM CARIZ ESG**

A *Holding* é responsável pelo investimento em setores-chave da economia nacional e internacional, procurando equilibrar as exigências de criação de valor para os acionistas com os princípios de desenvolvimento sustentável e, deste modo, gerar valor para os seus diferentes *stakeholders*. A criação de valor sustentável é um tópico material que se reflete transversalmente nas diferentes atividades desenvolvidas quer pela Semapa *Holding*, quer pelas suas Participadas.

A forma como o Grupo cria e distribui valor económico ao longo da cadeia de valor reflete os impactos significativos que gera na sociedade e a forma como impacta na vida de milhares de pessoas, ilustrado através do valor monetário adicionado às economias locais, através da geração de produtos e serviços, pagamento de serviços de capital, salários, impostos, investimento comunitário, entre outros.



GRI 201-1

FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As empresas do Grupo têm dado passos importantes nas finanças sustentáveis, através da procura de opções de financiamento diretamente ligadas ao cumprimento de objetivos de desenvolvimento sustentável ou a indicadores de desempenho ESG – Environmental, Social and Governance. Esta opção permite às empresas do Grupo fazer uma escolha adequada, consciente e responsável dos termos do financiamento como, por exemplo, a seleção dos prazos, as condições de risco e o preço do financiamento, enquanto utilizam este mecanismo para potenciar investimentos relevantes que contribuam para os seus compromissos de sustentabilidade.

A dívida com cariz ESG do Grupo Semapa no final do ano representa cerca de 30% do total contratado e 25% do total utilizado (Cap. 3.3.1).

Através das suas Participadas, tem-se vindo igualmente a promover o trabalho em parceria e a apresentação de candidaturas a fundos comunitários, para alavancar a transição para uma bioeconomia, circular e de baixo carbono potenciando assim o seu contributo neste âmbito.

Assim, foi criado um **Grupo de Trabalho de Due Dilligence**, que iniciou atividade em setembro de 2023, composto por elementos das várias Participadas. O objetivo é a definição de critérios ESG para investimentos, o que resultará no desenvolvimento de um documento ou ferramenta de gestão, que permita a qualquer Colaborador do Grupo Semapa saber o procedimento e o conjunto de critérios não financeiros, ou ESG, que deverá recolher, aquando da análise estratégica de um investimento. Esta ferramenta destina-se, de modo particular, às equipas de investimento das várias empresas, independentemente de se tratar de um investimento orgânico, como a construção de uma nova fábrica ou componente, ou inorgânico, como a aquisição de uma nova empresa.

Considerando a especificidade do objetivo, assim como a diversidade de setores de atuação das empresas participadas, foi decidido recorrer a uma entidade externa para o enquadramento e definição dos critérios ESG, que foi selecionada em dezembro de 2023.

Prevê-se que, em 2024, decorra a realização do diagnóstico, via entrevistas aos principais *stakeholders* do projeto dentro do Grupo Semapa, assim como o mapeamento de tendências de mercado e regulatórias e a construção da ferramenta para *Due Dilligence* ESG.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

AGENDA E ROTEIRO 2030 – UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Garantir que as políticas de investimento e financiamento sustentável integram critérios ESG	
■ Atingir um rácio de financiamentos com cariz ESG igual ou superior a 70% até 2030	Novo objetivo definido em 2023.
■ Assegurar que o rácio Net Debt/EBITDA se mantenha inferior a 2,0x (contínuo)	Novo objetivo definido em 2023.
■ Dar continuidade à política de investimentos ESG no âmbito da gestão dos ativos do Fundo de Pensões (contínuo)	Novo objetivo definido em 2023.

No âmbito do Roteiro 2030 da Navigator, foi definido como compromisso garantir que as **políticas de financiamento e investimento sustentável** da Empresa integram **critérios ESG**, estando definidos vários objetivos associados (ver quadro).

A Empresa tem dado passos importantes nas finanças sustentáveis, através da concretização de financiamentos com condições de preço ligadas ao cumprimento de objetivos de desenvolvimento sustentável ou a indicadores de desempenho ESG que integram o Roteiro 2030.

A política de financiamento da Navigator reforça a adesão aos princípios de desenvolvimento sustentável – no final de 2023, 46% dos financiamentos da Navigator tinham cariz ESG¹⁵ – prevendo-se uma trajetória de aumento, com a realização de novos financiamentos ESG no futuro próximo, e a amortização dos antigos financiamentos.

INICIATIVA EM DESTAQUE

EMPRÉSTIMO DO BEI PARA ACELERAR A DESCARBONIZAÇÃO

O investimento em descarbonização e na sustentabilidade energética da Navigator deu mais um passo significativo com a contratação do financiamento de 115 milhões de euros com o Banco Europeu de Investimento (BEI), para a construção e operação de uma caldeira de recuperação de alta eficiência no Complexo Industrial de Setúbal.

Quando estiver em funcionamento, a nova caldeira vai permitir reduzir as emissões diretas de dióxido de carbono fóssil em cerca de 136 mil toneladas por ano, o equivalente a um quarto das emissões da Navigator registadas em 2022.

Este financiamento e as suas condições são fruto do reconhecimento, por parte do BEI, do papel que este projeto da Navigator tem na transição para uma economia circular, contribuindo para o Pacto Ecológico da UE. O BEI estabeleceu em 2019 um conjunto de objetivos para promover a sustentabilidade ambiental e é atualmente um dos maiores financiadores a nível mundial de projetos relacionados com a ação climática.

O empréstimo do BEI integra-se no Plano REPowerEU criado pela União Europeia para reduzir a dependência energética dos combustíveis fósseis russos, poupar energia, diversificar o aprovisionamento e acelerar a transição para as energias limpas.

¹⁵ A percentagem reporta-se ao valor contratado de financiamentos.

O Grupo está atualmente envolvido em quatro componentes (C5, C11, C12 e C16) das Agendas para a Inovação Empresarial, no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, que correspondem a um investimento elegível de cerca de 269 milhões de euros até 2026. Nos próximos dois anos, a Navigator continuará o forte nível de investimento, nomeadamente ao abrigo do PRR. Para os investimentos elegíveis neste âmbito, prevê-se uma taxa de incentivo de 38,8%, que corresponde a perto de 100 milhões de euros, tendo a Empresa recebido cerca de 21 milhões em 2023. Entre as agendas PRR, refira-se a agenda *From Fossil to Forest* – Produtos de Embalagem Sustentáveis para Substituição do Plástico Fóssil –, a agenda de Descarbonização e a agenda *Transform*.

Importa igualmente salientar que está instituída uma **Política de Investimento Responsável do Fundo de Pensões da Navigator**. O objetivo de que todos os seus ativos estejam associados a critérios ambientais, sociais e de governo das Sociedades (ESG) foi reforçado pelas alterações introduzidas em 2022 no contrato de gestão do Fundo de Pensões da Navigator. O Fundo prossegue uma política de investimento responsável, procurando contribuir para a sustentabilidade do mercado como um todo no longo prazo.

SEGMENTO CIMENTO

AMBITION 2025

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Ter em 2025 pelo menos 50% de linhas de financiamento com cariz ESG no total das linhas contratadas	34% do total da dívida contratada com cariz ESG

A Secil tem dado passos importantes nas finanças sustentáveis, através da procura de opções de financiamento diretamente ligadas a projetos verdes ou ao atingimento de indicadores de desempenho ESG – Environmental, Social and Governance.

Exemplo disso foi o lançamento, em 2022, do pedido de proposta a diversos bancos para emissão de obrigações verdes.

No início de 2023 a Secil realizou a primeira contratação de financiamento verde, por via de dois empréstimos obrigacionistas, denominados “Obrigações Verdes Secil 2030 – taxa fixa” e “Obrigações Verdes Secil 2030 – taxa variável”, destinados ao (re)financiamento do Projeto Clean Cement Line (CCL), nos termos do seu *Green Bond Framework*.

INICIATIVA EM DESTAQUE

SECIL CONTRATA FINANCIAMENTO VERDE PARA O PROJETO CCL

Depois de um investimento de 86 milhões de euros no projeto CCL, em execução na fábrica do Outão, em Setúbal, nos termos do seu *Green Bond Framework*, a Secil contratou um financiamento verde, no valor de 75 milhões de euros, através de dois empréstimos obrigacionistas verdes.

Este passo fez com que a Secil se tornasse na primeira cimenteira europeia a contratar este tipo de financiamento associado a um projeto específico.

Os restantes 11 milhões de euros, que perfazem a totalidade do investimento no projeto, foram financiados por capital próprio e fundos europeus provenientes do Portugal2020.

Outro passo relevante foi a divulgação, em julho de 2023, do **Sustainability Linked Financing Framework**, que enquadra o financiamento sustentável a contratar em Portugal, Brasil e Tunísia.

A 31 de dezembro de 2023, o financiamento com cariz ESG no Grupo Secil representava 34% do total de linhas contratadas, o que se materializa na contratação de três linhas de financiamento com cariz ESG em Portugal e duas no Brasil, num total equivalente a 209 milhões de euros. Este montante representa um avanço muito significativo para o cumprimento do objetivo do Grupo definido de atingir 50% de financiamento com cariz ESG no total de linhas contratadas em 2025.

RECONHECIMENTO EXTERNO DO COMPROMISSO DO GRUPO COM A SUSTENTABILIDADE

O compromisso com a sustentabilidade é comprovado pela constante procura de melhoria dos desempenhos ESG por parte das empresas do Grupo, aspeto esse que se comprova através dos resultados das avaliações externas realizadas.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

No segmento Pasta e Papel, a Navigator voltou a ver reconhecida no seu desempenho ESG por várias entidades independentes, nomeadamente, a **Sustainalytics, que classificou a Empresa novamente como “Empresa de Baixo Risco ESG” para investidores**, tendo, em 2022, atribuído a distinção de ESG Industry Top Rated company.

Em 2023, a Navigator **foi reconhecida pelo MSCI ESG Ratings com a classificação “A”**. Este *rating* visa medir a resiliência de uma empresa aos riscos ESG de longo prazo. As empresas são pontuadas numa escala AAA-CCC, relativa ao setor de atividade onde se insere (Papel e Produtos Florestais), nos temas-chave mais relevantes e com base no seu modelo de negócios.

Foi ainda reconhecida como empresa líder em ação climática, tendo sido distinguida com a classificação (“A-”) no **CDP Climate Change** e no **CDP Forest** (Cap. 4.2.2.).

Merece destaque a **aprovação das metas de redução de emissões de gases com efeito de estufa pela SBTi – Science Based Targets initiative** (Cap. 4.2.2.), como reconhecimento da ambição assumida na procura de soluções para o desafio climático, em linha com a ciência.

O compromisso com a sustentabilidade traduz-se, também, na excelência nas práticas de reporte, o que fica patente na melhoria que a Navigator obteve no *score* do **“Reporting Matters 2023”**, uma iniciativa do WBCSD e da Radley Yeldar (RY), com **destaque para a 3.ª (terceira) posição que ocupa** no grupo de empresas de *Basic Resources*. A Empresa foi igualmente destacada como boa prática empresarial pelo Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (iniciativa da Universidade Católica Portuguesa).

RESPONSABILIDADE NA CADEIA DE VALOR

Através de uma atuação ética e transparente, marcada por uma profunda consciência social e ambiental – em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (Cap. 4.1.3.) – e relação de proximidade com os diferentes grupos de *stakeholders* (Cap. 4.1.5.), o Grupo compromete-se a gerar e partilhar valor ao longo da cadeia de valor, indo além da dimensão económica – impactando igualmente os seus *stakeholders* sob diferentes formas, nas dimensões social e ambiental. Destaca-se no esquema abaixo algumas das principais formas de criação de valor sustentável do Grupo, remetendo-se para os capítulos das informações ambientais, sociais e governação, assim como para os relatórios das Participadas Navigator e Secil, para informação mais específica.

CRIAÇÃO DE VALOR DE LONGO PRAZO PARA OS NOSSOS PRINCIPAIS STAKEHOLDERS



INVESTIDORES E ANALISTAS

- Redução de riscos
- Adoção de melhores práticas de governo societário
- Comunicação transparente e regular
- Otimização operacional
- Otimização de ativos
- Aquisições geradoras de valor
- Aumento das receitas, valorização das ações e distribuição regular de dividendos



EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

- Criação de modelos de negócio mais resilientes e sustentáveis
- Investimento em IDI
- Partilha de valores e de boas práticas
- Exploração de todas as oportunidades de economia circular na cadeia de valor das empresas



COLABORADORES

- Estabilidade laboral
- Pagamento de salários, prémios de desempenho
- Benefícios e apoio à família
- Capacitação e desenvolvimento profissional
- Criação de condições de trabalho seguras e promotoras do bem-estar
- Sensibilização para cuidados de saúde e medicina preventiva
- Partilha de valores e promoção do sentido de propósito



PRESTADORES RELEVANTES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

- Contratação de fornecimentos e prestação de serviços e pagamentos nos termos acordados
- Geração de emprego e dinamização do tecido empresarial nacional
- Partilha de valores e de boas práticas



INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

- Perfil de risco de crédito consistente
- Comunicação transparente e regular
- Pagamentos nos termos acordados



ORGANISMOS OFICIAIS DE SUPERVISÃO E REGULAÇÃO

- Política fiscal responsável, com impacto na receita fiscal dos países
- Dinamização do tecido empresarial nacional e promoção das exportações
- Contribuição para o alcance das metas de neutralidade carbónica do País com propostas/planos de ação concretos



COMUNIDADE

- Contribuição para a mitigação dos riscos das alterações climáticas
- Geração de empregos
- Geração e divulgação de conhecimento
- Capacitação de jovens talentos
- Investimento comunitário
- Redução dos impactos das emissões atmosféricas, ruído e odores, e da geração de resíduos
- Redução dos impactos da captação de água e das emissões líquidas na disponibilidade de água



ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

- Contribuição para o desenho de soluções partilhadas para desafios económicos, ambientais e sociais do setor, das regiões e do País
- Participação ativa em projetos de desenvolvimento e apoio

Apresenta-se de seguida os principais contributos para a criação de valor no que diz respeito a fornecedores e clientes.

FORNECEDORES

Em 2023, e para a totalidade do Grupo Semapa, foram despendidos 2,4 milhões de euros em fornecimentos e prestações de serviços, que representam um decréscimo de 2% face ao ano anterior, na sua grande maioria fornecedores nacionais (72% em volume de compras).

A magnitude deste valor reflete a relevância dos impactos – económicos, mas também sociais e ambientais –, inerentes às políticas e decisões de compras do Grupo. Conscientes da capacidade de influência por esta via e como parte da conduta empresarial responsável do Grupo Semapa, é preocupação crescente das empresas participadas contribuir para minimizar riscos ESG associados e promover a adoção de boas práticas.

Entre as práticas das empresas participadas refira-se a existência de **códigos de conduta para fornecedores** e a definição de **critérios de qualificação**, entre outros. Em conformidade com as certificações de que dispõem as empresas, estas estão empenhadas em **exercer a sua capacidade de influência**, envolvendo e sensibilizando cada vez mais os diversos fornecedores (incluindo prestadores de serviços e subcontratados) para aspetos críticos ligados à segurança, ambiente, integridade do negócio, qualidade, entre outros.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

AGENDA E ROTEIRO 2030 – UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Garantir que toda a madeira provém de fontes credíveis (esquemas de certificação FSC ou PEFC, ou de origem controlada)	
Promover a certificação da cadeia de custódia de todos os nossos fornecedores de madeira até 2030	92%
Assegurar que o consumo de madeira pela Empresa incorpora no mínimo 80% de madeira certificada até 2030	69%
Aumentar o leque de Fornecedores com avaliação em critérios ESG	
Avaliação de desempenho ESG (descarbonização, gestão de água e respeito pelos direitos humanos) para fornecedores materialmente relevantes ¹⁶ até 2025	
■ 100% para fornecedores de químicos e embalagem	Novo objetivo definido em 2023
■ 80% para fornecedores de logística e transporte	Novo objetivo definido em 2023
Promover a avaliação financeira de fornecedores materialmente relevantes ¹⁶ , numa base anual, para garantir a sustentabilidade de abastecimento à Navigator	Novo objetivo definido em 2023.
Promover práticas de sustentabilidade na Cadeia de Fornecedores	
100% de novos contratos cobertos pelo Código de Conduta para Fornecedores da Navigator até 2026	Novo objetivo definido em 2023.
Definir um programa para apoiar o desenvolvimento de planos de descarbonização, gestão da água e respeito pelos direitos humanos dos nossos fornecedores até 2026	Novo objetivo definido em 2023.
Promover parcerias para a utilização de meios de transporte mais sustentáveis (próprios e dos fornecedores) até 2026	Novo objetivo definido em 2023.

O impacto da gestão sustentável da cadeia de fornecedores na Navigator assumiu relevo na última análise de materialidade pelo seu impacto, não só ambiental como também social. A Navigator está consciente do impacto das suas políticas de compras na criação e distribuição de valor e empenhada em estabelecer relações de parceria e estimular uma mudança positiva. A estes fatores, aliam-se a importância de assegurar uma **cadeia de Fornecedores resiliente e capaz de dar resposta às necessidades da Empresa**, por forma a assegurar a continuidade e sucesso do negócio. Tendo estes aspetos em mente, a Navigator definiu um conjunto de compromissos e objetivos no âmbito do Roteiro 2030 (ver quadro).

Como documentos estruturantes neste âmbito refira-se o Código de Conduta para Fornecedores, as Políticas de *Compliance* e a Política de Direitos Humanos (Cap. 4.4.1.), que preveem a implementação de procedimentos de **due diligence**, tendo-se em 2023 contratado um **sistema de verificação da integridade de terceiros** (Cap. 4.4.1.).

¹⁶ Fornecedores materialmente relevantes – representativos de cerca de 80% do volume total de compras (spend) de químicos e embalagens; Fornecedores materialmente relevantes – representativos de cerca de 80% do volume de transportes (em número)

Acrescem ainda algumas práticas específicas das diferentes áreas responsáveis pela relação com os Fornecedores, adaptadas às necessidades e realidade dos fornecimentos e prestação de serviços – tais como o pagamento por *confirming*. Também para os trabalhadores da cadeia de valor, que laboram ou se deslocam às instalações fabris, estão definidos um conjunto de critérios e práticas para salvaguarda da sua segurança.

Com a missão de contribuir para o estreitamento dos laços comerciais entre a Navigator e os seus principais Fornecedores, destaque-se o “**Supplier’s Day**” – importante iniciativa para promover a melhoria contínua da cadeia de abastecimento, nas áreas de redução de custos de matérias-primas, melhoria de eficiências industriais e sustentabilidade – entre várias outras iniciativas que visam o envolvimento e sensibilização dos fornecedores.

Importa relevar o trabalho desenvolvido pela Navigator, assente na **criação e partilha de conhecimento e no estabelecimento de parcerias**, ao longo da cadeia de valor – com Proprietários e Associações Florestais, Associações de Empresas, Fornecedores, Autoridades Locais e outros agentes das Comunidades. A Navigator investe em programas de apoio ao aumento da gestão florestal sustentável, certificada, e de apoio aos proprietários florestais, indo além das áreas sob a sua gestão direta e ambicionando abranger um maior número de proprietários – incentivando-os a adotar boas práticas e a investir na conservação dos valores naturais e socioculturais do território.

Neste âmbito, são promovidas iniciativas que procuram responder às necessidades individuais dos parceiros florestais a nível nacional, não se cingindo apenas aos produtores com quem a Navigator trabalha. A Navigator tem vários **programas de apoio aos produtores florestais em Portugal**, dos quais se destaca o recém-criado Clube dos Produtores Florestais, um projeto-piloto para potenciar a reflorestação, com o intuito de reduzir as áreas sem gestão (e com maior risco de incêndio). Também em Moçambique são promovidas iniciativas para apoio aos produtores florestais, incentivando a melhoria das práticas de gestão de recursos naturais nas áreas onde atuam, destacando-se a participação no **programa de fomento florestal** do Governo moçambicano.

A ligação da Navigator à **comunidade dos Produtores Florestais** foi também reforçada em 2023 através de diversas outras iniciativas que visam estimular a **partilha de conhecimento e a capacitação dos stakeholders** ligados à floresta. Estas iniciativas e conteúdos são desenvolvidos conjuntamente pelo RAIZ e a área de Fomento Florestal da Navigator Forest Portugal.

Refira-se que as metas de redução das emissões de CO₂, aprovadas em 2022 pela *Science Based Targets initiative*, envolvem a ambição de diminuir as emissões de carbono de âmbito 3, associadas à sua cadeia de valor, pelo que há uma aposta em **alternativas ao transporte rodoviário**, nomeadamente recorrendo à ferrovia e transporte marítimo. A otimização dos fluxos de *inbound* e *outbound* é uma das linhas de ação que a Empresa desenvolve e pretende consolidar, procurando, em cada fluxo logístico, a maior eficiência operacional e menor custo entre as diferentes origens-destinos.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

CLUBE PRODUTORES FLORESTAIS: PELO FUTURO DA FLORESTA

O **Clube Produtores Florestais**, uma das iniciativas mais inovadoras dirigidas a todos os que vivem da floresta em Portugal, foi lançado pela Navigator em novembro de 2023 e chegou ao final do ano com mais de 100 membros. Um número revelador da necessidade que existia no país de um movimento no sentido da capacitação e aumento da competitividade dos agentes da fileira florestal.

Promover o aumento da área de floresta bem gerida, combater o abandono, incrementar o valor do setor florestal e torná-lo atrativo, favorecendo assim o seu rejuvenescimento, são os grandes objetivos do Clube. Atuar em escala e de forma colaborativa é um caminho incontornável para conseguir atingir os objetivos. Um caminho que passa também pela aposta na capacitação e desenvolvimento dos vários agentes, tanto através da inovação dos meios mecânicos como da atração, valorização e retenção de recursos humanos.

Ao aumentar a área de floresta bem gerida, o Clube Produtores Florestais vai também oferecer ganhos ambientais e sociais: a diminuição do risco de incêndios, a redução das emissões de CO₂ e o aumento do seu sequestro, a promoção da biodiversidade, com mais áreas de conservação, e a dinamização da economia no interior do país, combatendo a desertificação.

SEGMENTO CIMENTO

AMBITION 2025

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
100% avaliação de fornecedores críticos ESG	10% dos fornecedores da geografia Portugal são potencialmente ESG críticos
Aplicação do Código de Conduta para Fornecedores, garantindo o cumprimento dos princípios internacionais dos direitos humanos	Aplicação do Global Procurement Handbook, Política de Compras para Portugal e Código de Conduta dos Fornecedores
Avaliação adequada da base de fornecedores Secil, permitindo a implementação de medidas eficazes no âmbito da gestão sustentável da cadeia de abastecimento	A implementar em 2024

Em 2023, a Secil **registou um aumento de cerca de 18% face ao ano anterior em produtos e prestações de serviços**, que refletem a relevância dos impactos económicos, mas também sociais e ambientais, inerentes às suas decisões de *procurement*. O facto de cerca de **89% dos seus fornecedores serem de origem local** permite que a Secil contribua de forma determinante para a economia e geração de emprego nas comunidades onde atua, impactando positivamente as mesmas.

Durante ano de 2023, a área de *procurement* da Secil alcançou marcos importantes na sua trajetória de transformação, dando **sequência à implementação das iniciativas estabelecidas no âmbito do pilar “Operational Performance”, da sua estratégia de negócios para 2025**. Dentre os principais objetivos definidos para *procurement*, destacam-se: (1) Estruturação de um departamento global, com alcance em todas as geografias, unidades de negócio e custos; (2) Implementação de um modelo operacional robusto, através de equipas multidisciplinares e focadas em gestão estratégica de categorias transversais a todo o Grupo; (3) a excelência operacional via transformação digital, rotinas eficientes de gestão de dados e indicadores, e melhoria contínua de processos; (4) Foco em poupanças recorrentes e valor total acrescentado na contratação de bens e serviços, visando a melhoria da gestão de riscos e sustentabilidade da cadeia de valor.

O ano ficou ainda marcado pelo **estabelecimento dos diversos documentos desenvolvidos** em 2022 – *Global Procurement Handbook*, Política de Compras para Portugal e Código de Conduta dos Fornecedores. As equipas de *procurement* nas diversas geografias estiveram orientadas para a cooperação e alinhamento dos métodos de trabalho, gestão global de categorias e melhoria de diversos indicadores internos de *performance* (*Key Performance Indicators – KPI*).

Em 2023 foi ainda iniciada a **entrega do Sustainable Procurement Roadmap**, o qual detalha iniciativas globais e práticas sustentáveis aplicáveis a toda a cadeia de fornecimento, promovendo ativamente rotinas responsáveis, em linha com os objetivos de longo prazo do Grupo Secil.

INICIATIVA EM DESTAQUE

GRUPO SECIL: EXCELÊNCIA EM PROCUREMENT

Em 2023, a Secil observou uma importante evolução na aplicação das diversas ferramentas e processos de *Procurement*, garantindo o foco na excelência operacional e gestão estratégica de categorias. Mais de 170 fóruns colaborativos aprovaram aquisições de bens e serviços através do processo *Sourcing Committee*, garantindo transparência e abordagem estruturada para todas as compras acima dos 50 000 euros. Este mecanismo permitiu um fluxo mais eficiente, com maior colaboração e alinhamento estratégico entre *Procurement* e áreas requisitantes.

Diversas revisões de estratégia de categoria foram entregues em 2023, utilizando *templates* adequados ao mapeamento de riscos e oportunidades, face aos diversos aspetos que compõem o foco da Secil para a criação de valor nas diferentes unidades de negócio do Grupo. Seleccionadas de entre as categorias com maior impacto no negócio, as estratégias alinhadas em 2023 cobrem cerca de 20% do gasto global, permitindo o mapeamento de iniciativas estratégicas, com ações de médio e longo prazos.

Ainda com foco na excelência operacional, diversas medidas foram implementadas para a melhoria de gestão de *performance* de indicadores, o que permitiu o fecho do ano dentro dos objetivos estabelecidos para o atendimento a requisições e ordens de compra. Através de reuniões regulares e utilização eficiente de dados e indicadores, o departamento conta hoje com ferramentas para uma melhor gestão de recursos e planeamento de compras. Reuniões semanais foram realizadas para avaliação e discussão de potenciais riscos de fornecimento ou aumento de preços.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

No segmento de Outros Negócios – ETSA, existem fundamentalmente **dois grandes grupos de fornecedores** principais, podendo dividir-se entre **fornecedores de matéria-prima e de restantes produtos e serviços**.

No primeiro caso, e uma vez que a matéria-prima para o negócio da ETSA é um bem escasso, não é concursada a seleção deste tipo de fornecedores. No entanto, existe uma **procura ativa por parte da empresa de novos fornecedores**, e uma busca para tentar chegar a um acordo comercial com o maior número possível, embora a rotação com este tipo de fornecedores seja reduzida, existindo uma certa estabilidade – entre 11 a 12 mil fornecedores no universo da ETSA. Estes são acompanhados pela equipa comercial, através de interações, cuja frequência varia de acordo com a sua relevância – pode variar entre um contacto diário e um contacto trimestral.

No segundo caso de fornecedores, **são em maior número porque existe maior rotatividade**. Para um número significativo de produtos e serviços adquiridos, esta seleção é feita através de concurso, cuja duração média de contratos é de aproximadamente dois anos, podendo variar. Este procedimento de sondagens regulares ao mercado permite conhecer diferentes realidades, aprimorar as boas práticas e tentar obter as condições comerciais mais ajustadas às praticadas no mercado. Os critérios de seleção até à data têm tido um carácter eminentemente comercial (preço, qualidade do produto e capacidade/prazos de entrega). Dentro deste tipo de fornecedores ainda pode haver uma nova divisão, entre os de (1) domínio industrial e de (2) domínio não industrial. Para o primeiro caso (1), há maior constância, uma vez que estão relacionados com as marcas dos equipamentos, pelo que existe um maior condicionamento aquando desta seleção, sobretudo motivada pela escassez deste tipo de fornecedores especializados e com selo de qualidade. No segundo caso (2) há menores constrangimentos, podendo mesmo haver sinergias dentro do Grupo Semapa.

O ano de 2023 trouxe desafios diferentes. Por um lado, houve a necessidade de seleccionar fornecedores de produtos e serviços que assegurassem o desempenho desejado para a nova fábrica em Coruche – ETSA ProHy (Cap.4.4.3); por outro, a necessidade de equipar a nova unidade intermédia de congelação nos Açores, cuja construção terá início em 2024 e que representa um desafio pela sua insularidade. Teve ainda início a recolha de matéria-prima em Espanha, para a unidade de Loures.

CLIENTES

As empresas do Grupo Semapa apostam no desenvolvimento de soluções e produtos inovadores (Cap.4.4.3), em linha com vários dos desafios que a sociedade enfrenta – nomeadamente as alterações climáticas, perda de biodiversidade, escassez de recursos –, e indo ao encontro das necessidades e expectativas dos seus clientes (e consumidores), contribuindo, deste modo, para a promoção e transição para uma bioeconomia, circular e de baixo carbono.

Desenvolvem igualmente **iniciativas que lhes permitam estar mais próximas dos clientes, fidelizá-los e tornar a sua experiência cada vez mais enriquecedora e satisfatória**. Entre estas práticas destacam-se a realização de estudos de mercado, de *focus groups*, entrevistas, *webinars*, entre outros.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

AGENDA E ROTEIRO 2030 – UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Cultivar relações duradouras com os clientes através da escuta ativa e do desenvolvimento de iniciativas conjuntas para responder de forma eficaz às suas necessidades	
Manter ou aumentar a Satisfação do Cliente (ISC)	Novo objetivo definido em 2023.
■ UWF: ISC > 90% até 2030	
■ Packaging: ICS a definir após realização do primeiro questionário em 2025	
■ Tissue: ISC > 70% até 2030	
■ Pasta : ISC > 63% até 2030	
Ampliar o número de produtos certificados com rótulo de certificação florestal ou EU Ecolabel	
Manter ou aumentar vendas de produto com selo ambiental (Ecolabel ou FSC ou PEFC)	Novo objetivo definido em 2023.
■ UWF : > 70% até 2030	
■ Packaging: > 60% até 2030	
■ Tissue: > 99% até 2030	
■ Pasta : > 80% até 2030	

A gestão dos clientes é essencial para o sucesso da Navigator, pelo que impacta diretamente a estratégia e modelo de negócio. Por esse motivo, aposta no acompanhamento das tendências de mercado e em ouvir os clientes para desenvolver **soluções e produtos inovadores**, adaptados às suas necessidades e expectativas, assim como em conseguir oferecer à Sociedade **alternativas sustentáveis e com menor impacto ambiental face a produtos não renováveis**.

Pela necessidade de dar resposta à atenção e valorização por parte de legisladores e consumidores dos atributos de sustentabilidade do produto, origem e fabrico, assim como da respetiva embalagem, a Navigator tem colaborado, no âmbito da sua participação na CEPI, na disponibilização de uma metodologia de análise de ciclo de vida completo, adequada ao produto papel, que consegue garantir comparabilidade. Adicionalmente, no início de 2024, decidiu aderir ao **projeto-piloto da Comissão Europeia sobre o Regulamento Anti-Desflorestação da União Europeia (EUDR)**, o que demonstra total transparência e apoio da Empresa no combate à desflorestação do planeta.

Para além dos créditos de qualidade, inovação e sustentabilidade associados aos produtos da Navigator, mencione-se a garantia adicional aos Clientes e Consumidores dada através do rótulo da certificação florestal e/ou do EU Ecolabel presentes nos produtos.

Neste âmbito as vendas de produtos com certificação (Ecolabel, FSC® ou PEFC) têm vindo a adquirir uma expressão relevante, representando 64,2% dos produtos vendidos (inclui UWF, Pasta, Tissue e Packaging).

No setor das **embalagens**, desenvolve várias soluções sustentáveis, desde os produtos com a marca gKraft™ (papéis de embalagem em três macrosegmentos – BAG, FLEX e BOX – para sacos de papel, embalagens flexíveis, caixas de cartão canelado para produtos de valor acrescentado e embalagens alimentares), aos artigos de celulose moldada (para embalagens rígidas no mercado de *food service* e *food packaging*). De referir que as soluções inovadoras para embalagens valeram à Navigator o IRGA Awards – na categoria “Transformation Award – Projetos de transformação e de inovação com impacto no mercado”.

Nos **papéis tissue** têm crescido novos segmentos com atributos especiais de índole disruptiva – sabão para desengordurar superfícies, absorção de gorduras nos fritos, essências para perfumar o ambiente, entre outros. Destacam-se como exemplo de produtos: Amoos AirSense™ (papel higiénico), Amoos Naturally Soft™ (guardanapos e papel higiénico), Amoos Aquactive™ (multiusos) e Amoos Calorie Control™ (rolo de cozinha).

SEGMENTO CIMENTO

Os clientes são um dos pilares fundamentais da estratégia da Secil, pelo que o seu compromisso está expresso no Ambition 2025.

A proximidade com o mercado permite uma maior integração de sustentabilidade na cadeia de valor através da estreita colaboração com os clientes no desenvolvimento de soluções e produtos sustentáveis. Neste sentido e para compreender e acompanhar as perceções dos clientes, a Secil recorre ao **NPS – Net Promoter Score**, um indicador-chave de desempenho que ajuda a medir sistematicamente a satisfação do cliente e a monitorizar as suas experiências de compra em todos os segmentos de mercado e em todos os países onde opera.

Em 2023, um bom exemplo de sucesso de novos produtos sustentáveis foi o **Betão Verdi Zero**, que foi eleito pelos consumidores portugueses como Produto do Ano 2023 – prémio **ConsumerChoice**, na categoria **de Produtos Sustentáveis** e é o primeiro betão neutro em carbono de Portugal.

Em 2023 lançou o programa “Secil Elevate”, **programa de retenção de clientes** totalmente **digital**. O objetivo deste programa é aumentar o nível de satisfação, retenção e conhecimento dos clientes diretos nas suas quatro áreas de negócio em portal: cimento, betão, argamassas e agregados.

Releva-se ainda neste ano o *kick-off da nova estratégia de Redes Sociais Secil*, em linha com a unificação da experiência digital, passando a comunicar como “Grupo Secil”. Esta tem o objetivo de reposicionar a presença da Secil nas redes sociais e tem foco num tom de voz único, que se destaque em temas de sustentabilidade, notoriedade da marca, valorização de produtos/serviços, *employer branding* e cultura Secil. Visa apresentar conteúdo autêntico e consistente que fomente uma comunidade ativa.

INICIATIVA EM DESTAQUE

CONEXÃO SUPREMO

O Conexão Supremo, no Brasil, tem como objetivo aproximar e conectar a empresa cada vez mais com os clientes e saber o impacto que o trabalho tem sobre eles. Procura-se entender as suas necessidades, desejos e aspirações, para que se possam oferecer soluções personalizadas e experiências excecionais.

Na prática, o Conexão permite que as pessoas das áreas de apoio, como departamentos de recursos humanos, financeiro, fábrica, logística, CRC (Centro de relacionamento com o cliente), administração de vendas, entre outros, acompanhem os gestores de vendas em visitas a clientes durante um dia.

Desde o lançamento do projeto, que decorreu em abril de 2023, mais de 40 Colaboradores participaram e conheceram clientes de diversas regiões em que a empresa atua.

Mais do que apenas transações comerciais, a empresa procura estabelecer relações de confiança e proximidade com os seus clientes, de modo a perseguir o objetivo Ambition 2025, o de ser o fornecedor preferido dos clientes no ramo do cimento.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

Para a ETSA, a **segurança alimentar, a qualidade e a sustentabilidade** são cruciais para garantir que os seus produtos acabados atendem a padrões elevados e são seguros para o consumo animal, respeitando o meio ambiente, e sendo produzidos de forma socialmente responsável e investindo no controlo de qualidade e inovação, como parte da sua identidade. Saliente-se que os produtos e soluções da ETSA contribuem para a redução do consumo de recursos naturais, estando sustentado no conceito da economia circular, permitindo o posicionamento da empresa como um operador de referência em setores tão variados como o **pecuário, distribuição, alimentação animal, combustíveis, fertilizantes ou aquacultura**.

Refira-se a importância da matéria-prima para garantia da qualidade dos produtos finais e para o desempenho ambiental das unidades fabris. Neste âmbito, a eficiência da **logística da recolha dos subprodutos** – nas instalações dos fornecedores, até às unidades fabris da ETSA, onde são processadas –, desempenha um importante papel, ao permitir reduzir o tempo até se iniciar o processamento.

Em 2023, o departamento de logística da ETSA investiu em novas viaturas para a recolha da matéria-prima, o que permitiu aumentar a fiabilidade da frota, reduzindo os atrasos na recolha dos subprodutos da cadeia alimentar, transportar a matéria-prima com melhor qualidade até às instalações da empresa para processar e desta forma garantir a qualidade do produto acabado.

Por forma a garantir a **rastreabilidade da matéria-prima recolhida e processada** assim como dos produtos finais, a ETSA tem implementado um sistema informático que garante a identificação da origem da matéria-prima por fornecedor e por categoria, e também do produto acabado, de forma a garantir a segurança do produto e o cumprimento com as normas regulamentares.

Além destes aspetos, todo o processo industrial é regulado e fiscalizado pelas autoridades competentes, que efetuam várias auditorias por ano.

De forma a assegurar o cumprimento dos requisitos regulamentares e a melhorar a segurança e qualidade, a ETSA tem implementado um sistema de **controlo de qualidade HACCP** (Hazard Analysis and Critical Control Point ou Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos), auditado por uma empresa externa e que garante a segurança alimentar, a identificação e o controlo de potenciais perigos no produto final. Com vista a assegurar a eficácia do sistema de HACCP, existe um plano de controlo analítico, no qual são realizadas regularmente análises aos produtos finais, que possibilitam ações corretivas e garantem a qualidade aos clientes finais.

Adicionalmente, destaca-se o facto de várias empresas do grupo ETSA possuírem **certificação ISCC** (International Sustainability & Carbon Certification), que garante a sustentabilidade e a redução das emissões de gases com efeito de estufa no processo de produção de biodiesel. Esta certificação é atribuída e auditada por uma empresa acreditada externa.

Saliente-se que em 2023 não foi recebida qualquer **reclamação** relativa ao produto final, o que vem relevar a eficácia na implementação do sistema de controlo existente. Para a obtenção destes resultados, é essencial a **formação contínua** que a ETSA dá aos Colaboradores, por forma a assegurar que a equipa compreende e implementa adequadamente os procedimentos associados ao HACCP, ISCC, rastreabilidade e controlo de qualidade.

Durante o ano de 2023, a ETSA investiu em novos equipamentos que permitiram um melhor desempenho operacional, o que resultou num melhor **rendimento no processamento de matéria-prima**. Além dos novos equipamentos instalados, houve uma reestruturação na automação fabril, o que veio facilitar a operação dos equipamentos por parte dos operadores de linha.

Na Sebol, em Loures, iniciou-se em 2023 o arranque de uma segunda linha de processamento de matéria-prima, que permitiu o aumento do portefólio de produtos acabados. Neste mesmo ano, o laboratório central da ETSA, no sentido de aumentar a eficiência do controlo de qualidade, investiu no reforço da equipa de analistas, assim como na aquisição de novos equipamentos para o controlo interno analítico dos seus produtos e respetiva instalação na unidade fabril de Coruche.

INICIATIVA EM DESTAQUE

INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ANÁLISE EM CONTÍNUO POR INFRAVERMELHOS (NIR)

Em 2023, a aquisição e instalação do equipamento de análise de forma contínua por infravermelhos (NIR) na unidade fabril de Coruche veio atuar na qualidade do produto final.

O NIR permite a monitorização do processo produtivo de forma precisa e em tempo real, utilizando a análise por infravermelhos integrada diretamente na linha do processo. O equipamento é robusto o suficiente para suportar ambientes de produção hostis, proporcionando resultados instantâneos para uma produção mais eficiente. Passa assim a ser possível detetar falhas no processo e ajustar parâmetros do processo produtivo.

4.4.3. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO



OS NOSSOS IMPACTOS

38,9 Milhões de euros

DE DESPESAS COM DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO¹⁷

O Grupo Semapa investe em atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, como forma de **garantir novas fronteiras de rentabilidade do negócio, aumentar a eficiência dos processos e criar produtos inovadores.**

É essencial que este alinhamento seja partilhado por todos os segmentos de negócio do Grupo, que possuem áreas próprias de IDI, para garantir a geração de conhecimento científico e tecnológico, mantendo a competitividade nos diversos setores. Uma avaliação de estratégia poderá facilitar a participação em projetos comuns e o estabelecimento de sinergias.

Neste sentido, o Grupo apresentou candidaturas a fundos e programas de financiamento externo (nacionais e internacionais), para além do investimento próprio que realiza neste domínio. De salientar ainda que o **suporte ao trabalho de investigação desenvolvido por equipas de investigadores, técnicos e bolseiros**, permite contribuir para a promoção da formação pós-graduada em Portugal e para gerar emprego científico. Estimula-se a criação de propriedade intelectual feita, por exemplo, através de registo de patentes, assim como de publicações científicas.

Por forma a alavancar o desenvolvimento de novos negócios, o Grupo **estabeleceu novas parcerias e investiu em novas soluções adjacentes ao seu negócio core.** Neste âmbito, e aliando-se ao objetivo estratégico de desenvolvimento de Nosso Talento, foi promovido um programa para 15 jovens talentos do Grupo – o Semapa Talent Lab (Cap. 4.3.1).

A Navigator e a Secil são dois exemplos de como a **inovação pode dar origem a produtos mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, contribuindo para o caminho que está a ser feito em matéria de transição para uma economia de baixo carbono e circular.** No que diz respeito à ETSA, os investimentos contínuos feitos na inovação dos seus processos industriais têm reduzido o seu impacto ambiental como resultado da descarbonização

¹⁷ Montantes de despesas com desenvolvimento e inovação de 2022 candidatas a SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial).

do processo. No caso da Semapa Next, esta procura promover a inovação dentro e fora dos mercados onde está inserida, por meio do investimento em *startups* inovadoras.

O conhecimento resultante destas iniciativas tem, portanto, um impacto económico real, que se materializa na criação de produtos inovadores e diferenciadores, para além de nova tecnologia e serviços, com reflexo nas respetivas cadeias de valor.

SEGMENTO *HOLDING*

A Inovação Semapa considera, a partir de 2023, uma **nova área dedicada à Inovação, criada com a ambição de adicionar valor ao trabalho desenvolvido pelas suas Participadas.**

Esta área, que reporta ao CEO do Grupo, é atualmente composta por um *Head*, responsável pelo desenvolvimento e implementação da estratégia.

Durante o ano de 2023, o Grupo **definiu a sua ambição, a sua linguagem de inovação** e fez o levantamento dos principais *stakeholders* internos e projetos relacionados. Ainda, com o objetivo de participar do ecossistema de inovação nacional e internacional, participou em inúmeras reuniões, conferências e visitas a diferentes atores do sistema, por forma a alargar a sua rede de contactos e a possibilidade de estabelecer projetos conjuntos.

O Grupo Semapa **compreende a Inovação enquanto *business model driven***, passível de ser traduzido num portefólio de projetos (investimento vs. retorno) e considerando uma matriz de comparação entre o mercado e o produto.

O alinhamento interno é essencial para a participação em projetos comuns, desenvolvimento de sinergias e avaliação de estratégias.

Para 2024, e de um ponto de vista interno ao Grupo Semapa, foi estabelecido o compromisso de aprofundar e *transversalizar* a estratégia. Este será reforçado pela constituição de um **Fórum de Inovação**, composto por elementos de todas as empresas do portefólio do Grupo, e que terá como objetivo **desenvolver as linhas orientadoras dos principais processos de inovação** (Core, Adjacente e Transformacional). Perspetiva-se ainda a realização de um *benchmarking* das principais tendências dos setores.

Já de uma perspetiva externa, a ambição passa por prosseguir com o investimento nas relações nacionais e internacionais.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

AGENDA E ROTEIRO 2030 – UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL

Compromissos/Objetivos e Metas	Resultados 2023
Desenvolver práticas florestais de silvicultura adaptativa, na perspectiva das alterações climáticas	
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver planta clonal e seminal geneticamente melhorada, com 30-50% de ganhos de produtividade e resiliente às alterações climáticas. 	Incorporação de 29 lotes de sementes relativos a 24 espécies por importação e colheita no arboreto português “Escaroupim”, para aumento da diversidade do Programa de Melhoramento Genético a longo prazo via hibridação com <i>E. globulus</i> .
<ul style="list-style-type: none"> Propor soluções de luta biológica para as principais doenças e pragas da floresta nacional de eucalipto. 	<p>Iniciada a libertação de <i>Anagonia</i>, novo inimigo natural do <i>Gonipterus</i>.</p> <p>Pedido de importação de <i>Ennogera</i>, inimigo natural da traquimela, foi aprovado pelo ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.</p>
Desenvolver papéis de embalagem com maior resistência mecânica	
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver produtos para o setor de embalagem, alternativos ao plástico de uso único, com propriedades barreira utilizando soluções sustentáveis 	Novo objetivo definido em 2023.
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver produtos <i>tissue</i> funcionais e diferenciadores para área da higiene e saúde 	Novo objetivo definido em 2023.
Desenvolver bioprodutos sustentáveis, reduzindo a dependência dos recursos fósseis e promovendo descarbonização da economia	
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver novos materiais e compósitos celulósicos, recicláveis e biodegradáveis 	<p>Desenvolvimento e otimização de formulações de biocompósitos para teste de mercado.</p> <p>Produção de protótipos de aplicações com potenciais <i>end-users</i>.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver biocombustíveis, bioplásticos e bioquímicos a partir da biomassa residual florestal 	Otimização do processo de pré-tratamento da biomassa e do processo de extração de óleos essenciais a partir da folhagem de eucalipto.
Promover a cocriação científica e tecnológica no domínio da bioeconomia e dos bioprodutos	
<ul style="list-style-type: none"> Reforçar as parcerias com Universidades e Centros Tecnológicos nacionais e internacionais 	Consolidação da rede de parcerias com universidades e centros de I&D, no contexto dos projetos PRR.
<ul style="list-style-type: none"> Promover a formação avançada, em colaboração com as universidades: 30 doutoramentos até 2030 	23 doutoramentos em curso, dos quais 15 concluídos.
<ul style="list-style-type: none"> Promover registo de propriedade intelectual: 50 patentes até 2030 	5 patentes submetidas (num total de 43)
<ul style="list-style-type: none"> Promover projetos em cocriação com entidades externas – perspectiva de valorização económica do conhecimento gerado em IDI: 15 projetos concluídos até 2030 	Concluídos 9 projetos de cocriação no domínio da bioeconomia de base florestal com centros de I&D, <i>start-ups</i> e PME.

Conscientes da relevância do conhecimento científico e tecnológico para as suas atividades, a Navigator criou, em 1996, numa iniciativa pioneira em Portugal, o seu próprio centro de Investigação e Desenvolvimento (I&D), em parceria com três universidades portuguesas – o **RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e do Papel**. O RAIZ é atualmente um organismo privado e sem fins lucrativos, reconhecido como entidade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e como Centro Interface – Centro de Tecnologia e Inovação – que contribui para a competitividade da empresa, e do setor em geral, com impactos positivos em toda a cadeia de valor.

É o maior instituto privado europeu, e um dos maiores do mundo, dedicado à I&D da floresta de eucalipto e dos seus produtos.

Criar Valor com Responsabilidade, o conceito central da Agenda 2030 da Navigator, pressupõe desenhar e pôr em prática soluções que criam valor sustentável e competitividade no longo prazo. Desta forma, no seu Roteiro 2030, assume como **compromissos** evidenciados no quadro AGENDA E ROTEIRO 2030 – UM NEGÓCIO RESPONSÁVEL.

Na área da inovação, tecnologia e I&D Florestal, merecem destaque em 2023 os trabalhos realizados no âmbito do **PRR – Transform**, nomeadamente nas áreas de: melhoramento genético do eucalipto; economia circular via valorização de resíduos sólidos da indústria de pasta e papel como fertilizante organo-mineral e corretivo da acidez do solo; desenvolvimento de cartografia temática para apoio à gestão florestal; implementação de uma rede de parcelas de monitorização do estado fitossanitário e nutricional da floresta (rede ICP a nível europeu e ICNF a nível nacional); e valorização de serviços de ecossistemas que permitem atribuir valor a serviços providos pela floresta, que não são valorizados pelos mercados ou o são de forma insuficiente. A Navigator espera aumentar os níveis de serviços de ecossistema, abrangendo regulação, culturais e produtividade florestal.

Foram ainda conseguidos desenvolvimentos nas áreas da genética; dos solos e nutrição de plantas; IT ou tecnologias de suporte à gestão florestal; e no domínio da modelação e ferramentas de gestão florestal.

Na área inovação, tecnologia e I&D tecnológica /industrial, destaca-se **a Agenda PRR From Fossil to Forest**, liderada pela Navigator e cujo consórcio o RAIZ integra, dando continuidade às atividades previstas no seu plano de trabalhos. Este consórcio tem como objetivo **desenvolver, patentear, produzir e comercializar soluções de embalagem inovadoras que substituam as atuais embalagens de plástico de origem fóssil** por produtos de origem renovável, biodegradáveis, recicláveis e neutros em carbono, com base em matéria-prima endógena, proveniente de floresta plantada (*Eucalyptus globulus*), gerida de forma sustentável. Alcançaram-se desenvolvimentos nas áreas de:

- Produção de pastas químicas de alto rendimento, não branqueadas;
- Desenvolvimento de propriedades barreira em papel de embalagem flexível;
- Desenvolvimento de novos produtos *tissue* inovadores, em linha com as novas tendências de mercado e preferências dos consumidores – com destaque para a participação do RAIZ na Agenda PRR be@t – Bioeconomia na Indústria Têxtil, na qual se pretende desenvolver tecidos não tecidos de base celulósica e utilizando ainda outros componentes de origem mais sustentável que os componentes de origem fóssil utilizados atualmente no fabrico deste tipo de produtos;
- No âmbito do uso da água destaca-se o esforço na sua redução, de acordo com a meta assumida pela Navigator até 2030, em articulação com as áreas operacionais;
- No âmbito do tratamento de efluentes, destaca-se o trabalho desenvolvido em articulação com as equipas operacionais dos vários Complexos Industriais da Navigator com vista à otimização do desempenho das estações de tratamento de águas residuais, para garantir uma maior estabilidade operacional destas instalações.

Na área dos Bioprodutos, destaca-se o **reforço do Laboratório Piloto com novas infraestruturas**, em particular, equipamentos-piloto que permitem fazer o *scale-up* e demonstração de novos produtos de embalagem celulósica com propriedades barreira, alternativos ao plástico de uso único, em particular, para o setor alimentar.

Os principais desenvolvimentos nesta área incidiram na produção de açúcares celulósicos e conversão em bioetanol para aplicação em biocombustível; na produção de biocompósitos de fibra celulósica e matrizes termoplásticos, com destaque para bioplásticos como o PLA, para aplicação em produtos plásticos injetados ou termoformados, filamentos e têxteis técnicos; na produção de óleos essenciais e produtos bioativos extraídos da folhagem e casca de eucalipto para aplicações diversas, como cosmética e saúde.

INICIATIVA EM DESTAQUE

EMBALAGENS DE CELULOSE MOLDADA: A NOVA SOLUÇÃO NO PACKAGING SUSTENTÁVEL

A aposta da Navigator no domínio do *packaging* sustentável vai conhecer um novo desenvolvimento no segundo semestre de 2024, com a inauguração de uma inovadora unidade industrial para a produção integrada de peças de celulose moldada a partir da pasta de *Eucalyptus globulus*. Mais um passo na Agenda PRR *From Fossil to Forest*, liderada pela Empresa, com vista à substituição das atuais soluções de embalagem de origem fóssil existentes no mercado, em particular no segmento de embalagem alimentar.

O desenvolvimento destes produtos de celulose moldada termoformada decorreu à escala laboratorial e piloto, a que se segue a industrialização da produção das embalagens rígidas, tendo como matéria-prima principal a pasta de *Eucalyptus globulus* produzida pela Navigator.

Atendendo a um objetivo da Agenda *From Fossil to Forest*, foi feita a aquisição e instalação no Instituto RAIZ de um equipamento-piloto que permitiu a produção de protótipos deste tipo de produtos com diferentes aditivos químicos de base aquosa, com vista ao desenvolvimento e seleção das formulações que melhor se adequam às exigências de propriedades barreira do mercado, especialmente a óleos e gorduras.

O projeto fica ainda marcado pela atividade de Investigação e Desenvolvimento em busca das soluções mais eficazes com vista à obtenção de barreira a óleos e gorduras. Foram igualmente realizados testes de *performance* dos protótipos obtidos em condições reais de utilização.

Foi considerada a adequação destes produtos para contacto com alimentos, de modo a garantir que as soluções em desenvolvimento cumprem os requisitos atualmente em vigor nos diferentes mercados a que se destinam.

Merece ainda destaque o acompanhamento das atividades do projeto industrial para instalação da nova unidade de produção deste tipo de produtos de celulose moldada, assegurando o alinhamento das soluções desenvolvidas nas atividades de Investigação e Desenvolvimento com as soluções técnicas a serem implementadas na nova unidade de produção.

SEGMENTO CIMENTO

A Secil reconhece a importância da indústria cimenteira para o futuro da construção e considera a sustentabilidade dos seus produtos como um dos elementos estratégicos da empresa, em consonância com os objetivos de descarbonização do setor até 2050. Com este propósito, a empresa tem um **conceito de inovação com foco no desenvolvimento de diversos produtos enquadrados na economia circular e em soluções que promovam a construção sustentável**.

O processo de descarbonização assenta num plano de inovação que inclui vários projetos tecnológicos e investimentos, uma vez que grande parte das tecnologias em foco precisam de elevado esforço de IDI por parte das empresas, para que transitem do laboratório para a fase de produção. **A inovação na Secil, tal como o seu Roadmap, assenta em projetos disseminados ao longo da sua cadeia de valor, de acordo com a metodologia dos 5 C's da Cembureau (Clinker, Cement, Concrete, Construction, re-Carbonation)** – que está na base do processo – assim como no desenvolvimento de parcerias com os seus principais *stakeholders*.

Em termos de novos produtos cimentícios, durante o ano 2023, destaca-se um **novo cimento utilizado na produção de betão pronto, em algumas instalações de produção da Secil Betão**. Foi monitorizada a qualidade do cimento e dos betões produzidos, em ambiente real, identificando e adaptando os produtos e processos produtivos, definindo parâmetros de controlo de produção, garantindo sempre a conformidade com as normas e regulamentos e, principalmente, verificando ou antecipando as expectativas dos futuros utilizadores.

INICIATIVA EM DESTAQUE

GRUPO SECIL: CARBONATAÇÃO DO BETÃO FRESCO

A Secil está a realizar à escala laboratorial um projeto de carbonatação do betão fresco, que consiste na injeção de CO₂ no processo de mistura e produção do betão. Uma vez injetado, o CO₂ converte-se quimicamente num mineral na estrutura do betão, sendo “armazenado” na sua estrutura e eliminado, só sendo libertado para a atmosfera novamente se o betão fosse submetido a temperaturas muito elevadas.

O CO₂ mineralizado também poderá aumentar a resistência mecânica do betão, o que permitirá reduzir a quantidade de ligante (cimento) nas composições, mantendo a *performance* e desempenho.

Esta é uma solução *win-win*, pois elimina permanentemente o CO₂ capturado, além de reduzir a intensidade carbónica no betão, fruto da diminuição da quantidade de cimento necessária.

Em 2023 foram efetuados ensaios a nível laboratorial e industrial com a injeção de CO₂ na fase de produção do betão fresco.

Ao nível dos novos projetos, destaca-se, no âmbito do Horizonte 2020 (2019-2023), o Projeto Retrofeed – Smart Retrofitting in Process Industry. Este é um projeto transversal a vários setores industriais com o objetivo de promover a utilização de matérias-primas e combustíveis de origem biológica em processos industriais, numa lógica de economia circular, através da modernização dos equipamentos principais e da implementação de um sistema avançado de monitorização e controlo. Este chegou à fase de testes industriais.

INICIATIVA EM DESTAQUE

TESTE INDUSTRIAL E APRESENTAÇÃO DO PROJETO RETROFEED COMO FLAG EVENT DA UE NA COP 28

Em setembro de 2023 decorreu o teste industrial, que demonstrou que as modificações realizadas ao queimador principal do forno, bem como os novos sensores, permitem aumentar a taxa de uso de combustíveis alternativos, com a consequente redução das emissões de CO₂ associadas aos combustíveis fósseis, sem impacte nas restantes emissões atmosféricas, na qualidade do clínquer produzido ou noutros parâmetros importantes de operação.

O projeto permitiu também concluir sobre a possibilidade técnica de usar 100% de hidrogénio como combustível num forno de clínquer, através de modelo CFD (*Computational Fluid Dynamics*). No entanto, a validação destes resultados implicará a realização de testes em laboratório e em escala-piloto.

O trabalho desenvolvido pela SECIL e as conclusões promissoras foram reconhecidas como *Flag Project* da União Europeia e apresentado nos side events da União Europeia, na Climate Action Innovation Zone COP 28, “Energy-intensive industries: Innovative Technologies Toward Climate Neutrality”, após convite do Project Officer do RETROFEED. Este evento decorreu no Dubai entre 30 de novembro e 12 de dezembro.

SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS – ETSA

O ano de 2023 foi marcado por dois acontecimentos. Por um lado, foram **concluídos os três projetos de investigação e de CoPromoção do Portugal 2020, liderados pela ETSA**, numa ação articulada com várias entidades de Investigação Universitária e que representam linhas de inovação, com os acrónimos HealthyPetFood, FishColBooster e Bugs@Pets. Por outro lado, destaca-se a **continuação da construção da nova unidade industrial na implementação do projeto de inovação produtiva, o ETSA ProHy**, uma nova unidade industrial que estará dotada de uma tecnologia inovadora, desenvolvida integralmente na ETSA, para a obtenção de três novos produtos de alto valor acrescentado no mercado de alimentação animal. Destaca-se a proteína hidrolisada – produto que está a ser trabalhado para uso numa primeira fase em alimentação animal, em especial *pet food* e aquacultura.

INICIATIVAS EM DESTAQUE

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO PROJETO P2020 HEALTHYPETFOOD, FISHCOLBOOSTER E BUGS@PETS

Em 2023, foram concluídos e encerrados os três projetos de investigação, financiados pelo Portugal 2020, e liderados pelas empresas SEBOL e ITS, num esforço conjunto de liderança, para diversificação do leque de produtos do portefólio da ETSA – HealthyPetFood, Bugs@Pets e FishColBooster – produtos para animais de companhia, novos produtos à base de pescado para mercados de alimentação e nutracêutica¹⁸, e novas proteínas alternativas para mercados de alimentação humana e animal, respetivamente.

Com início em 2020, os projetos exigiram a articulação com várias entidades de Investigação e um fortalecimento de relações de parceria com entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional nas áreas de Biotecnologia, Tecnologia Química e Agroalimentar.

Os projetos foram apresentados num evento público, de acordo com as obrigadoriedades legais dos Organismos de financiamento, como a ANI - Agência Nacional de Inovação e o IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação. Este evento marcou também a materialização dos resultados obtidos nestes projetos, potenciando o Investimento Produtivo que a ETSA está a efetuar no âmbito do Projeto incluído no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

CONSTRUÇÃO DE NOVA UNIDADE INDUSTRIAL: ETSA PROHY

Em 2023, continuou a construção da nova unidade industrial ETSA ProHy, em Coruche, enquadrada no projeto do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) de Bioeconomia Azul, integrando a empresa líder Inovamar. Prevê-se que esta unidade entre em funcionamento na segunda metade de 2024, e representa uma enorme oportunidade de diferenciação de produtos e entrada em mercados de maior valor acrescentado.

A ETSA, através da sua participada SEBOL, faz parte da Administração e do Grupo acionista da empresa Inovamar, criada para gerir a execução do projeto Pacto de BioEconomia Azul do PRR. Faz parte e lidera uma Agenda do PRR, o Pacto de BioEconomia Azul, o que ascende a 140 milhões de euros de investimento em 83 entidades públicas e privadas. Lidera um dos *Work Packages* da Agenda do Programa e é acionista da entidade responsável pela supervisão das ações e reporte ao Governo de Portugal.

O projeto vem impulsionar a escala de valor dos produtos produzidos, diferenciando assim a atividade da ETSA e oferecendo produtos especializados, tanto para o mercado de alimentação animal, quanto para o humano. Com este projeto, a ETSA afirma-se como empresa líder de *rendering* em Portugal, criando produtos com maior valor acrescentado, que poderão ser comercializados em novos mercados. No entanto, apesar do foco em materializar este projeto, por ser um produto inovador, existe risco associado, pelo que a sua valorização no mercado exige que esteja a ser feito, em paralelo, um trabalho próximo com potenciais clientes.

¹⁸ Área de negócio ou de investigação de produtos e suplementos alimentares com funções nutritivas e terapêuticas.

(Página intencionalmente deixada em branco)



**PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS**

05

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que a Sociedade deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo que tutela nas diversas Unidades de Negócio onde opera, e

Considerando que a independência da Sociedade perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, médio e longo prazo de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de uma posição financeira sólida,

Propõe-se:

1. Que o Resultado Líquido do exercício apurado nas contas individuais, segundo o normativo IFRS, no montante de 244 507 408,71 euros (duzentos e quarenta e quatro milhões, quinhentos e sete mil, quatrocentos e oito euros e setenta e um cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

Dividendos às ações em circulação	49 998 227,50 euros*
	(0,626 euros por ação)
Reservas livres	192 509 181,21 euros
Participação dos Colaboradores e Administração nos lucros do exercício até.....	2 000 000,00 euros

* Excluindo as ações próprias em carteira; para o efeito foram consideradas 1 400 627 ações próprias; caso, à data de pagamento, esse montante seja alterado, o valor global de dividendos a pagar poderá ser ajustado, mantendo-se inalterado o valor a pagar por ação.

2. Que a distribuição individual da participação nos lucros seja efetuada pela Comissão Executiva na parte relativa aos Colaboradores e pela Comissão de Remunerações na parte relativa aos Administradores e que, caso não seja integralmente distribuído o montante afeto à participação nos lucros, o remanescente seja aplicado em Reservas Livres.

3. Que o valor relativo à participação dos Colaboradores e Administradores nos lucros do exercício que nos termos das normas contabilísticas aplicáveis foi especializado em custos com pessoal, seja revertido através do crédito do respetivo montante em reservas livres.

Lisboa, 11 de abril de 2024

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

José António do Prado Fay

VOGAIS

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

Vítor Paulo Paranhos Pereira

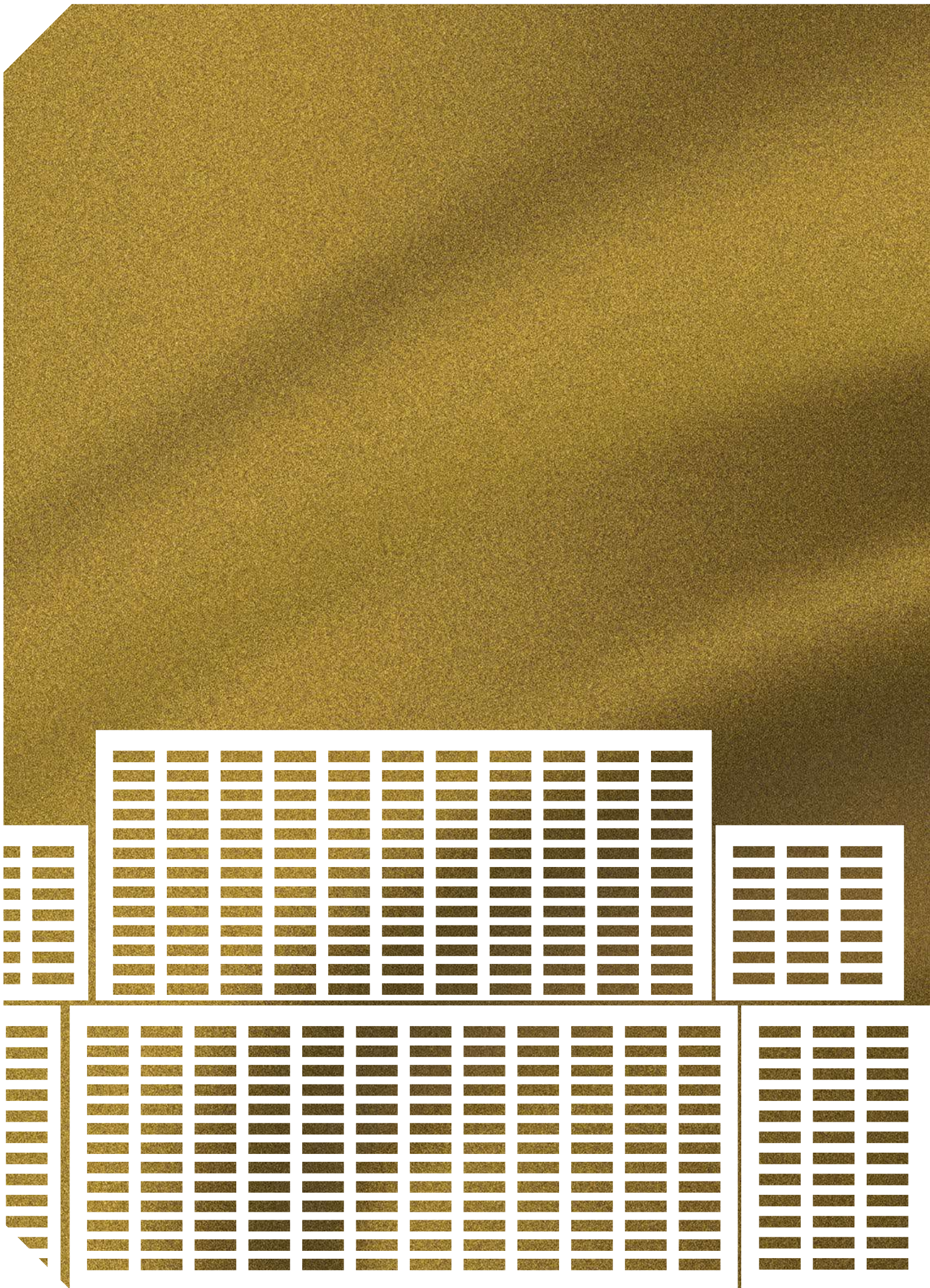
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

Paulo José Lameiras Martins



**RELATÓRIO DO GOVERNO
SOCIETÁRIO**

06

ÍNDICE

PARTE I

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO	218
A. ESTRUTURA ACIONISTA	218
I. Estrutura de capital	218
II. Participações sociais e obrigações detidas	219
B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	220
I. Assembleia geral	220
II. Administração e supervisão	222
III. Fiscalização	244
IV. Revisor Oficial de Contas	249
V. Auditor Externo	250
C. ORGANIZAÇÃO INTERNA	251
I. Estatutos	251
II. Comunicação de irregularidades	251
III. Controlo interno e gestão de riscos	253
IV. Apoio ao Investidor	258
V. Sítio de Internet (59 a 65)	259
D. REMUNERAÇÕES E RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES	259
I. Competência para a determinação	259
II. Comissão de remunerações	260
III. Estrutura das remunerações	260
IV. Divulgação das remunerações	264
V. Acordos com implicações remuneratórias	267
VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')	268
E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS. CONFLITOS DE INTERESSES	268
I. Mecanismos e procedimentos de controlo	268
II. Elementos relativos aos negócios	270

PARTE II

AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	271
1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado	271
2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado	271
3. Outras Informações	279

ANEXO I

INFORMAÇÕES A QUE SE REFERE O ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	280
---	------------

ANEXO II

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO	282
--------------------------------	------------

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 29-G.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	287
---	------------



PARTE I

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (art. 245.º-A, n.º 1, al. a¹)).

A Semapa tem um capital social de 81 270 000 Euros, representado por um total de 81 270 000 ações, sem valor nominal. Todas as ações são ordinárias, têm os mesmos direitos e deveres a elas inerentes e encontram-se admitidas à negociação.

A distribuição do capital pelos acionistas, detentores de participação qualificada, é a que consta do quadro inserido no ponto 7. *infra*.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (art. 245.º-A, n.º 1, al. b²)).

Não existem na Semapa restrições de qualquer natureza relativamente à transmissibilidade ou titularidade das suas ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (art. 245.º-A, n.º 1, al. a³)).

A Semapa era, a 31 de dezembro de 2023, detentora de 1 400 627 ações próprias, correspondentes a 1,723% do respetivo capital social. Se os direitos de voto não se encontrassem suspensos, a percentagem de direitos de voto seria igual à percentagem de capital.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j⁴)).

A Semapa não é parte em acordos significativos de financiamento, instrumentos de emissão de dívida ou outros que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, na sequência de uma oferta pública de aquisição.

A Semapa também não adotou quaisquer medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de mudança de controlo ou da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.

1 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários.

2 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. b) do Código dos Valores Mobiliários.

3 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários.

4 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. j) do Código dos Valores Mobiliários.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existem na sociedade quaisquer medidas defensivas, designadamente relativas à limitação dos direitos de voto exercíveis pelos acionistas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. gº)).

A sociedade não tem conhecimento de, a 31 de dezembro de 2023, existirem acordos parassociais relativos a participações sociais na Semapa, que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d)º e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Os titulares de participações qualificadas e os demais elementos associados a essas participações, incluindo a imputação dos direitos de voto, na Semapa, a 31 de dezembro de 2023 e de acordo com a legislação em vigor, são os identificados no quadro *infra*:

Entidade	Imputação	N.º ações	% capital e direitos de voto	% dir. de voto não suspensos
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (Filipa Queiroz Pereira), Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (Mafalda Queiroz Pereira), e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (Lua Queiroz Pereira)	Em conjunto, através de sociedades por si direta e indiretamente detidas e <i>infra</i> descritas conjugado com acordo parassocial que celebraram relativamente às participações sociais que detêm nas sociedades detentoras de ações da Semapa	-	-	-
Target One Capital, S.A. (Target One)	Dominada por Filipa Queiroz Pereira; detém 21,56% do capital social da Sodim, SGPS, S.A. (Sodim)	-	-	-
Keytarget Investments – Consultoria e Investimentos, S.A. (Keytarget Investments)	Dominada por Mafalda Queiroz Pereira; detém 21,56% do capital social da Sodim	-	-	-
Premium Caeli, S.A. (Premium Caeli)	Dominada por Lua Queiroz Pereira; detém 21,56% do capital social da Sodim	-	-	-
Sodim, SGPS, S.A.	Dominada indiretamente por Filipa Queiroz Pereira, Mafalda Queiroz Pereira e Lua Queiroz Pereira; detém 100% do capital social da Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A.; titularidade direta de ações	27 508 892	33,849%	34,442%
Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Dominada indiretamente por Filipa Queiroz Pereira, Mafalda Queiroz Pereira e Lua Queiroz Pereira e diretamente pela Sodim; titularidade direta de ações	38 959 431	47,938%	48,779%
	Total:	66 468 323	81,787%	83,221%

5 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. g) do Código dos Valores Mobiliários.

6 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, als. c) e d) do Código dos Valores Mobiliários.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Esta informação é prestada no Anexo I a este Relatório.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i⁷)), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Os estatutos da sociedade não autorizam o Conselho de Administração a deliberar aumentos de capital.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Todas as transações ocorridas em 2023 entre a sociedade e os titulares de participação qualificada encontram-se descritas na Nota 10.4 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e na Nota 10.2 das Notas às Demonstrações Financeiras Separadas. Não ocorreram em 2023, por aplicação do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas e nos termos e condições nele previstos em cada momento, conforme descrito nos pontos 89. e seguintes do presente relatório, relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participação qualificada e a sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

A) COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

11. Identificação e cargo dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim).

A Mesa da Assembleia Geral é composta pelas seguintes pessoas:

PRESIDENTE:

Rui Manuel Pinto Duarte (mandato de 27/05/2022 a 31/12/2024).

SECRETÁRIO:

Luís Nuno Pessoa Ferreira Gaspar (mandato de 27/05/2022 a 31/12/2024).

B) EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f⁸)).

Os estatutos da Semapa preveem que a cada ação da sociedade corresponde um voto.

Relativamente à participação dos acionistas na Assembleia Geral, os estatutos da sociedade foram objeto de revisão em 2022, tendo sido consagradas alterações conducentes a uma maior harmonização das previsões estatutárias com a lei aplicável, por um lado, e ao reforço das boas práticas do governo societário, por outro.

7 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. i) do Código dos Valores Mobiliários.

8 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. f) do Código dos Valores Mobiliários.

Em sequência da referida revisão, as regras estatutárias em matéria de direito de voto passaram a ser as seguintes:

- i. Poderão participar na Assembleia Geral os acionistas com direito de voto, sendo que a participação na Assembleia Geral e o exercício do direito de voto depende da comprovação da qualidade de acionista com direito de voto às 00:00 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral;
- ii. É permitido o exercício do direito de voto por correspondência postal ou por via eletrónica, cabendo ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar a sua autenticidade e regularidade e assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação, observando-se o seguinte:
 - a) As declarações de voto devem ser dirigidas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e recebidas na sede social até à véspera da Assembleia Geral;
 - b) No caso de exercício do direito de voto por via eletrónica, a mensagem de correio eletrónico dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve conter, em anexo, documento em formato PDF, assinado em conformidade com assinatura constante de documento de identificação válido do respetivo titular, de onde constem as declarações de voto relativas a cada um dos pontos da ordem de trabalhos, bem como cópia do documento de identificação do titular. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral poderá estabelecer na convocatória da assembleia em causa um regime diverso do estabelecido nesta alínea que assegure equivalente segurança e fiabilidade;
 - c) No caso de exercício do direito de voto por correspondência postal, o sobrescrito deve conter uma carta dirigida ao Presidente da Mesa, devidamente assinada em conformidade com assinatura constante de documento de identificação válido do respetivo titular e de onde constem as declarações de voto relativas a cada um dos pontos da ordem de trabalhos, bem como cópia do documento de identificação do titular;
 - d) Os votos emitidos por estes meios serão computados em conjunto com os votos que venham a ser expressos na Assembleia Geral, valendo como votos negativos em relação às propostas apresentadas ulteriormente à sua emissão.
- iii. A Assembleia Geral poderá ser efetuada por meios telemáticos, sempre que tal se revelar adequado e conveniente, desde que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral confirme que, para efeitos de realização da mesma, se encontram assegurados os respetivos meios, a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo a sociedade ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes.

A Assembleia Geral Anual da sociedade de 18 de maio de 2023 foi já realizada ao abrigo das novas regras estatutárias, tendo a mesma decorrido de modo presencial. A decisão de realizar a assembleia nesse formato foi tomada por ter sido considerado que esse modelo proporciona uma efetiva participação na assembleia consentânea com os direitos dos acionistas e por terem inexistido solicitações no sentido de permitir a participação por meios telemáticos. Foi ainda considerada a sobrecarga administrativa e os custos associados à implementação de um sistema adicional que assegurasse a participação telemática a par da realização da assembleia geral anual de forma presencial.

No âmbito da referida Assembleia Geral, alguns acionistas exerceram o seu direito de voto por correspondência eletrónica ao abrigo dos estatutos da sociedade.

Não existem sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

Não existem regras estatutárias que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existem na sociedade quóruns constitutivos e deliberativos diferentes dos legais supletivos.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

 GRI 2-9/10/11/12/13/14/15/17/23/24

A) COMPOSIÇÃO

15. Identificação do modelo de governo adotado.

A sociedade adota o modelo de governo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º (Conselho de Administração e Conselho Fiscal) e na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º (Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas), ambos do Código das Sociedades Comerciais.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (art. 245.º-A, n.º 1, al. hº)). Política de diversidade.

Atualmente, não existem na Semapa quaisquer regras estatutárias especiais relativas à nomeação e substituição dos administradores, aplicando-se, nesta matéria, o regime geral supletivo que resulta do Código das Sociedades Comerciais, ou seja, a competência para a designação dos administradores (bem como do órgão de fiscalização) pertence aos acionistas. A sociedade divulga, no entanto, no [sítio](#)¹⁰ da sociedade na Internet os seguintes Princípios de Diversidade, que consagram os requisitos e critérios relativamente ao perfil de novos membros dos órgãos societários:

- Inclusão de membros com habilitações académicas distintas e experiência profissional em áreas diversas, adequadas e relevantes para o exercício do cargo a desempenhar;
- Promoção da diversidade de género;
- Inclusão de membros de idades diversas, combinando experiências adquiridas com novas perspetivas, e
- Inclusão de membros com vivências ou origens geográficas diversas.

Estes Princípios de Diversidade constituem um reconhecimento formal pela sociedade dos benefícios da diversidade nos seus órgãos sociais, designadamente como forma de assegurar maior equilíbrio na sua composição, de potenciar o desempenho de cada membro e, em conjunto, de cada órgão, de melhorar a qualidade dos processos de tomada de decisão e de contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

Em conformidade e para a promoção da diversidade no seio da sociedade, esta aceitou que, para além dos atributos individuais, tais como a competência, a independência, a integridade de carácter, a disponibilidade e a experiência, são também relevantes outros requisitos e critérios de diversidade na composição dos seus órgãos sociais, tais como a diversidade de género, habilitações e experiências profissionais distintas, a inclusão de membros de idades diferentes e, bem assim, com vivências ou origens geográficas diversas.

Veja-se que a análise *infra*, constante de uma matriz de competências mais detalhada face à anteriormente divulgada, transmite a existência de um nível bastante razoável de diversidade nas suas várias dimensões e no que respeita a todos os membros do Conselho de Administração da Semapa:

9 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. h) do Código dos Valores Mobiliários.

10 https://www.semapa.pt/investidores/governo_societario/principios-de-diversidade/

MATRIZ DE COMPETÊNCIAS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Género	Idade	Posição	Formação Académica					Competências									
				Engenharia	Economia	Gestão	Matemática	Outras formações	Administração e Gestão de Empresas	Governance	Fusões e Aquisições	Internacionalização	Empreendedorismo / Venture Capital	Académica	Gestão de Talento	Tecnologias de Informação	Ambiente e Sustentabilidade	Indústria / Serviços
José Fay	M	70	PCA	●					●	●	●	●			●			●
Ricardo Pires	M	47	CEO		●		●		●	●	●	●	●	●	●		●	●
Vítor Paranhos Pereira	M	67	CFO		●				●	●	●	●			●	●	●	●
Filipa Queiroz Pereira	F	50	NE			●	●		●	●			●			●		●
Mafalda Queiroz Pereira	F	47	NE				●		●	●			●					●
Lua Queiroz Pereira	F	42	NE				●		●	●			●					●
António Viana-Baptista	M	66	NE		●		●		●	●	●	●	●		●	●		●
Paulo Martins	M	58	NEI	●			●		●	●	●	●	●	●	●			●

M – Masculino

F – Feminino

NE – Não Executivo

NEI – Não Executivo Independente

Note-se ainda que a Comissão de Talento é a comissão com atribuições consultivas em matéria de nomeação dos órgãos sociais, com competências de apoio na identificação de potenciais membros dos órgãos sociais e de avaliação da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar, devendo induzir processos de seleção transparentes e que sejam propostos os candidatos que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada, incluindo entre homens e mulheres.

Desta forma, entende a sociedade que estão atingidos todos os objetivos resultantes da adoção formal de uma política de diversidade, o que a realidade também demonstra.

Diga-se, por último, e reforçando a promoção da diversidade, que a sociedade aprovou em 2023 o Plano para a Igualdade de 2024, com progressos relativamente ao Plano para a Igualdade de 2023 aprovado em 2022, e procedeu à comunicação desse Plano à CMVM, encontrando-se ainda o mesmo publicado no [sítio](#)¹¹ da Internet da Semapa.

A informação sobre o modo como o cumprimento do regime de representação mais equilibrada contribui para a promoção de igualdade entre homens e mulheres na Semapa, no que respeita aos membros de órgãos sociais e aos seus Colaboradores, encontra-se detalhada no presente Relatório Anual no respetivo Capítulo 4.4.1.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Os estatutos da sociedade, no n.º 1 do artigo 11.º, estipulam que o Conselho de Administração é composto por três a quinze administradores e que o mandato, na sequência da alteração estatutária aprovada em 2022, é de três anos.

¹¹ https://semapa.pt/wp-content/uploads/2024/01/Plano-para-a-Igualdade-Semapa_2024-1.pdf

Individualiza-se, em relação a cada um dos membros, a data da primeira designação e termo do mandato:

Membros do Conselho de Administração	Data da primeira designação e termo do mandato
José Antônio do Prado Fay	2018-2024
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	2014-2024
Vítor Paulo Paranhos Pereira	2014-2024
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	2018-2024
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	2018-2024
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	2018-2024
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	2010-2024
Paulo José Lameiras Martins	2022-2024

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

Os membros executivos do Conselho de Administração são os que pertencem à Comissão Executiva e que estão identificados no ponto 28. *infra*, sendo os restantes membros não executivos.

O Conselho de Administração da sociedade, durante o exercício de 2023, foi composto por oito membros, dos quais dois membros fizeram parte da respetiva Comissão Executiva.

Dado que, ao longo de 2023, o número de administradores não executivos representou 75% dos membros do Conselho de Administração, consideramos esta percentagem adequada à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade e suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas. Este juízo de adequação teve em conta, em particular, a dimensão da Comissão Executiva e a delegação de poderes que lhe foi confiada pelo Conselho de Administração, as atividades da sociedade e a sua natureza de sociedade *holding*, a estabilidade da estrutura acionista, bem como o conjunto de competências diversificadas e a disponibilidade dos membros não executivos para o desempenho das suas funções, que através da estreita cooperação desenvolvida com o Presidente do Conselho de Administração, asseguram uma efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos membros executivos do Conselho de Administração.

Dos membros não executivos que exerceram funções durante o exercício de 2023, pode ser qualificado como independente, à luz dos critérios elencados no código de governo das sociedades adotado, o Senhor Eng.º Paulo Martins, não obstante ter existido entre a sociedade e o Haitong Bank, entidade na qual exerceu funções de administração não executiva até 29 de dezembro de 2023, uma relação comercial, que a sociedade entende ser não significativa. Acresce que o Senhor Eng.º Paulo Martins não está associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontra em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

O Administrador Senhor Eng.º José Fay não foi qualificado como independente à luz dos referidos critérios, porquanto exerceu funções como administrador de sociedades titulares de participação qualificada na Semapa, no decurso do exercício de 2023. Por seu turno, as Administradoras, Senhoras Dr.ª Filipa Queiroz Pereira, D.ª Mafalda Queiroz Pereira e D.ª Lua Queiroz Pereira não foram qualificadas como administradoras independentes em virtude de igualmente exercerem funções de administração em sociedades com participação qualificada na Semapa e por, no decorrer do exercício de 2023, terem passado a deter participações qualificadas na sociedade, nos termos descritos no ponto 7. *supra*. Por fim, o Administrador Senhor Dr. António Viana-Baptista não é qualificado como administrador independente em virtude de relação comercial existente entre a sociedade e a entidade na qual exerce funções de gestão e igualmente por ter exercido, de forma contínua, funções de administração na sociedade durante mais de doze anos.

Assim, verifica-se que, no decurso do exercício de 2023, o Conselho de Administração incluiu apenas um administrador não executivo que cumpria os requisitos formais de independência estabelecidos no código do governo de sociedades adotado, entendendo a sociedade que este número é adequado e consentâneo com uma atuação plenamente independente do Conselho de Administração e suficiente para garantir a efetiva capacidade de supervisão, avaliação e fiscalização da atividade dos restantes membros do órgão de administração.

Na verdade, entende a sociedade que, considerando o perfil, a idade, o percurso e a experiência profissional e, principalmente, a demonstrada independência de juízo e integridade de carácter dos membros que compõem o Conselho de Administração, a atual proporção entre administradores não executivos não independentes e independentes, estabelecida pela aplicação dos critérios formais de aferição da independência, está perfeitamente ajustada à natureza e à dimensão da sociedade, nomeadamente atendendo à sua natureza familiar, à estabilidade da respetiva estrutura de capital e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

Não sendo o Presidente do Conselho de Administração da sociedade independente, e atendendo à dimensão e especificidades da sociedade, nomeadamente a sua natureza familiar e concentração da respetiva estrutura de capital, e ao número total de administradores não executivos e, de entre estes, de administradores independentes, e, bem assim, às características e atual posicionamento do Presidente do Conselho de Administração, a sociedade optou por instituir um mecanismo que assegura a coordenação entre os vários membros do Conselho de Administração.

Na realidade, e como vem referido no presente relatório, existem instituídas na sociedade várias regras e procedimentos que permitem uma articulação estreita e regular entre os membros do Conselho de Administração, designadamente entre o respetivo Presidente e os demais Administradores, e a existência das condições e meios necessários ao desempenho das suas funções de forma independente, informada e eficiente, garantindo a função fiscalizadora e de supervisão da atuação da gestão executiva.

Destacamos a este respeito, os mecanismos previstos no Regulamento do Conselho de Administração e das diversas comissões internas da sociedade, nos termos dos quais:

- a) Os membros do Conselho de Administração, incluindo os membros não executivos, podem ter acesso a toda a informação da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade;
- b) O Presidente do Conselho de Administração deve informar os administradores da sociedade, no início de todas as reuniões do Conselho de Administração, das deliberações e atos mais relevantes praticados pela Comissão Executiva desde a anterior reunião, que ainda não sejam do conhecimento dos restantes administradores;
- c) De todas as reuniões da Comissão Executiva devem ser lavradas atas que ficam ao cuidado do Secretário da Sociedade e que devem ser disponibilizadas a qualquer membro do Conselho de Administração que as solicite;
- d) O Presidente da Comissão Executiva deve, na medida do possível, promover o envolvimento dos administradores não executivos em projetos e atos específicos de modo a permitir um maior acompanhamento e aproximação dos administradores não executivos à atividade da sociedade, em função das matérias em causa e das habilitações específicas e preferências de cada um;
- e) Todos os administradores executivos devem estar disponíveis para prestar os esclarecimentos e informações que sejam solicitados pelos administradores não executivos;
- f) O Presidente de cada uma das Comissões Internas da sociedade deve informar o Conselho de Administração das deliberações da comissão que integra, que atendendo à sua relevância devam ser do seu conhecimento. No caso da Comissão de Direção Executiva, esta atribuição cabe ao Presidente da Comissão Executiva;
- g) Todos os membros das Comissões Internas da sociedade devem estar disponíveis para prestar os esclarecimentos e informações que sejam solicitados pelos demais administradores, e
- h) Os documentos de suporte relativos aos diversos pontos da ordem de trabalhos das reuniões do Conselho de Administração e das Comissões Internas da sociedade devem ser distribuídos por todos os membros com antecedência que permita a sua análise atempada, preferencialmente com a convocatória da reunião.

Adicionalmente, pelo menos um administrador não executivo integra a Comissão do Governo Societário, a Comissão de Controlo e Riscos e a Comissão de Talento – sendo que o Presidente do Conselho de Administração é igualmente presidente da Comissão do Governo Societário e da Comissão de Talento –, reforçando a coordenação e desempenho dos trabalhos dos membros com funções não executivas.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

JOSÉ ANTÔNIO DO PRADO FAY

José Fay é licenciado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo frequentado um curso específico de pós-graduação em Engenharia de Equipamentos na Coppe/Petrobras (Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia). Iniciou a sua atividade profissional na Copesul em 1978, onde foi gerente do setor de engenharia até 1986. De 1986 até 1988 foi chefe da Divisão de Engenharia e Manutenção da Petroquímica Triunfo, S.A.. Entre 1988 e 2000 exerceu diversas funções de direção na Bounge Group, nas áreas de Engenharia e Negócios de Produtos de Consumo. Assumiu a Direção Comercial e de Marketing da Electrolux de 2000 até 2003 e, desde essa data e até 2007, assumiu a presidência da Batavo, S.A., que, em 2006, seria incorporada na Perdigão, S.A., assumindo a Presidência desta empresa em 2008. Presidiu à Brasil Foods S.A. de 2009 até 2013. Desde 2013 participa no Conselho de Administração da Camil, S.A.. Exerce desde 2020 funções como Presidente do Conselho de Administração da Semapa e da Sodim e noutras sociedades com esta relacionadas. Exerce ainda funções de administrador no Conselho de Administração da São Salvador Alimentos, S.A..

RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES

Ricardo Pires é licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, detém uma especialização em *Corporate Finance* pelo ISCTE e um MBA em Gestão de Empresas pela Universidade Nova de Lisboa. Iniciou a sua carreira na área de consultoria de gestão, entre 1999 e 2002, primeiro na BDO Binder e posteriormente na GTE Consultores. Nos anos de 2002 a 2008 exerceu funções na Direção de *Corporate Finance* do ES Investment, onde executou diversos projetos de M&A e mercado de capitais nos setores de Energia, Pasta e Papel e *Food & Beverages*. Colabora desde 2008 com a Semapa, inicialmente como Diretor de Planeamento Estratégico e Novos Negócios e depois, a partir de 2011, como Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração. É, desde 2014, Administrador Executivo da Semapa e, desde 2022, Presidente da respetiva Comissão Executiva, exercendo ainda funções noutras sociedades com esta relacionadas. Desde 2015, exerce cargos de administração não executivo na The Navigator Company e na Secil, tendo passado, em 2022, a exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração das referidas sociedades. Em 2017 foi designado CEO da Semapa Next, tendo assumido em 2022 funções de Presidente do Conselho de Administração dessa sociedade. É desde 2020 Presidente do Conselho de Administração no grupo ETSA e em 2023 foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da Triangle's. Entre 2020 e 2022 lecionou o Master in Finance, mestrado da Universidade Católica de Lisboa.

VÍTOR PAULO PARANHOS PEREIRA

Vítor Paranhos Pereira é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e frequentou a AESE (Universidade de Navarra). Iniciou a sua atividade profissional em 1982, na Empresa Gaspar Marques Campos Correia & C.ª, Lda., como Diretor Financeiro até 1987. De 1987 a 1989, exerceu o cargo de Adjunto da Direção Financeira no Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP). Em 1989 ingressou no grupo como Diretor Financeiro da Sodim, tendo sido nomeado vogal do Conselho de Administração da mesma em 2009, funções que exerceu até maio de 2018 e, depois, desde março de 2020 até ao presente. Exerce ainda funções de Administração em diversas sociedades relacionadas com a Sodim, nomeadamente, desde 1998 na Hotel Ritz. Exerceu ainda entre 2001 e 2016 funções de administração na Hotel Villa Magna. É administrador da Sonagi desde 1995, exercendo funções de Presidente do Conselho de Administração desde junho de 2020. Foi designado administrador da Refundos em 2005, exercendo funções de Presidente do Conselho de Administração dessa sociedade de 2018 até maio de 2020. De 2006 a 2015, exerceu o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) e em 2019 foi nomeado Presidente da Mesa da Assembleia Geral desta entidade. Foi, de 2007 a 2016, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP). Exerceu funções de Vogal do Conselho Fiscal da Eurovida – Companhia de Seguros, S.A. e da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. de 2009 a 2018. Em 2014, foi designado vogal do Conselho de Administração da Semapa. É, desde março de 2020, Administrador Executivo da Semapa, e de outras sociedades com esta relacionadas, exercendo também desde 2020 cargos de administração na Secil e na The Navigator Company.

FILIPA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Filipa Queiroz Pereira é licenciada em Matemáticas Aplicadas pela Universidade Lusíada e pós-graduada em Sistemas de Informação pela Harvard Extension School. Completou programas para executivos no INSEAD, London Business School, Harvard Business School e Singularity University e tem estado envolvida na atividade de consultoria informática e no setor imobiliário. É Administradora da Sodim desde 2014, integrando também, a partir de 2018, o Conselho de Administração da Semapa e do Hotel Ritz.

MAFALDA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Mafalda Queiroz Pereira tem o Ensino Secundário em conjunto com os cursos técnicos de Entalhe e Marcenaria pela Fundação Ricardo Espírito Santo e de Arquitetura de Interiores pelo SENAI (Brasil). Completou programas para executivos no INSEAD, London Business School e Harvard Business School e tem estado envolvida no desenvolvimento de projetos no setor imobiliário. É Administradora da Sodim desde 2014, integrando também, a partir de 2018, o Conselho de Administração da Semapa e da Sonagi, sociedade dedicada à gestão e exploração imobiliária.

LUA MÓNICA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Lua Queiroz Pereira, após concluir o Ensino Secundário, frequentou várias escolas de gestão internacionais, nomeadamente o INSEAD, onde obteve o certificado em Global Management, a London Business School, Singularity University e Harvard Business School, onde completou cursos para executivos. No passado foi gestora de negócios ligados à modalidade do hipismo. É Administradora da Sodim desde 2014, integrando também, a partir de 2018, o Conselho de Administração da Semapa e da Semapa Next, sociedade de *venture capital* do grupo.

ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO VIANA-BAPTISTA

António Viana-Baptista é licenciado em Economia, pós-graduado em Economia Europeia e tem um MBA (INSEAD). Entre 1984 e 1991, foi Principal *Partner* da McKinsey & Co. Entre 1991 e 1998 exerceu o cargo de Administrador do Banco Português de Investimento. Entre 1998 e 2008 desempenhou funções na Telefonica, S.A., como Presidente da Telefonica Internacional (1998-2002), Presidente da Telefonica Moviles (2002-2006) e Presidente da Telefonica España (2006-2008), tendo também desempenhado funções como Administrador da Telefonica S.A. e da Portugal Telecom, em representação da Telefonica. Entre 2011 e 2016, foi CEO do Credit Suisse AG para Espanha e Portugal. Foi Administrador não executivo da Jasper Inc, California, até 2016, e da Abertis, S.A. entre 2017 e 2018 e da Atento, S.A., entre 2018 e 2021. Atualmente é Administrador Executivo da Alter Venture Partners G.P., SARL, e ainda Administrador não executivo da Jerónimo Martins, S.A. e da Azora Capital S.L.. É Administrador não executivo da Semapa desde 2010.

PAULO JOSÉ LAMEIRAS MARTINS

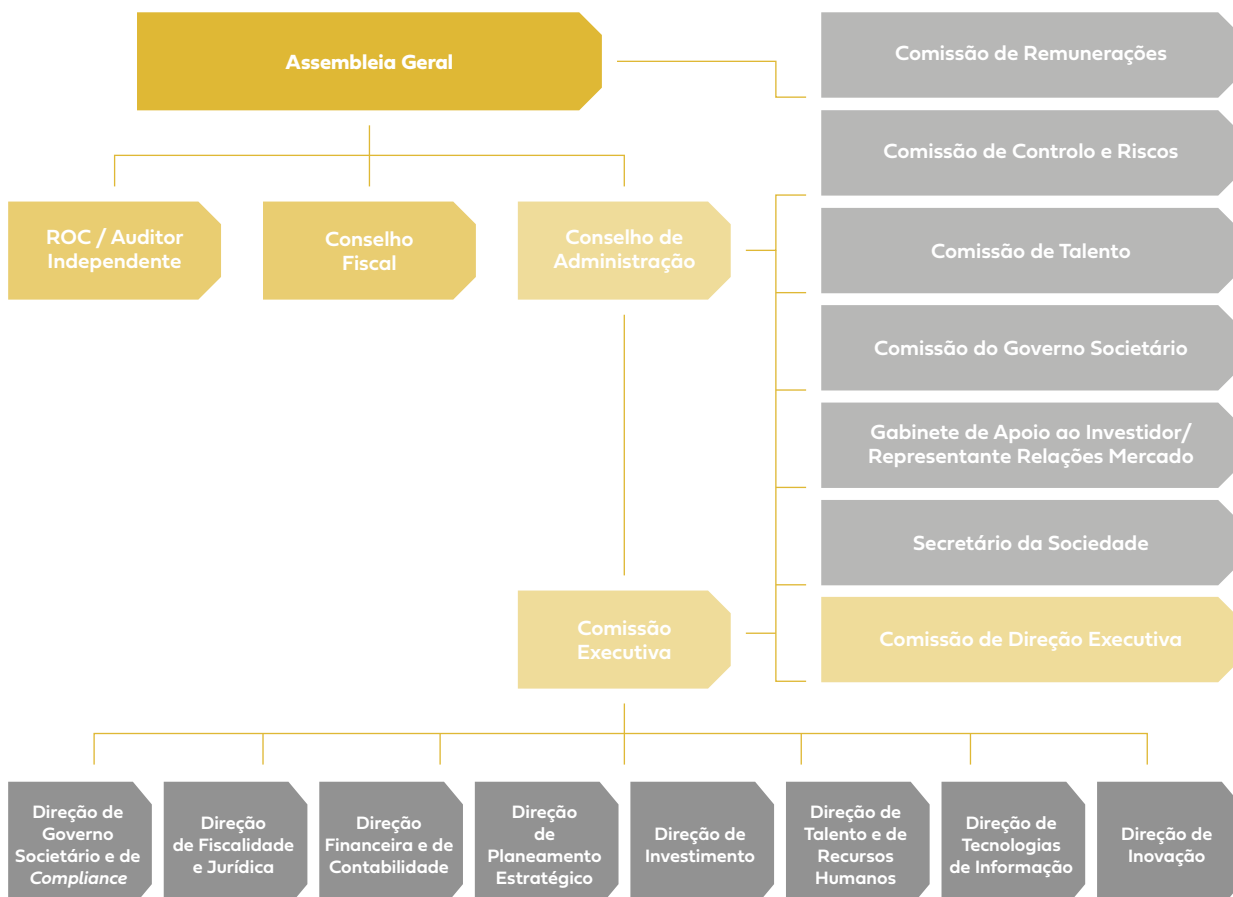
Paulo Lameiras Martins é licenciado em Engenharia de Produção Industrial pela Universidade Nova, pós-graduado em Gestão e frequentou o curso do International Directors Program (INSEAD). Possui uma longa carreira em Investment Banking. Foi membro do Conselho de Administração de bancos e de várias empresas desde 2005. Trabalhou em empresas portuguesas, americanas, alemãs e chinesas, tendo adquirido uma grande experiência multicultural. Engenheiro de formação, com experiência inicial na indústria de componentes automóveis, tornou-se um executivo sénior com uma experiência ampla em várias empresas. Foi também Membro do Conselho de Administração de mais de vinte empresas, quer como Presidente Executivo ou Não Executivo em diversos setores e em várias geografias, desde o Brasil, Portugal e Polónia. Convidado de diversos fóruns, conferências & workshops (na Europa, América Latina e China) em assuntos relacionados com Banca e Economia. É, desde 2022, Vogal do Conselho de Administração da Semapa.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Para além do desempenho de funções de administração nas sociedades Target One Capital, Keytarget Investments, Premium Caeli, Sodim e Cimo, por parte de administradores da sociedade, conforme descrito no ponto 26. *infra* e das detenções de participações qualificadas na sociedade e respetivas imputações detalhadas no ponto 7. *supra*, respeitantes às Senhoras Dr.ª Filipa Queiroz Pereira, D.ª Mafalda Queiroz Pereira e D.ª Lua Queiroz Pereira, não existem outras relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração da sociedade com acionistas da Semapa titulares de participação qualificada.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Apresenta-se de forma gráfica simplificada o organograma dos vários órgãos, comissões e direções da Semapa a 31 de dezembro de 2023:



A gestão da sociedade é centrada na articulação entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, sendo esta última coadjuvada pela Comissão de Direção Executiva.

A coordenação e a aproximação foram asseguradas pela estreita cooperação desenvolvida pelo Presidente do Conselho de Administração com a equipa executiva, através do seu Presidente, Dr. Ricardo Pires, pela disponibilidade dos membros da Comissão Executiva para a transmissão regular de toda a informação relevante ou urgente, ou que seja solicitada, relativa à gestão corrente da sociedade aos membros não executivos do Conselho de Administração, de forma a permitir um acompanhamento permanente da vida societária, e pela convocação de reuniões do Conselho de Administração para todas as decisões estratégicas ou consideradas especialmente relevantes, ainda que estas se enquadrem no âmbito dos poderes gerais delegados.

Também relativamente aos restantes membros dos órgãos sociais, incluindo o Secretário da Sociedade, as informações solicitadas são prestadas pelos membros da Comissão Executiva em tempo útil e de forma adequada.

Encontra-se constituída na sociedade uma Comissão de Direção Executiva para coadjuvar a Comissão Executiva no âmbito da respetiva delegação de poderes, e tendo, em especial, as competências referidas no ponto 29. deste relatório.

Para assegurar uma transmissão regular de informação, a Comissão Executiva disponibiliza ainda as convocatórias e as atas dessa Comissão ao Conselho Fiscal. Também as restantes comissões e órgãos sociais da sociedade asseguram, de forma atempada, adequada e nos termos dos respetivos regulamentos de funcionamento, o fluxo interorgânico da informação necessária, nomeadamente, através da disponibilização de convocatórias e de atas, nos termos necessários e adequados ao exercício das competências legais e estatutárias por parte dos restantes órgãos e comissões, incluindo o Secretário da Sociedade.

Até 31 de dezembro de 2023, a distribuição de pelouros entre os membros da Comissão Executiva era a seguinte, muito embora não existisse uma compartimentação rígida de funções e responsabilidades:

- 1.º Áreas de governo societário, *Compliance*, desenvolvimento e planeamento estratégico, controlo de gestão, política de investimentos, recursos humanos, gestão de talento, tecnologias de informação e de inovação, que cabem ao Presidente da Comissão Executiva, Senhor Dr. Ricardo Pires.
- 2.º Áreas financeira, contabilística, jurídica, fiscal e de sustentabilidade, que cabem ao Administrador Senhor Dr. Vítor Paranhos Pereira.

Em relação ao planeamento estratégico e política de investimentos, e sem prejuízo do pelouro a que acima se faz referência, esclarece-se que é, por natureza e pelo facto de a Semapa ser uma *holding* de investimento, uma área de maior intervenção dos membros não executivos e que contou com significativo envolvimento por parte do Presidente do Conselho de Administração. Participam assim os administradores não executivos na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do respetivo cumprimento.

No âmbito da redefinição da sua Estratégia de Investimento – que assenta na expansão e diversificação do seu portefólio, através de investimentos em empresas que beneficiem das competências do Grupo para acelerar o seu desenvolvimento, permitindo criação de valor para os acionistas e para a sociedade – foram incorporados pela sociedade os seguintes critérios de investimento:

- i. Dimensão relevante no seu mercado;
- ii. Vantagens competitivas robustas que se traduzam numa rentabilidade acima da média;
- iii. Potencial para ganhar escala e internacionalizar;
- iv. Forte capacidade exportadora;
- v. Contributo positivo para o ambiente e para a sociedade.

A Estratégia e as principais políticas da sociedade assentam no Propósito da sociedade de criação de impacto positivo “*Making it Better*” concretizado nos seguintes pilares:

- Promoção do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida das populações – Cuidar do ambiente e das comunidades
- Investimento na valorização do capital humano – Cuidar das nossas pessoas
- Crescimento sólido fundado em talento, investimento e inovação – Cuidar do futuro

O Grupo Semapa tem uma abordagem de gestão que se caracteriza por uma Cultura de simplicidade, proximidade e discrição, consciência social e ambiental, orientação para a ação e melhoria contínua, assente na inovação e no empreendedorismo.

No que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade, e no que diz respeito aos poderes da **Comissão Executiva**, estão delegados nesta comissão poderes de gestão amplos, na sua grande parte discriminadamente indicados no ato de delegação e apenas limitados no que respeita à matéria identificada no artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais. Estão, em concreto, delegados os seguintes atos:

- a) Sem prejuízo dos limites constantes das alíneas d) a f) *infra*, negociar e deliberar a celebração por ato público ou particular de qualquer contrato de natureza comercial ou civil, nos termos e condições que considere mais convenientes, bem como tomar todas as decisões que considere apropriadas na execução desses contratos;

- b)** Deliberar emitir, subscrever, sacar, aceitar, endossar, avalizar, protestar ou praticar qualquer outro ato no âmbito da utilização de títulos de crédito;
- c)** Deliberar sobre todos os atos correntes de natureza bancária, junto de instituições financeiras portuguesas ou estrangeiras, designadamente abrindo, consultando e estabelecendo o modo de movimentação de contas bancárias por todas as formas legalmente admissíveis;
- d)** Negociar e deliberar, contrair e alterar as condições de contratos de financiamento, junto de instituições financeiras ou outras entidades, incluindo a prestação de respetivas garantias nos casos em que tal é delegável nos termos da lei, tudo nos termos que entender mais convenientes, até ao montante acumulado de € 50 000 000,00 (cinquenta milhões de euros), por ano, e desde que o rácio de "Dívida Líquida (excluindo o efeito da norma IFRS 16) / EBITDA", apurado através das contas consolidadas do exercício transato, não ultrapasse 2,5 (duas vírgula cinco) vezes; os limites previstos na parte final da presente alínea não são aplicáveis à renovação de contratos de descoberto bancário e de abertura de crédito em conta corrente até ao montante acumulado de € 10 000 000,00 (dez milhões de euros), por ano;
- e)** Deliberar adquirir, alienar e onerar ativos de todas as naturezas, até ao montante de € 5 000 000,00 (cinco milhões de euros), por operação, nos termos e condições que entender mais adequados, negociando e deliberando a formalização para o efeito, por documento público ou particular, de qualquer instrumento contratual, e praticando quaisquer atos acessórios ou complementares, que se revelem necessários na execução desses contratos;
- f)** Deliberar adquirir, alienar ou onerar participações noutras sociedades, até ao montante acumulado de € 10 000 000,00 (dez milhões de euros), por ano, nos termos e condições que entender mais adequados, negociando e deliberando a formalização para o efeito, por documento público ou particular, de qualquer instrumento contratual, e praticando quaisquer atos acessórios ou complementares que se revelem necessários na execução desses contratos;
- g)** Tomar todas as decisões e praticar todos os atos no âmbito do exercício pela sociedade da sua posição de acionista, designadamente indicando os seus representantes nas Assembleias Gerais das sociedades em que participe e tomando deliberações unânimes por escrito;
- h)** Preparar os projetos de relatórios de atividade, balanços, demonstrações financeiras e propostas de aplicação de resultados;
- i)** Praticar todos os atos necessários ou convenientes, no âmbito das relações laborais da sociedade com os seus trabalhadores, designadamente, contratar, despedir, transferir, definir condições de trabalho e de remuneração, bem como as suas atualizações e alterações;
- j)** Deliberar sobre a representação da sociedade perante qualquer Tribunal ou instituto de mediação ou arbitragem, tomando todas as decisões que se mostrem necessárias ou convenientes no âmbito de qualquer procedimento aí pendente ou a instaurar, designadamente as de desistir, confessar ou transigir;
- k)** Constituir procuradores da sociedade dentro dos poderes que lhe estão delegados;
- l)** Praticar todos os atos necessários ou convenientes no âmbito da emissão de obrigações e papel comercial, já emitidos ou a emitir, incluindo a decisão de emissão, e
- m)** Em geral, praticar todos os atos de gestão corrente da sociedade, com exceção daqueles que por lei não podem ser delegados nos termos do artigo 407.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais.

Estão vedadas à Comissão Executiva as deliberações sobre:

- i.** Escolha do Presidente do Conselho de Administração;
- ii.** Cooptação de administradores;
- iii.** Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- iv.** Relatórios e contas anuais;
- v.** Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;

- vi. Mudança de sede e aumentos de capital, e
- vii. Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

Estão ainda institucionalizados alguns procedimentos que sempre constituíram a prática na sociedade, de modo a garantir a intervenção do Conselho de Administração na tomada de decisões estratégicas em razão do seu montante, risco ou características especiais.

No caso do **Conselho Fiscal**, que tem as competências que resultam da lei e melhor descritas no ponto 38. deste relatório, não existem poderes delegados ou pelouros atribuídos.

A **Comissão de Direção Executiva** tem como atribuições coadjuvar a Comissão Executiva no âmbito da respetiva delegação de poderes e, em especial, no exercício das funções referidas no ponto 29. deste relatório, competindo-lhe igualmente e a pedido da Comissão Executiva emitir pareceres não vinculativos.

A **Comissão de Controlo e Riscos** tem, entre outras atribuições, como objeto a detenção, o controlo e a gestão de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, tendo-lhe sido atribuídas todas as competências referidas no ponto 29. deste relatório, necessárias ao prosseguimento daquele objetivo.

A **Comissão do Governo Societário** tem por objeto a supervisão permanente do cumprimento pela sociedade das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário e demais competências desenvolvidas no ponto 29. deste relatório.

A **Comissão de Talento** tem competências de natureza recomendatória e consultiva em matéria de nomeações e avaliações, mais desenvolvidas no ponto 29. deste relatório.

As funções do **Gabinete de Apoio ao Investidor** vêm referidas no ponto 56. deste relatório.

O **Secretário da Sociedade** é designado pelo Conselho de Administração e possui as competências definidas na lei.

A **Comissão de Remunerações** elabora a política de remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização, competindo-lhe ainda realizar todo o trabalho de análise e fixação da remuneração dos administradores, em estreita cooperação com a Comissão de Talento.

A **Direção de Governo Societário e Compliance** presta assessoria em matéria de governo societário e é responsável pela promoção das melhores práticas neste âmbito, sendo ainda responsável pela implementação dos projetos de *compliance*, com o objetivo de garantir a conformidade com a legislação aplicável.

A **Direção de Planeamento Estratégico**, cujo Diretor Executivo integra a Comissão de Direção Executiva da Semapa, é responsável pelos processos de planeamento, orçamentação e controlo de negócio do Grupo, sendo também responsável pelo planeamento e desenvolvimento estratégico do Grupo.

A **Direção de Investimento**, cujo Diretor Executivo integra a Comissão de Direção Executiva da Semapa, promove a identificação e estudo de oportunidades de investimento, com vista à sua concretização.

A **Direção de Talento e de Recursos Humanos**, cuja Diretora Executiva integra a Comissão de Direção Executiva da Semapa, tem como principal responsabilidade propor as políticas de gestão de talento para a Semapa e assegurar a sua concretização, sendo ainda responsável por todos os processos do ciclo de vida de um Colaborador (atração, integração, desenvolvimento, mobilidade, avaliação e acompanhamento dos *alumni*).

A **Direção de Fiscalidade e Jurídica**, por seu turno, presta assessoria em matéria jurídica e tributária, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e evitando o planeamento fiscal abusivo.

A **Direção Financeira e de Contabilidade** tem como principais competências a gestão e planeamento financeiro e assegurar a prestação de contas da sociedade e o cumprimento das suas obrigações fiscais.

A **Direção de Tecnologias de Informação** é responsável por assegurar a eficácia e segurança dos sistemas de informação, gerir infraestruturas e sistemas de TI, liderar projetos de transformação digital, e supervisionar o desenvolvimento e implementação de soluções tecnológicas no âmbito da atividade da sociedade.

Por fim, a **Direção de Inovação** identifica, promove e gere iniciativas de inovação que possam criar valor adicional para a Semapa e para as suas Participadas.

Os órgãos sociais e as comissões internas acima identificadas estão obrigadas, nos termos dos respetivos regulamentos internos de funcionamento, a disponibilizar entre si, nos termos legal e estatutariamente exigidos, toda a informação e documentação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões, devendo ainda as várias direções e serviços da sociedade colaborar na produção, tratamento e divulgação da referida informação, de modo adequado, rigoroso e atempado. Nos termos dos referidos regulamentos e das demais normas aplicáveis, os mencionados órgãos sociais e as demais comissões da sociedade elaboram atas completas das respetivas reuniões.

Os regulamentos do Conselho de Administração e do órgão de fiscalização estabelecem ainda, em especial, mecanismos que garantem, dentro dos limites da legislação e da regulamentação aplicável, o acesso dos seus membros a toda a informação que seja necessária à avaliação do desempenho, situação e perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, e sem limitar, atas, documentação de suporte das deliberações tomadas, convocatórias e arquivo das reuniões do Conselho de Administração e da respetiva Comissão Executiva, sem prejuízo de poderem aceder a outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

A Semapa prossegue a sua atividade seguindo práticas empresariais responsáveis, norteada pelos princípios da integridade, ética e honestidade, constituindo os mesmos a base das diversas políticas, códigos e regulamentos que asseguram elevados padrões comportamentais, dos quais se destacam:

- Código de Ética e de Conduta;
- Política de Direitos Humanos;
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho;
- Política de Prevenção da Corrupção;
- Regulamento de Comunicação de Irregularidades;
- Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, e
- Política Fiscal.

A existência de políticas e regulamentos robustos, conjuntamente com uma monitorização das áreas que representam maior risco, tem suportado a prevenção e combate de qualquer tipo de corrupção, bem como de outros comportamentos ilícitos, reforçando ainda o compromisso da sociedade de respeitar os Direitos Humanos e os demais princípios e regras constantes das referidas políticas e regulamentos, constituindo um referencial da sua atuação e integrando o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e uma conduta empresarial responsável. Notamos ainda que no âmbito do Grupo, as Participadas têm vindo a adotar princípios e compromissos equivalentes aos estabelecidos nas referidas políticas, tendo em consideração o contexto e as especificidades da respetiva atividade e com a observância da legislação que lhes seja aplicável.

Por fim, e no âmbito da sustentabilidade, importa referir que a Semapa, enquanto *holding* de investimento e alinhada com o seu propósito, posiciona-se como uma empresa focada no crescimento sustentado e na criação de valor com impacto positivo a longo prazo, conforme descrito no Capítulo 4.1.1. do Relatório Anual. Investindo em setores-chave da economia nacional e internacional, a sociedade procura ainda equilibrar as exigências de criação de valor com impacto positivo para os acionistas com os princípios de desenvolvimento sustentável e, deste modo, criar impacto positivo para os seus diferentes *stakeholders*, nos termos mencionados no Capítulo 4.4.2. do Relatório Anual.

Este desígnio concretiza-se, no âmbito do perímetro de consolidação da Semapa e no que às suas Participadas diz respeito, em parte, pela descarbonização dos seus complexos industriais, no que respeita à Navigator, e pelo roteiro para a descarbonização da Secil através, por exemplo, do investimento realizado no projeto CCL – Clean Cement Line, na fábrica de cimento localizada no Outão. Na trajetória para a descarbonização, insere-se ainda o investimento nas empresas ETSA, UTIS e Triangle's, cujo próprio *core business* contribui para esta missão.

De referir que as empresas do Grupo estão comprometidas com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica do Grupo para 2050, existindo *roadmaps* de implementação¹², conforme descrito no Capítulo 4.2.2. do Relatório Anual. Entre as Participadas, a Navigator e a Secil são as empresas com maior expressão e impacto, tendo cada uma desenvolvido abordagens específicas, atendendo à sua identidade, posicionamento, setor de atividade e operações. De referir que, neste âmbito, a Semapa promove um clima de autonomia e de responsabilização das suas Participadas.

A Navigator dispõe de uma Agenda de Gestão Responsável 2030 e de um Roteiro 2030 próprios, com objetivos a longo prazo, organizados em torno de dois eixos – as Pessoas e o Planeta. A Secil alinhou a sustentabilidade como parte integrante do seu ciclo estratégico *Ambition 2025 – Crescimento Sustentável*, tendo definido objetivos e metas na área da sustentabilidade para 2025 e 2030, neste último caso relativos à neutralidade carbónica e à economia circular.

A Semapa e as suas Participadas estão comprometidas com o desenvolvimento sustentável e a redução da sua pegada ecológica, alinhando a estratégia, os investimentos e as suas operações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contemplados na Agenda 2030 das Nações Unidas, nos termos indicados no Capítulo 4.1.3. do Relatório Anual.

Tendo em conta o impacto que as atividades das empresas do Grupo podem ter nas comunidades, uma das prioridades de atuação da Semapa é a promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida das populações. Dando continuidade à longa tradição empresarial de filantropia e mecenato da Família Queiroz Pereira, como acionistas de referência, o Grupo desenvolve um conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida das comunidades e a preservação ambiental. Atualmente, está a desenvolver um trabalho interno para se posicionar na área da filantropia de impacto e responsabilidade social, conforme detalhado no Capítulo 4.3.3. do Relatório Anual, e, deste modo, potenciar a sua atuação e a das suas Participadas neste âmbito.

Também a Estratégia de Gestão de Talento da Semapa tem impacto na oferta de valor enquanto empregador e permite proporcionar experiências positivas aos Colaboradores, nos termos expostos no Capítulo 4.3.1. do Relatório Anual.

De referir ainda que a forma como é estruturada a remuneração dos órgãos sociais e determinada a avaliação do desempenho da administração executiva e a atribuição da respetiva remuneração variável contribui para a concretização da estratégia definida pela Semapa, bem como para os interesses de longo prazo e para a sustentabilidade da sociedade, conforme melhor descrito no ponto 70. *infra*.

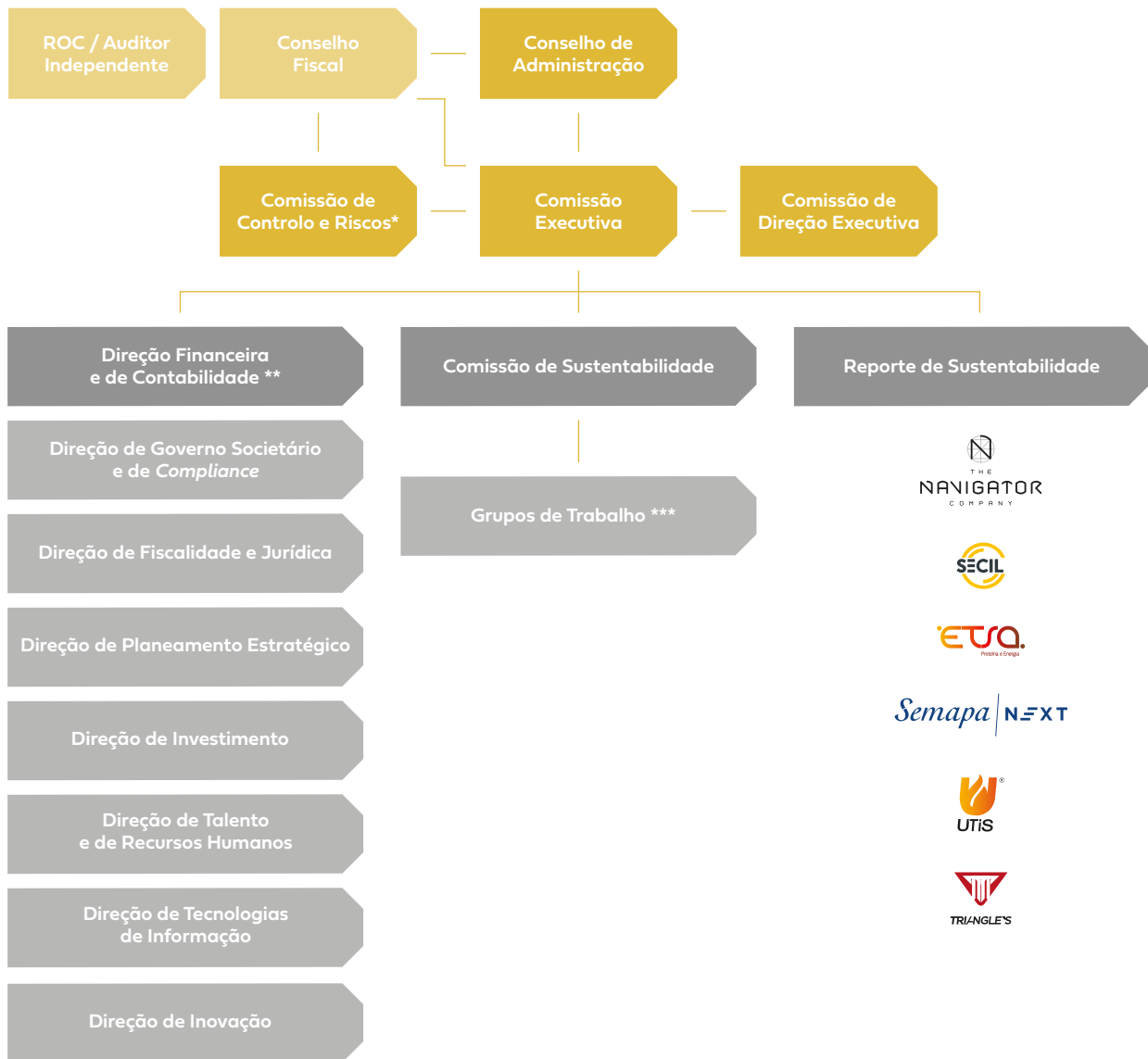
Para suporte à concretização dos seus objetivos e materialização da sua abordagem a cada tema material, a Semapa e cada uma das suas Participadas tem vindo a trabalhar no sentido de definir um conjunto de políticas, metas, planos de ação e métricas, nos termos melhor descritos no Capítulo 4.1.1. do Relatório Anual, entre outros documentos estruturantes. Saliente-se que embora as políticas existentes possam ainda não cobrir a totalidade dos temas materiais, estes são suportados por programas com objetivos definidos e por planos de ação e KPIs, estando em curso a formalização das políticas identificadas como mais relevantes.

De reforçar que ao longo do relato de sustentabilidade se detalha a abordagem de gestão seguida, as ações empreendidas em cada ano de relato e o desempenho alcançado, quer pela *holding*, quer pelas suas Participadas, conforme exposto no Capítulo 4 e respetivos subcapítulos do Relatório Anual.

No âmbito do sistema de gestão e controlo de riscos implementado e relativamente aos riscos relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, a sociedade instituiu processos para coligir e processar dados relacionados com essas matérias, tendo em vista alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação.

¹² Relativamente à Participada Triangle's, a análise dos passos necessários para a elaboração de um *roadmap* iniciou-se após a sua aquisição, em 19 de junho de 2023.

Neste âmbito, apresentamos, de seguida, organograma que ilustra os principais elementos do modelo de governo societário implementado na Semapa e na sua relação com as suas Participadas e vigente no decurso do exercício de 2023, quanto às matérias relacionadas com a sustentabilidade e aos processos de recolha, tratamento e análise de dados e informação sobre sustentabilidade:



* Acompanhamento no âmbito do sistema de gestão e controlo de riscos vigente

** Direção com responsabilidade no reporte e consolidação da informação sobre sustentabilidade

*** Integram Diretores da sociedade e das Participadas com conhecimentos nas áreas e temas relevantes da sustentabilidade

Importa referir que, atendendo aos desafios associados à gestão da sustentabilidade e à sua necessária conciliação com as sucessivas evoluções legislativas nesta matéria, o modelo de governo societário da sustentabilidade vigente na Semapa – que resulta já da consolidação de opções tomadas nos últimos anos e da experiência entretanto adquirida – não corresponde a um modelo rígido e definitivo, estando, pois, sujeito a uma avaliação periódica quanto à sua eficácia e às alterações consideradas adequadas face às necessidades sentidas pela sociedade e pelo Grupo em cada momento.

Assim, e relativamente à Semapa, foi criada uma Comissão de Sustentabilidade *ad hoc*, da qual fazem parte o administrador executivo, com o pelouro financeiro e da sustentabilidade (CFO), Senhor Dr. Vítor Paranhos Pereira e, bem assim, outros Diretores da Semapa e de sociedades Participadas. Em 2023, a Comissão de Sustentabilidade constituiu diversos Grupos de Trabalho (GT), compostos por Colaboradores das sociedades do grupo, com experiência e conhecimentos nas respetivas áreas, para tratar de temas relevantes da sustentabilidade, tais como a ação climática, água, economia circular, a biodiversidade, o capital humano e talento, a saúde, segurança e bem-estar no trabalho, a ética no negócio e direitos humanos e o reporte e relatório de sustentabilidade, e promovendo a definição de indicadores, partilha e harmonização de práticas, acompanhamento de tendências, entre outros.

A referida Comissão de Sustentabilidade tem desenvolvido a sua atividade sob a supervisão da Comissão Executiva que, coadjuvada pela Comissão de Direção Executiva, assegura a transmissão ao Conselho de Administração da informação relacionada com os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Sustentabilidade e pelos Grupos de Trabalho.

Por outro lado, a Semapa dispõe de um modelo de acompanhamento de riscos, com atribuições de competências aos diferentes intervenientes no sistema de gestão e controlo de riscos, em especial o Conselho de Administração, a quem cabe identificar os principais riscos e definir a estratégia global de risco, o Conselho Fiscal e o ROC, com competências de supervisão e fiscalização, e a Comissão de Controlo e Riscos, enquanto comissão interna responsável pela deteção, controlo e gestão de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, de entre os quais os riscos relacionados com a sustentabilidade ambiental – incluindo a análise do risco climático – e social, conforme melhor descrito nos pontos 53. e 54. *infra*.

Por seu turno e no que respeita às Participadas da sociedade, existem diversos níveis de *governance* quanto ao tratamento de informação sobre sustentabilidade, quer ao nível da constituição de comissões e fóruns – como o Fórum de Sustentabilidade da Navigator –, ao nível dos responsáveis de sustentabilidade dentro de cada uma das organizações, com a atribuição aos administradores executivos de pelouros próprios, com a designação de diretores de sustentabilidade ou mesmo com direções com funções repartidas neste âmbito, quer ao nível dos responsáveis pela gestão e acompanhamento dos riscos relacionados com a sustentabilidade ambiental e social.

O reporte dos dados sobre sustentabilidade ambiental e social é feito pelas Participadas junto da sociedade, no âmbito da obrigação de consolidação de informação e do respetivo sistema de reporte, sendo os referidos dados analisados na sociedade pelas direções, comissões e órgãos com competências nessas matérias, nos termos acima indicados, em especial pela Comissão Executiva – coadjuvada pela Comissão de Direção Executiva – em articulação com o Conselho de Administração e com o apoio da Comissão de Controlo e Riscos, beneficiando este processo da fiscalização promovida pelo Conselho Fiscal e pelo ROC, no âmbito das respetivas competências. Os dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social e o respetivo detalhe e notas metodológicas podem ser consultados no Capítulo 9.1. do Relatório Anual.

A sociedade tem vindo a consolidar o seu sistema de gestão e controlo de riscos, desenhado de acordo com as boas práticas e referências metodológicas, tendo integrado vários riscos relacionados com a sustentabilidade como *top risks* para a Semapa e para o Grupo, tais como as catástrofes ambientais não naturais, eventos climáticos adversos, desempenho ESG e transição climática, nos termos expostos no Capítulo 2.4. do Relatório Anual.

Em especial quanto às alterações climáticas e à forma como são consideradas pela sociedade, refira-se que, assumindo o grupo um forte cariz industrial, a Semapa está ciente dos impactos associados às emissões de GEE geradas pelas suas atividades, tendo, inclusivamente, sido criado um Grupo de Trabalho para a Descarbonização e definido um Roteiro para a Neutralidade Carbónica do Grupo para 2050. Assim, as respetivas Participadas estão comprometidas com esse roteiro, tendo *roadmaps* de implementação, nos termos descritos no Capítulo 4.2.2. do Relatório Anual. Estes roteiros apresentam-se como os principais planos para contribuir, à escala possível, para a descarbonização global e igualmente para evitar custos associados a licenças de emissões.

A descarbonização dos processos industriais do Grupo Semapa assenta na implementação de medidas relacionadas com o aumento da incorporação de energia de fonte renovável e de combustíveis alternativos, bem como através da promoção da eficiência energética e de recursos, nos termos referidos no Capítulo 4.2.2. do Relatório Anual e implica também a implementação de projetos de I&D para o desenvolvimento de novos produtos e processos de baixo carbono fóssil, com impacto na cadeia de valor, conforme descrito no Capítulo 4.4.3. do Relatório Anual.

Importa salientar que, através das atividades das Participadas, resulta igualmente um contributo positivo para a redução das alterações climáticas conforme exposto no Capítulo 4.2.2. do Relatório Anual, através, por exemplo:

- i. Do sequestro e armazenamento de carbono nas florestas e nos produtos florestais;
- ii. Da captação de carbono nos processos produtivos e na promoção do crescimento de uma bioeconomia, de base florestal, circular e de baixo carbono fóssil;
- iii. Dos cimentos com menor incorporação de clínquer (*low carbon clinker*) e dos betões com menos cimento;
- iv. Da promoção da reciclagem de subprodutos da cadeia alimentar (*rendering*); e
- v. Como *players* das cadeias de valor do hidrogénio e da micromobilidade sustentável.

Conforme referido *supra*, no âmbito dos riscos estratégicos monitorizados, reconhecem-se vários riscos associados à sustentabilidade, entre eles, a ocorrência de eventos climáticos adversos e os riscos de transição climática, conforme indicado no Capítulo 2.4. do Relatório Anual. Neste âmbito, a Navigator tem vindo a desenvolver, desde 2022, o projeto de implementação das recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), e a Secil definiu como objetivo até 2025 a implementação desse *framework*, com o objetivo de integrar as recomendações da TCFD na estratégia e nos processos de gestão de riscos, aproveitando a oportunidade para avaliar potenciais implicações financeiras e estratégicas, decorrentes de alterações climáticas, e desenvolver respostas adequadas.

Por fim, importa notar que, desde 2017, o relato de sustentabilidade é elaborado de acordo com as Normas do *Global Reporting Initiative*, conforme detalhado no Capítulo 10.2. do Relatório Anual, pela Semapa e pela Secil, sendo as práticas de relato da Navigator anteriores a essa data.

B) FUNCIONAMENTO

GRI 2-18

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Existe um regulamento de funcionamento do Conselho de Administração que se encontra publicado no [sítio](#)¹³ da sociedade na Internet, onde o mesmo pode ser consultado.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Em 2023, tiveram lugar 9 reuniões do Conselho de Administração, tendo a assiduidade de cada membro (presenças físicas ou através de meios telemáticos) sido a seguinte:

Membros do Conselho de Administração	Membros presentes (%)	Membros presentes e representados (%)
José Antônio do Prado Fay	100%	100%
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	100%	100%
Vítor Paulo Paranhos Pereira	100%	100%
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	100%	100%
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	100%	100%
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	100%	100%
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	100%	100%
Paulo José Lameiras Martins	100%	100%

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Comissão de Remunerações é o órgão da sociedade que prepara todo o enquadramento da avaliação dos administradores executivos, no âmbito da Política de Remuneração. A avaliação de desempenho de cada administrador executivo segue um processo interno estruturado, sob a responsabilidade/liderança do respetivo responsável (i.e. sob a responsabilidade da pessoa que preside à equipa, no caso dos vogais da Comissão Executiva, e sob a responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, no caso do Presidente da Comissão Executiva) e no qual participam também os administradores não executivos que o responsável entenda pertinente envolver.

¹³ <https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2023/12/Regulamento-do-Conselho-de-Administracao.pdf>

Neste processo está ainda envolvida a Comissão de Talento, atualmente composta por 6 membros, dos quais 4 são administradores não executivos, a quem compete acompanhar o sistema de avaliação de desempenho da administração executiva e de atribuição de remuneração pela sociedade, bem como pronunciar-se sobre as propostas de avaliação individual de desempenho da administração executiva, o que torna desnecessário um envolvimento adicional do próprio Conselho de Administração na avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Por fim, compete à Comissão de Remunerações confirmar, no tocante à avaliação de desempenho, os respetivos fatores de realização e garantir a coerência geral do processo, fixando a remuneração variável.

Assim, em 2023 e relativamente ao exercício de 2022, a Comissão de Talento reuniu e pronunciou-se sobre as propostas de avaliação de desempenho individual dos membros da Comissão Executiva, Senhor Dr. Vítor Paranhos Pereira, emitida pelo respetivo Presidente, e deste, Senhor Dr. Ricardo Pires, emitida pelo Presidente do Conselho de Administração, comunicando o seu parecer à Comissão de Remunerações. Estas propostas de avaliação basearam-se na aplicação dos critérios base para a avaliação do desempenho dos administradores executivos em vigor na Semapa.

Refira-se ainda que, a revisão da Política de Remuneração para o período 2021-2024, ocorrida na Assembleia Geral Anual da sociedade de 2023, introduziu uma nova componente da remuneração variável, a plurianual – Incentivo de Longo Prazo (ILP) – cujo acompanhamento, cálculo dos resultados obtidos e dos montantes a pagar serão assegurados por uma entidade externa independente. O ILP pode incluir uma avaliação individual do desempenho dos administradores executivos a ser assegurada pela Comissão de Remunerações, ouvidos outros intervenientes que esta Comissão entenda pertinente envolver. A referida avaliação e determinação do montante a pagar será efetuada no final de cada um dos períodos trianuais – coincidentes com o mandato em curso –, sendo, no entanto, o primeiro período correspondente a 2023/2024, por corresponder aos últimos anos do mandato em curso.

Por seu turno, e nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração e no Regulamento da Comissão de Talento, o Conselho de Administração, com o acompanhamento da Comissão de Talento, deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho da Comissão Executiva, dos administradores executivos e das suas comissões, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento anual, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno, o contributo de cada membro para o efeito e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade. Nos termos previstos no respetivo regulamento, a Comissão de Talento procede ao acompanhamento da avaliação global do desempenho do Conselho de Administração. A avaliação dos administradores executivos, bem como a autoavaliação do Conselho de Administração e das suas comissões, tiveram lugar no exercício de 2023 relativamente ao desempenho de 2022 e ocorrerão em 2024 relativamente ao exercício de 2023, nos termos acima descritos.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Os critérios-base para a avaliação do desempenho dos administradores executivos a vigorar em 2021-2024 são os definidos nos pontos 69. a 71. *infra*.

Estes critérios são concretizados através de um sistema de *Key Performance Indicators (KPIs)*, quantitativos e qualitativos, relacionados com o desempenho da sociedade, e do administrador em causa, de cariz económico, financeiro e operacional, incluindo critérios de sustentabilidade, nos termos da Política de Remuneração em vigor em cada momento.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os membros do Conselho de Administração têm a disponibilidade adequada ao desempenho das funções que lhes estão cometidas, tendo as demais atividades exercidas pelos membros executivos no decurso do exercício, fora do grupo económico de que a Semapa faz parte, um carácter inexpressivo, quando comparado com o desempenho das suas funções na sociedade e restantes sociedades do mesmo grupo económico.

Para além das atividades referidas no ponto 19., os membros do Conselho de Administração desempenham os cargos sociais que se descrevem *infra*:

JOSÉ ANTÔNIO DO PRADO FAY

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

CAMIL ALIMENTOS, S.A.	Administrador
CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SÃO SALVADOR ALIMENTOS S. A.	Administrador
SODIM, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SUPERBAC Biotechnology Solutions	Administrador ¹⁴

RICARDO MIGUEL DOS SANTOS PACHECO PIRES

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

APHELION, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ETSA – Investimentos, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SEMAPA Inversiones, S.L.	Administrador
SEMAPA NEXT, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
TRIANGLE'S – CYCLING EQUIPMENTS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ¹⁵
QUOTIDIAN PODIUM, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ¹⁶

Funções exercidas noutras sociedades:

CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador
PYRUS AGRICULTURAL LLC	Administrador
PYRUS INVESTMENTS LLC	Administrador
PYRUS REAL ESTATE LLC	Administrador
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SODIM, SGPS, S.A.	Administrador
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
UPSIS, S.A.	Administrador
UPSIS – CONSULTORIA E INVESTIMENTOS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ¹⁷

VÍTOR PAULO PARANHOS PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

APHELION, S.A.	Administrador
SEMAPA Inversiones, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
SEMAPA NEXT, S.A.	Administrador
QUOTIDIAN PODIUM, S.A.	Administrador ¹⁸

Funções exercidas noutras sociedades:

ANTASOBRAL – Sociedade Agropecuária, S.A.	Administrador
CAPITAL HOTELS – Sociedade de Investimentos e Gestão, S.A.	Administrador
CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador
GALERIAS RITZ, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
HOTEL RITZ, S.A.	Administrador
PARQUE RITZ, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Administrador
SODIM, SGPS, S.A.	Administrador
SOCIEDADE AGRÍCOLA da HERDADE dos FIDALGOS, Unip., Lda.	Gerente
SONAGI, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SONAGI – Imobiliária, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Administrador
ASSOCIAÇÃO DA HOTELARIA DE PORTUGAL	Presidente da Mesa da Assembleia Geral

¹⁴ Funções exercidas até 5 de maio de 2023.

¹⁵ Iniciou funções a partir de 19 de junho de 2023.

¹⁶ Iniciou funções a partir de 20 de dezembro de 2023.

¹⁷ Iniciou funções a partir de 22 de dezembro de 2023.

¹⁸ Iniciou funções a partir de 20 de dezembro de 2023.

FILIPA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
 Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

ABSTRACTREASON, LDA.	Gerente
BESTWEB, Prestação de Serviços e Consultoria Informática Lda.	Gerente
CAPITAL HOTELS – Sociedade de Investimento e Gestão S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administradora
FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO	Presidente do Conselho Geral
HOTEL RITZ, S.A.	Administradora
LAGUM – Sociedade Imobiliária, Lda.	Gerente
TARGET ONE CAPITAL, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ¹⁹
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora
ABELAR CAPITAL, Lda.	Gerente

MAFALDA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
 Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administradora
KEYTARGET INVESTMENTS – Consultoria e Investimentos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ²⁰
MONTE DA PRAIA RECURSOS NATURAIS, S.A.	Administradora
SOCIEDADE AGRÍCOLA da HERDADE dos FIDALGOS, Unip., Lda.	Gerente
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora
SONAGI, SGPS, S.A.	Administradora

LUA MÓNICA MENDES DE ALMEIDA DE QUEIROZ PEREIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:

SEMAPA NEXT, S.A.	Administradora
-------------------	----------------

Funções exercidas noutras sociedades:

CIMO – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administradora
ECO MALHADA, Lda.	Gerente
SODIM, SGPS, S.A.	Administradora
PREMIUM CAELI, S.A.	Presidente do Conselho de Administração ²¹
PREMIUM PECULI, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
LUSO VIRIATO – Funerárias Portuguesas, S.A.	Administradora ²²

ANTÓNIO PEDRO DE CARVALHO VIANA-BAPTISTA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
 Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções desempenhadas noutras sociedades:

ALTER VENTURE PARTNERS G.P., SARL	Administrador
AZORA CAPITAL S.L.	Administrador
JERÓNIMO MARTINS SGPS, S.A.	Administrador

¹⁹ Até ao dia 27 de junho de 2023 exerceu funções de Administradora Única, tendo sido nomeada Presidente do Conselho de Administração após essa data.

²⁰ Até ao dia 27 de junho de 2023 exerceu funções de Administradora Única, tendo sido nomeada Presidente do Conselho de Administração após essa data.

²¹ Até ao dia 27 de junho de 2023 exerceu funções de Administradora Única, tendo sido nomeada Presidente do Conselho de Administração após essa data.

²² Início de funções em 3 de outubro de 2023.

PAULO JOSÉ LAMEIRAS MARTINS

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções desempenhadas noutras sociedades:

HAITONG BANK, S.A.	Administrador ²³
PARAMA UNIPessoal, LDA.	Administrador
STAK PREV (VIC Properties Holding)	Administrador ²⁴
PREV VP S.À R.L.	Administrador ²⁵
PREV VI S.À R.L.	Administrador ²⁶
PREV SL S.À R.L.	Administrador ²⁷
RATIONALDREAMS, LDA	Gerente

Nos termos do regulamento do Conselho de Administração, os administradores que integram a Comissão Executiva não podem desempenhar funções de administração executiva em entidades exteriores ao grupo empresarial em que se enquadra a sociedade, salvo se a atividade dessas entidades for considerada acessória ou complementar à atividade do Grupo ou não implicar um dispêndio de tempo relevante, não desempenhando os administradores executivos funções noutras sociedades que não cumpram os critérios atrás referidos.

No mesmo regulamento está previsto que os administradores que não integram a Comissão Executiva podem desempenhar funções de administração (executivas ou não) em entidades exteriores ao grupo empresarial em que se enquadra a sociedade, sempre que não estejam em causa sociedades que desempenham uma atividade concorrente com a da sociedade ou das sociedades direta ou indiretamente participadas por esta, devendo informar o Presidente do Conselho de Administração previamente ao início dessas mesmas funções. Os administradores não executivos da sociedade não desempenham funções noutras sociedades que não cumpram os requisitos atrás descritos.

C) COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU SUPERVISÃO E ADMINISTRADORES DELEGADOS

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Na sociedade estão constituídas as seguintes comissões criadas no seio do Conselho de Administração: Comissão Executiva, Comissão de Direção Executiva, Comissão de Controlo e Riscos, Comissão do Governo Societário e Comissão de Talento.

A Comissão de Direção Executiva, a Comissão de Controlo e Riscos, a Comissão do Governo Societário e a Comissão de Talento dispõem de regulamentos de funcionamento, encontrando-se os mesmos publicados no sítio²⁸ da sociedade na Internet, onde podem ser consultados.

Atendendo à sua natureza, composição e origem no seio do Conselho de Administração, que dispõe de um regulamento de funcionamento autónomo e que contém também regras específicas sobre a organização e o funcionamento da respetiva Comissão Executiva, esta última não dispõe de um regulamento autonomizado, sendo-lhe aplicáveis as seguintes regras de funcionamento previstas no referido regulamento e no respetivo ato de delegação de poderes:

- a) A Comissão Executiva reúne quando for convocada pelo seu Presidente ou por quaisquer outros dois membros;
- b) Os membros da Comissão Executiva podem fazer-se representar por outro membro, não podendo cada pessoa representar mais que um membro;

²³ Cessou funções em 29 de dezembro de 2023.

²⁴ Início de funções em 1 de janeiro de 2024.

²⁵ Início de funções em 1 de janeiro de 2024.

²⁶ Início de funções em 1 de janeiro de 2024.

²⁷ Início de funções em 1 de janeiro de 2024.

²⁸ https://www.semapa.pt/investidores/governo_societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/

- c) O Presidente da Comissão Executiva tem voto de qualidade;
- d) Os membros ausentes podem votar por escrito, e
- e) Compete em especial ao Presidente da Comissão Executiva assegurar a prestação de informação e a articulação com o Conselho de Administração.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Os membros da Comissão Executiva foram, em 2023, os seguintes:

- a) Dr. Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires, que preside, e
- b) Dr. Vítor Paulo Paranhos Pereira.

O Senhor Dr. Ricardo Pires foi designado membro da Comissão Executiva por deliberação do Conselho de Administração de 5 de junho de 2018, passando a presidi-la a 1 de janeiro de 2022 por deliberação do Conselho de Administração de 3 de novembro de 2021, tendo o Senhor Dr. Vítor Paranhos Pereira sido designado administrador executivo por deliberação do Conselho de Administração de 31 de janeiro de 2020 e com produção de efeitos a 1 de março de 2020.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

COMISSÃO EXECUTIVA:

Os poderes da Comissão Executiva vêm referidos no ponto 21. deste relatório.

A Comissão Executiva é o órgão de gestão executivo da sociedade, tendo prosseguido as suas competências no âmbito da delegação de poderes que lhe foi confiada pelo Conselho de Administração. Esta comissão reúne com regularidade e sempre que necessário, em função dos negócios em curso e do acompanhamento da atividade da sociedade, tendo reunido trinta e nove vezes durante o exercício de 2023. Para além dos membros da Comissão Executiva, estas reuniões são secretariadas pelo Secretário da Sociedade, Senhor Dr. Rui Gouveia, e incluem, sempre que as matérias assim o justifiquem, a presença de administradores não executivos, representantes de sociedades do Grupo e de elementos das várias direções da empresa.

COMISSÃO DE DIREÇÃO EXECUTIVA:

À Comissão de Direção Executiva compete coadjuvar a Comissão Executiva nas funções que lhe forem delegadas pelo Conselho de Administração da sociedade quanto às matérias de seguidas enunciadas:

- a) Implementação das linhas estratégicas e políticas definidas e do orçamento anual;
- b) Controlo financeiro, contabilístico e fiscal;
- c) Política de gestão de recursos humanos;
- d) Realização de investimentos ou desinvestimentos, incluindo a negociação dos mesmos e respetiva concretização;
- e) Realização de operações de reorganização;
- f) Acompanhamento das subsidiárias, incluindo a prestação de apoio técnico, financeiro e em matérias de governo societário;
- g) Operações financeiras, incluindo a emissão de valores mobiliários representativos de dívida;
- h) Instauração e acompanhamento de ações, desistência ou negociação de acordos no âmbito de processos judiciais ou de natureza similar;
- i) Atribuição de patrocínios, donativos ou contribuições de natureza similar;

- j) Elaboração de propostas a apresentar ao Conselho de Administração pela Comissão Executiva, incluindo linhas estratégicas ou planos de médio e longo prazo, orçamentos para o exercício seguinte, documentos de prestação de contas e resultados, relatórios de sustentabilidade, de riscos e de governo societário e propostas de aplicação de resultados;

Nos termos e para os efeitos das atribuições acima referidas, compete igualmente à Comissão de Direção Executiva emitir pareceres não vinculativos a pedido da Comissão Executiva.

A Comissão de Direção Executiva reuniu trinta e nove vezes durante o exercício de 2023, e em 31 de dezembro de 2023 era composta pelos Senhores Dr. Ricardo Pires, Presidente, e Dr. Vítor Paranhos Pereira, Dr.ª Isabel Viegas, Eng.º Hugo Pinto e Dr. Tiago de Noronha²⁹, Vogais, sendo os Senhores Dr. Ricardo Pires e Dr. Vítor Paranhos Pereira igualmente administradores da sociedade.

A Comissão de Direção Executiva desempenhou o seu papel de acompanhamento e apoio à Comissão Executiva, colaborando ativamente, nomeadamente, através de reuniões regulares, com todas as direções existentes na Semapa, nas diferentes matérias que lhe estão atribuídas, e em especial no domínio da estratégia, com vista a assegurar a sua implementação junto das diferentes unidades de negócio do Grupo e da Semapa como *holding* individual, dentro das competências anteriormente referidas.

COMISSÃO DE CONTROLO E RISCOS:

A Comissão de Controlo e Riscos é responsável pela deteção, controlo e gestão de todos os riscos relevantes na atividade da sociedade, em especial dos riscos jurídicos, financeiros e relacionados com a sustentabilidade ambiental – incluindo a análise do risco climático – e social.

A Comissão de Controlo e Riscos tem, nomeadamente, as seguintes competências:

- a) Acompanhar os negócios da sociedade, assegurando uma análise integrada e permanente dos riscos associados aos mesmos;
- b) Propor e acompanhar a implementação de medidas concretas e procedimentos relativos ao controlo e redução dos riscos na atividade da sociedade, visando o aperfeiçoamento do sistema de controlo interno e, nomeadamente, da função de gestão de riscos;
- c) Verificar a implementação dos ajustamentos ao sistema de controlo interno, nomeadamente, à função de gestão de riscos propostos pelo Conselho Fiscal;
- d) Propor a discussão, alteração e introdução de novos procedimentos que visem o aperfeiçoamento da deteção, controlo e gestão dos riscos inerentes à atividade da sociedade, e
- e) Analisar riscos que sejam considerados emergentes ou potenciais, tais como riscos relacionados com novas tecnologias, incluindo a utilização de mecanismos de inteligência artificial.

Compete ainda à Comissão de Controlo e Riscos a elaboração, para aprovação pelo Conselho de Administração, da política de risco da sociedade para cada exercício social, que deverá identificar, sem limitar:

- a) Os principais riscos a que a sociedade se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade e os limites em matéria de assunção de riscos para a sociedade;
- b) A probabilidade da ocorrência, e respetivo impacto, desses riscos relevantes na atividade da sociedade, e
- c) Os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a mitigação dos riscos relevantes para a atividade da sociedade identificados.

Tendo em consideração os crescentes desenvolvimentos tecnológicos e a necessidade de uma abordagem proativa para identificar, avaliar e mitigar possíveis impactos adversos desta realidade, o Regulamento da CCR foi revisto no início de 2024, no sentido de passar a prever a atuação da CCR na análise de riscos emergentes ou potenciais, como os riscos decorrentes de novas tecnologias, designadamente, relacionados com a utilização de mecanismos de inteligência artificial.³⁰

²⁹ Tiago de Noronha foi designado membro da Comissão de Direção Executiva por deliberação do Conselho de Administração de 21 de setembro de 2023.

³⁰ Neste âmbito, adota-se a definição de “Sistema de Inteligência Artificial” previsto na proposta de Regulamento COM/2021/2006 final, de 21 de abril de 2021, que estabelece regras em matéria de inteligência artificial.

Foi ainda autonomizada, em 2023, a área de tecnologias de informação enquanto Direção de Tecnologias de Informação, tendo sido realizadas iniciativas, no decurso do exercício, relativas à utilização da inteligência artificial.

Em especial, e relativamente à inteligência artificial, a sociedade reconhece a crescente proliferação da utilização destes mecanismos de uma forma global e o impacto potencial da sua utilização nas mais diversas aplicações.

No que à sociedade diz respeito, e em particular à sua gestão, os mecanismos de inteligência artificial não foram até ao momento implementados e utilizados pelos órgãos sociais como instrumentos de tomada de decisões.

No exercício das suas competências, a CCR é acompanhada de forma permanente pelo Conselho Fiscal da Sociedade, conforme resulta do ponto 54. *infra*. Tendo em vista o reforço da articulação entre a CCR e o Conselho Fiscal, a revisão do Regulamento da CCR levada a cabo no início de 2024, passou ainda a prever expressamente o dever de o Presidente da CCR informar o Conselho Fiscal das deliberações da CCR que atendendo à sua relevância devam ser do seu conhecimento, bem como, a possibilidade de os membros do Conselho Fiscal estarem presentes em reuniões da CCR, a pedido do respetivo Presidente ou a pedido do Conselho Fiscal, em função do tema na agenda.

A Comissão de Controlo e Riscos reuniu quatro vezes durante o exercício de 2023 e, em 31 de dezembro de 2023, era composta pelos Senhores Eng.º Paulo Lameiras Martins, Presidente, e Dr. Vítor Paranhos Pereira e Dr.ª Susana Coutinho, Vogais, sendo os Senhores Eng.º Paulo Lameiras Martins e Dr. Vítor Paranhos Pereira igualmente administradores da sociedade.

No âmbito das suas atividades, esta comissão praticou os atos, manteve o acompanhamento e fez todas as verificações inerentes às suas competências, tendo realizado reuniões conjuntas com os membros do Conselho Fiscal, com o apoio da Direção Financeira e de Contabilidade.

COMISSÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO:

À Comissão do Governo Societário, para além da supervisão permanente do cumprimento, pela sociedade, das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário, compete a análise crítica das práticas e comportamentos da sociedade no âmbito do governo societário, e a iniciativa no sentido de propor a discussão, alteração e introdução de novos procedimentos que visem o aperfeiçoamento da estrutura e governo societários. A Comissão do Governo Societário deve ainda avaliar anualmente a situação do governo da sociedade e submeter ao Conselho de Administração as propostas que entenda convenientes.

A Comissão do Governo Societário reuniu quatro vezes durante o exercício de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 era composta pelos Senhores Eng.º José Fay, Presidente, e Dr. Ricardo Pires e Dr. Rui Gouveia, Vogais e, respetivamente, Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão Executiva e Secretário da Sociedade.

A Comissão do Governo Societário desenvolveu as suas atividades de supervisão e avaliação do governo societário ao longo do exercício e contribuiu ativamente para a elaboração do relatório anual do governo da sociedade, tendo tido acesso à informação necessária essencialmente através do seu membro Senhor Dr. Rui Gouveia, que é também Diretor de Governo Societário e *Compliance* da sociedade, e do contacto permanente e da presença em reuniões de mais um membro dessa Direção.

COMISSÃO DE TALENTO:

A Comissão de Talento funciona em conformidade com o disposto no respetivo regulamento competindo-lhe, relativamente aos órgãos sociais, em especial, o seguinte:

- a) Em matéria de nomeação:
 - i. Assistir o Conselho de Administração na identificação e avaliação da adequação dos órgãos sociais a designar, nomeadamente a nomeação por cooptação para o desempenho de funções de membro do Conselho de Administração da sociedade, e, bem assim, na escolha dos administradores que desempenharão funções executivas;
 - ii. Disponibilizar os seus termos de referência e promover, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres, e

- iii. Sempre que julgado conveniente, conhecer e acompanhar os processos de seleção de potenciais candidatos para o desempenho de funções executivas de administração em sociedades subsidiárias do Grupo, nos casos em que a sociedade pretenda apresentar a respetiva proposta eletiva.
- b) Em matéria de avaliação:
- i. Acompanhar o sistema de avaliação de desempenho da administração e de atribuição de remuneração da sociedade;
 - ii. Pronunciar-se sobre as propostas de avaliação individual anual de desempenho dos vogais da Comissão Executiva, emitidas pelo respetivo Presidente, e deste, emitida pelo Presidente do Conselho de Administração, e
 - iii. Acompanhar a avaliação global do desempenho do Conselho de Administração, enquanto órgão, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito.

Compete também à Comissão, em matéria de gestão de talento: (i) acompanhar e emitir recomendações sobre as políticas e procedimentos internos relativos à gestão de talento do Grupo, e (ii) apreciar periodicamente a necessidade e disponibilidade de talento ao nível do Grupo e recomendar as atuações adequadas para assegurar a capacidade do Grupo de responder aos desafios que se apresentem.

A Comissão de Talento reuniu quatro vezes durante o exercício de 2023. A 31 de dezembro de 2023 eram membros da Comissão de Talento os Senhores Eng.º José Fay, Presidente, Dr. Ricardo Pires, Dr.ª Filipa Queiroz Pereira, D.ª Mafalda Queiroz Pereira, D.ª Lua Queiroz Pereira, e Dr.ª Isabel Viegas, Vogais, sendo os cinco primeiros administradores da sociedade.

O processo de fixação de remunerações, que é acompanhado pela Comissão de Talento, cabe em especial à Comissão de Remunerações existente na sociedade, criada ao abrigo do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, com competências, nomeadamente, para a elaboração da Política de Remuneração e para a fiscalização e realização de todo o trabalho de análise e fixação da remuneração dos administradores.

III. FISCALIZAÇÃO

A) COMPOSIÇÃO

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.

A fiscalização da sociedade compete ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 17.

Em termos estatutários, o Conselho Fiscal é composto por três a cinco membros efetivos, um dos quais será o Presidente com voto de qualidade, e por um ou dois suplentes, conforme o número de membros efetivos seja igual ou superior a três, sendo os mandatos de três anos.

Membros do Conselho Fiscal	Data da primeira designação e termo do mandato
José Manuel Oliveira Vitorino (Presidente)	2014-2024
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira (Vogal Efetivo)	2006-2024
Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves (Vogal Efetivo)	2018-2024
Maria da Luz Gonçalves de Andrade Campos (Vogal Suplente)	2022-2024

A sociedade considera existir um número de membros do Conselho Fiscal perfeitamente adequado à sua dimensão e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, assegurando com eficiência as funções que lhes estão cometidas. Este juízo de adequação teve em conta, em particular, as atividades da sociedade e a sua natureza de sociedade *holding*, a estabilidade da estrutura acionista, bem como o conjunto de competências diversificadas e a disponibilidade dos membros do Conselho Fiscal para o desempenho das suas funções, nomeadamente, através da estreita colaboração com os restantes órgãos e comissões da sociedade e com o Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 18.

Os membros do Conselho Fiscal Senhores Dr. José Manuel Oliveira Vitorino (Presidente) e Dr.ª Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves (Vogal) são considerados independentes pela Semapa, à luz dos critérios previstos no n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, estando o primeiro a cumprir o seu terceiro mandato e a segunda a cumprir o seu segundo mandato.

O Senhor Dr. Gonçalo Nuno Palha Gaió Picão Caldeira não pode ser considerado membro independente por estar a cumprir o seu quinto mandato como Vogal do Conselho Fiscal, conforme resulta da aplicação da al. b) do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 21.

JOSÉ MANUEL OLIVEIRA VITORINO

José Manuel Vitorino é licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade de Lisboa. Qualificado como Revisor Oficial de Contas, bem como no Programa de formação para executivos da Universidade Nova de Lisboa. Foi Professor Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde se manteve até 1980, tendo de seguida ingressado na PricewaterhouseCoopers e repartido a sua atividade pelas áreas de auditoria e assessoria financeira, tanto em empresas e grupos nacionais e estrangeiros, como em projetos em que integrou equipas internacionais. Desempenhava há vários anos as funções de *Partner* quando deixou a PricewaterhouseCoopers em 2013, por atingir o limite de idade na função. Exerceu funções de Presidente do Conselho Fiscal do Novo Banco, S.A. até 2017, e exerce funções de Vogal do Conselho Fiscal da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A. É membro do Conselho Fiscal da The Navigator Company desde 2015 e da Semapa e da Secil desde 2016, desempenhando, desde 2018, funções de Presidente desses órgãos de fiscalização. Exerce igualmente, desde 2022, o cargo de Membro da Comissão de Controlo Interno da Jerónimo Martins, S.A.

GONÇALO NUNO PALHA GAIÓ PICÃO CALDEIRA

Gonçalo Picão Caldeira é licenciado em Direito e esteve inscrito na Ordem dos Advogados em 1991, após a conclusão do estágio profissional de advocacia. É pós-graduado em gestão (MBA – Universidade Nova de Lisboa) e frequentou o curso de Gestão e Avaliação Imobiliária do ISEG. Tem vindo a exercer a atividade de gestão e promoção imobiliária, através de empresas familiares, desde 2004. Antes disso, colaborou com o grupo BCP de 1992 a 1998 e com o grupo Sorel de outubro de 1998 a março de 2002. Foi ainda Colaborador da Semapa de abril de 2002 a fevereiro de 2004. É membro do Conselho Fiscal da Semapa desde 2006, e da The Navigator Company e da Secil desde 2007 e 2013, respetivamente.

MARIA DA GRAÇA TORRES FERREIRA DA CUNHA GONÇALVES

Maria da Graça da Cunha Gonçalves licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em 1978. É qualificada como Técnica Oficial de Contas. Exerceu diversos cargos na Contabilidade Geral, Analítica e Planeamento/Análise Financeira na Magnetic Peripherals Inc. Portugal (Control Data Corporation) até 1985, e de Analista Financeira na Shell Portuguesa, S.A. de 1985 a 1989. De 1989 a 1995 colaborou como CFO na United Distillers Comp. Velha, Lda. e na ITT Automotive Europe GmbH. Exerceu funções de *Back Office Director* na Pernod Ricard Portugal de 1995 a 2015. É membro do Conselho Fiscal da Semapa, da The Navigator Company e da Secil desde 2018.

B) FUNCIONAMENTO

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 22.

Existe um regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal que se encontra publicado no [sítio](#)³¹ da sociedade na Internet, onde o mesmo pode ser consultado.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 23.

No exercício de 2023, o Conselho Fiscal reuniu trinta e sete vezes, tendo os membros do mesmo estado presentes em todas as reuniões (presenças físicas ou através de meios telemáticos).

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 26.

Os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada ao desempenho das funções que lhes estão cometidas.

Para além das atividades referidas no ponto 33., os membros do Conselho Fiscal desempenham as funções que se descrevem *infra*:

JOSÉ MANUEL OLIVEIRA VITORINO

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

ANA Aeroportos de Portugal, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
JERÓNIMO MARTINS, S.A.	Membro da Comissão de Controlo Interno

GONÇALO NUNO PALHA GAIO PICÃO CALDEIRA

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

LINHA DO HORIZONTE – Investimentos Imobiliários, Lda.	Gerente
LOFTMANIA – Gestão Imobiliária, Lda.	Gerente
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal

MARIA DA GRAÇA TORRES FERREIRA DA CUNHA GONÇALVES

Funções exercidas noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa:
Não exerce funções noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa.

Funções exercidas noutras sociedades:

SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
THE NAVIGATOR COMPANY, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal

31 <https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2023/12/Regulamento-do-Conselho-Fiscal.pdf>

C) COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo.

O Conselho Fiscal analisa os serviços distintos de auditoria e as propostas apresentadas pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas para a prestação dos mesmos, procurando salvaguardar, essencialmente, que não é afetada a independência e a isenção do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, necessárias à prestação dos serviços de auditoria, e que os serviços adicionais são prestados com elevada qualidade e autonomia. A concretização de serviços distintos de auditoria está dependente de autorização prévia do Conselho Fiscal.

Refira-se que, nesta análise, o Conselho Fiscal aplica as regras previstas no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro, bem como no Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e segue os procedimentos internos instituídos para garantia de que as disposições legais são cumpridas.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Como referido *supra*, o Conselho Fiscal tem as funções que resultam da lei, nomeadamente as que constam do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como as que constam do Regulamento do Conselho Fiscal, nomeadamente:

- a) Fiscalizar a administração da sociedade incluindo, neste âmbito, avaliar anualmente o orçamento, o funcionamento interno do Conselho de Administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre os vários órgãos e comissões da sociedade;
- b) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- d) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- e) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- f) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- g) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração;
- h) Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da respetiva Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- i) Tomar conhecimento das linhas estratégicas e avaliar e pronunciar-se sobre a política de riscos previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração;
- j) Fiscalizar e avaliar a eficácia do sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, se existentes, propondo os ajustamentos que se mostrem necessários;
- k) Pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo as funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, se existentes, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários;
- l) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, Colaboradores da sociedade ou outros;
- m) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;

- n) Fiscalizar a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação pelo Conselho de Administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada;
- o) Selecionar as sociedades de revisores oficiais de contas a propor à Assembleia Geral e recomendar justificadamente a preferência por uma delas e propondo a respetiva remuneração; o respetivo processo de seleção deverá ter lugar através de convites dirigidos pela sociedade a sociedades de revisores oficiais de contas identificadas como de referência na prestação de serviços de revisão legal das contas, que, por sua vez, apresentarão as respetivas propostas, sendo as mesmas sujeitas à análise interna da sociedade, de acordo com os seguintes critérios de seleção:
 - i. Qualidade das propostas recebidas;
 - ii. Conhecimento nos setores onde o Grupo Semapa opera;
 - iii. Qualidade técnica e senioridade dos profissionais envolvidos nas equipas dos proponentes, e
 - iv. Condições financeiras apresentadas por cada entidade.
- p) Propor à Assembleia Geral a destituição do Revisor Oficial de Contas ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito;
- q) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- r) Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no art.º 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários;
- s) Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais e avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas e a sua adequação para o exercício das funções que lhe são atribuídas;
- t) Emitir parecer prévio e vinculativo sobre o Regulamento sobre Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas a elaborar e aprovar pelo Conselho de Administração, ou, na falta deste regulamento, sobre a definição a efetuar pela administração sobre se as transações que a sociedade efetua com partes relacionadas são realizadas no âmbito da sua atividade corrente e em condições de mercado;
- u) Emitir, em prazo razoável, parecer prévio sobre quaisquer negócios com partes relacionadas que não sejam realizados no âmbito da atividade corrente da sociedade e em condições de mercado;
- v) Verificar se as transações com partes relacionadas que a sociedade efetua são realizadas no âmbito da atividade corrente da sociedade e em condições de mercado;
- w) Acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação – e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- x) Fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo de qualidade interno e de gestão do risco e, se aplicável, de auditoria interna, no que respeita ao processo de preparação e divulgação de informação, sem violar a sua independência;
- y) Acompanhar a revisão legal das contas anuais, individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução;
- z) Verificar e acompanhar a independência da sociedade de revisores oficiais de contas no exercício da sua atividade de revisão legal de contas ou na prestação de outros serviços legalmente permitidos, nos termos definidos na lei e regulamentação aplicável, nomeadamente através (i) da demonstração, aquando do processo de seleção da sociedade de revisores oficiais de contas, que essa sociedade dispõe e tem implementados mecanismos internos que assegurem independência e prevenção de conflitos de interesses; (ii) da comprovação regular, por parte da sociedade de revisores oficiais de contas, que os referidos mecanismos internos se mantêm adequados e conformes à legislação e regulamentação aplicável, (iii) da obtenção anual de declaração quanto à sua independência; (iv) da comunicação anual dos serviços distintos de auditoria que tenham sido prestados; (v) da proposta fundamentada quanto à eventual prorrogação das funções da sociedade de revisores oficiais de contas, para além do período máximo legal, com a ponderação das respetivas condições de independência e das vantagens e custos

associados à sua substituição; **(vi)** da comunicação da sociedade de revisores oficiais de contas quanto à ultrapassagem do limiar em matéria de honorários, e **(vii)** da análise conjunta de eventuais ameaças à sua independência e quanto à aplicação de salvaguardas para mitigar as mesmas;

aa) Verificar que as propostas relativas à prestação de serviços distintos de auditoria apresentadas pela sociedade de revisores oficiais de contas não se enquadram nos serviços distintos de auditoria não permitidos e assegurar que se verificam os requisitos para a sua prestação, incluindo a avaliação no que respeita à manutenção de independência e de prevenção de conflito de interesses e a adequação aos serviços a prestar; nos termos e para os efeitos previstos nesta alínea não podem ser prestados os serviços distintos de auditoria que como tal não sejam permitidos realizar nos termos da legislação e regulamentação aplicável nesta matéria, nomeadamente no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e no Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e

bb) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal é ainda o principal interlocutor do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, tendo acesso e conhecimento direto da atividade por este desenvolvida. A sociedade crê que é possível esta ação fiscalizadora direta do Conselho Fiscal, sem interferência do Conselho de Administração, relativamente ao trabalho desenvolvido pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas desde que não saia prejudicado o conhecimento atempado e adequado do órgão de administração, responsável último pelo que se passa na sociedade e pelas demonstrações financeiras, quanto a este mesmo trabalho. Respeitando este princípio, os relatórios do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas são dirigidos ao Conselho Fiscal e discutidos em reuniões conjuntas deste órgão com um membro do Conselho de Administração, de onde constam, designadamente, os resultados da revisão legal das contas, zelando o Conselho Fiscal para que sejam assegurados dentro da sociedade as condições necessárias para a prestação dos serviços de auditoria. Cabe ainda ao Conselho Fiscal propor e acompanhar, com o apoio dos serviços internos da sociedade, a remuneração do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal discutiu o processo de preparação e de divulgação de informação, designadamente, de sustentabilidade, da sociedade em reuniões que contaram com a participação do membro do Conselho de Administração com o pelouro relevante, bem como, da Diretora Financeira e de Contabilidade da sociedade.

O Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas colabora ainda com o Conselho Fiscal, no sentido de prestar, de imediato e nos termos legais e regulamentares aplicáveis, informação sobre irregularidades relevantes para o desempenho das funções do Conselho Fiscal que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Nos termos do regulamento do Conselho Fiscal, o Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas e a sociedade mantêm canais de comunicação permanentes e adequados, nomeadamente através da realização de reuniões regulares com a administração, com o Conselho Fiscal e com os serviços e direções com responsabilidades nas matérias em causa e com a consequente discussão e análise de toda a informação que seja pertinente no âmbito do exercício da correspondente atividade.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS.

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do Sócio Revisor Oficial de Contas que o representa.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Efetivo: KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. representada pelo Senhor Dr. Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão (ROC)

Suplente: Senhor Dr. Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC)

40. Indicação do número de anos em que o Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

A KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. exerce funções junto da sociedade desde 2018.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

A KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. prestou à sociedade, para além dos serviços de revisão legal de contas e auditoria, outros serviços permitidos.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do Auditor Externo designado para os efeitos do art. 8.º e do Sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O Auditor Externo da sociedade e o seu representante são os referidos no ponto 39., encontrando-se a KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. registada junto da CMVM com o número 20161489.

43. Indicação do número de anos em que o Auditor Externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

Desde 2018, o Auditor Externo é o Revisor Oficial de Contas KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada pelo sócio responsável, Senhor Dr. Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão (ROC).

44. Política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções.

A política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas e do seu representante é determinada pelo artigo 54.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, com a redação atualmente em vigor, (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), que consagra o regime jurídico aplicável à rotação obrigatória dos Revisores Oficiais de Contas nas sociedades de interesse público, como a Semapa.

Em 2022, sob proposta do Conselho Fiscal que considerou reunidas as condições legais aplicáveis, a KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. foi reconduzida para o novo mandato 2022-2024 como Revisor Oficial de Contas da sociedade, nos termos do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e em respeito pelos limites máximos temporais de exercício de funções de revisão legal das contas aí previstos.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

No âmbito da sua função fiscalizadora e de verificação dos documentos de prestação de contas da sociedade, o Conselho Fiscal avalia o Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas de forma contínua e, em especial, no âmbito dos trabalhos preparatórios do seu Relatório e Parecer sobre as contas anuais.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Os serviços prestados pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, distintos dos de auditoria, foram sempre aprovados pelo Conselho Fiscal, obedecendo às normas legais aplicáveis e aos procedimentos internos instituídos para o efeito.

Os referidos serviços consistem essencialmente em serviços de apoio na salvaguarda do cumprimento de obrigações legais ou contratuais permitidos à luz do regime legal consagrado pelo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em vigor, em Portugal e no estrangeiro, os quais são aprovados pelo Conselho Fiscal. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal entendem que a contratação pontual de tais serviços é justificada pela experiência acumulada do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas nos setores onde a sociedade atua e pela qualidade do seu trabalho, para além da definição criteriosa do âmbito do trabalho solicitado, apoiando-se ainda o Conselho Fiscal na análise e pareceres internos dos serviços.

Na prestação dos serviços de consultoria fiscal e outros que não de auditoria, quando existam, os nossos auditores têm instituídas exigentes regras internas para garantir a salvaguarda da sua independência, tendo essas regras sido adotadas na prestação destes serviços e objeto de monitorização por parte da sociedade, em especial pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Controlo e Riscos.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

Serviços	Sociedade		Entidades que integrem o Grupo (incluindo a própria sociedade)	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Valor dos serviços de revisão de contas	60 575	77,1%	825 711	81,1%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	18 000	22,9%	154 760	15,2%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	0,0%	-	0,0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	-	0,0%	37 400	3,7%
Soma:	78 575	100,0%	1 017 871	100,0%

Nota:

Valores em Euros

Em 2023, os serviços distintos dos serviços de auditoria faturados à sociedade ou a entidades que com ela mantenham uma relação de domínio pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, incluindo as entidades que com ele se encontram em relação de participação ou que integram a mesma rede, representaram 18,9% do total dos serviços prestados.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h³²)).

Não existem na Semapa quaisquer regras especiais relativas à alteração dos seus estatutos, pelo que se aplica o regime geral que resulta do Código das Sociedades Comerciais.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES



GRI 2-16, 2-26

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Na sociedade vigora, desde 2006, um Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades, que tem como objeto regular a comunicação pelos órgãos sociais e pelos trabalhadores da sociedade de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, que se encontra publicado no sítio³³ da sociedade na Internet, onde o mesmo pode ser consultado.

O referido regulamento foi objeto de revisão em 2022, no âmbito da entrada em vigor da Lei de Proteção de Denunciantes – Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro – prevendo, entre outras, a obrigatoriedade de determinadas empresas criarem canais de denúncia interna que permitam a apresentação e o seguimento seguro de denúncias, a fim de garantir a exaustividade, integridade e conservação da denúncia, a confidencialidade da identidade ou o anonimato dos denunciadores e a confidencialidade da identidade de terceiros mencionados na denúncia, e de impedir o acesso de pessoas não autorizadas. No início de 2024 o Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades foi novamente revisto para acomodar ligeiras atualizações.

O Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades em vigor é aplicável a todos os membros dos órgãos sociais e comissões da sociedade, aos acionistas, aos trabalhadores, aos candidatos em processo de recrutamento, aos prestadores de serviços, aos contratantes, aos subcontratantes, aos fornecedores, aos voluntários e aos estagiários da sociedade. Nos termos do referido Regulamento, a comunicação de

³² Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. h) do Código dos Valores Mobiliários.

³³ <https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2023/12/Regulamento-de-Comunicacao-de-Irregularidades.pdf>

irregularidades é realizada no canal de denúncias disponibilizado no sítio da Internet da sociedade e, a receção e seguimento das comunicações é feita pela Direção de Governo Societário e *Compliance* – podendo esta socorrer-se de outras Direções e Comissões Internas, salvo conflito de interesses, ou contratar entidades externas – seguindo-se a comunicação ao Conselho Fiscal de todas as irregularidades comunicadas e seguidas. Confere-se ainda a possibilidade de a comunicação da irregularidade ser feita de forma anónima, garantindo-se em qualquer caso o tratamento confidencial da mesma e um tratamento não prejudicial do denunciante.

Em caso de existência de conflito de interesses com a Direção de Governo Societário e *Compliance* quanto à irregularidade alegadamente praticada, o seguimento da irregularidade será feito diretamente pelo Conselho Fiscal.

O tratamento da comunicação deve obedecer a um conjunto de regras, melhor descritas no Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades em vigor e que, sumariamente, preveem um processo de averiguações que inclui os atos internos adequados à verificação das irregularidades comunicadas e, quando possível, à sua cessação, bem como um conjunto de comunicações a realizar ao denunciante sobre o andamento do processo. O processo de averiguações termina com a apresentação de proposta de arquivamento ou de uma proposta de aplicação das medidas mais adequadas face à irregularidade em causa, para apreciação e decisão final da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração, caso esteja em causa um titular da Comissão Executiva, devendo a decisão final ser comunicada ao Conselho Fiscal e ao Presidente do Conselho de Administração, e tendo sempre presentes as regras resultantes do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas.

O Canal de Denúncias da sociedade, que é gerido por uma entidade externa e independente, a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, que faz a triagem das denúncias apresentadas e que garante o respeito do anonimato e da confidencialidade, está disponível no [sítio](#)³⁴ da Internet da sociedade, e por linha telefónica através do número +351 210 427 838. A linha telefónica direciona o denunciante para a operação do Canal de Denúncias, que registará os detalhes da denúncia.

Os regulamentos internos dos órgãos e comissões da sociedade preveem igualmente a adoção e o cumprimento do referido Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades.

Refira-se ainda a este propósito, que na sociedade vigora, desde 2002, um conjunto de Princípios Deontológicos, aprovados pelo Conselho de Administração, que estabelecem regras e princípios de natureza deontológica aplicáveis aos trabalhadores e aos membros dos órgãos sociais, tendo o seu âmbito pessoal de aplicação sido alargado aos membros de comissões, representantes e prestadores de serviços, na revisão ocorrida em 2023, que passou a designar este documento de Código de Ética e de Conduta, e tendo o mesmo passado também a ser de acesso público, estando disponível no [sítio](#)³⁵ da Internet da sociedade.

São em especial consagrados os deveres de diligência, traduzidos em obrigações concretas de profissionalismo, zelo e responsabilidade, o dever de lealdade, que no âmbito dos princípios de honestidade e integridade visa especialmente precaver situações de conflito de interesses, e o dever de confidencialidade com incidência no tratamento de informação privilegiada.

São ainda consagrados deveres de responsabilidade social empresarial, nomeadamente de defesa ambiental e de proteção de todos os acionistas, assegurando-se, assim, o cumprimento de deveres de informação e um tratamento igual e justo.

O Código de Ética e de Conduta que, no final de 2018, tinha passado a consagrar expressamente o compromisso de respeitar e promover os Direitos Humanos, bem como o combate ao branqueamento de capitais e à corrupção, veio, com a revisão de 2023, reforçar o respeito da legislação relativa à concorrência. Também no início de 2024 o Código de Ética e de Conduta foi objeto de revisão, no sentido de alargar os deveres aí previstos, em matéria de proteção de dados pessoais, cibersegurança e tecnologias emergentes, designadamente, inteligência artificial.

Está também em vigor na Semapa, desde 1 de outubro de 2017, um Código de Boa Conduta e Prevenção do Assédio, que consagra regras específicas com o objetivo de reforçar a prevenção e combate de todo e qualquer tipo de assédio no local de trabalho, sem prejuízo de outras normas de conduta aplicáveis aos mesmos, tendo este código sido revisto em 2022, de forma a acautelar as alterações decorrentes da revisão do Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades.

³⁴ https://www.semapa.pt/investidores/governo_societario/canal-de-denuncias/

³⁵ <https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2023/12/Codigo-de-Etica-e-de-Conduta.pdf>

Na sociedade vigora também, desde 2022, uma Política Fiscal que visa assegurar o cumprimento integral das obrigações fiscais da Semapa e das restantes empresas que integram o Grupo, em todas as jurisdições em que operam. Esta Política está alinhada com a estratégia empresarial de desenvolvimento do Grupo e é definida de acordo com a substância económica da sua atividade, sendo que as implicações fiscais das transações realizadas são uma de entre as múltiplas razões económicas a considerar nas decisões de gestão do Grupo.

Acresce que a sociedade procede à divulgação adequada e eficaz da sua Política Fiscal no [sítio](#)³⁶ da Internet da sociedade, procedendo à sua revisão quando se mostre adequado, e assegura tanto o estabelecimento como o cumprimento de procedimentos internos através de uma adequada e regular supervisão das suas práticas fiscais, com o envolvimento dos seus órgãos sociais, sempre com o objetivo de minimizar potenciais riscos na tomada de decisões em matéria fiscal.

Para além das revisões às Políticas existentes, atrás mencionadas, o Conselho de Administração procedeu ainda, em 2023, à aprovação de um conjunto de políticas no âmbito do reforço do compromisso da sociedade com os objetivos de sustentabilidade e a garantia das salvaguardas mínimas, designadamente, a Política de Direitos Humanos, a Política de Prevenção da Corrupção e a Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, encontrando-se as referidas políticas disponíveis no [sítio](#)³⁷ da Internet da sociedade.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

GRI 2-25, 2-26

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Embora a sociedade não possua serviços estruturados de forma independente para a auditoria interna, o controlo interno – que compreende as funções de gestão de riscos e *compliance* – na sociedade é efetuado pelo Conselho de Administração e através de uma comissão interna com funções específicas nesta área – a Comissão de Controlo e Riscos – cabendo a avaliação e fiscalização do sistema de controlo interno, incluindo a verificação da eficácia do mesmo, ao Conselho Fiscal e ao Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, e devendo igualmente qualquer um desses órgãos, e bem assim a Comissão de Controlo e Riscos, identificar e propor as alterações que se mostrarem necessárias. O Conselho Fiscal tem conhecimento e oportunidade de se pronunciar sobre a atividade desenvolvida neste âmbito pela Comissão de Controlo e Riscos e pelas várias Direções da Semapa, sobre os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, podendo propor, neste âmbito, os ajustamentos que se mostrem necessários, sendo destinatário, quando existam, dos relatórios ou pareceres realizados por estes serviços quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades e irregularidades.

Adicionalmente o universo empresarial que representa a grande maioria dos trabalhadores do Grupo e que é relativo às principais Participadas da *holding*, The Navigator Company e Secil, está abrangido por sistemas de auditoria próprios com unidades orgânicas específicas para o efeito, pelo que considera a sociedade que os referidos sistemas de controlo interno, concretizados pelos referidos órgãos e comissões, estão estruturados em termos plenamente adequados às especificidades e dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

Assim, a inexistência de serviços com funções exclusivas nesta área é uma opção que fica a dever-se à estrutura administrativa simplificada da Semapa enquanto sociedade *holding* e à forma como o controlo de riscos é feita no Grupo em que está inserida.

No decurso do exercício de 2023, foi ainda criada uma direção de Governo Societário e de *Compliance*, com as funções *supra* descritas no ponto 21.

³⁶ <https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2023/12/Politica-Fiscal.pdf>

³⁷ https://www.semapa.pt/investidores/governo_societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

As relações de dependência funcional constam do organograma do ponto 21. deste relatório, estando as funções dos órgãos e comissões com relevância nesta matéria melhor descritas no ponto 54.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

O dinamismo do contexto em que o Grupo Semapa opera exige um acompanhamento contínuo dos principais fatores que influenciam a sua atividade, tanto internos quanto externos. Esses fatores representam desafios constantes para o cumprimento dos planos e objetivos estratégicos da Semapa. Como agente económico, a Semapa está sujeita a riscos inerentes à sua atividade, que podem ter um impacto significativo no valor dos seus ativos. O desempenho da Semapa, enquanto Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS), está intrinsecamente ligado aos resultados das empresas em que detém participações sociais.

A abordagem da Semapa, que promove a autonomia e responsabilização das empresas em que detém participações, resulta na exposição a um conjunto de riscos. Esses riscos não afetam apenas cada empresa individualmente, mas também podem propagar para a própria Semapa e outras empresas do Grupo.

O capítulo 2.4. do Relatório Anual apresenta uma análise desenvolvida de todos os riscos de natureza estratégica, e a nota 11 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas apresenta uma análise desenvolvida de todos os riscos operacionais associados a cada um dos segmentos de negócio do Grupo e riscos associados ao Grupo em geral. Já os riscos de natureza financeira encontram-se identificados na nota 8.1 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os riscos de natureza estratégica incluem o *risco de portefólio*, o *risco de negócio*, o *risco de capital reputacional*, o *risco de tomada de decisão de investimento*, o *risco relativo ao talento*, o *risco relativo ao quadro legal e regulatório em Portugal*, o *risco de choque externo*, o *risco de fraude*, o *risco de acesso a matéria-prima*, o *risco de cibersegurança* e o *risco de catástrofes ambientais não naturais*, o *risco de eventos climáticos adversos*, o *risco de transição climática* e o *risco de desempenho ESG*.

Os riscos de natureza operacional incluem, designadamente, o *risco de abastecimento de matérias-primas*, o *risco de preço de venda*, o *risco de procura dos produtos*, o *risco de concorrência*, o *risco de concentração da carteira de clientes*, o *risco ambiental* e o *risco de custos energéticos*.

Os riscos de natureza financeira incluem o *risco cambial*, o *risco de taxa de juro*, o *risco de liquidez* e o *risco de crédito*.

Os referidos riscos de natureza estratégica da Semapa e do Grupo encontram-se devidamente mapeados e amplamente descritos no referido capítulo 2.4. do Relatório Anual, sendo monitorizados ao longo do ano e objeto de um relatório de risco aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, conforme melhor descrito no ponto 54. *infra*.

A Semapa, em conjunto com as suas Participadas, está ainda a desenvolver um trabalho de análise e mapeamento das medidas de mitigação existentes, medidas de mitigação adicionais eventualmente necessárias e impactos e oportunidades no que respeita aos três novos riscos estratégicos mapeados em 2022 em resultado do compromisso assumido pelo Grupo com os temas ligados às alterações climáticas e aos desafios ESG (eventos climáticos adversos, transição climática e desempenho ESG).

Do referido relatório de risco resulta, nomeadamente, uma efetiva identificação e caracterização dos principais riscos a que a sociedade e o Grupo se encontram sujeitos, os vários contextos de risco em que cada sociedade opera, as métricas para a avaliação de impacto e a probabilidade de ocorrência dos mesmos, os procedimentos de monitorização e acompanhamento dos riscos e, bem assim, as medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, com a aprovação de um plano de atividades e medidas concretas a implementar, respeitante ao exercício subsequente.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

No que respeita à gestão dos riscos, a Semapa tem vindo a consolidar o seu sistema de gestão e controlo de riscos, que compreende processos que contemplam a totalidade do ciclo de vida do risco, desde a sua identificação, passando pela avaliação, monitorização, revisão, tratamento e reporte, de acordo com as boas práticas e referenciais COSO – *Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission* e da Norma ISO 31000, e tendo, neste âmbito, em consideração as recomendações do Código de Governo das Sociedades emitido pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) e da Comissão de Mercado e Valores Mobiliários (CMVM).

A Semapa e as suas Participadas, seguem um modelo de acompanhamento anual de risco que envolve várias etapas:

- *Recolha e preenchimento de informações sobre os riscos:* são recolhidas informações detalhadas sobre cada risco. Essas informações são registadas em fichas individuais que incluem a identificação do risco e o acompanhamento das medidas de mitigação existentes, que integra um exercício de avaliação de eficácia das referidas medidas de mitigação existentes;
- *Discussão e aprovação das fichas de risco:* as fichas de risco são discutidas e revistas. A aprovação ocorre para garantir que todas as informações relevantes estejam corretas e que as estratégias de mitigação sejam adequadas;
- *Desenvolvimento de Indicadores de risco (Key Risk Indicators):* a Semapa e as suas Participadas, desenvolveram Indicadores de Risco (KRIs) para permitir a monitorização contínua dos riscos, bem como a antecipação de eventos que possam causar disrupções significativas.

Em resumo, o Grupo está comprometido em gerir os riscos de forma proativa, garantindo que as medidas de mitigação sejam eficazes e que os eventos adversos sejam identificados e tratados atempadamente.

Neste contexto, a política de assunção de riscos aprovada pelo Conselho de Administração da Semapa define qualitativamente o nível de risco que a Semapa está disposta a aceitar para alcançar os objetivos e estratégia de negócio, e encontra-se alinhada com os principais tópicos materiais para a Semapa, garantindo a consistência do sistema de gestão e controlo de riscos.

O modelo de governo definido em matéria de acompanhamento e gestão do risco encontra-se ajustado à estrutura da Semapa, definindo os focos de atuação e a atribuição de responsabilidade aos diferentes intervenientes no sistema de gestão e controlo de riscos.

A definição da estratégia global de risco é da responsabilidade do Conselho de Administração, cabendo a sua supervisão ao Conselho Fiscal. A Comissão de Controlo e Riscos – que tem as funções e competências referidas nos pontos 21. e 29. – é responsável pelo seu controlo e monitorização e através do sistema *supra* mencionado, que permite promover, acompanhar e avaliar o quadro de risco e as medidas existentes e necessárias à sua mitigação.

Saliente-se que o controlo de riscos assume particular relevância a nível das principais Participadas, onde é diferente a natureza dos riscos e a exposição das sociedades, que dispõem por isso de sistemas próprios e independentes de controlo dos riscos a que estão sujeitas.

A auditoria externa foi realizada na Semapa e nas sociedades por si controladas, com referência ao ano de 2023, pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.. O Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas da sociedade verifica, designadamente, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno através dos elementos que lhe são facultados pelos órgãos sociais e respetivas comissões, em especial pela Comissão de Controlo e Riscos, e exercendo as demais competências resultantes da lei nesta matéria, incluindo as normas respeitantes ao Relatório sobre Remunerações. As conclusões das verificações efetuadas são reportadas pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas ao Conselho Fiscal, que as partilha e discute com o Conselho de Administração.

Os sistemas de controlo interno implementados, incluindo a função de gestão de risco, têm-se demonstrado eficazes, não se tendo verificado situações que não tivessem sido devidamente acauteladas ou expressamente assumidas previamente como riscos controlados. Como referido acima, o Conselho de Administração, para além das competências próprias nesta matéria, e por forma a salvaguardar a não assunção excessiva de riscos pela sociedade, criou a Comissão de Controlo e Riscos, comissão esta que, de acordo com as atribuições por ele definidas, está incumbida de assegurar o controlo interno e a gestão de riscos.

Por seu turno, o Conselho Fiscal é responsável por fiscalizar e avaliar anualmente a eficácia do próprio sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de risco e *compliance*, propondo ajustamentos ao sistema existente sempre que se justifiquem, estando a Comissão de Controlo e Riscos incumbida de implementar tais ajustamentos. Por fim, importa referir que este sistema é sempre acompanhado e controlado pelo Conselho de Administração, como responsável último pelos atos praticados no âmbito da sociedade.

Neste âmbito, a sociedade procedeu à aprovação do sistema de gestão e controlo de riscos, em reunião do Conselho de Administração realizada no início de 2019. Este sistema, que se concretiza num relatório de risco anual, fixa, nomeadamente, os objetivos e limites em matéria de assunção de riscos e identifica os índices de probabilidade e impacto relativamente aos mesmos e de onde resulta a avaliação do grau de cumprimento interno e o desempenho da função de gestão de riscos, bem como a perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido, assim como os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, mais prevendo os procedimentos de monitorização, tendo em vista o seu acompanhamento. Ao nível da fixação dos níveis de risco que a sociedade está disposta a aceitar, a Semapa adotou e segue uma política de assunção de riscos no desenvolvimento da sua atividade, procurando operar de acordo com o nível de risco definido.

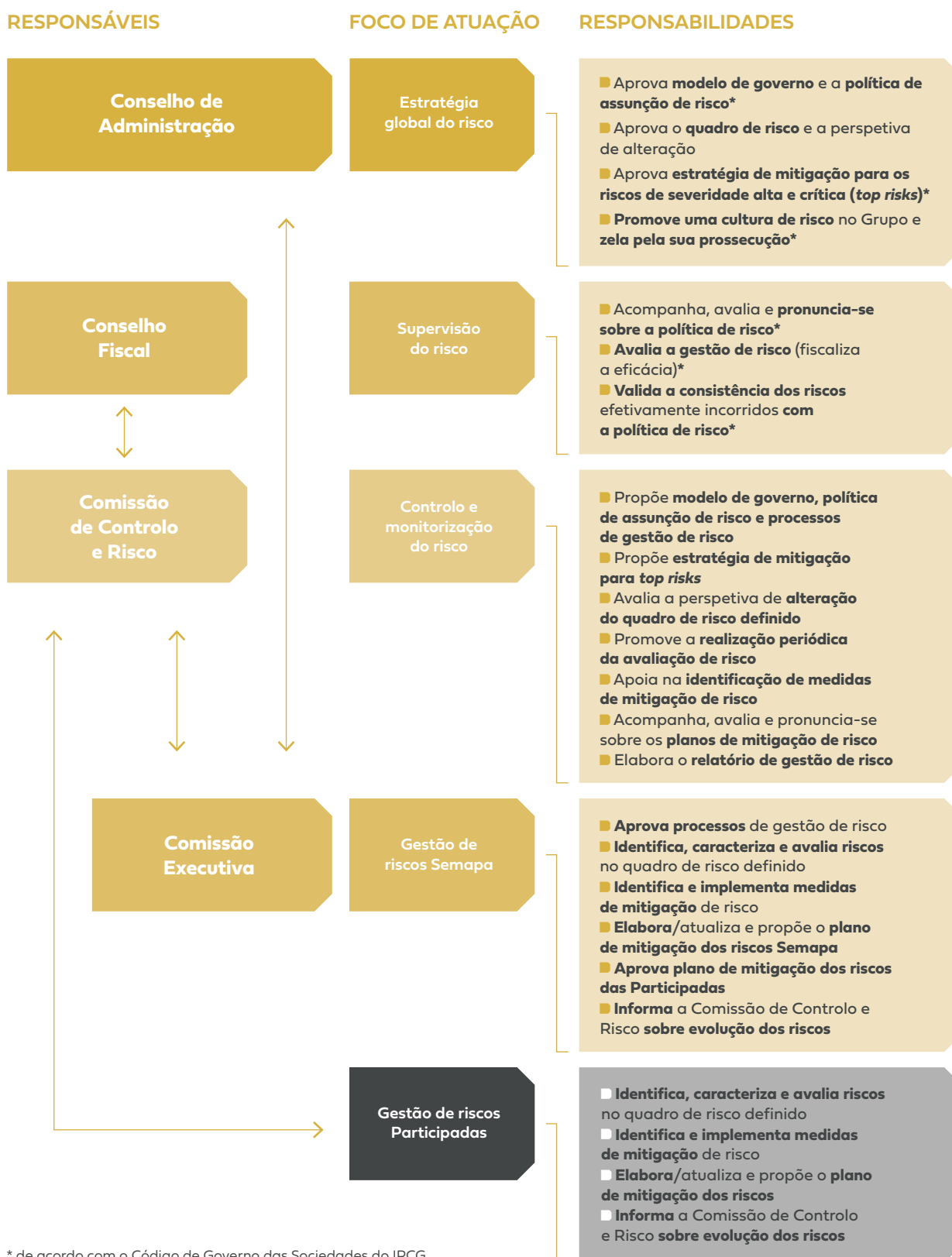
O relatório de risco anual respeitante ao ano de 2022 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração ocorrida em março de 2023, devendo o relatório de risco anual respeitante ao ano de 2023 ser aprovado na data de aprovação do presente Relatório, estando o respetivo conteúdo descrito no ponto 53. *supra*.

O Conselho Fiscal, que desempenha um papel especialmente preponderante nesta área, com todas as atribuições que resultam diretamente da lei e do Regulamento do Conselho Fiscal, avaliou e pronunciou-se sobre o sistema de gestão e controlo de riscos e o relatório de risco anual previamente à aprovação pelo Conselho de Administração e, bem assim, tem vindo a acompanhar, nomeadamente em reuniões do Conselho Fiscal com a Comissão de Controlo e Riscos e a Comissão Executiva realizadas ao longo do exercício, os trabalhos de monitorização desses riscos até à emissão do respetivo relatório de risco anual.

Relativamente às linhas estratégicas, o Conselho Fiscal tomou conhecimento das mesmas em 2023, previamente à atualização da estratégia de investimento aprovada em janeiro de 2023 e às linhas estratégicas aprovadas em dezembro de 2023 pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Comissão de Controlo e Riscos no decurso de 2023. Neste âmbito, o Conselho Fiscal, em articulação com a Comissão de Controlo e Riscos e, sempre que necessário, com as direções da sociedade, tem vindo a implementar mecanismos e procedimentos de controlo periódico, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração. Os referidos procedimentos correspondem a (i) reuniões regulares durante o exercício com os demais órgãos sociais e comissões com competências nesta matéria, em especial para apreciar os resultados e fiabilidade do modelo de acompanhamento dos riscos, para discutir e monitorizar o modelo e os *Key Risk Indicators* e as fichas de risco, tendo algumas destas reuniões a presença da consultora externa que auxilia a Semapa neste processo, e (ii) interações com os vários envolvidos no sistema de gestão e controlo de riscos através da solicitação de verificações e esclarecimentos sempre que necessários e adequados.

A atribuição de responsabilidades às áreas orgânicas ou aos órgãos de Gestão do Grupo encontram-se estabelecidas e formalizadas, de acordo com o esquema seguinte:



* de acordo com o Código de Governo das Sociedades do IPCG.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m³⁸)).

A divulgação da informação financeira é da responsabilidade do representante para as relações com o mercado, cabendo previamente, se aplicável, ao Conselho Fiscal, à Comissão de Controlo e Riscos e ao Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas avaliar a qualidade, fiabilidade e integridade da informação financeira aprovada pelo Conselho de Administração da sociedade e preparada pela direção Financeira e de Contabilidade.

O processo de preparação da informação financeira está sujeito a um sistema de controlo interno e regras, que têm como objetivo garantir uma adequada e consistente aplicação das políticas contabilísticas adotadas pela sociedade, bem como a razoabilidade das estimativas e julgamentos utilizados na preparação dessa informação.

No que respeita aos mecanismos de controlo interno associados ao processo de divulgação da informação financeira, a sociedade tem implementadas regras que visam garantir a tempestividade das divulgações a efetuar e mitigar o risco de assimetrias nas informações disponibilizadas ao mercado.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

O serviço de apoio ao investidor funciona num gabinete sob a responsabilidade da Diretora Financeira e de Contabilidade da sociedade, Senhora Dr.ª Susana Coutinho, que dispõe de Colaboradores e de acesso em tempo útil a todos os órgãos sociais, comissões e direções da sociedade e, quando necessário e de acordo com os procedimentos estabelecidos e os limites previstos na lei, das sociedades do Grupo, por forma a garantir, por um lado, a eficácia necessária na resposta às solicitações e, por outro, a produção, tratamento e transmissão de informação pertinente aos acionistas, investidores e demais *stakeholders*, aos analistas financeiros e ao mercado em geral, de forma atempada, rigorosa, adequada e sem desigualdades, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

A Senhora Dr.ª Susana Coutinho pode ser contactada através do endereço eletrónico investors@semapa.pt ou através dos contactos telefónicos gerais da sociedade (+351 21 318 47 00). Por este meio, é possível ter acesso a toda a informação pública relativa à sociedade. Nota-se, de qualquer forma, que a informação mais usualmente solicitada pelos investidores está disponível no [sítio](#)³⁹ da sociedade na Internet, e respeita essencialmente a informação relativa ao Grupo Semapa, à atividade da sociedade, ao governo societário e à informação financeira.

57. Representante para as relações com o mercado.

O representante da sociedade para as relações com o mercado é a Senhora Dr.ª Susana Coutinho.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

A Semapa recebe vários tipos de pedidos de informação, aos quais habitualmente responde nas 24 horas subsequentes à receção do pedido, sem prejuízo de alguns dos pedidos, pela sua amplitude, abrangência ou complexidade, necessitarem obrigatoriamente de um prazo mais alongado de resposta. Existem também períodos do ano em que a Semapa recebe maior solicitação de pedidos, designadamente nos períodos que antecedem a realização de Assembleias Gerais e o pagamento de dividendos, onde poderá ocorrer uma dilatação pontual dos prazos de resposta. Não existem pedidos de informação pendentes de anos anteriores.

³⁸ Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. I) do Código dos Valores Mobiliários.

³⁹ <https://www.semapa.pt/>

V. SÍLIO DE INTERNET (59 A 65)

Descritivo	Endereço da página na Internet
59. Site Semapa	https://www.semapa.pt
60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.	https://www.semapa.pt/contacte-nos/
61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.	https://www.semapa.pt/investidores/governo_societario/estatutos-regulamentos-e-politicas/
62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.	https://www.semapa.pt/investidores/governo_societario/orgaos_sociais/ https://www.semapa.pt/contacte-nos/
63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da Assembleia Geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.	https://www.semapa.pt/investidores/informacao-financeira/ https://www.semapa.pt/investidores/calendario-do-investidor/
64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.	https://www.semapa.pt/investidores/assembleias-gerais-da-semapa/
65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.	https://www.semapa.pt/investidores/assembleias-gerais-da-semapa/

D. REMUNERAÇÕES E RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES

GRI 2-19, 2-20

A Semapa optou, nos termos do n.º 8 do artigo 26º-G do Código dos Valores Mobiliários, por integrar neste capítulo do Relatório do Governo Societário o Relatório sobre Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização da Semapa, incluindo, assim, nos pontos pertinentes deste capítulo a informação necessária para dar cumprimento ao referido preceito legal.

O Relatório sobre Remunerações submetido a apreciação na Assembleia Geral Anual realizada em 2023, que apreciou os documentos de prestação de contas do exercício de 2022, incluindo o relatório de gestão, o balanço e contas separadas e consolidadas, o relatório do governo societário, que contém o Relatório sobre Remunerações e a demonstração não financeira consolidada (informação sobre sustentabilidade), foi aprovado por 99,81% do capital presente ou representado, não tendo sido solicitados esclarecimentos por parte dos acionistas relativamente ao mesmo, no âmbito da referida assembleia geral.

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

O órgão competente para determinar a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é a Comissão de Remunerações.

Relativamente aos dirigentes da sociedade, essa competência pertence ao Conselho de Administração.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Durante o ano de 2023, a Comissão de Remunerações foi composta pela Senhora Dr.ª Maria Eduarda Faria e Maia de Oliveira Luna Pais, Presidente, e pelos Senhores Dr. João do Passo Vicente Ribeiro e Dr.ª Carlota Infante da Câmara Albergaria Caldeira, Vogais.

A sociedade considera que todos os membros da Comissão de Remunerações são independentes.

A Comissão de Remunerações não dispõe de pessoas contratadas para a auxiliar. A Comissão pode indicar livremente a contratação pela sociedade dos serviços de consultoria que se mostrem necessários ou convenientes, para o exercício das suas funções, dentro dos limites orçamentais da sociedade, direito que já exerceu no passado, devendo, nesse caso, assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não são contratados, pela própria sociedade ou por outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, para a prestação à própria sociedade de quaisquer outros serviços relacionados com as competências da Comissão de Remunerações sem autorização expressa da comissão. A sociedade considera que a composição da Comissão de Remunerações assegura a sua independência em face à administração, porquanto todos os seus membros são independentes.

Na sociedade, a Comissão de Remunerações presta todas as informações ou esclarecimentos aos acionistas nas respetivas Assembleias Gerais Anuais ou em quaisquer outras Assembleias Gerais, se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença for requerida pelos acionistas, fazendo-o através da presença, de, pelo menos, um dos seus membros. Foi o que sucedeu na Assembleia Geral Anual de 18 de maio de 2023, na qual estiveram presentes todos os seus membros.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Dois dos membros da Comissão de Remunerações, as Senhoras Dr.ª Eduarda Luna Pais e Dr.ª Carlota Albergaria Caldeira, têm vastos conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações.

A Senhora Dr.ª Eduarda Luna Pais foi, durante vários anos, consultora da sociedade Egon Zehnder, e posteriormente *Office Leader* e *Partner* desta sociedade líder em recrutamento de executivos. Possui larga experiência e um profundo e permanentemente atualizado conhecimento dos processos e critérios de avaliação para o recrutamento de funções seniores, bem como dos pacotes remuneratórios associados.

Por sua vez, a Senhora Dr.ª Carlota Albergaria Caldeira desenvolveu durante vários anos uma sólida experiência em consultoria de recursos humanos, nomeadamente *Capital Humano* e *Leadership Services*, com maior foco na gestão de projetos de *executive search* (mercado nacional e internacional) *assessments* e *benchmark* salarial tendo passado por empresas como a Heidrick & Struggles, Jason Associates, a Argo Talents e a Mercer. Desempenhou ainda funções na Nova School of Business & Economics como *advisor* e depois como responsável de relações corporativas com vista ao recrutamento, empresa à qual regressa anos mais tarde e onde se encontra atualmente a desempenhar funções na área de *People & Culture*.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho⁴⁰.

A política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização (“Política de Remuneração”), elaborada pela Comissão de Remunerações, foi aprovada na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2021 para o período de 2021 a 2024.

Na Assembleia Geral Anual ocorrida em 18 de maio de 2023, foi aprovada a primeira alteração à Política de Remuneração – por maioria de 99,51% do capital presente ou representado –, com o intuito de reforçar o seu alinhamento com a sustentabilidade e a preservação dos interesses de longo prazo da Semapa, em linha com as boas práticas de mercado.

⁴⁰ Esta matéria encontra-se atualmente regulada nos artigos 26º-A e seguintes do Código dos Valores Mobiliários.

A Política de Remuneração em vigor corresponde ao Anexo II deste Relatório e será aplicada à avaliação dos administradores executivos a realizar em 2024 por referência ao exercício de 2023.

Relativamente à avaliação dos administradores executivos realizada em 2023, por referência ao exercício de 2022, a sociedade aplicou os critérios previstos na Política de Remuneração em vigor para o referido exercício, publicada no [sítio](#)⁴¹ da internet, não tendo existido quaisquer afastamentos do procedimento de aplicação da Política de Remuneração aprovada ou derrogações à mesma.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A forma como é estruturada a remuneração dos órgãos sociais e como é baseada a avaliação do desempenho da administração executiva respeita o modelo e os princípios – funções desempenhadas, situação económica da sociedade e critérios de mercado – constantes da Política de Remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização da Semapa em vigor, designadamente os pontos 1. e 2.2., para os quais se remete. No ponto 24. *supra* estão descritos o processo e os órgãos que intervêm na avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O sistema remuneratório em vigor na Semapa, plasmado na Política de Remuneração, assegura a sua estratégia empresarial e, bem assim, a longo prazo, do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade e da sua sustentabilidade, em especial, por (i) ser uma remuneração que se procura justa e equitativa no âmbito dos princípios enunciados e por (ii) definir critérios de avaliação e indicadores definidos pela Comissão de Remunerações alinhados com os objetivos estratégicos da sociedade, indicadores estes que, aliados à definição de uma componente de remuneração variável anual e plurianual – associando o recebimento de parte da remuneração variável à concretização de determinados objetivos no longo prazo – contribui para um desempenho dos membros dos seus órgãos sociais alinhado com os interesses de longo prazo e a sustentabilidade da sociedade.

Relativamente às componentes da remuneração: (i) a remuneração dos membros do Conselho de Administração é constituída por uma componente fixa, correspondente a um valor anual, pagável 12 vezes por ano, e, para os administradores executivos, incorpora também uma componente variável, com carácter eventual e que globalmente pode corresponder a uma percentagem não superior a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior, de acordo com os estatutos da sociedade, integrando a componente variável, por sua vez, uma componente anual e uma componente plurianual (ii) a remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um valor fixo anual, pagável 12 vezes por ano, e (iii) a remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral consiste apenas numa quantia fixa determinada em função das reuniões efetivamente ocorridas.

No tocante à componente variável anual da remuneração dos administradores executivos, esta tem por base um valor *target* aplicável a cada administrador e que é devido em condições de desempenho do próprio e da sociedade que correspondam às expectativas e aos objetivos previamente fixados. Este valor *target* é definido ponderando os princípios acima referidos – mercado, funções concretas, situação da sociedade –, com destaque para situações comparáveis de mercado em funções de relevância equivalente. As ponderações do desempenho efetivo face às expectativas e objetivos, que determinam a variação em relação ao *target*, têm por base um conjunto de *KPIs*, quantitativos e qualitativos, relacionados com o desempenho da sociedade (indicadores gerais de negócio, com um peso de 65%) e do desempenho do administrador em causa (objetivos específicos, com um peso de 20% e indicadores comportamentais, com um peso de 15%).

Dentro dos indicadores gerais de negócio relevam especialmente o EBITDA, com um peso de 35%, os resultados líquidos, com um peso de 10%, o *cash flow*, com um peso de 10% e o *Total Shareholder Return vs. Pares*, com um peso de 10%. Dentro dos indicadores comportamentais releva o alinhamento de cada administrador com o modelo de liderança existente e os interesses de longo prazo da sociedade. Os objetivos específicos incluirão sempre indicadores ESG, como por exemplo o resultado do estudo anual de clima na sociedade. Com este sistema, consegue-se garantir na Semapa a inexistência de remunerações variáveis discricionárias.

Os critérios de desempenho referidos acima são aplicados de forma matemática na sua parte quantitativa – usando como referência os valores dos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração, sendo comparados, no final de cada período, estes compromissos com os resultados efetivamente obtidos – e através de apreciações valorativas no tocante à parte qualitativa.

⁴¹ <https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2023/12/Politica-de-remuneracao-2021-2024.pdf>

No que diz respeito à remuneração variável plurianual, que se introduziu com a revisão à Política de Remuneração de 2023, pretende-se estimular o alinhamento da atuação dos administradores executivos com os interesses sustentáveis de longo prazo da sociedade, através da definição de objetivos plurianuais, diferindo uma parte da remuneração variável que fica, assim, associada ao desempenho da sociedade e ao atingimento de objetivos nesse período. Neste incentivo de longo prazo, o montante total a distribuir pela administração executiva corresponderá a uma percentagem da Criação de Valor Acionista (valor criado acima de uma taxa anual mínima determinada no início de cada mandato), relacionada com o cumprimento de um conjunto de objetivos financeiros e ESG.

Este incentivo plurianual está atualmente associado ao cumprimento do Plano Estratégico da Semapa 2023/2027 e terá em conta os indicadores *Total Shareholder Return* \geq KPI definido, *Total Shareholder Return* \geq Pares, *Variação do EBITDA* \geq KPI definido e *Emissões CO₂* \leq KPI definido.

Destaca-se a introdução de um KPI – Emissões de CO₂ – relacionado com a sustentabilidade, na vertente ambiental, e que está em linha com as preocupações de cumprimento do roteiro carbónico constantes do Plano Estratégico.

O Incentivo de Longo Prazo pode incluir uma avaliação individual do desempenho dos administradores executivos, a ser assegurada pela Comissão de Remunerações, ouvidos outros intervenientes que a Comissão entenda pertinente envolver.

Este incentivo plurianual corresponderá a períodos trianuais e coincidentes com os mandatos da administração, com exceção do primeiro período que respeitará a 2023/2024 por corresponder aos últimos anos do mandato em curso.

O acompanhamento do Incentivo, o cálculo dos resultados obtidos e dos montantes a pagar serão assegurados por uma entidade externa independente.

A avaliação final e a determinação efetiva do montante a pagar serão efetuadas no final de cada período, após o apuramento das contas do último exercício incluído no período, sendo que o pagamento, em dinheiro, desta componente plurianual da remuneração variável (i) será de 75% até ao final do primeiro semestre seguinte ao fim do período de referência, e (ii) será diferido em 25% por um ano. Não haverá, no entanto, diferimento no caso de o valor a pagar ser inferior a 20% da remuneração fixa anual do período de referência.

Para além do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício, existem também na sociedade mecanismos de limitação da remuneração variável: (i) a componente variável, tanto anual como plurianual, é eliminada no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração considerada relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso, (ii) o montante da remuneração variável anual atribuível tem um *cap* definido, correspondente a 1,8 vezes o *target*, e (iii) a remuneração variável plurianual não pode ser superior a 175% da componente fixa dos anos a que o Incentivo diga respeito, por forma a prevenir que o bom desempenho num momento, com vantagens remuneratórias imediatas para a administração, seja feito em sacrifício de um bom desempenho futuro. A determinação da remuneração anual e plurianual pode considerar ajustamentos que sejam razoáveis respeitantes a fatores exógenos e decisões económicas não previstas, conforme previamente definido pela Comissão de Remunerações.

A natureza dos indicadores, o respetivo peso na determinação da remuneração variável efetiva, o pagamento diferido de uma parte da remuneração plurianual e os limites à aplicação da remuneração variável criam um modelo remuneratório baseado no reconhecimento do mérito por referência ao desempenho efetivo da sociedade e no desincentivo da assunção excessiva de riscos, ao mesmo tempo que contribuem para a concretização da estratégia definida pela Semapa e asseguram o alinhamento dos interesses dos membros executivos do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A remuneração dos administradores executivos integra uma componente variável que depende da avaliação de desempenho, nos termos descritos no ponto anterior e na Política de Remuneração, em especial no ponto 2.2.2. No ponto 24. *supra* estão descritos o processo e os órgãos que intervêm na avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Relativamente à avaliação de desempenho efetuada em 2023, respeitante a 2022, a componente individual e qualitativa da avaliação de desempenho teve um impacto considerável de 35% (objetivos específicos, com um peso de 20%, e indicadores comportamentais, com um peso de 15%), conforme previsto nos pontos 3. e 7. do Capítulo IV da Política de Remuneração anteriormente em vigor.

Relativamente aos administradores não executivos, refira-se que, apesar de ser apenas composta por uma parte fixa, a mesma poderá ser diferenciada em virtude da acumulação de funções e de responsabilidades acrescidas, nomeadamente através do desempenho de funções em comissões ou comités especializados.

A Política de Remuneração revista em 2023 passou a prever igualmente a possibilidade de se exigir a restituição de remuneração variável já entregue, sem prejuízo do regime legal aplicável, caso por decisão judicial irrecorrível, sejam imputadas à sociedade ou, diretamente, a membros da Comissão Executiva da sociedade, responsabilidades por atos de gestão ilícitos e dolosos que impliquem a necessidade de reformulação das suas demonstrações financeiras ou o registo de diminuições patrimoniais em sentido desfavorável à sociedade. Nesse caso, a Comissão de Remunerações poderá, a seu critério e mediante deliberação, determinar a obrigação de reembolso, por parte dos administradores executivos, da remuneração variável respeitante ao período correspondente à prática dos factos ou a outro período considerado relevante, tendo em vista a compensação da sociedade pelos danos causados

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal não inclui nenhuma componente variável, sendo a remuneração do Presidente do Conselho Fiscal superior à dos demais membros do Conselho Fiscal, tendo em conta as funções especiais que desempenha.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

A introdução, na Política de Remuneração revista em 2023, da remuneração variável plurianual para os administradores executivos, que corresponde a um incentivo de longo prazo associado ao cumprimento de objetivos trianuais que acompanham os mandatos da administração, contribui para o aumento do alinhamento da atuação dos administradores executivos com os interesses sustentáveis de longo prazo da sociedade e para a confirmação desse desempenho sustentável, através do diferimento de uma parte da remuneração variável que fica, assim, associada ao desempenho da sociedade e ao atingimento de objetivos nesse período.

Acresce que o pagamento desta componente plurianual da remuneração variável **(i)** será de 75% até ao final do primeiro semestre seguinte ao fim do período de referência, e **(ii)** será diferido em 25% por um ano. Não haverá, no entanto, diferimento no caso de o valor a pagar ser inferior a 20% da remuneração fixa anual do período de referência.

Assim, a Política de Remuneração prevê um mecanismo de diferimento de uma parte da remuneração variável por um período de três anos que fica, assim, associada ao desempenho da sociedade e ao atingimento de objetivos nesse período (com exceção do primeiro período que respeitará a 2023/2024 por corresponder aos últimos anos do mandato em curso), bem com um pagamento diferido dos montantes apurados relativamente a esta componente da remuneração.

Nos pontos 69. e seguintes *supra* encontra-se descrito em maior detalhe o sistema de remuneração variável existente na Semapa.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Na Semapa, a remuneração variável não tem qualquer componente em ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Na Semapa, a remuneração variável não tem qualquer componente em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Os critérios que pautam a fixação dos prémios anuais são os referentes à remuneração variável descritos no ponto 2.2.2. da Política de Remuneração, e no ponto 25. e 70., *supra*.

Para além da componente variável que possa vir a ser atribuída aos membros dos órgãos de administração executiva, não são atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo dos meios colocados à disposição dos mesmos para o exercício das suas funções e de um seguro de saúde e acidentes pessoais em linha com as práticas de mercado.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais.

Na sociedade não existem atualmente regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores. Não obstante, o Senhor Eng.º Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses recebe uma pensão mensal por ter exercido uma opção no âmbito da extinção de um regime de pensões para administradores que existia no passado.

É esta a única pensão atualmente a ser paga pela Semapa. Trata-se de uma pensão mensal vitalícia, paga 12 vezes por ano, relativamente à qual está prevista (i) a transmissibilidade de metade do seu valor ao cônjuge sobrevivente ou filhos menores ou incapazes, e (ii) a obrigatoriedade de deduzir ao valor da pensão, quer o montante de serviços remunerados que venham a ser prestados posteriormente à Semapa ou a sociedades dominadas, quer o valor das pensões que o beneficiário tenha direito a receber de um sistema público de Segurança Social e respeitem ao mesmo período de serviço. O montante da responsabilidade da Semapa com esta pensão é, em 31 de dezembro de 2023, de 580 578 Euros, conforme referido na Nota 7.3 às Demonstrações Financeiras Consolidadas e na Nota 7.2 às Demonstrações Financeiras Separadas.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Indica-se abaixo o montante da remuneração auferida no ano de 2023, sendo que a remuneração variável foi paga em 2023, mas diz respeito ao desempenho de 2022, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da Semapa, com distinção entre remuneração fixa e variável, e percentagens relativas, mas sem distinguir as diferentes componentes que deram origem à remuneração variável, porque a componente variável é definida como um todo, ponderando os elementos explicados na Política de Remuneração, sem identificação de componentes.

Conselho de Administração	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Montante	Percentagem relativa	Montante	Percentagem relativa
Comissão Executiva				
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	661 378,02	44,11%	838 141,49	55,89%
Vítor Paulo Paranhos Pereira	321 496,74	29,63%	763 595,79	70,37%
Subtotal	982 874,76	-	1 601 737,28	-
Administradores Não Executivos				
José Antônio do Prado Fay	400 020,50	100%	-	-
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	77 825,04	100%	-	-
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	77 825,04	100%	-	-
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	77 825,04	100%	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	128 305,08	100%	-	-
Paulo Lameiras Martins	77 825,04	100%	-	-
Subtotal	839 625,74	-	-	-
Total	1 822 500,50	-	1 601 737,28	-

NOTA:

Valores em Euros

No quadro *supra* foi indicado o montante anual correspondente ao período em que os membros do Conselho de Administração exerceram funções.

Nas tabelas abaixo encontram-se discriminadas, para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, as variações anuais, nos últimos cinco exercícios, da remuneração paga individualmente pela sociedade aos membros do Conselho de Administração, assim como das remunerações médias dos Colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da sociedade, bem como os indicadores de desempenho da sociedade verificados:

Conselho de Administração		2019	2020	2021	2022	2023
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Remuneração Fixa	128 305	128 305	128 305	128 305	128 305
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Carlos Eduardo Coelho Alves	Remuneração Fixa	77 825	77 825	77 825	27 500	-
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	-64,7%	-
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	77 825	77 825	77 825	77 825	77 825
	Variação em %	64,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Francisco José Melo e Castro Guedes	Remuneração Fixa	77 825	77 825	77 825	47 259	-
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	-39,3%	-
Heinz-Peter Elstrodt	Remuneração Fixa	347 414	275 149	-	-	-
	Variação em %	-	-20,8%	-	-	-
João Nuno de Sottomayor Pinto de Castello Branco	Remuneração Fixa	761 199	761 199	925 763	-	-
	Remuneração Variável	688 623	546 953	769 537	846 366	-
	Variação em %	1,8%	-9,8%	29,6%	-50,1%	-
José António do Prado Fay	Remuneração Fixa	128 816	243 524	400 021	400 021	400 021
	Variação em %	64,6%	89,0%	64,3%	0,0%	0,0%
José Miguel Pereira Gens Paredes	Remuneração Fixa	315 970	129 817	-	-	-
	Remuneração Variável	567 864	381 541	-	-	-
	Variação em %	0,4%	-42,1%	-	-	-
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	77 825	77 825	77 825	77 825	77 825
	Variação em %	64,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Remuneração Fixa	77 825	77 825	77 825	77 825	77 825
	Variação em %	64,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Paulo Miguel Garcês Ventura	Remuneração Fixa	192 013	-	-	-	-
	Remuneração Variável	512 811	143 449	-	-	-
	Variação em %	-17,8%	-79,6%	-	-	-
Paulo José Lameiras Martins ⁴²	Remuneração Fixa	-	-	-	46 479	77 825
	Variação em %	-	-	-	-	67,4%
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires ⁴³	Remuneração Fixa	315 970	315 970	315 970	650 000	661 378
	Remuneração Variável	557 560	462 202	586 133	643 077	838 141
	Variação em %	5,1%	-10,9%	15,9%	43,3%	16,0%
Vítor Manuel Galvão Rocha Novais Gonçalves	Remuneração Fixa	77 825	77 825	77 825	27 500	-
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	-64,7%	-
Vitor Paulo Paranhos Pereira ⁴⁴	Remuneração Fixa	128 305	289 445	315 970	315 970	321 497
	Remuneração Variável	-	-	582 159	634 657	763 596
	Variação em %	0,0%	125,6%	210,3%	5,8%	14,1%

Nota:
Valores em Euros

⁴² Paulo José Lameiras Martins foi nomeado membro do Conselho de Administração em 27 de maio de 2022.

⁴³ Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires foi designado como Presidente da Comissão Executiva com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022.

⁴⁴ Vitor Paulo Paranhos Pereira iniciou funções executivas em 1 de março 2020.

Colaboradores da Sociedade		2019	2020	2021	2022	2023
Remuneração Total	Remuneração média	85 744	66 243	77 188	88 387	97 623
	Variação em %	11,2%	-22,7%	16,5%	14,5%	10,4%

Nota:
Valores em Euros

Desempenho do Grupo		2019	2020	2021	2022	2023
EBITDA	Milhões de Euros	486,8	419,3	508,7	894,2	672,1
	Variação em %	-11,2%	-13,9%	21,3%	75,8%	-24,8%
EPS (Resultados por Ação)	Euros/ação	1,540	1,333	2,481	3,845	3,061
	Variação em %	-6,3%	-13,4%	86,1%	55,0%	-20,4%

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Importa esclarecer que os montantes a que se refere este número não dizem apenas respeito a sociedades dominadas pela Semapa. Estão igualmente compreendidos valores a que a Semapa e os seus órgãos sociais são alheios, por dizerem respeito a acionistas seus em relação de domínio.

Auferiram remunerações noutras sociedades em relação de domínio ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum, os Administradores Senhores Dr.ª Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (70 750,00 Euros), Eng.º José Antônio do Prado Fay (100 000,00 Euros), D.ª Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (70 750,00 Euros), D.ª Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (70 750,00 Euros). Esclarece-se que os membros do Conselho de Administração não auferiram remunerações noutras sociedades em relação de grupo com a Semapa, tendo por base a definição de grupo na aceção da alínea g) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, de acordo com o disposto na al. d) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

O montante da remuneração paga pela Semapa sob a forma de participações nos lucros e/ou pagamento de prémios corresponde à remuneração variável constante do ponto 77. deste relatório, tendo tais montantes sido fixados com base na aplicação concreta pela Comissão de Remunerações dos critérios descritos no ponto 2.2.2. da Política de Remuneração.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas durante o exercício, não são devidas, nem estão previstas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos pela cessação de funções.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Montante	Percentagem relativa	Montante	Percentagem relativa
José Manuel Oliveira Vitorino	30 000,00	100%	-	-
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira	21 840,00	100%	-	-
Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves	21 840,00	100%	-	-
Total	73 680,00	-	-	-

Nota:
Valores em Euros

Na tabela abaixo encontra-se discriminada, para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, a variação anual, nos últimos cinco exercícios, da remuneração paga individualmente pela sociedade aos membros do Conselho Fiscal:

Conselho Fiscal		2019	2020	2021	2022	2023
José Manuel Oliveira Vitorino	Remuneração Fixa	22 000	22 000	22 000	26 756	30 000
	Variação em %	8,4%	0,0%	0,0%	21,6%	12,1%
Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira	Remuneração Fixa	16 000	16 000	16 000	19 472	21 840
	Variação em %	0,0%	0,0%	0,0%	21,7%	12,2%
Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves	Remuneração Fixa	16 000	16 000	16 000	19 472	21 840
	Variação em %	64,0%	0,0%	0,0%	21,7%	12,2%

Nota:

Valores em Euros

82. Indicação da remuneração no ano de referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Durante o exercício de 2023, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma remuneração fixa no montante de 5 000 Euros.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe na Semapa nenhum contrato com administradores que limite ou de outra forma altere o regime legal supletivo para os casos de cessação de funções, com ou sem justa causa, prevendo-se na Política de Remuneração que, em caso de cessação de funções dos administradores, aplicar-se-á o regime legal supletivo nesta matéria.

Assim, considerando a ausência de contratos individuais com administradores neste âmbito e o previsto na Política de Remuneração, no caso de destituição que não decorra de violação grave de deveres do administrador nem de inaptidão para o exercício normal das respetivas funções, a sociedade estará obrigada a pagar uma indemnização nos termos gerais de direito, sem que a mesma possa exceder o montante das remunerações que presumivelmente receberia até ao final do período para que foi eleito.

A cessação de funções antes do termo do mandato não origina, pois, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei.

Esclarece-se ainda que, durante o exercício de 2023, não foram pagos quaisquer montantes relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, de membros de órgãos ou comissões da sociedade.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. l⁴⁵)).

Não existem também acordos entre a sociedade e os titulares dos órgãos sociais ou dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

45 Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. k) do Código dos Valores Mobiliários.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ('STOCK OPTIONS')

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existem na sociedade planos de atribuição de ações nem planos de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

Não aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e Colaboradores da empresa.

Não aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e⁴⁶).

Não existe também na Semapa qualquer mecanismo de participação dos trabalhadores no seu capital.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS. CONFLITOS DE INTERESSES



I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24) e Conflito de Interesses.

Vigora na sociedade um Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas através do qual foram definidas as regras relativas a conflitos de interesses e transações com partes relacionadas, em que seja parte a sociedade, em complemento dos mecanismos internos que a sociedade tem em vigor para efeitos do cumprimento da norma internacional de contabilidade (IAS) 24 (Divulgações de Partes Relacionadas), e é aplicável sem prejuízo das obrigações da sociedade e dos seus Dirigentes em matéria de Informação Privilegiada, do regime legal de negócios da sociedade com administradores e regulamento interno relativo à Comunicação de Irregularidades e da demais legislação aplicável nesta matéria. Este regulamento foi alterado em 2020 em virtude das alterações decorrentes da Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto e, mais recentemente, para acomodar exigências recomendatórias, por deliberação do Conselho de Administração de 3 de novembro de 2021, com parecer favorável e vinculativo do Conselho Fiscal, passando o mesmo a contemplar o regime legal e regulamentar aplicável em vigor sobre esta matéria.

O referido regulamento encontra-se disponível para consulta no [sítio](#)⁴⁷ da Internet da sociedade.

⁴⁶ Corresponde ao atual artigo 29.º-H, n.º 1, al. e) do Código dos Valores Mobiliários.

⁴⁷ <https://www.semapa.pt/wp-content/uploads/2023/12/Regulamento-sobre-Conflitos-de-Interesses-e-Transaccoes-com-Partes-Relacionadas.pdf>

Nos termos do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, as transações, entre a sociedade e partes relacionadas, qualificadas como tal pelas normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, designadamente, pela norma internacional de contabilidade (IAS) 24 (Divulgações de Partes Relacionadas), estão sujeitas aos seguintes procedimentos de aprovação:

São aprovadas pela Comissão Executiva as seguintes transações:

- a) Empréstimos realizados à sociedade por sociedades suas acionistas, de valor igual ou inferior a cem milhões de euros;
- b) Transações no âmbito do regime de tributação dos grupos de sociedades, de valor igual ou inferior a cem milhões de euros;
- c) Transações realizadas com sociedades controladas que consolidem contas com a sociedade, de valor, individual ou acumulado anual, igual ou inferior a dois por cento do volume de negócios da sociedade controlada, apurado de acordo com as últimas contas anuais aprovadas;
- d) Empréstimos a sociedades controladas que consolidem contas com a sociedade e, bem assim, subscrição de dívida das mesmas, (i) de prazo inferior a seis meses, (ii) valor, individual ou acumulado anual, inferior a um quinto do volume de negócios da respetiva sociedade controlada, apurado de acordo com as últimas contas anuais aprovadas, e que não exceda cem milhões de euros, e (iii) desde que a sociedade controlada assegure linhas de crédito para o reembolso da operação, e
- e) Quaisquer outras transações cujo valor, individual ou acumulado anual, seja igual ou inferior a um milhão de euros.

As transações que (i) não caibam no âmbito das alíneas anteriores, ou (ii) caibam nessas alíneas, mas não sejam realizadas no âmbito da atividade corrente da sociedade, são aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer favorável do Conselho Fiscal.

Nos termos do referido regulamento, apenas são permitidas transações realizadas em condições de mercado e se existir justificado interesse próprio da sociedade.

No que respeita aos procedimentos de informação, verificação e formalização das transações com partes relacionadas, dispõe o regulamento que:

- i. O Conselho de Administração é informado semestralmente das deliberações relativas a transações em que não tenha participado;
- ii. O Conselho Fiscal é informado das transações que a sociedade efetue para efeitos da verificação da conformidade da realização das transações com o regime descrito *supra* e com a legislação e regulamentação aplicável, sendo que as partes relacionadas não poderão participar na verificação em causa;
- iii. Compete aos Dirigentes da sociedade que intervêm na formalização de transações assegurar que essas transações são previamente submetidas ao regime previsto no regulamento e na legislação e regulamentação aplicável, e
- iv. A formalização e execução das deliberações relativas a transações deve ser objeto de especial acompanhamento por parte da Comissão Executiva.

A sociedade divulgará as transações que devam ser divulgadas nos termos da legislação e regulamentação aplicável, designadamente por não terem preenchido algum dos requisitos legalmente previstos e em função do valor em causa, nos termos e prazo previstos na legislação e regulamentação aplicável.

O regulamento não será aplicável às transações tratadas como isentas pela legislação e regulamentação aplicável.

No que respeita aos procedimentos aplicáveis em matéria de conflitos de interesses, o referido regulamento prevê que existe uma situação de conflito sempre que algum Dirigente se encontre numa posição que, vista de forma objetiva, é suscetível de comprometer a sua independência e de causar, no seu juízo, influência de interesses distintos dos interesses da sociedade, sejam esses interesses patrimoniais ou não, próprios ou alheios, e que, para efeitos da sua adequada prevenção, identificação e resolução, o Dirigente deve:

- a) Comunicar a existência de um conflito de interesses, ainda que potencial, ao seu superior hierárquico ou, tratando-se de membro de órgão colegial, ao órgão em causa, nos termos dos respetivos regulamentos de funcionamento, e
- b) Abster-se de interferir ou participar, caso esteja em causa uma situação de conflito de interesses e, caso se trate de um processo de decisão, fazer constar esse impedimento de ata ou de outro documento escrito que documente a decisão, sem prejuízo do dever de prestar as informações e os esclarecimentos que o órgão em causa e os respetivos membros lhe solicitarem.

Acresce ainda que todos os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais e comissões internas consagram disposições sobre conflitos de interesses de harmonia com as regras acima descritas.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Em 2023 tiveram lugar as transações com partes relacionadas que estão identificadas na informação sobre os negócios com partes relacionadas constante da Nota 10.4 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e da Nota 10.2 das Notas às Demonstrações Financeiras Separadas e que foram analisadas e aprovadas nos termos do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas.

Em 2023, em cumprimento do Regulamento sobre Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração informou o Conselho Fiscal sobre todas as transações realizadas para efeitos da verificação da conformidade da realização dessas transações com o regime previsto na cláusula quarta do mencionado Regulamento e com a legislação e regulamentação aplicável, tendo o Conselho Fiscal efetuado essa verificação.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Estes procedimentos e critérios encontram-se descritos nos anteriores pontos 89. e 90.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas consta da Nota 10.4 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e da Nota 10.2 das Notas às Demonstrações Financeiras Separadas.

PARTE II

AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

A Semapa adotou o Código de Governo das Sociedades do IPCG, revisto em 2023, cumprindo igualmente o Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

O Código adotado é divulgado pelo IPCG e pode ser acedido através do respetivo sítio da internet.

2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

No quadro abaixo faz-se a declaração das recomendações adotadas e não adotadas. Em relação às recomendações adotadas, indica-se apenas o local deste relatório onde a matéria se encontra desenvolvida. Em relação às recomendações não adotadas, indica-se depois do quadro a respetiva justificação de não acolhimento e eventual mecanismo alternativo adotado.

#	Adoção	Texto	Remissão
PRINCÍPIOS GERAIS			
A. O governo das sociedades promove e potencia a prossecução dos respetivos interesses de longo prazo, desempenho e desenvolvimento sustentável, e é estruturado de modo a permitir a ponderação dos interesses dos acionistas e restantes investidores, trabalhadores, clientes, credores, fornecedores e demais partes interessadas, contribuindo para o reforço da confiança na qualidade, transparência e padrões éticos de atuação da administração e fiscalização, bem como para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que as sociedades se inserem e para o desenvolvimento do mercado de capitais.			
B. O Código é de adesão voluntária e a sua observância assenta num princípio de <i>comply or explain</i> aplicável a todas as recomendações.			
I. RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM ACIONISTAS, PARTES INTERESSADAS E A COMUNIDADE EM GERAL			
Princípios:			
I.A. Na sua organização, no seu funcionamento e na definição da sua estratégia, as sociedades contribuem para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos no quadro da Organização das Nações Unidas, em termos que sejam ajustados à natureza da sua atividade e à respetiva dimensão.			
I.B. A sociedade, periodicamente, identifica, mede e procura prevenir os efeitos negativos relacionados com o impacto ambiental e social decorrente do exercício da sua atividade, em termos ajustados à respetiva natureza e à dimensão da sociedade.			
I.C. Nos seus processos de decisão, o órgão de administração pondera os interesses dos acionistas e restantes investidores, trabalhadores, fornecedores e outras partes interessadas na atividade da sociedade.			
I.1.	Adotada	A sociedade explicita em que termos a sua estratégia procura assegurar o cumprimento dos seus objetivos de longo prazo e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	Parte I n.º 21
I.2.	Adotada	A sociedade identifica as principais políticas e as principais medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais e sociais.	Parte I n.º 21

II - COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

II.1. Informação

Princípios:

II.1.A. As sociedades e, em particular, os seus administradores tratam de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação.

II.1.1.	Adotada	A sociedade institui mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada circulação ou divulgação da informação necessária aos seus órgãos, ao secretário da sociedade, aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros, às demais partes interessadas e ao mercado em geral.	Parte I n.º 21 e n.º 55 a n.º 65
---------	---------	--	----------------------------------

II.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade

Princípios:

II.2.A. As sociedades são dotadas de estruturas decisórias adequadas e transparentes, assegurando a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões.

II.2.B. As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de administração e fiscalização e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas.

II.2.C. As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros.

II.2.1.	Adotada	As sociedades estabelecem, previamente e em abstrato, critérios e requisitos relativos ao perfil de membros dos órgãos da sociedade adequados à função a desempenhar, considerando, designadamente, atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), e requisitos de diversidade (com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres), que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Parte I n.º 16
II.2.2.	Adotada	Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas dispõem de regulamentos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões.	Parte I n.º 21, n.º 22, n.º 27, n.º 29, n.º 34 e n.º 61
II.2.3.	Adotada	A composição e o número de reuniões em cada ano dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas são divulgados através do sítio da Internet da sociedade.	Parte I n.º 23, n.º 29 e n.º 35
II.2.4.	Adotada	As sociedades adotam uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que explicita as principais regras e procedimentos a serem seguidos perante cada comunicação e um canal de denúncia interno que inclua o acesso também por não trabalhadores, nos termos previstos na lei aplicável.	Parte I n.º 49
II.2.5.	Adotada	As sociedades dispõem de comissões especializadas em matéria de governo societário, remunerações, nomeações de membros dos órgãos da sociedade e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão, se tal não for proibido por lei, de competência nas referidas matérias.	Parte I n.º 16, n.º 21, n.º 27 e n.º 29

II.3. Relação entre órgãos da sociedade

Princípio:

II.3.A. Os órgãos sociais criam as condições para que, na medida das suas responsabilidades, atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções.

II.3.1.	Adotada	Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade estabelecem mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação necessária para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Parte I n.º 21
I.3.2.	Adotada	Cada órgão e comissão da sociedade assegura, de forma atempada e adequada, o fluxo interorgânico da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Parte I n.º 21 e n.º 29

II.4. Conflitos de interesses

II.4.A. Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões e a sociedade, garantindo-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão.

II.4.1.	Adotada	Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse da sociedade.	Parte I n.º 89
II.4.2.	Adotada	A sociedade adota procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.	Parte I n.º 89

II.5 Transações com partes relacionadas

II.5.A. As transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização.

II.5.1.	Adotada	O órgão de administração divulga, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Parte I n.º 38 e n.º 89 a n.º 91
---------	---------	---	----------------------------------

III. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL

Princípios:

III.A. O adequado envolvimento dos acionistas no governo das sociedades constitui um fator positivo de funcionamento eficiente da sociedade e realização do fim social.

III.B. A sociedade promove a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de reflexão sobre a sociedade e de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões da sociedade.

III.C. A sociedade implementa meios adequados para a participação e o voto não presenciais dos acionistas na assembleia, incluindo a possibilidade de envio antecipado de questões, pedidos de esclarecimento ou informação sobre as matérias a deliberar e respetivas propostas.

III.1.	Adotada	A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, e informa no relatório de governo sobre a sua opção sempre que a cada ação não corresponda um voto.	Parte I n.º 12 e n.º 13
III.2.	Não Aplicável	A sociedade que tenha emitido ações com direito especial ao voto plural identifica, no relatório de governo, as matérias que, por previsão dos estatutos da sociedade, estão excluídas do âmbito do voto plural.	Parte I n.º 12 e n.º 13
III.3.	Adotada	A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Parte I n.º 14
III.4.	Adotada	A sociedade implementa os meios adequados para a participação não presencial dos acionistas na Assembleia Geral, em termos proporcionais à sua dimensão.	Parte I n.º 12

III.5.	Adotada	A sociedade implementa igualmente os meios adequados para o exercício não presencial do direito de voto, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Parte I n.º 12
III.6.	Não Aplicável	Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Parte I n.º 5 e n.º 13
III.7.	Adotada	Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Parte I n.º 4

IV. ADMINISTRAÇÃO

IV.1. Órgão de Administração e Administradores Executivos

Princípios:

IV.1.A. A gestão corrente da sociedade compete a administradores executivos com as qualificações, competências e experiência adequadas à função, prosseguindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

IV.1.B. A determinação do número de administradores executivos deve ter em conta a dimensão da sociedade, a complexidade e dispersão geográfica da sua atividade e os custos, tendo em vista a desejável agilidade de funcionamento da administração executiva.

IV.1.1.	Adotada	O órgão de administração assegura que a sociedade atua de forma consentânea com o seu objeto e não delega poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Parte I n.º 21
IV.1.2.	Adotada	O órgão de administração aprova, através de regulamento ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Parte I n.º 26 e n.º 27

IV.2. Órgão de Administração e Administradores Não Executivos

Princípios:

IV.2.A. Para a plena realização do fim social, os administradores não executivos exercem, de modo efetivo e criterioso, uma função de vigilância geral e de desafio à gestão executiva, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade.

IV.2.B. O número e as qualificações dos administradores não executivos devem ser adequados a proporcionar à sociedade uma equilibrada e apropriada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.

IV.2.1.	Adotada	Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes — ou, não existindo estes em número suficiente, os administradores não executivos — designam entre si um coordenador para, nomeadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções, e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação VI.1.1.; em alternativa, pode a sociedade fixar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Parte I n.º 18
IV.2.2.	Adotada	O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Parte I n.º 18
IV.2.3.	Adotada	O número de administradores não executivos é superior ao de administradores executivos.	Parte I n.º 18

IV.2.4.	Não Adotada	<p>O número de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência deve ser plural e não pode ser inferior a um terço do número total de administradores não executivos. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade, sendo este prazo contado independentemente de coincidir, ou não, com o termo do mandato;</p> <p>ii. Ter sido Colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>	Explicação das Recomendações não adotadas <i>infra</i>
IV.2.5.	Não Aplicável	O disposto no parágrafo (i) da recomendação anterior não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).	Parte I n.º 18

V. FISCALIZAÇÃO

Princípios:

V.A. O órgão de fiscalização desenvolve atividades permanentes de supervisão da administração da sociedade, incluindo, numa perspetiva também preventiva, o acompanhamento da atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para esta e para a plena realização do fim social.

V.B. A composição do órgão de fiscalização proporciona à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.

V.1.	Adotada	Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização toma conhecimento das linhas estratégicas e avalia e pronuncia-se sobre a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	Parte I n.º 38 e n.º 54
V.2.	Adotada	O número de membros do órgão de fiscalização e da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Parte I n.º 31

VI. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES

VI.1 Avaliação Anual de Desempenho

Princípio:

VI.1.A. A sociedade promove a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio.

VI.1.1.	Adotada	O órgão de administração – ou comissão com competências na matéria, composta por maioria de membros não executivos – avalia anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho da comissão executiva, dos administradores executivos e das comissões da sociedade, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, assim como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Parte I n.º 24 e n.º 25
---------	---------	---	-------------------------

VI.2 Remunerações

Princípio:

VI.2.A. A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas – tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado – e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade.

VI.2.B. Tendo em consideração que o cargo de administrador é, por natureza, um cargo remunerado, os administradores recebem uma remuneração:

- i) que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade;
- ii) que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade; e
- iii) que premeie o desempenho.

VI.2.1.	Adotada	A sociedade constitui uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Parte I n.º 66 e n.º 67
VI.2.2.	Adotada	A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões da sociedade compete à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.	Parte I n.º 29, n.º 66, n.º 67 e Anexo II
VI.2.3.	Adotada	A sociedade divulga no relatório de governo, ou no relatório de remunerações, a cessação de funções dos membros de órgãos ou comissões da sociedade, indicando os montantes de todos os encargos da sociedade relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, no exercício em causa.	Parte I n.º 83
VI.2.4.	Adotada	A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Parte I n.º 67
VI.2.5.	Adotada	Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações pode decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Parte I n.º 67
VI.2.6.	Adotada	A comissão de remunerações assegura que aqueles serviços são prestados com independência.	Parte I n.º 67
VI.2.7.	Adotada	Os prestadores desses serviços não serão contratados, pela própria sociedade ou por outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, para a prestação à sociedade de quaisquer outros serviços relacionados com as competências da comissão de remunerações, sem que haja autorização expressa da comissão.	Parte I n.º 67
VI.2.8.	Adotada	Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes tem natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Parte I n.º 70 e n.º 71
VI.2.9.	Adotada	Uma parte significativa da componente variável é parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, em termos definidos na política de remunerações da sociedade, à confirmação da sustentabilidade do desempenho.	Parte I n.º 72 e Anexo II
VI.2.10.	Não aplicável	Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício é diferido por um prazo não inferior a três anos.	Parte I n.º 73 e n.º 74
VI.2.11.	Adotada	A remuneração dos administradores não executivos não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Parte I n.º 71

VI.3 Nomeações

Princípio:

VI.3.A. Independentemente do modo de designação, os conhecimentos, a experiência, o percurso profissional e a disponibilidade dos membros dos órgãos da sociedade e dos quadros dirigentes devem ser os adequados à função a desempenhar.

VI.3.1.	Adotada	A sociedade promove, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, que as propostas para eleição dos membros dos órgãos da sociedade sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar.	Parte I n.º 16
VI.3.2.	Não Adotada	A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes.	Explicação das recomendações não adotadas <i>infra</i>
VI.3.3.	Não Adotada	A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações.	Explicação das recomendações não adotadas <i>infra</i>
VI.3.4.	Não aplicável	A comissão de nomeações de quadros dirigentes disponibiliza os seus termos de referência e promove, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres.	Parte I n.º 29

VII. CONTROLO INTERNO

Princípio:

VII.A. Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade institui um sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão e controlo de risco, *compliance* e auditoria interna, que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

VII.1.	Adotada	O órgão de administração debate e aprova o plano estratégico e a política de risco da sociedade, a qual inclui a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Parte I n.º 29 e n.º 54
VII.2.	Adotada	A sociedade dispõe de uma comissão especializada ou de um comité composto por especialistas em matéria de risco que reporta regularmente ao órgão de administração.	Parte I n.º 21, n.º 29, n.º 50 e n.º 54
VII.3.	Adotada	O órgão de fiscalização organiza-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Parte I n.º 21, n.º 29, n.º 53 e n.º 54
VII.4.	Adotada	O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, é estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Parte I n.º 38, n.º 50, e n.º 54
VII.5.	Adotada	A sociedade estabelece procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Parte I n.º 54
VII.6.	Adotada	Tendo por base a sua política de risco, a sociedade institui uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Parte I n.º 53 e n.º 54
VII.7.	Adotada	A sociedade institui processos para coligir e processar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação.	Parte I n.º 21
VII.8.	Adotada	A sociedade informa sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera, nos processos de decisão, a análise do risco climático.	Parte I n.º 21

VII.9.	Adotada	A sociedade informa, no relatório de governo, sobre os termos em que mecanismos de inteligência artificial hajam sido utilizados como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais.	Parte I n.º 29
VII.10.	Adotada	O órgão de fiscalização pronuncia-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Parte I n.º 38 e n.º 50
VII.11.	Adotada	O órgão de fiscalização é destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Parte I n.º 50

VIII. INFORMAÇÃO E REVISÃO LEGAL DE CONTAS

VIII.1 Informação

Princípios:

VIII.1.A. O órgão de fiscalização, com independência e de forma diligente, assegura que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e adoção de critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro e de sustentabilidade, e para o controlo interno, incluindo a gestão de riscos, a *compliance* e a auditoria interna.

VIII.1.B. O órgão de fiscalização promove uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas.

VIII.1.1.	Adotada	O regulamento do órgão de fiscalização impõe que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Parte I n.º 38
-----------	---------	---	----------------

VIII.2 Revisão legal de contas e fiscalização

Princípio:

VIII.2.A. Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre o relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas e a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.

VIII.2.1.	Adotada	Através de regulamento, o órgão de fiscalização define, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Parte I n.º 38
VIII.2.2.	Adotada	O órgão de fiscalização é o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Parte I n.º 38
VIII.2.3.	Adotada	O órgão de fiscalização avalia anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propõe ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Parte I n.º 38

EXPLICAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES NÃO ADOTADAS:

RECOMENDAÇÃO IV.2.4.

Determina esta recomendação que “O número de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência deve ser plural e não pode ser inferior a um terço do número total de administradores não executivos (...)”

No decurso do exercício de 2023, conforme melhor descrito no ponto 18. do presente Relatório, o Conselho de Administração incluiu apenas um administrador não executivo que cumpria o requisito de independência. Por essa razão, o limiar recomendado de um terço não foi atingido e a presente recomendação IV.2.4. não é cumprida.

Porém, a sociedade entende que a referida proporção de administradores independentes é adequada e consentânea com uma atuação plenamente independente do Conselho de Administração e suficiente para garantir a efetiva capacidade de supervisão, avaliação e fiscalização da atividade dos restantes membros do órgão de administração.

Na verdade, entende a sociedade que, considerando o perfil, a idade, o percurso e a experiência profissional e, principalmente, a demonstrada independência de juízo e integridade de carácter dos membros que compõem o Conselho de Administração, a atual proporção entre administradores não executivos não independentes e independentes, estabelecida pela aplicação dos critérios formais de aferição da independência, está perfeitamente ajustada à natureza e à dimensão da sociedade, nomeadamente atendendo à sua natureza familiar, à estabilidade da respetiva estrutura de capital e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

Donde se conclui que existe uma efetiva e concreta independência de atuação da administração, atingindo-se materialmente os objetivos propostos pela recomendação em causa.

RECOMENDAÇÃO VI.3.2.

Dispõe a Recomendação VI.3.2. que “A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes.”

Apesar de a Comissão de Talento da Semapa ser composta por uma maioria de administradores não executivos, nenhum deles é independente. Na escolha dos membros dessa comissão privilegiou-se a diversidade de perfis (idade, género, qualificações, experiência e percurso profissionais), assegurando-se que todos possuem plena isenção de análise e de decisão e demonstrada integridade de carácter.

A sociedade considera que esta diversidade de perfis, aliada ao facto de a Comissão de Talento recorrer, sempre que necessário, a estudos de mercados e à análise de situações comparáveis dentro do Grupo, é bastante para garantir que as suas análises estão alinhadas com as melhores práticas e fortalecem a tomada de decisão independente e isenta.

RECOMENDAÇÃO VI.3.3.

Prevê a Recomendação VI.3.3. que “A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações.”

Há que olhar para a Semapa a título individual, como sociedade *holding* com uma estrutura administrativa simplificada e com um número reduzido de Direções e Colaboradores e por isso reconhecer que a dimensão da sociedade não justifica que a função de acompanhamento e apoio a nomeações de cargos dirigentes seja atribuída a uma comissão.

Dada a dimensão da Semapa, esta competência pertence à Comissão Executiva, sem prejuízo de a Comissão de Talento poder emitir recomendações relativamente aos dirigentes do Grupo.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

ANEXO I

INFORMAÇÕES A QUE SE REFERE O ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

(por referência ao exercício de 2023)

1. Valores mobiliários da sociedade detidos pelos titulares dos órgãos sociais, na aceção do n.º 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Não existem.

2. Valores mobiliários de sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Semapa detidos pelos titulares dos órgãos sociais na aceção dos n.ºs 1 e 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Herança indivisa de Maria Rita de Carvalhosa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, na qual são interessadas as administradoras da sociedade Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira – 1 000 ações da The Navigator Company, S.A.

3. Valores mobiliários da sociedade e de sociedades em relação de domínio ou de grupo detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A. – 38 959 431 ações da sociedade, 1 000 ações da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e 5 000 ações da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A.

Sodim, SGPS, S.A. – 27 508 892 ações da sociedade.

Target One Capital, S.A. – 375 175 ações da Sodim, SGPS, S.A.

Keytarget Investments – Consultoria e Investimentos, S.A. – 375 175 ações da Sodim, SGPS, S.A.

Premium Caeli, S.A. – 375 174 ações da Sodim, SGPS, S.A.

4. Aquisição, alienação, oneração ou promessas relativas a valores mobiliários da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo pelos titulares dos órgãos sociais e pelas sociedades referidas em 2 e 3:

Em 26 de junho de 2023, as administradoras Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira adquiriram as seguintes ações Sodim, SGPS, S.A., em virtude da partilha da Herança Indivisa de Pedro Mendonça de Queiroz Pereira:

- Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira: 44 807 ações;
- Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira: 44 808 ações, e
- Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira: 44 807 ações.

Em 27 de junho de 2023, a sociedade Target One Capital, S.A. adquiriu 184 607 ações Sodim, SGPS, S.A., pelo preço de € 200,00 por ação, à administradora Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira.

Em 27 de junho de 2023, a sociedade Keytarget Investments – Consultoria e Investimentos, S.A. adquiriu 184 608 ações Sodim, SGPS, S.A., pelo preço de € 200,00 por ação, à administradora Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira.

Em 27 de junho de 2023, a sociedade Premium Caeli, S.A. adquiriu 184 607 ações Sodim, SGPS, S.A., pelo preço de € 200,00 por ação, à administradora Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira.

5. Transações de ações próprias:

Em 2023, a Semapa não adquiriu nem vendeu quaisquer ações representativas do seu capital social.

ANEXO II

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

“POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SEMAPA (2021 A 2024)”

A Comissão de Remunerações da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (a “Semapa”) procedeu a uma análise e revisão da Política de Remuneração dos membros do órgão de administração e fiscalização da Sociedade em vigor de 2021 a 2024 e aprovada na Assembleia Geral anual da Semapa de 2021, com o intuito de reforçar o seu alinhamento com a sustentabilidade e a preservação dos interesses de longo prazo da Semapa, em linha com as boas práticas de mercado.

A elaboração da política de remuneração é da exclusiva competência da Comissão de Remunerações, composta por três membros, todos eles independentes face à administração, devendo esta, nos termos da lei, ser aprovada pela Assembleia Geral, pelo menos de 4 em 4 anos e sempre que ocorra uma alteração relevante da mesma, como é a que consta da presente Política.

Na sua atuação, designadamente na determinação, revisão e aplicação da Política a Comissão de Remunerações observa a legislação aplicável e as políticas e regulamentos em vigor na Semapa, nomeadamente, o regulamento sobre Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, que dispõe de regras de atuação tendo em vista a prevenção, identificação e resolução de conflitos de interesses entre a Sociedade e os seus dirigentes.

1. Princípios Gerais

A presente Política de Remuneração assenta nos seguintes princípios gerais a observar na fixação das remunerações dos órgãos sociais:

a) *Funções desempenhadas*

As funções desempenhadas por cada titular de órgãos sociais abrangem tanto as funções num sentido formal como as funções num sentido mais amplo do nível de responsabilidade concreto da função exercida, considerando critérios tão diversos como, por exemplo, o compromisso e o tempo de dedicação, a natureza, a dimensão, a complexidade e as competências requeridas para a função ou o valor acrescentado para a empresa que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional.

Também a existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas não pode ser alheia a esta ponderação pelo que significa em termos de aumento de responsabilidade e em termos de fonte cumulativa de rendimento.

b) *A situação económica da sociedade*

A dimensão da sociedade e a inevitável complexidade da gestão associada são claramente aspetos relevantes da situação económica entendida na sua forma mais lata. Estes aspetos têm implicações na necessidade de remunerar adequadamente administradores com elevadas competências de gestão, tendo em conta a dimensão e a complexidade dos modelos de negócio.

c) *Critérios de mercado*

É fundamental ter capacidade para atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais, o que requer que a Política de Remuneração seja competitiva e atrativa de modo a assegurar os legítimos interesses individuais, alinhados com os da Semapa e a criação de valor sustentável para os acionistas.

Pelas suas características e dimensão, os critérios e práticas de mercado a ter em conta são, no caso da Semapa, tanto os nacionais como os internacionais e, por forma a manter-se atualizada sobre estas práticas, a Semapa socorre-se regularmente de estudos de mercado e de benchmarking.

Neste âmbito, para a fixação da remuneração dos administradores, nas suas diferentes componentes, é tida em consideração, pelo menos, a remuneração dos administradores das empresas portuguesas que integram o Índice PSI, sendo ainda dada, em cada momento, relevância às condições remuneratórias estabelecidas noutras empresas com características mais semelhantes à Semapa.

O sistema remuneratório em vigor na Semapa, e em especial o plasmado na presente Política, contribui para a concretização da estratégia empresarial da Semapa e bem assim, a longo prazo, do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da Sociedade e da sua sustentabilidade, em especial pelas razões a seguir enunciadas.

Em primeiro lugar por ser uma remuneração que se procura justa e equitativa no âmbito dos princípios enunciados, e em segundo lugar através da definição de critérios de avaliação (indicadores definidos pela Comissão de Remunerações) alinhados com os objetivos estratégicos da própria Sociedade, indicadores estes que, aliados à definição de uma componente de remuneração variável anual e plurianual – associando o recebimento de parte da remuneração variável à concretização de determinados objetivos no longo prazo – contribui ainda para um desempenho dos membros dos seus órgãos sociais alinhado com os interesses de longo prazo e a sustentabilidade da Sociedade.

O alinhamento entre a presente Política e o regime de remuneração e as condições de emprego dos trabalhadores da Semapa encontra-se assegurado dado que ambos os sistemas de remuneração têm por base os mesmos Princípios Gerais enunciados nesta Política de Remuneração, em especial as condições de mercado nos mercados de referência para as funções desempenhadas. Para além disso, é realizada uma análise da variação anual da remuneração paga individualmente pela Sociedade aos membros do Conselho de Administração bem como das remunerações médias dos Colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade.

Desta forma, esta política alinha a Semapa com as boas práticas do mercado em matéria remuneratória, bem como com as recomendações do Código de Governo do IPCG.

2. Conselho de Administração

2.1. Administradores Não Executivos

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração é constituída apenas por uma componente fixa, correspondente a um valor anual, pagável 12 vezes por ano, que poderá ser diferenciada em virtude da acumulação de funções e de responsabilidades acrescidas, por exemplo membros de comissões ou comités especializados, ou a um valor predeterminado por cada participação em reunião do Conselho de Administração.

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração não inclui qualquer componente cujo valor dependa do desempenho da Sociedade ou do seu valor.

2.2. Administradores Executivos

A remuneração dos Administradores Executivos é constituída por duas componentes: uma fixa e uma variável, compreendendo esta última uma remuneração variável anual e outra plurianual.

2.2.1. Remuneração Fixa

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração é constituída por uma componente fixa, correspondente a um valor anual, pagável 12 vezes por ano.

2.2.2. Remuneração Variável

A remuneração variável dos administradores executivos tem carácter eventual e, globalmente, pode corresponder a uma percentagem não superior a cinco por cento do resultado líquido do exercício anterior de acordo com os estatutos da Sociedade. Integra, duas componentes:

- Remuneração variável anual e
- Remuneração variável plurianual

No tocante à **remuneração variável anual**, a fixação desta componente é da competência da Comissão de Remunerações, sendo que a avaliação de desempenho de cada administrador executivo segue um processo interno estruturado sob a responsabilidade/liderança do respetivo responsável (*i.e.* sob a responsabilidade da pessoa que preside à equipa, no caso dos vogais da Comissão Executiva, e sob a responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, no caso do Presidente da Comissão Executiva) e no qual participam também os administradores não executivos que o responsável entenda pertinente envolver.

Neste processo está ainda envolvida a Comissão de Talento, a quem compete acompanhar o sistema de avaliação de desempenho da administração e de atribuição de remuneração e pronunciar-se sobre as propostas de avaliação individual de desempenho da administração executiva.

Por fim, compete à Comissão de Remunerações confirmar, no tocante à avaliação de desempenho, os respetivos fatores de realização e garantir a coerência geral do processo, fixando a remuneração variável.

A remuneração variável anual tem por base um valor *target* aplicável a cada administrador e que é pago em condições de desempenho do próprio e da Sociedade que correspondam às expetativas e aos objetivos previamente fixados. Este valor *target* é definido ponderando os princípios gerais acima referidos – mercado, funções concretas, situação da Sociedade – com destaque para situações comparáveis de mercado em funções de relevância equivalente. Um outro fator relevante na definição dos targets é a opção pela inexistência na Semapa de planos de ações ou opções de aquisição de ações.

As ponderações do desempenho efetivo face às expetativas e objetivos, que determinam a variação em relação ao *target*, têm por base um conjunto de KPIs, quantitativos e qualitativos, relacionados com o desempenho da Sociedade (que correspondem aos indicadores gerais de negócio, com um peso de 65%) e com o desempenho do administrador em causa (que correspondem aos objetivos específicos, com um peso de 20%, e aos indicadores comportamentais, com um peso de 15%).

Os indicadores gerais de negócio e as respetivas ponderações relativas, que poderão ter anualmente um ajustamento relativo de um máximo de 5%, são os seguintes:

- EBITDA, com um peso de 35 %
- Resultados líquidos, com um peso de 10 %
- Cash flow, com um peso de 10 %, e
- Total Shareholder Return vs Pares, com um peso de 10 %.

Os objetivos específicos incluirão sempre indicadores ESG, como por exemplo o resultado do estudo anual de clima na Sociedade.

Por outro lado, e dentro dos indicadores comportamentais, releva o alinhamento de cada administrador executivo com o modelo de liderança existente e os interesses de longo prazo da Sociedade.

Os critérios de desempenho referidos acima são aplicados de forma matemática na sua parte quantitativa – usando como referência os valores dos planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração, sendo comparados, no final de cada período, estes compromissos com os resultados efetivamente obtidos – e através de apreciações valorativas no tocante à parte qualitativa.

Relativamente à **remuneração variável plurianual**, que se introduz nesta Política, pretende-se estimular o alinhamento da atuação dos administradores executivos com os interesses sustentáveis de longo prazo da Semapa, através da definição de objetivos plurianuais, diferindo uma parte da remuneração variável que fica, assim, associada ao desempenho da Sociedade e ao atingimento de objetivos nesse período.

Neste incentivo de longo prazo, o montante total a distribuir pela administração executiva corresponderá a uma percentagem da Criação de Valor Acionista (valor criado acima de uma taxa anual mínima determinada no início de cada mandato), relacionada com o cumprimento de um conjunto de objetivos financeiros e ESG.

Este incentivo plurianual está associado ao cumprimento do Plano Estratégico da Semapa 2023/2027 e terá em conta os seguintes objetivos e indicadores:

- Total Shareholder Return \geq KPI definido, sendo o atingimento deste objetivo obrigatório para que se considere existir Criação de Valor Acionista
- Total Shareholder Return \geq Pares, sendo os Pares definidos no início de cada período do incentivo
- Variação do EBITDA \geq KPI definido
- Emissões CO₂ \leq KPI definido

Realça-se a introdução de um KPI – Emissões de CO₂ – relacionado com a sustentabilidade, na vertente ambiental e que está em linha com as preocupações de cumprimento do roteiro carbónico constantes do Plano Estratégico.

O Incentivo de Longo Prazo pode incluir uma avaliação individual do desempenho dos administradores executivos, a ser assegurada pela Comissão de Remunerações, ouvidos outros intervenientes que a Comissão entenda pertinente envolver.

Este incentivo plurianual corresponderá a períodos trianuais e coincidentes com os mandatos da administração, com exceção do primeiro período que respeitará a 2023/2024 por corresponder aos últimos anos do mandato em curso.

O acompanhamento do Incentivo, o cálculo dos resultados obtidos e dos montantes a pagar serão assegurados por uma entidade externa independente.

A avaliação final e a determinação efetiva do montante a pagar serão efetuadas no final de cada período, após o apuramento das contas do último exercício incluído no período, sendo que o pagamento, em dinheiro, desta componente plurianual da remuneração variável (i) será de 75% até ao final do primeiro semestre seguinte ao fim do período de referência e (ii) será diferido em 25% por um ano. Não haverá, no entanto, diferimento no caso de o valor a pagar ser inferior a 20% da remuneração fixa anual do período de referência.

Para além do limite estatutário à participação da administração nos lucros do exercício, existem também na Sociedade mecanismos de limitação da remuneração variável: (i) a componente variável, tanto anual como plurianual, é eliminada no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração considerada relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso, (ii) o montante da remuneração variável anual atribuível tem um cap definido, correspondente a 1,8 vezes o *target* e (iii) a remuneração variável plurianual não pode ser superior a 175% da componente fixa dos anos a que o Incentivo diga respeito, por forma a prevenir que o bom desempenho num momento, com vantagens remuneratórias imediatas para a administração, seja feito em sacrifício de um bom desempenho futuro.

A determinação da remuneração variável anual e plurianual pode considerar ajustamentos que sejam razoáveis respeitantes a fatores exógenos e decisões económicas não previstas, conforme previamente definido pela Comissão de Remunerações.

A natureza dos indicadores, o respetivo peso na determinação da remuneração variável efetiva, o pagamento diferido de uma parte da remuneração plurianual e os limites à aplicação da remuneração variável criam um modelo remuneratório baseado no reconhecimento do mérito por referência ao desempenho efetivo da Sociedade e no desincentivo da assunção excessiva de riscos, ao mesmo tempo que contribuem para a concretização da estratégia definida pela Semapa e asseguram o alinhamento dos interesses dos membros executivos do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade.

3. Outros benefícios

Para além da componente variável que possa vir a ser atribuída aos membros dos órgãos de administração, não são atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo dos meios colocados à disposição dos mesmos para o exercício das suas funções e de um seguro de saúde e acidentes pessoais em linha com as práticas de mercado.

4. Outras Condições

Não existem nem nunca foram fixados por esta Comissão quaisquer acordos quanto a pagamentos pela Semapa relativos à destituição ou cessação de funções de administradores. Esta circunstância resultou naturalmente dos vários casos concretos existentes na Sociedade e não de uma posição de princípio desta Comissão contra a existência de acordos desta natureza. Aplica-se, assim, somente o regime legal supletivo estabelecido no Código das Sociedades Comerciais, que regula o pagamento aos administradores de quaisquer montantes em caso de cessação de funções antes do termo do mandato.

Também não existem atualmente na Semapa regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

Quanto à obrigação de restituição de remuneração variável já entregue, e sem prejuízo do regime legal aplicável, caso, por decisão judicial irrecurável, sejam imputadas à Semapa ou, diretamente, a membros da Comissão Executiva da Semapa, responsabilidades por atos de gestão ilícitos e dolosos que impliquem a necessidade de reformulação das suas demonstrações financeiras ou o registo de diminuições patrimoniais em sentido desfavorável à Semapa, a Comissão de Remunerações poderá, a seu critério e mediante deliberação, determinar a obrigação de reembolso, por parte dos administradores executivos, da remuneração variável respeitante ao período correspondente à prática dos factos ou a outro período considerado relevante, tendo em vista a compensação da Semapa pelos danos causados.

5. Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será composta apenas por uma componente fixa, que consistirá num valor fixo anual, pagável 12 vezes por ano, sendo a remuneração do Presidente do Conselho Fiscal superior à dos demais membros do Conselho Fiscal, tendo em conta as funções especiais que desempenha.

Não existem nem nunca foram fixados por esta Comissão quaisquer acordos quanto a pagamentos pela Semapa relativos à destituição ou cessação de funções de membros do Conselho Fiscal.

6. Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma componente fixa, que consistirá num valor predeterminado por cada reunião que efetivamente tenha lugar, sendo inferior o valor para a segunda e seguintes reuniões que tenham lugar durante o mesmo ano. A remuneração de quem preside à Mesa da Assembleia Geral será superior à de quem a secretaria, tendo em conta a maior responsabilidade das funções exercidas

Lisboa, 24 de Abril de 2023

A Comissão de Remunerações"

DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 29.º-G DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da Semapa, foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., todos relativos ao exercício de 2023, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.”

Considerando que os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas subscrevem uma declaração equivalente no âmbito dos documentos que são da sua responsabilidade, a declaração independente com aquele texto foi subscreta apenas pelos titulares do órgão de administração, pois só se considerou que estão compreendidos no conceito de “responsáveis do emitente” os titulares dos órgãos sociais. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

Nome	Funções
José António do Prado Fay	Presidente do Conselho de Administração
Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires	Vogal do Conselho de Administração
Vítor Paulo Paranhos Pereira	Vogal do Conselho de Administração
Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira	Vogal do Conselho de Administração
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	Vogal do Conselho de Administração
Paulo José Lameiras Martins	Vogal do Conselho de Administração



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

07

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Valores em Euros	Nota	2023	2022
Réditos	2.1	2 706 323 930	3 122 019 519
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.2	205 778 366	165 301 664
Varição de Justo valor nos ativos biológicos	3.7	(6 906 606)	(24 824 186)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4.1.3	(1 111 500 450)	(1 204 522 749)
Varição da produção	4.1.4	(16 210 140)	90 792 701
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(648 546 629)	(817 733 973)
Gastos com o pessoal	7.1	(281 972 711)	(281 789 100)
Outros gastos e perdas operacionais	2.3	(174 845 783)	(155 079 708)
Provisões líquidas	9.1	(7 646 327)	(3 933 862)
Depreciações, amortiz. e perdas por imparidade em ativos não financeiros	3.6	(224 325 764)	(248 398 561)
Resultado operacional		440 147 886	641 831 745
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	10.3	7 785 162	7 526 731
Rendimentos e ganhos financeiros	5.11	19 004 314	8 655 401
Gastos e perdas financeiros	5.11	(78 139 010)	(101 365 799)
Posição monetária líquida (ganhos/ (perdas))	5.12	14 455 321	979 084
Resultado antes de impostos		403 253 673	557 627 162
Imposto sobre o rendimento	6.1	(67 314 604)	(135 564 768)
Resultado líquido do exercício		335 939 069	422 062 394
Atribuível aos detentores do capital da Semapa		244 507 409	307 089 834
Atribuível a interesses que não controlam	5.6	91 431 660	114 972 560
Resultado por ação			
Resultado básico por ação, Euro	5.3	3,061	3,845
Resultado diluído por ação, Euro	5.3	3,061	3,845

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

Valores em Euros	Nota	2023	2022
Resultado líquido do exercício antes de interesses que não controlam		335 939 069	422 062 394
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Instrumentos financeiros derivados de cobertura			
Variações no justo valor	8.2	(36 992 772)	60 639 683
Efeito de imposto		9 882 463	(16 567 036)
Diferenças de conversão cambial		343 415	37 702 859
Outros rendimentos integrais		(3 833 086)	(555 435)
Itens que não poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Remensuração de Benefícios pós-emprego			
Remensurações	7.3.11	4 498 975	1 029 116
Efeito de imposto	7.3.11	(199 707)	593 482
Total de outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(26 300 712)	82 842 669
Total dos rendimentos integrais		309 638 357	504 905 063
Atribuível a:			
Detentores do capital da Semapa		228 630 609	372 169 322
Interesses que não controlam		81 007 748	132 735 741
		309 638 357	504 905 063

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Valores em Euros	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativos não correntes			
Goodwill	3.1	492 387 904	338 806 427
Ativos intangíveis	3.2	556 501 634	455 064 081
Ativos fixos tangíveis	3.3	1 859 690 492	1 684 929 711
Ativos sob direito de uso	3.5	103 494 536	101 188 676
Ativos biológicos	3.7	115 622 249	122 499 874
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	10.3	44 175 382	38 379 742
Propriedades de investimento	3.9	504 303	366 436
Outros investimentos financeiros	8.3	48 601 324	48 718 902
Valores a receber não correntes	4.2	57 698 209	28 920 465
Ativos por impostos diferidos	6.2	101 622 122	85 880 368
		3 380 298 155	2 904 754 682
Ativos correntes			
Inventários	4.1.1	397 491 182	393 487 480
Valores a receber correntes	4.2	585 074 508	642 034 932
Imposto sobre o rendimento	6.1	29 902 931	23 726 172
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	281 156 727	593 396 576
		1 293 625 348	1 652 645 160
Ativos não correntes detidos para venda	3.8	1 008 000	1 008 000
		1 294 633 348	1 653 653 160
Ativo total		4 674 931 503	4 558 407 842
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital social	5.2	81 270 000	81 270 000
Ações próprias	5.2	(15 946 363)	(15 946 363)
Reserva de conversão cambial	5.5	(198 301 800)	(202 244 411)
Reserva de justo valor	5.5	9 114 768	29 889 067
Reserva legal	5.5	16 695 625	16 695 625
Outras reservas	5.5	1 334 549 502	1 105 635 572
Resultados transitados	5.5	(463 433)	990 821
Resultado líquido do exercício		244 507 409	307 089 834
Capital Próprio atribuível aos detentores do capital da Semapa		1 471 425 708	1 323 380 145
Interesses que não controlam	5.6	335 031 713	310 245 813
Total do Capital Próprio		1 806 457 421	1 633 625 958
Passivos não correntes			
Financiamentos obtidos	5.7	1 101 434 680	1 051 581 390
Passivos de locação	5.8	87 856 956	84 908 949
Responsabilidades por benefícios definidos	7.3.6	1 469 145	5 576 670
Passivos por impostos diferidos	6.2	249 454 910	237 260 488
Provisões	9.1	61 072 687	53 325 780
Valores a pagar não correntes	4.3	171 603 097	37 652 398
		1 672 891 475	1 470 305 675
Passivos correntes			
Financiamentos obtidos	5.7	191 717 488	335 991 058
Passivos de locação	5.8	16 120 010	16 308 812
Valores a pagar correntes	4.3	935 118 310	960 909 689
Imposto sobre o rendimento	6.1	52 626 799	141 266 650
		1 195 582 607	1 454 476 209
Passivo total		2 868 474 082	2 924 781 884
Capital Próprio e passivo total		4 674 931 503	4 558 407 842

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

Valores em Euros	Nota	Capital Social	Ações Próprias	Reserva de conversão cambial	Reservas de justo valor	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses que não controlam	Total
Capital próprio em 1 de janeiro de 2023		81 270 000	(15 946 363)	(202 244 411)	29 889 067	16 695 625	1 105 635 572	990 821	307 089 834	1 323 380 145	310 245 813	1 633 625 958
Resultado Líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	244 507 409	244 507 409	91 431 660	335 939 069
Outros rendimentos integrais (líquidos de imposto)		-	-	3 942 611	(20 774 299)	-	-	954 888	-	(15 876 800)	(10 423 912)	(26 300 712)
Total dos rendimentos integrais do exercício		-	-	3 942 611	(20 774 299)	-	-	954 888	244 507 409	228 630 609	81 007 748	309 638 357
Aplicação do lucro do exercício 2022:												
- Transferência para reservas		-	-	-	-	-	228 913 930	-	(228 913 930)	-	-	-
- Dividendos pagos	5.4	-	-	-	-	-	-	-	(75 875 904)	(75 875 904)	-	(75 875 904)
- Gratificações de balanço		-	-	-	-	-	-	-	(2 300 000)	(2 300 000)	-	(2 300 000)
Aquisições/Alienações a interesses que não controlam		-	-	-	-	-	-	(4 706 077)	-	(4 706 077)	4 137 119	(568 958)
Dividendos pagos por subsidiárias a interesses que não controlam	5.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(60 362 686)	(60 362 686)
Total de transações com acionistas		-	-	-	-	-	228 913 930	(4 706 077)	(307 089 834)	(82 881 981)	(56 225 567)	(139 107 548)
Outros movimentos		-	-	-	-	-	-	2 296 935	-	2 296 935	3 719	2 300 654
Capital próprio em 31 de dezembro de 2023		81 270 000	(15 946 363)	(198 301 800)	9 114 768	16 695 625	1 334 549 502	(463 433)	244 507 409	1 471 425 708	335 031 713	1 806 457 421
Valores em Euros	Nota	Capital Social	Ações Próprias	Reserva de conversão cambial	Reservas de justo valor	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses que não controlam	Total
Capital próprio em 1 de janeiro de 2022		81 270 000	(15 946 363)	(234 772 441)	(2 291 184)	16 695 625	1 048 397 118	832 780	198 128 028	1 092 313 563	253 113 874	1 345 427 437
Resultado Líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	307 089 834	307 089 834	114 972 560	422 062 394
Outros rendimentos integrais (líquidos de imposto)		-	-	32 528 030	32 180 251	-	-	371 207	-	65 079 488	17 763 181	82 842 669
Total dos rendimentos integrais do exercício		-	-	32 528 030	32 180 251	-	-	371 207	307 089 834	372 169 322	132 735 741	504 905 063
Aplicação do lucro do exercício 2021:												
- Transferência para reservas		-	-	-	-	-	157 234 909	-	(157 234 909)	-	-	-
- Dividendos pagos	5.4	-	-	-	-	-	(99 996 455)	-	(40 893 119)	(140 889 574)	-	(140 889 574)
Dividendos pagos por subsidiárias a interesses que não controlam	5.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(75 412 032)	(75 412 032)
Outras operações - Economias hiperinflacionárias (Líbano)	5.6	-	-	-	-	-	-	(206 716)	-	(206 716)	(198 221)	(404 937)
Total de transações com acionistas		-	-	-	-	-	57 238 454	(206 716)	(198 128 028)	(141 096 290)	(75 610 253)	(216 706 543)
Outros movimentos		-	-	-	-	-	-	(6 450)	-	(6 450)	6 451	1
Capital próprio em 31 de dezembro de 2022		81 270 000	(15 946 363)	(202 244 411)	29 889 067	16 695 625	1 105 635 572	990 821	307 089 834	1 323 380 145	310 245 813	1 633 625 958

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Valores em Euros	Nota	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		3 012 944 612	3 234 029 629
Pagamentos a fornecedores		(2 118 615 427)	(2 218 361 472)
Pagamentos ao pessoal		(219 433 886)	(194 645 986)
Fluxos gerados pelas operações		674 895 299	821 022 171
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(155 110 324)	(47 743 399)
Outros (pagamentos)/recebimentos da atividade operacional		20 641 538	(42 341 962)
Fluxos das atividades operacionais (1)		540 426 513	730 936 810
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		328 804	4 155 953
Ativos fixos tangíveis		1 632 245	1 839 959
Subsídios ao investimento		1 583 248	-
Juros e rendimentos similares		2 875 704	853 005
Dividendos de associadas e empreendimentos conjuntos		3 230 179	1 965 010
Outros ativos		-	32 026
		9 650 180	8 845 953
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos em subsidiárias		(229 509 377)	-
Outros investimentos financeiros		(32 780 730)	(26 832 541)
Ativos fixos tangíveis		(263 463 752)	(179 468 224)
Ativos intangíveis		(528 856)	(3 288 016)
		(526 282 715)	(209 588 781)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(516 632 535)	(200 742 828)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 159 414 144	1 258 307 876
Outras operações de financiamento		31 809 398	96 055
		1 191 223 542	1 258 403 931
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 295 035 429)	(1 277 611 131)
Amortização de contratos de locação financeira	5.10	(26 159 738)	(23 803 857)
Juros e gastos similares	5.11	(37 977 353)	(58 522 406)
Dividendos e Outras Reservas	5.4 e 5.6	(136 214 994)	(216 301 015)
Outras operações de financiamento		(20 113 561)	(13 971 051)
		(1 515 501 075)	(1 590 209 460)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(324 277 533)	(331 805 529)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1)+(2)+(3)		(300 483 555)	198 388 453
Efeito das diferenças de câmbio		1 171 097	13 487 422
Efeito da Hiperinflação em Caixa e seus equivalentes		(13 178 646)	(1 209 715)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	5.9	593 396 576	382 287 392
Imparidades		251 255	443 024
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	5.9	281 156 727	593 396 576

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1 INTRODUÇÃO	297
1.1 APRESENTAÇÃO DO GRUPO	297
1.2 EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO	298
1.3 EVENTOS SUBSEQUENTES	301
1.4 BASES DE PREPARAÇÃO	301
1.5 NOVAS NORMAS IFRS ADOTADAS E A ADOTAR	304
1.6 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES	307
2 PERFORMANCE OPERACIONAL	308
2.1 RÉDITO E RELATO POR SEGMENTOS	308
2.2 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS	315
2.3 GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	316
3 INVESTIMENTOS	318
3.1 <i>GOODWILL</i>	318
3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS	322
3.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	326
3.4 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	328
3.5 ATIVOS SOB DIREITO DE USO	331
3.6 DEPRECIACÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE	333
3.7 ATIVOS BIOLÓGICOS	334
3.8 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	336
3.9 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	337
4 FUNDO DE MANEIO	338
4.1 INVENTÁRIOS	338
4.2 VALORES A RECEBER	340
4.3 VALORES A PAGAR	342
5 ESTRUTURA DE CAPITAL	344
5.1 GESTÃO DE CAPITAL	344
5.2 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS	344
5.3 RESULTADO POR AÇÃO	345
5.4 DIVIDENDOS	345
5.5 RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	346
5.6 INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	347
5.7 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	348
5.8 PASSIVOS DE LOCAÇÃO	354
5.9 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	354
5.10 FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	355
5.11 RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	356
5.12 POSIÇÃO MONETÁRIA LÍQUIDA LÍBANO	357
6 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	358
6.1 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	358
6.2 IMPOSTOS DIFERIDOS	361
7 PESSOAL	365
7.1 BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO AOS EMPREGADOS	365
7.2 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	366
7.3 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	366

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	373
8.1 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	373
8.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	381
8.3 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	385
8.4 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS.....	387
9 PROVISÕES, COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS.....	389
9.1 PROVISÕES	389
9.2 COMPROMISSOS	391
9.3 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	392
10 ESTRUTURA DO GRUPO	394
10.1 EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	394
10.2 VARIAÇÕES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	397
10.3 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	399
10.4 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	401
11 GESTÃO DE RISCOS.....	403
11.1 RISCOS ESTRATÉGICOS.....	403
11.2 RISCOS OPERACIONAIS	403

1 INTRODUÇÃO

Na apresentação das Notas às demonstrações financeiras, são utilizados os seguintes símbolos:



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Este símbolo indica a divulgação de políticas contabilísticas especificamente aplicáveis aos itens na respetiva Nota.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

Este símbolo indica a divulgação das estimativas e/ou julgamentos realizados em relação aos itens na respetiva Nota. As estimativas e julgamentos mais significativos são indicados na Nota 1.6.



REFERÊNCIA

Este símbolo indica uma referência a outra Nota ou outra secção do Relatório e Contas onde é apresentada mais informação sobre os itens divulgados.

1.1 APRESENTAÇÃO DO GRUPO

O Grupo SEMAPA (Grupo) é constituído pela Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (Semapa), cuja designação não sofreu alteração neste exercício, e suas Subsidiárias. A Semapa, sediada na Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10.º Piso, Lisboa, foi constituída em 21 de junho de 1991, e tem como objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas e encontra-se cotada na Euronext Lisbon, desde 1995, com o ISIN PTSEM0AM0004 e código LEI 549300HNGOW85KIOH584.

Designação Social:	Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.
Sede Social:	Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10º Piso, Lisboa Portugal
País:	Portugal
Forma Jurídica:	Sociedade Anónima
Capital Social:	Euros 81 270 000
N.I.P.C.:	502 593 130
Empresa-mãe:	Sodim, SGPS, S.A.

A Semapa lidera um Grupo Empresarial com atividades em ramos de negócio distintos, nomeadamente: pasta e papel, cimentos e derivados e outros negócios desenvolvidos, respetivamente, sob a égide da The Navigator Company (“Navigator” ou “Grupo Navigator”) no caso da pasta e papel, da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (“Secil” ou “Grupo Secil”) no caso do cimento e derivados e da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. (“ETSA” ou “Grupo ETSA”) e da Triangle’s Cycling Equipments, S.A. (Triangle’s), no caso dos outros negócios. A Semapa detém ainda uma unidade de negócio de capital de risco, atividade exercida pela sua participada Semapa Next, S.A., cujo objetivo é promover investimentos em *startups* e fundos de *venture capital* com elevado potencial de crescimento.



Uma descrição mais detalhada da atividade em cada ramo de negócio do Grupo encontra-se divulgada na Nota 2.1 Rédito e relato por segmentos.

A Semapa é incluída no perímetro de consolidação da Sodim – SGPS, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e a entidade controladora final.

Por seu turno, Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira detêm, por efeito da conjugação de um acordo parassocial relativo à Sodim com as respetivas participações sociais, diretas e indiretas no capital social desta sociedade, o controlo conjunto da Sodim e da Semapa, sendo imputáveis a cada uma delas e à Sodim, nos termos do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários, 83,221% dos direitos de voto não suspensos inerentes a ações representativas do capital social da Semapa.

1.2 EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO

AQUISIÇÃO DO NEGÓCIO DE *CONSUMER TISSUE* EM ESPANHA DO GRUPO GOMÀ-CAMPS E DA *TRIANGLE'S CYCLING EQUIPMENT*

Em 31 de março de 2023, a subsidiária Navigator concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Gomà-Camps Consumer, S.L.U., sociedade com sede em Saragoça, Espanha, que por sua vez detém a totalidade do capital social da Gomà-Camps France SAS, com sede em Castres, França. Estas sociedades foram redenominadas para Navigator Tissue Ejea, S.L.U. e Navigator Tissue France SAS, respetivamente.

Esta aquisição enquadra-se no plano ambicioso de crescimento e diversificação do Grupo. A integração desta nova fábrica elevou a Navigator à posição de segundo maior produtor ibérico de *tissue*, com uma capacidade de produção e de *converting* de 180 mil toneladas. Com a aquisição destas duas entidades, é expectável um conjunto de sinergias no segmento do *tissue*, bem como que o grupo aumente a sua quota de mercado através do acesso à carteira de clientes da Gomà-Camps Consumer, nomeadamente em mercados onde o Grupo pretende reforçar a sua presença, assim como é expectável uma redução dos custos através de economias de escala.

Já no final do segundo trimestre, a Semapa adquiriu uma participação de 100% na Triangle's – Cycling Equipments, S.A. ("Triangle's") com sede em Águeda, Portugal. A Triangle's é uma referência mundial na produção de quadros para *e-bikes*, tendo no seu portefólio de clientes várias prestigiadas marcas do setor. As demonstrações financeiras relativas ao período findo a 31 de dezembro de 2023 integram o segundo semestre das operações da Triangle's.

RETRIBUIÇÃO TRANSFERIDA

No âmbito da aquisição da Gomà-Camps Consumer, S.L.U, que por sua vez detém a totalidade do capital social da Gomà-Camps France SAS, a retribuição transferida ascendeu a Euros 60 951 811, sendo realizada na sua totalidade em caixa e equivalentes de caixa, não existindo qualquer retribuição contingente associada a esta aquisição.

A retribuição transferida relativa à aquisição da Triangle's ascende a Euros 217 250 092, que inclui o montante de Euros 178 650 015 até 31 de dezembro de 2023 (que inclui Euros 12 050 000 de créditos acionistas) e o justo valor à data de aquisição de uma consideração contingente, no montante de Euros 38 600 077. A consideração contingente pode ser paga até 2027, dependente da *performance* da empresa e verificação de determinadas condições.

IDENTIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS ADQUIRIDOS E *GOODWILL*

GOMÀ-CAMPS CONSUMER, S.L.U

O Grupo concluiu a esta data os procedimentos necessários para o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e conseqüentemente o apuramento do *goodwill*, de acordo com a IFRS 3. Esta avaliação foi realizada por avaliadores externos especializados e independentes e traduziu-se num incremento dos ativos fixos tangíveis e no reconhecimento do justo valor da carteira de clientes, assim como dos respetivos passivos por impostos diferidos. Não é esperado que o *Goodwill* decorrente desta transação seja dedutível fiscalmente.

As técnicas de avaliação utilizadas na determinação do justo valor dos ativos adquiridos foram as seguintes:

RELAÇÕES COMERCIAIS COM ATUAIS CLIENTES

Na determinação do justo valor da carteira de clientes foi utilizado o *Multi-period excess earnings* (MPEEM), o qual considerou como pressuposto o valor presente dos *cash flows* líquidos esperados da carteira.

Ativos fixos tangíveis

O justo valor dos ativos fixos tangíveis adquiridos, nomeadamente terrenos, edifícios e equipamento fabril, foi determinado de acordo com método *replacement cost*, que consistiu na identificação do valor de reposição dos ativos adquiridos ajustados pela depreciação, de acordo com a vida útil dos ativos à data da compra. De acordo com o estudo, foram consideradas as seguintes vidas úteis:

- Edifícios e outras construções – 40 anos;
- Equipamento fabril – entre 25 e 30 anos.

Os ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição resumem-se como segue:

Valores em Euros 31/12/2023	Grupo Gomà-Campus Consumer, S.L.U	Alocação de valor aos ativos líquidos adquiridos	Grupo Gomà-Campus Consumer, S.L.U Ajustado
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis – Carteira de clientes	-	1 600 000	1 600 000
Outros ativos intangíveis	404 765	-	404 765
Ativos fixos tangíveis	42 966 095	38 240 800	81 206 895
Ativos por impostos diferidos	92 481	-	92 481
Outros ativos não correntes	45 171	-	45 171
Ativos correntes			
Inventários	11 201 641	-	11 201 641
Valores a receber correntes	16 341 260	-	16 341 260
Caixa e equivalentes de caixa	5 741 209	-	5 741 209
Passivos não correntes			
Passivos por impostos diferidos	(162 596)	(9 960 200)	(10 122 796)
Provisões	(105 854)	-	(105 854)
Passivos correntes			
Financiamentos obtidos	(32 672 968)	-	(32 672 968)
Valores a pagar	(19 336 535)	-	(19 336 535)
Total dos ativos líquidos identificáveis	24 514 669	29 880 600	54 395 269
Ativos intangíveis – Marcas adquiridas	2 400 000	-	2 400 000
Goodwill	34 037 142	(29 880 600)	4 156 542
Valor total de aquisição	60 951 811	-	60 951 811
Caixa e equivalentes de caixa	(5 741 209)	-	(5 741 209)
Efeito líquido em caixa e equivalentes de caixa	55 210 602	-	55 210 602

TRIANGLE'S CYCLING EQUIPMENT

A esta data o Grupo realizou os procedimentos necessários para o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e consequentemente o apuramento do *goodwill* ou ganho resultante das operações, de acordo com a IFRS 3. Esta avaliação foi realizada por avaliadores externos e independentes. Se novas informações forem obtidas até um ano após a aquisição relativas a factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição, as mesmas serão repercutidas no justo valor. Não é esperado que o *goodwill* decorrente desta transação seja dedutível fiscalmente.

As técnicas de avaliação utilizadas na determinação do justo valor dos ativos adquiridos foram as seguintes:

MARCA "TRIANGLE'S"

Foi adotado o método denominado *income-split method* que tem como objetivo determinar os lucros económicos futuros atribuíveis à marca, atualizados posteriormente a uma taxa de desconto ajustada pelo risco associado à marca.

TECNOLOGIA IMPLEMENTADA NO PROCESSO DE FABRICO

Utilizou-se a metodologia *Royalty Relief* na qual o justo valor do ativo intangível é medido como o valor atual de hipotéticos pagamentos de *royalties* no futuro, geralmente calculados aplicando uma taxa de licenciamento (*royalty fee*) baseada em práticas de mercado (comparáveis) às vendas geradas pelo ativo.

RELAÇÕES COMERCIAIS COM ATUAIS CLIENTES

Na determinação do justo valor da carteira de clientes foi utilizado o *Multi-period excess earnings (income-split)* que considera como pressuposto fundamental que o valor de um ativo intangível é igual ao valor atual dos fluxos de caixa líquidos atribuíveis a esse ativo intangível.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O justo valor do imóvel foi determinado através do método do Rendimento – *Discounted Cash-Flow*. Este método consiste na projeção do rendimento do imóvel ao longo de um determinado período (neste caso, 10 anos) e dos respetivos custos não recuperáveis. No Ano 10 é calculado o Valor Residual, através do quociente entre o rendimento líquido do Ano 11 e a *exit yield net*, que é a taxa adequada às características da propriedade e ao nível de risco do investimento, face às condições gerais do mercado imobiliário à data da avaliação.

Os ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição sumarizam-se como segue:

Valores em Euros 31/12/2023	Triangle's – Cycling Equipments, S.A.	Alocação de valor aos ativos líquidos adquiridos	Triangle's – Cycling Equipments, S.A. Ajustado
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis – Marca	-	6 748 000	6 748 000
Ativos intangíveis – Tecnologia do processo de fabrico	-	15 265 000	15 265 000
Ativos intangíveis – Carteira de clientes	-	29 286 000	29 286 000
Outros ativos intangíveis	106 963	-	106 963
Ativos fixos tangíveis	31 577 639	5 037 800	36 615 439
Ativos por impostos diferidos	2 565 630	-	2 565 630
Outros ativos não correntes	44 353	-	44 353
Ativos correntes			
Inventários	7 744 204	-	7 744 204
Valores a receber correntes	9 394 625	-	9 394 625
Caixa e equivalentes de caixa	4 363 656	-	4 363 656
Passivos não correntes			
Financiamentos obtidos não correntes	(11 702 391)	-	(11 702 391)
Passivos por impostos diferidos	-	(15 492 620)	(15 492 620)
Valores a pagar não correntes	(4 600 031)	-	(4 600 031)
Passivos correntes			
Financiamentos obtidos correntes	(6 563 041)	-	(6 563 041)
Valores a pagar correntes	(4 429 071)	-	(4 429 071)
Total dos ativos líquidos identificáveis	28 502 536	40 844 180	69 346 716
Goodwill provisório	188 747 556	(40 844 180)	147 903 376
Retribuição transferida	178 650 015	-	178 650 015
Retribuição contingente (Nota 4.3)	38 600 077	-	38 600 077
Valor total de aquisição	217 250 092	-	217 250 092
Caixa e equivalentes de caixa	(4 363 656)	-	(4 363 656)
Retribuição contingente (Nota 4.3)	(38 600 077)	-	(38 600 077)
Efeito líquido em caixa e equivalentes de caixa	174 286 359	-	174 286 359

O Grupo incorreu em Euros 2 354 961 de gastos, nomeadamente honorários de advogados e outros gastos com a *due diligence*, relacionados com a aquisição da Gomà-Camps Consumer, S.L.U. e com a aquisição da Triangle's. Estes gastos encontram-se registados em fornecimentos e serviços externos na Demonstração dos resultados consolidados e Demonstração do rendimento integral consolidado.

1.3 EVENTOS SUBSEQUENTES

A Navigator, através da sua subsidiária Navigator Paper UK Limited, lançou, no dia 22 de março 2024, uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) para adquirir a totalidade das ações representativas do capital social da Accrol, empresa britânica que atua no segmento de transformação de papel.

A Accrol é líder no segmento de transformação de papel *tissue* no Reino Unido, produzindo rolos de papel higiênico, rolos de cozinha e lenços faciais de marca própria para a maioria dos principais retalhistas no Reino Unido. No seu último ano fiscal, com fecho a 30 de abril de 2023, o volume de negócios ascendeu a 242 milhões de libras, com o EBITDA a atingir 15,6 milhões de libras e uma dívida líquida (pré-IFRS16) de 26,8 milhões de libras.

A Navigator considera que esta Oferta representa uma oportunidade atrativa para entrar no mercado britânico, através da aquisição de uma empresa líder no setor de transformação de papel *tissue*, com vantagens competitivas, valores complementares e forte alinhamento com a Navigator, assim como uma oportunidade estratégica para a expansão sustentada do seu negócio de *tissue* no mercado da Europa Ocidental.

A Oferta foi de 38 pence (GBX) por ação, o que equivale a um prémio de 11,8% face à cotação de fecho da empresa britânica no dia 21 de março 2024, último dia de negociação imediatamente anterior ao anúncio da Oferta e valoriza o capital próprio da Accrol em cerca de 127,5 milhões de Libras.

1.4 BASES DE PREPARAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 11 de abril de 2024, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Os responsáveis do Grupo, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), em vigor em 1 de janeiro de 2023 e conforme adotadas pela União Europeia.

BASES DE MENSURAÇÃO, CONTINUIDADE

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 10.1).

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram igualmente preparadas tomando por base o custo histórico, exceto para os ativos biológicos (Nota 3.7) e para os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados ou ao justo valor através de capital (Nota 8.3), nos quais se incluem os instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2). O passivo relativo a responsabilidades por benefícios definidos é reconhecido pelo seu valor presente deduzido do respetivo ativo.

COMPARABILIDADE

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são comparáveis em todos os seus aspetos materialmente relevantes com as do exercício anterior de 2022.

BASES DE CONSOLIDAÇÃO

SUBSIDIÁRIAS

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de Interesses não controlados, respetivamente, na Demonstração da posição financeira consolidada em linha própria no capital próprio e na Demonstração de resultados consolidada.

As políticas seguidas no exercício de consolidação, bem como o detalhe das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se detalhadas na Nota 10.1.

INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa, mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os empreendimentos conjuntos são todas as entidades sobre os quais o Grupo exerce controlo conjunto, usualmente mediante um acordo contratual. Os investimentos em associadas e em empreendimentos conjuntos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contabilísticas aplicáveis aos investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos encontram-se detalhadas na Nota 10.3.

MOEDA DE APRESENTAÇÃO E TRANSAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DA MOEDA DE APRESENTAÇÃO E ECONOMIAS HIPERINFLACIONÁRIAS

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo incluídas no perímetro de consolidação são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As presentes demonstrações financeiras consolidadas encontram-se apresentadas em Euros.

Todos os ativos e passivos do Grupo expressos em moeda diferente da moeda de apresentação foram transpostos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da Posição financeira consolidada (Nota 8.1.1). As diferenças de câmbio, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da Posição financeira consolidada, são registadas como rendimentos e gastos do período (Nota 5.11).

As rubricas de resultados das unidades operacionais estrangeiras são transpostas ao câmbio médio do período. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores são refletidas na Reserva de conversão cambial no capital próprio (Nota 5.5). Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados consolidados como parte do ganho ou perda na venda.

Para unidades operacionais estrangeiras em economias hiperinflacionárias, as demonstrações financeiras em moeda local são reexpressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira de forma a refletir o impacto da inflação antes da transposição para a moeda de apresentação do Grupo.

A IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias requer que as quantias ainda não expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira sejam reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços, levando a um potencial ganho ou perda na posição monetária. A norma exige também que todos os itens da demonstração de fluxos de caixa sejam expressos em termos da unidade de mensuração corrente à data de balanço.

Quando a moeda de apresentação do Grupo não for hiperinflacionária, a IAS 21 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio exige que os valores comparativos sejam aqueles que foram apresentados nas demonstrações financeiras anteriores, sendo o ganho ou perda na posição monetária líquida relacionada com alterações de preços em períodos anteriores reconhecida diretamente nos Capitais Próprios.

Adicionalmente, o Grupo avalia o valor escriturado dos ativos não correntes em conformidade com a IAS 36 – Imparidade de ativos, pelo que a quantia reexpressa é reduzida à quantia recuperável, assegurando que o valor escriturado reflète o valor económico dos ativos.

Os resultados e a posição financeira das operações estrangeiras em economias hiperinflacionárias são transpostas à taxa de fecho na data da posição financeira. No caso do Líbano, o Grupo usa a taxa de câmbio aplicável aos dividendos e repatriamento de capital, porque é a taxa que, à data da posição financeira, o investimento na operação estrangeira será recuperado.

As taxas de câmbio utilizadas na transposição dos ativos e passivos expressos em moeda diferente do Euro, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, detalham-se como segue:

	31/12/ 2023	31/12/ 2022	Valorização/ (desvalorização)		31/12/ 2023	31/12/ 2022	Valorização/ (desvalorização)
TND (dinar tunisino)				DKK (coroa dinamarquesa)			
Câmbio médio do período	3,3548	3,2535	(3,11%)	Câmbio médio do período	7,4509	7,4396	(0,15%)
Câmbio de fim do período	3,3897	3,3342	(1,66%)	Câmbio de fim do período	7,4529	7,4365	(0,22%)
LBP (libra libanesa)				HUF (florim húngaro)			
Câmbio médio do período	99 118,50	44 903,90	(120,73%)	Câmbio médio do período	381,8527	391,4304	2,45%
Câmbio de fim do período	99 118,50	44 903,90	(120,73%)	Câmbio de fim do período	382,8000	400,8700	4,51%
USD (dólar americano)				AUD (dólar australiano)			
Câmbio médio do período	1,0816	1,0534	(2,68%)	Câmbio médio do período	1,6288	1,5164	(7,41%)
Câmbio de fim do período	1,1050	1,0666	(3,60%)	Câmbio de fim do período	1,6263	1,5693	(3,63%)
GBP (libra esterlina)				MZN (metical moçambicano)			
Câmbio médio do período	0,8698	0,8528	(1,99%)	Câmbio médio do período	69,1060	67,2043	(2,83%)
Câmbio de fim do período	0,8691	0,8869	2,01%	Câmbio de fim do período	70,6500	68,1800	(3,62%)
PLN (złóti polaco)				BRL (real brasileiro)			
Câmbio médio do período	4,5420	4,6867	3,09%	Câmbio médio do período	5,4011	5,4409	0,73%
Câmbio de fim do período	4,3395	4,6808	7,29%	Câmbio de fim do período	5,3503	5,5680	3,91%
SEK (coroa sueca)				MAD (dirham marroquino)			
Câmbio médio do período	11,4788	10,6305	(7,98%)	Câmbio médio do período	10,9552	10,6861	(2,52%)
Câmbio de fim do período	11,0960	11,1218	0,23%	Câmbio de fim do período	10,9445	11,1592	1,92%
CZK (coroa checa)				NOK (coroa norueguesa)			
Câmbio médio do período	24,0043	24,5670	2,29%	Câmbio médio do período	11,4248	10,1033	(13,08%)
Câmbio de fim do período	24,7240	24,1160	(2,52%)	Câmbio de fim do período	11,2405	10,5138	(6,91%)
CHF (franco suíço)				AOA (kwanza angolano)			
Câmbio médio do período	0,9718	1,0046	3,26%	Câmbio médio do período	747,8882	486,7246	(53,66%)
Câmbio de fim do período	0,9260	0,9847	5,96%	Câmbio de fim do período	925,3583	544,6434	(69,90%)
TRY (lira turca)				MXN (peso mexicano)			
Câmbio médio do período	25,7597	17,4170	(47,90%)	Câmbio médio do período	19,1830	21,1789	9,42%
Câmbio de fim do período	32,6531	19,9649	(63,55%)	Câmbio de fim do período	18,7231	20,8560	10,23%
ZAR (rand sul-africano)				AED (dirham dos Emirados Árabes Unidos)			
Câmbio médio do período	19,9551	17,2081	(15,96%)	Câmbio médio do período	3,9710	3,8674	(2,68%)
Câmbio de fim do período	20,3477	18,0986	(12,43%)	Câmbio de fim do período	4,0581	3,9171	(3,60%)
EGP (libra egípcia)				CAD (dólar canadiano)			
Câmbio médio do período	33,1117	20,1843	(64,05%)	Câmbio médio do período	1,4595	1,3692	(6,59%)
Câmbio de fim do período	34,2710	26,3086	(30,27%)	Câmbio de fim do período	1,4642	1,4440	(1,40%)

1.5 NOVAS NORMAS IFRS ADOTADAS E A ADOTAR

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS EM 2023

Alteração	
Normas e alterações endossadas pela União Europeia	
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas	<p>Na sequência de feedback obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as empresas a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu em 12 de fevereiro de 2021 alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS Practice Statement 2 – Fazendo julgamentos de materialidade.</p> <p>As principais alterações à IAS 1 incluem: i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas, ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas e iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.</p> <p>O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material:</p> <p>“A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.”</p> <p>As alterações entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023.</p>
Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas	<p>O IASB emitiu alterações à IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.</p> <p>As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.</p> <p>As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.</p> <p>As alterações são efetivas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023 e serão aplicadas prospectivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relatório anual ao qual a entidade aplica as alterações.</p>
Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação	<p>O IASB emitiu alterações à IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento, em 7 de maio de 2021.</p> <p>As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.</p> <p>Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as empresas reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.</p>
IFRS 17 – Contratos de Seguros	<p>O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentada a <i>performance</i> dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.</p>

Alteração	
Normas e alterações endossadas pela União Europeia	
Alterações à IFRS 17 – Contratos de Seguros: aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	<p>O IASB emitiu uma alteração ao âmbito dos requisitos de transição da IFRS 17 – Contratos de Seguro, proporcionando às seguradoras uma opção com o objetivo de melhorar a utilidade das informações para os investidores na aplicação inicial da nova norma.</p> <p>A alteração não afeta quaisquer outros requisitos da IFRS 17. A IFRS 17 e a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros têm requisitos diferentes de transição. Para algumas seguradoras, estas diferenças podem causar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa que apresentam nas demonstrações financeiras ao aplicar a IFRS 17 e a IFRS 9 pela primeira vez.</p> <p>A alteração ajuda as seguradoras a evitar esses desfasamentos contabilísticos temporários e, portanto, aumentará a utilidade da informação comparativa para os investidores.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.</p>
Alterações à IAS 12: Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois	<p>Em 23 de maio de 2023, o IASB emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 para esclarecer a aplicação da IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento aos impostos sobre o rendimento decorrentes da legislação fiscal aprovada ou substancialmente aprovada para implementar as regras modelo Pilar Dois da OCDE.</p> <p>As alterações introduzem:</p> <ol style="list-style-type: none"> Uma exceção temporária obrigatória à contabilização de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras modelo Pilar Dois; e Requisitos de divulgação para entidades afetadas para ajudar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender a exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pilar Dois decorrente dessa legislação, especialmente antes da sua data de vigência. <p>A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – aplica-se imediatamente. Os demais requisitos de divulgação aplicam-se aos períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023.</p> <p>O Grupo aplicou a exceção temporária permitida e encontra-se a analisar os impactos desta alteração, conforme divulgado na Nota 6.1.</p>

As normas, alterações e interpretações acima tiveram impacto reduzido nas demonstrações financeiras.

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2024

Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações endossadas pela União Europeia que a Semapa optou pela não aplicação antecipada	
Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)	1 de janeiro de 2024
<p>O IASB emitiu, em 23 de janeiro de 2020, uma alteração à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.</p> <p>As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.</p> <p>As alterações visam:</p> <ol style="list-style-type: none"> Especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relatório; Esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá o seu direito de adiar a liquidação; Esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; e Esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais. 	

Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações endossadas pela União Europeia que a Semapa optou pela não aplicação antecipada	
<p>Passivo de locação numa transação de venda e relocação (alterações à IFRS 16 – Locações)</p> <p>O IASB emitiu em setembro de 2022 alterações à IFRS 16 – Locações que introduzem um novo modelo contábilístico para pagamentos variáveis numa transação de venda e relocação. As alterações confirmam que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No reconhecimento inicial, o vendedor-locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transação de venda e relocação; - Após o reconhecimento inicial, o vendedor-locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém. <p>Um vendedor-locatário pode adotar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente.</p> <p>As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida.</p> <p>De acordo com a IAS 8 – Políticas Contábilísticas, Alterações nas Estimativas Contábilísticas e Erros, um vendedor-locatário terá de aplicar as alterações retrospectivamente às transações de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transações de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16 em 2019 e, potencialmente, reexpressar aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação.</p>	1 de janeiro de 2024
Normas e alterações ainda não endossadas pela União Europeia	
<p>Alterações à IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Acordos de Financiamento de Fornecedores</p> <p>Em 25 de maio de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) publicou Acordos de Financiamento de Fornecedores com alterações à IAS 7 – Demonstração de Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Divulgações de Instrumentos Financeiros.</p> <p>As alterações referem-se aos requisitos de divulgação relativos a acordos de financiamento de fornecedores – também conhecidos como financiamento da cadeia de fornecimento, financiamento de contas a pagar ou acordos de <i>factoring</i> com recurso.</p> <p>Os novos requisitos complementam aqueles já incluídos nas normas IFRS e incluem divulgações sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Termos e condições de acordos de financiamento de fornecedores; - Os montantes das responsabilidades objeto de tais acordos, em que parte deles os fornecedores já receberam pagamentos dos financiadores e em que rubrica essas responsabilidades são apresentadas no balanço; - Os intervalos de datas de vencimento; e - Informações sobre risco de liquidez. <p>As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024.</p>	1 de janeiro de 2024
<p>Alterações à IAS 21 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio: Falta de Convertibilidade</p> <p>Em 15 de agosto de 2023, o IASB emitiu Falta de Convertibilidade (Alterações à IAS 21 – Os Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio) (as alterações).</p> <p>As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível ou não e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista em situações de falta de convertibilidade.</p> <p>Uma moeda é convertível por outra moeda quando uma empresa é capaz de trocar essa moeda por outra moeda na data de mensuração e para uma finalidade específica. Quando uma moeda não é convertível, a empresa tem de estimar uma taxa de câmbio à vista.</p> <p>De acordo com as alterações, as empresas terão de fornecer novas divulgações para ajudar os utilizadores a avaliarem o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras. Essas divulgações poderão incluir:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) a natureza e os impactos financeiros da moeda não ser convertível; b) a taxa de câmbio à vista utilizada; c) o processo de estimativa; e d) os riscos para a empresa porque a moeda não é convertível. <p>As alterações aplicam-se aos períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A aplicação antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2025

Relativamente às normas apresentadas acima, cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, o Grupo não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação, pelo que optou pela sua não adoção antecipada, ainda que não se espere que tais impactos sejam significativos.

1.6 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que sejam efetuadas estimativas e julgamentos que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da posição financeira consolidada. Para o efeito, o Conselho de Administração baseia-se:

- na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes, e
- nas ações que o Grupo considera poder a vir desenvolver no futuro.

Na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS

Estimativas e julgamentos	Notas
Concentrações de atividades empresariais	1.2 – Aquisição do negócio de <i>consumer tissue</i> em Espanha do Grupo Gomà-Camps e da Triangle's Cycling Equipments
Recuperabilidade do <i>goodwill</i> e marcas	3.1 – <i>Goodwill</i> 3.2 – Ativos intangíveis
Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	6.1 – Imposto sobre o rendimento do período 6.2 – Impostos diferidos
Pressupostos atuariais	7.2 – Benefícios aos empregados
Justo valor dos ativos biológicos	3.7 – Ativos biológicos
Reconhecimento de provisões	9.1 – Provisões
Recuperabilidade, vida útil e depreciação de ativos fixos tangíveis	3.3 – Ativos fixos tangíveis

2 PERFORMANCE OPERACIONAL

2.1 RÉDITO E RELATO POR SEGMENTOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

RELATO POR SEGMENTOS

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade);
- (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A Comissão Executiva da Semapa e das diversas subsidiárias são as principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo, analisando periodicamente, e de forma consistente, os relatórios da informação financeira e operacional de cada segmento. Os relatórios são utilizados para monitorizar a *performance* operacional dos seus negócios e decidir sobre a melhor alocação de recursos ao segmento, bem como a avaliação do seu desempenho, e tomadas de decisão estratégicas.

A informação utilizada no relato por segmentos corresponde à informação financeira preparada pelo Grupo. Todos os réditos intersegmentais correspondem a preços de mercado e todos os réditos intersegmentais são eliminados na consolidação.

Durante o ano de 2023, e no seguimento das aquisições realizadas, o Grupo Semapa reorganizou os segmentos operacionais reportados com base na informação financeira preparada pelo Grupo e requisitos de divulgação da IFRS 8. No âmbito desta reorganização, a gestão definiu como segmentos relatáveis:

- Pasta e Papel: inclui atividade desenvolvida pela subsidiária Navigator;
- Cimentos e Derivados: inclui atividade desenvolvida pela subsidiária Secil;
- Outros negócios: agrega as atividades desenvolvidas pelas subsidiárias ETSA e Triangle's que, pela sua reduzida dimensão, não são reportados isoladamente; e
- Holdings: inclui as atividades de gestão do grupo;

PASTA E PAPEL

A principal atividade do Grupo Navigator consiste na produção e comercialização de papel fino de impressão e escrita (UWF) e de papel de uso doméstico (*tissue*), estando presente de forma relevante em toda a cadeia de valor, desde a investigação e desenvolvimento à produção florestal, aquisição e venda de madeiras, produção de pasta branqueada de eucalipto – pasta BEKP – e produção de energia térmica e elétrica, bem como a respetiva comercialização.

O Grupo Navigator dispõe de cinco complexos industriais, dois dos quais localizados na Figueira da Foz e em Setúbal, onde produz pasta BEKP, energia elétrica e papel UWF. Dispõe ainda de um outro complexo industrial localizado em Aveiro onde produz pasta BEKP, energia e papel *tissue*, de outros dois localizados em Vila Velha de Ródão e em Ejea de los Caballeros onde produz apenas papel *tissue*.

A produção própria de madeira e cortiça é efetuada em plantações florestais em terrenos próprios e arrendados situados em Portugal e Espanha, bem como em terrenos concessionados situados em Moçambique. A cortiça e a madeira de pinho produzidas são vendidas a terceiros, enquanto a madeira de eucalipto é essencialmente consumida na produção de pasta BEKP.

Na produção de UWF e de *tissue*, apenas no complexo de Aveiro é consumida uma parte significativa da produção própria de pasta BEKP. As vendas de pasta BEKP, papel UWF e papel *tissue* – destinam-se a mais de 130 países e territórios em todo o mundo.

No que respeita à produção de energia, o Grupo possui 3 centrais de cogeração, integradas na produção de pasta, produzindo-se vapor e eletricidade, sendo o primeiro consumido internamente e a segunda maioritariamente vendida à rede nacional de energia ou em mercado. O Grupo Navigator possui ainda duas centrais de cogeração a gás natural, integradas na produção de papel na Figueira da Foz e em Setúbal, e duas centrais independentes, alimentadas a biomassa, sendo a produção vendida, maioritariamente, à rede nacional de energia ou em mercado. Possui ainda cinco centrais fotovoltaicas para autoconsumo, duas em Setúbal, uma na Figueira da Foz, uma no Raíz em Aveiro e uma na Herdade de Espirra em Lisboa.

Em 2023, destaca-se também o início da construção das novas centrais fotovoltaicas em regime de autoconsumo nos sites industriais da Figueira da Foz, Aveiro e Vila Velha de Rodão, que permitirão triplicar a capacidade instalada nos sites do Grupo dos atuais 12MWp para cerca de 38MWp.

CIMENTO

O segmento Cimento e Derivados é liderado pela Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. que tem uma forte presença no setor industrial cimenteiro, sendo um Grupo empresarial com diversas operações em Portugal e em vários países do mundo (Grupo Secil).

O principal produto comercializado pelo Grupo Secil é o cimento, constituindo a comercialização de betão pronto, agregados, argamassas e pré-fabricados de betão, uma verticalização da fileira do cimento, que permite a obtenção de sinergias para o Grupo.

O Grupo Secil possui 3 fábricas de cimento em Portugal, a Secil-Outão, Maceira-Liz e Cibra-Pataias, sendo o cimento comercializado nas suas diversas formas (a granel ou ensacado, em palete ou *big bags*) através dos diversos entrepostos comerciais detidos pelo Grupo. O Grupo Secil detém também outras fábricas que se encontram localizadas no Brasil, Tunísia, Líbano e Angola.

Um fator relevante na comercialização do cimento é o custo de transporte, razão pela qual o Grupo Secil mantém um cais privativo na Secil-Outão, um terminal marítimo em Espanha e um terminal marítimo na Holanda.

No que se refere aos “derivados” do cimento, o que tem maior peso no réditto do Grupo é o betão pronto, sendo o Grupo Secil detentor de vários centros de produção e comercialização em Portugal, Espanha, Tunísia, Líbano e Brasil.

O Grupo Secil tem ainda licenciado o direito à exploração de diversas pedreiras, das quais extrai materiais para incorporação na produção do cimento ou comercialização como agregados.

OUTROS NEGÓCIOS

Outros negócios agrega as atividades de menor dimensão do Grupo. De destacar, a atividade de produção de quadros para e-bikes realizada através da participada Triangle's e a prestação de serviços associados à valorização cumulativa de subprodutos de origem animal e de produtos alimentares contendo substâncias de origem animal, e a venda dos produtos resultantes desta valorização para incorporação na produção de fertilizantes, rações para animais e biodiesel desenvolvidas pelo Grupo ETSA.

HOLDINGS

O segmento “Holdings” refere-se às atividades de gestão do Grupo Semapa, correspondendo aos serviços prestados pela Semapa às suas subsidiárias em diversas áreas, como são disso exemplo o planeamento estratégico, assessoria jurídica, financeira, contabilística, fiscal, gestão de talentos, entre outras, incorrendo ao mesmo tempo em gastos com pessoal e com a contratação de serviços especializados.

Desde 2018, neste segmento encontra-se incluída a nova unidade de capital de risco, a qual ainda não assume expressão no global na informação financeira do Grupo.

RÉDITO

O rédito é apresentado desagregando por segmento operacional e por área geográfica, com base no país de destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo.

O reconhecimento de rédito em cada segmento operacional descreve-se como segue:

Pasta e papel

Os contratos comerciais com clientes referem-se essencialmente à venda de produtos como papel, pasta, *tissue* e energia, e numa extensão limitada ao transporte inerente a esses produtos, quando aplicável.

O rédito de papel refere-se às vendas efetuadas através de Lojas de retalho (B2C) ou Distribuidores comerciais (B2B), os quais incluem grandes distribuidores, grossistas ou operadores comerciais. O rédito é reconhecido num momento específico, aquando da transferência de controlo em conformidade com o *incoterm* acordado, pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, sendo que o preço da transação corresponde a uma quantia fixa faturada em função das quantidades vendidas, deduzida de descontos de pronto pagamento e descontos de quantidade, que são determináveis com fiabilidade.

O rédito da pasta resulta das vendas efetuadas a produtores internacionais de papel. O rédito é reconhecido num momento específico, pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, correspondendo o preço da transação a uma quantia fixa faturada em função das quantidades vendidas, deduzida de descontos de pronto pagamento e descontos de quantidade, que são determináveis com fiabilidade. Na vertente da exportação, a transferência de controlo dos produtos ocorre na sua generalidade quando existe transferência de controlo para o cliente, conforme os *incoterms* negociados.

O rédito de *tissue* resulta das vendas de papel *tissue* produzido para a marca própria de redes de retalho moderno nacionais e internacionais. O rédito é reconhecido num momento específico, pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, sendo que o preço da transação corresponde a uma quantia fixa faturada em função das quantidades vendidas. O rédito é reconhecido contra a entrega do produto, data em que se considera existir a transferência do controlo sobre o produto.

O rédito de energia resulta da valorização da energia entregue na rede nacional de energia ou vendida em mercado, conforme contagem em contador, valorizada à tarifa definida no contrato para um período de 25 anos em curso no primeiro caso ou ao preço de mercado no segundo caso.

Cimento

Cimento

Parte significativa do rédito do Grupo Secil refere-se à venda de cimento cinzento, a granel ou ensacado, em palete ou pacotões. A forma de acondicionamento do cimento e ponto de entrega depende da dimensão do cliente.

Os principais clientes do Grupo Secil são empresas industriais na área do betão, pré-fabricados e construção civil, e consórcios associados à construção de obras de elevada complexidade técnica como barragens e pontes. A venda de cimento ensacado para o consumidor final é residual, sendo assegurada através de revendedores locais.

A Secil fornece os seus produtos nas suas fábricas e entrepostos e assegura o transporte até às instalações do cliente, mediante subcontratação do transporte, existindo neste caso duas obrigações de desempenho, às quais a Secil aloca o preço da transação baseado nos preços de venda.

O rédito é reconhecido num momento específico, aquando da transferência de controlo, pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, sendo que o preço da transação resulta das tabelas de preços em vigor ajustadas por descontos de pronto pagamento e descontos de quantidade, atribuídos aos clientes, consoante se trate de clientes revendedores ou clientes industriais, tal como descrito nas condições gerais de venda. No que se refere aos grandes clientes e projetos específicos, os preços e condições de desconto são fixadas contrato a contrato.

Os descontos atribuídos constituem uma componente variável do preço que é considerada na determinação do rédito registado na data da entrega do produto ao cliente, que corresponde à data da transferência do controlo dos produtos.

No caso da exportação, a transferência de controlo dos produtos ocorre na sua generalidade quando os produtos passam para o controlo do cliente, conforme os *incoterms* negociados.

Materiais

A linha de negócio dos Materiais respeita aos “derivados” do cimento: betão pronto, agregados, argamassas e pré-fabricados de betão.

O rédito dos Materiais é reconhecido num momento específico, na data da entrega do produto ao cliente, mesmo que o contrato implique entregas faseadas, devido às diferentes fases da obra e quantidades a movimentar.

O rédito é reconhecido pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita, sendo que o preço da transação corresponde a uma quantia fixa faturada em função das quantidades vendidas, com concessão de descontos de quantidade (*rappe!*) determináveis com fiabilidade.

No que se refere às argamassas, o aluguer de equipamentos de obra, para a armazenagem, mistura e aplicação de argamassas, corresponde a uma obrigação de desempenho separada com preço de venda autónomo deduzido de eventuais descontos concedidos.

A área de pré-fabricados de betão refere-se essencialmente à comercialização de materiais pré-fabricados *standard*, não existindo produção de pré-fabricados mediante pedido específico dos clientes. Nesta área de negócio o Grupo reconhece o rédito de todos os produtos com a entrega do produto ao cliente.

Outros Negócios

O rédito registado refere-se à venda de produtos e à prestação de serviços.

As vendas de produtos referem-se maioritariamente a Quadros para e-bikes, gordura, farinha (para a indústria de rações), e óleos (para o mercado biodiesel). O rédito é reconhecido num momento específico, com a entrega dos produtos nas instalações do cliente ou local por este designado, momento em que se considera que ocorre a transferência do controlo para o cliente.

Os serviços prestados são maioritariamente prestados pelo Grupo ETSA e referem-se a:

- recolha e tratamento de matérias de Categoria 1 e 2 de cadáveres de animais de criação e domésticos, conforme contrato com a DGAV – Direção Geral de Alimentação e Veterinária, bem como de matadouros e de outros centros convencionais de recolha; e
- acondicionamento em equipamentos refrigerados, recolha, transporte, triagem e desembalamento de matérias de Categoria 3 (cárnico e pescado) e de outros géneros alimentícios (frescos ou congelados), a granel ou embalados, junto da rede de lojas do Retalho moderno e Mercados municipais.

O reconhecimento do rédito é efetuado numa base mensal para os serviços prestados de forma regular e uniforme junto da rede de retalho moderno. Para o contrato com a DGAV, o rédito é reconhecido por cada serviço prestado, conforme apuramento efetuado numa base mensal.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

RELATO POR SEGMENTOS

Na agregação dos segmentos operacionais do Grupo, a gestão definiu como segmentos relatáveis aqueles que correspondem a cada uma das áreas de negócio desenvolvidas pelo Grupo: Pasta e Papel, Cimento, Outros negócios e Holdings, consistente com a forma de monitorização e análise de desempenho pela equipa de gestão do Grupo Semapa.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR SEGMENTOS OPERACIONAIS EM 2023 E 2022

2023 Valores em Euros	Nota	Pasta e Papel	Cimento	Outros negócios	Holdings	Eliminações Intragrupo	Total
Rédito		1 953 242 900	693 348 710	60 742 159	17 016 700	(18 026 539)	2 706 323 930
Outros rendimentos (a)	2.2 e 3.7	68 455 506	127 748 769	2 516 818	150 667	-	198 871 760
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	4.1	(848 515 663)	(243 549 201)	(19 435 586)	-	-	(1 111 500 450)
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(422 373 519)	(220 791 290)	(15 881 018)	(7 527 341)	18 026 539	(648 546 629)
Outros gastos (b)	2.3	(249 261 282)	(201 268 145)	(12 513 772)	(9 985 435)	-	(473 028 634)
Depreciações e amortizações	3.6	(151 468 704)	(56 822 958)	(8 698 915)	(264 193)	-	(217 254 770)
Perdas por imparidade	3.6	(1 646)	(7 069 348)	-	-	-	(7 070 994)
Provisões líquidas	9.1	1 006 041	(8 952 668)	300 300	-	-	(7 646 327)
Gastos de juros	5.11	(28 763 048)	(25 529 677)	(322 535)	(14 952 023)	24 917	(69 542 366)
Resultados de associadas/EC	10.3	-	65 713	-	7 719 449	-	7 785 162
Posição monetária líquida (Líbano)	5.11	-	14 455 321	-	-	-	14 455 321
Outros ganhos e perdas financeiros	5.11	9 443 130	(1 503 791)	55 489	2 437 759	(24 917)	10 407 670
Resultado Antes de Impostos		331 763 715	70 131 435	6 762 940	(5 404 417)	-	403 253 673
Imposto sobre o rendimento	6.1	(67 886 447)	(15 086 596)	796 413	14 862 026	-	(67 314 604)
Resultado Líquido do período		263 877 268	55 044 839	7 559 353	9 457 609	-	335 939 069
Atribuível aos detentores do capital		184 618 136	42 746 110	7 685 554	9 457 609	-	244 507 409
Interesses que não controlam	5.6	79 259 132	12 298 729	(126 201)	-	-	91 431 660

OUTRAS INFORMAÇÕES (31/12/2023)

Total dos ativos segmentais		2 726 084 522	1 393 831 611	382 999 273	197 201 700	(25 185 603)	4 674 931 503
<i>Goodwill</i>	3.1	127 064 070	178 483 507	186 840 327	-	-	492 387 904
Ativos intangíveis	3.2	197 686 240	309 982 788	48 832 606	-	-	556 501 634
Ativos fixos tangíveis	3.3	1 253 099 532	531 364 146	74 821 705	405 109	-	1 859 690 492
Ativos biológicos	3.7	115 591 979	-	30 270	-	-	115 622 249
Ativos por impostos diferidos	6.2	23 653 501	38 526 901	4 213 349	36 081 684	(853 313)	101 622 122
Investimentos em associadas/EC	10.3	-	1 699 538	-	42 475 844	-	44 175 382
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	169 464 967	60 614 596	11 311 135	39 766 029	-	281 156 727
Total de passivos segmentais		1 540 704 913	940 001 747	84 564 970	328 388 055	(25 185 603)	2 868 474 082
Financiamentos obtidos	5.7	659 344 463	348 697 373	26 555 505	272 638 404	(14 083 577)	1 293 152 168
Passivos de locação	5.8	69 996 821	32 385 479	1 085 613	509 053	-	103 976 966
Aquisição de ativos fixos tangíveis (c)	3.3	221 222 253	43 877 337	19 922 661	27 898	-	285 050 149

(a) Inclui "Outros rendimentos e ganhos operacionais" e "Variação de justo valor nos ativos biológicos"

(b) Inclui "Variação da produção", "Gastos com o pessoal" e "Outros gastos e perdas operacionais"

(c) Inclui as aquisições efetuadas através de concentrações de atividades empresariais

NOTA: Os valores apresentados por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização e de justo valor efetuados na consolidação.

2022 Valores em Euros	Nota	Pasta e Papel	Cimento	Outros negócios	Holdings	Eliminações Intragrupo	Total
Rédito		2 464 624 691	602 980 604	54 622 984	13 878 639	(14 087 399)	3 122 019 519
Outros rendimentos (a)	2.2 e 3.7	45 417 808	94 205 493	827 732	26 445	-	140 477 478
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	4.1	(968 849 205)	(221 631 246)	(14 042 298)	-	-	(1 204 522 749)
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(626 158 733)	(187 638 327)	(12 830 540)	(5 193 772)	14 087 399	(817 733 973)
Outros gastos (b)	2.3	(178 675 782)	(149 254 076)	(9 259 053)	(8 887 196)	-	(346 076 107)
Depreciações e amortizações	3.6	(176 547 483)	(55 929 998)	(3 341 081)	(238 407)	-	(236 056 969)
Perdas por imparidade	3.6	(1 646)	(12 339 946)	-	-	-	(12 341 592)
Provisões líquidas	9.1	(1 621 447)	(2 312 415)	-	-	-	(3 933 862)
Gastos de juros	5.11	(16 556 492)	(20 882 917)	(31 387)	(6 071 981)	-	(43 542 777)
Resultados de associadas/EC	10.3	-	(1 227 649)	-	8 754 380	-	7 526 731
Posição monetária líquida (Libano)	5.11	-	979 084	-	-	-	979 084
Outros ganhos e perdas financeiros	5.11	(40 426 518)	(11 381 531)	(97 754)	2 738 182	-	(49 167 621)
Resultado Antes de Impostos		501 205 193	35 567 076	15 848 603	5 006 290	-	557 627 162
Imposto sobre o rendimento	6.1	(119 738 136)	(22 941 214)	(3 622 227)	10 736 809	-	(135 564 768)
Resultado Líquido do exercício		381 467 057	12 625 862	12 226 376	15 743 099	-	422 062 394
Atribuível aos detentores do capital		266 912 542	12 360 811	12 073 382	15 743 099	-	307 089 834
Interesses que não controlam	5.6	114 554 515	265 051	152 994	-	-	114 972 560

OUTRAS INFORMAÇÕES (31/12/2022)

Total dos ativos segmentais		2 844 231 449	1 329 926 151	109 770 383	293 793 164	(19 313 305)	4 558 407 842
<i>Goodwill</i>	3.1	122 907 528	176 961 949	38 936 950	-	-	338 806 427
Ativos intangíveis	3.2	196 301 091	258 762 990	-	-	-	455 064 081
Ativos fixos tangíveis	3.3	1 134 836 698	520 514 451	29 078 704	499 858	-	1 684 929 711
Ativos biológicos	3.7	122 499 874	-	-	-	-	122 499 874
Ativos por impostos diferidos	6.2	27 204 659	33 722 579	608 566	25 923 522	(1 578 958)	85 880 368
Investimentos em associadas/JV	10.3	-	549 997	6 250	37 823 495	-	38 379 742
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	343 083 788	69 001 851	13 241 920	168 069 017	-	593 396 576
Total de passivos segmentais		1 703 645 286	886 265 648	20 145 525	334 038 730	(19 313 305)	2 924 781 884
Financiamentos obtidos	5.7	725 301 722	375 227 211	591 859	286 537 234	(85 578)	1 387 572 448
Passivos de locação	5.8	61 641 049	37 997 062	1 292 871	286 779	-	101 217 761
Aquisição de ativos fixos tangíveis	3.3	112 023 810	48 108 244	7 814 950	27 523	-	167 974 527

(a) Inclui "Outros rendimentos e ganhos operacionais" e "Variação de justo valor nos ativos biológicos"

(b) Inclui "Variação da produção", "Gastos com o pessoal" e "Outros gastos e perdas operacionais"

NOTA: Os valores apresentados por segmentos de negócio poderão diferir dos apresentados individualmente por cada Grupo, na sequência de ajustamentos de harmonização e de justo valor efectuados na consolidação em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, bem como da alocação do goodwill dos diferentes segmentos independentemente da entidade detentora da referida participação.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Valores em Euros	31/12/2023		31/12/2022	
Portugal	1 578 842 714	84,90%	1 419 564 092	84,25%
Resto da Europa	5 781 787	0,31%	5 005 371	0,30%
América	191 470 426	10,30%	188 264 195	11,17%
África	55 385 221	2,98%	55 126 154	3,27%
Ásia	28 210 344	1,52%	16 969 899	1,01%
	1 859 690 492	100,00%	1 684 929 711	100,00%

RÉDITO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO, POR ÁREAS GEOGRÁFICAS E POR PADRÃO DE RECONHECIMENTO

2023	Pasta e Papel	Cimento	Outros negócios	Total Valor	Total %
Portugal	328 021 613	350 822 672	30 112 959	708 957 244	26,20%
Resto da Europa	1 040 642 951	65 282 618	28 884 126	1 134 809 695	41,93%
América	112 865 232	123 738 833	-	236 604 065	8,74%
África	206 443 049	84 711 072	27 279	291 181 400	10,76%
Ásia	265 135 887	67 784 302	1 717 794	334 637 983	12,37%
Oceânia	133 543	-	-	133 543	0,00%
	1 953 242 275	692 339 497	60 742 158	2 706 323 930	100,00%
Padrão de reconhecimento					
Em determinado momento do tempo	1 953 242 275	692 339 497	60 742 158	2 706 323 930	100,00%
Ao longo do tempo	-	-	-	-	0,00%

2022	Pasta e Papel	Cimento	Outros negócios	Total Valor	Total %
Portugal	428 410 901	300 923 952	34 478 854	763 813 707	24,47%
Resto da Europa	1 297 330 715	53 324 022	17 566 223	1 368 220 960	43,82%
América	312 166 411	126 998 735	-	439 165 146	14,07%
África	285 563 826	92 542 694	-	378 106 520	12,11%
Ásia	140 834 661	29 191 202	2 577 907	172 603 770	5,53%
Oceânia	109 416	-	-	109 416	0,00%
	2 464 415 930	602 980 605	54 622 984	3 122 019 519	100,00%
Padrão de reconhecimento					
Em determinado momento do tempo	2 464 415 930	602 980 605	38 234 816	3 105 631 351	99,48%
Ao longo do tempo	-	-	16 388 168	16 388 168	0,52%

Os réditos apresentados nos diversos segmentos de negócio, em 2023 e 2022, correspondem a réditos gerados com clientes externos com base na região de destino dos produtos e serviços comercializados pelo Grupo, não representando nenhum dos quais, individualmente, 10% ou mais dos réditos totais do Grupo.

2.2 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO E SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM ATIVOS BIOLÓGICOS

Os subsídios do Governo só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios relacionados com ativos biológicos (Nota 3.7) valorizados pelo seu justo valor, conforme a IAS 41, são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os termos e condições de atribuição do subsídio estão satisfeitos.

No exercício de 2023 e 2022, a rubrica Outros rendimentos e ganhos operacionais decompõe-se como segue:

Valores em Euros	2023	2022
Subsídios – Licenças de emissão CO ₂	152 241 399	110 787 715
Subsídios à exploração	16 731 239	14 946 868
Ganhos na alienação de ativos não correntes	1 876 224	5 641 972
Indemnizações recebidas	1 566 066	5 555 304
Trabalhos para a própria empresa	1 742 198	3 721 980
Rendimentos suplementares	2 055 894	2 292 318
Interruptibilidade energia – REN	6 163 414	2 247 044
Rendimentos de tratamento de resíduos	1 979 409	1 220 385
Ganhos em inventários	733 097	2 993 118
Outros rendimentos operacionais	20 689 426	15 894 960
	205 778 366	165 301 664

O montante relevado na rubrica Subsídios – Licenças de emissão de CO₂ corresponde ao reconhecimento da atribuição gratuita de licenças de emissão, as quais são maioritariamente compensadas com o gasto reconhecido pela emissão/consumo das licenças atribuídas gratuitamente, pelo que a redução não impacta de forma significativa o resultado líquido do período do Grupo. A variação verificada no montante face ao período homólogo resulta essencialmente do aumento verificado na atribuição e na cotação de mercado a que estas licenças são valorizadas, correspondente à cotação da data em que as mesmas são anualmente atribuídas (Nota 3.2).

Os subsídios à exploração incluem Euros 10 258 265 (2022: Euros 9 951 051) relativos ao recebimento da medida de auxílio a custos indiretos a favor das instalações abrangidas pelo regime de Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), nos termos do Decreto-Lei nº 12/2020, de 6 de abril, bem como o Incentivo relativo ao Programa Apoiar Gás, de Euros 1 704 435 (2022: Euros 2 103 437). Esta rubrica inclui, ainda, subsídios atribuídos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no montante de Euros 2 225 213.

A rubrica Ganhos na alienação de ativos não correntes inclui, em 2022, uma mais-valia no montante de Euros 1 993 480 (Nota 10.2) gerada pela subsidiária Secil com a alienação de 100% do capital da Silonor. Inclui ainda um ganho de Euros 1 910 180 resultante da alienação, pela Secil, da participação de 50% que detinha na Allmicroalgae.

A rubrica de Indemnizações recebidas inclui, em 2022, cerca de 4 milhões de Euros de indemnização relativa ao sinistro ocorrido num moinho da subsidiária tunisina da Secil, a SCG.

No exercício de 2022, a rubrica Trabalhos para a própria empresa inclui essencialmente a capitalização de gastos incorridos no âmbito do projeto Clean Cement Line (CCL) em curso na subsidiária Secil, projeto este de atualização tecnológica da sua unidade de produção do Outão, que recorre à utilização de tecnologias maduras mais eficientes e a tecnologias inovadoras e que irão permitir a redução das emissões carbónicas e um consumo de energia elétrica e térmica mais eficiente.

A rubrica de Outros rendimentos operacionais inclui Euros 7 659 998 (2022: Euros 10 997 793) referentes a vendas de desperdícios de papel UWF e *tissue*.

2.3 GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

No exercício de 2023 e 2022, a rubrica Gastos e perdas operacionais decompõe-se como segue:

Valores em Euros	Nota	2023	2022
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	4.1.3	1 111 500 450	1 204 522 749
Variação da produção	4.1.4	16 210 140	(90 792 701)
Fornecimentos e serviços externos			
Energia e fluidos		163 980 729	264 164 755
Transporte de mercadorias		189 802 764	270 317 247
Trabalhos especializados		115 517 002	130 287 193
Conservação e reparação		74 370 038	63 499 725
Honorários		5 932 179	5 163 247
Seguros		15 917 001	13 444 649
Subcontratos		4 684 200	2 615 010
Outros		78 342 716	68 242 147
		648 546 629	817 733 973
Gastos com o pessoal	7.1	281 972 711	281 789 100
Outros gastos e perdas operacionais			
Quotizações		1 589 560	1 495 600
Donativos		972 827	1 084 380
Gastos com emissões de CO ₂		150 512 547	117 688 466
Imparidades em dívidas a receber		(3 736 076)	5 534 145
Imparidades em inventários	4.1.5	5 970 762	12 293 133
Outras perdas em inventários		5 939 009	5 571 080
Impostos indiretos e taxas		7 194 425	4 559 942
Perdas na alienação de ativos não correntes		492 054	577 363
Outros gastos operacionais		5 910 675	6 275 599
		174 845 783	155 079 708
Provisões líquidas	9.1	7 646 327	3 933 862
Total dos gastos e perdas operacionais		2 240 722 040	2 372 266 691

Ao longo de 2023 verificou-se uma desaceleração dos custos, nomeadamente de logística e de energia. Na energia verificou-se uma redução expressiva no preço de compra de energia elétrica em comparação com o ano anterior, tendo este efeito do preço na energia elétrica igualmente impacto no valor das vendas de energia de 2023, as quais também apresentam um decréscimo.

A variação ocorrida na rubrica Conservação e reparação deve-se essencialmente às reparações ocorridas no segmento do Cimento, designadamente, na fábrica de Outão (forno 9 e forno 8), em Pataias (forno 2) e na fábrica da Maceira (foros 5 e 6), no montante de Euros 4,8 milhões e na grande reparação dos equipamentos industriais da fábrica de Adrianópolis, no montante de Euros 4,8 milhões.

No exercício de 2023, a rubrica de imparidades em inventários inclui essencialmente o reconhecimento de uma imparidade, no montante de Euros 2 071 836, para o *stock* de papel danificado identificado na plataforma da Navigator North America Inc. No exercício de 2022, esta rubrica registava o reforço da imparidade para os desperdícios de papel UWF e *tissue* no montante de Euros 7 931 309 e, adicionalmente, uma imparidade no montante de Euros 5 309 900 para o excedente de peças de reserva em *stock*, face às perspetivas de investimento futuras e vidas úteis remanescentes dos equipamentos industriais.

HONORÁRIOS POR SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS E AUDITORIA

Valores em Euros	2023		2022	
	Gastos do exercício	Honorários faturados	Gastos do exercício	Honorários faturados
KPMG (SROC) e outras entidades pertencentes à mesma rede				
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	796 715	825 711	799 342	896 702
Outros serviços de garantia de fiabilidade	115 860	154 760	195 972	208 700
Outros serviços	58 129	37 400	129 748	125 750
	970 704	1 017 871	1 125 062	1 231 152

Os serviços indicados como “Outros serviços de garantia de fiabilidade” dizem essencialmente respeito a emissão de relatórios sobre informação financeira, certificação de despesas de I&D para efeitos de subsídios, serviços de verificação da informação de sustentabilidade e revisões limitadas relativas a informação financeira. Os “Outros serviços” são principalmente referentes a pareceres efetuados no âmbito de operações de fusão entre sociedades do Grupo e a trabalhos de *assurance* ao *Sustainable Link framework*.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através dos processos de análise do Conselho Fiscal relativamente aos trabalhos propostos e da sua definição criteriosa em sede de contratação.

3 INVESTIMENTOS

3.1 GOODWILL



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O *goodwill* representa a diferença entre o justo valor do custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias incluídas na consolidação na data de aquisição do controlo e é alocado a cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) ou grupo de UGC mais baixas a que pertence.

Amortização e imparidade	O <i>goodwill</i> não é amortizado. O Grupo realiza testes de imparidade ao <i>goodwill</i> anualmente, ou sempre que existam indícios de imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados como o maior entre o valor de uso e o justo valor menos custo de venda. As perdas por imparidade relativas ao <i>goodwill</i> não podem ser revertidas.
Alienações e perdas de controlo	Ganhos ou perdas decorrentes da venda ou perda de controlo sobre uma entidade ou negócio ao qual o <i>goodwill</i> está alocado incluem o valor do <i>goodwill</i> correspondente.
Aquisições em moeda diferente da moeda de apresentação	O <i>goodwill</i> originado na aquisição de uma entidade estrangeira, encontra-se registado na moeda funcional dessa mesma entidade, sendo convertido para a moeda de relato do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial (Nota 5.5) como outro rendimento integral.
Dedutibilidade fiscal	À luz da legislação fiscal atualmente vigente em Portugal, não se espera que o <i>goodwill</i> reconhecido ou a reconhecer venha a ser dedutível em termos fiscais. Noutras geografias onde o Grupo opera, o tratamento fiscal é diferenciado.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

TESTES DE IMPARIDADE

Para efeitos de testes de imparidade às UGC, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. O valor recuperável das UGC deriva de pressupostos relativos à atividade, designadamente, volumes de vendas, preços médios de venda e custos variáveis que nos períodos de projeção resultam de uma combinação de previsões económicas para as regiões e mercados onde o Grupo opera, previsões da indústria, incluindo alterações nos mercados derivadas de alteração de capacidades instaladas para cada atividade operacional, projeções internas da Gestão e *performance* histórica.

Estas projeções resultam dos orçamentos para o ano seguinte e da estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de quatro anos refletida nos Planos de Médio Longo Prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

O Grupo na sua análise identifica primordialmente as unidades geradoras de caixa, que se consubstancia nos segmentos de negócio definidos. A análise do *goodwill* inclui já os resultados das análises de imparidade de ativos individuais que sejam por sua vez realizadas ao nível de cada um dos segmentos de atividade do Grupo.

PRESSUPOSTOS NA BASE DOS PLANOS DE NEGÓCIOS

Pressupostos (CAGR 2024-2028)	Pasta e Papel		Outros negócios	
		Cimento *	Ambiente	Mobilidade
Vendas em quantidade (kt)				
Referência	Papel UWF	Cimento e Clinquer	Gordura [3,5]	-
CAGR Vendas em quantidade (kt)	0,1%	-3,5% a 6,0%	-2,6%	
Vendas em quantidade (unidades)				
Referência	-	-	-	Quadros para e-bikes
CAGR Vendas em quantidade (unidades)				43,9%
Preço Médio de Venda ML/t				
Referência	Papel UWF	Cimento cinzento no MI	Gordura [3,5]	-
CAGR Preço Médio de Venda ML/t	0,7%	2,4% a 11,5%	0,1%	
Preço Médio de Venda ML/unidades				
Referência	-	-	-	Quadros para e-bikes
CAGR Preço Médio de Venda ML/unidades				6,5%
Total Cash Costs ML				
CAGR Total Cash Costs ML	0,21%	1,3% a 4,3%	2,95%	54,81%

* Intervalo correspondente às geografias Portugal, Brasil, Tunísia, Líbano e Angola

Pressupostos (CAGR 2023-2027)	Pasta e Papel		Cimento *		Ambiente
Vendas em quantidade (kt)					
Referência		Papel UWF	Cimento e Clinquer	Gordura [3,5]	
CAGR Vendas em quantidade (kt)		-0,1%	-1,3% a 6,0%	-3,5%	
Preço Médio de Venda ML/t					
Referência		Papel UWF	Cimento cinzento no MI	Gordura [3,5]	
CAGR Preço Médio de Venda ML/t		-1,8%	2,5% a 21,3%	-7,7%	
Total Cash Costs ML					
CAGR Total Cash Costs ML		-6,25%	3,8% a 24,0%	0,91%	

* Intervalo correspondente às geografias Portugal, Brasil, Tunísia, Líbano e Angola

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS E FINANCEIROS

Os principais pressupostos considerados a nível macroeconómico são as projeções de taxa de crescimento do PIB e de inflação nos mercados onde o Grupo atua (Portugal, no caso de todas as UGC, e ainda Tunísia, Líbano, Brasil e Angola no segmento Cimento). As fontes das projeções são o FMI e o Banco de Portugal.

A taxa de crescimento na perpetuidade reflete a visão da Gestão a médio longo prazo para as diferentes UGC, tendo presente os pressupostos macroeconómicos.

Pressupostos financeiros	31/12/2023				31/12/2022			
	Taxa de Juro sem risco*	Taxa WACC EUR	Tx Cresci ^o na perp. EUR	Taxa de Imposto	Taxa de Juro sem risco*	Taxa WACC EUR	Tx Cresci ^o na perp. EUR	Taxa de Imposto
Pasta e Papel								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	3,51%	6,85%	-	27,50%	2,94%	6,76%	-	27,50%
Perpetuidade	3,51%	6,85%	0,00%	27,50%	2,94%	6,76%	0,00%	27,50%
Cimento								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	3,51%	6,55%	-	27,50%	2,94%	6,48%	-	27,50%
Perpetuidade	3,51%	6,55%	1,88%	27,50%	2,94%	6,48%	1,85%	27,50%
Ambiente								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	3,51%	8,23%	-	25,50%	2,94%	7,70%	-	25,50%
Perpetuidade	3,51%	8,23%	2,00%	25,50%	2,94%	7,70%	1,25%	25,50%
Mobilidade								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	3,51%	6,96%	-	27,50%	-	-	-	-
Perpetuidade	3,51%	6,96%	0,00%	27,50%	-	-	-	-

Nota: No Cimento foram ainda consideradas taxas WACC em Euros situadas entre os 6,48% e os 20,50% para o Brasil, Tunísia, Angola e Líbano

* Inclui o *Country Risk Premium*

TESTE DE IMPARIDADE

Em resultado dos testes de imparidade efetuados nos períodos de 2023 e 2022, não foi identificada qualquer perda por imparidade no *goodwill*.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foi realizada uma análise de sensibilidade, aos pressupostos considerados chave (de forma independente para cada pressuposto), taxa WACC e *cash flow* livre, a qual não determinou qualquer imparidade para o *goodwill* alocado a cada UGC.

VARIAÇÃO DO EQUITY SEMAPA POR VARIAÇÃO DA TAXA WACC:

Análise de sensibilidade à Taxa WACC	-50bps	+50bps	-1%	+1%
Pasta e Papel				
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	5%	-5%
Perpetuidade	8%	-6%	14%	-11%
Planeamento explícito e Perpetuidade	9%	-8%	20%	-15%
Cimento				
Período de Planeamento explícito	3%	-3%	6%	-5%
Perpetuidade	10%	-9%	23%	-16%
Planeamento explícito e Perpetuidade	13%	-11%	30%	-20%
Ambiente				
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	5%	-5%
Perpetuidade	8%	-7%	17%	-12%
Planeamento explícito e Perpetuidade	10%	-9%	23%	-16%
Mobilidade				
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	5%	-4%
Perpetuidade	6%	-5%	13%	-10%
Planeamento explícito e Perpetuidade	9%	-7%	19%	-14%

VARIAÇÃO DO EQUITY SEMAPA POR VARIAÇÃO DO CASH FLOW LIVRE:

Análise de sensibilidade ao Cash Flow Livre	-5%	+5%	-10%	+10%
Pasta e Papel	-6%	6%	-11%	11%
Cimento	-7%	7%	-13%	13%
Ambiente	-5%	5%	-10%	10%
Mobilidade	-5%	5%	-10%	10%

GOODWILL – VALOR LÍQUIDO

O *goodwill* é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (UGC) do Grupo, as quais correspondem aos segmentos operacionais identificados na Nota 2.1, conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Pasta e Papel	127 064 070	122 907 528
Cimento	178 483 507	176 961 949
Ambiente	38 936 950	38 936 950
Mobilidade	147 903 377	-
	492 387 904	338 806 427

MOVIMENTOS DO PERÍODO

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Valor líquido no início do período	338 806 427	333 842 892
Aquisições	152 059 918	228 547
Regularizações	-	127 750
Ajustamento Cambial	1 521 559	4 607 238
Valor líquido no final do período	492 387 904	338 806 427

Em 31 de março de 2023, o Grupo Navigator concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Gomà-Camps Consumer, S.L.U., sociedade com sede em Saragoça, Espanha, que por sua vez detém a totalidade do capital social da Gomà-Camps France SAS, com sede em Castres, França. Estas sociedades foram redenominadas para Navigator Tissue Ejea, S.L.U. e Navigator Tissue France SAS, respetivamente. O *Enterprise Value* desta aquisição ascendeu a Euros 60 951 811, sendo realizada na sua totalidade em caixa e equivalentes de caixa, não existindo qualquer retribuição contingente associada a esta aquisição.

A diferença inicial de aquisição, de Euros 34 037 142, foi deduzida do justo valor atribuído aos ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos no montante de Euros 38 240 800 e Euros 1 600 000, respetivamente, assim como dos passivos por impostos diferidos associados, no montante de Euros 9 960 200, tendo sido apurado um *goodwill* final de Euros 4 156 542 (Nota 1.2).

Em junho de 2023, a Semapa, através da sua subsidiária Aphelion, S.A., adquiriu uma participação de 100% na Triangle's – Cycling Equipments, S.A., sociedade com sede em Águeda, Portugal. O preço de aquisição pago foi de 178,7 milhões de Euros, incluindo 12,1 milhões de Euros de créditos acionistas, e uma componente eventual adicional a ser paga até 2027 que estará dependente da *performance* da empresa e da verificação de determinadas condições.

A diferença de aquisição, de Euros 188 747 556, foi deduzida do justo valor atribuído aos ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos no montante de Euros 5 037 800 e Euros 51 299 000, respetivamente, assim como dos passivos por impostos diferidos associados de Euros 15 492 620. Em 31 de dezembro de 2023, o *goodwill* provisório ascende a Euros 147,9 milhões (Nota 1.2).

3.2 ATIVOS INTANGÍVEIS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 8 anos, e anualmente para os direitos de emissão de CO₂.

Dada a ausência de normativo contabilístico para o reconhecimento e mensuração das licenças de CO₂, a política definida pela gestão é como segue:

Direitos de emissão de CO₂

Reconhecimento de licenças atribuídas a título gratuito e Mensuração subsequente As Licenças de emissão de CO₂ atribuídas ao Grupo, no âmbito do regime CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissão de gases com efeito de estufa, a título gratuito dão origem a um ativo intangível correspondente às licenças atribuídas, um subsídio de igual montante e um passivo pela obrigação de entregar as licenças equivalentes aos consumos durante o período.

As licenças de emissão só são registadas enquanto ativos intangíveis quando o Grupo é capaz de exercer controlo, e são mensurados pelo seu justo valor (nível 1) na data do reconhecimento inicial. Se o valor de mercado das licenças cai significativamente abaixo do valor contabilístico e a diminuição é considerada permanente, é registada uma perda por imparidade sobre as licenças que o Grupo não vai utilizar nas suas operações.

O passivo associado à obrigação de devolver as licenças é reconhecido com base nas emissões efetivas reais (Nota 4.3 – Valores a pagar), será liquidado com a entrega das licenças e é mensurado pelo valor contabilístico das licenças detidas, sendo eventuais emissões adicionais mensuradas pelo valor de mercado das licenças à data de relato.

Reconhecimento em resultados Na Demonstração dos Resultados Consolidada, o Grupo reconhece como gasto (rubrica de Outros gastos e perdas) as emissões efetuadas ao justo valor à data de atribuição, exceto no que respeita a licenças adquiridas, onde o gasto é mensurado pelo custo de aquisição das licenças. Os referidos gastos irão compensar os outros rendimentos operacionais que resultam do reconhecimento do subsídio original (também ele reconhecido em resultados pelo justo valor à data de atribuição) e das libertações ou vendas de eventuais licenças em excesso.

O efeito na Demonstração dos resultados consolidados será assim neutro, no que respeita aos consumos de licenças atribuídas. Qualquer efeito nos resultados resultará da compra de licenças adicionais para cobrir o excesso de emissões, a venda de eventuais licenças excessivas face aos consumos efetivos ou ainda de perdas por imparidade de licenças que não são utilizadas operacionalmente.

Marcas

Reconhecimento e mensuração inicial Sempre que numa concentração de atividades empresariais sejam identificadas marcas, o Grupo procede ao seu reconhecimento em separado sendo mensuradas ao justo valor na data da aquisição.

Mensuração subsequente e imparidade Ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas. As marcas não se encontram sujeitas a amortização por se considerar não terem vida útil definida.

O Grupo realiza testes de imparidade às marcas anualmente, ou sempre que existam indícios de imparidade.

INTANGÍVEIS DESENVOLVIDOS INTERNAMENTE



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o desenvolvimento do ativo e que este está disponível para uso próprio ou comercialização. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, nomeadamente as despesas com investigação, são registados como custo quando incorrida.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

MARCAS – TESTES DE IMPARIDADE

As avaliações anuais são preparadas por entidade independente com base no *income-split method*, um modelo de fluxos de caixa pós-imposto associados à influência da marca (diferença entre a margem líquida da marca deduzida de investimentos em *marketing* e a margem líquida da marca branca associada), descontados para o momento da avaliação com base numa taxa de desconto específica, tendo em consideração as diferentes dinâmicas esperadas de mercado.

PASTA E PAPEL – PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NAS AVALIAÇÕES DAS MARCAS

2023			
Marca	Mercados	Taxa de Desconto	Taxa de Imposto
Navigator e Soporset	Europa	6,85%	27,50%
	EUA	6,85%	27,50%
	Resto do Mundo	6,85%	27,50%

As taxas de Desconto indicadas referem-se ao período explícito.

2022			
Marca	Mercados	Taxa de Desconto	Taxa de Imposto
Navigator e Soporset	Europa	6,76%	27,5%
	EUA	6,76%	27,5%
	Resto do Mundo	6,76%	27,5%

As taxas de Desconto indicadas referem-se ao período explícito.

CIMENTO – PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NAS AVALIAÇÕES DAS MARCAS

2023			
Marca	Mercados	Taxa de Desconto	Taxa de Imposto
Secil Portugal	Portugal	6,55%	27,50%
Supremo Cimentos	Brasil	9,44%	34,00%

As taxas de Desconto indicadas referem-se ao período explícito.

2022			
Marca	Mercados	Taxa de Desconto	Taxa de Imposto
Secil Portugal	Portugal	6,48%	27,5%
Supremo Cimentos	Brasil	9,21%	34,0%
Société des Ciments de Gabès	Tunísia	17,34%	15,0%

As taxas de Desconto indicadas referem-se ao período explícito.

OUTROS NEGÓCIOS – PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NAS AVALIAÇÕES DAS MARCAS

2023			
Marca	Mercados	Taxa de Desconto	Taxa de Imposto
Triangle's	Europa	8,96%	27,5%

As taxas de Desconto indicadas referem-se ao período explícito.

MARCAS – TESTE DE IMPARIDADE E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em resultado das avaliações efetuadas em 2022, foi registada uma perda por imparidade correspondente ao valor total da marca Secil Tunísia, explicada essencialmente pelo contexto adverso, político, social e financeiro, em que esta geografia se encontra.

Foram efetuadas análises de sensibilidade aos pressupostos fundamentais considerados nas avaliações realizadas, nomeadamente: 1) redução do indicador EVA em 5%, face ao utilizado no cenário base, e 2) aumento de 50 pontos base na taxa WACC em euros utilizada no cenário base. Estas análises de sensibilidade foram realizadas de forma independente para cada pressuposto. Caso tivessem sido adotados estes pressupostos às marcas identificadas, esta análise de sensibilidade não determinaria qualquer perda por imparidade adicional.

MARCAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor líquido das marcas detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Pasta e Papel		
Navigator	107 568 000	107 568 000
Soporset	43 919 000	43 919 000
My Tissue / My Tissue Ecological +	2 400 000	-
Cimento		
Secil Portugal	71 700 000	71 700 000
Supremo (Brasil)*	17 218 746	16 545 521
Outros negócios		
Triangle's	6 748 000	-
Outras	300	299
	249 554 046	239 732 820

* O valor destas marcas está sujeito a atualização cambial.

LICENÇAS DE CO₂

Nos exercícios de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nas licenças de CO₂ foi como segue:

Valores em Euros	31/12/2023		31/12/2022	
	Toneladas	Valor	Toneladas	Valor
Saldo inicial	2 901 068	189 631 053	2 970 325	93 213 066
Licenças atribuídas gratuitamente	1 820 620	155 932 941	1 799 780	151 199 518
Licenças adquiridas	-	-	48 000	3 251 520
Licenças devolvidas à Entidade Coordenadora de Licenciamento	(1 856 496)	(116 593 305)	(1 917 037)	(58 033 051)
Saldo final	2 865 192	228 970 689	2 901 068	189 631 053

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo detinha licenças de CO₂ registadas em conformidade com a política acima descrita, com o seguinte detalhe:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Licenças CO ₂ (Ton)	2 865 192	2 901 068
Valor unitário médio	79,91	65,37
	228 970 689	189 631 053
Cotação de mercado	78,06	81,49

MOVIMENTOS EM ATIVOS INTANGÍVEIS

Valores em Euros	Marcas	Propriedade industrial e outros direitos	Licenças de Emissão de CO ₂	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor bruto						
Saldo a 1 de janeiro de 2022	267 105 857	45 988	93 213 066	-	9 312 379	369 677 290
Variação de perímetro	-	291 951	-	-	-	291 951
Aquisições/Atribuições	-	-	154 451 038	-	16 213 285	170 664 323
Regularizações, transferências e abates	(2)	-	(58 033 051)	-	2	(58 033 051)
Ajustamento cambial	1 371 559	(88 342)	-	-	-	1 283 217
Saldo a 31 de dezembro de 2022	268 477 414	249 597	189 631 053	-	25 525 666	483 883 730
Variação de perímetro	-	-	-	1 939 940	-	1 939 940
Aquisições/Atribuições	2 400 000	5 148	155 932 941	7 016	9 776 940	168 122 045
Aquisições através de concentrações de atividades empresariais	6 748 000	-	-	46 151 000	-	52 899 000
Regularizações, transferências e abates	-	(20 206 861)	(116 593 305)	34 303 932	(33 606 077)	(136 102 311)
Ajustamento cambial	(22 029)	(271 583)	-	(224 469)	-	(518 081)
Efeito de economias hiperinflacionárias	-	218 740	-	-	-	218 740
Saldo a 31 de dezembro de 2023	277 603 385	(20 004 959)	228 970 689	82 177 419	1 696 529	570 443 063
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo a 1 de janeiro de 2022	(24 563 091)	(45 988)	-	-	-	(24 609 079)
Amortizações do exercício	-	(20 579)	-	-	-	(20 579)
Perdas por imparidade do exercício	(4 807 158)	-	-	-	-	(4 807 158)
Regularizações, transferências e abates	8 487	(8 487)	-	-	-	-
Ajustamento cambial	617 168	(1)	-	-	-	617 167
Saldo a 31 de dezembro de 2022	(28 744 594)	(75 055)	-	-	-	(28 819 649)
Variação de perímetro	-	-	-	(1 428 212)	-	(1 428 212)
Amortizações do exercício	-	(358 339)	-	(4 724 419)	-	(5 082 758)
Regularizações, transferências e abates	-	(21 038 746)	-	(707 252)	-	20 331 494
Ajustamento cambial	695 255	163 204	-	199 237	-	1 057 696
Saldo a 31 de dezembro de 2023	(28 049 339)	20 768 556	-	(6 660 646)	-	(13 941 429)
Valor líquido a 1 de janeiro de 2022	242 542 766	-	93 213 066	-	9 312 379	345 068 211
Valor líquido a 31 de dezembro de 2022	239 732 820	174 542	189 631 053	-	25 525 666	455 064 081
Valor líquido a 31 de dezembro de 2023	249 554 046	763 597	228 970 689	75 516 773	1 696 529	556 501 634

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo adquiriu a marca Goma Camps, redenominada My Tissue, pelo montante de Euros 2 400 000.

Adicionalmente, o Grupo adquiriu, através de concentrações de atividades empresariais (Nota 1.2), os seguintes ativos intangíveis:

- Marca Triangle's, no montante de Euros 6 748 000;
- Tecnologia implementada no processo de fabrico, no montante de Euros 15 265 000; e
- Carteiras de clientes, no montante total de Euros 30 886 000.

3.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento e mensuração inicial	Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos tangíveis adquiridos posteriormente à data de transição são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade.																		
Custos subsequentes	Os gastos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível, sendo depreciados integralmente até à data prevista da próxima manutenção. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.																		
Peças de reserva e de manutenção	As peças de reserva são consideradas estratégicas dado que estão diretamente relacionadas com os equipamentos da produção, sendo expectável que a sua utilização se venha a prolongar por mais que dois exercícios económicos. As peças de manutenção consideradas como "peças de substituição críticas" são reconhecidas no ativo não corrente, como Ativos fixos tangíveis. Respeitando esta classificação, as peças de reserva são depreciadas desde o momento em que se tornam disponíveis para uso e é-lhes atribuída uma vida útil que segue a natureza dos equipamentos onde se prevê que venham a ser integradas, não ultrapassando a vida útil remanescente destes.																		
Encargos financeiros com empréstimos	Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) de ativos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. No decurso dos exercícios apresentados, não foram capitalizados quaisquer encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de ativos fixos tangíveis.																		
Abates e alienações	Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações quando aplicável deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2) ou Gastos e perdas operacionais (Nota 2.3).																		
Depreciações e imparidade	É utilizado o método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. A depreciação dos terrenos de exploração resulta da estimativa de vida útil média dos terrenos, tendo em consideração o período de extração de matéria-prima.																		
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Vida útil estimada (em anos)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Terrenos de exploração</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>Edifícios e outras construções</td> <td>12 – 30</td> </tr> <tr> <td>Equipamento básico</td> <td>6 – 25</td> </tr> <tr> <td>Equipamento de transporte</td> <td>4 – 9</td> </tr> <tr> <td>Ferramentas e utensílios</td> <td>2 – 8</td> </tr> <tr> <td>Equipamento administrativo</td> <td>4 – 8</td> </tr> <tr> <td>Taras e vasilhames</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos fixos tangíveis</td> <td>4 – 10</td> </tr> </tbody> </table>	Vida útil estimada (em anos)		Terrenos de exploração	14	Edifícios e outras construções	12 – 30	Equipamento básico	6 – 25	Equipamento de transporte	4 – 9	Ferramentas e utensílios	2 – 8	Equipamento administrativo	4 – 8	Taras e vasilhames	6	Outros ativos fixos tangíveis	4 – 10
Vida útil estimada (em anos)																			
Terrenos de exploração	14																		
Edifícios e outras construções	12 – 30																		
Equipamento básico	6 – 25																		
Equipamento de transporte	4 – 9																		
Ferramentas e utensílios	2 – 8																		
Equipamento administrativo	4 – 8																		
Taras e vasilhames	6																		
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 10																		
	Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data da Posição financeira consolidada. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 3.6).																		

RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis requer a definição de estimativas e pressupostos por parte da Gestão, nomeadamente, quando aplicável, no que diz respeito ao apuramento do valor de uso no âmbito dos testes de imparidade às unidades geradoras de caixa do Grupo.

VIDA ÚTIL E DEPRECIAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis representam a componente mais significativa do Ativo total do Grupo. Estes ativos são sujeitos a uma depreciação sistemática pelo período que se determina ser a sua vida útil económica. A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados consolidados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional e a evolução das condições económicas em que o Grupo atua.

Dada a relevância desta estimativa, o Grupo recorre com alguma regularidade a técnicos externos e independentes para aferir da adequação das estimativas utilizadas.

MOVIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Valores em Euros	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Valor bruto					
Saldo em 1 de janeiro de 2022	410 517 158	1 060 308 466	5 585 743 580	79 847 286	7 136 416 491
Variação de perímetro	-	(6 509 309)	(6 703 628)	(25 000)	(13 237 937)
Aquisições	-	46 938	14 266 529	153 661 060	167 974 527
Alienações	(915 733)	(746 469)	(59 070 707)	-	(60 732 909)
Regularizações, transferências e abates	2 627 452	5 172 791	57 418 961	(75 021 846)	(9 802 642)
Ajustamento cambial	(2 819 309)	4 949 595	(7 647 111)	112 165	(5 404 660)
Efeito de economias hiperinflacionárias	2 561 401	25 673 176	83 674 472	227 969	112 137 018
Saldo em 31 de dezembro de 2022	411 970 969	1 088 895 188	5 667 682 096	158 801 634	7 327 349 888
Variação de perímetro	2 904 977	25 721 751	85 769 352	6 373 911	120 769 991
Aquisições	-	431 490	13 416 824	227 923 235	241 771 549
Aquisições através de concentrações de atividades empresariais	2 119 100	16 487 700	24 671 800	-	43 278 600
Alienações	(153 904)	(545 990)	(4 350 607)	-	(5 050 501)
Regularizações, transferências e abates	(6 724 275)	7 303 481	205 992 414	(187 104 753)	19 466 867
Ajustamento cambial	(9 628 520)	(15 925 805)	(72 687 093)	(1 014 862)	(99 256 280)
Efeito de economias hiperinflacionárias	4 595 312	5 211 115	(39 969 001)	1 988 422	(28 174 152)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	405 083 658	1 127 578 930	5 880 525 786	206 967 587	7 620 155 962
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo em 1 de janeiro de 2022	(96 778 125)	(717 526 683)	(4 585 854 009)	(3 528 415)	(5 403 687 232)
Variação de perímetro	-	5 656 139	5 683 105	-	11 339 244
Depreciações do exercício	(5 385 708)	(28 323 068)	(187 273 627)	-	(220 982 403)
Perdas por imparidade do exercício	-	43 185	(8 612 297)	-	(8 569 112)
Alienações	701	696 752	56 409 969	-	57 107 422
Regularizações, transferências e abates	5 504	286 587	10 291 688	-	10 583 779
Ajustamento cambial	2 429 700	792 534	18 084 177	-	21 306 411
Efeito de economias hiperinflacionárias	3 860 775	(15 532 841)	(97 846 221)	-	(109 518 287)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(95 867 153)	(753 907 395)	(4 789 117 215)	(3 528 415)	(5 642 420 178)
Variação de perímetro	-	(9 472 266)	(36 753 990)	-	(46 226 256)
Depreciações do exercício	(5 268 905)	(21 070 763)	(169 809 937)	-	(196 149 605)
Perdas por imparidade do exercício	(72 910)	(1 209 964)	(5 786 474)	-	(7 069 348)
Alienações	-	520 586	4 242 831	-	4 763 417
Regularizações, transferências e abates	6 879 233	7 486 496	(34 767 731)	2 269 569	(18 132 433)
Ajustamento cambial	1 097 529	11 258 046	83 205 778	517 920	96 079 273
Efeito de economias hiperinflacionárias	(1 186 231)	(3 372 863)	53 248 754	-	48 689 660
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(94 418 437)	(769 768 123)	(4 895 537 984)	(740 926)	(5 760 465 470)
Valor líquido em 1 de janeiro de 2022	313 739 034	342 781 783	999 889 571	76 318 871	1 732 729 259
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	316 103 816	334 987 794	878 564 881	155 273 219	1 684 929 711
Valor líquido em 31 de dezembro de 2023	310 665 221	357 810 807	984 987 802	206 226 661	1 859 690 492

Na sequência das concentrações das atividades empresariais mencionadas na Nota 1.2, o Grupo procedeu à revalorização de terrenos, edifícios e instalações e equipamentos fabris, no montante global de Euros 43 278 599.

Em 2023 e 2022, a rubrica Regularizações, transferências e abates refere-se essencialmente à transferência de investimentos em curso para as restantes rubricas de ativos fixos tangíveis firmes, efetivada quando os mesmos ficaram disponíveis para o uso pretendido.

Em 31 de dezembro de 2023, no segmento de Pasta e papel, a rubrica de investimentos em curso inclui investimentos associados a projetos de desenvolvimento em curso, em particular os relativos à nova caldeira de recuperação de Setúbal (Euros 52 250 000), à nova caldeira de gás natural de Setúbal (Euros 4 966 224), ao investimento no tratamento de águas residuais (ETAR em Setúbal) (Euros 4 209 434), à nova torre de branqueamento de Aveiro (Euros 2 250 000), ao investimento na rede de gás natural em Setúbal (Euros 2 090 300), ao *upgrade* da evaporação da Figueira da Foz (Euros 1 515 476).

No segmento do Cimento, as aquisições de investimentos em curso no exercício de 2023 respeitam essencialmente a projetos de melhoria e otimização do processo produtivo, destacando-se os referentes ao CCL, no montante de Euros 6 861 388, ao projeto Revamp (repotencialização do forno para aumento da capacidade produtiva), no montante de Euros 6 623 873 e a substituição das centrais de Frielas e Albergaria, no montante de Euros 22 711 420.

No segmento de Outros negócios, em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de investimentos em curso inclui a construção da nova unidade fabril em Coruche e respetivos equipamentos fabris denominada *Prohy* (tecnologia de hidrólise de subprodutos animais) (Euros 10 269 988), no segmento Outros negócios.

No decurso dos exercícios de 2023 e 2022 não foram capitalizados quaisquer encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existem ativos fixos tangíveis dados como garantia real.



Os compromissos assumidos pelo Grupo para a aquisição de ativos fixos tangíveis são detalhados na Nota 9.2 – Compromissos.

3.4 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis, incluindo os atribuídos como créditos fiscais, são classificados como Rendimentos diferidos (Nota 4.3 – Valores a pagar) e são reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada dos respetivos ativos subsidiados, sendo associado à depreciação do período (Nota 3.6), para efeitos de apresentação.

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO REEMBOLSÁVEIS

Os subsídios obtidos do Governo, sob a forma de atribuição de empréstimos reembolsáveis a taxa bonificada, são descontados na data do reconhecimento inicial com base na taxa de juro de mercado à data da atribuição, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do empréstimo ou do ativo cuja aquisição pretende financiar, consoante as atividades financiadas. Estes passivos são incluídos em Valores a pagar (Nota 4.3).

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO – DETALHE

Valores em Euros	Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Ao abrigo dos contratos AICEP			
Enerpulp, S.A.	Financeira	179 890	254 071
Navigator Pulp Aveiro, S.A.	Financeira/Fiscal	3 920 318	5 315 822
Navigator Pulp Setúbal, S.A.	Financeira	19 692	52 676
Navigator Pulp Figueira, S.A.	Financeira/Fiscal	7 470 505	8 184 597
Navigator Parques Industriais, S.A.	Financeira	1 750 927	1 810 283
Navigator Tissue Aveiro, S.A.	Financeira/Fiscal	10 242 798	10 964 744
Navigator Brands, S.A.	Financeira	-	-
Triangle's – Cycling Equipments, S.A.	Financeira	5 174 076	-
Ao abrigo do PRR			
Navigator Forest Portugal, S.A.	Financeira	36 510	36 510
Viveiros Aliança, SA	Financeira	20 800	20 800
Navigator Pulp Aveiro, S.A.	Financeira	18 692 916	38 336
Navigator Paper Setúbal, S.A.	Financeira	10 980 533	-
Navigator Pulp Setúbal, S.A.	Financeira	21 480 000	-
Navigator Paper Figueira, S.A.	Financeira	4 621 122	-
Navigator Pulp Figueira, S.A.	Financeira	16 408 219	520 678
Navigator Tissue Aveiro, S.A.	Financeira	12 016 780	-
Raiz	Financeira	2 157 854	122 560
SEBOL – Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	Financeira	1 127 663	-
ITS – Indústria Transf. de Subprod. Animais, S.A.	Financeira	92 397	-
Triangle's – Cycling Equipments, S.A.	Financeira	11 830 001	-
Outros			
Raiz	Financeira	1 154 590	2 007 338
Viveiros Aliança, SA	Financeira	11 610	98
Navigator Pulp Setúbal, S.A.	Financeira	4 488 046	4 488 046
Navigator Tissue Ejea, SLU	Financeira	248 477	-
Secil Clean Cement Line	Financeira	10 091 069	9 403 349
Saldo final		144 216 793	43 219 908

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO – MOVIMENTOS

Valores em Euros	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial		43 219 908	39 157 109
Varição de perímetro		4 600 031	-
Atribuição		96 863 625	7 167 892
Utilização		(3 715 363)	(3 398 204)
Outros		3 248 592	293 111
Saldo final		144 216 793	43 219 908
<i>De natureza financeira</i>		<i>127 982 745</i>	<i>25 319 459</i>
<i>De natureza fiscal</i>		<i>16 234 048</i>	<i>17 900 449</i>

As atribuições no exercício respeitam aos valores atribuídos no âmbito das agendas mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O Grupo espera reconhecer os subsídios em resultados conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	3 278 135
2024	5 942 548	3 237 288
2025	7 427 480	2 619 995
2026	3 842 322	2 522 759
2027	6 799 436	1 919 810
2028	3 903 553	1 917 393
Posteriores a 2028	116 301 454	27 724 528
	144 216 793	43 219 908

INCENTIVO AO AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE PASTA NA FIGUEIRA DA FOZ

Em 27 de dezembro de 2018, foi celebrado um contrato fiscal de investimento entre a subsidiária Navigator Pulp Figueira, S.A. e a AICEP, relativo ao investimento associado ao aumento da capacidade de produção de pasta na Figueira da Foz, o qual compreende um incentivo fiscal até ao montante máximo de Euros 17 278 657, correspondente a 19,5% do investimento realizado, mediante o cumprimento, até 31 de dezembro de 2025, de objetivos definidos contratualmente. Este subsídio está a ser reconhecido em 20 anos, na proporção da depreciação dos ativos, pese embora esteja já utilizado totalmente desde 2018.

INCENTIVOS AO PROJETO DE EXPANSÃO DA FÁBRICA DE PASTA DE CACIA

Em 18 de junho de 2014, a subsidiária Navigator Pulp Aveiro, S.A. assinou com a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, dois contratos de incentivos de natureza financeira e fiscal, tendentes ao apoio ao investimento a promover por aquela empresa no projeto de expansão de capacidade da fábrica de pasta de Aveiro, sendo o montante total de investimento realizado de Euros 49,3 milhões.

Os incentivos aprovados são de Euros 9,3 milhões de incentivo financeiro reembolsável e de Euros 5,6 milhões de incentivo fiscal, a utilizar até 2024, no limite, estando, todavia, totalmente utilizados desde o final de 2016, muito embora vá ser reconhecido em resultados até 2034. O contrato inclui um prémio de realização já reconhecido em balanço, que corresponde à conversão do incentivo reembolsável atribuído, em incentivo não reembolsável, até ao limite de 75% (Euros 6 947 450), mediante o cumprimento dos objetivos definidos contratualmente até 31 de dezembro de 2023.

INCENTIVO AO PROJETO DE CONVERSÃO DO FORNO DA CAL DE SETÚBAL

No âmbito do Roteiro para a Neutralidade Carbónica, o Grupo assinou um contrato de investimento de natureza financeira com a União Europeia, tendente ao apoio ao investimento a realizar pela Navigator Pulp Setúbal na conversão do forno da cal da fábrica de pasta de Setúbal, sendo o montante total de investimento previsto de Euros 7 500 000. O incentivo máximo aprovado ascende a Euros 4 488 046 e será pago através de uma tranche única não reembolsável, no máximo até ao final do terceiro ano de operação do equipamento.

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

O Grupo Navigator está envolvido em quatro Agendas para a Inovação Empresarial do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), através do investimento de Euros 91,8 milhões. O Grupo, através da Navigator Paper Setúbal, S.A., lidera a Agenda “From Fossil to Forest” (FF2F), a qual tem por grande propósito o desenvolvimento de uma gama de soluções para embalagem – centradas na marca gKRAFT lançada em 2021 – e a produção de celulose microfibrilada para o desenvolvimento de propriedades mecânicas e de barreiras funcionais (a gorduras e a líquidos, entre outros) nestes papéis. No total, o Grupo beneficiará de cerca de Euros 25,9 milhões de apoio desta componente do PRR (C5 – Capitalização e Inovação Empresarial).

Durante 2022, as empresas do Grupo Navigator Paper Setubal, S.A., Navigator Pulp Setúbal, S.A., Navigator Paper Figueira, S.A., Navigator Pulp Figueira, S.A., Navigator Pulp Aveiro, S.A. e Navigator Tissue Aveiro, S.A., apresentaram a sua candidatura ao «Apoio à Descarbonização da Indústria» do PRR. Este apoio enquadra-se num conjunto de medidas da Componente 11 (C11) do PRR, que visam contribuir para o objetivo da neutralidade carbónica, promovendo a transição energética por via da eficiência energética, do apoio às energias renováveis, com enfoque na adoção de processos e tecnologias de baixo carbono na indústria, na adoção de medidas de eficiência energética na indústria e na incorporação de energia de fonte renovável e armazenamento de energia. Mais recentemente, o mesmo foi estendido a uma segunda fase de candidatura, no âmbito da qual a Navigator Tissue Rodão S.A. apresentou, à semelhança das restantes empresas, um conjunto de iniciativas relacionadas com a sua neutralidade carbónica. Com efeito, o Grupo espera, no futuro, investir no âmbito destas iniciativas Euros 173,1 milhões, valor que espera ver financiado em Euros 75,8 milhões.

Ainda em 2022, as empresas do Grupo Navigator apresentaram a sua candidatura aos incentivos do PRR relativos à «Rede Nacional de *Test Bed*», esta última visando a criação de uma rede nacional para a prestação de serviços às empresas, para o desenvolvimento e teste de novos produtos e serviços. A candidatura, envolvendo um investimento de Euros 2,2 milhões e foi aprovada no final do ano, tendo o IAPMEI decidido atribuir Euros 1,4 milhões à Navigator Pulp Figueira. S.A.

Adicionalmente destacamos a participação do RAIZ na Componente 12 do PRR, relativa à Bioeconomia, onde tem perspetivado realizar um investimento de Euros 1,7 milhões e atribuição de Euros 1,4 milhões de incentivo para acelerar, em parceria com o CITEVE e outros 52 promotores, a criação de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos, em alternativa às matérias de base fóssil, mas sem deixar de garantir e até elevando padrões de qualidade com forte potencial em diferentes segmentos de mercado.

INCENTIVO AO PROJETO CLEAN CEMENT LINE

No âmbito do programa de apoio e financiamento Europeu PT 2020, a Secil assinou um contrato de investimento de natureza financeira com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (“AICEP”), tendente ao apoio ao investimento a realizar pela Secil, S.A. designado “*Clean Cement Line*” cujo objetivo consiste no desenvolvimento e demonstração de uma nova tecnologia de produção de cimento, a ser implementada na fábrica do Outão, que permitirá a produção de um clínquer de baixo carbono e, conseqüentemente a criação de uma gama de cimentos de baixa pegada ecológica.

O montante total do investimento previsto é de Euros 86 339 792, com um incentivo máximo de Euros 14 924 773, do qual cerca de Euros 11 443 580 é não reembolsável. Até ao período findo a 31 de dezembro de 2023 já foi recebido um montante de Euros 10 091 069.

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO REEMBOLSÁVEIS

Em 13 de dezembro de 2017, a subsidiária Navigator Tissue Aveiro, S.A. celebrou um contrato de investimento com a AICEP, para a construção da nova fábrica de *tissue* em Aveiro. Este contrato compreende um incentivo financeiro sob a forma de um incentivo reembolsável, o qual inclui um período de carência de dois anos, sem o pagamento de juros, até ao valor máximo de Euros 42 166 636, correspondente a 35% sobre o montante das despesas consideradas elegíveis, as quais se estimaram em Euros 120,5 milhões. A 31 de dezembro de 2023 o saldo a receber relativo ao total do subsídio reembolsável concedido ascende a Euros 2 082 493.

Foi ainda assinado com a mesma entidade, em 20 de abril de 2018, a atribuição de um incentivo fiscal concedido mediante o cumprimento de objetivos definidos contratualmente até 31 de dezembro de 2028, cujo montante máximo previsto será de Euros 11 515 870, correspondente a 10% das despesas associadas ao projeto de investimento. Este montante está totalmente utilizado deste 2019 e será reconhecido em resultados em 24 anos, até 2043.

Não existem condições não satisfeitas ou outras contingências ligadas ao apoio governamental que tenham sido reconhecidas, estando a Navigator a cumprir com as condições de acordo com o planeado.

3.5 ATIVOS SOB DIREITO DE USO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na data da entrada em vigor da locação, o Grupo reconhece um ativo sob direito de uso pelo valor do seu custo o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de: i) quaisquer pagamentos antecipados; ii) incentivos à locação recebidos; e iii) custos diretos iniciais incorridos. Ao ativo sob direito de uso, poderá crescer a estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa, quando exigido pelo contrato de locação.

O ativo sob direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de entrada em vigor até ao menor entre o final da vida útil do ativo e o termo da locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação.

A vida útil considerada para cada classe de ativos sob direito de uso é igual à vida útil dos ativos fixos tangíveis (Nota 3.3) na mesma classe quando existe opção de compra e o Grupo espera exercê-la.

LOCAÇÕES DE CURTA DURAÇÃO E LOCAÇÕES DE ATIVOS DE VALOR REDUZIDO

O Grupo reconhece os pagamentos de locações por períodos iguais ou inferiores a 12 meses e de locações de ativos cujo valor de aquisição individual seja inferior a Euros 5 000 diretamente como gastos operacionais do período (Nota 2.3), numa base linear.

MOVIMENTOS EM ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Valores de Euros	Propriedade industrial e outros direitos	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Total
Valor bruto					
Saldo em 1 de janeiro de 2022	1 194 173	69 042 187	10 607 148	53 835 526	134 679 034
Variação de perímetro	-	(984 268)	-	-	(984 268)
Aquisições	2 822	9 443 325	636 395	13 373 491	23 456 033
Alienações	-	-	-	(25 000)	(25 000)
Regularizações, transferências e abates	(1 857)	(155 823)	(685 240)	(3 585 565)	(4 428 485)
Ajustamento cambial	-	14 168	34 834	201 653	250 655
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1 195 138	77 359 589	10 593 137	63 800 105	152 947 969
Aquisições	11 820	12 025 249	998 008	11 724 172	24 759 249
Regularizações, transferências e abates	-	(205 567)	(628 116)	(8 180 483)	(9 014 166)
Ajustamento cambial	-	(5 472)	(59 930)	71 951	6 549
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1 206 958	89 173 799	10 903 099	67 415 745	168 699 601
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo em 1 de janeiro de 2022	(374 109)	(11 648 622)	(4 445 576)	(20 812 363)	(37 280 670)
Variação de perímetro	-	207 517	-	-	207 517
Amortizações do exercício	(69 434)	(5 066 941)	(1 576 152)	(13 005 137)	(19 717 664)
Alienações	-	-	-	23 750	23 750
Regularizações, transferências e abates	1 857	72 729	429 518	4 647 891	5 151 995
Ajustamento cambial	-	643	11 684	(156 548)	(144 221)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(441 686)	(16 434 674)	(5 580 526)	(29 302 407)	(51 759 293)
Amortizações do exercício	(70 393)	(5 440 469)	(1 669 478)	(13 850 707)	(21 031 047)
Regularizações, transferências e abates	-	121 615	623 294	6 787 763	7 532 672
Ajustamento cambial	-	7 727	65 784	(20 908)	52 603
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(512 079)	(21 745 801)	(6 560 926)	(36 386 259)	(65 205 065)
Valor líquido em 1 de janeiro de 2022	820 064	57 393 565	6 161 572	33 023 163	97 398 364
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	753 452	60 924 915	5 012 611	34 497 698	101 188 676
Valor líquido em 31 de dezembro de 2023	694 879	67 427 998	4 342 173	31 029 486	103 494 536

A rubrica Terrenos respeita, essencialmente, a direitos de utilização de terrenos:

- para exploração florestal existentes na subsidiária Navigator no montante de cerca Euros 53,2 milhões, cujos contratos têm habitualmente uma duração de 24 anos, podendo ser cancelados antecipadamente caso o 2.º corte florestal ocorra antes do 24.º ano do prazo; e
- associados a contratos de concessão portuários de longo prazo da subsidiária Secil no montante cerca de Euros 11,7 milhões.

A rubrica Equipamentos e Outros tangíveis respeita, essencialmente, a equipamento de transporte, nos quais se destacam as autobetonieras, empilhadores e bombas na subsidiária Secil, os empilhadores na subsidiárias Navigator e as viaturas que integram a frota automóvel em uso nas diversas empresas do Grupo e cujo total de aquisições (novos contratos e renovações) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ascendeu a Euros 11 724 172.

3.6 DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

Nos exercícios de 2023 e 2022, os montantes registados em Depreciações, Amortizações e Perdas por imparidade detalham-se como segue:

Valores em Euros	Nota	2023	2022
Depreciações de ativos fixos tangíveis do exercício	3.3	196 650 669	221 565 942
Utilização de subsídios ao investimento	3.4	(4 216 425)	(3 981 743)
Depreciações de ativos fixos tangíveis, líquidos de subsídios utilizados		192 434 244	217 584 199
Imparidades em ativos fixos tangíveis – reversões		(200 076)	(43 185)
Imparidades em ativos fixos tangíveis – perdas		7 269 424	8 612 297
Imparidades em ativos fixos tangíveis do exercício	3.3	7 069 348	8 569 112
Amortizações em ativos intangíveis do exercício	3.2	5 082 758	20 579
Imparidades em ativos intangíveis	3.2	-	4 807 158
Imparidades em ativos intangíveis do exercício		-	4 807 158
Amortizações de ativos de direito de uso do exercício	3.5	21 031 047	19 717 664
Imparidades em ativos detidos para venda	3.8	-	(1 036 324)
Depreciações de propriedades de investimento	3.9	766	766
Perdas por imparidade em propriedades de investimento	3.9	1 646	1 646
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços incluído nas depreciações (Brasil)		(1 294 045)	(1 266 239)
		224 325 764	248 398 561

No decurso do exercício de 2022, a Navigator solicitou a avaliação externa dos seus ativos a uma entidade independente que estimou o justo valor dos mesmos considerando o valor de reposição a novo, bem como a vida útil estimada dos ativos, considerando as atuais condições e a obsolescência funcional. O estudo efetuado considerou informação técnica dos ativos afetos aos centros produtores, onde se inclui a durabilidade técnica, física e tecnológica dos equipamentos.

Tendo por base o resultado dos estudos efetuados, bem como as perspetivas internas de investimento do Grupo para o período 2023-2027 que considera os compromissos assumidos no âmbito do Plano de descarbonização e dos projetos de investimento ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e considerando que, nos termos da IAS 8, as alterações de estimativa da vida útil são ajustadas prospetivamente, a Navigator procedeu à revisão da vida útil dos seus ativos com referência a 1 de janeiro de 2022, a qual determinou um aumento de Euros 36,8 milhões nas depreciações do exercício, em resultado de uma redução média de, aproximadamente, 7 anos de vida útil.

No exercício de 2023, a perda por imparidade em ativos fixos tangíveis, no valor de Euros 7 269 424, respeita essencialmente ao reconhecimento de imparidades em equipamentos industriais nas geografias do Brasil e Portugal, nos montantes de Euros 2 958 330 e Euros 4 311 094, respetivamente, resultantes da avaliação de recuperação do valor contabilístico dos respetivos ativos. Conforme referido na Nota 3.2, no exercício de 2022, procedeu-se ao registo de uma imparidade pelo valor global da marca Secil Tunísia, no montante de Euros 4 794 836. Adicionalmente, fruto do contexto adverso, político, social e financeiro, em que a Tunísia se encontrava, foi igualmente efetuada uma análise à recuperação dos valores líquidos contabilísticos dos ativos fixos tangíveis desta geografia da qual resultou uma imparidade de Euros 7 877 407.

3.7 ATIVOS BIOLÓGICOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os ativos biológicos do Grupo correspondem principalmente às florestas detidas para produção de madeira suscetível de incorporação no processo de fabrico de pasta BEKP ou para venda no mercado, maioritariamente o eucalipto, incluindo ainda outras espécies, como o pinho e o sobreiro.

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos gastos estimados de venda no momento do corte.

Justo Valor (nível 3 da hierarquia do justo valor da IFRS 13)	<p>Na determinação do justo valor das florestas foi utilizado o método do valor presente dos fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, alvo de validação periódica por avaliadores externos e independentes.</p> <p>No modelo desenvolvido são considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, o ciclo de desenvolvimento das diferentes espécies, a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira (quando existe mercado ativo) deduzido do custo de corte, das rendas dos terrenos próprios, arrendados e concessionados, recheia e transporte, os custos de plantação e manutenção, do custo inerente ao arrendamento dos terrenos florestais; e a taxa de desconto.</p> <p>A taxa de desconto corresponde à taxa de juro de mercado, sem inflação, de forma consistente com a estrutura de projeções, determinada tendo em consideração a rentabilidade que o Grupo espera obter dos ativos florestais, os quais se destinam a serem alienados intragrupo.</p>
Áreas concessionadas	Os custos incorridos com a preparação de terrenos para uma primeira floresta são registados como um ativo fixo tangível, depreciado de acordo com a sua vida útil esperada, que coincide com o período de concessão.
Alteração de estimativas	As alterações de estimativas de crescimento, período de corte, preço, custo e outras premissas são reconhecidas enquanto variações de justo valor de ativos biológicos na demonstração dos resultados.
Corte	No momento do corte, a madeira é valorizada pelo seu justo valor deduzido dos gastos estimados desde o local de abate até ao ponto de venda ou consumo, o qual constitui o custo inicial do inventário.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

PRESSUPOSTOS

Foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente:

- Produtividade das florestas;
- Preço de venda da madeira (quando existe mercado ativo) deduzido do custo de corte, das rendas dos terrenos próprios, arrendados e concessionados, recheia e transporte, os custos de plantação e manutenção, do custo inerente ao arrendamento dos terrenos florestais; o valor de tendência para 2023 agravou-se 4,7% face a 2022.
- Taxa de desconto, 2023: 5,19% (2022: 5,17 %) para Portugal e Espanha e 13,55% na determinação do justo valor de Moçambique (2022:11,89%). Note-se que o Grupo incorpora o risco de incêndio nos *cash flows* do modelo. Caso este risco fosse incorporado na taxa de desconto, a mesma seria de 7,33% e 14,1%, respetivamente.

O valor dos ativos biológicos, apurado em função da expectativa de extração das produções das diversas espécies, corresponde às seguintes expectativas de produção futura:

	31/12/2023	31/12/2022
Eucalipto (Portugal) – Potencial Futuro de extrações de madeira k m ³ ssc	10 447	10 371
Eucalipto (Espanha) – Potencial Futuro de extrações de madeira k m ³ ssc	252	207
Eucalipto (Moçambique) – Potencial Futuro de extrações de madeira k m ³ ssc (1)	3 570	4 451
Resinosas (Portugal) – Potencial Futuro de extrações de madeira k tonne	290	309
Resinosas (Portugal) – Potencial Futuro de extrações de pinhas k tonne	n/a	n/a
Sobreiro (Portugal) – Potencial Futuro de extrações de cortiça k @	488	563

No que diz respeito ao eucalipto, o ativo biológico com maior expressão nas demonstrações financeiras apresentadas, em 2023 foram extraídos 594 709 m³ssc de madeira das matas detidas e exploradas pelo Grupo (31 de dezembro de 2022: 512 112 m³ssc).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, (i) não existem quantias de ativos biológicos cuja posse seja restrita e/ou penhoradas como garantia de passivos, nem compromissos não reversíveis relativos à aquisição de ativos biológicos, e (ii) não existem subsídios governamentais relacionados com ativos biológicos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

O Grupo considera a taxa de desconto utilizada em Portugal e o preço *forward* da madeira como as variáveis mais significativas. Alterações nos pressupostos podem implicar valorizações/desvalorizações destes ativos:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
1) Agravamento em 0,5% da taxa de desconto em Portugal		
Desvalorização do ativo florestal de Portugal	5 990 023	5 422 029
2) Diminuição de 3% no preço <i>forward</i>		
Desvalorização do ativo florestal de Portugal	10 733 022	10 848 174
3) Agravamento em 0,5% da taxa de desconto em Moçambique		
Desvalorização do ativo florestal de Moçambique	244 194	503 338
2) Diminuição de 3% no preço <i>forward</i>		
Desvalorização do ativo florestal de Moçambique	776 149	761 695

DETALHE DOS ATIVOS BIOLÓGICOS

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Eucalipto (Portugal)	88 244 919	93 301 990
Eucalipto (Espanha)	1 628 022	2 932 530
Pinho (Portugal)	5 898 445	8 149 506
Sobreiro (Portugal)	835 149	819 980
Outras espécies (Portugal)	103 377	73 108
Eucalipto (Moçambique)	18 912 337	17 222 760
	115 622 249	122 499 874

A diminuição do justo valor do Eucalipto e do Pinho decorre, essencialmente, dos efeitos associados ao aumento dos custos de corte, recheia e transporte.

Relativamente à floresta de Moçambique, foi iniciada durante o exercício de 2022 a operação de colheita de madeira das plantações da Portu cel Moçambique em Manica, para exportação a partir do Porto da Beira. Ao longo de 2023, foram colhidos cerca de 75 000 m³ de madeira (cerca de 100 000 m³ em 2022).

O Grupo considera, de acordo com a IAS 41, ativos maduros aqueles que tenham atingido as especificações necessárias para obter o máximo rendimento em função da sua rentabilidade, das necessidades de fornecimento e do custo de oportunidade. Tipicamente a floresta em Portugal atinge a sua maturidade entre os 8 e os 12 anos, sendo que este referencial depende da espécie, das condições do solo, bem como das condições edafoclimáticas. Os dados sobre a floresta, a sua condição e o seu potencial futuro são aferidos pelo menos duas vezes ao longo do seu ciclo de crescimento. A 31 de dezembro de 2023 os ativos maduros representavam cerca de 53% (48% em 31 de dezembro de 2022) da floresta da Navigator em território nacional, estando os mesmos valorizados ao justo valor.

MOVIMENTOS EM ATIVOS BIOLÓGICOS

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	122 499 874	147 324 060
Transferências e regularizações	28 981	-
Variações		
Cortes efetuados	(23 005 571)	(19 268 187)
Crescimento	27 649 292	22 077 444
Novas plantações e replantações (ao custo)	3 871 701	4 241 964
Outras variações de justo valor:		
alteração do preço da madeira	15 908 400	23 872 905
alteração da taxa de custo de capital	(238 400)	(28 053 077)
impacto dos incêndios	(1 386 701)	(31 633)
custos de logística de transporte	(8 928 000)	(2 076 774)
custos fixos de estrutura	(10 505 800)	(9 396 335)
variação nas outras espécies	(2 235 892)	(4 938 867)
outras alterações de expectativa	(8 035 635)	(11 251 626)
Total de variações do período	(6 906 606)	(24 824 186)
Saldo final	115 622 249	122 499 874

3.8 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável principalmente através de uma transação de venda ao invés de ser através do seu uso continuado.

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando i) a venda é muito provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; ii) o Grupo assumiu um compromisso de vender; e iii) é expectável que a venda se concretize num período de 12 meses.

Mensuração e apresentação	A partir do momento em que ativos tangíveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda, são mensurados pelo menor do valor contabilístico ou do justo valor deduzido dos custos de venda, cessando a sua depreciação. Quando o justo valor deduzido dos custos de venda é inferior ao valor contabilístico, a diferença é reconhecida em resultados.
Alienações	Os ganhos ou perdas nas alienações de ativos não correntes, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respetivo valor líquido contabilístico, são reconhecidos em resultados como Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2) ou Gastos e perdas operacionais (Nota 2.3).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos apresentados como não correntes detidos para venda correspondem a equipamentos industriais adquiridos à Massa Insolvente de CNE – Cimentos Nacionais ou Estrangeiros, S.A., no montante de Euros 1 008 000.

3.9 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Grupo classifica como propriedades de investimento nas demonstrações financeiras consolidadas os imóveis detidos com o objetivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas de terceiros.

Mensuração	Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos das transações que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.
	Os custos subsequentes com as propriedades de investimento só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial

MOVIMENTOS EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Valores em Euros	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial		366 436	368 848
Alienações		(233 828)	-
Depreciações do exercício	3.6	(766)	(766)
Perdas por imparidade do exercício	3.6	(1 646)	(1 646)
Regularizações, transferências e abates		374 107	-
		504 303	366 436

Estes ativos são compostos essencialmente por terrenos e imóveis detidos para obtenção de rendas e/ou valorizações do capital não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, nem têm uso futuro determinado.

4 FUNDO DE MANEIO

4.1 INVENTÁRIOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Mercadorias e Matérias-Primas	As mercadorias e as matérias-primas encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.
Produtos Acabados, Intermédios e Produtos e trabalhos em curso	Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo de produção e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em custos operacionais.

4.1.1 INVENTÁRIOS – DETALHE POR NATUREZA

VALORES LÍQUIDOS DE PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Matérias-primas	216 689 480	190 967 739
Mercadorias	10 675 318	16 861 148
	227 364 798	207 828 887
Produtos acabados e intermédios	165 176 434	181 431 055
Produtos e trabalhos em curso	4 491 349	3 496 998
Subprodutos e desperdícios	458 601	730 540
	170 126 384	185 658 593
Total	397 491 182	393 487 480

4.1.2 INVENTÁRIOS – DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS E POR ÁREA GEOGRÁFICA

Valores em Euros	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Pasta e Papel				
Portugal	236 495 060	82,5%	245 248 393	82,1%
Resto da Europa	14 749 174	5,1%	18 581 866	6,2%
América	35 246 128	12,3%	34 898 958	11,7%
	286 490 362	100,0%	298 729 217	100,0%
Cimento				
Portugal	48 100 713	47,2%	47 400 250	51,3%
Resto da Europa	2 875 401	2,8%	2 440 682	2,6%
América	18 586 543	18,2%	14 952 106	16,2%
África	24 333 691	23,9%	25 801 252	27,9%
Ásia	7 986 077	7,8%	1 791 680	1,9%
	101 882 425	100,0%	92 385 970	100,0%
Outros negócios				
Portugal	9 118 395	100,0%	2 372 293	100,0%
	9 118 395	100,0%	2 372 293	100,0%
	397 491 182		393 487 480	

O valor relativo a Portugal, do segmento da Pasta e Papel, inclui Euros 14 968 097 (31 de dezembro de 2022: Euros 4 286 997) relativos a inventários cujas faturas já foram emitidas, mas cujo controlo não foi transferido para os clientes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem inventários cuja posse seja restrita e/ou penhoradas como garantia de passivos.

4.1.3 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS NO PERÍODO

Valores em Euros	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial		208 559 427	161 587 262
Varição de perímetro		3 373 321	-
Compras		1 126 932 500	1 251 494 914
Saldo Final		(227 364 798)	(208 559 427)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2.3	1 111 500 450	1 204 522 749

4.1.4 VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO NO PERÍODO

Valores em Euros	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial		(184 928 053)	(97 797 698)
Regularizações		(1 408 471)	3 662 346
Saldo Final		170 126 384	184 928 053
Varição da produção	2.3	(16 210 140)	90 792 701

4.1.5 MOVIMENTOS EM PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS

Valores em Euros	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial		(23 289 293)	(11 211 141)
Aumentos		(6 721 101)	(14 065 760)
Reversões		750 339	1 772 627
Impacto em resultados do exercício	2.3	(5 970 762)	(12 293 133)
Varição de perímetro		(105 317)	-
Utilizações		(372 941)	62 052
Ajustamento cambial		286 797	150 570
Economias Hiperinflacionárias		27 122	2 359
Saldo final		(29 424 394)	(23 289 293)

Conforme referido na Nota 2.3, o aumento verificado na rubrica de imparidades em inventários inclui essencialmente o reconhecimento de uma imparidade, no montante de Euros 2 071 836, para o *stock* de papel danificado identificado na plataforma da Navigator North America Inc. Em 2022, esta rubrica registava o reforço da imparidade para os desperdícios de papel UWF e *tissue* no montante de Euros 7 931 309 e, adicionalmente, uma imparidade no montante de Euros 5 309 900 para o excedente de peças de reserva em *stock*, face às perspetivas de investimento futuras e vidas úteis remanescentes dos equipamentos industriais.

A partir de 2020 passou a ser aplicada a IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias às demonstrações financeiras das subsidiárias do Líbano, antes da transposição para a moeda de apresentação do Grupo. A 31 de dezembro de 2023, o valor dos inventários referente às subsidiárias do Líbano nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ascende a Euros 8 609 593 (2022: Euros 1 870 869).

4.2 VALORES A RECEBER



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Classificação	Os saldos a receber de clientes resultam das atividades principais do Grupo e o modelo de negócio seguido é “deter para cobrar”, embora pontualmente o segmento Cimento e Derivados utilize o <i>confirming</i> . Saldos de outros devedores são tipicamente do modelo “deter para cobrar”.
Mensuração inicial	Ao justo valor
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.
Imparidade de clientes	As perdas por imparidade são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9 registando as perdas esperadas até à maturidade. As perdas esperadas são determinadas tendo por base a experiência de perdas reais históricas ao longo de um período estatisticamente relevante e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente.
Imparidade de outros devedores	As perdas por imparidade são registadas com base no modelo geral de perdas de crédito estimadas da IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores a receber correntes e não correntes detalham-se como segue:

Valores em Euros	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Cientes							-
Segmento Pasta e Papel	8.1.4	-	259 060 841	259 060 841	-	341 601 458	341 601 458
Segmento Cimento	8.1.4	-	79 155 309	79 155 309	-	70 135 124	70 135 124
Segmento Outros negócios	8.1.4	-	25 259 105	25 259 105	-	17 095 052	17 095 052
		-	363 475 255	363 475 255	-	428 831 634	428 831 634
Contas a receber – Partes relacionadas	10.4	-	2 357 687	2 357 687	-	649 639	649 639
Estado		-	77 504 449	77 504 449	-	77 264 743	77 264 743
Department of Commerce (EUA)		2 872 289	-	2 872 289	-	-	-
Enviva Pellets Greenwood, LLC (EUA)		-	-	-	-	8 168 426	8 168 426
Incentivos financeiros a receber		49 880 237	53 184 592	103 064 829	13 219 416	13 239 885	26 459 301
Acréscimos de rendimento		-	16 426 830	16 426 830	-	9 687 577	9 687 577
Gastos diferidos		-	17 386 225	17 386 225	-	16 209 297	16 209 297
Instrumentos financeiros derivados	8.2	-	23 314 167	23 314 167	-	54 773 410	54 773 410
Adiantamentos a Fornecedores		-	8 936 213	8 936 213	-	15 397 572	15 397 572
Outros		4 945 683	22 489 090	27 434 773	15 701 049	17 812 749	33 513 798
		57 698 209	585 074 508	642 772 717	28 920 465	642 034 932	670 955 397



Os valores acima são apresentados líquidos de perdas de imparidade acumuladas. A análise de imparidade dos valores a receber é apresentada na Nota 8.1.4 – Risco de crédito.

INCENTIVOS FINANCEIROS A RECEBER

Os incentivos financeiros respeitam essencialmente a valores a receber no âmbito do PRR, no montante de Euros 84 936 446.

DEPARTMENT OF COMMERCE (EUA)

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo corresponde ao valor a receber do Department of Commerce (DoC) na sequência da investigação iniciada em 2015 de alegadas práticas de *dumping* nas exportações de papel UWF para os Estados Unidos da América, por parte da subsidiária Navigator.

Durante 2022, o Department of Commerce confirmou a taxa final a aplicar relativa ao 5.º período de revisão, compreendido entre março de 2020 e fevereiro de 2021, em 5,81%, pelo que o Grupo recebeu em 2023 o montante de Euros 639 517 pela diferença entre os depósitos efetuados e a taxa final a pagar.

Em 2023, foi igualmente confirmada a taxa relativa ao 6.º período de revisão, compreendido entre março de 2021 e fevereiro de 2022, em 7,11%, mantendo-se em aberto os períodos de revisão subsequente (7.º e 8.º). Relativamente a estes três períodos estima-se que a Navigator tenha a pagar ao DoC cerca de Euros 2 121 441 (Nota 4.3).

ENVIVA PELLETS GREENWOOD, LLC (EUA)

O saldo em 31 de dezembro de 2022 reflete o valor atual do montante ainda a receber pela venda do negócio de *pellets* pela Navigator. O Grupo recebeu a última tranche relativa à venda do negócio de *pellets* nos EUA em fevereiro de 2023.

OUTROS VALORES A RECEBER NÃO CORRENTES

O montante evidenciado pela rubrica de Outros valores a receber não correntes inclui, em 2022, um montante de Euros 11 200 000 que respeita a um valor ressegurado no âmbito do programa de seguros do Grupo para fazer face a potenciais sinistros. Este montante deixou de estar cativo no corrente exercício.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Estado detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Retenções de imposto sobre o rendimento (IRS)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar	13 823 487	22 526 996
Imposto sobre o Valor Acrescentado – Reembolsos pedidos	53 851 202	45 395 267
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1 862 050	1 474 947
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	418 413
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	12 943
Crédito de PIS e COFINS sobre ativos fixos	7 025 624	7 407 482
Restantes Impostos	942 086	28 695
	77 504 449	77 264 743

O Programa Paraná Competitivo, concedido pelo Governo do Estado do Paraná à subsidiária Margem – Companhia de Mineração, SA, refere-se a um incentivo fiscal que tem os seguintes benefícios: a) parcelamento do ICMS incremental; b) diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural por um período de 96 meses, com início em agosto de 2015; c) parcelamento, até ao vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial; e d) concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o PIS e COFINS sobre ativos fixos, no montante de Euros 7 025 624 e de Euros 7 407 482, respetivamente, refere-se à estimativa de crédito de PIS e COFINS das subsidiárias Supremo Cimentos, SA e Margem Companhia de Mineração, SA, sobre itens específicos dos ativos fixos, conforme previsto na Lei 10 673/2002 (PIS) e Lei 10 833/2003 (COFINS) o qual está a ser recuperado na mesma cadência da depreciação dos respetivos ativos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de Acréscimos de rendimento e Gastos diferidos detalham-se conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Acréscimos de rendimento		
Vendas de energia	10 798 083	1 871 271
Indemnizações a receber	-	4 062 997
Juros a receber	657 850	-
Outros	4 970 897	3 753 309
	16 426 830	9 687 577
Gastos diferidos		
Seguros	170 894	1 912 478
Rendas e alugueres	12 717 123	10 002 722
Outros	4 498 208	4 294 097
	17 386 225	16 209 297
	33 813 055	25 896 874

4.3 VALORES A PAGAR



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida nos resultados ao longo do período da dívida em “Juros de outros passivos financeiros ao custo amortizado” (Nota 5.11).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores a pagar detalham-se como segue:

Valores em Euros	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores c/c		390 345 679	455 914 395
Fornecedores de imobilizado c/c		23 975 265	10 956 609
Adiantamento de clientes		1 392 239	-
Estado		94 022 947	93 456 795
Instituto do Ambiente		151 893 654	118 333 488
Partes relacionadas	10.4	5 546 128	26 461 118
Outros credores		25 393 982	11 927 142
Instrumentos financeiros derivados	8.2.2	12 922 808	11 759 237
Acréscimos de gastos com o pessoal		60 419 696	71 581 424
Outros acréscimos de gastos		64 414 507	67 073 865
Subsídios não reembolsáveis		99 614 486	92 995 915
Outros rendimentos diferidos		5 176 918	449 701
Valores a pagar – corrente		935 118 309	960 909 689
Subsídios não reembolsáveis		129 553 426	30 545 424
Department of Commerce (EUA)		2 121 441	4 306 974
Outros		39 928 230	2 800 000
Valores a pagar – Não corrente		171 603 097	37 652 398
		1 106 721 406	998 562 087

O aumento do saldo de Fornecedores de imobilizado deve-se ao maior volume de investimentos realizado em 2023, conforme evidenciado na Nota 3.3.

A redução dos Acréscimos de gastos com pessoal resulta do reconhecimento, em 2022, de um valor mais elevado para gratificações aos empregados e do reforço do programa de rejuvenescimento da subsidiária Navigator.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica Outros valores a pagar, não correntes, de Euros 39 928 230, inclui a consideração contingente, no montante de Euros 38 600 077, a qual pode ser paga até 2027, dependente da performance da empresa e verificação de determinadas condições.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Estado detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Retenções de Imposto sobre o Rendimento (IRS)	3 494 576	5 435 737
Imposto sobre o Valor Acrescentado	48 036 447	43 335 782
Contribuições para a Segurança Social	4 996 724	4 558 876
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	1 242 038	1 246 835
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)	793 579	781 096
Programa Paraná Competitivo	33 936 235	36 370 666
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	58 611
Outros	1 523 348	1 669 192
	94 022 947	93 456 795

O montante apresentado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na rubrica “Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)”, no montante de Euros 793 579 e de Euros 781 096, respetivamente, refere-se a um benefício fiscal atribuído à subsidiária Supremo Cimentos S.A., que consiste no diferimento do prazo de pagamento do ICMS devido sobre a receita de vendas. O pagamento será efetuado no dia 10 do 48.º mês subsequente ao do encerramento do período de apuração do ICMS (março de 2010 a fevereiro de 2025). Os montantes apresentados encontram-se descontados ao seu valor presente.

O Programa Paraná Competitivo, concedido pelo Governo do Estado do Paraná à subsidiária Margem – Companhia de Mineração, SA, refere-se a um incentivo fiscal que tem os seguintes benefícios:

parcelamento do ICMS incremental;

diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural por um período de 96 meses, com início em agosto de 2015;

parcelamento, até ao vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial; e

concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado.

SUBSÍDIOS NÃO REEMBOLSÁVEIS – DETALHE

Valores em Euros	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Subsídios ao investimento	3.4	14 663 367	12 674 484
Subsídios – licenças de emissão CO ₂		75 001 176	71 343 238
Outros subsídios		9 949 943	8 978 193
Subsídios não reembolsáveis – corrente		99 614 486	92 995 915
Subsídios ao investimento	3.4	129 553 426	30 545 424
Subsídios não reembolsáveis – não corrente		129 553 426	30 545 424
		229 167 912	123 541 339

5 ESTRUTURA DE CAPITAL

5.1 GESTÃO DE CAPITAL

POLÍTICA DE GESTÃO DE CAPITAL

O Grupo Semapa gere o seu capital numa ótica de continuidade e criação de valor para os acionistas, consubstanciado na política de dividendos conservadora assente em princípios de solidez financeira, por um lado através da manutenção de uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo e respetivas áreas de negócio e, por outro, indicadores sólidos de solvabilidade e autonomia financeira. Nesse sentido o capital considerado para efeitos da gestão de capital corresponde ao Capital Próprio, não sendo considerado nenhum passivo financeiro como parte integrante do mesmo.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o montante de dividendos a pagar aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

5.2 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O capital social da Semapa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo totalmente representado por ações sem valor nominal.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

AÇÕES PRÓPRIAS

Reconhecimento	Ao valor de aquisição, como uma redução do capital próprio
Aquisições por empresa do Grupo	Quando alguma empresa do Grupo adquire ações da empresa-mãe, o pagamento, que inclui os custos incrementais diretamente associados, é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as ações sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.
Alienação de ações próprias	Quando as ações próprias são subseqüentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis e de impostos, é refletido no capital próprio dos detentores do capital da empresa em Outras reservas (Nota 5.5).
Extinção de ações próprias	A extinção de ações próprias é refletida nas demonstrações financeiras consolidadas como uma redução do Capital social e na rubrica Ações próprias, pelo valor equivalente ao valor nominal e de aquisição, respetivamente, sendo o diferencial apurado entre os dois montantes registado em Outras reservas.

DETENTORES DE CAPITAL DA SEMAPA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os detentores do capital da Semapa detalham-se como segue:

Denominação	31/12/2023		31/12/2022	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Ações sem valor nominal				
Cimo – Gestão de Participações, SGPS, S.A.	38 959 431	47,94	38 959 431	47,94
Sodim, SGPS, S.A.	27 508 892	33,85	27 508 892	33,85
Ações próprias	1 400 627	1,72	1 400 627	1,72
Outros acionistas com participações inferiores a 5%	13 401 050	16,49	13 401 050	16,49
	81 270 000	100	81 270 000	100

AÇÕES PRÓPRIAS – MOVIMENTOS

Nos exercícios de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos em ações próprias detalham-se como segue:

Valores em Euros	2023		2022	
	Nº de ações	Valor contabilístico (Euros)	Nº de ações	Valor contabilístico (Euros)
Ações próprias detidas no início do período	1 400 627	15 946 363	1 400 627	15 946 363
Ações próprias no final do período	1 400 627	15 946 363	1 400 627	15 946 363

5.3 RESULTADO POR AÇÃO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O resultado básico por ação é apurado com base na divisão dos lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores de capital social ordinário da Semapa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Semapa ajusta os lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores ordinários de capital próprio, bem como o número médio ponderado de ações em circulação, para efeitos de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

Valores em Euros	2023	2022
Resultado atribuível aos acionistas da Semapa	244 507 409	307 089 834
Número total de ações emitidas	81 270 000	81 270 000
Número médio de ações próprias em carteira	(1 400 627)	(1 400 627)
Número médio ponderado de ações	79 869 373	79 869 373
Resultado básico por ação	3,061	3,845
Resultado diluído por ação	3,061	3,845

5.4 DIVIDENDOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os dividendos por ação apresentados são calculados com base no número de ações em circulação na data de atribuição.

DIVIDENDOS ATRIBUÍDOS NO PERÍODO

Valores em Euros	Data	Montante atribuído	Dividendos por ação
Atribuições em 2023			
Aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa do pagamento de dividendos relativos aos resultados líquidos de 2022 obtidos em base individual de acordo com o normativo IFRS	18 de maio de 2023	75 875 904	0,950
Atribuições em 2022			
Aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Semapa da distribuição de reservas livres	30 de novembro de 2022	99 996 455	1,252
Aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa do pagamento de dividendos relativos aos resultados líquidos de 2021 obtidos em base individual de acordo com o normativo IFRS	27 de maio de 2022	40 893 119	0,512

5.5 RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

RESERVA DE JUSTO VALOR

A Reserva de justo valor corresponde à variação acumulada do justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura (Nota 8.2) e dos investimentos financeiros mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais (Nota 8.3), líquida de impostos diferidos.

As variações relativas aos derivados são reclassificadas para os resultados do período (Nota 5.11) à medida que os instrumentos cobertos afetam os resultados do período. A variação de justo valor de investimentos financeiros registada nesta rubrica não é reciclada para resultados.

RESERVA DE CONVERSÃO CAMBIAL

A Reserva de conversão cambial corresponde ao montante acumulado relativo à apropriação pelo Grupo das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas que operam fora da zona Euro, essencialmente no Brasil, Tunísia, Líbano, Angola, Moçambique, Estados Unidos da América, Suíça e Reino Unido.

RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A reserva legal encontra-se constituída pelo seu limite máximo nos períodos apresentados.

OUTRAS RESERVAS

Esta rubrica corresponde a reservas constituídas através da transferência de resultados de períodos anteriores e outros movimentos. Não é distribuível a parte do saldo correspondente ao valor de aquisição das ações próprias detidas (Nota 5.2).

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Reserva de conversão cambial	(198 301 800)	(202 244 411)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	9 114 768	29 889 067
Reserva de justo valor	9 114 768	29 889 067
Reserva legal	16 695 625	16 695 625
Outras reservas	1 334 549 502	1 105 635 572
Resultados transitados	(463 433)	990 821
Reservas e resultados transitados	1 161 594 662	950 966 674

RESERVA DE CONVERSÃO CAMBIAL

O impacto da variação cambial por divisa (ver Nota 8.1.1 – Risco cambial) é como segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(202 244 411)	(234 772 441)
Real brasileiro	5 836 450	15 701 839
Dinar tunisino	(628 224)	(601 981)
Libra libanesa	(3 789 496)	(3 219 620)
Dólar americano	(7 314 701)	1 670 441
Metical moçambicano	12 118 812	20 216 302
Outras divisas	(2 280 230)	(1 238 951)
Saldo final	(198 301 800)	(202 244 411)

5.6 INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

DETALHE DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM, POR SUBSIDIÁRIA

Valores em Euros	%	Capitais próprios		Resultado líquido	
		detida	31/12/2023	31/12/2022	2023
Pasta e Papel					
The Navigator Company, S.A.	30,56%	319 133 516	305 690 923	79 233 810	114 552 654
Raiz – Instituto de Investigação da Floresta e Papel	3,00%	327 018	297 977	25 322	1 861
Cimento					
Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	0,00%	8 804	8 167	877	254
Société des Ciments de Gabès	1,28%	409 218	478 267	(1 232)	(122 470)
IRP – Indústria de Rebocos de Portugal, S.A.	25,00%	470 335	458 162	291 672	275 900
Secil – Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	-	-	(4 291 198)	-	386 984
Ciments de Sibline, S.A.L.	48,95%	13 875 978	6 645 567	12 007 868	(273 900)
Madebritas – Sociedade de Britas da Madeira, Lda.	49,00%	-	56 716	-	(921)
Outros		538 254	504 654	(456)	(796)
Outros negócios					
ETSA – Investimentos, SGPS, S.A.	0,01%	10 173	10 918	1 043	1 350
Tribérica, S.A.	30,00%	258 417	385 660	(127 244)	151 644
		335 031 713	310 245 813	91 431 660	114 972 560

Em 2014, o Grupo Navigator assinou com o IFC – Internacional Finance Corporation acordos tendentes à entrada desta instituição no capital da subsidiária Portucel Moçambique, S.A., assegurando assim a fase de construção do projeto florestal do Grupo em Moçambique, tendo em 2015 esta empresa operado um aumento de capital de 1 000 milhões de meticais, para 1 680,798 milhões de meticais, no qual o IFC subscreveu, 332 798 milhões de meticais, correspondentes a 19,98% do capital à data.

Em fevereiro de 2019, ocorreu a redução do capital subscrito, realizado e escriturado do acionista The Navigator Company, S.A. para 456 596 000 meticais, a que correspondem 90,02% do capital social da Empresa, tendo a participação do IFC sido revista para 50 620 000 meticais, a que correspondem 9,98% do capital social da Portucel Moçambique.

Em 19 e dezembro de 2023, foi efetuada uma adenda aos acordos inicialmente celebrados com o IFC – Internacional Finance Corporation estendendo-se a data de entrada desta instituição no capital da subsidiária Portucel Moçambique, S.A. de 31 de dezembro de 2023 para 31 de dezembro de 2028.

À data de relato, não existem direitos de proteção dos interesses que não controlam que restrinjam significativamente a capacidade da entidade para aceder ou usar ativos e liquidar passivos do Grupo.

MOVIMENTOS DOS INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM, POR SEGMENTO OPERACIONAL

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento e Derivados	Outros negócios	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	244 864 339	7 907 836	341 699	253 113 874
Dividendos	(75 070 504)	(341 416)	(112)	(75 412 032)
Reserva de conversão cambial	8 915 714	(3 740 886)	-	5 174 828
Instrumentos financeiros	11 892 312	84	-	11 892 396
Ganhos e perdas atuariais	902 078	2 938	-	905 016
Economias Hiperinflacionárias (Líbano)	-	(198 221)	-	(198 221)
Outros movimentos nos CP's	(69 556)	(35 053)	(97 998)	(202 607)
Resultado líquido do exercício	114 554 515	265 051	152 994	114 972 560
Saldo em 31 de dezembro de 2022	305 988 900	3 860 335	396 579	310 245 813
Varição de perímetro	-	4 137 119	-	4 137 119
Dividendos	(60 054 694)	(306 203)	(1 789)	(60 362 686)
Reserva de conversão cambial	(10 415)	(3 588 781)	-	(3 599 196)
Instrumentos financeiros	(6 335 974)	(36)	-	(6 336 010)
Ganhos e perdas atuariais	609 867	75	-	609 942
Economias Hiperinflacionárias (Líbano)	-	(1 098 648)	-	(1 098 648)
Outros movimentos nos CP's	3 718	-	1	3 719
Resultado líquido do exercício	79 259 132	12 298 729	(126 201)	91 431 660
Saldo em 31 de dezembro de 2023	319 460 534	15 302 590	268 590	335 031 713



As políticas contabilísticas aplicáveis a interesses que não controlam, assim como a informação sobre as subsidiárias do Grupo com interesses que não controlam significativos, são divulgadas na Nota 10.1 – Empresas incluídas na consolidação.

5.7 FINANCIAMENTOS OBTIDOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Financiamentos	Os financiamentos obtidos incluem as Obrigações, o Papel Comercial, os empréstimos bancários e outros financiamentos.
Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período da dívida em “Juros suportados com outros empréstimos obtidos” na Nota 5.11 – Rendimentos e gastos financeiros.
Justo valor	O valor contabilístico dos financiamentos obtidos de curto prazo ou contratados com taxas de juro variáveis aproxima-se do seu justo valor. O justo valor dos financiamentos obtidos que são remunerados a taxa fixa é divulgado na Nota 8.4 – Ativos e passivos financeiros.
Apresentação	No passivo corrente, exceto se o Grupo detiver um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data de relato.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

DIVULGAÇÃO POR SEGMENTO OPERACIONAL

Na medida em que a gestão de tesouraria é efetuada autonomamente por cada segmento de negócio, conforme divulgado na Nota 8.1 – Gestão do risco financeiro, a informação sobre os financiamentos obtidos que é divulgada nesta Nota segue essa estrutura.

PAPEL COMERCIAL

O Grupo tem diversos programas de emissão de papel comercial negociados, de acordo com os quais é frequente a realização de emissões com maturidade contratual inferior a um ano, mas com natureza *revolving*. Nos casos em que o Grupo tem o direito de realizar o *roll over* destes financiamentos, apresenta os mesmos como passivos não correntes.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Valores em Euros	31/12/2023			31/12/2022		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Empréstimos por obrigações	759 500 000	36 500 000	796 000 000	666 000 000	182 214 286	848 214 286
Papel Comercial	144 750 000	37 750 000	182 500 000	181 500 000	46 750 000	228 250 000
Empréstimos bancários	177 777 985	104 181 489	281 959 474	179 005 652	99 525 565	278 531 217
Encargos com emissão de empréstimos	(5 344 927)	1 943 344	(3 401 583)	(5 357 671)	281 768	(5 075 903)
Títulos de dívida e dívida bancária	1 076 683 058	180 374 833	1 257 057 891	1 021 147 981	328 771 619	1 349 919 600
Outras dívidas remuneradas	24 751 622	11 342 655	36 094 277	30 433 409	7 219 439	37 652 848
Outros financiamentos obtidos	24 751 622	11 342 655	36 094 277	30 433 409	7 219 439	37 652 848
Total financiamentos obtidos	1 101 434 680	191 717 488	1 293 152 168	1 051 581 390	335 991 058	1 387 572 448

A rubrica “Outras dívidas remuneradas” inclui essencialmente incentivos reembolsáveis da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, no âmbito de diversos projetos de investigação e desenvolvimento da subsidiária Navigator, onde se inclui o incentivo no âmbito do contrato de investimento celebrado com a subsidiária do Grupo Navigator Tissue Aveiro, S.A., para a construção da nova fábrica de *tissue* em Aveiro. Este contrato compreende um incentivo financeiro sob a forma de um incentivo reembolsável, até ao valor máximo de Euros 42 166 636, sem o pagamento de juros, com um período de carência de dois anos, tendo a última amortização em 2027.

EMPRÉSTIMOS | TAXA FIXA E TAXA VARIÁVEL

Valores em Euros	31/12/2023			31/12/2022		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
TAXA FIXA						
Pasta e Papel						
Empréstimos Obrigacionistas	50 000 000	-	50 000 000	50 000 000	-	50 000 000
Papel Comercial	70 000 000	35 000 000	105 000 000	105 000 000	35 000 000	140 000 000
Empréstimos bancários	60 972 222	10 456 350	71 428 572	71 428 571	8 492 064	79 920 635
Cimento						
Empréstimos Obrigacionistas	140 000 000	-	140 000 000	110 000 000	45 714 286	155 714 286
Papel Comercial	-	1 000 000	1 000 000	-	-	-
Empréstimos bancários	153 677	1 863 927	2 017 604	-	-	-
Outros negócios						
Empréstimos bancários	2 825 048	1 367 916	4 192 964	-	-	-
Holdings						
Empréstimos Obrigacionistas	-	-	-	-	100 000 000	100 000 000
Papel Comercial	-	-	-	-	10 000 000	10 000 000
Empréstimos bancários	-	-	-	-	16 000 000	16 000 000
Total de Financiamentos taxa fixa	323 950 947	49 688 193	373 639 140	336 428 571	215 206 350	551 634 921
TAXA VARIÁVEL						
Pasta e Papel						
Empréstimos Obrigacionistas	347 500 000	22 500 000	370 000 000	370 000 000	22 500 000	392 500 000
Empréstimos bancários	11 000 000	24 083 333	35 083 333	20 083 334	9 083 333	29 166 667
Cimento						
Papel Comercial	70 000 000	-	70 000 000	70 000 000	-	70 000 000
Empréstimos bancários	68 941 690	64 184 563	133 126 253	87 493 747	63 316 652	150 810 399
Outros negócios						
Empréstimos bancários	3 885 348	2 225 400	6 110 748	-	133 516	133 516
Holdings						
Empréstimos Obrigacionistas	222 000 000	14 000 000	236 000 000	136 000 000	14 000 000	150 000 000
Papel Comercial	4 750 000	1 750 000	6 500 000	6 500 000	1 750 000	8 250 000
Empréstimos bancários	30 000 000	-	30 000 000	-	2 500 000	2 500 000
Total de Financiamentos taxa variável	758 077 038	128 743 296	886 820 334	690 077 081	113 283 501	803 360 582
Total de Financiamentos bancários	1 082 027 985	178 431 489	1 260 459 474	1 026 505 652	328 489 851	1 354 995 503
% Taxa Fixa	30%	28%	30%	33%	66%	41%
% Taxa Variável	70%	72%	70%	67%	34%	59%

EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES

Valores em Euros	31/12/2023		Total	Maturidade	Indexante
	Não Corrente	Corrente			
Segmento – Pasta e Papel					
Navigator 2022-2028 ESG	150 000 000	-	150 000 000	junho 2028	Indexada a Euribor
Navigator 2019-2026	50 000 000	-	50 000 000	janeiro 2026	Fixa
Navigator 2019-2025	10 000 000	20 000 000	30 000 000	março 2025	Indexada a Euribor
Navigator 2021-2026	12 500 000	2 500 000	15 000 000	abril 2026	Indexada a Euribor
Navigator 2020-2026	75 000 000	-	75 000 000	dezembro 2026	Indexada a Euribor
Navigator 2021-2026 ESG	100 000 000	-	100 000 000	agosto 2026	Indexada a Euribor
	397 500 000	22 500 000	420 000 000		
Segmento – Cimento					
Secil 2019-2026	60 000 000	-	60 000 000	dezembro 2026	Fixa
Secil 2020-2027	50 000 000	-	50 000 000	abril 2027	Fixa
Secil 2023-2030	30 000 000	-	30 000 000	agosto 2030	Fixa
	140 000 000	-	140 000 000		
Holdings					
Semapa 2021-2026	50 000 000	-	50 000 000	dezembro 2026	Indexada a Euribor
Semapa 2022-2027	72 000 000	14 000 000	86 000 000	abril 2027	Indexada a Euribor
Semapa 2023-2030	100 000 000	-	100 000 000	junho 2030	Indexada a Euribor
	222 000 000	14 000 000	236 000 000		
	759 500 000	36 500 000	796 000 000		
31/12/2022					
Valores em Euros	Não Corrente	Corrente	Total	Maturidade	Indexante
Segmento – Pasta e Papel					
Navigator 2022-2028 ESG	150 000 000	-	150 000 000	junho 2028	Indexada a Euribor
Navigator 2019-2026	50 000 000	-	50 000 000	janeiro 2026	Fixa
Navigator 2019-2025	30 000 000	20 000 000	50 000 000	março 2025	Indexada a Euribor
Navigator 2021-2026	15 000 000	2 500 000	17 500 000	abril 2026	Indexada a Euribor
Navigator 2020-2026	75 000 000	-	75 000 000	dezembro 2026	Indexada a Euribor
Navigator 2021-2026	100 000 000	-	100 000 000	agosto 2026	Indexada a Euribor
	420 000 000	22 500 000	442 500 000		
Segmento – Cimento					
Secil 2017-2022	-	-	-	outubro 2022	Fixa
Secil 2016-2023	-	25 714 286	25 714 286	fevereiro 2023	Fixa
Secil 2018-2023	-	20 000 000	20 000 000	junho 2023	Fixa
Secil 2019-2026	60 000 000	-	60 000 000	dezembro 2026	Fixa
Secil 2020-2027	50 000 000	-	50 000 000	abril 2027	Fixa
	110 000 000	45 714 286	155 714 286		
Holdings					
Semapa 2016-2023	-	100 000 000	100 000 000	junho 2023	Fixa
Semapa 2021-2026	50 000 000	-	50 000 000	julho 2026	Indexada a Euribor
Semapa 2022-2027	86 000 000	14 000 000	100 000 000	outubro 2027	Indexada a Euribor
	136 000 000	114 000 000	250 000 000		
	666 000 000	182 214 286	848 214 286		

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valores em Euros	31/12/2023			31/12/2022		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Pasta e Papel – taxa fixa	60 972 222	10 456 350	71 428 572	71 428 571	8 492 064	79 920 635
Pasta e Papel – taxa variável	11 000 000	24 083 333	35 083 333	20 083 334	9 083 333	29 166 667
Cimento – taxa fixa	153 677	1 863 927	2 017 604	-	-	-
Cimento – taxa variável	68 941 690	64 184 563	133 126 253	87 493 747	63 316 652	150 810 399
Outros negócios – taxa fixa	2 825 048	1 367 916	4 192 964	-	-	-
Outros negócios – taxa variável	3 885 348	2 225 400	6 110 748	-	133 516	133 516
Holdings – taxa fixa	-	-	-	-	16 000 000	16 000 000
Holdings – taxa variável	30 000 000	-	30 000 000	-	2 500 000	2 500 000
	177 777 985	104 181 489	281 959 474	179 005 652	99 525 565	278 531 217

Em dezembro de 2023, a Navigator celebrou um novo contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Europeu de Investimento (BEI), pelo montante de 115 milhões de Euros e maturidade até 12 anos. O desembolso deste montante ocorrerá de forma faseada, em até 3 tranches, nos 18 meses após a assinatura do contrato. O empréstimo destina-se a apoiar o projeto de construção e operação da caldeira de recuperação de alta eficiência no Complexo Industrial de Setúbal, um passo fundamental no roteiro de descarbonização. Este empréstimo verde faz parte do Plano REPowerEU que visa impulsionar o financiamento da energia verde e apoiar a autonomia e a competitividade da União Europeia.

PAPEL COMERCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos sob a forma de Papel comercial detalham-se como segue:

Montante contratado	31/12/2023		Maturidade	Indexante		
	Não Corrente	Corrente	Total			
Segmento – Pasta e Papel						
	140 000 000	70 000 000	35 000 000	105 000 000	fevereiro 2026	Fixa
	65 000 000	-	-	-	fevereiro 2026	Indexada a Euribor
	75 000 000	-	-	-	janeiro 2026	Indexada a Euribor
	50 000 000	-	-	-	dezembro 2025	Indexada a Euribor
	330 000 000	70 000 000	35 000 000	105 000 000		
Segmento – Cimento						
	20 000 000	20 000 000	-	20 000 000	novembro 2027	Indexada a Euribor
	50 000 000	-	-	-	abril 2026	Indexada a Euribor
	50 000 000	50 000 000	-	50 000 000	junho 2027	Indexada a Euribor
	75 000 000	-	-	-	outubro 2026	Indexada a Euribor
	1 000 000	-	1 000 000	1 000 000	janeiro 2024	Fixa
	196 000 000	70 000 000	1 000 000	71 000 000		
Holdings						
	40 000 000	-	-	-	maio 2024	Indexada a Euribor
	80 000 000	-	-	-	julho 2026	Indexada a Euribor
	40 000 000	-	-	-	agosto 2026	Indexada a Euribor
	6 500 000	4 750 000	1 750 000	6 500 000	outubro 2026	Indexada a Euribor
	90 000 000	-	-	-	janeiro 2027	Indexada a Euribor
	20 000 000	-	-	-	março 2027	Indexada a Euribor
	25 000 000	-	-	-	maio 2027	Indexada a Euribor
	301 500 000	4 750 000	1 750 000	6 500 000		
	827 500 000	144 750 000	37 750 000	182 500 000		

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos sob a forma de Papel comercial detalham-se como segue:

Montante contratado	31/12/2022		Total	Maturidade	Indexante
	Não Corrente	Corrente			
Segmento – Pasta e Papel					
140 000 000	105 000 000	35 000 000	140 000 000	fevereiro 2026	Fixa
65 000 000	-	-	-	fevereiro 2026	
75 000 000	-	-	-	fevereiro 2026	
50 000 000	-	-	-	dezembro 2025	
330 000 000	105 000 000	35 000 000	140 000 000		
Segmento – Cimento					
50 000 000	-	-	-	abril 2026	
50 000 000	50 000 000	-	50 000 000	junho 2027	Indexada a Euribor
75 000 000	-	-	-	outubro 2026	
20 000 000	20 000 000	-	20 000 000	dezembro 2027	Indexada a Euribor
195 000 000	70 000 000	-	70 000 000		
Holdings					
12 500 000	-	10 000 000	10 000 000	outubro 2023	Fixa
40 000 000	-	-	-	maio 2024	
80 000 000	-	-	-	julho 2026	
40 000 000	-	-	-	agosto 2026	
16 500 000	6 500 000	1 750 000	8 250 000	outubro 2026	Indexada a Euribor
90 000 000	-	-	-	janeiro 2027	
20 000 000	-	-	-	março 2027	
25 000 000	-	-	-	maio 2027	
324 000 000	6 500 000	11 750 000	18 250 000		
849 000 000	181 500 000	46 750 000	228 250 000		

PRAZOS DE REEMBOLSO DOS EMPRÉSTIMOS SUPERIOR A UM ANO

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
1 a 2 anos	244 077 910	132 045 492
2 a 3 anos	384 838 309	240 034 546
3 a 4 anos	194 600 279	368 648 621
4 a 5 anos	119 914 166	188 671 633
Mais de 5 anos	163 348 943	127 538 769
Total	1 106 779 607	1 056 939 061

COVENANTS FINANCEIROS

Para determinado tipo de operações de financiamento, existem compromissos de manutenção de certos rácios financeiros cujos limites se encontram previamente negociados. Os *covenants* existentes referem-se nomeadamente a cláusulas de *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative pledge*, *Ownership-clause*, cláusulas relacionadas com a manutenção das atividades do Grupo, manutenção de rácios financeiros, nomeadamente de Dívida Líquida/EBITDA, bem como de cumprimento das suas obrigações (operacionais, legais e fiscais), comuns nos contratos de financiamento e plenamente conhecidas no mercado mesmo considerando o impacto da adoção da IFRS 16.

Adicionalmente, o Grupo cumpre os rácios a que está obrigado pelos contratos de financiamento em vigor em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

5.8 PASSIVOS DE LOCAÇÃO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Mensuração inicial	Na data de início da locação, o Grupo reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de incentivos de locação a receber, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pelo Grupo ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção do Grupo de rescindir o contrato. No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, o Grupo usa uma taxa de juro incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável.
Mensuração subsequente	Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros (Nota 5.11 Rendimentos e gastos financeiros) e diminuído pelos pagamentos de locação (rendas).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os passivos de locação detalham-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2023			31/12/2022		
	Não correntes	Correntes	Total	Não correntes	Correntes	Total
Pasta e Papel	62 848 761	7 148 060	69 996 821	55 089 083	6 551 966	61 641 049
Cimento	24 013 596	8 371 883	32 385 479	28 734 457	9 262 605	37 997 062
Outros negócios	643 386	442 227	1 085 613	896 471	396 400	1 292 871
Holdings	351 213	157 840	509 053	188 938	97 841	286 779
	87 856 956	16 120 010	103 976 966	84 908 949	16 308 812	101 217 761



A análise de maturidade dos passivos de locação é apresentada na Nota 8.1.3 – Risco de liquidez

5.9 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na Posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos (Nota 5.7).

Valores em Euros	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Numerário		1 916 067	924 987
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	8.1.4	122 323 936	441 773 009
Outras aplicações de tesouraria	8.1.4	156 917 302	151 253 105
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa consolidada		281 157 305	593 951 101
Imparidades	8.1.4	(578)	(554 525)
Caixa e equivalentes de caixa		281 156 727	593 396 576

Em 2023 e 2022, a rubrica Outras aplicações de tesouraria corresponde a montantes aplicados em portfólios de ativos financeiros de curto prazo, elevada liquidez e emitentes com *rating* adequado.

O movimento ocorrido no exercício de 2023 na rubrica Imparidades detalha-se como segue:

Numerário	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Var. cambial	Saldo final
Líbano	554 525	-	(251 255)	(302 692)	578
	554 525	-	(251 255)	(302 692)	578

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que estejam sujeitos a restrições de uso pelas empresas do Grupo.

5.10 FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

MOVIMENTOS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO DO GRUPO

No exercício de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nos passivos de atividades de financiamento detalham-se como segue:

Valores em Euros	01-01-2023	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa			31/12/2023
			Reconhecimento de locações	Ajustamento cambial	Especialização de juros	
Financiamentos obtidos (Nota 5.7)						
Empréstimos por obrigações	848 214 286	(52 214 286)	-	-	-	796 000 000
Papel comercial	228 250 000	(45 750 000)	-	-	-	182 500 000
Empréstimos bancários	278 531 217	(15 926 679)	-	8 883 638	10 471 298	281 959 474
Encargos com emissão de empréstimos	(5 075 903)	367 006	-	(532)	1 307 845	(3 401 583)
Outros financiamentos obtidos	37 652 848	(10 414 917)	-	(86 823)	8 943 169	36 094 277
Passivos de locação (Nota 5.8)	101 217 761	(26 146 311)	24 680 789	657 785	3 566 942	103 976 966
Total	1 488 790 209	(150 085 187)	24 680 789	9 454 068	24 289 254	1 397 129 134

Valores em Euros	01-01-2022	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa			31/12/2022
			Reconhecimento de locações	Ajustamento cambial	Especialização de juros	
Financiamentos obtidos (Nota 5.7)						
Empréstimos por obrigações	770 714 286	77 500 000	-	-	-	848 214 286
Papel comercial	303 000 000	(74 750 000)	-	-	-	228 250 000
Empréstimos bancários	297 960 093	(35 478 541)	-	16 049 665	-	278 531 217
Encargos com emissão de empréstimos	(12 858 242)	15 794 302	-	-	(8 011 963)	(5 075 903)
Outros financiamentos obtidos	39 067 856	(16 244 012)	-	-	14 829 004	37 652 848
Passivos de locação (Nota 5.8)	96 689 951	(23 803 857)	23 431 033	8 532 385	(3 631 751)	101 217 761
Total	1 494 573 944	(56 982 108)	23 431 033	24 582 050	3 185 290	1 488 790 209

5.11 RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos financeiros relacionados com empréstimos são geralmente reconhecidos como custos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo Semapa classifica como Rendimentos financeiros, os rendimentos e ganhos que resultam da atividade de gestão de tesouraria tais como: i) os juros obtidos pela aplicação de excedentes de tesouraria; e ii) as variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados negociados para a cobertura do risco de taxa de juro e taxa de câmbio dos financiamentos, independentemente da designação formal de cobertura.

Nos exercícios de 2023 e 2022, os Rendimentos e Gastos financeiros detalham-se como segue:

Valores em Euros	Nota	2023	2022
Juros suportados com títulos de dívida e dívida bancária	5.7	(54 851 714)	(31 899 063)
Juros de outros passivos financeiros ao custo amortizado		(3 407 248)	-
Comissões de empréstimos e gastos com aberturas de crédito		(7 055 662)	(8 011 963)
Juros suportados por aplicação do método do juro efetivo		(65 314 624)	(39 911 026)
Diferenças de câmbio desfavoráveis		-	(27 528 659)
Juros suportados com passivos de locação	5.8	(4 227 742)	(3 631 751)
Desconto financeiro de provisões Recuperação ambiental	9.1	(288 498)	(117 714)
Perdas com instrumentos derivados de negociação	8.2	(960 636)	(25 364 400)
Perdas com instrumentos derivados de cobertura	8.2	(2 076 423)	(1 504 772)
Perdas de justo valor de Outros investimentos financeiros	8.3	(1 481 706)	-
Outros gastos e perdas financeiros		(3 789 381)	(3 307 477)
Outros Gastos e perdas financeiros		(12 824 386)	(61 454 773)
Diferenças de câmbio favoráveis		6 155 887	-
Juros obtidos de ativos financeiros ao custo amortizado		11 295 175	6 109 758
Ganhos de justo valor de Outros investimentos financeiros	8.3	-	2 545 643
Outros rendimentos e ganhos financeiros		1 553 252	-
Rendimentos e ganhos financeiros		19 004 314	8 655 401
Total de Gastos e perdas financeiros		(78 139 010)	(101 365 799)
Total de Rendimentos e ganhos financeiros		19 004 314	8 655 401
Resultados financeiros		(59 134 696)	(92 710 398)

5.12 POSIÇÃO MONETÁRIA LÍQUIDA | LÍBANO

No último trimestre de 2020, o Líbano foi considerado uma economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias, tendo como base a inflação registada nos últimos três anos. Com efeito, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos continua a ultrapassar os 100%, o que é uma condição quantitativa objetiva que leva a considerar, para além da existência de outras condições previstas na IAS 29, que o Líbano é uma economia hiperinflacionária.

As taxas de inflação e índice IPC verificados nos anos de 2023 e 2022 foram como segue:

	IPC	Taxa de inflação
31 de dezembro de 2022	2 045,46	122%
31 de dezembro de 2023*	6 760,99	231%
Média em 2023		226%

* Real até 11/2023 e estimativa para 12/2023

A IAS 29 aplica-se às demonstrações financeiras individuais e demonstrações financeiras consolidadas de qualquer entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, e é aplicável desde o início do período de reporte no qual a entidade identifica a sua moeda como hiperinflacionária.

De acordo com a IAS 29, os ativos e passivos não monetários das subsidiárias do Líbano foram reexpressos pela aplicação de um índice geral de preços que reflita as alterações no poder geral de compra do Líbano desde a data de aquisição dos ativos. A quantia reexpressa de um item não monetário foi reduzida quando excede o seu valor recuperável. Os itens monetários das subsidiárias do Líbano não são reexpressos porque já estão expressos em termos da unidade monetária corrente à data da demonstração da posição financeira.

A variação na posição monetária líquida decorrente das alterações de preços em 2023 e 2022 foi reconhecida em resultados na rubrica Ganhos ou perdas na Posição Monetária Líquida, tendo representado nos exercícios referidos ganhos nos montantes de Euros 14 455 321 e Euros 979 084, respetivamente.

Os itens da demonstração de resultados relativas às subsidiárias do Líbano foram reexpressos pela aplicação da alteração no índice geral de preços a partir das datas em que os itens de rendimentos e gastos foram registados nas demonstrações financeiras. O impacto desta reexpressão é reconhecido em Resultados integrais e foi, em 2023, de Euros (2 160 137) (2022: Euros (441 356)), deduzidos do efeito de imposto de Euros (84 246) (2022: Euros 36 418).

A 31 de dezembro de 2023, o valor líquido dos ativos e passivos da operação estrangeira no Líbano nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ascende a 21,5 milhões de Euros (2022: 13,8 milhões de Euros).

6 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

6.1 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data da Posição financeira consolidada.

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidas, respetivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria coletável. Os dividendos são considerados no apuramento da matéria coletável do ano em que são recebidos, se as participações forem detidas por um período inferior a um ano ou representem uma percentagem inferior a 10% do capital social.

GRUPO FISCAL

A sociedade dominante do grupo fiscal onde se integram as sociedades do grupo Semapa é a Sodim, SGPS, SA. desde 1 de janeiro 2023. As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual, mas é da responsabilidade da sociedade dominante do grupo fiscal o apuramento global e a autoliquidação do imposto. As sociedades que compõem o Grupo Navigator integram um grupo fiscal do qual a The Navigator Company, S.A. é a sociedade dominante.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões efetuadas pelas autoridades fiscais dos diferentes territórios onde o Grupo desenvolve atividade. Quando o resultado destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento, no período em que tais diferenças se constatam.

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período de 6 anos. Noutros países em que o Grupo desenvolve a sua atividade estes prazos são diferentes, em regra superiores.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023, sendo certo que já foram revistos pela Autoridade Tributária e Aduaneira os períodos até 2020, inclusive.

POSIÇÕES FISCAIS INCERTAS

O montante dos ativos e passivos estimados registados por conta de processos fiscais decorre de uma avaliação efetuada pelo Grupo com referência à data da demonstração da posição financeira consolidada, quanto a potenciais divergências de entendimento com a Administração Tributária, tendo em conta os desenvolvimentos que vão ocorrendo nas matérias fiscais.

O Grupo, no que se refere à mensuração das posições fiscais incertas, tem em consideração o disposto na IFRIC 23 – Incerteza quanto aos impostos sobre o rendimento, nomeadamente na mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação, através da ponderação de todos os possíveis resultados por si controlados e respetivas probabilidades associadas.

REGRAS MODELO DO PILAR DOIS – OCDE

O Grupo está abrangido pelas regras modelo do segundo pilar da OCDE a partir de 1 de janeiro de 2024, tendo aplicado a exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com impostos sobre o rendimento do Pilar Dois, conforme previsto nas alterações à IAS 12.

Há data deste relatório o Grupo encontra-se a avaliar o impacto desta alteração, não sendo, contudo, esperados impactos significativos, considerando o entendimento atual da interpretação das novas regras.

IMPOSTO RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Valores em Euros	2023	2022
Imposto corrente	(88 670 296)	(151 885 251)
Varição de posições fiscais incertas no exercício	1 904 774	13 711 281
Imposto diferido (Nota 6.2)	19 450 918	2 609 202
	(67 314 604)	(135 564 768)

Em 2023 e 2022 a rubrica Varição de posições fiscais incertas reflete um conjunto de reversões de provisões fiscais, em consequência do encerramento de alguns processos de inspeção fiscal e de decisões dos tribunais favoráveis ao Grupo.

TAXA DE IMPOSTO NOMINAL NAS PRINCIPAIS GEOGRAFIAS ONDE O GRUPO OPERA

Valores em Euros	2023	2022
Portugal		
Taxa nominal de imposto sobre o rendimento	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
	22,5%	22,5%
Derrama estadual – sobre as partes dos lucros tributáveis entre Euros 1 500 000 Euros e Euros 7 500 000	3,0%	3,0%
Derrama estadual – sobre as partes dos lucros tributáveis entre Euros 7 500 000 e Euros 35 000 000	5,0%	5,0%
Derrama estadual – sobre as partes dos lucros tributáveis acima de Euros 35 000 000	9,0%	9,0%
Outros países		
Brasil – taxa nominal	34,0%	34,0%
Tunísia – taxa nominal	15,0%	15,0%
Líbano – taxa nominal	17,0%	17,0%
Angola – taxa nominal	30,0%	30,0%

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Valores em Euros	2023	2022
Resultado antes de impostos	403 253 673	557 627 162
Imposto esperado à taxa nominal (22,5%)	90 732 076	125 466 111
Derrama estadual	14 056 557	29 145 278
Imposto resultante da taxa aplicável	104 788 633	154 611 389
Diferenças (a)	(3 747 885)	(16 354 824)
Imposto relativo a exercícios anteriores	(20 020 108)	(11 277 795)
Prejuízos fiscais recuperáveis	(5 484 716)	526 162
Prejuízos fiscais não recuperáveis	2 190 939	4 383 322
Aumento das responsabilidades adicionais de imposto	12 487 762	7 486 061
Reversão de responsabilidades adicionais de imposto	(3 867 926)	(2 749 217)
Efeito da reconciliação das taxas nominais dos diferentes países	(3 710 736)	1 100 602
Benefícios fiscais	(5 050 804)	(1 825 457)
Economias hiperinflacionárias	(2 563 079)	(196 525)
Outros ajustamentos à coleta	(7 707 476)	(138 950)
	67 314 604	135 564 768
Taxa efetiva de imposto	16,69%	24,31%

(a) Este valor respeita essencialmente a:	2023	2022
Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial (Nota 10.3)	(7 139 371)	(7 526 731)
Mais / (Menos) valias fiscais	173 106	(365 141)
(Mais) / Menos valias contabilísticas	(742 550)	(4 760 190)
Imparidades e provisões tributadas	5 321 348	(31 188 241)
Benefícios fiscais	(21 113 440)	(27 385 860)
Redução de imparidades e provisões tributadas	(2 603 940)	(802 653)
Benefícios pós-emprego	(2 509 583)	(2 501 674)
Outros	11 957 164	1 842 382
	(16 657 266)	(72 688 108)
Impacto fiscal (22,5%)	(3 747 885)	(16 354 824)

IMPOSTO RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC	11 517 397	7 509 629
Valores pendentes de reembolso (processos fiscais decididos a favor do Grupo)	18 385 534	16 216 543
	29 902 931	23 726 172
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC	11 429 068	111 567 095
Responsabilidades adicionais de imposto	41 197 731	29 699 555
	52 626 799	141 266 650

DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS – IRC (LÍQUIDO)

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre o rendimento do exercício	89 747 030	157 006 582
Ajustamento cambial	(36 166)	(43 355)
Pagamentos por conta, especiais e adicionais por conta	(80 132 028)	(44 433 314)
Retenções na fonte a recuperar	(2 588 543)	(1 874 631)
IRC de exercícios anteriores	(7 078 622)	(6 597 816)
	(88 329)	104 057 466

POSIÇÕES FISCAIS INCERTAS – PASSIVOS

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	29 699 555	34 095 005
Aumentos	18 763 897	12 492 635
Pagamentos/Recebimentos/Reversões	(3 645 292)	14 004 269
Ajustamento cambial	(459 689)	(66 370)
Utilizações	(3 160 740)	(30 825 984)
Saldo no final do exercício	41 197 731	29 699 555
Variação do período	(1 904 774)	(13 711 281)

LIQUIDAÇÕES PAGAS EM CONTENCIOSO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as liquidações adicionais de imposto que se encontram pagas e contestadas, não reconhecidas no ativo, respeitam ao Grupo Navigator e resumem-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Segmento Pasta e Papel		
IRC agregado 2005	10 394 386	10 394 386
IRC agregado 2006	8 150 146	8 150 146
IRC agregado 2018	11 138 180	14 433 913
IRC 2015 – Navigator Tissue Ródão, S.A.	7 586 361	7 586 361
Derrama Estadual 2015 II	6 970 541	-
Derrama Estadual 2016	3 761 397	3 761 397
Derrama Estadual 2017	8 462 724	8 462 724
Derrama Estadual 2018	12 223 705	12 223 705
Derrama Estadual 2019	2 466 974	-
Derrama Estadual 2020	5 183 000	-
CDTJI IRC 2017	-	1 522 660
	76 337 414	66 535 292

6.2 IMPOSTOS DIFERIDOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade da Posição financeira consolidada, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas. São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica. Os incentivos fiscais atribuídos no âmbito de projetos de investimento a desenvolver pelo Grupo são reconhecidos em resultados do período na medida da existência de matéria coletável nas empresas beneficiárias que permita a sua utilização.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS EM RELAÇÃO A PREJUÍZOS FISCAIS POR UTILIZAR

Os ativos por imposto diferido registados em relação a prejuízos fiscais por utilizar, com referência a 31 de dezembro de 2023, são essencialmente referentes a:

Ativos por impostos diferidos, no montante de Euros 34 241 098 (31 dezembro de 2022: Euros 25 923 522), sobre prejuízos fiscais gerados em períodos de tributação anteriores à inclusão da Semapa e suas subsidiárias no grupo fiscal do qual a Sodim, SGPS, SA, é a sociedade dominante, no montante de Euros 163 052 849 (2022: Euros 123 445 342), na medida em que os planos de negócio de médio prazo das subsidiárias Secil e ETSA (integradas no RETGS Semapa) preveem a geração de lucro tributável em montante suficiente para recuperar este ativo no período de reporte fiscal dos referidos prejuízos.

No exercício de 2023, ocorreu o consumo de prejuízos fiscais no montante de Euros 34 020 685 (2022: Euros 18 542 318) e, adicionalmente, procedeu-se ao reconhecimento de prejuízos fiscais recuperáveis em exercícios posteriores, no montante de Euros 73 628 192 (2022: Euros 19 695 243). Estas operações originaram uma redução de ativos por impostos diferidos sobre esses prejuízos fiscais no montante de Euros 7 144 344 (2022: Euros 3 893 887) e um aumento de ativos por impostos diferidos no montante de Euros 15 461 920 (2022: Euros 4 136 001).

Prejuízos fiscais por utilizar referentes às subsidiárias do Grupo em Portugal Beto Madeira – Betões e Britas da Madeira, S.A. e Cimentos Madeira, Lda., à subsidiária do Grupo sediada em Espanha Cimentos Secil, SLU e à Margem Companhia de Mineração, S.A., subsidiária do Grupo sediada no Brasil, no montante global de Euros 72 174 784.

MOVIMENTOS EM IMPOSTOS DIFERIDOS

Valores em Euros	Demonstração de resultados								Em 31 de dezembro de 2023
	Em 1 de janeiro de 2023	Ajustamento Cambial	Aumentos	Reduções	Posição Monetária líquida	Capital próprio	Transferências	Varição de perímetro	
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos									
Prejuízos fiscais reportáveis	189 467 629	2 697 896	77 248 812	(34 837 815)	-	-	-	52 846	234 629 368
Provisões tributadas	38 164 136	(70 763)	16 116 308	(4 263 925)	-	-	-	-	49 945 756
Ajustamento de ativos fixos tangíveis	46 236 126	28 089	14 738 442	(20 692 557)	-	-	(14 472)	317 077	40 612 705
Pensões e outros benefícios pós-emprego	2 594 441	(17 241)	172 185	(376 948)	-	(148 276)	-	-	2 224 161
Instrumentos financeiros	-	-	1 904 741	(1 839)	-	6 502 173	-	-	8 405 075
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	29 872 466	10 016	2 324 149	(16 153 014)	-	-	-	-	16 053 617
Valorização das florestas em crescimento	14 456 082	-	10 448 215	-	-	-	-	-	24 904 297
Subsídios ao investimento	2 196 772	-	1 322 886	(695 078)	-	-	424 055	2 565 630	5 814 265
Justo valor apurado em combinações empresariais	61 366	-	-	-	-	-	-	-	61 366
Remuneração convencional de capital	560 000	-	-	(280 000)	-	-	-	-	280 000
Outras diferenças temporárias	5 998 851	(774 674)	10 446 730	(9 982 404)	-	-	(1 022 300)	-	4 666 203
	329 607 869	1 873 323	134 722 468	(87 283 580)	-	6 353 897	(612 717)	2 935 553	387 596 813
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos									
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	(35 234 521)	(1 369 891)	-	586 192	-	-	-	-	(36 018 220)
Pensões e outros benefícios pós-emprego	(387 989)	-	(28 270)	17 172	-	(1 199 955)	-	-	(1 599 042)
Instrumentos financeiros	(45 281 108)	320 029	(3 311 007)	14 759	-	30 418 949	-	-	(17 838 378)
Incentivos fiscais	(3 862 494)	-	-	462 851	-	331 950	-	(646 777)	(3 714 470)
Ajustamento de ativos fixos tangíveis	(367 346 424)	(1 770 816)	(11 384 700)	32 907 430	-	-	(33 735 165)	(3 606)	(381 333 281)
Menos-valias contabilísticas diferidas (intragrupo)	(16 893 162)	1 133	-	188 184	-	-	-	-	(16 703 845)
Valorização das florestas em crescimento	(5 403 744)	-	-	1 883 900	-	-	-	-	(3 519 844)
Justo valor dos ativos intangíveis - Marcas	(226 497 104)	(134 645)	-	-	-	-	-	(6 748 000)	(233 379 749)
Justo valor dos ativos fixos	(35 147 291)	-	-	15 271 550	-	-	-	-	(19 875 741)
Justo valor apurado em combinações empresariais	(57 445 842)	138 859	(2 611 486)	5 153 772	-	-	-	(89 429 600)	(144 194 297)
Economias hiperinflacionárias	(13 835 795)	6 660 116	-	2 293 265	(17 462 048)	(2 247 266)	-	-	(24 591 728)
Outras diferenças temporárias	(55 330 394)	74 809	(11 422 375)	3 511 264	-	5 640	33 735 165	-	(29 425 891)
	(862 665 868)	3 919 594	(28 757 838)	62 290 339	(17 462 048)	27 309 318	-	(96 827 983)	(912 194 486)
Ativos por impostos diferidos	85 880 368	782 973	31 791 679	(20 914 113)	-	1 423 106	-	2 658 109	101 622 122
Passivos por impostos diferidos	(237 260 488)	23 379	(8 298 190)	16 871 542	(2 968 548)	7 792 811	-	(25 615 416)	(249 454 910)

Valores em Euros	Demonstração de resultados								Em 31 de dezembro de 2022	
	Em 1 de janeiro de 2022	Ajustamento Cambial	Aumentos	Reduções	Posição Monetária líquida	Capital próprio	Transferências	Ativos detidos para venda		Variação de perímetro
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos										
Prejuízos fiscais reportáveis	181 779 250	8 058 639	18 230 354	(18 600 614)	-	-	-	-	-	189 467 629
Provisões tributadas	30 551 160	53 842	9 756 597	(2 206 548)	-	-	-	-	9 085	38 164 136
Ajustamento de ativos fixos tangíveis	64 786 438	-	-	(28 886 525)	-	-	-	10 336 213	-	46 236 126
Pensões e outros benefícios pós-emprego	3 087 713	(2 793)	(14 217)	(354 231)	-	(122 031)	-	-	-	2 594 441
Instrumentos financeiros	7 448 831	-	-	-	-	(7 448 831)	-	-	-	-
Mais-valias contabilísticas diferidas (intragrupo)	23 783 217	-	5 686 717	-	-	-	402 532	-	-	29 872 466
Valorização das florestas em crescimento	-	-	14 456 082	-	-	-	-	-	-	14 456 082
Subsídios ao investimento	2 824 415	-	-	(627 643)	-	-	-	-	-	2 196 772
Justo valor apurado em combinações empresariais	87 991	(26 625)	-	-	-	-	-	-	-	61 366
Remuneração convencional de capital	4 200 000	-	-	(3 640 000)	-	-	-	-	-	560 000
Outras diferenças temporárias	7 550 265	131 424	1 330 472	(3 651 828)	-	638 518	-	-	-	5 998 851
	326 099 280	8 214 487	49 446 005	(57 967 389)	-	(6 932 344)	402 532	10 336 213	9 085	329 607 869
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos										
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	(31 666 399)	(4 066 439)	-	498 317	-	-	-	-	-	(35 234 521)
Pensões e outros benefícios pós-emprego	(2 454 552)	-	(213 971)	770	-	2 279 764	-	-	-	(387 989)
Instrumentos financeiros	1 820 140	103 611	-	6 228 594	-	(53 433 453)	-	-	-	(45 281 108)
Incentivos fiscais	(4 142 627)	-	-	213 450	-	66 683	-	-	-	(3 862 494)
Ajustamento de ativos fixos tangíveis	(382 997 653)	(4 740 469)	(6 923 645)	27 315 343	-	-	-	-	-	(367 346 424)
Menos-valias contabilísticas diferidas (intragrupo)	(16 946 490)	3 705	-	23 303	-	-	26 320	-	-	(16 893 162)
Valorização das florestas em crescimento	(25 294 177)	-	(1 680 081)	21 570 514	-	-	-	-	-	(5 403 744)
Justo valor dos ativos intangíveis - Marcas	(230 877 993)	4 380 889	-	-	-	-	-	-	-	(226 497 104)
Justo valor dos ativos fixos	(50 418 841)	-	-	15 271 550	-	-	-	-	-	(35 147 291)
Justo valor apurado em combinações empresariais	(56 173 110)	(5 521 463)	-	5 362 659	-	-	-	-	(1 113 928)	(57 445 842)
Economias hiperinflacionárias	(17 339 384)	5 246 735	(777 752)	-	(1 179 620)	214 226	-	-	-	(13 835 795)
Outras diferenças temporárias	(35 477 473)	(21 955)	(21 190 994)	1 360 028	-	-	-	-	-	(55 330 394)
	(851 968 559)	(4 615 386)	(30 786 443)	77 844 528	(1 179 620)	(50 872 780)	26 320	-	(1 113 928)	(862 665 868)
Ativos por impostos diferidos	90 299 604	2 908 039	10 875 684	(19 453 988)	-	(1 904 974)	-	3 154 459	1 544	85 880 368
Passivos por impostos diferidos	(231 393 956)	(2 650 311)	(214 858)	11 402 364	(200 535)	(14 013 824)	-	-	(189 368)	(237 260 488)

PREJUÍZOS FISCAIS POR UTILIZAR SEM IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS

31 de dezembro de 2023 Valores em Euros	Total	2024	2025	2026	2027	2028	2029 e posteriores
Prejuízos fiscais sem prazo de caducidade							
Prejuízos fiscais do Grupo Fiscal (RETGS) Semapa	52 173 423	-	-	-	-	-	52 173 423
Prejuízos fiscais de empresas fora dos RETGS do Grupo							
Secil Brasil Participações, S.A. (Brasil)	6 557 458	-	-	-	-	-	6 557 458
Supremo Cimentos, SA (Brasil)	57 490 564	-	-	-	-	-	57 490 564
Semapa Inversiones SL (Espanha)	13 249 366	-	-	-	-	-	13 249 366
ALLMA, Lda.	162 851	-	-	-	-	-	162 851
Madebritas, Lda.	162 851	-	-	-	-	-	162 851
Navigator Africa	21 029	-	-	-	-	-	21 029
Navigator Green Fuels Setúbal	1 661	-	-	-	-	-	1 661
Navigator Green Fuels Figueira da Foz	1 661	-	-	-	-	-	1 661
Navigator Fiber Solutions	47 686	-	-	-	-	-	47 686
AlSIB (Espanha)	174 790	-	-	-	-	-	174 790
Zarzis Béton	60 710	-	-	-	-	-	60 710
Grupo fiscal Semapa em Espanha	2 444 494	-	-	-	-	-	2 444 494
Prejuízos fiscais com prazo de caducidade							
Prejuízos fiscais de empresas fora dos RETGS do Grupo							
Secil Angola, SARL	1 210 668	620 422	590 246	-	-	-	-
Secil Lobito	4 105 333	1 157 755	2 071 150	876 428	-	-	-
Soime, S.A.L.	12 437	12 437	-	-	-	-	-
Portucel Moçambique	20 445 201	113 267	-	3 953 013	13 103 153	3 275 767	-
Prejuízos Fiscais reportáveis sem Imposto Diferido	158 322 183	1 903 880	2 661 396	4 829 441	13 103 153	3 275 767	132 548 545

7 PESSOAL

7.1 BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO AOS EMPREGADOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

DIREITOS ADQUIRIDOS – FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação vigente, os Colaboradores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

GRATIFICAÇÕES

De acordo com o sistema de gestão de desempenho vigente, os empregados podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Estas responsabilidades são registadas no período em que os empregados adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração dos resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data da Posição financeira consolidada está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando o Grupo deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual o Grupo reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses após o final do período de reporte são descontados para o seu valor presente.

GASTOS COM PESSOAL RECONHECIDOS NO PERÍODO

Valores em Euros	Nota	2023	2022
Remunerações dos Órgãos Sociais	7.2	13 913 500	17 995 485
Outras remunerações		201 720 168	187 603 212
Benefícios de pós-emprego	7.2.10	2 531 210	2 843 279
Outros gastos com o pessoal		63 807 833	73 347 124
Gastos com o pessoal		281 972 711	281 789 100

A rubrica de Outros gastos com o pessoal apresenta uma redução no corrente exercício em resultado, essencialmente, da revisão da estimativa com responsabilidades associadas ao programa rejuvenescimento em face da maior dilação dos prazos entre a manifestação do interesse na adesão ao programa e a saída efetiva da Navigator.

OUTROS GASTOS COM PESSOAL

Valores em Euros	2023	2022
Contribuições para a Segurança Social	43 438 076	38 431 954
Seguros	7 049 603	6 282 453
Gastos de ação social	8 740 944	8 748 769
Indemnizações	(2 218 468)	13 093 118
Outros gastos com pessoal	6 797 678	6 790 830
	63 807 833	73 347 124

NÚMERO DE EMPREGADOS NO FINAL DO PERÍODO

	31/12/2023	31/12/2022	Var. 23/22
Pasta e Papel	3 467	3 246	221
Cimento	2 453	2 388	65
Outros negócios	592	314	278
Holdings e Outros	37	38	(1)
	6 549	5 986	563

7.2 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Valores em Euros	Nota	2023	2022
Órgãos Sociais da Semapa			
Conselho de Administração		3 924 238	3 309 123
Conselho Fiscal		73 680	56 973
Comissão de Remunerações		54 000	42 067
Mesa da Assembleia Geral		6 000	9 000
		4 057 918	3 417 163
Órgãos Sociais de outras empresas do Grupo			
		9 855 582	14 578 322
Total	7.1	13 913 500	17 995 485

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Todos os detalhes da política de remunerações dos membros do Conselho de Administração da Semapa encontram-se detalhados no relatório do Governo Societário da sociedade, Parte I – Secção D.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativamente aos membros do Conselho de Administração da Semapa, não existiam: i) quaisquer responsabilidades adicionais afetas a outros benefícios de longo prazo, ii) benefícios de cessação de emprego, iii) pagamentos com base em ações atribuídas nem iv) quaisquer saldos pendentes.

Adicionalmente, três dos atuais administradores da subsidiária Navigator são participantes de planos de pensões da Navigator Brands, S.A., na qualidade de Colaboradores daquela sociedade, antes de integrarem cargos de administração.

7.3 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência, constituindo planos de benefício definido.

O Grupo constituiu Fundos de Pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades. Com base no método das unidades de crédito projetadas, o Grupo reconhece os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados. Deste modo a responsabilidade total do Grupo é estimada, pelo menos, semestralmente, à data dos fechos intercalar e anuais de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente.

A responsabilidade assim determinada é apresentada na Posição financeira consolidada, deduzida do justo valor dos fundos constituídos, na rubrica Pensões e outros benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais que resultam da alteração no valor das responsabilidades estimadas, como consequência de alterações aos pressupostos financeiros e demográficos utilizados e ganhos de experiência, adicionadas do diferencial entre o retorno real dos ativos do fundo e a quota-parte estimada no juro líquido, são designados por remensurações e registados diretamente na Demonstração do rendimento integral, em resultados transitados.

O juro líquido corresponde à aplicação da taxa de desconto ao valor das responsabilidades líquidas (valor das responsabilidades deduzido do justo valor dos ativos do fundo) e é reconhecido nos resultados do período, na rubrica de Gastos com o pessoal.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do período quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados.

Os custos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

PLANOS DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram compromissos relativos à contribuição para planos de contribuição definida, de uma percentagem dos vencimentos dos empregados abrangidos por esses planos, por forma a proporcionar um complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência.

Para este efeito, foram constituídos Fundos de Pensões que visam a capitalização daquelas contribuições, para os quais os empregados podem ainda efetuar contribuições voluntárias, mas relativamente aos quais o Grupo não assume responsabilidades de contribuição adicionais ou um retorno pré-fixado. Desta forma, as contribuições efetuadas são registadas como gastos do período, no qual são reconhecidas, independentemente do momento da sua liquidação.

7.3.1 PLANOS | SUBGRUPO NAVIGATOR

Navigator – Planos de Benefício definido

Descrição	O Grupo Navigator tem responsabilidades com planos de benefício pós-emprego de Benefício Definido para um reduzido grupo de Colaboradores que optaram por manter o Plano de Benefício Definido (The Navigator Company), ou, tendo convertido o seu plano num Plano de Contribuição Definida, optaram por manter uma Cláusula de Salvaguarda (Navigator Brands). Na prática a cláusula de salvaguarda dá a opção ao Colaborador, à data da reforma, do pagamento de uma pensão de acordo com o previsto no Plano de Benefício Definido. Para quem optar por acionar a Cláusula de Salvaguarda, o montante acumulado no plano de Contribuição Definida (Conta 1) será utilizado para financiar a responsabilidade do Plano de Benefício Definido.
------------------	--

Navigator – Planos de contribuição definida

Descrição	A 31 de dezembro de 2023 estavam em vigor três planos de Contribuição Definida, que abrangiam 3 200 Beneficiários (2022: 3 097 Beneficiários).
------------------	--

7.3.2 PLANOS | SUBGRUPO SECIL

Secil – Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e sobrevivência (planos de benefícios definidos com fundos geridos por terceiras entidades)

Descrição	A subsidiária Secil e as suas subsidiárias Unibetão – Indústrias de Betão Preparado, S.A., Cimentos Madeira, Lda., Betomadeira, S.A. e Societ des Ciments de Gabès assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência e subsídio de reforma. As responsabilidades derivadas destes planos são asseguradas por fundos autónomos, administrados por terceiros, ou cobertas por apólices de seguro. Estes planos são avaliados semestralmente, às datas dos fechos intercalar e anuais das demonstrações financeiras, por entidades especializadas e independentes, utilizando o método de crédito da unidade projetada.
------------------	---

Secil – Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e sobrevivência (planos de benefícios definidos a cargo do Grupo)

Descrição	As responsabilidades decorrentes dos reformados da Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões, 31 de dezembro de 1987, são asseguradas diretamente pela Secil. De igual forma, as responsabilidades assumidas pela subsidiária Secil Martingança, S.A. são asseguradas diretamente pela empresa. Estes planos são igualmente avaliados semestralmente, por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com atuais pensionistas e o método de crédito da unidade projetada, na avaliação das responsabilidades com ativos.
------------------	--

Secil – Responsabilidades por assistência na doença (plano de benefícios definidos)

Descrição A subsidiária Cimentos Madeira, Lda. mantém com os seus reformados regimes de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde, através de um seguro de saúde contratado.

Secil – Responsabilidades por subsídios de reforma e morte (plano de benefícios definidos)

Descrição A subsidiária do Grupo Societé des Ciments de Gabès (Tunísia) assumiu com os seus trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio de reforma por velhice e por invalidez com base no Acordo Coletivo de Trabalho, artigo 52, que representa: (i) 3 meses do último salário, se o trabalhador tem menos de 30 anos ao serviço da empresa e (ii) 4 meses do último salário, se o trabalhador tem 30 anos ou mais ao serviço da empresa.

A Secil assumiu com os seus trabalhadores admitidos até 1 de janeiro de 2011 a responsabilidade pelo pagamento de um subsídio por morte do trabalhador ativo, de igual valor a 3 meses do último salário auferido ou 1 mês caso se trate de ex-colaboradores da CMP – Cimentos Maceira e Patais, S.A.

Secil – Planos de contribuição definida

Plano Secil e CMP Incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2009 tinham um contrato de trabalho sem termo (e que se encontravam abrangidos pelo plano de benefícios definidos em vigor nas empresas) e que tenham optado pela transição para estes Planos e todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir de 1 de janeiro de 2010, sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração.

(Aplicável a Secil, CMP e Secil Brands)

Plano SBI Unibetão e Secil Britas: Incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2009 tinham um contrato de trabalho sem termo. No caso da Unibetão, celebrado ao abrigo do CCT celebrado entre a APEB e a FETESE e todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo, a partir de 1 de janeiro de 2010, com exceção dos trabalhadores da Unibetão que estejam abrangidos pelo CCT celebrado entre a APEB e a FEVICCOM, os quais continuam a beneficiar do Plano de benefício definido. O plano é aplicável aos membros dos órgãos de administração.

(Aplicável a Unibetão, Secil Britas, Betomadeira, Cimentos Madeira, Brimade)

Betomadeira: Incluem todos os trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2010 tinham um contrato de trabalho sem termo, celebrado ao abrigo do CCT celebrado entre a APEB e a FETESE, e todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo a partir de 1 de janeiro de 2011. O plano é aplicável aos membros dos órgãos de administração.

Cimentos Madeira e Brimade: Incluem todos os trabalhadores que à data de 1 de janeiro de 2012 e 1 de julho de 2012, para a Cimentos Madeira e Brimade, respetivamente, tinham um contrato de trabalho sem termo e a todos os trabalhadores admitidos ao abrigo de um contrato sem termo a partir das datas anteriormente referidas. O plano é aplicável aos membros dos órgãos de administração.

Secil – Responsabilidades por prémios de antiguidade

Descrição A Secil assumiu com os seus empregados a responsabilidade pelo pagamento de prémios àqueles que atingem 25 anos de antiguidade, os quais são pagos no ano em que o empregado perfaz aquele número de anos ao serviço da empresa.

7.3.3 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO ASSOCIADO A PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO

A exposição do Grupo ao risco encontra-se limitada ao número de beneficiários já existentes e terá tendência a diminuir, uma vez que não existem no Grupo planos de benefício definido abertos à adesão de novos empregados. Os riscos mais significativos a que o Grupo se encontra exposto através dos planos de benefício definido incluem:

- Risco de alteração da longevidade dos participantes;
- Risco de variação das taxas de mercado – a variação de taxas impacta a taxa utilizada para descontar as responsabilidades (taxa de juro técnica) que se baseia em curvas de rentabilidade (*yield*) de obrigações com notação rating elevado e com maturidades semelhantes às datas de termo das responsabilidades e a taxa fixa de rendimento dos ativos; e
- Risco de alteração da taxa de crescimento salarial e de pensões.

O nível de financiamento do fundo pode variar em função não só dos riscos enunciados, mas também da rentabilidade dos ativos financeiros do fundo. Apesar do perfil conservador do fundo (composto maioritariamente por ativos de rendimento fixo), a verificação dos riscos atrás referidos poderá levar à necessidade de contribuições adicionais para o fundo considerando a natureza de benefício definido.

O Grupo tem por objetivo manter um nível da cobertura das responsabilidades de 90%.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

7.3.4 PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Fórmula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de maio	
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial – Segmento dos Cimentos	2,25%	2,00%
Taxa de crescimento salarial – Restantes Segmentos	2,00%	2,00%
Taxa de juro técnica – Segmento dos Cimentos	3,00%	2,50%
Taxa de juro técnica – Restantes Segmentos	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões – Segmento dos Cimentos	1,58%	1,35%
Taxa de crescimento das pensões – Restantes Segmentos	1,5% ou 2,00%	1,5% ou 2,00%
Taxa de reversibilidade das pensões Semapa	50,00%	50,00%
Nº de prestações anuais do complemento Semapa	12	12

7.3.5 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

O Grupo considera a taxa de juro técnica e a taxa de crescimento salarial esperada como as variáveis mais significativas no cálculo das responsabilidades referentes a planos de benefícios definidos.

Em 31 de dezembro de 2023, uma alteração em baixa de 0,5 pontos percentuais nas taxas de desconto utilizadas no cálculo das responsabilidades com pensões originaria um acréscimo de responsabilidades de cerca de 10,8 milhões de Euros (31 de dezembro de 2022: uma alteração em baixa na taxa de desconto utilizada em 0,5 pontos percentuais originaria um acréscimo de responsabilidades de cerca de 11,2 milhões de Euros).

7.3.6 RESPONSABILIDADES LÍQUIDAS COM PENSÕES

As responsabilidades líquidas refletidas na demonstração da posição financeira consolidada e o número de beneficiários dos planos de benefício definido em vigor no Grupo detalham-se como segue:

31 de dezembro de 2023	Pasta e Papel		Cimento		Holdings		Total	
	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor
Responsabilidades com Pensões								
Ativos	352	50 509 668	40	22 452	-	-	392	50 532 120
Ex-Colaboradores	112	17 469 425	-	-	-	-	112	17 469 425
Aposentados	622	90 277 782	445	12 481 992	1	580 578	1 068	103 340 352
Valor de mercado dos Fundos de pensões	-	(159 034 022)	-	(11 702 073)	-	-	-	(170 736 095)
Capital seguro	-	-	56	168 149	-	-	56	168 149
Apólices de Seguro	-	-	-	(82 126)	-	-	-	(82 126)
Conta reserva*	-	-	-	(568 807)	-	-	-	(568 807)
Responsabilidades com pensões não cobertas	1 086	(777 147)	541	319 587	1	580 578	1 628	123 018
Outras Responsabilidades sem fundo afeto								
Assistência na doença	-	-	5	43 567	-	-	5	43 567
Reforma e morte	-	-	468	148 104	-	-	468	148 104
Total responsabilidades pós-emprego	1 086	(777 147)	1 014	511 258	1	580 578	2 101	314 689
Prémio de antiguidade	-	-	386	377 309	-	-	386	377 309
Total responsabilidades líquidas	1 086	(777 147)	1 400	888 567	1	580 578	2 487	691 998

31 de dezembro de 2022	Pasta e Papel		Cimento		Holdings		Total	
	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor
Responsabilidades com Pensões								
Ativos	367	49 465 578	39	167 889	-	-	406	49 633 467
Ex-Colaboradores	140	22 728 925	-	-	-	-	140	22 728 925
Aposentados	590	85 075 143	565	13 979 978	1	687 661	1 156	99 742 782
Valor de mercado dos Fundos de pensões	-	(154 433 916)	-	(12 184 420)	-	-	-	(166 618 336)
Capital seguro	-	-	-	185 458	-	-	-	185 458
Apólices de Seguro	-	-	-	(108 062)	-	-	-	(108 062)
Conta reserva*	-	-	-	(548 482)	-	-	-	(548 482)
Responsabilidades com pensões não cobertas	1 097	2 835 730	604	1 492 361	1	687 661	1 702	5 015 752
Outras Responsabilidades sem fundo afeto								
Assistência na doença	-	-	5	43 457	-	-	5	43 457
Reforma e morte	-	-	432	151 975	-	-	432	151 975
Total responsabilidades pós-emprego	1 097	2 835 730	1 041	1 687 793	1	687 661	2 139	5 211 184
Prémio de antiguidade	-	-	-	365 486	-	-	-	365 486
Total responsabilidades líquidas	1 097	2 835 730	1 041	2 053 279	1	687 661	2 139	5 576 670

* Excesso de fundo na passagem a CD

INFORMAÇÃO HISTÓRICA – ÚLTIMOS CINCO ANOS

Valores em Euros	2019	2020	2021	2022	2023
Valor presente das obrigações	201 578 121	211 076 149	208 795 561	172 851 550	172 079 026
Justo valor dos ativos e conta Reserva	192 082 763	196 564 942	201 916 753	167 274 880	171 387 028
Excedente / (défice)	9 495 358	14 511 207	6 878 808	5 576 670	691 998
Remensurações	15 257 474	9 822 581	2 276 241	1 029 116	2 910 271

7.3.7 EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADES COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A duração média esperada das responsabilidades por benefícios definidos é de 7 anos para os planos do segmento dos Cimentos e de 13 anos para os planos do segmento da Pasta e Papel.

31 de dezembro de 2023	Saldo inicial	Variação cambial	Alteração de pressupostos	Gastos e rendimentos	Desvios atuariais	Pagamentos efetuados	Saldo final
Valores em Euros							
Segmento Pasta e Papel							
Pensões com fundo autónomo	157 269 644	-	-	5 417 638	2 467 179	(6 897 586)	158 256 875
Segmento Cimento							
Pensões a cargo do Grupo	1 908 075	-	(23 466)	42 917	(119 845)	(282 216)	1 525 465
Pensões com fundo autónomo	12 239 792	-	(196 413)	292 262	96 912	(1 453 574)	10 978 979
Capital de seguro	185 458	(2 888)	-	22 674	18	(37 113)	168 149
Reforma e morte	151 976	(15 871)	(5 119)	23 237	(3 733)	(2 385)	148 105
Assistência na doença	43 456	-	-	1 037	2 766	(3 693)	43 566
Prémios de antiguidade	365 486	-	-	92 745	-	(80 922)	377 309
Segmento Holdings							
Pensões a cargo do Grupo	687 663	-	-	23 430	-	(130 515)	580 578
	172 851 550	(18 759)	(224 998)	5 915 940	2 443 297	(8 888 004)	172 079 026

31 de dezembro de 2022	Saldo inicial	Varição cambial	Gastos e rendimentos	Desvios atuariais	Pagamentos efetuados	Saldo final
Valores em Euros						
Segmento Pasta e Papel						
Pensões com fundo autónomo	191 002 587	-	2 375 516	(29 869 349)	(6 239 110)	157 269 644
Segmento Cimento						
Pensões a cargo do Grupo	2 413 516	-	27 831	(210 337)	(322 935)	1 908 075
Pensões com fundo autónomo	13 816 083	-	(23 839)	(7 362)	(1 545 090)	12 239 792
Capital de seguro	187 856	(3 804)	13 405	(7 243)	(4 756)	185 458
Reforma e morte	146 180	3 991	12 630	(7 538)	(3 287)	151 976
Assistência na doença	39 914	-	477	6 432	(3 367)	43 456
Prémios de antiguidade	394 680	-	(17 968)	-	(11 226)	365 486
Holdings						
Pensões a cargo do Grupo	794 744	-	23 430	-	(130 511)	687 663
	208 795 560	187	2 411 482	(30 095 397)	(8 260 282)	172 851 550

7.3.8 EVOLUÇÃO DOS FUNDOS AFETOS AOS PLANOS DE PENSÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Valores em Euros	31/12/2023		31/12/2022	
	Fundo autónomo	Capital seguro	Fundo autónomo	Capital seguro
Valor no início	166 618 336	108 062	201 194 181	108 745
Varição cambial	-	(1 518)	-	(2 216)
Dotação efetuada	3 526	-	3 015	-
Juros	5 577 720	9 394	137 906	6 289
Retorno dos ativos dos planos	6 887 686	3 301	(26 932 571)	-
Pensões pagas	(8 351 173)	(37 113)	(7 784 195)	(4 756)
Valor no fim do exercício	170 736 095	82 126	166 618 336	108 062

No decurso dos períodos de 2023 e 2022, as contribuições para os planos de benefício definido apresentadas supra como Dotações efetuadas foram integralmente realizadas pelas subsidiárias do Grupo, não se tendo verificado quaisquer contribuições por parte dos participantes dos mesmos.

FUNDOS AFETOS A PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO – CONTRIBUIÇÕES ESTIMADAS NO PRÓXIMO PERÍODO

As contribuições previstas para o próximo período de relato anual estão, entre outros fatores, dependentes da rentabilidade dos ativos dos fundos.

7.3.9 COMPOSIÇÃO DO PATRIMÓNIO DOS FUNDOS AFETOS A PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Valores em Euros	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Títulos cotados em mercado ativo				
Obrigações	97 816 783	57,3%	102 557 460	61,6%
Ações	40 846 428	23,9%	42 856 268	25,7%
Dívida pública	23 854 341	14,0%	17 282 244	10,4%
Liquidez	2 306 289	1,4%	1 987 186	1,2%
Outras aplicações	5 912 254	3,5%	1 935 178	1,2%
	170 736 095	100,0%	166 618 336	100%

Os montantes evidenciados nas categorias Obrigações, Ações e Dívida Pública, correspondem aos justos valores destes ativos, integralmente determinados com base nas cotações observáveis em mercados líquidos ativos (regulamentados) à data de referência da Demonstração da posição financeira consolidada. Os ativos dos fundos não incluem quaisquer ativos afetos ao Grupo.

7.3.10 GASTOS SUPORTADOS COM PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Valores em Euros	2023				
	Custo serviços correntes	Custo dos juros	Retorno esperado dos ativos	Planos CD Contribuições do exercício	Impacto no resultado líquido (Nota 7.1)
Pensões a cargo do Grupo	-	66 347	-	-	66 347
Pensões com fundo autónomo	23 821	394 346	(285 987)	1 218 887	1 351 067
Apólice de Seguro	6 925	15 748	(9 394)	-	13 279
Morte e subsídios de reforma	13 290	12 590	(2 643)	-	23 237
Assistência na doença	-	1 037	-	-	1 037
Prémios de antiguidade	26 204	9 793	56 748	-	92 745
Contribuições para planos CD	-	-	-	983 498	983 498
	70 240	499 861	(241 276)	2 202 385	2 531 210

Valores em Euros	2022				
	Custo serviços correntes	Custo dos juros	Retorno esperado dos ativos	Planos CD Contribuições do exercício	Impacto no resultado líquido (Nota 7.1)
Pensões a cargo do Grupo	-	51 261	-	-	51 261
Pensões com fundo autónomo	26 476	233 648	(186 361)	1 207 399	1 281 162
Apólice de Seguro	6 842	16 679	(10 115)	-	13 406
Morte e subsídios de reforma	14 148	13 089	(14 607)	-	12 630
Assistência na doença	480	-	-	-	480
Prémios de antiguidade	28 442	5 207	(51 619)	-	(17 970)
Contribuições para planos CD	-	-	-	1 502 310	1 502 310
	76 388	319 884	(262 702)	2 709 709	2 843 279

7.3.11 REMENSURAÇÕES RECONHECIDAS DIRETAMENTE EM OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAIS

Valores em Euros	2023				Impacto nos Capitais próprios
	Ganhos e perdas	Retorno sobre ativos dos planos	Valor bruto	Imposto diferido	
Benefícios pós-emprego					
Pensões a cargo do Grupo	143 311	-	143 311	(39 397)	103 914
Pensões com fundo autónomo	(2 367 696)	6 890 987	4 523 291	(330 509)	4 192 782
Morte e subsídios de reforma	8 852	-	8 852	(389)	8 463
Assistência na doença	(2 766)	-	(2 766)	595	(2 171)
	(2 218 299)	6 890 987	4 672 688	(369 700)	4 302 988

Valores em Euros	2022				Impacto nos Capitais próprios
	Ganhos e perdas	Retorno sobre ativos dos planos	Valor bruto	Imposto diferido	
Benefícios pós-emprego					
Pensões a cargo do Grupo	(56 942)	-	(56 942)	(57 869)	(114 811)
Pensões com fundo autónomo	3 147 870	(2 330 203)	817 667	650 226	1 467 893
Morte e subsídios de reforma	7 537	-	7 537	-	7 537
Assistência na doença	(6 429)	-	(6 429)	1 383	(5 046)
	3 092 036	(2 330 203)	761 833	593 740	1 355 573

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

8.1 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A Semapa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS) desenvolve direta e indiretamente atividades de gestão sobre as suas Participadas. Deste modo, o cumprimento das obrigações por si assumidas depende dos *cash flows* gerados por estas. A Empresa depende assim da eventual distribuição de dividendos por parte das suas subsidiárias, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cash flows* gerados por essas sociedades.

A capacidade das subsidiárias da Semapa disponibilizarem fundos à *holding* dependerá, em parte, da sua capacidade de geração de *cash flows* positivos e, por outro lado, está dependente dos respetivos resultados, reservas disponíveis para distribuição e estrutura financeira.

O Grupo Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise nos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na sua *performance* financeira. A gestão do risco é conduzida pela direção financeira da *holding* e dos principais subgrupos de acordo com políticas aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração e acompanhada pela Comissão de Controlo e Riscos.

O Grupo tem tido uma postura ativa de gestão do risco, procurando minimizar os potenciais efeitos adversos a eles associados, nomeadamente no que respeita ao risco cambial, risco de taxa de juro e risco de acesso a financiamento.

8.1.1 RISCO CAMBIAL

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO CAMBIAL

PASTA E PAPEL

No que respeita ao segmento da Pasta e do Papel, uma parte significativa das vendas do Grupo é denominada em moedas diferentes do Euro, pelo que a sua evolução poderá ter um impacto significativo nos fluxos de caixa obtidos com as vendas futuras do Grupo, sendo as moedas com maior impacto o USD. Também as vendas em GBP, PLN e CHF têm alguma expressão, tendo as vendas noutras moedas menor significado.

As compras de algumas matérias-primas são efetuadas em USD, nomeadamente parte das importações de madeira e de pasta de fibra longa, pelo que variações nesta moeda poderão ter um impacto nos valores de aquisição.

Adicionalmente, e muito embora exista uma cobertura natural parcial, uma vez concretizada uma venda ou compras em moeda diferente do Euro, o Grupo incorre em risco cambial até ao recebimento ou pagamento dessa venda ou compra, caso não contrate instrumentos de cobertura deste risco. Deste modo, existe permanentemente, no seu ativo, um montante significativo de créditos a receber, assim como, embora com menor expressão, débitos a pagar, expostos a risco cambial.

CIMENTO E DERIVADOS

O risco cambial do segmento do Cimento e Derivados resulta sobretudo dos investimentos detidos no Brasil e das compras de combustíveis e fretes de navios, estes pagos em USD. Este segmento prosseguiu a sua política de maximização do potencial de cobertura natural da sua exposição cambial. Este segmento integra igualmente ativos localizados na Tunísia, Angola e Líbano pelo que a variação das moedas dos referidos países poderá ter impacto na Posição financeira consolidada da Semapa.

O segmento analisa a sua exposição cambial numa ótica consolidada ao nível do Grupo Secil, sendo a sua política maximizar a cobertura natural dos fluxos em moeda diferente da moeda de apresentação,

UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Pontualmente, quando tal se afigura oportuno, o Grupo recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados para a gestão do risco cambial, de acordo com uma política definida periodicamente e que tem como objetivo limitar o risco líquido de exposição cambial associado às vendas e compras futuras, aos créditos e débitos a receber e a pagar denominados em moedas diferentes do Euro. Contudo, quando uma unidade negocia financiamentos em moeda diferente da moeda de apresentação do Grupo ou da sua moeda funcional, é efetuada cobertura imediata.

Nos períodos apresentados, o Grupo detém derivados que se encontram a cobrir o risco cambial de operações futuras em moeda diferente da moeda de apresentação (ver Nota 8.2 – Instrumentos financeiros derivados).

EXPOSIÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO RISCO CAMBIAL E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

31 de dezembro de 2023	Dólar norte-americano	Libra esterlina	Zloti polaco	Lira turca	Franco suíço	Real brasileiro
Taxa de câmbio no final do período	1,105	0,869	4,340	32,653	0,926	5,350
<i>Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior</i>	3,60%	(2,01%)	(7,29%)	63,55%	(5,96%)	(3,9%)
Taxa de câmbio média no período	1,082	0,870	4,542	25,760	0,972	5,401
<i>Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior</i>	2,68%	1,99%	(3,09%)	47,90%	(3,26%)	(0,7%)
Valores em Divisas						
Caixa e equivalentes de caixa	13 488 061	863 437	259 824	525 311	2 731	77 266 349
Valores a receber	151 082 184	21 697 447	14 349 866	124 322	1 572 289	109 932 796
Outros ativos	20 249 572	4 474 188	-	-	-	-
Total de ativos financeiros	184 819 817	27 035 072	14 609 690	649 633	1 575 020	187 199 145
Financiamentos	(49 042 855)	-	-	-	-	(165 792 085)
Valores a pagar	(34 023 308)	(64 414)	(25 273)	(5 124 236)	(84 250)	(314 358 916)
Total de passivos financeiros	(83 066 163)	(64 414)	(25 273)	(5 124 236)	(84 250)	(480 151 001)
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	101 753 654	26 970 658	14 584 417	(4 474 603)	1 490 770	(292 951 856)
Posição financeira líquida em Euros	92 084 755	31 032 859	3 360 852	(137 035)	1 609 903	(54 754 286)
<i>Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio</i>	(8 371 341)	(2 821 169)	(305 532)	12 458	(146 355)	4 977 662
<i>Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio</i>	10 231 639	3 448 095	373 428	(15 226)	178 878	(6 083 810)

31 de dezembro de 2023	Metical moçambicano	Dirham marroquino	Libra libanesa	Dinar tunisino	Kwanza angolano	Rand sul-africano
Taxa de câmbio no final do período	70,650	10,945	99 118,5	3,390	925,358	20,348
<i>Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior</i>	3,62%	(1,92%)	120,73%	1,7%	69,90%	12,43%
Taxa de câmbio média no período	69,106	10,955	99 118,5	3,355	747,888	19,955
<i>Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior</i>	2,83%	2,52%	120,73%	3,1%	53,66%	15,96%
Valores em Divisas						
Caixa e equivalentes de caixa	24 591 876	418 145	95 272 119	3 294 010	110 560 798	40 922
Valores a receber	16 154 123	-	17 825 753	49 030 610	3 192 891 358	-
Outros ativos	-	-	-	81 719	5 040 000	-
Total de ativos financeiros	40 745 999	418 145	113 097 872	52 406 339	3 308 492 156	40 922
Financiamentos	-	-	-	(133 212 541)	(1 731 892 009)	-
Valores a pagar	-	(134 963)	(445 209 119)	(55 194 287)	(558 517 931)	-
Total de passivos financeiros	-	(134 963)	(445 209 119)	(188 406 828)	(2 290 409 940)	-
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	40 745 999	283 182	(332 111 247)	(136 000 489)	1 018 082 216	40 922
Posição financeira líquida em Euros	576 730	25 874	(3 351)	(40 121 689)	1 100 203	2 011
<i>Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio</i>	(52 430)	(2 352)	305	3 647 426	(100 018)	(183)
<i>Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio</i>	64 081	2 875	(372)	(4 457 965)	122 245	223

31 de dezembro de 2022	Dólar norte americano	Libra esterlina	Zloti polaco	Lira turca	Franco suíço	Real brasileiro
Taxa de câmbio no final do período	1,067	0,887	4,681	19,965	0,985	5,568
<i>Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior</i>	(5,83%)	5,55%	1,83%	31,06%	(4,68%)	(11,90%)
Taxa de câmbio média no período	1,053	0,853	4,687	17,417	1,005	5,441
<i>Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior</i>	(10,94%)	(0,79%)	2,66%	65,68%	(7,08%)	(14,68%)
Valores em Divisas						
Caixa e equivalentes de caixa	11 599 498	920 577	628 521	277 417	60 783	200 689 277
Valores a receber	127 293 040	27 203 259	22 284 073	124 322	3 171 682	42 990 334
Outros ativos	26 781 806	4 854 927	-	-	-	-
Total de ativos financeiros	165 674 344	32 978 763	22 912 594	401 739	3 232 465	243 679 611
Financiamentos	(56 508 439)	-	-	-	-	(209 076 285)
Valores a pagar	(8 681 563)	(270 975)	(11 083)	(22 910)	(30 685)	(309 937 974)
Total de passivos financeiros	(65 190 002)	(270 975)	(11 083)	(22 910)	(30 685)	(519 014 259)
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	100 484 342	32 707 788	22 901 511	378 829	3 201 780	(275 334 648)
Posição financeira líquida em Euros	94 209 959	36 877 530	4 892 649	18 975	3 251 528	(49 449 470)
<i>Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio</i>	(8 564 542)	(3 352 503)	(444 786)	(1 725)	(295 593)	4 495 406
<i>Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio</i>	10 467 773	4 097 503	543 628	2 108	361 281	(5 494 386)

31 de dezembro de 2022	Metical moçambicano	Dirham marroquino	Libra libanesa	Dinar tunisino	Kwanza angolano	Rand sul-africano
Taxa de câmbio no final do período	68,180	11,159	44 903,900	3,334	544,643	18,099
<i>Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior</i>	(12,69%)	6,11%	43,39%	2,05%	(13,88%)	0,20%
Taxa de câmbio média no período	67,204	10,686	44 903,900	3,254	486,725	17,208
<i>Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior</i>	(13,56%)	0,12%	43,39%	(1,08%)	(35,22%)	(1,54%)
Valores em Divisas						
Caixa e equivalentes de caixa	69 989 502	528 284	35 277 945	9 188 351	199 214 219	40 922
Valores a receber	119 228 330	-	9 798 214	27 919 258	211 576 184	-
Outros ativos	-	-	657 966	13 613 868	1 680 000	-
Total de ativos financeiros	189 217 832	528 284	45 734 125	50 721 477	412 470 403	40 922
Financiamentos	-	-	-	(110 959 947)	-	-
Valores a pagar	-	(98 203)	(123 624 248)	(45 894 250)	(397 337 690)	-
Total de passivos financeiros	-	(98 203)	(123 624 248)	(156 854 197)	(397 337 690)	-
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	189 217 832	430 081	(77 890 123)	(106 132 720)	15 132 713	40 922
Posição financeira líquida em Euros	2 775 269	38 540	(1 735)	(31 831 540)	27 785	2 261
<i>Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio</i>	(252 297)	(3 504)	158	2 893 776	(2 526)	(206)
<i>Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio</i>	308 363	4 282	(193)	(3 536 838)	3 087	251

8.1.2 RISCO DE TAXA DE JURO

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

Uma parte do custo associado à dívida financeira contraída pelo Grupo está indexada a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio e longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afetar os resultados do Grupo.

A estratégia de gestão do risco de taxa de juro é revista periodicamente pelo Grupo. Face ao nível atual das taxas de juro, o Grupo tem privilegiado a contratação de dívida a taxa fixa.

Nos casos em que a Administração considera adequado, o Grupo recorre à utilização de Instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2), nomeadamente *swaps*, tendo estes instrumentos como objetivo fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros, considerados adequados pelas políticas de gestão de risco do Grupo.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juro de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- (i) Alterações nas taxas de juro do mercado afetam rendimentos ou despesas de juros de Instrumentos financeiros variáveis;
- (ii) Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de Instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;
- (iii) Alterações no justo valor de Instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores atuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, o impacto dum aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado para todas as moedas às quais o Grupo tem passivos e ativos remunerados, e instrumentos financeiros derivados a 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado		
Impacto no resultado antes de imposto - aumento / (diminuição)	(4 906 091)	(1 833 147)

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Os ativos e passivos financeiros remunerados a taxa fixa (que não expõem o Grupo ao risco de taxa de juro) e remunerados a taxa variável (que expõem o Grupo ao risco de taxa de juro) detalham-se como segue:

Valores em Euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ 5 anos	Total
A 31 de dezembro de 2023						
Ativos						
Correntes						
Disponibilidades	279 241 238	-	-	-	-	279 241 238
Total de ativos financeiros	279 241 238	-	-	-	-	279 241 238
Passivos						
Não correntes						
Passivos remunerados	-	49 999 998	204 336 792	787 723 918	59 690 940	1 101 751 648
Outros passivos	-	-	-	59 624 498	10 665 340	70 289 838
Correntes						
Passivos remunerados	30 562 053	51 996 013	106 288 938	-	-	188 847 004
Outros passivos	-	3 444 138	10 250 186	-	-	13 694 324
Total de passivos financeiros	30 562 053	105 440 149	320 875 916	847 348 416	70 356 280	1 374 582 814
Posição financeira líquida de balanço	248 679 185	(105 440 149)	(320 875 916)	(847 348 416)	(70 356 280)	(1 095 341 576)

Valores em Euros	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ 5 anos	Total
A 31 de dezembro de 2022						
Ativos						
Correntes						
Disponibilidades	593 396 577	-	-	-	-	593 396 577
Total de ativos financeiros	593 396 577	-	-	-	-	593 396 577
Passivos						
Não correntes						
Passivos remunerados	-	162 500 000	50 000 000	687 981 305	126 482 690	1 026 963 995
Outros passivos	-	-	-	28 877 757	1 097 309	29 975 066
Correntes						
Passivos remunerados	-	98 983 063	57 878 080	171 628 709	-	328 489 852
Outros passivos	-	-	7 219 439	-	-	7 219 439
Total de passivos financeiros	-	261 483 063	115 097 519	888 487 771	127 579 999	1 392 648 353
Posição financeira líquida de balanço	593 396 577	(261 483 063)	(115 097 519)	(888 487 771)	(127 579 999)	(799 251 776)

8.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo gere o risco de liquidez por duas vias:

- (i) garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde exerce a sua atividade, e
- (ii) através da contratação com instituições financeiras de linhas de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

MATURIDADE CONTRATUAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS (FLUXOS NÃO DESCONTADOS, INCLUINDO JUROS)

Valores em Euros	-1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ de 5 anos	Total
A 31 de dezembro de 2023						
Passivos						
Empréstimos por obrigações	2 054 269	11 239 750	58 975 958	707 300 284	137 745 001	917 315 262
Papel comercial	1 239 679	1 221 333	40 701 805	153 939 888	-	197 102 705
Empréstimos bancários	26 074 415	10 459 335	53 652 013	173 782 212	50 383 551	314 351 526
Outros financiamentos	4 956 586	-	7 219 439	23 227 870	-	35 403 895
Passivos de locação	87 856	123 661	8 882 578	14 788 705	10 665 340	34 548 140
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(8 574 707)	(9 229 637)	-	(17 804 344)
Outros passivos financeiros	2 401 661	4 933 184	-	50 000 000	-	57 334 845
Total passivos	36 814 466	27 977 263	160 857 086	1 113 809 322	198 793 892	1 538 252 029
A 31 de dezembro de 2022						
Passivos						
Empréstimos por obrigações	808 956	10 257 500	186 841 775	606 377 129	101 310 000	905 595 360
Papel comercial	-	35 994 000	13 197 220	164 625 861	20 000 000	233 817 081
Empréstimos bancários	1 273 415	5 281 557	100 990 944	192 958 769	28 149 329	328 654 014
Outros financiamentos	-	-	11 888 984	28 877 757	5 631 853	46 398 594
Instrumentos financeiros derivados	-	(1 027 675)	1 391 280	(24 583 272)	(652 775)	(24 872 442)
Outros passivos financeiros	-	-	-	458 343	-	458 343
Total passivos	2 082 371	50 505 382	314 310 203	968 714 587	154 438 407	1 490 050 950



A maturidade contratual dos financiamentos obtidos apresentada pressupõe o cumprimento de *covenants* financeiros, conforme mencionados na Nota 5.7 – Financiamentos obtidos.

LINHAS DE CRÉDITOS DISPONÍVEIS E NÃO UTILIZADAS

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Linhas de crédito não utilizadas		
Holdings	311 250 000	315 500 000
Pasta e Papel	287 700 714	210 450 714
Cimento	256 511 022	158 190 566
Outros negócios	17 875 000	14 125 000
	873 336 736	698 266 280

8.1.4 RISCO DE CRÉDITO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

O Grupo avalia, numa base prospetiva, as perdas de crédito esperadas associadas aos seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor por outro rendimento integral, de acordo com a IFRS 9, conforme o detalhe apresentado na Nota 8.4.1 – Categorias de instrumentos financeiros do Grupo.

Nesta base, o Grupo reconhece as perdas de crédito esperadas (*expected credit losses*) ao longo da respetiva duração dos instrumentos financeiros que tenham sido objeto de aumentos significativos do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliado numa base individual ou coletiva, tendo em conta todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo a informação prospetiva disponível.

Se, à data de relato, o risco de crédito associado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a imparidade relativa a esse instrumento financeiro por uma quantia equivalente às perdas de crédito esperadas.

A IFRS 9 prevê que para o cálculo destas imparidades seja utilizado um de dois modelos: método das 3 fases ou uso de uma matriz, sendo a componente distintiva a existência ou não de uma componente significativa de financiamento. No caso dos ativos financeiros do Grupo, não sendo o mesmo uma instituição financeira e não existindo ativos que tenham uma componente significativa de financiamento, optou-se pela utilização de uma matriz.

O modelo seguido na avaliação das imparidades de acordo com a IFRS 9 é como segue:

1. Calcular o total de vendas a crédito realizadas pelo Grupo durante os últimos 12 meses, assim como o montante total de cobrança duvidosa que se lhes associa;
2. Apurar o perfil de pagamento dos clientes e outros credores de curto prazo, definindo intervalos de periodicidade de recebimento;
3. Com base em 1. supra, estimar a probabilidade de *default* (ou seja, o montante de cobrança duvidosa apurado em 1. comparado com saldo de vendas em aberto em cada intervalo calculado em 2.);
4. Ajustar as percentagens obtidas em 3. relativamente às projeções futuras;
5. Aplicar as percentagens de *default* conforme calculadas em 4. aos saldos de clientes e outros valores a pagar correntes em aberto na data de relato.

Apesar da IFRS 9 presumir 90 dias como *default*, o Grupo Navigator considerou 180 dias, pois a experiência de perdas reais antes deste prazo é reduzida, além de se encontrar alinhado com as atuais políticas de gestão de risco da entidade, nomeadamente no que diz respeito ao seguro de crédito contratado e ao facto de não existirem vendas com componentes significativas de financiamento à luz da IFRS 15. Adicionalmente, a Navigator avaliou o impacto de considerar 180 dias de *default* em detrimento de 90 dias e a *expected credit loss* não se alteraria significativamente. Além deste prazo, o modelo tem em consideração a franquia paga pela Navigator em caso de sinistro na seguradora de crédito contratada, de 5% (10% para clientes nacionais).

Além disso, o Grupo reconhece imparidades em base casuística, com base em saldos específicos e eventos passados específicos, tendo em conta a informação histórica das contrapartes, o seu perfil de risco e outros dados observáveis de forma a aferir se existe indicadores objetivos de imparidade para esses ativos financeiros. O Grupo utiliza o procedimento de anulação (*write-off*) apenas quando o crédito é considerado definitivamente incobrável, por decisão do tribunal.

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

O Grupo encontra-se sujeito a risco no crédito sobre os saldos a receber dos clientes e de outros devedores, tendo adotado uma política de gestão de cobertura de risco dentro de determinados níveis através de seguros de crédito com entidades independentes especializadas. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias locais pode originar uma deterioração na capacidade dos clientes em saldar os seus compromissos.

O Grupo adotou uma política de seguro de crédito para a generalidade dos saldos a receber de clientes. Desta forma considera-se que a exposição efetiva do Grupo ao risco de crédito se encontra mitigada a níveis aceitáveis relativamente às vendas.

No entanto, o agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem apenas as economias a uma escala local pode originar uma deterioração na capacidade dos clientes do Grupo em saldar as suas obrigações, levando a que as entidades que prestam o seguro de crédito diminuam significativamente o montante das linhas que disponibilizam para esses clientes, o que pode resultar em limitações nos montantes que se conseguem vender a alguns clientes, sem incorrer diretamente em níveis de risco de crédito enquadráveis na política de risco nesta área.

EQUIVALENTES DE CAIXA

O Grupo tem uma política rigorosa de aprovação das suas contrapartes financeiras, limitando a sua exposição de acordo com uma análise individual de risco e com *plafonds* previamente aprovados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento dos valores em aberto antes de imparidades:

Valores em Euros	Pasta e Papel	Cimento	Outros negócios	Total	
				31/12/2023	31/12/2022
valores não vencidos	238 684 032	49 488 596	8 155 882	296 328 510	349 812 249
de 1 a 90 dias	20 206 869	20 523 836	6 163 342	46 894 047	67 929 885
de 91 a 180 dias	127 789	3 792 418	2 611 898	6 532 105	5 975 691
de 181 a 360 dias	42 151	2 217 489	5 057 161	7 316 801	2 317 136
de 361 a 540 dias	-	684 443	2 077 346	2 761 789	1 008 726
de 541 a 720 dias	-	335 130	306 073	641 203	676 838
a mais de 721 dias	-	2 594 833	1 453 081	4 047 914	8 257 946
	259 060 841	79 636 745	25 824 783	364 522 369	435 978 471
Em contencioso de cobrança	3 293 670	12 308 407	-	15 602 077	14 223 086
Imparidades	(3 293 670)	(14 180 847)	(566 913)	(18 041 430)	(21 369 923)
Saldo de clientes (Nota 4.2)	259 060 841	77 764 305	25 257 870	362 083 016	428 831 634

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta, de acordo com a informação que é do conhecimento do Grupo, na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas. Estas são apuradas atendendo à informação regularmente reunida sobre o comportamento financeiro dos clientes do Grupo, que permite, em conjugação com a experiência reunida na análise da carteira e em conjugação com os sinistros de crédito que se verifiquem, na parte não atribuível à seguradora, definir o valor das perdas a reconhecer no período.

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

Valores em Euros	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor bruto	Justo Valor Garantias	Valor bruto	Justo Valor Garantias
Saldos devedores vencidos não considerados em imparidades				
Vencidos há menos de 3 meses	44 254 222	19 721 695	67 752 618	40 743 635
Vencidos há mais de 3 meses	20 732 900	298 294	11 486 785	550 853
	64 987 122	20 019 989	79 239 403	41 294 488
Saldos devedores considerados em imparidades				
Vencidos há menos de 3 meses	492 954	-	177 267	-
Vencidos há mais de 3 meses	17 548 476	-	21 192 656	-
	18 041 430	-	21 369 923	-

De referir, conforme descrito anteriormente que o Grupo adotou uma política de seguro de crédito para parte significativa de saldos a receber de clientes. Desta forma, é convicção do Grupo que a exposição efetiva ao risco de crédito se encontra em níveis aceitáveis.

A qualidade de risco de crédito do Grupo, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, face a Ativos financeiros (Caixa e seus equivalentes e Instrumentos financeiros derivados) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
AA	-	6 231 679
AA-	-	74 995 499
A+	77 860 614	204 316 040
A	62 338 437	4 168 750
A-	50 996 805	168 967 841
BBB+	12 062 501	5 847 277
BBB	27 492 241	51 918 542
BBB-	15 989 304	3 034 440
BB+	5 334 450	10 227 361
BB	8 922 827	5 697 168
BB-	-	35 693 098
B+	621 961	-
B	-	17 933
B-	20 373	2 308 949
CCC+	-	2 205 418
Outros	17 601 147	16 841 594
	279 240 660	592 471 589

A rubrica Outros inclui aplicações de tesouraria em instituições financeiras em Angola e Moçambique relativamente às quais não foi possível obter a notação de *rating* com referência às datas apresentadas.

A exposição máxima ao risco de crédito na Posição financeira consolidada, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Não Correntes		
Outros investimentos financeiros (Nota 8.3)	19 419 978	48 718 902
Valores a receber não correntes (Nota 4.2)	57 698 209	28 920 465
Correntes		
Valores a receber correntes (Nota 4.2)	466 869 667	493 782 649
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2)	23 314 167	54 773 410
Depósitos bancários e aplicações de tesouraria (Nota 5.9)	279 241 238	592 471 589
	846 543 259	1 218 667 015

IMPARIIDADE DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

MOVIMENTOS EM PERDAS POR IMPARIIDADE ACUMULADAS EM CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

Valores em Euros	Clientes c/c		Outros valores a receber	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imparidades acumuladas no início do exercício	21 369 923	16 007 586	7 459 669	7 088 539
Variações devidas a:				
Reforço	404 852	4 705 493	2 388 321	1 456 821
Reversões	(4 513 427)	(563 231)	(2 015 822)	(64 938)
Variações reconhecidas nos resultados do exercício	(4 108 575)	4 142 262	372 499	1 391 883
Ajustamento cambial	(168 402)	29 679	-	(1 818)
Utilizações	2 050 347	18 442	(56 528)	(1 018 935)
Regularizações e transferências	-	1 171 954	(2 156)	-
Imparidades acumuladas no final do exercício	19 143 293	21 369 923	7 773 484	7 459 669

8.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O justo valor dos Instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de Valores a pagar (Nota 4.3), quando negativo, e na rubrica Valores a receber (Nota 4.2), quando positivo.

Conforme previsto na IFRS 9 – Instrumentos financeiros, o Grupo optou por continuar a aplicar os requisitos da contabilidade de cobertura presentes na IAS 39 – Instrumentos financeiros, até que exista uma maior visibilidade sobre o projeto de Dynamic Risk Management (*macro hedging*) atualmente em curso.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de cobertura contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro e de câmbio, *forwards* cambiais, etc.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos aplicáveis. Os instrumentos que não se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística são registados na Posição financeira consolidada pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em Rendimentos e gastos financeiros (Nota 5.11), quando relativas a operações de financiamento, ou em Fornecimentos e Serviços Externos (Nota 2.3) ou Rédito (Nota 2.1), quando se referirem à cobertura de riscos cambiais sobre a compra de matérias-primas ou fluxos de recebimento de vendas em moeda diferente da moeda de apresentação.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE COBERTURA

Os Instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as condições definidas na IAS 39.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA (RISCO DE TAXA DE JURO E DE CÂMBIO)

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de juro e de câmbio, realiza cobertura de fluxos de caixa.

Estas operações são registadas na Demonstração da posição financeira intercalar pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas no outro rendimento integral do período. Se as operações de cobertura se apresentarem como ineficazes, o ganho ou a perda daí decorrente é registada diretamente em resultados.

Os montantes acumulados em capital próprio são transferidos para resultados quando o item coberto afeta a Demonstração dos resultados (por exemplo, quando a venda futura coberta se materializa). O ganho ou a perda correspondente à componente eficaz dos *swaps* de taxa de juro que se encontrem a cobrir financiamentos de taxa variável é reconhecido na rubrica de Rendimentos e gastos financeiros (Nota 5.11). No entanto, quando a transação futura que se encontra coberta origina o reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, inventários ou ativos fixos tangíveis), os ganhos e perdas anteriormente diferidos no capital próprio são incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

COBERTURA DE INVESTIMENTO LÍQUIDO NO ESTRANGEIRO (RISCO DE TAXA DE CÂMBIO)

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de câmbio, realiza cobertura da exposição cambial em investimentos em entidades no estrangeiro (*Net investment*) através da contratação de *forwards* cambiais, os quais se encontram registados ao justo valor na Demonstração da posição financeira consolidada.

As coberturas contratadas para investimentos em operações estrangeiras são registadas de forma semelhante às coberturas de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas no instrumento de cobertura relacionados com a sua componente de cobertura efetiva são reconhecidos no rendimento integral do período. Os ganhos e perdas relacionados com a componente ineficaz de cobertura são reconhecidos na Demonstração dos resultados. Os ganhos e perdas acumulados no capital próprio são incluídos na Demonstração dos resultados se e quando ocorrer a alienação da operação estrangeira.

DESRECONHECIMENTO

Quando um instrumento de cobertura matura é vendido, ou quando deixa de cumprir os critérios exigidos para que seja reconhecido contabilisticamente como de cobertura, os ganhos e perdas acumuladas no capital próprio são reciclados para a Demonstração dos resultados, exceto quando o item coberto é uma transação futura em que os ganhos e perdas acumuladas constantes do capital próprio a essa data permaneçam no capital próprio, caso em que apenas serão reciclados para a Demonstração dos resultados quando a transação for reconhecida na Demonstração dos resultados.

SEGMENTO PASTA E PAPEL

DERIVADOS CAMBIAIS DE NEGOCIAÇÃO

O Grupo Navigator tem uma exposição cambial nas vendas que fatura em divisas, com especial relevância em dólares norte-americanos (USD) e libras esterlinas (GBP). Uma vez que o Grupo apresenta as suas demonstrações financeiras em Euros, fica exposta a um risco económico na conversão destes fluxos de moedas para o euro. O Grupo tem também, embora com menor expressão, alguns pagamentos nestas mesmas divisas, que, para efeitos de exposição cambial, funcionam como uma cobertura natural. Deste modo, a cobertura tem como objetivo proteger o saldo dos valores da demonstração da posição financeira denominados em moeda diferente da moeda de apresentação contra as respetivas variações cambiais.

Os instrumentos de cobertura utilizados nesta operação são *forwards* cambiais, contratados sobre a exposição líquida às moedas diferentes da moeda de apresentação, para montantes e datas de vencimento próximas dessa exposição. A natureza do risco coberto é a variação cambial contabilística registada nas vendas e compras tituladas em moedas diferentes da moeda de apresentação. No final de cada mês é feita uma atualização cambial dos saldos de Clientes e dos Fornecedores, cujo ganho ou perda é compensado com a variação do justo valor dos *forwards* negociados.

COBERTURA DE VENDAS FUTURAS | RISCO CAMBIAL EUR/USD E EUR/GBP

O Grupo recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados com o objetivo de limitar o risco líquido de exposição cambial associado às vendas e compras futuras estimadas em USD e GBP.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | TAXA DE JURO

O Grupo Navigator procede à cobertura dos pagamentos de juros futuros associados às emissões de papel comercial e do empréstimo obrigacionista, através da contratação de *swaps* de taxa de juro, onde paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável. O referido instrumento é designado como de cobertura dos fluxos de caixa associados ao programa de papel comercial e ao empréstimo obrigacionista.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | COMMODITIES – BHKP

O Grupo Navigator usa instrumentos financeiros derivados com o objetivo de minimizar o risco de exposição associado à variação do preço da pasta, indexado ao PIX, em USD.

SEGMENTO CIMENTO E DERIVADOS

COBERTURA DE RISCO CAMBIAL NA EXPORTAÇÃO E NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

O Grupo Secil efetua muito pontualmente operações de cobertura de vendas em moeda diferente da moeda de apresentação e efetua cobertura das aquisições futuras de combustível, nomeadamente do *petcoke*.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | TAXA DE JURO DE EMPRÉSTIMOS A OPERAÇÕES ESTRANGEIRAS

Quando uma operação estrangeira do Grupo Secil contrai empréstimos em moeda que não seja a moeda funcional no país de atividade dessa operação, o Grupo efetua operações de cobertura de forma que a exposição reflita a moeda funcional.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

MOVIMENTOS EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Valores em Euros	2023			2022		
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total líquido	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total líquido
Saldo no início do período	(10 182 937)	53 197 110	43 014 173	(2 612 553)	(4 132 630)	(6 745 183)
Novos contratos / liquidações	(3 154 636)	10 849 615	7 694 979	17 938 322	(1 409 254)	16 529 068
Variação de justo valor em resultados (Nota 5.11)	2 346 219	(5 383 278)	(3 037 059)	(25 364 400)	(1 504 772)	(26 869 172)
Variação de justo valor em outro rendimento integral (Nota 5.5)	-	(36 992 772)	(36 992 772)	-	60 243 766	60 243 766
Ajustamento cambial	(287 962)	-	(287 962)	(144 306)	-	(144 306)
Saldo no final do período	(11 279 316)	21 670 675	10 391 359	(10 182 937)	53 197 110	43 014 173

DETALHE E MATURIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS POR NATUREZA

31 de dezembro de 2023 Valores em Euros	Nocional	Moeda	Maturidade	Positivos (Nota 4.2)	Negativos (Nota 4.3)	Líquido
De cobertura						
Forwards cambiais (vendas futuras)	287 500 000	USD	2024	1 348 010	(608 037)	739 973
Swaps de taxa de juro (swaps)	405 000 000	EUR	2028	20 899 047	-	20 899 047
Pasta BHKP	7 092 000	USD	2024	31 655	-	31 655
				22 278 712	(608 037)	21 670 675
De negociação						
Forwards cambiais (vendas futuras)	46 000 000	USD	2024	1 014 913	(4 987 262)	(3 972 349)
Forwards cambiais (vendas futuras)	6 099 807	GBP	2024	-	(96 519)	(96 519)
Forwards cambiais	1 650 000	USD	2024	20 542	(35 301)	(14 759)
Cross currency interest rate swap	29 256 687	EUR	2024	-	(1 513 277)	(1 513 277)
Cross currency interest rate swap	52 145 527	USD	2025	-	(5 682 412)	(5 682 412)
				1 035 455	(12 314 771)	(11 279 316)
				23 314 167	(12 922 808)	10 391 359

31 de dezembro de 2022 Valores em Euros	Nocional	Moeda	Maturidade	Positivos (Nota 4.2)	Negativos (Nota 4.3)	Líquido
De cobertura						
Forwards cambiais (vendas futuras)	345 000 000	USD	2023	6 011 256	-	6 011 256
Forwards cambiais (vendas futuras)	144 000 000	GBP	2023	1 294 665	-	1 294 665
Swaps de taxa de juro (swaps)	425 000 000	EUR	2026/2027	38 208 097	-	38 208 097
Pasta BHKP	50 521 199	EUR	2023	7 683 092	-	7 683 092
				53 197 110	-	53 197 110
De negociação						
Forwards cambiais	76 977 456	USD	2023	1 325 016	(4 679 289)	(3 354 273)
Forwards cambiais	18 800 000	GBP	2023	251 284	-	251 284
Forwards cambiais	1 750 000	CHF	2023	-	(3 244)	(3 244)
Cross currency interest rate swap	17 500 000	EUR	2023/2024	-	(2 612 957)	(2 612 957)
Cross currency interest rate swap	62 145 527	USD	2022/2025	-	(4 463 747)	(4 463 747)
				1 576 300	(11 759 237)	(10 182 937)
				54 773 410	(11 759 237)	43 014 173

SEGMENTO PASTA E PAPEL

COBERTURA DE VENDAS FUTURAS | RISCO CAMBIAL EUR/USD

No decorrer do último semestre de 2023, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados, adquirindo USD 287 500 000, em *zero cost collar*, garantindo assim a cobertura total do valor estimado de exposição para o exercício de 2024.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | TAXA DE JURO

No decorrer do primeiro trimestre de 2022, o Grupo Navigator contratou dois novos *swaps* no valor de Euros 75 000 000 cada, para fixação da taxa de juro associada ao empréstimo obrigacionista Navigator 2022-2028, no montante de Euros 150 000 000, com início em junho de 2022.

COBERTURA DE ENERGIA

Face à exposição do grupo ao preço de energia, durante o último trimestre de 2022 procedeu-se à contratação de *swaps* para fixação do preço da energia vendida para um volume de aproximadamente 253 716 MWh, os quais terminaram em 31 de dezembro de 2023.

SEGMENTO CIMENTO E DERIVADOS

DERIVADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em janeiro de 2022, a subsidiária Supremo contratou um financiamento de USD equivalente a BRL 100 000 000 com maturidade em janeiro 2025, com amortizações de capital semestrais, a primeira em janeiro de 2023 e a última no vencimento. Nessa mesma data foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em USD.

Em maio de 2022, a subsidiária Supremo contratou um financiamento externo no montante de USD 18 000 000 com maturidade em maio de 2025, com uma única amortização no vencimento. Nessa mesma data foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em USD.

Em maio de 2022, a subsidiária Margem contratou um financiamento externo no montante de USD 16 000 000 com maturidade em maio de 2025, com uma única amortização no vencimento. Nessa mesma data foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Margem a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em USD.

Em junho de 2022, a subsidiária Margem, contratou um financiamento externo no montante de Euros 10 000 000 com maturidade em junho de 2024, com uma única amortização no vencimento. Nessa mesma data, foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Margem a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em EUR.

Em junho de 2023, a subsidiária Margem contratou um financiamento externo de Euros 6 000 000 com maturidade em dezembro 2023, com uma única amortização no vencimento. Nessa mesma data, foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Margem a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em EUR.

Em outubro de 2023, a subsidiária Margem contratou um financiamento externo de Euros 9 256 687 com maturidade em outubro 2024, com uma única amortização no vencimento. Nessa mesma data, foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Margem a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em EUR.

COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA | TAXA DE JURO

Em 2020 a Secil contratou um empréstimo obrigacionista de Euros 50 000 000, com reembolso integral ao par em abril de 2027, com pagamento de juros semestrais e postecipados. A 26 de outubro de 2020, foi contratado um derivado de cobertura de risco de taxa de juro, através de um *interest rate swap* (IRS) com valor nominal de Euros 50 000 000, com início a 29 de outubro de 2020 e vencimento a 29 de abril 2027.

8.3 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Esta Nota inclui os instrumentos de capital próprio detidos pelo Grupo relativos a empresas sobre as quais não exerce controlo ou influência significativa. Os investimentos financeiros são mensurados ao justo valor através dos resultados quando o Grupo os detém com o objetivo de negociar. O Grupo designa os restantes investimentos financeiros como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

MOVIMENTOS EM OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Saldo inicial	29 868 205	10 851 150
Aquisições	4 801 693	18 674 707
Reembolsos/Alienções	-	(27 470)
Variação cambial em resultados	-	(26 099)
Variação cambial em outro rendimento integral	(360 586)	548 669
Variações de justo valor em outro rendimento integral	(5 127 966)	(152 752)
Saldo Final	29 181 346	29 868 205
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Saldo inicial	18 850 697	10 392 942
Variação de perímetro	211 858	-
Aquisições	2 561 616	5 769 919
Reembolsos/Alienções	(436 466)	(875)
Variação cambial em resultados	(286 021)	143 069
Variações de justo valor em resultados	(1 481 706)	2 545 642
Saldo Final	19 419 978	18 850 697
Total	48 601 324	48 718 902

DETALHE DOS OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS POR NATUREZA

Estes investimentos correspondem essencialmente a investimentos feitos pela subsidiária Semapa Next, S.A., unidade de negócio de capital de risco do Grupo Semapa que tem vindo a concretizar investimentos diversificados, e decompõem-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Kenko, Unipessoal, Lda.	5 185 000	4 687 800
Oceano Fresco, S.A.	2 971 000	3 006 930
Overstory, B.V.	5 306 000	1 155 000
Probe.ly	2 950 000	2 950 000
Realfevr, Lda.	3 999 998	3 999 998
Outros	8 769 348	14 068 477
	29 181 346	29 868 205
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Alter Venture Partners Fund I SCA, SICAV-RAIF	10 057 123	10 973 474
FCR Armilar Venture Partners TechTransfer Fund	4 102 370	3 712 679
Outros	5 260 485	4 164 544
	19 419 978	18 850 697
	48 601 324	48 718 902

A subsidiária Semapa Next, S.A., unidade de negócio de capital de risco do Grupo Semapa tem vindo a concretizar investimentos diversificados entre os quais:

- Uma participação na Defined AI, que opera um *marketplace* de dados de alta qualidade para treino de modelos de inteligência artificial;
- Uma participação na LOQR, que oferece uma plataforma inovadora que facilita a transformação digital e aceleração do negócio *online* das instituições financeiras;
- Uma participação na Oceano Fresco, que se dedica à aquacultura sustentável de bivalves de alta qualidade (amêijoas europeias), aplicando métodos científicos e uma abordagem inovadora;
- Uma participação na Probely, que desenvolveu uma solução dirigida aos programadores e às equipas de cibersegurança das empresas para deteção automática de vulnerabilidades em sites, aplicações web e API;
- Uma participação na Kencko, que se dedica à produção e comercialização de *smoothies*, gomas e *bowls* nutritivos e de alta qualidade com menos desperdício alimentar;
- Uma participação na RealFevr, empresa especializada na comercialização e gamificação de NFT de desporto;
- Uma participação na Overstory, que desenvolveu uma plataforma para planeamento e gestão de risco de vegetação circundante a linhas elétricas;
- Uma participação na Circuit, que disponibiliza uma aplicação para planeamento de rotas para motoristas permitindo a poupança de tempo e combustível;
- Uma participação no fundo da norte-americana Techstars para apoiar e acelerar *startups* globais a partir de Lisboa;
- Conta ainda com participações em vários fundos de capital de risco na Europa e Estados Unidos, a saber: Alter Venture Capital Fund SCA – SICAV, FCR Armilar Venture Partners Tech Transfer Fund, Notion Capital IV LP, Firstminute Capital II LP, Kibo Ventures Fund III FCRE, Lakestar Early IV LP e Lakestar Growth II LP.
- Uma participação na Flecto, que disponibiliza uma plataforma para empresas de aluguer de equipamento poderem gerir melhor e maximizar a rotação do seu inventário.

8.4 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

8.4.1 CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DO GRUPO

Os instrumentos financeiros incluídos em cada rubrica da demonstração da posição financeira consolidada são classificados como segue:

Valores em Euros	Nota	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo derivados)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor através de resultados	Ativos não financeiros	Total
31 de dezembro de 2023								
Outros investimentos financeiros	8.3	-	19 419 978	29 181 346	-	-	-	48 601 324
Valores a receber	4.2	602 072 325	-	-	22 278 712	1 035 455	17 386 225	642 772 717
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	281 156 727	-	-	-	-	-	281 156 727
Total de ativos		883 229 052	19 419 978	29 181 346	22 278 712	1 035 455	17 386 225	972 530 768
31 de dezembro de 2022								
Outros investimentos financeiros	8.3	-	23 538 498	25 180 404	-	-	-	48 718 902
Valores a receber	4.2	595 909 693	-	-	53 197 110	1 576 300	20 272 294	670 955 397
Caixa e equivalentes de caixa	5.9	593 396 576	-	-	-	-	-	593 396 576
Total de ativos		1 189 306 269	23 538 498	25 180 404	53 197 110	1 576 300	20 272 294	1 313 070 875

Valores em Euros	Nota	Passivos financeiros ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor através de resultados	Passivos não financeiros	Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS 9	Total
31 de dezembro de 2023							
Financiamentos obtidos	5.7	1 293 152 168	-	-	-	-	1 293 152 168
Passivos de locação	5.8	-	-	-	-	103 976 966	103 976 966
Valores a pagar	4.3	707 560 115	608 037	12 314 771	386 238 484	-	1 106 721 407
Total de passivos		2 000 712 283	608 037	12 314 771	386 238 484	103 976 966	2 503 850 541
31 de dezembro de 2022							
Financiamentos obtidos	8.3	1 387 572 448	-	-	-	-	1 387 572 448
Passivos de locação	4.2	-	-	-	-	101 217 761	101 217 761
Valores a pagar	4.3	744 478 322	-	11 759 237	242 324 528	-	998 562 087
Total de passivos		2 132 050 770	-	11 759 237	242 324 528	101 217 761	2 487 352 296

8.4.2 JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O justo valor dos instrumentos financeiros é classificado de acordo com a hierarquia de justo valor da IFRS 13 – Mensuração ao justo valor:

Nível 1	Baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de relato
Nível 2	Determinado com recurso a modelos de avaliação, os principais <i>inputs</i> dos quais são observáveis no mercado
Nível 3	Determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais <i>inputs</i> não são observáveis no mercado.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

JUSTO VALOR DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS REMUNERADOS A TAXA DE JURO FIXA

O justo valor destes passivos é calculado pelo método dos fluxos de caixa descontados à data de relato, utilizando uma taxa de desconto de acordo com as características de cada financiamento, pertencendo ao nível 2 da hierarquia de justo valor da IFRS 13.

JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O Grupo considera que o valor contabilístico dos financiamentos remunerados a taxa variável, assim como dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado nas restantes rubricas (Nota 8.4.1), se aproxima do seu justo valor.

9 PROVISÕES, COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

9.1 PROVISÕES



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento e mensuração inicial	São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados e seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação; e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.
Capitalização de dispêndios	O Grupo incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis (bem como a recuperação paisagística e a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído) são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade do Grupo, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a sua vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pelo Grupo.
Mensuração subsequente	As provisões são revistas na data da Posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões de recuperação paisagística são remensuradas em função do efeito temporal do dinheiro, por contrapartida da rubrica "Desconto financeiro de provisões" na Nota 5.11 – Rendimentos e gastos financeiros e consumidas pelos dispêndios efetuados pelo Grupo com a recuperação, na data em que estes ocorrem.

RECUPERAÇÃO PAISAGÍSTICA E OUTROS DISPÊNDIOS DE CARÁTER AMBIENTAL

Algumas empresas do Grupo têm como responsabilidade a recuperação ambiental e paisagística das pedreiras afetas à exploração nos termos da legislação aplicável.

Os trabalhos de reabilitação incluem essencialmente a limpeza e regularização das áreas destinadas à recuperação, modelação e preparação do terreno, transporte e espalhamento de materiais rejeitados para aterro, fertilização, execução do plano geral de revestimento com hidrossementeiras e plantações, e manutenção e conservação das zonas recuperadas após a implantação.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

PROCESSOS JUDICIAIS

Estas provisões foram constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas internamente pelo Grupo com o apoio dos seus consultores legais, baseadas na probabilidade de a decisão ser favorável ou desfavorável ao Grupo.

Os saldos de responsabilidades adicionais por posições de incerteza do Grupo relativos ao imposto sobre o rendimento são divulgados na Nota 6.1 – Imposto sobre o rendimento.

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

A extensão dos trabalhos necessários e dos respetivos custos a incorrer foram determinados tendo por base os planos de lavra das pedreiras e estudos preparados por entidades independentes, sendo que a responsabilidade total foi mensurada pelo valor esperado dos fluxos de caixa futuros, descontados a valor presente.

Juízos de valor e estimativas estão envolvidos na formação de expectativas sobre atividades futuras e no montante e período dos fluxos de caixa associados. Estas perspetivas são efetuadas com base na envolvente existente e regulamentação em vigor.

No caso das pedreiras cuja reconstituição apenas é possível no fim da exploração, o Grupo solicitou a entidades independentes e especializadas a avaliação dessas responsabilidades, bem como o período estimado de exploração, reconhecendo provisões para este efeito.

MOVIMENTOS EM PROVISÕES

Valores em Euros	Processos Judiciais	Recuperação Ambiental	Outras	Total
1 de janeiro de 2022	6 951 277	13 154 122	32 377 546	52 482 945
Aumentos	3 488 765	386 489	11 824 709	15 699 963
Reversões	(5 392 411)	(2 775 622)	(3 598 068)	(11 766 101)
Impacto em resultados do exercício	(1 903 646)	(2 389 133)	8 226 641	3 933 862
Variação de perímetro	-	-	2 544	2 544
Economias hiperinflacionárias (Líbano)	-	450 633	1 262 114	1 712 747
Utilizações	-	(806 874)	(4 911 507)	(5 718 381)
Ajustamento cambial	2 223	(145 508)	(497 452)	(640 737)
Descontos financeiros	-	117 714	-	117 714
Transferências e regularizações	57 126	-	1 377 960	1 435 086
31 de dezembro de 2022	5 106 980	10 380 954	37 837 846	53 325 780
Aumentos	1 157 987	719 293	12 043 784	13 921 064
Reversões	(39 259)	(1 592 712)	(4 642 766)	(6 274 737)
Impacto em resultados do exercício	1 118 728	(873 419)	7 401 018	7 646 327
Variação de perímetro	-	-	105 854	105 854
Economias hiperinflacionárias (Líbano)	-	-	3 098 315	3 098 315
Utilizações	(327 417)	(341 908)	(991 117)	(1 660 442)
Ajustamento cambial	49 274	(292 589)	(2 042 143)	(2 285 458)
Descontos financeiros	-	288 498	-	288 498
Transferências e regularizações	4 298 729	249 215	(3 994 131)	553 813
31 de dezembro de 2023	10 246 294	9 410 751	41 415 642	61 072 687

PROCESSOS JUDICIAIS

O desfecho das provisões para processos judiciais depende de decisões dos tribunais laboral e civil. O saldo a 31 de dezembro de 2023 é composto, maioritariamente, por valores referentes a processos laborais ((2023: Euros 2,8 milhões; 2022: Euros 2,6 milhões) e a processos com a APA – Agência Portuguesa do Ambiente relativamente à taxa de recursos hídricos (2023: Euros 2,3 milhões; 2022: Euros 2 milhões).

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

O valor apresentado em transferências e regularizações com o montante de Euros 249 218 corresponde à revisão dos planos de pedreira e recuperação paisagística realizados no período de 2023 (2022: Euros 450 633), nomeadamente revisão de gastos e de taxa de juro. Desta revisão resultou igualmente o reconhecimento de um aumento dos Ativos de recuperação paisagística no mesmo montante.

OUTRAS PROVISÕES

Refere-se a provisões para fazer face a riscos relacionados com eventos de natureza diversa, de cuja resolução poderão resultar saídas de fluxos de caixa, nomeadamente processos de reestruturação organizacional, complementos ao fundo nacional de segurança social libanês, riscos de posições contratuais assumidas em investimentos, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Outras provisões inclui, respetivamente, o montante de Euros 15 500 000 e Euros 17 300 000 relativos ao projeto de Moçambique. Pese embora o memorando de entendimento (MoU) celebrado com governo moçambicano previsse um compromisso de “melhor esforço” para a criação das condições necessárias para avançar com o investimento até 31 de dezembro de 2018, tal não foi possível até à data, continuando ambas as partes a trabalhar para alcançar esse objetivo.

9.2 COMPROMISSOS

GARANTIAS PRESTADAS A TERCEIROS

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
GARANTIAS PRESTADAS		
Segmento da Pasta e Papel		
Garantias Navigator para os financiamentos com o BEI	22 083 333	37 708 333
Ocean Network Express	2 751 947	-
Comissão Coordenação Desenvolvimento Regional	354 083	354 083
IAPMEI	1 280 701	1 280 701
Desalfandegamento de produtos	-	1 250
Agência Portuguesa Ambiente	2 846 271	2 390 006
Simria	338 829	338 829
Outras	838 256	838 256
Segmento dos Cimentos		
Agência de Desenvolvimento e Coesão	4 896 587	4 919 200
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra	2 942 288	2 624 820
Conselho de Emprego, Indústria e Turismo	279 648	279 648
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional LVT	1 247 478	948 840
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Centro	751 042	789 647
ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	668 688	668 688
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Algarve	678 620	678 620
APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A	349 840	349 840
CCRLVT	-	298 638
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Norte	236 403	236 403
Tribunal do Trabalho	217 324	217 324
IAPMEI (âmbito do PEDIP)	209 305	209 305
Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	199 055	199 055
IAPMEI	102 590	277 541
Consej. Econ. Emp. Ind Tur. Dir Gen Minada y Energia	165 900	165 900
Comercime – Comercialização de Cimentos, Lda		-
Outras	1 170 911	1 094 090
Segmento de Outros negócios		
EDP	9 810	9 810
DGAV	900 000	900 000
IAPMEI	496 966	496 966
	46 015 875	58 275 793
Outros compromissos		
Hipotecas sobre Terrenos, Imóveis e Equipamentos	1 061 137	2 342 297
	47 077 012	60 618 090

COMPROMISSO DE COMPRA

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Compromissos de compra		
Segmento Pasta e Papel Ativos fixos tangíveis – Equipamentos fabris	140 885 321	57 737 388
Segmento Cimento Ativos fixos tangíveis – Equipamentos fabris	20 174 383	13 045 822
Segmento Pasta e Papel Madeira	265 000 000	480 300 000
Segmento Cimento Matérias-primas – <i>Petcoque</i> e Carvão	8 978 074	19 037 381
Outros	10 006 641	4 241 446
	445 044 419	574 362 037

No exercício de 2022, a subsidiária da Navigator, Abastecimento de Madeira, ACE, assinou um contrato com a Portline Ocean Bulk, Inc. relativo ao frete de navios para transporte de madeira, nos anos de 2022, 2023 e 2024. O contrato prevê o transporte de, aproximadamente, 940 000 m³ nesse período.

Adicionalmente, o Grupo assumiu ainda compromissos com a compra de energia no montante de Euros 125 753 200.

OUTROS COMPROMISSOS

O Grupo Navigator assumiu um compromisso de atingir a neutralidade carbónica em 2035, com um investimento global previsto de Euros 340 milhões, dos quais Euros 137,6 milhões efetuados até 31 de dezembro de 2023 (2022: Euros 57,4 milhões).

9.3 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas Notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 9.1.

FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Nos termos do Decreto-Lei n.º 36/93 de 13 de fevereiro, as dívidas fiscais de empresas privatizadas referentes a períodos anteriores à data da privatização (25 de novembro de 2006) são da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP). Em 16 de abril de 2008, a The Navigator Company apresentou um requerimento ao FRDP a solicitar o pagamento das dívidas fiscais até então liquidadas pela Administração Fiscal. Em 13 de dezembro de 2010 apresentou novo requerimento a solicitar o pagamento das dívidas liquidadas pela Administração Fiscal relativas aos períodos de 2006 e 2003, tendo este sido complementado, em 13 de outubro de 2011, com os montantes já pagos e não contestados relativos a essas mesmas dívidas, bem como com as despesas com elas diretamente relacionadas, nos termos do Acórdão datado de 24 de maio de 2011 (Processo n.º 0993A/ 02), que veio confirmar a posição da empresa quanto à exigibilidade dessas despesas.

Em 13 de dezembro de 2017 a The Navigator Company, S.A. celebrou um acordo extrajudicial com o Tesouro, no qual se reconheceu a responsabilidade do FRDP pelo ressarcimento do valor de Euros 5 725 771, correspondente ao valor de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) pago indevidamente, resultante de invocada qualificação/consideração incorreta, por parte da administração tributária, da menos valia fiscal apurada na sequência das operações realizadas pela então Soporcel, S.A. em 2003, e, bem assim, a promover a restituição à Navigator da mencionada quantia.

Neste contexto, serão da responsabilidade do FRDP os montantes detalhados como segue:

Valores em Euros	Período	Valores solicitados	Redução via pagamento ao abrigo do RERD	Processos decididos a favor do Grupo	Valores em aberto
Processos transitados em Julgado					
IRC	2002	18 923	-	-	18 923
IRC (RF)	2004	3 324	-	-	3 324
IRC	2004	766 395	-	(139 023)	627 372
Despesas		314 957	-	-	314 957
		1 103 599	-	(139 023)	964 576
Processos não transitados em julgado					
IRC	2005	11 754 680	(1 360 294)	-	10 394 386
IRC	2006	11 890 071	(1 108 178)	-	10 781 893
IVA	2003	2 509 101	-	-	2 509 101
		26 153 852	(2 468 472)	-	23 685 380
		27 257 451	(2 468 472)	(139 023)	24 649 956

Relativamente aos processos relativos ao IRC agregado de 2005 e 2006, caso os tribunais venham a decidir em favor do Grupo Navigator, o Grupo retirará o pedido ao FRDP.

Para além das questões de natureza fiscal referidas acima, foi apresentado no Tribunal Administrativo de Almada, em 11 de outubro de 2011 nova petição, em que se solicitava o reembolso de diversos valores, totalizando Euros 136 243 949, relativos a ajustamentos efetuados nas demonstrações financeiras do grupo após a sua privatização, por via de imparidades e ajustamentos em ativos e responsabilidades não registadas, os quais não haviam sido considerados na formulação do preço dessa privatização por não constarem do processo disponibilizado para consulta dos concorrentes ao processo.

Em 24 de maio de 2014, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada negou o pedido do Grupo para apresentação de prova testemunhal, solicitando alegações por escrito. Em 30 de junho de 2014, o Grupo apresentou a reclamação para conferência desta posição, não deixando de apresentar nesta mesma data as alegações por escrito solicitadas pelo Tribunal. O Tribunal deu razão às pretensões do Grupo a este propósito, foram nomeados peritos pelas partes, o relatório pericial foi emitido em julho de 2017, tendo sido, nessa sequência, requerida, quer pela The Navigator Company, S.A., quer pelo Ministério das Finanças, a comparência dos Peritos designados em audiência de julgamento, para prestação de esclarecimentos verbais sobre o relatório pericial.

Após reclamações apresentadas pela Navigator em 11 de setembro de 2017 e 15 de janeiro de 2019, os peritos apresentaram Relatórios Periciais reformulados em 27 de dezembro de 2018 e 19 de março de 2019, respetivamente.

As sessões da audiência de julgamento tiveram lugar entre maio e junho de 2019, tendo as partes apresentado as alegações finais em setembro de 2019.

Em janeiro de 2023, embora julgando totalmente improcedentes as exceções invocadas pelos Réus, o Tribunal emitiu uma decisão desfavorável ao Grupo Navigator absolvendo os Réus dos pedidos. Na sequência desta decisão, o Grupo apresentou em fevereiro de 2023 recurso para o Supremo Tribunal Administrativo.

10 ESTRUTURA DO GRUPO

10.1 EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

ENTIDADES CONTROLADAS PELO GRUPO

A Semapa controla uma entidade (subsidiária) quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as suas atividades relevantes.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de Interesses que não controlam (Nota 5.6)

CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de atividades que constituam um negócio. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*, nos casos em que se verifica aquisição de controlo, que se encontra detalhado na Nota 3.1.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando o preço de aquisição/atribuição é contingente à ocorrência de eventos específicos acordados com o vendedor/acionista (ex.: realização de justo valor de ativos adquiridos).

Quaisquer pagamentos contingentes a efetuar pelo Grupo são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Caso a obrigação assumida constitua um passivo financeiro, as alterações subsequentes do justo valor são reconhecidas em resultados. Caso a obrigação assumida constitua um instrumento de capital não há lugar a alteração do valor estimado inicialmente.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*goodwill* negativo ou *badwill*), a diferença é reconhecida diretamente em resultados na rubrica Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2). Os custos de transação diretamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*.

MENSURAÇÃO INICIAL DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

CONSOLIDAÇÃO

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. Na aquisição de parcelas adicionais de capital em sociedades já controladas pelo Grupo, o diferencial apurado entre a percentagem de capitais adquiridos e o respetivo valor de aquisição é registado diretamente no capital próprio (Nota 5.5).

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS DAS SUBSIDIÁRIAS

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo e descritas ao longo do presente relatório.

TRANSAÇÕES SUBSEQUENTES DE SUBSIDIÁRIAS

ALIENAÇÕES COM PERDA DE CONTROLO

No caso de alienações de participações das quais resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida dos resultados, assim como o ganho ou perda resultante dessa alienação.

TRANSAÇÕES SEM PERDA DE CONTROLO

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses não controlados, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses não controlados são alocados na percentagem detida por estes, independentemente de assumirem um saldo negativo.

10.1.1 SUBSIDIÁRIAS DO GRUPO SEMAPA

EMPRESAS HOLDING INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação Social	Sede	Direta	% direta e indireta do capital detido pela Semapa		
			Indireta	31/12/2023	31/12/2022
Empresa-mãe:					
Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	Portugal				
Subsidiárias:					
Semapa Inversiones S.L.	Espanha	100,00	-	100,00	100,00
Semapa Next, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00
Aphelion, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00
Quotidian Podium, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	-

EMPRESAS DO SEGMENTO CIMENTO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação Social	Sede	% direta e indireta do capital detido pela Secil			% do capital efetivamente detido pela Semapa	
		Direta	Indireta	Total	31/12/2023	31/12/2022
Empresa-mãe:						
Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Subsidiárias						
Betotrans II – Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda.	Cabo Verde	99,80	0,20	100,00	100,00	100,00
ICV – Inertes de Cabo Verde, Lda.	Cabo Verde	75,00	25,00	100,00	100,00	100,00
Florimar – Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Secil Cement, B.V. (ex Seciment Investments, B.V.)	Países Baixos	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Société des Ciments de Gabès	Tunísia	98,77	-	98,77	98,77	98,72
Sud - Béton – Société de Fabrication de Béton du Sud	Tunísia	-	98,77	98,77	98,77	98,72
Zarzis Béton	Tunísia	-	98,58	98,58	98,57	98,52
Secil Angola, SARL	Angola	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Secil – Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	Angola	-	100,00	100,00	100,00	51,00
Secil Betão, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Secil Agregados, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Secil Martingança – Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
IRP – Indústria de Rebocos de Portugal, S.A.	Portugal	-	75,00	75,00	75,00	75,00
Sebetar – Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	Portugal	99,53	-	99,53	99,53	99,53
Ciminpart – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
ALLMA – Microalgas, Lda.	Portugal	-	70,00	70,00	70,00	70,00
Secil Brasil Participações, S.A.	Brasil	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Supremo Cimentos, SA	Brasil	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Margem – Companhia de Mineração, SA	Brasil	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Secil Brands – Marketing, Publicidade, Gestão e Desenvolvimento de Marcas, Lda.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Ciments de Sibline, S.A.L.	Líbano	28,64	22,41	51,05	51,05	51,05
Soime, S.A.L.	Líbano	-	51,05	51,05	51,05	51,05
Trancim, S.A.L.	Líbano	-	51,05	51,05	51,05	51,05
Cimentos Madeira, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	100,00
Beto Madeira – Betões e Britas da Madeira, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Brimade – Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Madebritas – Sociedade de Britas da Madeira, Lda.	Portugal	-	51,00	51,00	51,00	51,00
Cementos Secil, SLU	Espanha	100,00	-	100,00	100,00	100,00

EMPRESAS DO SEGMENTO PASTA E PAPEL INCLuíDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação Social	Sede	% direta e indireta do capital detido pela Navigator			% do capital efetivamente detido pela Semapa	
		Direta	Indireta	Total	31/12/2023	31/12/2022
Empresa-mãe:						
The Navigator Company, S.A.	Portugal	69,97	-	69,97	69,97	69,97
Subsidiárias:						
Navigator Brands, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Parques Industriais, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Figueira, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Empremédia – Corretores de Seguros, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Empremedia, DAC	Irlanda	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Empremedia RE, DAC	Irlanda	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Raiz – Instituto de Investigação da Floresta e Papel	Portugal	97,00	-	97,00	67,87	67,87
Enerpulp – Cogeração Energética de Pasta, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Pulp Figueira, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Emacacia – Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Portugal	-	73,80	73,80	51,64	51,64
Emacacia Setúbal – Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Portugal	-	79,70	79,70	55,77	55,77
Emacacia Figueira da Foz – Engenharia e Manutenção Industrial, ACE	Portugal	-	80,70	80,70	56,47	56,47
Navigator Pulp Setúbal, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Pulp Aveiro, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Fiber Solutions, S.A.	Portugal	0,10	99,90	100,00	69,97	-
Navigator Tissue Aveiro, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Tissue Ródão, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Tissue Iberica, S.A.	Espanha	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Tissue Ejea, SL	Espanha	100,00	-	100,00	69,97	-
Navigator Tissue France, EURL	França	-	100,00	100,00	69,97	-
Portucel Moçambique – Sociedade de Desenvolvimento Florestal e Industrial, Lda	Moçambique	90,02	-	90,02	62,99	62,99
Navigator Forest Portugal, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
EucaliptusLand, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Sociedade de Vinhos da Herdade de Espirra – Produção e Comercialização de Vinhos, S.A. *	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Gavião – Sociedade de Caça e Turismo, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Afocelca – Agrupamento complementar de empresas para protecção contra incêndios, ACE	Portugal	-	64,80	64,80	45,34	45,34
Viveiros Aliança – Empresa Produtora de Plantas, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Bosques do Atlantico, SL	Espanha	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Africa, SRL	Itália	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Setúbal, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator North America Inc.	EUA	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Afrique du Nord	Marrocos	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator España, S.A.	Espanha	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Netherlands, BV	Holanda	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator France, EURL	França	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Company UK, Ltd	Reino Unido	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Italia, SRL	Itália	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Deutschland, GmbH	Alemanha	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Austria, GmbH	Austria	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Poland SP Z o o	Polónia	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Eurasia	Turquia	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Mexico	México	25,00	75,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Middle East Trading DMCC	Dubai	-	100,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Egypt, ELLC	Egipto	1,00	99,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Paper Southern Africa	África do Sul	1,00	99,00	100,00	69,97	69,97
Portucel Nigeria Limited	Nigéria	1,00	99,00	100,00	69,97	69,97
Navigator Green Fuels Setúbal, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Green Fuels Figueira da Foz, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	69,97	69,97
Navigator Abastecimento de Madeira, ACE	Portugal	97,00	3,00	100,00	69,97	69,97

* Empresa fusionada em 2023

EMPRESAS DO SEGMENTO OUTROS NEGÓCIOS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação Social	Sede	% direta e indireta do capital detido pela ETSA			% do capital efetivamente detido pela Semapa	
		Direta	Indireta	Total	31/12/2023	31/12/2022
Empresa-mãe:						
ETSA – Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal	99,99	-	99,99	99,99	99,99
Subsidiárias:						
ETSA LOG, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	99,99	99,99
SEBOL – Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	99,99	99,99
ITS – Indústria Transformadora de Subprodutos Animais, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	99,99	99,99
ABAPOR – Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	99,99	99,99
BIOLOGICAL – Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	Portugal	100,00	-	100,00	99,99	99,99
AISIB – Aprovechamiento Integral de Subprodutos Ibéricos, S.A.	Espanha	100,00	-	100,00	99,99	99,99
Tribérica, S.A.	Portugal	70,00	-	70,00	69,99	69,99

Denominação Social	Sede	% direta e indireta do capital detido pela Triangle's			% do capital efetivamente detido pela Semapa	
		Direta	Indireta	Total	31/12/2023	31/12/2022
Empresa-mãe:						
Triangle's – Cycling Equipments, S.A	Portugal	-	100,00	100,00	100,00	-
Subsidiária:						
Triangle's 2 – Cycling Products, Unipessoal Lda.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00	-

10.2 VARIAÇÕES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o perímetro foi alterado face ao exercício precedente pelas seguintes operações de reorganização societária:

2023

Incorporação da sociedade Navigator Fiber Solutions, SA
 Incorporação da sociedade Navigator Green Fuels Setúbal, S.A.
 Incorporação da sociedade Navigator Green Fuels Figueira da Foz, S.A.
 Incorporação da sociedade Portucel Nigeria Limited
 Aquisição da sociedade Navigator Tissue Ejea SL
 Aquisição da sociedade Navigator Tissue France EURL
 Fusão da Sociedade de Vinhos da Herdade de Espirra – Produção e Comercialização de Vinhos, S.A
 Aquisição da sociedade Triangle'S – Cycling Equipments, S.A
 Triangle's 2 – Cycling Products, Unipessoal Lda.

10.3 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa, mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Empreendimentos conjuntos são acordos que conferem ao Grupo controlo conjunto (estabelecido contratualmente) e relativamente ao quais o Grupo detém um interesse nos ativos líquidos. Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *goodwill* e mantidas na rubrica Investimento em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica Apropriação de resultados em empresas associadas. Os custos de transação diretamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em responsabilidades ou efetuado pagamentos em nome destas. Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contábilísticas das Associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o grupo tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial de acordo com o qual as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) e pelos dividendos recebidos.

Quando a quota-parte das perdas atribuíveis ao Grupo é equivalente, ou excede o valor da participação financeira nos empreendimentos conjuntos, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício dos empreendimentos conjuntos.

Os ganhos e perdas não realizados entre o Grupo e os seus empreendimentos conjuntos são eliminados na proporção do interesse do Grupo nos empreendimentos conjuntos. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação dê evidência adicional de uma imparidade sobre o ativo transferido.

As políticas contábilísticas dos empreendimentos conjuntos são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as do Grupo.

Os acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos em função dos direitos e obrigações contratuais de cada investidor. Os empreendimentos conjuntos são contabilizados e mensurados através do método de equivalência patrimonial.

As operações conjuntas são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em função da quota-parte de ativos detidos e passivos assumidos conjuntamente, assim como os rendimentos do *output* da operação conjunta, e gastos incorridos conjuntamente. Os ativos, passivos, rendimentos e gastos devem ser contabilizados de acordo com as IFRS aplicáveis.

DETALHE DAS ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Valores em Euros	31/12/2023		31/12/2022	
	% detida	Valor contabilístico	% detida	Valor contabilístico
Associadas				
Ave – Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	35,00%	167 008	35,00%	178 585
MC – Materiaux de Construction	49,36%	1 475	49,36%	1 500
Empreendimentos conjuntos				
J.M.J. – Henriques, Lda.	50,00%	363 498	50,00%	369 912
Ultimatemod – Construção Modular, S.A.	50,00%	1 167 556	-	-
Utis – Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	50,00%	42 475 845	50,00%	37 823 495
Outras participações		-		6 250
		44 175 382		38 379 742

MOVIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	38 379 742	4 097 178
Aquisições	1 818 959	26 893 324
Resultado líquido apropriado	7 785 162	8 904 691
Dividendos atribuídos	(3 230 179)	(1 346 140)
Ajustamento cambial	(568 959)	(30)
Outros movimentos	(9 343)	(169 281)
Saldo Final	44 175 382	38 379 742

INFORMAÇÃO SOBRE ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Valores em Euros		31 de dezembro de 2023				Réditos
		Ativos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	
Ave – Gestão Ambiental e Valorização						
Energética, S.A.	a)	6 023 067	5 545 900	477 168	416 197	19 015 606
MC – Materiaux de Construction	a)	910 457	1 071 020	(160 563)	(32 928)	2 193 655
J.M.J. – Henriques, Lda.	a)	1 046 676	310 485	736 191	(10 606)	-
Utis – Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	b)	42 060 312	10 790 770	31 269 543	15 438 899	39 048 662
Ultimatemod – Construção Modular, S.A.	a)	1 736 604	401 490	1 335 114	(164 886)	-

a) Valores referentes a 30/11/2023

b) Valores referentes a 31/12/2023

Valores em Euros		31 de dezembro de 2022				Réditos
		Ativos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Resultado Líquido	
Ave – Gestão Ambiental e Valorização						
Energética, S.A.	a)	5 358 168	4 847 925	510 243	449 273	14 527 005
MC – Materiaux de Construction	a)	1 224 263	1 334 730	(110 467)	30 272	9 092 920
J.M.J. – Henriques, Lda.	a)	1 045 742	305 916	739 826	(15 218)	-
Utis – Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	b)	33 350 800	11 385 958	21 964 842	17 508 759	40 420 414
Allmicroalgae – Natural Products, S.A.	a) c)	3 288 316	6 739 745	(3 451 429)	(2 628 480)	979 577

a) Valores referentes a 30/11/2022

b) Valores referentes a 31/12/2022

c) Alienação da participação financeira da Secil na Allmicroalgae a 12/2022

10.4 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

TRANSAÇÕES DO PERÍODO COM PARTES RELACIONADAS

Valores em Euros	2023				2022		
	Compras de serviços	Vendas e Prestações de serviços	Outros rendimentos operacionais	(Gastos)/ Rendimentos financeiros	Compras de serviços	Vendas e Prestações de serviços	Outros rendimentos operacionais
Associadas e Empreendimentos conjuntos							
Ave – Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	(3 024 080)	40	129 907	-	(2 905 742)	1 265	231 383
Utis – Ultimate Technology To Industrial Savings, S.A.	(1 041 751)	-	-	-	751	-	114 710
	(4 065 831)	40	129 907	-	(2 904 991)	1 265	346 093
Outras entidades relacionadas							
Allmicroalgae – Natural products, S.A.	-	-	-	-	-	-	399 829
Bestweb, Lda.	(22 022)	-	-	-	(22 022)	-	-
CLA, Sociedade de Advogados	(72 000)	-	-	-	(72 000)	-	-
Hotel Ritz, S.A.	101 584	-	-	1 106	(118 493)	-	-
João Paulo Araújo Oliveira	(45 906)	-	-	-	-	-	-
José Fernando Morais Carreira de Araújo	-	-	-	-	(30 785)	-	-
Letras Criativas, Unipessoal, Lda.	(60 000)	-	-	-	(60 000)	-	-
Nofigal, Lda.	(39 600)	-	-	-	(39 600)	-	-
Sociedade Agrícola Herdade dos Fidalgos, Lda.	(347)	-	-	-	-	-	-
Sonagi – Imobiliária, S.A.	(696 141)	-	-	-	(759 257)	-	-
Sonagi, SGPS, S.A.	(3 198)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	(1 224)	-	-
	(1 026 536)	-	-	1 106	(1 103 381)	-	399 829
	(5 092 367)	40	129 907	1 106	(4 008 372)	1 265	745 922

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Valores em Euros	31/12/2023				31/12/2022
	Valores a receber (Nota 4.2)	Valores a pagar (Nota 4.3)	Valores a receber (Nota 4.2)	Valores a pagar (Nota 4.3)	Passivos de locação
Acionistas					
Sodim, SGPS, S.A.	1 556 297	1 251 307	745	-	-
Cimo, SGPS, S.A.	59	1 160	-	1 160	-
Associadas e Empreendimentos conjuntos					
Ave – Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	507 369	588 710	337 288	1 424 778	-
Inertogrande – Central de Betão, Lda.	188 382	8 169	-	-	-
J.M.J. Henriques, Lda.	105 116	-	131 280	-	-
Utis – Ultimate Technology To Industrial Savings, S.A.	(85)	796 988	(38 037)	900 229	-
Outras entidades relacionadas					
Allmicroalgae – Natural products, S.A.	-	-	-	-	-
CLA, Sociedade de Advogados	-	7 380	-	7 380	-
Cotif Sicar	-	67 294	-	41 750	-
Hotel Ritz, S.A.	-	10 831	-	10 160	-
Inertogrande	-	-	216 224	-	-
Pedro Soveral	-	-	-	6 150	-
Sociedade Agrícola da Herdade dos Fidalgos, Lda.	-	118	-	710	-
Sonagi, SGPS, S.A.	-	-	-	-	63 021
Ultimate Cell, Lda.	-	2 800 000	-	26 841 074	-
Outros acionistas de subsidiárias	-	5 174	-	20 472	-
Membros dos órgãos de gestão	549	8 997	2 139	7 255	-
	2 357 687	5 546 128	649 639	29 261 118	63 021

Em exercícios anteriores, foram celebrados contratos de arrendamento entre a Semapa e a Sonagi – Imobiliária, S.A., relativos ao arrendamento de vários pisos de escritório no edifício de que esta é proprietária e onde opera a sede da Semapa, SGPS, S.A., na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa.

No âmbito da identificação das partes relacionadas, para efeitos de relato financeiro, foi ainda referenciada como parte relacionada a sociedade AVE, S.A., por se tratar de uma empresa associada da subsidiária Secil à qual o Grupo adquire serviços de tratamento de resíduos e combustíveis alternativos e UTIS, empreendimento conjunto no qual a Semapa detém uma participação de 50% e que fornece equipamentos à subsidiária Secil.

OUTRAS DIVULGAÇÕES RELATIVAS A PARTES RELACIONADAS

Conforme referido na Nota 8.3 – Investimentos financeiros, em 2018, o Grupo, através da sua subsidiária Semapa Next, S.A., celebrou um contrato com vista à realização de um investimento de 12 milhões de dólares no Alter Venture Partners Fund 1, entidade da qual um administrador não executivo da Semapa é membro da equipa executiva. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo tinha investido 9,7 milhões de dólares no Alter Venture Partners Fund 1, correspondendo a 8,8 milhões de Euros.



A remuneração do pessoal de gestão chave do Grupo é detalhada na Nota 7.2 – Remuneração dos membros dos órgãos sociais.

11 GESTÃO DE RISCOS

11.1 RISCOS ESTRATÉGICOS

Enquanto agente económico, a Semapa está exposta a riscos inerentes à sua atividade, que podem impactar de forma determinante o valor dos seus ativos. O desempenho da Semapa enquanto Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS) também está intimamente ligado aos resultados das suas Participadas. Os riscos estratégicos estão descritos no capítulo 2 do Relatório de Gestão que é parte integrante do presente Relatório e Contas.

11.2 RISCOS OPERACIONAIS

O Grupo está presente nos segmentos da pasta e papel, cimento e outros negócios (ambiente e mobilidade) os quais estão sujeitos a riscos diversos, que podem ter um efeito significativo nas atividades que exerce, nos seus resultados operacionais, nos fluxos de caixa que gera e na sua posição financeira.

Os fatores de risco operacional analisados neste capítulo podem ser estruturados da seguinte forma:

- Riscos operacionais associados ao segmento da Pasta e Papel
- Riscos operacionais associados ao segmento dos Cimentos
- Riscos operacionais associados ao segmento dos Outros Negócios
- Riscos associados ao Grupo em Geral

RISCOS ASSOCIADOS AO SETOR DA PASTA E PAPEL

RISCOS ASSOCIADOS AO SETOR FLORESTAL

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo Navigator geria cerca de 109 milhares de hectares (2022: 106,8 milhares de hectares) distribuídos em Portugal e Espanha, em 1 375 Unidades de Gestão em 170 municípios em Portugal, e 47 Unidades de Gestão distribuídas por 3 províncias na Galiza, Espanha, de acordo com os princípios expressos na sua Política Florestal. O eucalipto e as áreas com florestação em curso com as espécies deste género ocupam 73% desta área, designadamente a espécie *Eucalyptus globulus*, considerada como a fibra ideal para papéis de alta qualidade. Na área restante, para além dos espaços de conservação que representam cerca de 12,2% da área total sobre gestão em Portugal, salientam-se as áreas florestais de pinho e sobreiro, espécies das quais o Grupo está entre os maiores produtores privados nacionais.

Tendo sido pioneira em Portugal na promoção da gestão florestal certificada, a gestão florestal da generalidade do seu património florestal localizado em Portugal continental está certificada pelo FSC® (Forest Stewardship Council®) (FSC®-C010852) e pelo PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes) (PEFC/13-23-001), reconhecimento de que a gestão destes espaços é feita de forma responsável do ponto de vista ambiental, económico e social, e obedecendo a critérios rigorosos e internacionalmente reconhecidos.

A Navigator opera em sofisticados mercados em todo o mundo nos quais a procura de produtos certificados é uma realidade incontornável. Sendo certo que apenas uma reduzida parte da floresta nacional está certificada, a Companhia iniciou em 2016 um programa de dinamização da adesão de produtores a modelos de gestão florestal sustentável que, certificados, permitem a melhoria contínua das práticas de gestão, a valorização da produção e a resposta ao esforço de procura de produtos certificados que se sente a nível mundial. Este esforço tem vindo a aumentar a área florestal certificada em Portugal entre 2016 e 2023, quer via FSC® (de 370 000 ha para cerca de 594 110 ha) quer PEFC (de 260 000 ha para cerca de 329 744 ha).

Ainda assim, é manifesto que o esforço se deverá manter no futuro, dado o peso que ainda representa a área florestal não abrangida por qualquer sistema de gestão florestal sustentável em Portugal. A título de exemplo, a área florestal gerida pelo Grupo em Portugal continental no final de 2023, embora represente cerca de 3% da área da floresta portuguesa, representa, todavia, 34% de toda a área certificada de acordo com as normas do sistema PEFC e 18% de toda a área certificada de acordo com as normas do sistema FSC® (2022: 34% e 19%, respetivamente).

Estamos, no entanto, otimistas com o caminho percorrido, que demonstra a adesão da Produção Florestal aos modelos de gestão florestal sustentável. Em 2023, 68% da madeira proveniente de fontes de abastecimento nacionais, excluindo a madeira proveniente de áreas geridas pelo Grupo, já proveio de propriedades que tinham a sua gestão florestal certificada (2022: 65%). Registe-se também o facto de que, no âmbito desta iniciativa, o Grupo ter visto aumentar de forma muito significativa o número de Fornecedores de madeira com certificação da cadeia de custódia/responsabilidade, passo essencial no desenvolvimento de uma base de Fornecedores que possibilitará assegurar os desígnios definidos ao nível da madeira proveniente de fontes com gestão florestal certificada.

Como forma de fomentar a certificação da gestão florestal na floresta nacional de eucalipto, o Grupo diferencia desde 2007 e de forma ininterrupta o valor da madeira recebida nas suas unidades fabris, discriminando positivamente no preço a madeira proveniente de unidades de gestão que certificaram a sua gestão florestal sustentável. Este apoio ao sistema foi inovador a nível mundial e permitiu a estabilização da gestão florestal certificada como uma prática reconhecida no mercado e que, sendo remunerada nos produtos que incorpora, deve remunerar a respetiva cadeia de produção.

Complementarmente, demonstrando um compromisso continuado com os seus objetivos de desenvolvimento sustentável, o Grupo procedeu, em junho de 2022, à emissão de um empréstimo obrigacionista no montante de 150 milhões de Euros, ao abrigo de *Sustainability Linked Bonds Framework*, com taxa de juro associada a três indicadores ESG: emissões de CO₂ (base CELE); % de madeira certificada adquirida no mercado português; consumo de energia de fontes renováveis. Com esta operação de financiamento, concluímos o ano com perto de 42% do total de financiamento emitido com cariz sustentável.

Ao Grupo foram atribuídos Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) em Moçambique, localizados nas províncias de Manica e Zambézia constituídos por cerca de 5 dezenas de parcelas não contíguas, e uma autorização de plantação de até 240 000 hectares, disponibilizados ao abrigo de Acordo de Investimento assinado com o Governo moçambicano, dos quais se encontram plantados cerca de 14 000 hectares. O projeto prevê a instalação de uma unidade industrial destinada à produção de pasta BEKP e energia elétrica naquele país.

O Governo moçambicano e a Portucel Moçambique outorgaram em julho de 2018 um Memorando de Entendimento (MoU) através do qual acordaram um conjunto de condições precedentes necessárias para a prossecução do investimento, nomeada e especialmente de natureza logística, que será implementado em duas fases. Verificado o cumprimento das condições precedentes, num primeiro momento será incrementada a base florestal até cerca de 40 000 hectares, que garantirá o abastecimento de uma unidade (a construir) de produção de estilha de madeira de eucalipto para exportação, de cerca de 1 milhão de toneladas por ano, num investimento adicional estimado de USD 140 milhões.

Tendo em consideração os sucessivos atrasos no arranque da construção desta infraestrutura, a Portucel encontra-se a avaliar a viabilidade de soluções logísticas alternativas, seja via porto de Nacala seja via solução temporária em Macuse.

A Navigator e o Governo de Moçambique têm vindo a trabalhar nos termos do MoU assinado em 2018, nomeadamente no tema das terras e fomento, tendo avançado o primeiro programa de Fomento Florestal em Moçambique, iniciativa governamental com financiamento do Banco Mundial. O objetivo é promover plantações florestais comerciais sustentáveis de pequena e média escala e a restauração de áreas degradadas, tendo sido instalados cerca de 2 500 ha entre 2019 e 2022. Na campanha 2023-2024 está planeada a instalação de 1 000 hectares. A Portucel Moçambique tem tido um papel ativo na construção e implementação do Programa, contribuindo com diversos apoios tais como na definição do modelo de silvicultura, no fornecimento de plantas clonais a preço bonificado, no acesso a matérias-primas e *know-how*.

Foi também iniciada a operação de colheita de madeira das plantações da Portucel Moçambique em Manica, para exportação a partir do porto da Beira, o que permitirá, entre outros objetivos, colocar Moçambique no mapa mundial desta indústria de base florestal. Ao longo de 2023 foram colhidos cerca de 74 000 m³ de madeira, tendo sido concretizados dois embarques de navios para Portugal, com cerca de 60 000 m³, registando-se um volume exportado acumulado de 251 000 m³ através de 8 carregamentos.

Ao nível da produção florestal, o principal fator de ameaça da competitividade da fileira florestal do eucalipto reside na baixa produtividade da floresta portuguesa, que apresenta uma reduzida intensidade de gestão, contribuindo para uma rentabilidade decrescente e crescentes riscos de incêndio florestal e de fitossanidade. A conjugação de todos estes fatores, sem que, nos últimos anos, tenham existido medidas de atuação estratégica do Estado no setor, tem obrigado à importação de matéria-prima, processo que condiciona a rentabilidade de todos os agentes. Sendo todo o setor de produção industrial de base florestal dependente da disponibilização de matéria-prima em qualidade e quantidade para manter as unidades industriais no nosso país, é chocante concluir que a falta de aposta na reabilitação das áreas florestais nacionais compromete neste momento a sustentabilidade de um setor com a importância que este tem para Portugal, tanto ao nível económico, como social (dado o impacte que tem nas populações e economias locais) como ambiental.

O desafio da produtividade e da gestão florestal ativa é entendido no Grupo como um eixo estratégico de desenvolvimento. Enquanto empresa com responsabilidades no setor, a Navigator tem vindo a promover várias iniciativas que visam contribuir para a inversão desta tendência. Estas iniciativas cobrem diversas áreas, desde o fornecimento de plantas melhoradas provenientes de um programa de melhoramento genético com décadas de desenvolvimento, o apoio técnico a produtores florestais (com programas como o Premium, o e-globulus e o apoio técnico através de dezenas de ações de formação que, complementando as organizadas com os Fornecedores que utilizamos, estendem a transferência de conhecimento a outras empresas do setor).

Das iniciativas e projetos desenvolvidos em 2023, destaca-se o lançamento do Clube Produtores Florestais Navigator, iniciativa pioneira dirigida a todos os que vivem da floresta em Portugal e que pretende apoiar os parceiros da Companhia, de uma forma colaborativa, na implementação de uma gestão ativa e responsável da floresta. O Clube Produtores Florestais, lançado pela Navigator em novembro de 2023, chegou ao final do ano já com mais de cem membros. Um número revelador da necessidade que existia no país de um movimento no sentido da capacitação e aumento da competitividade dos agentes da fileira florestal.

A Navigator considera que apostar na capacitação e desenvolvimento dos vários agentes, tanto através da inovação dos meios mecânicos como da atração, valorização e retenção de recursos humanos bem como aumentar a área nacional em que são aplicadas as melhores práticas silvícolas e respeitados todos os requisitos da certificação é criar benefícios que vão muito além do fortalecimento da fileira do eucalipto. É contribuir para a redução do risco de incêndios, para a diminuição das emissões de CO₂, para o aumento da biodiversidade, com mais áreas de conservação, e para a dinamização da economia no interior do país.

Complementarmente, através da Biond (associação das bioindústrias de base florestal, representativa dos principais grupos industriais do setor), a Navigator tem também colaborado no Programa Melhor Eucalipto, no qual se desenvolve o “Limpa & Aduba”. Ao abrigo desta iniciativa, a Biond procede a suas custas à adubação das parcelas de particulares que se candidatem ao programa, e que limpem as suas propriedades florestais de eucalipto. Esta medida, potenciadora de produtividade, permite ainda a redução do risco de incêndio pela redução da carga combustível nas parcelas, tendo impactado em mais de 14 550 ha durante 2022 e em cerca de 24 629 ha em 2023, acumulando-se mais de 72 000 ha já intervencionados, com visíveis efeitos ao nível da produtividade e na redução da incidência de incêndios. A Biond está ainda a implementar 2 programas adicionais – o Replantar – que visa fornecer aos proprietários um apoio financeiro direto na replantação das suas parcelas florestais de eucalipto, bem como uma iniciativa de igual teor – Recuperação de Áreas Áridas – visando a recuperação de áreas áridas fustigadas por incêndios, procurando a reabilitação dessas áreas para a gestão florestal (331 hectares executados em 2023).

A crescer aos riscos relativos aos impactos dos incêndios rurais e da fitossanidade, acresce um ambiente regulatório fortemente condicionante da atividade florestal profissional, que tem levado a um decréscimo continuado nos níveis de intervenção florestal em escala, cujo indicador avançado é a evolução (redução continuada) das áreas florestais florestadas ou reflorestadas no nosso país. A sustentabilidade de todo um setor, assente num grande número de pequenos Fornecedores de serviços e produtos, está dependente de níveis de atividade (independentemente da espécie) que o nosso país não tem conseguindo assegurar, comprometendo a sustentabilidade dessa malha empresarial, fundamental para assegurar as intervenções em espaço rural que permitem reduzir risco e fomentar produtividade e rendimento em regiões do país onde a floresta é uma componente significativa do rendimento de muitas famílias.

No que diz respeito aos incêndios rurais, os riscos a que a atividade do Grupo Navigator se encontra exposta traduzem-se nos seguintes impactos:

- Na destruição de *stocks* atuais e futuros de madeira próprios e de terceiros; e
- Em custos acrescidos de exploração florestal e posterior preparação dos terrenos para plantação.

Nesta matéria, a forma de gestão das explorações que possui ou gere constitui a primeira linha de mitigação deste risco pelo Grupo. Acresce o esforço de Inovação e Desenvolvimento que visa adaptar as técnicas de silvicultura à realidade da floresta nacional, visando a mitigação de impactos, a redução de custos e a melhoria das práticas de gestão, pela Companhia e pelos operadores no mercado.

De entre as diversas medidas de gestão com as quais se comprometeu, o respeito pela conservação da biodiversidade, um adequado planeamento das instalações florestais a executar e a construção e manutenção de caminhos e vias de acesso a cada uma das áreas em exploração assumem particular relevância na mitigação do risco de incêndio.

Para além disso, o Grupo participa no agrupamento Afocelca – um agrupamento complementar de empresas do Grupo Navigator e do Grupo Altri que, com uma estrutura especializada, tem por missão apoiar o combate aos incêndios florestais nas propriedades das empresas agrupadas, em estrita coordenação e colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil – ANEPC. Este agrupamento gere um orçamento anual de mais de 3 milhões de Euros, sem fundos públicos, tendo criado uma estrutura eficiente e flexível, que desenvolve práticas destinadas à redução dos custos de proteção e a minimizar os prejuízos que os incêndios florestais representam para as empresas do ACE, que exploram cerca de 194 mil hectares de floresta em Portugal.

O Grupo conta ainda com um instituto de investigação, o RAIZ, que desenvolve a sua atividade em 3 linhas principais: Investigação Aplicada, Consultoria e Formação. Na área da investigação florestal, o RAIZ procura:

- Aumentar a produtividade da floresta de eucalipto;
- Melhorar a qualidade da fibra produzida a partir da madeira dessa espécie;
- Implementar uma gestão florestal sustentada do ponto de vista económico, ambiental e social; e
- Induzir práticas e processos tendentes à diminuição dos custos de produção da madeira.

RISCOS ASSOCIADOS À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PASTA BEKP, PAPEL UWF E PAPEL *TISSUE*

ABASTECIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS

O autoabastecimento de madeira (madeira proveniente de património próprio Navigator e de arrendamentos) para produção de pasta BEKP representou cerca de 12% das necessidades do Grupo em 2023 (2022: 11%). Por este facto, existe a necessidade, regular, da Empresa recorrer à compra de madeira no mercado nacional, no mercado espanhol e nos mercados não europeus, principalmente Brasil, Uruguai, ao que acresce de Moçambique (proveniente, essencialmente, de plantações locais da Navigator).

Estando a realização de novas plantações florestais em Portugal sujeita à autorização das entidades competentes e a uma política de restrições de acréscimos de área que limitam o potencial produtivo nacional, a Navigator tem desenvolvido uma série de iniciativas para ajudar os produtores florestais, entre elas, o apoio técnico nas operações de replantação/manutenção de eucaliptais, certificação da gestão florestal para responder à procura comercial de produtos (papel e pasta) certificados e incentivos para maximizar a produtividade das áreas existentes contribuindo para uma melhor gestão florestal nacional e consequentemente maior disponibilidade de matéria-prima.

Pela insuficiência da produção nacional de madeira em quantidade suficiente para as nossas necessidades, o Grupo teve de aumentar nos últimos anos a quantidade de madeira importada, principalmente de fora da Europa, para assegurar o abastecimento às fábricas nas espécies de eucalipto adquiridas. O aumento de custo desta matéria-prima, comparativamente com outras de proximidade, esteve/está diretamente relacionado com a menor disponibilidade de madeira no mercado mundial também pelo embargo às exportações da Rússia para a Europa, mas também pela distância entre a origem da madeira (Brasil, Uruguai, Moçambique) e Portugal, novas unidades industriais de pasta (Uruguai, Chile), aumento de custos de exploração e de custos logísticos de transporte (essencialmente marítimo) também por influência das variações do preço do combustível e efeitos cambiais.

Em 31 de dezembro de 2023, um agravamento de 10% no custo, à data, do m³ de madeira de eucalipto consumida na produção de pasta BEKP teria representado um impacto negativo nos resultados operacionais do Grupo de cerca de Euros 37 800 000 (31 de dezembro de 2022: Euros 41 100 000).

Relativamente a outras matérias-primas, nomeadamente produtos químicos, o principal risco identificado é o da escassez de disponibilidade de produtos por força da crescente procura destes produtos em mercados emergentes, nomeadamente na Ásia ou mercados que os abasteçam, que poderão criar desequilíbrios pontuais de oferta e procura.

A este respeito o Grupo Navigator, em conjunto com o Grupo Altri, estabeleceram em 2018 um Agrupamento Complementar de Empresas – Pulp Chem, ACE – destinado à aquisição conjunta de produtos químicos, beneficiando de economias de escala e, assim, mitigar este risco.

O Grupo procura mitigar estes riscos mediante um *sourcing* proativo, que procura a identificação de fontes de abastecimento dispersas geograficamente, procurando ainda assegurar contratos de abastecimento a prazo que lhe assegurem níveis de volume, preço e qualidade compatíveis com os seus requisitos.

Em 31 de dezembro de 2023, um agravamento de 10% no preço dos produtos químicos teria representado um impacto negativo nos resultados operacionais do Grupo de cerca de Euros 19 400 000 (31 de dezembro de 2022: Euros 25 200 000).

ÁGUA

Finalmente, um outro recurso necessário para o processo produtivo é a água. Sendo a água um recurso finito e atendendo à sua relevância para o processo produtivo de pasta e de papel, o Grupo assumiu uma preocupação especial na sua preservação tendo, ao longo dos últimos anos, sido realizados investimentos tendentes à redução da utilização deste importante recurso. No âmbito do Programa de Redução do Uso de Água (PRUA) implementado pelo Grupo, foi possível reduzir em 5% a utilização de água nos complexos industriais da Navigator entre 2019 (ano base) e 2023, esperando-se diminuir o uso deste recurso em, pelo menos, 33% até 2030. Este é um caminho que faz parte de uma estratégia abrangente e que está a ser percorrido consistentemente, colocando o Grupo mais próximo de atingir os objetivos da sua Agenda 2030.

PREÇO DE MERCADO DA PASTA BEKP, PAPEL UWF E PAPEL *TISSUE*

Desequilíbrios na relação oferta/procura, nos mercados de pasta BEKP, papel UWF e papel *Tissue* podem ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo. Os preços de mercado da pasta BEKP e do papel UWF e *Tissue* são formados no mercado mundial em regime de concorrência global e influenciam de forma determinante as receitas do Grupo e a sua rentabilidade. As variações dos preços destes produtos resultam, essencialmente, de alterações da oferta e da procura mundiais e da situação económica e financeira de cada um dos diferentes agentes intervenientes nestes mercados (Produtores, *Traders*, Distribuidores, Clientes finais, etc.) a nível mundial, que provocam diferentes e sucessivos níveis de preços de equilíbrio, aumentando a volatilidade do mercado global.

Os mercados de pasta BEKP e de papel são altamente competitivos, pelo que, na atual conjuntura, variações significativas na capacidade de produção instalada poderão ter um impacto expressivo nos preços praticados a nível mundial. Estes fatores têm incentivado o Grupo a prosseguir a estratégia de *marketing* e *branding* delineada e a realizar investimentos significativos nos anos recentes para melhorar a produtividade e produzir produtos diferenciados e de elevada qualidade.

Em 31 de dezembro de 2023, uma degradação de 10% no preço, à data, por tonelada de pasta BEKP e de 5% no preço por tonelada de papel UWF e *Tissue* vendidos pelo Grupo no período teria representado um impacto negativo nos seus resultados operacionais de cerca de Euros 24 900 000 e de Euros 76 400 000, respetivamente (31 de dezembro de 2022: Euros 20 900 000 e Euros 101 400 000, respetivamente).

PROCURA DOS PRODUTOS DO GRUPO

Sem prejuízo do que se refere relativamente à concentração das carteiras de Clientes do Grupo, uma eventual diminuição da procura de pasta BEKP, papel UWF e papel *Tissue* nos mercados da União Europeia e dos Estados Unidos poderá ter um impacto significativo nas vendas do Grupo. A procura de pasta BEKP produzida pelo Grupo depende também da evolução da capacidade instalada para produção de papel a nível mundial, dado que vários dos principais Clientes de pasta BEKP do Grupo são produtores de papel.

A procura de papel de impressão e escrita não revestido está relacionada com fatores macroeconómicos (p.e. evolução do PIB, emprego, nomeadamente em profissões *white collar*, índices de confiança), tecnológicos (p.e. penetração de tecnologias de informação e *hardware/software*, designadamente relacionados com tecnologias de impressão, no meio empresarial) e demográficos (p.e. população, nível médio de escolaridade, estrutura etária da sociedade). A evolução destes fatores influencia a procura de papel positiva ou negativamente, sendo que, grosso modo e no passado recente, a tendência de evolução do consumo de papel é negativa nos países mais desenvolvidos e positiva ou estável nos países emergentes/em desenvolvimento. Naturalmente, o desempenho do Grupo Navigator depende também da evolução da procura nos diversos mercados em que atua.

No que respeita à procura de pasta de mercado de eucalipto, esta está dependente em larga medida da evolução da produção nos produtores não-integrados de grades de papel de impressão e escrita, *tissue* e especialidades. A procura chinesa por este tipo de pasta representa mais de 1/3 da procura mundial, o que faz da China um dos mais impactantes *drivers* da procura.

Quanto ao papel *Tissue*, as variáveis chave que influenciam a procura deste tipo de papel são:

- Crescimento económico futuro esperado;
- Crescimento da população e outras alterações demográficas e sociais;
- Nível de desenvolvimento do setor terciário, nomeadamente turismo;
- Níveis de penetração do produto;
- Desenvolvimentos na qualidade do papel *tissue* e especificações de produto; e
- Efeitos de substituição.

O consumo de papel *tissue* não é muito sensível a variações cíclicas da economia, muito embora o consumo deste tipo de papel tenda a crescer mais rapidamente com maior crescimento económico. Em contrapartida, uma escalada de custos produtivos e consequentemente preços de venda pode criar um efeito de *downgrading* de consumo.

A importância do crescimento económico para o consumo de *tissue* é mais evidente nos países em desenvolvimento. Se o nível de rendimento *per capita* é muito baixo, o consumo de *Tissue* tende a ser reduzido. Há um limiar após o qual o consumo acelera. O crescimento económico permite uma maior penetração do produto, que é um dos principais *drivers* da procura deste tipo de papel na população com rendimentos mais baixos. As preferências dos Consumidores podem ter um impacto na procura global de papel ou de certos tipos em particular, tais como na procura de produtos reciclados ou produtos com fibra virgem certificada.

Relativamente a esta matéria, e no caso concreto do papel UWF e *Tissue*, o Grupo crê que a estratégia de *marketing* e *branding* que tem vindo a seguir, associada aos investimentos significativos efetuados para melhorar a produtividade e produzir produtos de elevada qualidade e inovadores, lhe permitem colocar os seus produtos em segmentos de mercado menos sensíveis a variações de procura, permitindo uma menor exposição a este risco.

ENERGIA

O processo produtivo de pasta e papel é dependente do abastecimento constante de energia elétrica e vapor. O Grupo dispõe de diversas unidades de produção combinada de calor e energia elétrica em regime de cogeração, que asseguram este abastecimento, tendo sido previstas redundâncias entre as diversas unidades por forma a mitigar o risco de eventuais paragens não planeadas.

Adicionalmente o Grupo possui ainda duas centrais termoelétricas a biomassa, independentes do processo produtivo de pasta e papel, dedicadas à produção de energia elétrica renovável para injeção na rede elétrica.

No quadro regulatório atual, a totalidade da produção de energia elétrica gerada pelas cogerações renováveis é vendida à rede, ao abrigo da modalidade especial do regime remuneratório instituído pelo Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 68 A/2015, de 30 de abril, na sua redação atual.

No 1.º Semestre de 2023, a venda das cogerações renováveis foi realizada em regime de mercado de acordo com a modalidade geral do regime remuneratório, transitando no 2.º Semestre para a modalidade especial, no âmbito do Decreto-Lei n.º 68 A/2015, de 30 de abril. A Central de Ciclo Combinado a Gás Natural de Setúbal manteve a venda da totalidade da produção de eletricidade à rede ao abrigo do regime geral do referido Decreto-Lei.

Em 31 de dezembro de 2023, um agravamento de 10% no preço de mercado da eletricidade teria representado um impacto negativo nos resultados operacionais do Grupo de cerca de Euros 5 500 000 (31 de dezembro de 2022: Euros 17 300 000).

RISCO PAÍS – PORTUGAL

O Grupo Navigator tem uma forte presença em Portugal. A sua atividade está alicerçada em ativos cuja principal localização é Portugal. Da mesma forma, aproximadamente 20% da sua matéria-prima provém de florestas portuguesas.

O Grupo é o terceiro maior exportador em Portugal e o maior gerador de Valor Acrescentado Nacional, representando aproximadamente 0,75% do PIB nacional, cerca de 2,5% das exportações nacionais de bens, perto de 6% do total da carga contentorizada exportada pelos portos nacionais.

Ainda que aberto ao mundo, a forte dependência do seu país de origem em termos de fatores produtivos expõe o Grupo ao índice de risco de Portugal.

RISCO PAÍS – MOÇAMBIQUE

Em virtude do investimento no projeto de Moçambique, o Grupo Navigator encontra-se exposto ao risco específico deste país. Todavia, a ponderação dos investimentos, em termos de calendarização, escolha dos Fornecedores/Parceiros e localização geográfica, tem sido considerada de acordo com esse risco, acautelando o Grupo a concretização destes passos com razoável segurança de que não existirão efeitos decorrentes daquele risco.

Neste momento, o projeto de Moçambique é essencialmente um projeto de cariz florestal, com uma opção de desenvolvimento de um projeto industrial. O investimento previsto deverá ser concretizado em duas fases, a primeira será um projeto de produção de estilha (*woodchips*) e, numa segunda fase, a construção de uma fábrica de pasta de grande escala. O Grupo encontra-se, contudo, preparado para avançar com o plano florestal previsto, assim que as condições necessárias – cuja maioria continua em discussão com as autoridades moçambicanas – estejam reunidas.

Até 31 de dezembro de 2023 os dispêndios incorridos neste projeto ascenderam a Euros 137,4 milhões (31 de dezembro de 2022: Euros 132,7 milhões), essencialmente associados à preparação de terrenos, a atividades de plantação e manutenção silvícola, ao programa de desenvolvimento social, gestão de terras, licenciamento ambiental e social, formação e à construção do que é hoje um dos maiores viveiros florestais de África.

Considerando que a Navigator ainda se encontra a trabalhar nas condições precedentes para a Fase 1 do MoU, tal como anteriormente referido, as responsabilidades prováveis estimadas encontram-se devidamente provisionadas.

RISCO PAÍS – EUA

O mercado dos Estados Unidos da América tem uma ponderação relevante nas vendas totais de papéis UWF, o que aumenta a exposição ao risco específico deste país.

Esta exposição exige uma avaliação cuidada dos impactos decorridos, por exemplo, de alterações em regulamentações ou de natureza tributária, ou mesmo da sua aplicação e interpretação por parte das entidades governamentais e autoridade tributária.

À semelhança do que aconteceu com produtores de outras nacionalidades (australianos, brasileiros, chineses e indonésios), no que diz respeito às importações de papel UWF para os EUA, o Grupo tem sido, desde 2015, alvo de medidas *antidumping* por parte do Departamento de Comércio deste país, estando os seus produtos sujeitos a taxas *antidumping* definidas pelo United States Department of Commerce (Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América) – ver Nota 4.2. Até 2023, estas taxas afetaram os resultados do Grupo em Euros 30 295 018 – períodos de revisão 1 a 8 (2022: Euros 32 334 413).

CONCORRÊNCIA

O aumento da concorrência nos mercados da pasta e papel pode ter um impacto significativo nos preços e consequentemente na rentabilidade do Grupo.

Os mercados de pasta e papel são altamente competitivos, pelo que a entrada no mercado de novas unidades de produção com um aumento da capacidade de produção disponível poderá ter um impacto relevante nos preços praticados a nível mundial.

Os produtores de pasta BEKP oriundos do hemisfério sul (nomeadamente do Brasil, Chile, Uruguai e da Indonésia), com custos de produção ainda significativamente mais baixos que os do hemisfério norte, têm vindo a adquirir peso acrescido no mercado, pondo em causa o posicionamento competitivo dos produtores europeus de pasta para mercado. Nos próximos anos estão previstos aumentos de capacidade na América do Sul, reforçando a posição desses produtores no mercado global.

Estes fatores têm obrigado o Grupo a realizar investimentos significativos de modo a manter os seus custos competitivos e a produzir produtos de elevada qualidade, sendo de prever que esta pressão concorrencial se mantenha no futuro.

Destaca-se um movimento de desinvestimento no setor papeleiro nos EUA, com fechos/conversões de capacidade instalada por parte de alguns produtores de UWF, numa clara tentativa de ajustamento da oferta à evolução negativa da procura. Em sentido contrário, têm ocorrido e perspetivam-se investimentos em nova capacidade de UWF na China no curto e médio prazo.

O Grupo Navigator tem vindo a adequar a sua estratégia comercial à evolução dos padrões de consumo regionais. O Grupo tem uma presença importante nos EUA, representando cerca de metade das vendas de produtores europeus para este mercado.

O volume de vendas destinado aos mercados europeus representou 65% (2021: 55%), onde atingiu quotas de mercado particularmente expressivas nos países da Europa Ocidental e quotas de mercado relevantes nos outros principais mercados europeus.

CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023, os 10 principais grupos de Clientes de pasta BEKP do Grupo representavam 9% da produção de pasta BEKP do período (2022: 13%) e 28% das vendas externas de pasta BEKP (2022: 74%). Esta assimetria resulta da estratégia seguida pelo Grupo de crescente integração da pasta BEKP que produz nos papéis UWF que produz e comercializa. Ainda assim, o Grupo crê existir pouca exposição a riscos de concentração de Clientes na comercialização de pasta BEKP.

Em 2023, o Grupo Navigator diminuiu a dependência dos seus 10 maiores grupos de Clientes de UWF que representaram 35% do volume de vendas do Grupo (39% em 2022).

O Grupo Navigator registou 6 novos Clientes de papel com vendas em 2023. Também relativamente aos papéis UWF, o Grupo segue uma estratégia de mitigação do risco de concentração da sua carteira de Clientes. O Grupo comercializa papéis UWF para 134 países e territórios e tem perto de 1 000 Clientes individualmente considerados, permitindo assim uma dispersão do risco de concentração das vendas num reduzido número de mercados e/ou Clientes.

Em 2021 o Grupo Navigator lançou a plataforma omnicanal, NVG Hub, com o objetivo de melhorar o nível de serviço, transparência e informação prestado aos seus Clientes. Durante 2022 o Grupo procedeu ao alargamento da plataforma NVG Hub à Unidade de Negócio *Tissue*, à melhoria significativa do *user experience* (UX), graças ao redesign 360° do Portal, e ao lançamento de diversas funcionalidades que visam melhorar o nível de serviço prestado aos clientes e otimização de processos. Pedidos de Cotação Online, Integração do Modulo de Reclamações, nova área dedicada a Notificações e o acompanhamento de envios, são apenas alguns exemplos das novas funcionalidades que os utilizadores podem agora encontrar *online*. O NVG Hub terminou o ano com presença em 22 mercados, 700 Clientes *onboard* e a manutenção de elevadas taxas de ativação e fidelização ao Portal.

A plataforma omnicanal NVG Hub continua a estreitar a ligação com os clientes UWF e *Tissue*. No fim de 2023, já estavam *onboard* 1000 clientes. O âmbito da plataforma está a ser alargado para integrar os negócios Pasta e Pasta Moldada.

No segmento de *Packaging*, continua em curso a ampliação de oferta, com o desenvolvimento de novas gamas de produtos, que abrirão portas, a curto prazo, a outros segmentos de alto valor acrescentado, evolução apoiada na realização de testes de mercado (220 em 2023) a mais de 100 clientes (incluindo cerca de 80 potenciais clientes), dos quais 45 testes ainda em curso.

No negócio de *Packaging*, ainda em fase de desenvolvimento de uma base consolidada no mercado internacional, fizeram-se também sentir as condições adversas de um ano pautado por excesso de *stocks* em toda a cadeia de distribuição, que se refletiram no abrandamento e comportamento irregular da procura. Em particular, o consumo de sacos – um dos segmentos principais da Navigator – caiu cerca de 40% após a imposição do seu pagamento em loja pelos consumidores.

No entanto, o desenvolvimento do negócio de *Packaging* continua a revelar sinais bastante promissores, traduzidos pela crescente base de clientes, pelo reconhecimento da qualidade dos nossos produtos à base de fibra de eucalipto *globulus* e, consequentemente, da marca gKraft™, que serve marcas de grande exposição, em setores tão distintos como a área da moda, retalho alimentar, *e-commerce*, indústria ou agricultura.

Esse reconhecimento é concretizado pela evolução da base de clientes, hoje superior a 230 clientes ativos, em 30 países, desde a entrada no negócio em 2021. Um reconhecimento que vai além do sucesso comercial: o trabalho da Navigator no domínio das soluções sustentáveis de embalagem foi distinguido, em junho passado, com o Prémio Nacional de Inovação. Por sua vez a Agenda mobilizadora “From Fossil to Forest – Produtos de Embalagem Sustentáveis para Substituição do Plástico Fóssil”, liderada pela Navigator, foi distinguida pela Deloitte Portugal, na categoria “Transformation Award – Projetos de transformação e de inovação com impacto no mercado”.

A Navigator assenta a sua oferta de papéis de embalagem em três macrosssegmentos gKraft™: BAG, FLEX e BOX, que se subdividem em 12 segmentos para distintas aplicações, endereçando respetivamente os mercados de *Bags* (sacos de retalho, consumo e industriais) de *Flexible Packaging* (servindo uma enorme diversidade de embalagens flexíveis), e de *boxes* (caixas de cartão canelado para produtos de valor acrescentado e embalagens alimentares, onde se inserem os cartões para produção de copos de papel, e bandejas – *food trays*). Produtos estes onde a introdução inovadora das qualidades da fibra de eucalipto tem sido determinante para a enorme aceitação já reconhecida no mercado.

A Navigator desenvolveu ao longo de 2023 novas gamas de produtos, destinadas às indústrias alimentares e a uma multiplicidade de produtos de consumo, cuja fase de testes e introdução no mercado, ainda em curso, se traduz por uma operação de larga escala de abordagem a novos clientes, apoiada na realização de testes de mercado, 220 testes, realizados em 2023. Os desenvolvimentos passaram pela criação de novas gamas de produto, com destaque para os produtos inovadores 100% Eucalipto, num total de 31 novas “grades”.

Como parte da diversificação do negócio *Packaging*, o projeto de produção integrada de peças de celulose moldada de eucalipto, destinadas a substituir embalagens de plástico de utilização única no mercado de *food service* e *food packaging*, continua a avançar como planeado, com previsão de entrada em produção no início do 2.º semestre de 2024, sob a marca gKraft™ Bioshield. A unidade terá capacidade de produção de cerca de 100 milhões de unidades por ano, sendo uma das maiores da Europa e a primeira unidade integrada no Sul da Europa, entrando num mercado de elevado potencial e crescimento. A introdução será feita com 4 produtos para área alimentar, e com flexibilidade produtiva e escalabilidade para aproveitar as diversas oportunidades que se abrem na substituição de plásticos.

Neste segmento as vendas em 2023 totalizaram 40 ktons (contrariando o ritmo de crescimento dos dois primeiros anos, o que revela o forte impacto das difíceis condições de mercado adversas sentidas em 2023), representando vendas de Euros 40 milhões.

Relativamente ao negócio de *tissue*, a compra e integração da divisão de consumo da Goma-Camps em Espanha, efetiva a partir do segundo trimestre, posicionou a Navigator como segundo maior produtor e comercializador de produtos *tissue* na Península Ibérica. Esta aquisição contribuiu significativamente para o incremento de vendas, que passaram de Euros 198 milhões (2022) para Euros 294 milhões (2023), uma evolução de 48%.

A base de clientes em Espanha e em França saiu igualmente reforçada com a aquisição, situando-se a finais de 2023 nos 728 clientes (de uma base de 635, isto é, mais 15%).

Facto independente, a construção de marca nos mercados de atuação prosseguiu a bom ritmo, tendo as vendas de marcas *Tissue* Navigator atingido as 30 mil tons em 2023, face a 24 mil tons em 2022, uma evolução de +25%.

Finalmente, a venda de produtos mais diferenciados e inovadores atingiu novo recorde em 2023 – 5 mil tons – uma progressão de +64% face a 2022.

RISCOS AMBIENTAIS

Ambiente regulatório

Nos últimos anos, a legislação da União Europeia em matéria ambiental tem vindo a tornar-se mais restritiva no que respeita ao controlo das emissões ambientais. As empresas do Grupo respeitam a legislação em vigor, em todas as vertentes dos seus licenciamentos ambientais, nomeadamente nos seus diversos parâmetros (VLE), nos seus títulos de utilização de recursos hídricos (TURH), nos seus títulos de emissão de gases com efeitos de estufa (TEGEE), etc.

Em setembro de 2014, na decisão de execução da Comissão 2014/687/EU, foi aprovado o BREF (*Best Available Technologies Reference Documents*) – Conclusões sobre as Melhores Técnicas Disponíveis do Documento de Referência – para os setores da pasta e do papel que contém os novos limites e requisitos para estes setores, dispondo as empresas de 4 anos para promover as necessárias adaptações às suas práticas e equipamentos. Para além disso, foi finalizada a discussão técnica do documento de referência das Grandes Instalações de Combustão, também já publicado. Este documento tem um impacto nos equipamentos do Grupo, nomeadamente nas caldeiras e instalações de combustão, que estarão abrangidas pela nova legislação, obrigando a novos investimentos, como filtros de partículas para caldeira de biomassa.

Em 2015, foi analisado e estabelecido um plano estratégico ambiental que visa a adaptação do Grupo Navigator a um conjunto de novos e futuros requisitos na área do ambiente, nomeadamente o documento de referência para o setor (Conclusões sobre as Melhores Técnicas Disponíveis do Documento de Referência para o setor – BREF. Decisão de execução da Comissão 2014/687/UE) e para as Grandes Instalações de Combustão. Os documentos de referência mencionados correspondem à implementação da Diretiva 2010/75/EU relativa a emissões industriais. Estão em curso os projetos tendentes à implementação das alterações tecnológicas adequadas, bem como em discussão uma nova versão do Plano Diretor Ambiental, que incorpora novos desafios ambientais entretanto surgidos.

O Plano Estratégico Ambiental visou, para além das áreas de ambiente reguladas por estes documentos, outras áreas, e foi possível verificar que o Grupo Navigator se encontra genericamente enquadrado nestes referenciais futuros e identificar algumas áreas de melhoria e soluções tecnológicas como as emissões para a atmosfera das caldeiras de biomassa.

Por outro lado, cumprindo com o Decreto-Lei n.º 147/2008 de 29 de junho, que transpõe para o normativo nacional a Diretiva 2004/35/CE, o Grupo assegurou os seguros ambientais exigidos por aquele normativo, garantindo o cumprimento dos regulamentos em vigor e mitigando os riscos de natureza ambiental a que se encontra exposto.

No que respeita à evolução do regime de atribuição de comércio europeu de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), foi aprovada a Diretiva UE 2018/410, de 14 de março, que altera a Diretiva 2003/87/CE para reforçar a relação custo-eficácia das reduções de emissões e o investimento nas tecnologias hipocarbónicas. A Diretiva EU 2018/410 enquadra entre outros aspetos o novo período CELE a vigorar entre 2021-2030, no qual se vai verificar uma redução da quantidade de licenças de emissão de CO₂ atribuídas de forma gratuita.

Esta evolução trará certamente custos acrescidos para a indústria transformadora em geral e para a de pasta e papel em particular, sem que exista uma compensação pela absorção de CO₂ que, anualmente, as florestas desta indústria permitem.

Por forma a mitigar o impacto desta alteração, desde há muito que o Grupo empreendeu uma série de investimentos de natureza ambiental que, entre outras vantagens, tem permitido a redução continuada da emissão de CO₂.

Adicionalmente, o Grupo tem em curso o Roteiro para a Neutralidade Carbónica que visa implementar, até 2035, mudanças nos seus processos produtivos por forma a minimizar a utilização de combustíveis fósseis e por consequência reduzir as suas emissões de CO₂.

Para esse efeito, o programa definido em 2019 inclui projetos baseados no uso de fontes renováveis de energia, designadamente biomassa e solar, com o intuito de minimizar as emissões de CO₂ resultantes da sua atividade e promover a melhoria do seu desempenho energético.

A Navigator manteve o seu compromisso e objetivos para a próxima década em torno de um dos temas relevantes identificados no âmbito da sua Agenda 2030 de gestão responsável do negócio – “Alterações Climáticas e Fixação de CO₂” –, perseguindo a ambição de contribuir para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (Ação Climática) e causar um impacto positivo nas Pessoas e no Planeta.

O plano de descarbonização da Navigator, além de contribuir para a mitigação das alterações climáticas, compreende a utilização da biomassa residual florestal para produção de energia – valorizando o recurso e promovendo a proteção das florestas contra os incêndios –, e a geração de energia elétrica de fontes renováveis. A Empresa está a substituir, de forma faseada, o consumo de energias fósseis por fontes de energia menos intensivas em carbono e a investir na energia solar fotovoltaica, permitindo a produção de energia elétrica para autoconsumo e conseqüente redução dos custos energéticos.

A Empresa obteve, em 2022, a aprovação pela Science Based Targets initiative (SBTi) das suas metas de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) baseadas em ciência climática. Este passo foi considerado pela SBTi como um “elemento-chave” para uma trajetória de descarbonização net-zero, tal como preconizado no relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Como bioindústria no lado certo do futuro, assente na fileira de eucalipto e na indústria de pasta e papel, promovemos uma bioeconomia de base florestal com potenciais impactos positivos, assente na gestão sustentável das nossas florestas.

Em 2023, a Navigator obteve a classificação de “A-” na avaliação do CDP – Disclosure Insignt Action, mantendo a sua posição de liderança mundial no combate às alterações climáticas e na gestão de riscos de desflorestação. A Empresa foi também distinguida como “ESG Industry Top Rated” com base na avaliação da agência de *rating* Sustainalytics que a classificou, em 2022, como “Empresa de Baixo Risco ESG” para Investidores. Este *rating* avalia a *performance* da Empresa nas vertentes ambiente, social e governança empresarial (Environmental, Social and Governance – ESG), pelo que a classificação obtida traduz o reconhecimento dos esforços empreendidos na gestão de impactos das suas atividades.

A Navigator acompanha as iniciativas da Comissão Europeia em matéria de políticas e legislação em áreas como as estratégias florestais e de biodiversidade da UE, a Diretiva de Energias Renováveis, o Sistema de Comércio de Emissões da UE (ETS), a Taxonomia da UE, a Diretiva de Reporte de Informação Não Financeira sobre Sustentabilidade (CSRD) e a Diretiva sobre Due Diligence de Sustentabilidade Corporativa (CSDD).

Uma boa gestão dos riscos e oportunidades financeiros e de sustentabilidade, bem como a divulgação dos mesmos, fomenta uma perceção favorável pelos mercados de capitais e, consequentemente, o custo de capital. O Grupo Navigator reporta, desde 2023, informação sobre o alinhamento das suas atividades económicas com a Taxonomia da UE, e está a implementar as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).

Para informação mais detalhada sobre estas e outras iniciativas no âmbito da Agenda 2030 do Grupo Navigator, aconselhamos a consulta do capítulo “Declaração de Sustentabilidade”, no âmbito do Relatório Anual da Navigator.

Riscos associados a alterações climáticas

A Navigator tem vindo a desenvolver um conjunto de estratégias para medir e reduzir a sua pegada total de GEE, bem como promover a mitigação e adaptação aos riscos gerados pelas alterações climáticas.

Em dezembro de 2015, o Financial Stability Board (FSB) estabeleceu a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) para desenvolver um conjunto de recomendações para divulgar, de forma clara e consistente, informação que ajude os mercados financeiros a entender os riscos e impactos relacionados com as alterações climáticas. Em 2022 o Grupo Navigator integrou as recomendações da TCFD na estratégia e nos processos de gestão de riscos corporativos, aproveitando a oportunidade para avaliar potenciais implicações financeiras e estratégicas decorrentes de alterações climáticas e desenvolver respostas adequadas. Informação mais detalhada sobre esta iniciativa encontra-se divulgada no anexo ao relatório de gestão.

O Grupo monitoriza os potenciais impactes na sua posição financeira, na *performance* e nos seus fluxos de caixa decorrentes de alterações climáticas, designadamente os impactes nas estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes.

Alterações de longo prazo (25 a 30 anos) nos padrões de precipitação, períodos de seca, eventos climáticos extremos frequentes e temperaturas médias mais altas que aumentam o risco de incêndios florestais e surtos de insetos podem causar danos às operações e às florestas do Grupo, afetando o justo valor dos ativos biológicos e os preços da madeira. Eventos climáticos extremos mais frequentes também aumentam o risco de interrupções na produção, logística e fornecimento de matérias-primas e energia. As incertezas em relação às alterações climáticas podem ainda resultar em alterações nas projeções de fluxos de caixa do Grupo ou na revisão das vidas úteis dos ativos.

O Grupo possui diversos mecanismos em vigor destinados a monitorizar e mitigar esses riscos por meio de uma gestão proativa e deteção precoce. O Grupo incorporou considerações sobre alterações climáticas nas suas práticas de reflorestação, como o estabelecimento e manutenção de caminhos e aceiros, a conservação da biodiversidade das espécies, e o aumento da monitorização durante os períodos de perigo de incêndio.

Ao nível dos ativos fixos tangíveis o Grupo solicita periodicamente avaliações independentes e revisões das vidas úteis económicas dos seus ativos. Conforme referido na Nota 3.7, durante 2022, o Grupo solicitou a avaliação externa dos seus ativos a uma entidade independente que estimou a vida útil dos ativos, considerando as atuais condições e a obsolescência funcional. Tendo por base o resultado dos estudos efetuados, bem como as perspetivas de investimento do Grupo para o período 2023-2027, nomeadamente em resultado de compromissos de descarbonização e dos projetos ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, a Navigator procedeu à revisão da vida útil dos seus ativos com referência a 1 de janeiro de 2022 tendo resultado numa redução média de, aproximadamente, 7 anos de vida útil.

Os riscos físicos decorrentes de incêndios e secas estão, em grande medida, dentro da cobertura dos programas de seguro de propriedade e perdas de exploração do Grupo. No entanto, se a frequência e a gravidade desses eventos aumentarem como resultado de alterações climáticas, o custo de tal cobertura pode aumentar.

O Grupo entende que uma gestão sustentável das florestas, bem como a capacidade de reação a eventos como incêndios florestais e doenças desempenham um papel relevante na mitigação dos impactos negativos das alterações climáticas.

Conforme amplamente divulgado, com um propósito corporativo e uma Agenda de Gestão Responsável 2030 alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a estratégia do Grupo passa por fornecer alternativas sustentáveis e renováveis para soluções baseadas em fósseis, apresentando oportunidades de crescimento atraentes no futuro e promovendo a descarbonização da economia. A inovação do Grupo, o desenvolvimento de produtos sustentáveis e os investimentos em eficiência energética permitirão à Navigator atingir as suas metas climáticas e uma resposta adequada aos desafios climáticos.

O Grupo Navigator continua a evidenciar uma notável geração de *cash flow* livre e uma posição financeira robusta, sendo convicção do seu Conselho de Administração que, face à sua situação financeira e de liquidez, não se antevem impactos negativos relevantes decorrentes de alterações climáticas que justifiquem o reconhecimento de imparidades adicionais ou que ponham em causa o princípio da continuidade, aplicado na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

RISCOS ASSOCIADOS À PRODUÇÃO DE ENERGIA

O ano 2023 manteve um quadro macroeconómico instável, influenciado pela guerra na Ucrânia e o ressurgimento do conflito no Médio Oriente. Neste contexto, associado também a uma elevada taxa de inflação no espaço europeu, os preços de energia mantiveram-se altos, ainda que abaixo dos máximos históricos decorrentes da crise energética de 2022.

A produção de energia elétrica é uma atividade com importância no Grupo, possibilitando a valorização de um recurso endógeno renovável, a biomassa gerada na produção de pasta BEKP. Os ativos de geração de energia permitem ainda aos Fornecedores de madeira do Grupo gerar um rendimento complementar com a venda de biomassa residual florestal das suas explorações, e desta forma contribuir para a redução dos riscos de incêndio no país.

O Grupo foi pioneiro e tem vindo a promover e desenvolver um mercado de comercialização de biomassa, para abastecimento das suas centrais de cogeração renováveis e centrais termoelétricas a biomassa. O desenvolvimento deste mercado numa fase anterior ao arranque das novas unidades de produção de energia permitiu-lhe assegurar uma rede de abastecimento de matéria-prima obtida de forma sustentável.

Os incentivos existentes à data em Portugal só contemplam a utilização de biomassa florestal residual (BFR) para a produção de energia elétrica, excluindo liminarmente a utilização de madeira para este efeito.

Em termos de enquadramento legal destacamos os seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril, que estabelece disposições em matéria de eficiência energética e cogeração e altera o Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de março e Portaria 140/2012, de 14 de maio, revista pela Portaria 325-A/2012, de 16 de outubro aplicável ao regime de PRE – Produção em Regime Especial em cogeração;
- Para as Centrais Termoelétricas a Biomassa (CTB) florestal residual em operação, dedicadas à produção de energia elétrica o quadro legal é suportado pelo Decreto-Lei 33-A/2005, de 16 de fevereiro revisto pelo Decreto-Lei 225/2007, de 31 de maio que altera de 15 para 25 anos o período de remuneração garantida em PRE – Produção em Regime Especial. Para estes ativos, o quadro legal sustenta assim um enquadramento tarifário que se prevê estável no decurso dos próximos anos.
- Decreto-Lei n.º 119-A/2021, de 22 de dezembro, que altera um conjunto de medidas no âmbito da pandemia da doença Covid-19, nomeadamente no âmbito do regime jurídico e remuneratório aplicável à energia elétrica e mecânica e de calor útil produzidos em cogeração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de março, que veio proceder à revisão das regras de acesso e exercício da atividade, no que toca às tecnologias e processos produtivos admissíveis e à mudança entre as diferentes modalidades do regime remuneratório para mitigar a subida de preços dos combustíveis fósseis, nomeadamente o gás natural, no período de recuperação pós-pandemia.
- Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro que estabelece a organização e funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN), transpondo a Diretiva (UE) 2019/944 e Diretiva (UE) 2018/2021.
- Decreto-Lei n.º 33/2022, de 14 de maio que estabelece um mecanismo excecional e temporário de ajuste dos custos de produção de energia elétrica no âmbito do Mecanismo Ibérico de Eletricidade e que foi posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 21 B/2023 de 30 de março que estendeu a aplicação do mecanismo até 31 de dezembro de 2023.

Com o término do quadro temporal que enquadra a venda de energia elétrica das cogerações em regime especial, as mesmas irão transitar progressivamente para a operação em regime de autoconsumo, ou seja, abastecendo diretamente as unidades industriais consumidoras, com venda de eventuais excedentes em regime de mercado.

A procura constante pela otimização dos custos de produção e pela eficiência das unidades geradoras, a análise de novos projetos de produção de energia a partir de fontes renováveis, uma contratação de energia a mais longo prazo e gestão de risco ativa, e a promoção de vários projetos de energia solar fotovoltaica em regime de autoconsumo são a forma pela qual o Grupo procura mitigar o risco associado à atividade.

RISCOS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DO CIMENTO

ABASTECIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS

No que se refere ao segmento do Cimento, as principais matérias-primas do processo de fabrico do cimento são os calcários e as margas ou argilas, cuja extração é efetuada em pedreiras próprias, localizadas no perímetro fabril, dispondo o Grupo de reservas que asseguram a exploração sustentada nos próximos anos em parte significativa das localizações geográficas em que opera.

PREÇO DE VENDA

Uma vez que o segmento do Cimento desenvolve a sua atividade em mercados geograficamente diversos, os preços praticados dependem essencialmente, da conjuntura económica e da concorrência de cada país.

PROCURA DOS PRODUTOS DO GRUPO

O volume de negócios do segmento do Cimento deriva do nível de atividade no setor da construção em cada um dos mercados geográficos em que opera. O setor da construção tende a ser cíclico, especialmente em economias maduras, e depende do nível de construção residencial e comercial, bem como do nível de investimentos em infraestruturas.

O setor da construção é sensível a fatores como as taxas de juro e uma quebra da atividade económica numa dada economia pode conduzir a uma recessão neste setor.

Apesar de o Grupo considerar que a sua diversificação geográfica é a melhor forma de conseguir a estabilização dos seus resultados, a sua atividade, situação financeira e resultados operacionais podem ser negativamente afetados por uma quebra do setor da construção em qualquer mercado significativo em que opere.

CONCORRÊNCIA

As empresas do segmento do Cimento desenvolvem a sua atividade num ambiente competitivo. No caso do mercado português, o excesso de capacidade dos operadores nacionais em conjugação com importações poderão afetar a *performance* nesse segmento.

O mesmo se verifica na Tunísia e Líbano, países em recessão atualmente com excesso de capacidade instalada, o que tem impactado negativamente os preços nesses países.

CUSTOS ENERGÉTICOS

Uma parte significativa dos gastos do Grupo Secil está dependente dos gastos energéticos. A energia é um fator de custo com peso significativo na atividade da Secil e das suas Participadas. O Grupo protege-se, em certa medida, contra o risco da subida do preço da energia através da possibilidade de algumas das suas fábricas utilizarem combustíveis alternativos e de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo para algumas das necessidades energéticas. Apesar destas medidas, flutuações significativas nos custos da eletricidade e dos combustíveis podem afetar negativamente a sua atividade, situação financeira e resultados operacionais.

RISCO PAÍS – BRASIL, TUNÍSIA E ANGOLA

O Grupo Secil encontra-se exposto ao risco país do Brasil, Tunísia e Angola nos quais detém investimentos em unidades produtivas.

RISCO PAÍS – LÍBANO

O Líbano sofre de uma grave crise económico-financeira e social. Apesar dos esforços empreendidos por parte das forças políticas para a estabilização da situação, o aparecimento da pandemia covid-19, a continuidade do conflito na Ucrânia, e o mais recente conflito na região na faixa de Gaza, vieram contribuir ainda mais para o seu agravamento.

Adicionalmente, os cortes no fornecimento de energia elétrica constantes a partir do último trimestre de 2021 têm impactado negativamente as operações da Secil naquele país.

O ano de 2023 continuou a ser marcado pela desvalorização da moeda local, pela escassez de reservas de moeda estrangeira e pela deterioração do contexto econômico. A escassez de moeda estrangeira para fazer face à importação de bens essenciais (e.g. medicamentos e bens alimentares) levou a medidas de controlo de capitais por parte das entidades bancárias e de supervisão, o que promoveu o crescimento do mercado não regulado de compra e venda de moeda. Estas transações de troca de libras libanesas por outras divisas realizadas a câmbio diferente do oficial, que permitiram aos operadores locais garantir a manutenção das suas operações, constituindo esta uma prerrogativa de “força maior”, foram excepcionalmente reconhecidas pelo Ministério das Finanças do Líbano através de uma circular (*Guideline*) publicada no final do exercício de 2020.

No que respeita à inflação, esta encetou a sua escalada desde o início de 2020, representando em julho desse ano uma inflação cumulativa superior a 100% num período de 3 anos, pelo que o país foi declarado como economia hiperinflacionária. Neste sentido, as empresas foram obrigadas a aplicar a IAS 29 “Financial Reporting in Hyperinflationary Economies” (Nota 5.11).

Adicionalmente à inflação generalizada e escassez de divisas, a generalidade das indústrias no Líbano tem enfrentado restrições no abastecimento de energia por parte da empresa pública de produção e distribuição de eletricidade.

Em 2020 importa ainda destacar a explosão ocorrida no porto de Beirute que, para além de todos os danos humanos, causou um rasto de destruição e protestos alargados contra a corrupção instalada no país e, conseqüentemente, no Governo. Em outubro de 2022, terminou o mandato do presidente da República Libanesa, aguardando-se a eleição do sucessor. Adicionalmente, encontra-se provisoriamente em funções um governo de gestão.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Em 2021 iniciou-se o 4.º período do CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissões – e estão atualmente a decorrer os atos legislativos relativamente ao novo subperíodo que vai de 2026 a 2030.

A Comissão Europeia adotou um pacote de propostas legislativas, “Fit 55”, para revisão das políticas de clima, energia, uso da terra, transporte e tributação da UE no sentido de materializar a redução das emissões líquidas de gases de efeito estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

Com estas propostas, a Comissão apresentou os instrumentos legislativos para atingir os objetivos acordados na Lei Europeia do Clima e fundamentalmente transformar a nossa economia e sociedade para um futuro justo, verde e próspero.

Em 2023 destacamos pelo seu impacto na empresa a criação do Mecanismo de Ajuste Fronteiriço com o objetivo de equalizar os custos de CO₂ suportados quer pelos produtores europeus como os não europeus criando condições de concorrência justas entre ambos e que não levem a uma deslocalização da indústria cimenteira para fora da UE para espaços com menos exigências em termos ambientais e climáticos. Iniciou-se o período de transição em outubro de 2023 e vai decorrer até ao final de 2025. Entrará definitivamente em pleno no início de 2026 com o pagamento do custo das emissões de CO₂ pelos importadores. Iniciar-se-á ao mesmo tempo o *phase-out* da atribuição das licenças gratuitas que decorrerá até 2033.

A Secil consciente deste novo enquadramento e do impacto na redução de licenças gratuitas a receber realizou o grosso do *upgrade* físico das instalações da unidade de produção do Outão em 2023 estando a terminar a instalação de equipamentos complementares. Quando estiver concluído levará a uma redução de 20 % das emissões carbónicas, à produção verde de 30 % do consumo de energia elétrica da unidade, minimização da utilização de combustíveis fósseis e 20% de redução do consumo térmico. Um investimento com o montante total de cerca de 86 milhões de Euros com conclusão prevista para primeiro semestre de 2024 que coloca esta unidade como uma referência ao nível europeu em eficiência energética e ambiental.

No mesmo sentido a Secil subscreveu o *Roadmap* para a Neutralidade Carbónica para o setor cimenteiro nacional publicado pela ATIC e desenvolveu o seu próprio *Roadmap*.

RISCOS ASSOCIADOS A ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O Grupo Secil encontra-se inserido num setor com elevadas emissões de CO₂ no seu processo produtivo, nomeadamente na calcinação dos carbonatos presentes nas matérias-primas principais e queima de combustíveis nos fornos. Neste sentido, tem vindo a desenvolver um conjunto de estratégias e investimentos para reduzir as suas emissões de CO₂, através de ganhos de eficiência térmica e elétrica, da utilização de combustíveis alternativos e segue atentamente o desenvolvimento das novas tecnologias para captura e utilização de CO₂ para, na altura certa, escolher a mais adequada, tentando desta forma reduzir a sua pegada total de emissões de CO₂, bem como promover a adaptação aos riscos físicos e de transição gerados pelas alterações climáticas.

As alterações no ambiente regulatório nomeadamente o aumento do preço das licenças de emissões de CO₂ e eventos climáticos extremos com maior frequência aumentam o risco de interrupções na produção, logística e fornecimento de matérias-primas e energia. As incertezas em relação às alterações climáticas podem ainda resultar em alterações nas projeções de fluxos de caixa do grupo ou na revisão das vidas úteis dos ativos.

Neste contexto desafiante no âmbito da transição para uma economia descarbonizada, o Grupo monitoriza os potenciais impactos na sua posição financeira, na *performance* e nos seus fluxos de caixa decorrentes de alterações climáticas, designadamente os impactos nas estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes.

Conforme divulgado, consciente do novo enquadramento e riscos associados, a Secil encontra-se a desenvolver um conjunto de estratégias e investimentos para redução das emissões de CO₂ que permitirão ao Grupo atingir as suas metas e dar uma resposta adequada aos desafios climáticos do setor. Dos investimentos que se encontram a ser realizados importa destacar o processo de atualização tecnológica da sua unidade de produção do Outão, Projeto CCL – Clean Cement Line, um investimento com o montante total de cerca de 86 milhões de Euros com conclusão prevista para primeiro semestre de 2024 e que coloca esta unidade como uma referência ao nível europeu em eficiência energética e ambiental.

Em 2023, a Secil iniciou o processo de implementação das recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) na estratégia e nos processos de gestão de riscos corporativos, aproveitando a oportunidade para avaliar potenciais implicações financeiras e estratégicas decorrentes de alterações climáticas e desenvolver respostas adequadas. A avaliação e identificação de riscos e as oportunidades associados às mudanças climáticas, de acordo com a metodologia da TCFD será implementada durante o ano de 2024. O Grupo Secil apresenta uma boa capacidade de geração de *cash flow* livre e uma posição financeira confortável, sendo convicção do seu Conselho de Administração que, face à sua situação financeira e de liquidez, não se anteveem impactos negativos relevantes decorrentes de alterações climáticas que justifiquem o reconhecimento de imparidades adicionais ou que ponham em causa o princípio da continuidade, aplicado na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

RISCOS ASSOCIADOS AO SEGMENTO DE OUTROS NEGÓCIOS

ABASTECIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS

O abastecimento de matéria-prima para o segmento do Ambiente, desenvolvido pelo Grupo ETSA, está condicionado à disponibilidade de desmancha e de resíduos da indústria agroalimentar, em particular nos matadouros e nos centros de abate de animais. Este mercado é relativamente vulnerável à degradação da situação económica, assim como à conseqüente alteração de hábitos de consumo e a facilidade de substituição entre produtos alimentares, que poderão limitar a atividade deste subgrupo. Para a Triangle's, uma das principais matérias-primas do processo de fabrico é o alumínio, estando esta sujeita à volatilidade dos mercados internacionais.

PREÇO DE VENDA

Dada a natureza do seu negócio, o Grupo ETSA está exposto ao risco de volatilidade dos preços das *soft commodities* nos mercados internacionais (cereais e subprodutos de cereais), uma vez que estas são substitutas da gama de alguns dos produtos comercializados pelo Grupo ETSA.

Neste contexto, os preços de venda de alguns produtos deste subgrupo estão correlacionados com a evolução das cotações das *soft commodities* nos mercados internacionais, o que constitui um fator de risco adicional à atividade desenvolvida.

PROCURA DOS PRODUTOS

A diminuição da procura ou a redução do nível de atividade de empresas das indústrias de rações de animais, de explorações agrícolas com criação de gado, de *petfood* e de *biodiesel* poderá ter um impacto significativo no volume de negócios do Grupo ETSA.

CONCORRÊNCIA

O Grupo ETSA desenvolve a sua atividade num mercado onde concorre com outras empresas que operam no setor da recolha e valorização de subprodutos de origem animal e com outras empresas que têm como atividade a produção de bens substitutos dos produtos do Grupo ETSA, como são exemplo as indústrias de produção de rações e de óleos alimentares. Neste enquadramento, o eventual aumento ou diminuição da concorrência não deixará de se refletir nos níveis de rentabilidade do Grupo. A Triangle's opera num mercado aberto com muita concorrência de *planes* asiáticos.

OUTROS RISCOS

A subsidiária ITS, tem com o Estado Português um contrato de prestação de serviços no âmbito do SIRCA com peso na faturação consolidada do Grupo ETSA. Este contrato tem um prazo limitado e a sua continuidade depende não só de fatores concorrenciais, uma vez que é promovido por concurso público, mas também de fatores regulatórios, pois a sua existência e regime dependem de opções estratégicas do Estado Português.

RISCOS ASSOCIADOS AO GRUPO EM GERAL

SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA

As unidades fabris do Grupo estão sujeitas aos riscos de substituição tecnológica bem como aos inerentes a qualquer atividade económica industrial, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias no processo produtivo.

Da mesma forma estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de forma a garantir os níveis de vendas ou fornecedores que possibilitassem manter a estrutura de custos.

RISCOS JURÍDICOS

Quanto aos riscos jurídicos, importa referir que resultam essencialmente de riscos fiscais e de regulação que se encontram cobertos pela análise dos riscos de natureza operacional, e riscos específicos de responsabilidade geral ou riscos associados à negociação e celebração de instrumentos contratuais.

Estes riscos são controlados através de assessorias jurídicas instituídas quer a nível da Semapa enquanto *holding* quer a nível das suas Participadas, e através do recurso a advogados externos sempre que a especialidade da matéria, o seu valor ou outros fatores do caso concreto assim o recomendem.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

José António do Prado Fay

VOGAIS

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

Vítor Paulo Paranhos Pereira

Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

Paulo José Lameiras Martins



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
 1069-006 Lisboa - Portugal
 +351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS e RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 4.674.931.503 euros e um total de capital próprio de 1.806.457.421 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos acionistas de 244.507.409 euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações nos capitais próprios consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Recuperabilidade do *goodwill* (492.387.904 euros), ativos intangíveis (556.501.634 euros) e ativos fixos tangíveis (1.859.690.492 euros)

Ver nota 1.6. das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e notas 3.1, 3.2 e 3.3 das Demonstrações Financeiras

O Risco

A recuperabilidade do *goodwill*, ativos intangíveis e dos ativos fixos tangíveis é crítica devido à materialidade dos valores envolvidos e à complexidade e subjetividade associada aos testes de imparidade, nomeadamente decorrente da incerteza inerente às projeções financeiras, as quais se baseiam em expectativas do Conselho de Administração, materializadas em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspectivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura, pressupostos não observáveis no mercado.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos implementados pelo Grupo relacionados com esta matéria e analisámos os procedimentos de orçamentação em que as projeções se baseiam, por referência à comparação do desempenho atual com estimativas efetuadas em períodos anteriores, e a integridade do modelo de fluxos de caixa descontados;
 - Avaliámos os pressupostos internos e externos utilizados e a razoabilidade dos mesmos, tais como as tendências atuais do negócio, o desempenho do mercado, inflação, crescimento económico projetado e taxas de desconto;
 - Realizámos análises de sensibilidade aos pressupostos e previsões utilizados;
 - Envolvermos os nossos especialistas na aferição da taxa de custo médio de capital; e,
 - Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
-



Justo valor dos ativos biológicos (115.622.249 euros)

Ver nota 1.6. das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e nota 3.7 das Demonstrações Financeiras

O Risco

A determinação do justo valor dos ativos biológicos é efetuada através de um modelo desenvolvido internamente, baseado em projeções económicas e de mercado, cujos pressupostos nomeadamente a produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do custo de corte, o valor das rendas dos terrenos próprios e arrendados, os custos de recheia e transporte, os custos de plantação e manutenção e a taxa de desconto, requerem um elevado grau de estimativa e julgamento do Conselho de Administração.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos implementados pelo Grupo relacionados com esta matéria;
 - Validámos a correção matemática e a integridade subjacente ao modelo;
 - Analisámos os procedimentos de orçamentação em que as projeções se baseiam;
 - Comparámos o desempenho atual das variáveis subjacentes ao modelo com estimativas efetuadas em períodos anteriores, nas principais variáveis: a produtividade das florestas, o valor das rendas dos terrenos, os custos de estrutura, os custos de recheia e transporte, os custos de plantação e manutenção;
 - Comparámos os pressupostos internos e externos utilizados no modelo, como o preço spot e de tendência e a taxa de desconto com os dados de mercado e considerámos a análise de sensibilidade dos mesmos; e,
 - Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
-



Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento

Ver nota 1.6. das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e notas 6.1 e 6.2 das Demonstrações Financeiras

O Risco

A aplicação da legislação fiscal às diversas transações e circunstâncias de tratamento fiscal incerto tem uma complexidade inerente e requer o exercício de julgamento na determinação e mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa, mediante a ponderação de todos os possíveis resultados por si controlados e respetivas probabilidades associadas.

A estimativa das eventuais quantias a despendar requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração, o qual avalia a probabilidade de desfecho, suportado pelo parecer de assessores jurídicos e fiscais.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos os processos de monitorização das posições fiscais incertas quanto ao tratamento do imposto sobre o rendimento, incluindo testes ao desenho e implementação dos principais controlos implementados e inquéritos ao Conselho de Administração e aos diretores da área fiscal sobre as bases das suas estimativas e julgamentos;
 - Analisámos os processos fiscais que se encontram em curso e potenciais posições fiscais incertas, considerando o efeito da incerteza para cada tratamento fiscal incerto relativo ao tratamento do imposto sobre o rendimento, com o apoio de especialistas fiscais e revisão da documentação existente;
 - Analisámos as respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos;
 - Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores; e,
 - Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
-



Concentração de atividades empresariais - aquisição da *Triangle's – Cycling Equipments*

Ver nota 1.6. das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e nota 1.2 das Demonstrações Financeiras

O Risco

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro 2023, o Grupo concluiu a aquisição da *Triangle's – Cycling Equipments.S.A.*, entidade sediada em Águeda, dedicada à fabricação de quadros de bicicleta em alumínio.

A retribuição transferida da aquisição ascendeu a 217.250.092 euros, que inclui 38.600.077 euros relativos ao justo valor à data de aquisição de uma retribuição contingente (*earnout*), a qual se encontra dependente da *performance* da entidade.

Esta aquisição foi contabilizada como uma concentração de atividades empresariais tendo envolvido um conjunto de julgamentos significativos por parte do Conselho de Administração, nomeadamente, na valorização da retribuição contingente (*earnout*), na identificação e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e do *goodwill*.

Assim, e atendendo à materialidade dos impactos nas demonstrações financeiras consolidadas, considerámos a aquisição como uma matéria relevante de auditoria.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos implementados pelo Grupo relacionados com esta matéria;
 - Obtivemos e analisámos a documentação de suporte à transação, nomeadamente o contrato de aquisição;
 - Analisámos a retribuição transferida, nomeadamente a mensuração do justo valor da retribuição contingente à data da aquisição;
 - Executámos procedimentos de análise da metodologia adotada para a avaliação dos ativos e passivos e verificámos a razoabilidade dos modelos de avaliação para determinar o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, incluindo validação da sua concordância com os modelos utilizados para a negociação e a exatidão aritmética dos mesmos;
 - Envolvemos, sempre que entendido necessário, os nossos especialistas para a validação do justo valor de ativos e passivos; e,
 - Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
-



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia ;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório consolidado de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório consolidado de gestão.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório de governo societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre o Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração a Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e



- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 22 de setembro de 2017 para um mandato compreendido entre 2018 e 2021. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de maio de 2022 para um segundo mandato compreendido entre 2022 e 2024.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 22 de abril de 2024.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

22 de abril de 2024

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)

representada por

Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão

(ROC n.º 1427 e registado na CMVM com o n.º 20161037)

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Demonstrações Financeiras Consolidadas****Exercício de 2023**

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2023 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração e Directores da Sociedade. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respectiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não deparámos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o revisor oficial de contas e auditor externo, KPMG & Associados, SROC, S.A., acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, que merece o nosso acordo.
4. O Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços distintos de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais.

5. No âmbito das nossas funções, verificámos que:
- a) a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração da posição financeira consolidada, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração das alterações nos capitais próprios consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e as Notas às demonstrações financeiras consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;
 - c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade;
 - d) O Relatório sobre o Governo Societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e teve em conta as recomendações do Código do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).
6. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:
- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
 - b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

7. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da Empresa, bem como à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, KPMG & Associados, SROC, S.A..

8. Informamos que o presente Relatório e Parecer não se encontra assinado pela Vogal do Conselho Fiscal, Senhora Dr.^a Maria da Graça da Cunha Gonçalves, em virtude do seu falecimento no passado dia 12 de abril. O Conselho Fiscal lamenta com enorme pesar o falecimento da Senhora Dr.^a Maria da Graça da Cunha Gonçalves e enaltece as suas qualidades pessoais e a enorme dedicação e profissionalismo com que desempenhou as suas funções de Vogal do Conselho Fiscal da Sociedade desde a sua designação, em 24 de maio de 2018.

9. O Conselho Fiscal confirma que a Senhora Dr.^a Maria da Graça da Cunha Gonçalves teve um papel relevante no que respeita à elaboração e teor do presente Relatório e Parecer e acompanhou, no decorrer do exercício findo e no corrente ano, as actividades da Sociedade e do Conselho Fiscal, contribuindo significativamente para o cumprimento das atribuições e competências deste órgão.

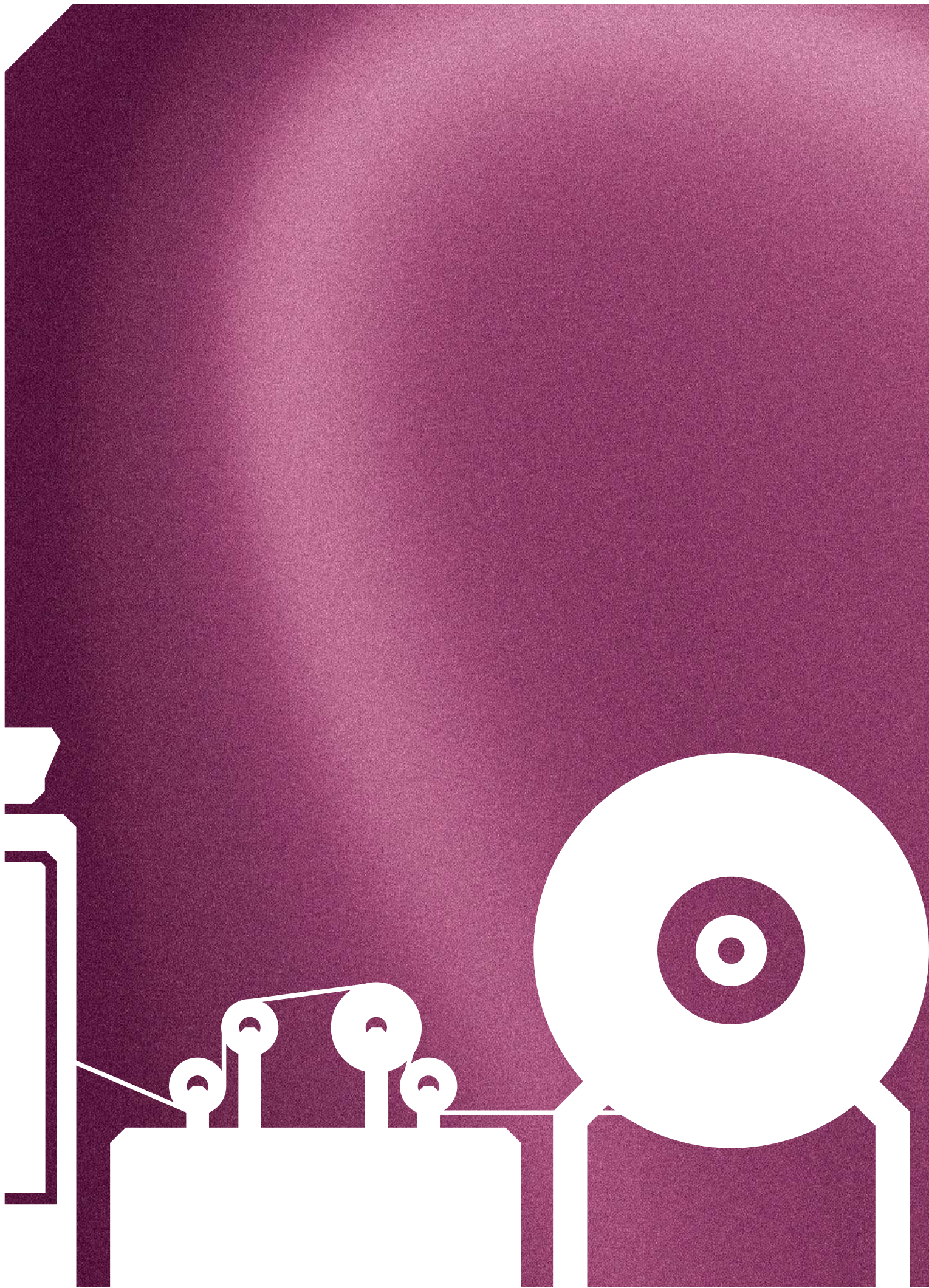
Lisboa, 22 de abril de 2024

O Presidente do Conselho Fiscal,

José Manuel Oliveira Vitorino

O Vogal,

Gonçalo Nuno Palha Gaió Picão Caldeira



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEPARADAS**

08

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DOS RESULTADOS

Valores em Euros	Nota	2023	2022
Réditos	2.1	15 996 814	12 513 339
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.2	148 382	25 321
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(7 286 810)	(4 936 142)
Gastos com o pessoal	7.1	(8 716 343)	(7 327 658)
Outros gastos e perdas operacionais	2.3	(470 218)	(437 548)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade em ativos não financeiros	3.3	(244 170)	(232 859)
Resultado operacional		(572 345)	(395 547)
Resultados de subsidiárias e entidades conjuntamente controladas	10.1	239 577 182	302 796 742
Rendimentos e ganhos financeiros	5.10	4 180 413	126 553
Gastos e perdas financeiros	5.10	(13 655 495)	(6 192 086)
Resultado antes de impostos		229 529 755	296 335 662
Imposto sobre o rendimento	6.1.1	14 977 654	10 754 172
Resultado líquido do período		244 507 409	307 089 834
Resultado por ação			
Resultado básico por ação	5.3	3,061	3,845
Resultado diluído por ação	5.3	3,061	3,845

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 11 de abril de 2024

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Valores em Euros	Nota	2023	2022
Resultado líquido do período		244 507 409	307 089 834
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Outros rendimentos integrais de empresas subsidiárias	5.5	(16 840 059)	64 159 611
Itens que não poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Outros rendimentos integrais de empresas subsidiárias	5.5	963 259	875 988
Total de outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(15 876 800)	65 035 599
Total dos rendimentos integrais		228 630 609	372 125 433

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 11 de abril de 2024

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Valores em Euros	Nota	2023	2022
ATIVO			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	3.1	397 797	486 618
Ativos sob direito de uso	3.2	440 413	282 304
Investimentos em subsidiárias e entidades conjuntamente controladas	10.1	1 655 609 578	1 449 716 286
Outros investimentos financeiros	8.2	28 854	23 413
Valores a receber não correntes	4.1	30 807	28 999
Ativos por impostos diferidos	6.2	34 241 098	25 923 522
		1 690 748 547	1 476 461 141
Ativos correntes			
Valores a receber correntes	4.1	24 168 747	7 096 663
Imposto sobre o rendimento	6.1.2	5 239 574	5 137 839
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	37 975 001	167 920 763
		67 383 322	180 155 264
Ativo total		1 758 131 869	1 656 616 406
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	5.2	81 270 000	81 270 000
Ações próprias	5.2	(15 946 363)	(15 946 363)
Reservas por aplicação do MEP	5.5	(394 798 767)	(374 212 824)
Reserva legal	5.5	16 695 625	16 695 625
Outras reservas	5.5	1 450 783 810	1 221 869 880
Resultados transitados		88 913 994	86 613 994
Resultado líquido do período		244 507 409	307 089 834
Total do Capital Próprio		1 471 425 708	1 323 380 145
Passivos não correntes			
Financiamentos obtidos	5.6	254 336 792	141 082 665
Passivos de locação	5.7	304 267	188 938
Responsabilidades por benefícios definidos	7.2.1	580 578	687 660
Passivos por impostos diferidos	6.2	1 293 606	1 715 136
Valores a pagar não correntes	4.2	-	2 800 000
		256 515 243	146 474 399
Passivos correntes			
Financiamentos obtidos	5.6	18 301 612	145 454 569
Passivos de locação	5.7	142 503	97 837
Valores a pagar correntes	4.2	11 746 803	39 809 455
Imposto sobre o rendimento	6.1.2	-	1 400 000
		30 190 918	186 761 861
Passivo total		286 706 161	333 236 260
Capital próprio e passivo total		1 758 131 869	1 656 616 406

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 11 de abril de 2024

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Valores em Euros	Nota	Capital social	Ações próprias	Reservas por aplicação do MEP	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Capital próprio em 1 de janeiro de 2023		81 270 000	(15 946 363)	(374 212 824)	16 695 625	1 221 869 880	86 613 994	307 089 834	1 323 380 145
Resultado Líquido do período		-	-	-	-	-	-	244 507 409	244 507 409
Outro rendimentos integrais (líquidos de imposto)		-	-	(15 876 800)	-	-	-	-	(15 876 800)
Total dos rendimentos integrais do período		-	-	(15 876 800)	-	-	-	244 507 409	228 630 609
Aplicação do lucro do período 2022:									
- Transferência para reservas		-	-	-	-	228 913 930	-	(228 913 930)	-
- Dividendos pagos	5.4	-	-	-	-	-	-	(75 875 904)	(75 875 904)
- Gratificações de balanço		-	-	-	-	-	2 300 000	(2 300 000)	-
Total de transações com acionistas		-	-	-	-	228 913 930	2 300 000	(307 089 834)	(75 875 904)
Outros movimentos em capitais próprios de subsidiárias	5.5	-	-	(4 709 143)	-	1	-	-	(4 709 142)
Total de outras operações		-	-	(4 709 143)	-	1	-	-	(4 709 142)
Capital próprio em 31 de dezembro de 2023		81 270 000	(15 946 363)	(394 798 767)	16 695 625	1 450 783 810	88 913 994	244 507 409	1 471 425 708

Valores em Euros	Nota	Capital social	Ações próprias	Reservas por aplicação do MEP	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Capital próprio em 1 de janeiro de 2022		81 270 000	(15 946 363)	(439 079 146)	16 695 625	1 164 631 426	86 613 993	198 128 028	1 092 313 563
Resultado Líquido do período		-	-	-	-	-	-	307 089 834	307 089 834
Outro rendimentos integrais (líquidos de imposto)		-	-	65 035 599	-	-	-	-	65 035 599
Total dos rendimentos integrais do período		-	-	65 035 599	-	-	-	307 089 834	372 125 433
Aplicação do lucro do período 2021:									
- Transferência para reservas		-	-	-	-	157 234 909	-	(157 234 909)	-
- Dividendos pagos	5.4	-	-	-	-	-	-	(40 893 119)	(40 893 119)
Distribuição de reservas	5.4	-	-	-	-	(99 996 455)	-	-	(99 996 455)
Total de transações com acionistas		-	-	-	-	57 238 454	-	(198 128 028)	(140 889 574)
Outros movimentos em capitais próprios de subsidiárias	5.5	-	-	(169 277)	-	-	-	-	(169 277)
Outros movimentos	5.5	-	-	-	-	-	1	(1)	-
Total de outras operações		-	-	(169 277)	-	-	1	(1)	(169 277)
Capital próprio em 31 de dezembro de 2022		81 270 000	(15 946 363)	(374 212 824)	16 695 625	1 221 869 880	86 613 994	307 089 834	1 323 380 145

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 11 de abril de 2024

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em Euros	Notas	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		16 726 387	16 570 425
Pagamentos a fornecedores		(13 227 898)	(7 184 560)
Pagamentos ao pessoal		(8 017 882)	(7 507 901)
Fluxos gerados pelas operações		(4 519 393)	1 877 964
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(23 488)	(62 048)
Outros (pagamentos)/recebimentos da atividade operacional		574 265	8 713 983
Fluxos das atividades operacionais (1)		(3 968 616)	10 529 899
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		32 475 069	40 502 069
Ativos fixos tangíveis		350	612
Juros e rendimentos similares		2 481 879	-
Dividendos de subsidiárias		167 764 447	177 652 996
		202 721 745	218 155 676
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(211 007 574)	(24 586 000)
Ativos fixos tangíveis		(22 069)	(44 368)
		(211 029 643)	(24 630 368)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(8 307 898)	193 525 308
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		268 150 000	163 900 000
		268 150 000	163 900 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(282 402 000)	(111 160 634)
Amortização de contratos de locação		(126 359)	(103 744)
Juros e gastos similares		(13 414 985)	(6 758 125)
Dividendos e reservas		(75 875 904)	(140 889 574)
Outras operações de financiamento		(14 000 000)	-
		(385 819 248)	(258 912 076)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(111 669 248)	(95 012 076)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1)+(2)+(3)		(129 945 762)	109 043 131
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	5.8	167 920 763	58 877 632
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	5.8	37 975 001	167 920 763

As notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras separadas.

Lisboa, 11 de abril de 2024

1 INTRODUÇÃO	438
1.1 APRESENTAÇÃO	438
1.2 EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO	438
1.3 EVENTOS SUBSEQUENTES	439
1.4 BASES DE PREPARAÇÃO	439
1.5 NOVAS NORMAS IFRS ADOTADAS E A ADOTAR	442
1.6 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES	444
2 PERFORMANCE OPERACIONAL	445
2.1 RÉDITO	445
2.2 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS	445
2.3 GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS	446
3 INVESTIMENTOS	447
3.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	447
3.2 ATIVOS SOB DIREITO DE USO	448
3.3 DEPRECIações, AMORTIZAções E PERDAS POR IMPARIDADE	448
4 FUNDO DE MANEIO	449
4.1 VALORES A RECEBER	449
4.2 VALORES A PAGAR	450
5 ESTRUTURA DE CAPITAL	451
5.1 GESTÃO DE CAPITAL	451
5.2 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS	451
5.3 RESULTADO POR AÇÃO	452
5.4 DIVIDENDOS	452
5.5 RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	453
5.6 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	454
5.7 PASSIVOS DE LOCAÇÃO	455
5.8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	456
5.9 FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	456
5.10 RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS	457
6 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	458
6.1 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	458
6.2 IMPOSTOS DIFERIDOS	460
7 PESSOAL	462
7.1 GASTOS COM O PESSOAL	462
7.2 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	462
7.3 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGãos SOCIAIS	463
8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	464
8.1 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	464
8.2 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	468
8.3 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	469
9 PROVISões, COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS	470
9.1 PROVISões	470
9.2 COMPROMISSOS	470
9.3 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	470
10 ESTRUTURA DO GRUPO	471
10.1 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS	471
10.2 TRANSAções COM PARTES RELACIONADAS	478

1 INTRODUÇÃO

Na apresentação das Notas às demonstrações financeiras, são utilizados os seguintes símbolos:



POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Este símbolo indica a divulgação de políticas contabilísticas especificamente aplicáveis aos itens na respetiva Nota.



ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

Este símbolo indica a divulgação das estimativas e/ou julgamentos realizados em relação aos itens na respetiva Nota. As estimativas e julgamentos mais significativos são indicados na Nota 1.6.



REFERÊNCIA

Este símbolo indica uma referência a outra Nota ou outra secção do Relatório e Contas onde é apresentada mais informação sobre os itens divulgados.

1.1 APRESENTAÇÃO

A Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (Semapa ou Empresa) sediada na Av. Fontes Pereira de Melo, 14, 10.º Piso, Lisboa, foi constituída em 21 de junho de 1991, e tem como objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas e encontra-se cotada na Euronext Lisbon, desde 1995, com o ISIN PTSEM0AM0004.

A Semapa é a empresa-mãe do Grupo Semapa (Grupo), constituído pela Semapa e Subsidiárias, conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo desenvolve atividades em ramos de negócio distintos, nomeadamente: pasta e papel, cimentos, e outros negócios desenvolvidos, respetivamente, sob a égide das subsidiárias The Navigator Company (ex. Portucel, S.A. denominado no presente documento por “Navigator”), da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (“Secil” ou “Grupo Secil”) e da ETSA – Investimentos, SGPS, S.A. (“ETSA” ou “Grupo ETSA”) e da Triangle’s Cycling Equipments, S.A. (Triangle’s), no caso dos outros negócios.

A Semapa detém ainda uma nova unidade de negócio de capital de risco, através da subsidiária atividade exercida pela sua participada Semapa Next, S.A., cujo objetivo é promover investimentos em startups e fundos de venture capital com elevado potencial de crescimento.



Uma descrição mais detalhada da atividade desenvolvida pela Semapa no contexto da gestão das participações sociais encontra-se divulgada na Nota 2.1 – Rédito.

A Semapa é incluída no perímetro de consolidação da Sodim – SGPS, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe.

Por seu turno, Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira, Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira e Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira detêm, por efeito da conjugação de um acordo parassocial relativo à Sodim com as respetivas participações sociais, diretas e indiretas no capital social desta sociedade, o controlo conjunto da Sodim e da Semapa, sendo imputáveis a cada uma delas e à Sodim, nos termos do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários, 83,221% dos direitos de voto não suspensos inerentes a ações representativas do capital social da Semapa.

1.2 EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO

AQUISIÇÃO DA NAVIGATOR TISSUE EJEJA E DA TRIANGLE’S CYCLING EQUIPMENT

Em 31 de março de 2023, a subsidiária Navigator concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Gomà-Camps Consumer, S.L.U., sociedade com sede em Saragoça, Espanha, que por sua vez detém a totalidade do capital social da Gomà-Camps France SAS, com sede em Castres, França. Estas sociedades foram red denominadas para Navigator Tissue Ejeja, S.L.U. e Navigator Tissue France SAS, respetivamente.

Esta aquisição enquadra-se no plano ambicioso de crescimento e diversificação da Semapa e das suas subsidiárias. A integração desta nova fábrica elevou a Navigator à posição de segundo maior produtor ibérico de *tissue*, com uma capacidade de produção e de *converting* de 180 mil toneladas. Com a aquisição destas duas entidades, é expectável um conjunto de sinergias no segmento do Tissue, bem como que a Semapa e as suas subsidiárias aumentem a sua quota de mercado através do acesso à carteira de clientes da Gomà-Camps Consumer, nomeadamente em mercados onde a Semapa e as suas subsidiárias pretendem reforçar a sua presença, assim como é expectável uma redução dos custos através de economias de escala.

Já no final do 2.º trimestre, a subsidiária Aphelion adquiriu uma participação de 100% na Triangle's – Cycling Equipments, S.A. ("Triangle's") com sede em Águeda, Portugal. A Triangle's é uma referência mundial na produção de quadros para e-bikes, tendo no seu portefólio de clientes várias prestigiadas marcas do setor. As demonstrações financeiras relativas ao período findo a 31 de dezembro de 2023 integram o 2.º semestre das operações da Triangle's.

RETRIBUIÇÃO TRANSFERIDA

No âmbito das aquisições da Navigator Tissue Ejea, S.L.U. e da Triangle's – Cycling Equipments, S.A., a retribuição transferida ascendeu a Euros 278 201 903, sendo realizada na sua totalidade em caixa e equivalentes de caixa.

1.3 EVENTOS SUBSEQUENTES

A Navigator, através da sua subsidiária Navigator Paper UK Limited lançou, no dia 22 de março 2024, uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) para adquirir a totalidade das ações representativas do capital social da Accrol, empresa britânica que atua no segmento de transformação de papel.

A Accrol é líder no segmento de transformação de papel *tissue* no Reino Unido, produzindo rolos de papel higiénico, rolos de cozinha e lenços faciais de marca própria para a maioria dos principais retalhistas no Reino Unido. No seu último ano fiscal, com fecho a 30 de abril de 2023, o volume de negócios ascendeu a 242 milhões de libras, com o EBITDA a atingir 15,6 milhões de libras e uma dívida líquida (pré-IFRS16) de 26,8 milhões de libras.

A Navigator considera que esta Oferta representa uma oportunidade atrativa para entrar no mercado britânico, através da aquisição de uma empresa líder no setor de transformação de papel *tissue*, com vantagens competitivas, valores complementares e forte alinhamento com a Navigator, assim como uma oportunidade estratégica para a expansão sustentada do seu negócio de *tissue* no mercado da Europa Ocidental.

A Oferta foi de 38 pence (GBX) por ação, o que equivale a um prémio de 11,8% face à cotação de fecho da empresa britânica no dia 21 de março 2024, último dia de negociação imediatamente anterior ao anúncio da Oferta e valoriza o capital próprio da Accrol em cerca de 127,5 milhões de libras.

1.4 BASES DE PREPARAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 11 de abril de 2024, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Empresa.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras separadas do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), em vigor em 1 de janeiro de 2023 e conforme adotadas pela União Europeia.

BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados ou ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8.2). O passivo relativo a responsabilidades por benefícios definidos é reconhecido pelo seu valor presente deduzido do respetivo ativo.

COMPARABILIDADE

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os seus aspectos materialmente relevantes com as do ano anterior.

MOEDA DE APRESENTAÇÃO E TRANSAÇÕES EM MOEDA DIFERENTE DA MOEDA DE APRESENTAÇÃO E ECONOMIAS HIPERINFLACIONÁRIAS

A moeda funcional da Empresa é o Euro. As presentes demonstrações financeiras separadas encontram-se apresentadas em Euros.

Todos os ativos e passivos monetários (montantes de caixa e ativos e passivos a receber ou a pagar em quantias fixas ou determináveis de unidades de uma divisa) da Empresa expressos em moeda diferente da moeda funcional foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da Posição financeira (Nota 8.1.1).

As diferenças de câmbio, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da Posição financeira, foram registadas como rendimentos e gastos do período (Nota 5.10).

As rubricas de resultados do período e outros rendimentos integrais das subsidiárias estrangeiras (Nota 10.1) foram transpostas ao câmbio médio do período, e os saldos de ativos, passivos e *goodwill* das subsidiárias estrangeiras foram transpostos à taxa de câmbio na data da Posição financeira. As diferenças cambiais apuradas foram refletidas em Reservas por aplicação do método de equivalência patrimonial (“MEP”), no capital próprio (Nota 5.5).

Para subsidiárias em economias hiperinflacionárias as demonstrações financeiras em moeda local são reexpressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira de forma a refletir o impacto da inflação antes da transposição para a moeda de apresentação da Empresa. A IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias requer que as quantias ainda não expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira sejam reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços, levando a um potencial ganho ou perda na posição monetária. Adicionalmente, a Empresa avalia o valor escriturado dos ativos não correntes em conformidade com a IAS 36 – Imparidade de ativos, pelo que a quantia reexpressa é reduzida à quantia recuperável, assegurando que o valor escriturado reflete o valor económico dos ativos.

Os resultados e a posição financeira das operações estrangeiras em economias hiperinflacionárias são transpostas à taxa de fecho na data da posição financeira. No caso do Líbano, a Semapa usa a taxa de câmbio aplicável aos dividendos e repatriamento de capital, porque é a taxa que, à data da posição financeira, o investimento na subsidiária será recuperado.

As taxas de câmbio utilizadas na transposição dos ativos e passivos expressos em moeda diferente do Euro, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, detalham-se como segue:

	31/12/2023	31/12/2022	Valorização/ (desvalorização)		31/12/2023	31/12/2022	Valorização/ (desvalorização)
TND (dinar tunisino)				DKK (coroa dinamarquesa)			
Câmbio médio do período	3,3548	3,2535	(3,11%)	Câmbio médio do período	7,4509	7,4396	(0,15%)
Câmbio de fim do período	3,3897	3,3342	(1,66%)	Câmbio de fim do período	7,4529	7,4365	(0,22%)
LBP (libra libanesa)				HUF (florim húngaro)			
Câmbio médio do período	99 118,50	44 903,90	(120,73%)	Câmbio médio do período	381,8527	391,4304	2,45%
Câmbio de fim do período	99 118,50	44 903,90	(120,73%)	Câmbio de fim do período	382,8000	400,8700	4,51%
USD (dólar americano)				AUD (dólar australiano)			
Câmbio médio do período	1,0816	1,0534	(2,68%)	Câmbio médio do período	1,6288	1,5164	(7,41%)
Câmbio de fim do período	1,1050	1,0666	(3,60%)	Câmbio de fim do período	1,6263	1,5693	(3,63%)
GBP (libra esterlina)				MZN (metical moçambicano)			
Câmbio médio do período	0,8698	0,8528	(1,99%)	Câmbio médio do período	69,1060	67,2043	(2,83%)
Câmbio de fim do período	0,8691	0,8869	2,01%	Câmbio de fim do período	70,6500	68,1800	(3,62%)
PLN (zloti polaco)				BRL (real brasileiro)			
Câmbio médio do período	4,5420	4,6867	3,09%	Câmbio médio do período	5,4011	5,4409	0,73%
Câmbio de fim do período	4,3395	4,6808	7,29%	Câmbio de fim do período	5,3503	5,5680	3,91%
SEK (coroa sueca)				MAD (dirham marroquino)			
Câmbio médio do período	11,4788	10,6305	(7,98%)	Câmbio médio do período	10,9552	10,6861	(2,52%)
Câmbio de fim do período	11,0960	11,1218	0,23%	Câmbio de fim do período	10,9445	11,1592	1,92%
CZK (coroa checa)				NOK (coroa norueguesa)			
Câmbio médio do período	24,0043	24,5670	2,29%	Câmbio médio do período	11,4248	10,1033	(13,08%)
Câmbio de fim do período	24,7240	24,1160	(2,52%)	Câmbio de fim do período	11,2405	10,5138	(6,91%)
CHF (franco suíço)				AOA (kwanza angolano)			
Câmbio médio do período	0,9718	1,0046	3,26%	Câmbio médio do período	747,8882	486,7246	(53,66%)
Câmbio de fim do período	0,9260	0,9847	5,96%	Câmbio de fim do período	925,3583	544,6434	(69,90%)
TRY (lira turca)				MXN (peso mexicano)			
Câmbio médio do período	25,7597	17,4170	(47,90%)	Câmbio médio do período	19,1830	21,1789	9,42%
Câmbio de fim do período	32,6531	19,9649	(63,55%)	Câmbio de fim do período	18,7231	20,8560	10,23%
ZAR (rand sul-africano)				AED (dirham dos emirados árabes unidos)			
Câmbio médio do período	19,9551	17,2081	(15,96%)	Câmbio médio do período	3,9710	3,8674	(2,68%)
Câmbio de fim do período	20,3477	18,0986	(12,43%)	Câmbio de fim do período	4,0581	3,9171	(3,60%)
EGP (libra egípcia)				CAD (dólar canadiano)			
Câmbio médio do período	33,1117	20,1843	(64,05%)	Câmbio médio do período	1,4595	1,3692	(6,59%)
Câmbio de fim do período	34,2710	26,3086	(30,27%)	Câmbio de fim do período	1,4642	1,4440	(1,40%)

1.5 NOVAS NORMAS IFRS ADOTADAS E A ADOTAR

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS EM 2023

Alteração	
Normas e alterações endossadas pela União Europeia	
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas	<p>Na sequência de feedback obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as empresas a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu em 12 de fevereiro de 2021 alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS Practice Statement 2 – Fazendo julgamentos de materialidade.</p> <p>As principais alterações à IAS 1 incluem: i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas, ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas e iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.</p> <p>O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material:</p> <p>“A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.”</p> <p>As alterações entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023.</p>
Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas	<p>O IASB emitiu alterações à IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.</p> <p>As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.</p> <p>As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.</p> <p>As alterações são efetivas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023 e serão aplicadas prospectivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relatório anual ao qual a entidade aplica as alterações.</p>
Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação	<p>O IASB emitiu alterações à IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento, em 7 de maio de 2021.</p> <p>As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.</p> <p>Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as empresas reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.</p>
IFRS 17 – Contratos de Seguros	<p>O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentada a <i>performance</i> dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.</p>
Alterações à IFRS 17 – Contratos de Seguros: aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	<p>O IASB emitiu uma alteração ao âmbito dos requisitos de transição da IFRS 17 – Contratos de Seguro, proporcionando às seguradoras uma opção com o objetivo de melhorar a utilidade das informações para os investidores na aplicação inicial da nova norma.</p> <p>A alteração não afeta quaisquer outros requisitos da IFRS 17. A IFRS 17 e a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros têm requisitos diferentes de transição. Para algumas seguradoras, estas diferenças podem causar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa que apresentam nas demonstrações financeiras ao aplicar a IFRS 17 e a IFRS 9 pela primeira vez.</p> <p>A alteração ajuda as seguradoras a evitar esses desfasamentos contabilísticos temporários e, portanto, aumentará a utilidade da informação comparativa para os investidores.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.</p>

Alteração	
Normas e alterações endossadas pela União Europeia	
Alterações à IAS 12: Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois	<p>Em 23 de maio de 2023, o IASB emitiu a Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois - Alterações à IAS 12 para esclarecer a aplicação da IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento aos impostos sobre o rendimento decorrentes da legislação fiscal aprovada ou substancialmente aprovada para implementar as regras modelo Pilar Dois da OCDE.</p> <p>As alterações introduzem:</p> <ol style="list-style-type: none"> Uma exceção temporária obrigatória à contabilização de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras modelo Pilar Dois; e Requisitos de divulgação para entidades afetadas para ajudar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender a exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pilar Dois decorrente dessa legislação, especialmente antes da sua data de vigência. <p>A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – aplica-se imediatamente. Os demais requisitos de divulgação aplicam-se aos períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023.</p>

As normas, alterações e interpretações acima tiveram impacto reduzido nas demonstrações financeiras.

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2024

Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações endossadas pela União Europeia que a Semapa optou pela não aplicação antecipada	
Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)	1 de janeiro de 2024
<p>O IASB emitiu, em 23 de janeiro de 2020, uma alteração à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.</p> <p>As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.</p> <p>As alterações visam:</p> <ol style="list-style-type: none"> Especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relatório; Esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá o seu direito de adiar a liquidação; Esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; e Esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais. 	
Passivo de locação numa transação de venda e relocação (alterações à IFRS 16 – Locações)	1 de janeiro de 2024
<p>O IASB emitiu em setembro de 2022 alterações à IFRS 16 – Locações, que introduzem um novo modelo contábilístico para pagamentos variáveis numa transação de venda e relocação. As alterações confirmam que:</p> <ul style="list-style-type: none"> No reconhecimento inicial, o vendedor-locatário inclui os pagamentos variáveis de locação quando mensura um passivo de locação decorrente de uma transação de venda e relocação; Após o reconhecimento inicial, o vendedor-locatário aplica os requisitos gerais para a contabilização subsequente do passivo de locação, de modo que não reconheça nenhum ganho ou perda relacionado com o direito de uso que retém. <p>Um vendedor-locatário pode adotar diferentes abordagens que satisfaçam os novos requisitos de mensuração subsequente.</p> <p>As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida.</p> <p>De acordo com a IAS 8 – Políticas Contábilísticas, Alterações nas Estimativas Contábilísticas e Erros, um vendedor-locatário terá de aplicar as alterações retrospectivamente às transações de venda e relocação celebradas ou após a data de aplicação inicial da IFRS 16. Isto significa que terá de identificar e reanalisar as transações de venda e relocação celebradas desde a implementação da IFRS 16 em 2019 e, potencialmente, reexpressar aquelas que incluíam pagamentos variáveis de locação.</p>	

NORMAS, ALTERAÇÕES AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Alteração	Data de aplicação
Normas e alterações ainda não endossadas pela União Europeia	
<p>Alterações à IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores</p> <p>Em 25 de maio de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) publicou Acordos de Financiamento de Fornecedores com alterações à IAS 7 – Demonstração de Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Divulgações de Instrumentos Financeiros.</p> <p>As alterações referem-se aos requisitos de divulgação relativos a acordos de financiamento de fornecedores – também conhecidos como financiamento da cadeia de fornecimento, financiamento de contas a pagar ou acordos de <i>factoring</i> com recurso.</p> <p>Os novos requisitos complementam aqueles já incluídos nas normas IFRS e incluem divulgações sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Termos e condições de acordos de financiamento de fornecedores; - Os montantes das responsabilidades objeto de tais acordos, em que parte deles os fornecedores já receberam pagamentos dos financiadores e em que rubrica essas responsabilidades são apresentadas no balanço; - Os intervalos de datas de vencimento; e - Informações sobre risco de liquidez. <p>As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024.</p>	1 de janeiro de 2024
<p>Alterações à IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio: Falta de Convertibilidade</p> <p>Em 15 de agosto de 2023, o IASB emitiu Falta de Convertibilidade (Alterações à IAS 21 – Os Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio) (as alterações).</p> <p>As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível ou não e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista em situações de falta de convertibilidade.</p> <p>Uma moeda é convertível por outra moeda quando uma empresa é capaz de trocar essa moeda por outra moeda na data de mensuração e para uma finalidade específica. Quando uma moeda não é convertível, a empresa tem de estimar uma taxa de câmbio à vista.</p> <p>De acordo com as alterações, as empresas terão de fornecer novas divulgações para ajudar os utilizadores a avaliarem o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras. Essas divulgações poderão incluir:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) a natureza e os impactos financeiros da moeda não ser convertível; b) a taxa de câmbio à vista utilizada; c) o processo de estimativa; e d) os riscos para a empresa porque a moeda não é convertível. <p>As alterações aplicam-se aos períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A aplicação antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2025

Relativamente às normas apresentadas acima, cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, a Semapa não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação, pelo que optou pela sua não adoção antecipada, ainda que não se espere que tais impactos sejam significativos.

1.6 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES

A preparação de demonstrações financeiras exige que o Conselho de Administração efetue estimativas e julgamentos que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da posição financeira. Para o efeito, o Conselho de Administração baseia-se:

- (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes, e
- (ii) nas ações que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS

As estimativas e os pressupostos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos, no exercício seguinte, são apresentadas abaixo:

Estimativas e julgamentos	Notas
Valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e entidades conjuntamente controladas	10.1 – Investimentos em subsidiárias e entidades conjuntamente controladas
Incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o rendimento	6.1 – Imposto sobre o rendimento do período 6.2 – Impostos diferidos
Pressupostos atuariais	7.2 – Benefícios aos empregados
Reconhecimento de provisões	9.1 – Provisões

2 PERFORMANCE OPERACIONAL

2.1 RÉDITO



O rédito da Semapa resulta das atividades de gestão centralizada do Grupo, correspondendo aos serviços prestados pela Empresa às suas subsidiárias nas áreas de planeamento estratégico, assessoria jurídica, financeira, contabilística, fiscal, sistemas de informação, gestão de talentos, entre outras.

Na prestação de serviços às empresas do Grupo, a Semapa incorre essencialmente em gastos com pessoal e com a contratação de serviços especializados (Nota 2.3).

O reconhecimento do rédito é efetuado de acordo com o previsto na IFRS 15 numa base mensal para os serviços prestados de forma regular, ao longo do período contratual.

O rédito é apresentado desagregando por linhas de negócios das subsidiárias e por área geográfica, com base no país de destino dos serviços prestados pela Empresa.

RÉDITO POR LINHA DE NEGÓCIO DAS SUBSIDIÁRIAS, POR ÁREAS GEOGRÁFICAS E POR PADRÃO DE RECONHECIMENTO

2023	Pasta e papel	Cimento	Outros negócios	Total Valor	Total %
Portugal	9 710 177	4 238 317	2 048 320	15 996 814	100%
	9 710 177	4 238 317	2 048 320	15 996 814	100%
Padrão de reconhecimento					
Ao longo do tempo	9 710 177	4 238 317	2 048 320	15 996 814	100%
2022	Pasta e papel	Cimento	Outros negócios	Total Valor	Total %
Portugal	8 932 995	3 235 361	344 983	12 513 339	100%
	8 932 995	3 235 361	344 983	12 513 339	100%
Padrão de reconhecimento					
Ao longo do tempo	8 932 995	3 235 361	344 983	12 513 339	100%

No ano de 2023, o aumento observado na linha de negócio “Outros Negócios” justifica-se pela aquisição, através da subsidiária Aphelion, da empresa Triangle’s (Nota 10.2).

2.2 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

No exercício de 2023 e 2022, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos operacionais detalha-se como segue:

Valores em Euros	2023	2022
Rendimentos suplementares	146 568	-
Ganhos na alienação de ativos não correntes	480	131
Outros rendimentos operacionais	1 334	25 190
	148 382	25 321

2.3 GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

No exercício de 2023 e 2022, a rubrica de Gastos e perdas operacionais detalha-se como segue:

Valores em Euros	2023	2022
Fornecimentos e serviços externos		
Serviços especializados - partes relacionadas	1 470 553	1 688 503
Serviços especializados - outros	4 018 779	1 660 994
Deslocações, estadas e transportes	486 499	419 139
Energia e fluidos	70 245	102 349
Materiais	252 512	96 491
Gastos com imóveis - partes relacionadas (Nota 10.2)	696 141	759 257
Outros	292 081	209 410
	7 286 810	4 936 142
Gastos com o pessoal (Nota 7.1)	8 716 343	7 327 658
Outros gastos e perdas operacionais		
Impostos	239 322	219 185
Perdas na alienação de ativos não correntes	794	-
Donativos	130 500	114 500
Quotizações	59 974	51 772
Outros gastos	39 628	52 091
	470 218	437 548
Total dos gastos e perdas operacionais	16 473 371	12 701 348

No exercício de 2023, o montante relativo a gastos de locações de curto prazo foi de Euros 770 126 (2022: Euros 779 802) e a gastos de locações de ativos de valor reduzido ascenderam a Euros 12 618 (2022: Euros 10 906).

No exercício de 2023, verificou-se um incremento nos fornecimentos e serviços externos predominantemente associado aos custos com assessoria de gestão e financeira decorrentes da aquisição da Triangle's.

HONORÁRIOS FATURADOS POR SERVIÇOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS E AUDITORIA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante dos honorários faturados, bem assim como os respetivos gastos do período em serviços de revisão legal de contas e auditoria, foram como segue:

Valores em Euros	2023		2022	
	Gastos do período	Honorários faturados	Gastos do período	Honorários faturados
KPMG (SROC) e outras entidades pertencentes à mesma rede				
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	49 500	60 575	51 500	35 549
Outros serviços de garantia de fiabilidade	16 572	18 000	16 545	16 500
	66 072	78 575	68 045	52 049

Os serviços indicados como "Outros serviços de garantia de fiabilidade" dizem essencialmente respeito a emissão de relatórios sobre informação financeira, serviços de verificação da informação de sustentabilidade e revisão limitada relativa a informação financeira.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através dos processos de análise do Conselho Fiscal relativamente aos trabalhos propostos e da sua definição criteriosa em sede de contratação.

3 INVESTIMENTOS

3.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS



Os ativos fixos tangíveis da Empresa incluem Edifícios e outras construções, constituídos essencialmente por obras em propriedade alheia, Equipamento administrativo, fundamentalmente mobiliário e equipamento informático e Outros ativos fixos tangíveis.

Reconhecimento e mensuração inicial	Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.							
Depreciações e imparidade	É utilizado o método das quotas constantes, a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada.							
	<table border="1"> <tr> <td rowspan="3">Vida útil média estimada (anos):</td> <td>Edifícios e outras construções</td> <td>8 – 10</td> </tr> <tr> <td>Equipamento administrativo</td> <td>3 – 10</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos fixos tangíveis</td> <td>8</td> </tr> </table>	Vida útil média estimada (anos):	Edifícios e outras construções	8 – 10	Equipamento administrativo	3 – 10	Outros ativos fixos tangíveis	8
Vida útil média estimada (anos):	Edifícios e outras construções		8 – 10					
	Equipamento administrativo		3 – 10					
	Outros ativos fixos tangíveis	8						
	A Semapa não aplica valores residuais aos seus ativos. As respetivas vidas úteis são revistas e ajustadas, se necessário, na data da Posição financeira. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 3.3).							
Custos subsequentes	Os gastos com grandes reparações são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível, sendo depreciados integralmente pelo período de vida útil estimada. Os demais dispêndios com reparações, e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.							
Abates e alienações	Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações, quando aplicável, deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados como Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2) ou Gastos e perdas operacionais (Nota 2.3).							

MOVIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Valores em Euros	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Total
Valor bruto			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	2 489 340	1 405 120	3 894 460
Aquisições	3 460	32 102	35 562
Alienações	-	(4 519)	(4 519)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2 492 800	1 432 703	3 925 503
Aquisições	-	27 898	27 898
Alienações	-	(12 946)	(12 946)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2 492 800	1 447 655	3 940 455
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas			
Saldo em 1 de janeiro de 2022	(2 012 200)	(1 302 987)	(3 315 187)
Depreciações do período (Nota 3.3)	(75 028)	(53 189)	(128 217)
Alienações	-	4 519	4 519
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2 087 228)	(1 351 657)	(3 438 885)
Depreciações do período (Nota 3.3)	(69 268)	(46 657)	(115 925)
Alienações	-	12 152	12 152
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2 156 496)	(1 386 162)	(3 542 658)
Valor líquido em 1 de janeiro de 2022	477 140	102 133	579 273
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022	405 572	81 046	486 618
Valor líquido em 31 de dezembro de 2023	336 304	61 493	397 797

3.2 ATIVOS SOB DIREITO DE USO



Na data da entrada em vigor da locação, a Empresa reconhece um ativo sob direito de uso pelo valor do seu custo o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de: **i)** quaisquer pagamentos antecipados; **ii)** incentivos à locação recebidos; e **iii)** custos diretos iniciais incorridos.

Ao ativo sob direito de uso, poderá acrescer a estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa, quando exigido pelo contrato de locação.

O ativo sob direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de entrada em vigor até ao menor entre o final da vida útil do ativo e o termo da locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação. A vida útil considerada para cada classe de ativos sob direito de uso é igual à vida útil dos ativos fixos tangíveis (Nota 3.1) na mesma classe quando existe opção de compra e a Empresa espera exercê-la.

LOCAÇÕES DE CURTA DURAÇÃO E LOCAÇÕES DE ATIVOS DE VALOR REDUZIDO

A Empresa reconhece os pagamentos de locações por períodos iguais ou inferiores a 12 meses e de locações de ativos cujo valor de aquisição individual seja inferior a Euros 5 000 diretamente como gastos operacionais do período (Nota 2.3), numa base linear.

MOVIMENTOS EM ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Valores de Euros	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros ativos tangíveis	Total
Valor bruto			
Saldo em 1 de janeiro de 2022		446 592	446 592
Aquisições		146 265	146 265
Regularizações, transferências e abates		(113 183)	(113 183)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		479 674	479 674
Aquisições		286 354	286 354
Regularizações, transferências e abates		(50 475)	(50 475)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		715 553	715 553
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade acumuladas			
Saldo em 1 de janeiro de 2022		(205 911)	(205 911)
Depreciações		(104 642)	(104 642)
Regularizações, transferências e abates		113 183	113 183
Saldo em 31 de dezembro de 2022		(197 370)	(197 370)
Depreciações		(128 245)	(128 245)
Regularizações, transferências e abates		50 475	50 475
Saldo em 31 de dezembro de 2023		(275 140)	(275 140)
Valor líquido em 1 de janeiro de 2022		240 681	240 681
Valor líquido em 31 de dezembro de 2022		282 304	282 304
Valor líquido em 31 de dezembro de 2023		440 413	440 413

Os ativos sob direito de uso da empresa correspondem essencialmente a viaturas.

3.3 DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

Valores em Euros	2023	2022
Depreciações de ativos fixos tangíveis do período (Nota 3.1)	115 925	128 217
Amortizações de ativos sob direito de uso do período (Nota 3.2)	128 245	104 642
	244 170	232 859

4 FUNDO DE MANEIO

4.1 VALORES A RECEBER



VALORES A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS E OUTROS DEVEDORES

Classificação	Os valores a receber de partes relacionadas resultam essencialmente dos serviços prestados às subsidiárias da Empresa (Nota 2.1), dos montantes a receber das subsidiárias no âmbito da consolidação fiscal (Nota 6.1) e dos empréstimos concedidos às subsidiárias. O modelo de negócio seguido é “deter para cobrar”. Saldo de outros devedores são tipicamente do modelo “deter para cobrar”.
Mensuração inicial	Ao justo valor
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.
Imparidade	As perdas por imparidade são registadas com base no modelo geral de perdas de crédito estimadas da IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores a receber detalham-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2023			31/12/2022		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Contas a receber – operações correntes com empresas relacionadas	-	20 024 045	20 024 045	-	5 231 588	5 231 588
Consolidação fiscal – empresas relacionadas (Nota 10.2)	-	3 680 561	3 680 561	-	1 556 304	1 556 304
Acréscimo de rendimentos	-	221 139	221 139	-	78 742	78 742
Gastos diferidos	-	239 212	239 212	-	205 145	205 145
Outros	30 807	3 790	34 597	28 999	24 884	53 883
	30 807	24 168 747	24 199 554	28 999	7 096 663	7 125 663

Em 31 de dezembro de 2023, as Contas a receber – operações correntes com empresas relacionadas compreende Euros 14 000 000 de operação de tesouraria entre a Semapa e a subsidiária ETSA - Investimentos, SGPS, S.A. (Nota 10.2)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os Gastos diferidos nos montantes Euros 239 212 e Euros 205 145, respetivamente, referem-se a fornecimentos e serviços externos.



Os valores acima são apresentados líquidos de perdas de imparidade acumuladas. A análise de imparidade dos valores a receber é apresentada na Nota 8.1.4 – Risco de crédito.

4.2 VALORES A PAGAR



PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida nos resultados ao longo do período da dívida em “Juros de outros passivos financeiros ao custo amortizado” (Nota 5.10).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores a pagar detalham-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2023		Não Corrente	31/12/2022	
	Corrente	Total		Corrente	Total
Contas a pagar - operações correntes com empresas relacionadas (Nota 10.2)	4 077 116	4 077 116	2 800 000	24 071 247	26 871 247
Consolidação fiscal - empresas relacionadas (Nota 10.2)	3 325 110	3 325 110	-	10 418 288	10 418 288
Fornecedores c/c	143 852	143 852	-	350 619	350 619
Estado	966 802	966 802	-	690 300	690 300
Acréscimos de gastos	3 233 564	3 233 564	-	4 279 000	4 279 000
Outros credores	359	359	-	-	-
	11 746 803	11 746 803	2 800 000	39 809 455	42 609 455

A 31 de dezembro de 2022, no montante de contas a pagar, o valor de Euros 26 841 074 correspondia ao valor estimado de Earnout a pagar à Ultimate Cell (10.1).

A rubrica de Estado detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	124 566	118 266
Imposto sobre o Valor Acrescentado	731 681	479 615
Contribuições para a Segurança Social	110 555	91 642
Restantes impostos	-	777
	966 802	690 300

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado.

A rubrica de Acréscimos de gastos detalha-se conforme segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com o pessoal	3 170 992	2 818 380
Fornecimentos e serviços externos	62 572	1 460 620
	3 233 564	4 279 000

5 ESTRUTURA DE CAPITAL

5.1 GESTÃO DE CAPITAL

POLÍTICA DE GESTÃO DE CAPITAL

Para efeitos de gestão de capital, a Empresa define capital como incluindo os capitais próprios e a dívida líquida.

A Empresa gere a dívida corporativa do Grupo, tendo as principais *holdings* de cada linha de negócio uma gestão de Tesouraria autónoma.

Os objetivos da Empresa em relação à gestão de capital são:

- Salvaguardar a capacidade da Empresa de continuar em atividade e assim proporcionar retornos para os acionistas e benefícios para os restantes *stakeholders*;
- Manter uma estrutura de capital sólida para apoiar o desenvolvimento da atividade do Grupo; e
- Manter uma estrutura de capital ótima que lhe permita reduzir o custo do capital.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Empresa pode ajustar o montante de dividendos a pagar aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida.

5.2 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS



O capital social da Semapa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo totalmente representado por ações sem valor nominal.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

AÇÕES PRÓPRIAS

Reconhecimento	Ao valor de aquisição, como uma redução do capital próprio.
Alienação de ações próprias	Quando as ações próprias são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis e de impostos, é refletido no capital próprio dos detentores do capital da empresa em Outras reservas (Nota 5.5).
Extinção de ações próprias	A extinção de ações próprias é refletida nas demonstrações financeiras como uma redução do Capital social e na rubrica Ações próprias, pelo valor equivalente ao valor nominal e de aquisição, respetivamente, sendo o diferencial apurado entre os dois montantes registado em Outras reservas.

DETENTORES DE CAPITAL DA SEMAPA

Denominação	31/12/2023		31/12/2022	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Ações sem valor nominal				
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	38 959 431	47,94	38 959 431	47,94
Sodim, SGPS, S.A.	27 508 892	33,85	27 508 892	33,85
Ações próprias	1 400 627	1,72	1 400 627	1,72
Outros acionistas com participações inferiores a 5%	13 401 050	16,49	13 401 050	16,49
	81 270 000	100,00	81 270 000	100,00

AÇÕES PRÓPRIAS – MOVIMENTOS

	2023		2022	
	Nº de ações	Valor contabilístico (Euros)	Nº de ações	Valor contabilístico (Euros)
Ações próprias detidas no início do período	1 400 627	15 946 363	1 400 627	15 946 363
Ações próprias no final do período	1 400 627	15 946 363	1 400 627	15 946 363

5.3 RESULTADO POR AÇÃO



O resultado básico por ação é apurado com base na divisão dos lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores de capital próprio ordinário da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Empresa ajusta os lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores ordinários de capital próprio, bem como o número médio ponderado de ações em circulação, para efeitos de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

Valores em Euros	2023	2022
Resultado atribuível aos acionistas da Semapa	244 507 409	307 089 834
Número total de ações emitidas	81 270 000	81 270 000
Número médio de ações próprias em carteira	(1 400 627)	(1 400 627)
Número médio ponderado de ações	79 869 373	79 869 373
Resultado básico por ação	3,061	3,845
Resultado diluído por ação	3,061	3,845

5.4 DIVIDENDOS

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS DA EMPRESA

A Empresa privilegia uma política de dividendos que minimize a volatilidade do valor anual retornado aos acionistas por ação (Política de dividendos).

Os dividendos por ação apresentados são calculados com base no número de ações em circulação na data de atribuição.



A distribuição de dividendos aos detentores de capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

DIVIDENDOS ATRIBUÍDOS NO PERÍODO

Valores em Euros	Data	Montante atribuído	Dividendos por ação
Atribuições em 2023			
Aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa do pagamento de dividendos relativos aos resultados líquidos de 2022 obtidos em base individual de acordo com o normativo IFRS	18 de maio de 2023	75 875 904	0,950
Atribuições em 2022			
Aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Semapa da distribuição de reservas livres	30 de novembro de 2022	99 996 455	1,252
Aprovação na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Semapa do pagamento de dividendos relativos aos resultados líquidos de 2021 obtidos em base individual de acordo com o normativo IFRS	27 de maio de 2022	40 893 119	0,512

5.5 RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS



RESERVAS POR APLICAÇÃO DO MEP

Corresponde à variação acumulada das variações de capital próprio nas subsidiárias e da entidade conjuntamente controlada da Empresa, cujo investimento é mensurado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 10.1). De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, estas reservas não são distribuíveis.

RESERVA DE JUSTO VALOR

Corresponde à variação acumulada do justo valor dos investimentos financeiros mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais (Nota 8.2), líquida de impostos diferidos. A variação de justo valor de investimentos financeiros registada nesta rubrica não é reciclada para resultados.

RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A reserva legal encontra-se constituída pelo seu limite máximo nos períodos apresentados.

OUTRAS RESERVAS

Esta rubrica corresponde a reservas constituídas através da transferência de resultados de períodos anteriores e outros movimentos. Não é distribuível a parte do saldo correspondente ao valor de aquisição das ações próprias detidas (Nota 5.2).

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Reservas por aplicação do MEP	(394 798 767)	(374 212 824)
Reserva legal	16 695 625	16 695 625
Outras reservas	1 450 783 810	1 221 869 880
Resultados transitados	88 913 994	86 613 994
Reservas e resultados transitados	1 161 594 662	950 966 675

RESERVA POR APLICAÇÃO DO MEP – MOVIMENTOS

Valores em Euros	2023	2022
Saldo no início do período	(374 212 824)	(439 079 146)
Outros rendimentos integrais		
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Justo valor de Instrumentos financeiros	(20 774 299)	31 631 581
Reserva de conversão cambial	3 934 240	32 528 030
	(16 840 059)	64 159 611
Itens que não poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Ganhos e perdas atuariais	2 100 622	534 034
Diferenças de câmbio em instrumentos de capital próprio	8 371	548 670
Impacto de economias hiperinflacionárias	(1 145 734)	(206 716)
	963 259	875 988
Outros movimentos	(4 709 143)	(169 277)
	(4 709 143)	(169 277)
Saldo no final do período	(394 798 767)	(374 212 824)

O montante registado em Outros movimentos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de Euros 4 709 143 refere-se essencialmente à aquisição de participações de interesses minoritários efetuados pela subsidiária Secil.

RESERVA POR APLICAÇÃO DO MEP – POR SUBSIDIÁRIA E ENTIDADE CONJUNTAMENTE CONTROLADA

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Subsidiárias		
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	(9 227 389)	(9 227 389)
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	(283 047 623)	(280 100 836)
Semapa Inversiones, S.L.	(36 763 554)	(36 763 554)
Semapa Next, S.A.	(4 183 415)	86 335
The Navigator Company, S.A.	(61 365 308)	(47 998 968)
Entidade conjuntamente controlada		
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	(211 478)	(208 412)
	(394 798 767)	(374 212 824)

5.6 FINANCIAMENTOS OBTIDOS



Os financiamentos obtidos incluem as Obrigações, o Papel Comercial, os empréstimos bancários e outros financiamentos.

Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida na Demonstração separada dos resultados ao longo do período da dívida em “Juros suportados com outros empréstimos obtidos” na Nota 5.10 – Rendimentos e gastos financeiros, utilizando o método da taxa de juro efetiva.
Justo valor	O valor contabilístico dos financiamentos obtidos de curto prazo ou contratados com taxas de juro variáveis aproxima-se do seu justo valor. O justo valor dos financiamentos obtidos que são remunerados a taxa fixa é divulgado na Nota 8.3 – Ativos e passivos financeiros.
Apresentação	No passivo corrente, exceto se a Empresa detiver um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data de relato.



PAPEL COMERCIAL

A Empresa tem diversos programas de emissão de papel comercial negociados, de acordo com os quais é frequente a realização de emissões com maturidade contratual inferior a um ano mas com natureza *revolving*. Nos casos em que a Empresa espera realizar o *roll over* destes financiamentos, apresenta os mesmos como passivos não correntes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos financiamentos obtidos é como segue:

Valores em Euros	31/12/2023			31/12/2022		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Empréstimos por obrigações	222 000 000	14 000 000	236 000 000	136 000 000	114 000 000	250 000 000
Papel Comercial	4 750 000	1 750 000	6 500 000	6 500 000	11 750 000	18 250 000
Empréstimos bancários	30 000 000	-	30 000 000	-	18 500 000	18 500 000
Encargos com empréstimos	(2 413 208)	2 468 034	54 826	(1 417 335)	1 118 991	(298 344)
Títulos de dívida e dívida bancária	254 336 792	18 218 034	272 554 826	141 082 665	145 368 991	286 451 656
Empréstimos de curto prazo de subsidiárias (Nota 10.2)	-	83 578	83 578	-	85 578	85 578
Outros financiamentos obtidos	-	83 578	83 578	-	85 578	85 578
Total financiamentos obtidos	254 336 792	18 301 612	272 638 404	141 082 665	145 454 569	286 537 234



A análise de maturidade dos financiamentos obtidos é apresentada na Nota 8.1.3 – Risco de liquidez.

EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Taxa de Juro
Semapa 2016 / 2023	-	100 000 000	Junho 2023	Fixa
Semapa 2021 / 2026	50 000 000	50 000 000	Julho 2026	Taxa variável indexada à Euribor
Semapa 2022 / 2027	86 000 000	100 000 000	Outubro 2027	Taxa variável indexada à Euribor
Semapa 2023 / 2030	100 000 000	-	Junho 2030	Taxa variável indexada à Euribor
	236 000 000	250 000 000		

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Indexante	31/12/2023		31/12/2022	
	Não Corrente	Total	Corrente	Total
Taxa fixa	-	-	16 000 000	16 000 000
Taxa variável	30 000 000	30 000 000	2 500 000	2 500 000
	30 000 000	30 000 000	18 500 000	18 500 000

COVENANTS FINANCEIROS EM VIGOR

Atendendo aos limites contratualizados, em 2023 e 2022, a Empresa encontra-se em situação de cumprimento dos *covenants* negociados.

5.7 PASSIVOS DE LOCAÇÃO



Os financiamentos obtidos incluem as Obrigações, o Papel Comercial, os empréstimos bancários e outros financiamentos.

Mensuração inicial	Na data de início da locação, a Empresa reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de incentivos de locação a receber, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pela Empresa ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção da Empresa de rescindir o contrato. No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, a Empresa determina a taxa de juro incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável.
Mensuração subsequente	Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros (Nota 5.10 Rendimentos e gastos financeiros) e diminuído pelos pagamentos de locação (rendas).
Apresentação	No passivo corrente, exceto se a Empresa detiver um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data de relato.

Valores em Euros	31/12/2023			31/12/2022		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Viaturas	304 267	142 503	446 770	188 938	97 837	286 775
	304 267	142 503	446 770	188 938	97 837	286 775



A análise de maturidade dos financiamentos obtidos é apresentada na Nota 8.1.3 – Risco de liquidez.

5.8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA



A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na Posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos (Nota 5.6).

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Numerário	100	350
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	37 974 901	167 920 413
Caixa e equivalentes de caixa	37 975 001	167 920 763

5.9 FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

MOVIMENTOS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Valores em Euros	01/01/2023	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa				31/12/2023
			Reconhecimento de locações	Amortização de encargos	Especialização de juros	Outras operações	
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)							
Empréstimos por obrigações	250 000 000	(14 000 000)	-	-	-	-	236 000 000
Papel comercial	18 250 000	(11 750 000)	-	-	-	-	6 500 000
Empréstimos bancários	18 500 000	11 500 000	-	-	-	-	30 000 000
Encargos com empréstimos	(298 344)	10 863 034	-	(13 331 069)	2 821 205	-	54 826
Outros financiamentos obtidos	85 578	(2 000)	-	-	-	-	83 578
Passivos de locação (Nota 5.7)	286 775	(126 359)	286 354	-	-	-	446 770
Total	286 824 009	(3 515 325)	286 354	(13 331 069)	2 821 205	-	273 085 174

Valores em Euros	01/01/2022	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa				31/12/2022
			Reconhecimento de locações	Amortização de encargos	Especialização de juros	Outras operações	
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)							
Empréstimos por obrigações	150 000 000	100 000 000	-	-	-	-	250 000 000
Papel comercial	55 000 000	(36 750 000)	-	-	-	-	18 250 000
Empréstimos bancários	29 000 000	(10 500 000)	-	-	-	-	18 500 000
Encargos com emissão de empréstimos	177 536	(6 198 350)	-	1 135 281	4 927 572	(340 383)	(298 344)
Outros financiamentos obtidos	98 795	(10 634)	-	-	32	(2 615)	85 578
Passivos de locação (Nota 5.7)	244 255	(103 744)	146 265	-	-	(1)	286 775
Total	234 520 586	46 437 272	146 265	1 135 281	4 927 604	(342 999)	286 824 009

5.10 RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS



A Empresa classifica como “Rendimentos financeiros” os rendimentos e ganhos que resultam da atividade de gestão de tesouraria tais como: **i)** os juros obtidos pela aplicação de excedentes de tesouraria; e **ii)** as variações de justo valor de investimentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

Durante o exercício de 2023 e 2022, os rendimentos e gastos financeiros detalham-se como segue:

Valores em Euros	2023	2022
Juros suportados com títulos de dívida e dívida bancária	(11 732 306)	(4 426 969)
Juros suportados com outros financiamentos obtidos	(857)	(124)
Comissões de empréstimos e gastos com aberturas de crédito	(1 877 063)	(1 638 285)
Juros suportados por aplicação do método do juro efetivo	(13 610 226)	(6 065 378)
Juros suportados com passivos de locação	(9 443)	(6 727)
Gastos financeiros relativos à estrutura de capital	(13 619 669)	(6 072 105)
Perdas de justo valor de Outros investimentos financeiros	(28 372)	(119 981)
Outros gastos e perdas financeiros	(7 454)	-
Gastos e perdas financeiros	(13 655 495)	(6 192 086)
Juros obtidos de ativos financeiros ao custo amortizado	2 662 355	78 742
Ganhos de justo valor de Outros investimentos financeiros	33 813	47 811
Juros indemnizatórios	1 480 749	-
Outros rendimentos e ganhos financeiros	3 496	-
Rendimentos e ganhos financeiros	4 180 413	126 553
Resultados financeiros	(9 475 082)	(6 065 533)

Os juros obtidos de ativos financeiros ao custo amortizado correspondem, essencialmente, a juros provenientes de aplicações financeiras.

O montante de juros indemnizatórios é referente a processos fiscais junto da Autoridade Tributária resolvidos a favor da Empresa.

6 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

6.1 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO



O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data da Posição financeira.

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial não relevam fiscalmente, sendo deduzidos ou acrescidas, respetivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria coletável. Os dividendos são considerados no apuramento da matéria coletável do ano em que são recebidos, se as participações forem detidas por um período inferior a um ano ou representem uma percentagem inferior a 10% do capital social.

GRUPO FISCAL

A sociedade dominante do grupo fiscal onde se integram a Semapa e as suas subsidiárias é a Sodim, SGPS, S.A. (Nota 1.1), desde 1 de janeiro 2023.

Os montantes que a Empresa tem a receber de ou a pagar a outras empresas do Grupo fiscal relativamente às responsabilidades destas são apresentados em Valores a receber (Nota 4.1) e Valores a pagar (Nota 4.2).



A Empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de inspeções efetuadas pela Administração Tributária. Quando o resultado final destas inspeções se revelar diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento, no período em que for conhecido o resultado final.

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais, estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período superior.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte da Administração Tributária não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2023, sendo certo que já foram revistos pela Autoridade Tributária e Aduaneira os períodos até 2018, inclusive.

RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DE IMPOSTO POR POSIÇÕES FISCAIS INCERTAS

O montante dos ativos e passivos estimados registados por conta de processos fiscais decorre de uma avaliação efetuada pela Empresa com referência à data da demonstração da posição financeira, quanto a potenciais divergências de interpretação face à Administração Tributária, quanto à aplicação das regras fiscais e dos seus desenvolvimentos recentes.

A Empresa, no que se refere à mensuração das posições fiscais incertas, tem em consideração o disposto na IFRIC 23 – “Incerteza quanto aos impostos sobre o rendimento”, nomeadamente na mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação, através da ponderação de todos os possíveis resultados por si controlados e respetivas probabilidades associadas.

6.1.1 IMPOSTO RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores em Euros	2023	2022
Imposto corrente	6 238 548	12 062 359
Imposto diferido	8 739 106	(1 308 187)
	14 977 654	10 754 172

TAXA DE IMPOSTO NOMINAL

	2023	2022
Portugal		
Taxa nominal de imposto sobre o rendimento	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
	22,5%	22,5%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre 1 500 000 Euros e 7 500 000 Euros	3,0%	3,0%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre 7 500 000 Euros e 35 000 000 Euros	5,0%	5,0%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis acima de 35 000 000 Euros	9,0%	9,0%

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Valores em Euros	2023	2022
Resultado antes de impostos	229 529 755	296 335 662
Imposto esperado à taxa nominal (22,5%)	51 644 195	66 675 524
Imposto resultante da taxa aplicável	51 644 195	66 675 524
Diferenças (a)	(53 885 047)	(68 111 401)
Imposto relativo a períodos anteriores	(7 118 300)	(10 427 375)
Responsabilidades adicionais de imposto	(1 400 000)	(2 749 217)
Prejuízos fiscais recuperáveis	(5 098 255)	2 744 065
Tributação autónoma	879 753	1 114 232
	(14 977 654)	(10 754 172)
Taxa efetiva de imposto	-6,53%	-3,63%
(a) Este valor respeita essencialmente a :	2023	2022
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 10.1)	(239 577 182)	(302 796 742)
Mais / (Menos) valias fiscais	(314)	131
(Mais) / Menos valias contabilísticas	314	(131)
Benefícios aos empregados (Nota 7.2.1)	23 431	23 431
Benefícios aos empregados - pensões pagas (Nota 7.2.1)	(130 513)	(130 514)
Outros	195 166	186 486
	(239 489 098)	(302 717 339)
Impacto fiscal (22,5%)	(53 885 047)	(68 111 401)

6.1.2 IMPOSTO RECONHECIDO NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	5 239 574	5 137 839
	5 239 574	5 137 839
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	-	1 400 000
	-	1 400 000

DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS – IRC (LÍQUIDO)

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre o rendimento do período	-	(1 114 232)
Imposto sobre o rendimento do período de subsidiárias	-	(1 936 728)
Pagamentos por conta, especiais e adicionais por conta	314 724	5 237 046
Retenções na fonte a recuperar	-	163 681
IRC de períodos anteriores	4 924 850	2 788 072
Responsabilidades adicionais de imposto	-	(1 400 000)
	5 239 574	3 737 839

No período anterior a 1 de janeiro de 2023 foram registados montantes a receber e a pagar ao Estado, nomeadamente pagamentos por conta, especiais e adicionais por conta, bem como IRC de períodos anteriores. A partir de 1 de janeiro de 2023 e subsequentes, esses montantes serão registados como valores a receber e a pagar à sociedade dominante do grupo fiscal, Sodim, SGPS, S.A. (Nota 10.2).

RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DE IMPOSTO – PASSIVOS

Valores em Euros	2023	2022
Saldo no início do período	1 400 000	7 847 546
Reversões	(1 400 000)	(2 749 217)
Montante reconhecido em resultados do período (Nota 6.1.1) - (ganho) / perda	(1 400 000)	(2 749 217)
Utilizações	-	(3 698 329)
Saldo no final do período	-	1 400 000

Durante o exercício de 2023 ocorreu a conclusão de diversos processos fiscais, pelo que a Semapa procedeu à reversão do excesso no montante Euros 1 400 000.

6.2 IMPOSTOS DIFERIDOS



O imposto diferido é calculado com base na Posição financeira, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Impostos diferidos passivos não são reconhecidos para diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que: **i)** a Empresa tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e **ii)** é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.



IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS EM RELAÇÃO A PREJUÍZOS FISCAIS DE SUBSIDIÁRIAS POR UTILIZAR

A Empresa regista impostos diferidos passivos sobre prejuízos fiscais e benefícios fiscais à coleta das subsidiárias que integram o RETGS, reportáveis intragrupo, sempre que seja expectável a sua utilização futura por essas mesmas subsidiárias numa ótica individual.

MOVIMENTOS EM IMPOSTOS DIFERIDOS

Valores em Euros	Em 1 de janeiro de 2023	Demonstração dos resultados		Outros movimentos	Em 31 de dezembro de 2023
		Aumentos	Reduções		
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos					
Prejuízos fiscais reportáveis	123 445 342	73 628 192	(34 020 685)	-	163 052 849
	123 445 342	73 628 192	(34 020 685)	-	163 052 849
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos					
Prejuízos fiscais reportáveis intragrupo	(5 918 648)	(651 111)	5 918 648	-	(651 111)
Benefícios fiscais à coleta reportáveis intragrupo	(472 220)	(1 630 767)	946 075	41	(1 156 872)
	(6 390 868)	(2 281 878)	6 864 722	41	(1 807 983)
Ativos por impostos diferidos	25 923 522	15 461 920	(7 144 344)	-	34 241 098
Passivos por impostos diferidos	(1 715 136)	(1 767 500)	2 189 031	(1)	(1 293 606)

Valores em Euros	Em 1 de janeiro de 2022	Demonstração dos resultados		Outros movimentos	Em 31 de dezembro de 2022
		Aumentos	Reduções		
Diferenças temporárias que originam ativos por impostos diferidos					
Prejuízos fiscais reportáveis	122 292 417	19 695 243	(18 542 318)	-	123 445 342
	122 292 417	19 695 243	(18 542 318)	-	123 445 342
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos					
Prejuízos fiscais reportáveis intragrupo	-	(5 918 648)	-	-	(5 918 648)
Benefícios fiscais à coleta reportáveis intragrupo	(164 835)	(476 084)	168 699	-	(472 220)
	(164 835)	(6 394 732)	168 699	-	(6 390 868)
Ativos por impostos diferidos	25 681 408	4 136 001	(3 893 887)	-	25 923 522
Passivos por impostos diferidos	(164 835)	(1 719 000)	168 699	-	(1 715 136)

No exercício de 2023, ocorreu o consumo de prejuízos fiscais no montante de Euros 34 020 685 e adicionalmente, procedeu-se ao reconhecimento de prejuízos fiscais recuperáveis em exercícios posteriores, no montante de Euros 73 628 192. Estas operações originaram uma redução de ativos por impostos diferidos sobre esses prejuízos fiscais no montante de Euros 7 144 344 e um aumento de ativos por impostos diferidos no montante de Euros 15 461 920.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos por impostos diferidos, no montante de Euros 1 293 606 (2022: Euros 1 715 136), referem-se a ajustes intragrupo derivados do reconhecimento de prejuízos e benefícios fiscais por subsidiárias Semapa, incluídas no RETGS.

PREJUÍZOS FISCAIS POR UTILIZAR, SEM IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS

Conforme o disposto na Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, o reporte de prejuízos fiscais deixou de ter limitação temporal. Em 31 de dezembro de 2023, a Semapa tinha prejuízos fiscais por utilizar, sem impostos diferidos ativos reconhecidos, por não se prever a sua recuperabilidade, no montante de Euros 52 173 423.

7 PESSOAL

7.1 GASTOS COM O PESSOAL



BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS DE CURTO PRAZO

DIREITOS ADQUIRIDOS – FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm anualmente direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

GRATIFICAÇÕES

De acordo com o sistema de gestão de desempenho vigente, os empregados podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que os empregados adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração dos resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data da Posição financeira está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando a Empresa deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual a Empresa reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses após o final do período de reporte são descontados para o seu valor presente.

Valores em Euros	2023	2022
Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 7.3)	4 057 918	3 319 163
Outras remunerações	3 221 559	2 916 769
Benefícios de pós-emprego (Nota 7.2.1)	23 431	23 431
Indemnizações	213 950	88 503
Encargos sobre remunerações	958 480	774 588
Outros gastos com o pessoal	241 005	205 204
Gastos com o pessoal	8 716 343	7 327 658
Número de empregados no final do período	33	33

7.2 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS



BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO - PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

A Empresa assumiu o compromisso de pagar aos seus administradores prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, tendo constituído para o efeito um plano de benefício definido.

Nos períodos apresentados, o montante do passivo refletido na demonstração da posição financeira, na rubrica "Responsabilidades por benefícios pós-emprego", corresponde à responsabilidade da Semapa afeta a um único beneficiário, aposentado, que não aderiu à revogação do plano de pensões dos administradores da Empresa, ocorrida em dezembro de 2012. A Empresa não constituiu fundos relativamente a esta responsabilidade.

Os desvios atuariais que resultam da alteração no valor das responsabilidades estimadas, como consequência de alterações aos pressupostos financeiros e demográficos utilizados e ganhos de experiência, são registados diretamente na Demonstração do rendimento integral, em resultados transitados.

O juro líquido corresponde à aplicação da taxa de desconto ao valor das responsabilidades líquidas e é reconhecido nos resultados do período, na rubrica de Gastos com o pessoal.

Os ganhos e perdas gerados por uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos em resultados do período quando a liquidação ocorrer.



PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

As responsabilidades referentes a planos de benefícios a empregados com benefícios definidos são calculadas com base em determinados pressupostos atuariais. Alterações nestes pressupostos podem ter um impacto relevante naquelas responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os pressupostos atuariais eram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Fórmula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de maio	
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tabela de Invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de juro técnica	1,25%	1,25%
Taxa de reversibilidade das pensões	50,00%	50,00%
Nº de prestações anuais do complemento	12	12

7.2.1 RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Valores de Euros	2023		2022	
	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor
Responsabilidades com Pensões				
Aposentados	1	580 578	1	687 660
Responsabilidades com pensões não cobertas	1	580 578	1	687 660

EVOLUÇÃO DAS RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Valores em Euros	Saldo inicial	Juro líquido (Nota 7.1)	Pagamentos efetuados	Saldo final
2023	687 660	23 431	(130 513)	580 578
2022	794 743	23 431	(130 514)	687 660

7.3 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais, incluindo a estimativa para o prémio de gestão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram as seguintes:

Valores em Euros	2023	2022
Conselho de Administração		
Remunerações	1 822 500	1 587 023
Prémio de gestão	2 101 737	1 624 100
Conselho Fiscal e outros órgãos sociais	133 681	108 040
Total (Nota 7.1)	4 057 918	3 319 163

REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Todos os detalhes da política de remunerações dos membros do Conselho de Administração da Semapa encontram-se divulgados no relatório do Governo Societário da sociedade, Parte I - Secção D.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativamente aos membros do Conselho de Administração da Semapa, não existiam: i) quaisquer responsabilidades adicionais afetas a outros benefícios de longo prazo, ii) benefícios de cessação de emprego nem iii) pagamentos com base em ações atribuídas. Os saldos pendentes com membros do Conselho de Administração da Semapa encontram-se divulgados na Nota 10.2.

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

8.1 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A Empresa enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS) desenvolve direta e indiretamente atividades de gestão sobre as suas subsidiárias. Deste modo, o cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa depende dos fluxos de caixa gerados pelas subsidiárias, os quais incluem a distribuição de dividendos, o pagamento de juros, o reembolso de empréstimos concedidos e o pagamento por serviços prestados pela Empresa. A capacidade de as subsidiárias da Semapa gerarem fluxos de caixa positivos e de disponibilizarem fundos à *holding* está dependente dos respetivos resultados, reservas disponíveis e estrutura financeira.

O Grupo Semapa tem um programa de gestão de risco que concentra a sua análise na atividade e desempenho dos mercados financeiros com vista a minimizar os potenciais efeitos adversos na sua *performance* financeira. A gestão do risco é conduzida pela direção financeira da Empresa e dos principais subgrupos de acordo com políticas aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração e acompanhada pela Comissão de Controlo e Riscos/Comissão de Controlo Interno da Empresa.

O Grupo tem tido uma postura ativa de gestão do risco, procurando minimizar os potenciais efeitos adversos a eles associados, nomeadamente no que respeita ao risco cambial e o risco de taxa de juro.

No contexto das demonstrações financeiras separadas, a exposição da Empresa ao risco financeiro decorrente da atividade do Grupo encontra-se maioritariamente associada aos financiamentos obtidos externamente (Nota 5.6).

8.1.1 RISCO CAMBIAL

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO CAMBIAL

No contexto das demonstrações financeiras separadas, o risco cambial a que a Empresa se encontra diretamente exposta ao nível de ativos e passivos financeiros não é significativo.

Contudo, uma evolução desfavorável das taxas de câmbio associadas às geografias relevantes para as suas subsidiárias pode originar uma diminuição significativa no valor dos ativos e nos resultados das subsidiárias e na distribuição de dividendos à Empresa. O Grupo procura mitigar este risco através da monitorização constante da exposição a cada moeda e utilização de coberturas naturais, bem como através da contratação de instrumentos financeiros derivados de cobertura cambial, conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas.

8.1.2 RISCO DE TAXA DE JURO

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

Uma parte do custo associado à dívida financeira contraída pela Empresa está indexada a taxas de referência de curto prazo, revistas com uma periodicidade inferior a um ano (geralmente seis meses na dívida de médio e longo prazo). Deste modo, variações nas taxas de juro podem afetar os resultados da Empresa.



ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A Semapa utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais próprios de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juro de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado		
Impacto no resultado antes de imposto - aumento / (diminuição)	(1 362 918)	(804 178)

Os ativos e passivos financeiros remunerados a taxa fixa (que não expõem a Empresa ao risco de taxa de juro) e remunerados a taxa variável (que expõem a Empresa ao risco de taxa de juro) detalham-se como segue:

A 31 de dezembro de 2023	Taxa fixa		Até 3 meses	3-12 meses	Total	%	Total remunerado
	Valor	%					
Ativos							
Não correntes							
Valores a receber (Nota 4.1)	-	0%	30 807	-	30 807	100%	30 807
Correntes							
Valores a receber (Nota 4.1)	24 168 747	100%	-	-	-	0%	24 168 747
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8)	37 975 001	100%	-	-	-	0%	37 975 001
Total de ativos financeiros	62 143 748	100%	30 807	-	30 807	0%	62 174 555
Passivos							
Não correntes							
Financiamentos obtidos	-	0%	50 000 000	206 750 000	256 750 000	100%	256 750 000
Passivos de locação (Nota 5.7)	304 267	100%	-	-	-	0%	304 267
Correntes							
Financiamentos obtidos	-	0%	-	15 833 578	15 833 578	100%	15 833 578
Passivos de locação (Nota 5.7)	142 503	100%	-	-	-	0%	142 503
Valores a pagar (Nota 4.2)	11 746 803	100%	-	-	-	0%	11 746 803
Total de passivos financeiros	12 193 573	4%	50 000 000	222 583 578	272 583 578	96%	284 777 151
Posição financeira líquida de balanço	49 950 175		(49 969 193)	(222 583 578)	(272 552 771)		(222 602 596)

A 31 de dezembro de 2022	Taxa fixa		Até 3 meses	3-12 meses	Total	%	Total remunerado
	Valor	%					
Ativos							
Não correntes							
Valores a receber (Nota 4.1)	-	0%	28 999	-	28 999	100%	28 999
Correntes							
Valores a receber (Nota 4.1)	7 096 663	100%	-	-	-	0%	7 096 663
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8)	167 920 763	100%	-	-	-	0%	167 920 763
Total de ativos financeiros	175 017 426	100%	28 999	-	28 999	0%	175 046 425
Passivos							
Não correntes							
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)	-	0%	142 500 000	-	142 500 000	100%	142 500 000
Passivos de locação (Nota 5.7)	188 938	100%	-	-	-	0%	188 938
Valores a pagar (Nota 4.2)	2 800 000	100%	-	-	-	0%	2 800 000
Correntes							
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)	126 000 000	87%	4 250 000	14 085 578	18 335 578	13%	144 335 578
Passivos de locação (Nota 5.7)	97 837	100%	-	-	-	0%	97 837
Valores a pagar (Nota 4.2)	39 809 455	100%	-	-	-	0%	39 809 455
Total de passivos financeiros	168 896 229	51%	146 750 000	14 085 578	160 835 578	49%	329 731 807
Posição financeira líquida de balanço	6 121 197		(146 721 001)	(14 085 578)	(160 806 578)		(154 685 382)

8.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

A Empresa gere o risco de liquidez por duas vias:

- garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas à atividade da Empresa enquanto *holding*, considerando as características das indústrias onde as suas subsidiárias exercem a sua atividade, e
- através da contratação com instituições financeiras de linhas de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

CRÉDITOS DISPONÍVEIS E NÃO UTILIZADOS

A Empresa tem por política manter linhas de crédito em níveis adequados para fazer face a i) potenciais aquisições de negócios e ii) necessidades de tesouraria para reembolsos programados de financiamentos conforme o orçamento de tesouraria e execução real.

MATURIDADE CONTRATUAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS (FLUXOS NÃO DESCONTADOS, INCLUINDO JUROS)

Valores em Euros	-1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ de 5 anos	Total
A 31 de dezembro de 2023						
Passivos						
Financiamentos obtidos						
Empréstimos por obrigações	1 375 144	-	24 971 458	155 292 209	105 653 389	287 292 200
Papel comercial	-	-	2 101 305	5 128 272	-	7 229 577
Empréstimos bancários	-	-	1 685 918	16 859 256	20 371 613	38 916 787
Outros financiamentos	-	-	83 578	-	-	83 578
Passivos de locação	12 350	25 567	114 012	315 394	-	467 323
Total passivos	1 387 494	25 567	28 956 271	177 595 131	126 025 002	333 989 465
Dos quais juros (às taxas em vigor à data)	1 376 034	1 767	6 769	39 540 863	7 025 001	47 950 434
A 31 de dezembro de 2022						
Passivos						
Financiamentos obtidos						
Empréstimos por obrigações	388 956	-	118 829 586	148 541 146	-	267 759 688
Papel comercial	-	-	12 110 759	6 892 361	-	19 003 120
Empréstimos bancários	1 273 415	-	17 404 528	-	-	18 677 943
Outros financiamentos	-	-	85 578	-	-	85 578
Passivos de locação	8 763	16 589	78 444	194 782	-	298 578
Valores a pagar (Nota 4.2)	1 833 912	697 800	37 277 742	2 800 000	-	42 609 455
Total passivos	3 505 046	714 389	185 786 637	158 428 289	-	348 434 362
Dos quais juros (às taxas em vigor à data)	412 892	991	5 363 181	12 976 153	-	18 753 217

Os fluxos de caixa não descontados dos financiamentos obtidos e outros valores a pagar, incluídos acima, detalham-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Até 12 meses	30 369 332	190 006 072
1 a 2 anos	54 461 931	23 077 739
2 a 3 anos	56 313 080	44 771 900
3 a 4 anos	56 747 219	44 867 727
4 a 5 anos	10 072 901	45 710 923
1 a 5 anos	177 595 131	158 428 289
Mais de 5 anos	126 025 002	-
Total	333 989 465	348 434 361



A maturidade contratual dos financiamentos obtidos apresentada pressupõe o cumprimento de *covenants* financeiros, conforme detalhados na Nota 5.6 – Financiamentos obtidos.

LINHAS DE CRÉDITOS DISPONÍVEIS E NÃO UTILIZADAS

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Linhas de crédito não utilizadas		
Papel comercial	301 500 000	305 750 000
Outras linhas de crédito	9 750 000	9 750 000
	311 250 000	315 500 000
Papel comercial utilizado (Nota 5.6)	6 500 000	18 250 000
Outras linhas de crédito utilizadas (Nota 5.6)	266 000 000	18 500 000
Linhas de crédito contratadas (valor nominal)	583 750 000	352 250 000

8.1.4 RISCO DE CRÉDITO



IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

A Empresa avalia, numa base prospetiva, as perdas de crédito esperadas associadas aos seus ativos financeiros mensurados ao custo conforme o detalhe apresentado na Nota 8.3.1 – Categorias de instrumentos financeiros da Empresa.

VALORES A RECEBER DE SUBSIDIÁRIAS

Os valores a receber de subsidiárias encontram-se sujeitos ao modelo geral de imparidade da IFRS 9 (modelo das três etapas).

Uma vez que o risco de crédito das subsidiárias é considerado reduzido, devido ao reduzido risco de incobrabilidade e à capacidade destas de reembolsar *on demand*, a estimativa de imparidade corresponde à primeira etapa do modelo com a avaliação do risco de incobrabilidade dos fluxos de caixa dos próximos 12 meses.

OUTROS VALORES A RECEBER E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recebimento. A Empresa classifica um valor a receber para ser desreconhecido quando o devedor falha com os pagamentos contratuais vencidos. Após ser desreconhecido, a Empresa continua a tomar diligências para reaver os valores devidos. Em casos de sucesso com a recuperação de valores, tais quantias são reconhecidas nos resultados do período.

POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

A Empresa não possui atividade comercial significativa para além da gestão das participações financeiras do Grupo e da prestação de serviços a subsidiárias.

No contexto das demonstrações financeiras separadas, o risco de crédito relativo a ativos financeiros a que a Empresa se encontra diretamente exposta decorre principalmente dos empréstimos concedidos a subsidiárias e outros valores a receber das mesmas (Nota 4.1), e dos saldos de caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8).



VALORES A RECEBER DE SUBSIDIÁRIAS

Relativamente aos valores a receber de subsidiárias no âmbito dos serviços a elas prestados pela Empresa e dos financiamentos concedidos às mesmas, a Empresa não registou imparidades nos períodos apresentados.

OUTROS VALORES A RECEBER

Os valores a receber são inicialmente contabilizados ao justo valor sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado. As perdas por imparidade são registadas em função das perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração sempre que, em cada data de relato, exista um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos valores a receber.

Considera-se *default* o pagamento após mora igual ou superior a 180 dias, decorrente da experiência de perdas reais históricas ao longo do período considerado estatisticamente relevante.

EXPOSIÇÃO MÁXIMA AO RISCO DE CRÉDITO

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Não correntes		
Outros investimentos financeiros (Nota 8.2)	28 854	23 413
Valores a receber (Nota 4.1)	30 807	28 999
Correntes		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8)	37 975 001	167 920 763
	38 034 662	167 973 175

A qualidade de crédito, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, face a Ativos financeiros (Caixa e seus equivalentes) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
A+	21 048 000	82 000 000
A-	2 295	82 204 433
BBB+	3 538 659	3 301 665
BBB	13 328 483	-
Outros	57 464	414 315
	37 974 901	167 920 413

8.2 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS



Esta nota inclui os instrumentos de capital próprio detidos pela Empresa relativos a empresas sobre as quais não exerce controlo ou influência significativa. Os Outros investimentos financeiros são mensurados ao justo valor através dos resultados quando a Empresa os detém com o objetivo de negociar. A Empresa designa os restantes investimentos financeiros como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Valores em Euros	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Ynvisible, SA	28 854	23 413
	28 854	23 413

8.3 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

8.3.1 CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DA EMPRESA

Os instrumentos financeiros incluídos em cada rubrica da demonstração da posição financeira são classificados como segue:

Valores em Euros	Nota	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros fora do âmbito da IFRS 9	Ativos não financeiros	Total
31 de dezembro de 2023						
Outros investimentos financeiros	8.2	-	28 854	-	-	28 854
Valores a receber	4.1	23 708 396	30 807	221 139	239 212	24 199 554
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	37 975 001	-	-	-	37 975 001
Total de ativos		61 683 397	59 661	221 139	239 212	62 203 409
31 de dezembro de 2022						
Outros investimentos financeiros	8.2	-	23 413	-	-	23 413
Valores a receber	4.1	7 167 461	28 999	78 742	205 145	7 480 348
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	167 920 763	-	-	-	167 920 763
Total de ativos		175 088 224	52 412	78 742	205 145	175 424 524

Valores em Euros	Nota	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
31 de dezembro de 2023				
Financiamentos obtidos	5.6	272 638 404	-	272 638 404
Passivos de locação	5.7	446 770	-	446 770
Valores a pagar	4.2	10 780 001	966 802	11 746 803
Total de passivos		283 865 175	966 802	284 831 977
31 de dezembro de 2022				
Financiamentos obtidos	5.6	286 537 234	-	286 537 234
Passivos de locação	5.7	286 775	-	286 775
Valores a pagar	4.2	41 919 154	690 300	42 609 455
Total de passivos		328 743 163	690 300	329 433 463

8.3.2 JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS



O justo valor dos instrumentos financeiros é classificado de acordo com a hierarquia de justo valor da IFRS 13 – Mensuração ao justo valor:

Nível 1	Baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de relato.
Nível 2	Determinado com recurso a modelos de avaliação, os principais <i>inputs</i> dos quais são observáveis no mercado.
Nível 3	Determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais <i>inputs</i> não são observáveis no mercado.



JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

A Empresa considera que o valor contabilístico dos financiamentos remunerados a taxa variável, assim como dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado nas restantes rubricas (Nota 8.3.1) se aproxima do seu justo valor.

9 PROVISÕES, COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

9.1 PROVISÕES



Reconhecimento e mensuração inicial	São reconhecidas provisões sempre que: <ul style="list-style-type: none"> (i) a empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados; (ii) seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.
Mensuração subsequente	As provisões são revistas na data da Posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

São reconhecidas provisões pelas responsabilidades que a Empresa assume por perdas em investimentos em subsidiárias (Nota 10.1), após o respetivo valor contabilístico ter sido reduzido a zero, na medida em que a Empresa possa ter incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha realizado pagamentos em nome dessas subsidiárias.

PROCESSOS FISCAIS

Os saldos das responsabilidades adicionais de imposto por posições de incerteza da Empresa relativos ao imposto sobre o rendimento são divulgados na Nota 6.1 – Imposto sobre o rendimento.



PROCESSOS JUDICIAIS

Estas provisões são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas internamente pela Empresa com o apoio dos seus consultores legais, baseadas na probabilidade da decisão ser favorável ou desfavorável à Empresa.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Semapa não identifica responsabilidades que justifiquem o registo de provisões.

9.2 COMPROMISSOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Semapa não tem quaisquer compromissos para além dos já divulgados acima.

9.3 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Semapa não identificou quaisquer ativos e passivos contingentes passíveis de divulgação.

10 ESTRUTURA DO GRUPO

10.1 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS



SUBSIDIÁRIAS

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem controlo, o que ocorre quando a Empresa está exposta, ou tem direito, aos retornos variáveis resultantes do seu envolvimento com as entidades e tem a capacidade para afetar esse retorno através do exercício do poder sobre as entidades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Empresa detém o controlo sobre outra entidade.

ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o Grupo tenha um interesse.

MENSURAÇÃO

Os investimentos em subsidiárias e em entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias e das entidades conjuntamente controladas por contrapartida de “Resultados de subsidiárias e entidades conjuntamente controladas”, pelos dividendos recebidos e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Outro rendimento integral”. Adicionalmente, as participações em subsidiárias e em entidades conjuntamente controladas poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das entidades conjuntamente controladas são ajustadas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da Empresa.

Quando a participação da Empresa nas perdas das subsidiárias e das entidades conjuntamente controladas iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, a Empresa deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em responsabilidades ou efetuado pagamentos em nome destas, conforme apresentado na Nota 9.1 – Provisões. Se posteriormente relatarem lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.



VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E EM ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

A Empresa realiza testes de imparidade aos investimentos em subsidiárias e em entidades conjuntamente controladas anualmente e em datas em que determine existirem indícios de que os investimentos possam estar em imparidade.

Nas demonstrações financeiras separadas, o *goodwill* incluído na mensuração das participações financeiras não é apresentado separadamente, sendo que as análises de imparidade têm por referência o valor contabilístico total do investimento testado.

Estas projeções resultam dos orçamentos para o ano seguinte e da estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de quatro anos refletida nos Planos de Médio Longo Prazo aprovados.

Os *cash flows* são descontados às taxas WACC – *Weighted Average Cost of Capital* – calculadas de acordo com o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) e tendo por base custos médios ponderados de dívida e de *equity*, estimados de acordo com os segmentos onde as UGC (Unidade Geradora de Caixa) se inserem. A taxa de juro sem risco considerada resulta de informação de mercado relativa à dívida soberana a médio longo prazo. O beta e a alavancagem dos setores têm por base a informação de um conjunto alargado de empresas comparáveis sujeito a uma revisão anual. Toda esta informação é recolhida junto de fontes internacionais e independentes, entre outras, através da Reuters e agências de *rating* (S&P, Moody's e Fitch).

A taxa de crescimento na perpetuidade reflete a visão da Gestão a médio longo prazo para as diferentes UGC, tendo presente os objetivos de inflação dos respetivos Bancos Centrais, estimativas de taxa de inflação futuras, as perspetivas macroeconómicas, bem como a evolução previsível dos Mercados onde o Grupo atua. As fontes das previsões macroeconómicas são o FMI e o Banco de Portugal.

Os pressupostos que estiveram na base dos planos de negócios detalham-se como segue:

PRESSUPOSTOS NA BASE DOS PLANOS DE NEGÓCIOS

Pressupostos (CAGR 2024-2028)	Pressupostos (CAGR 2024-2028)			Outros negócios	
	Pasta e Papel	Cimento*	Ambiente	Mobilidade	
Vendas em quantidade (kt)					
Referência	Papel UWF	Cimento e Clínquer	Gordura [3,5]		-
CAGR Vendas em quantidade (kt)	0,1%	-3,5% a 6,0%	-2,6%		-
Vendas em quantidade (unidades)					
Referência	-	-	-	Quadros para e-bikes	
CAGR Vendas em quantidade (unidades)	-	-	-		43,9%
Preço Médio de Venda ML/t					
Referência	Papel UWF	Cimento cinzento no MI	Gordura [3,5]		-
CAGR Preço Médio de Venda ML/t	0,7%	2,4% a 11,5%	0,1%		-
Preço Médio de Venda ML/unidades					
Referência	-	-	-	Quadros para e-bikes	
CAGR Preço Médio de Venda ML/unidades	-	-	-		6,5%
Total Cash Costs ML					
CAGR Total Cash Costs ML	0,21%	1,3% a 4,3%	2,95%		54,8%

* Intervalo correspondente às geografias Portugal, Brasil, Tunísia, Líbano e Angola

Pressupostos (CAGR 2023-2027)	Pressupostos (CAGR 2023-2027)		
	Pasta e Papel	Cimento*	Ambiente
Vendas em quantidade (kt)			
Referência	Papel UWF	Cimento e Clínquer	Gordura [3,5]
CAGR Vendas em quantidade (kt)	-0,1%	-1,3% a 6,0%	-3,5%
Preço Médio de Venda ML/t			
Referência	Papel UWF	Cimento cinzento no MI	Gordura [3,5]
CAGR Preço Médio de Venda ML/t	-1,8%	2,5% a 21,3%	-7,7%
Total Cash Costs ML			
CAGR Total Cash Costs ML	-6,25%	3,8% a 24,0%	0,91%

* Intervalo correspondente às geografias Portugal, Brasil, Tunísia, Líbano e Angola

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS E FINANCEIROS

Os principais pressupostos considerados a nível macroeconómico são as projeções de taxa de crescimento do PIB e de inflação nos mercados onde o Grupo atua (Portugal no caso de todas as UGC e ainda Tunísia, Líbano, Brasil e Angola no segmento Cimento). As fontes das projeções são o FMI e o Banco de Portugal.

A taxa de crescimento na perpetuidade reflete a visão da Gestão a médio longo prazo para as diferentes UGC, tendo presente os pressupostos macroeconómicos.

Pressupostos financeiros	31/12/2023				31/12/2022			
	Taxa de Juro sem risco*	Taxa WACC EUR	Tx Cresci ^o na perp. EUR	Taxa de Imposto	Taxa de Juro sem risco*	Taxa WACC EUR	Tx Cresci ^o na perp. EUR	Taxa de Imposto
Pasta e Papel								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	3,51%	6,85%	-	27,50%	2,94%	6,76%	-	27,50%
Perpetuidade	3,51%	6,85%	0,00%	27,50%	2,94%	6,76%	0,00%	27,50%
Cimento								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	3,51%	6,55%	-	27,50%	2,94%	6,48%	-	27,50%
Perpetuidade	3,51%	6,55%	1,88%	27,50%	2,94%	6,48%	1,85%	27,50%
Ambiente								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	3,51%	8,23%	-	25,50%	2,94%	7,70%	-	25,50%
Perpetuidade	3,51%	8,23%	2,00%	25,50%	2,94%	7,70%	1,25%	25,50%
Mobilidade**								
Portugal								
Período de Planeamento explícito	3,51%	6,96%	-	27,5%	-	-	-	-
Perpetuidade	3,51%	6,96%	0,00%	27,5%	-	-	-	-

Nota: Nos Cimentos foram ainda consideradas taxas WACC em euros situadas entre os 6,48% e os 20,50% para o Brasil, Tunísia, Angola e Líbano

* Inclui o Country Risk Premium

** Subsidiária da Aphelion(Triangle's Cycling Equipments, S.A.)

TESTE DE IMPARIDADE

Em resultado dos testes de imparidade efetuados nos períodos de 2023 e 2022, não foi identificada qualquer perda por imparidade no *goodwill*.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foi realizada uma análise de sensibilidade, aos pressupostos considerados chave (de forma independente para cada pressuposto), taxa WACC e *cash flow* livre, a qual não determinou qualquer imparidade para o *goodwill* alocado a cada UGC.

VARIAÇÃO DO EQUITY SEMAPA POR VARIAÇÃO DA TAXA WACC:

Análise de sensibilidade à Taxa WACC	31/12/2023				31/12/2022			
	-50bps	+50bps	-1%	+1%	-50bps	+50bps	-1%	+1%
Pasta e Papel								
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	5%	-5%	2%	-2%	5%	-5%
Perpetuidade	8%	-6%	14%	-11%	7%	-6%	15%	-11%
Planeamento explícito e Perpetuidade	9%	-8%	20%	-15%	10%	-8%	21%	-16%
Cimento								
Período de Planeamento explícito	3%	-3%	6%	-5%	3%	-3%	6%	-6%
Perpetuidade	10%	-9%	23%	-16%	11%	-9%	25%	-17%
Planeamento explícito e Perpetuidade	13%	-11%	30%	-20%	14%	-12%	32%	-22%
Ambiente								
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	5%	-5%	2%	-2%	4%	-4%
Perpetuidade	8%	-7%	17%	-12%	6%	-5%	13%	-10%
Planeamento explícito e Perpetuidade	10%	-9%	23%	-16%	8%	-7%	18%	-13%
Mobilidade*								
Período de Planeamento explícito	2%	-2%	5%	-4%	-	-	-	-
Perpetuidade	6%	-5%	13%	-10%	-	-	-	-
Planeamento explícito e Perpetuidade	9%	-7%	19%	-14%	-	-	-	-

* Subsidiária da Aphelion (Triangle's Cycling Equipments, S.A.)

VARIAÇÃO DO EQUITY SEMAPA POR VARIAÇÃO DO CASH FLOW LIVRE:

Análise de sensibilidade ao FCF	31/12/2023				31/12/2022			
	-5%	+5%	-10%	+10%	-5%	+5%	-10%	+10%
Pasta e Papel	-6%	6%	-11%	11%	-6%	6%	-11%	11%
Cimento	-7%	7%	-13%	13%	-7%	7%	-14%	14%
Ambiente	-5%	5%	-10%	10%	-5%	5%	-9%	9%
Mobilidade*	-5%	5%	-10%	10%	-	-	-	-

* Subsidiária da Aphelion (Triangle's Cycling Equipments, S.A.)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os investimentos em participações financeiras registados pelo método de equivalência patrimonial na demonstração da posição financeira, incluindo o *goodwill*, tinham a seguinte composição:

Denominação social	Sede	31/12/2023			31/12/2022		
		Capital próprio	% detida	Saldo*	Capital próprio	% detida	Saldo*
Subsidiárias							
Aphelion, S.A.	Portugal	177 018 600	100,00%	177 018 600	41 924	100,00%	41 924
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal	82 570 480	99,99%	82 560 307	89 239 196	99,99%	89 228 278
Quotidian Podium, S.A.	Portugal	49 640	100,00%	49 640	-	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Portugal	304 370 773	100,00%	438 527 277	305 643 031	100,00%	439 800 168
Semapa Inversiones, S.L.	Espanha	105 564	100,00%	105 564	101 045	100,00%	101 045
Semapa Next, S.A.	Portugal	48 953 270	100,00%	48 953 270	48 124 114	100,00%	48 124 114
The Navigator Company, S.A.	Portugal	1 062 728 146	69,97%	865 919 075	1 017 963 740	69,97%	834 597 262
Entidades conjuntamente controladas							
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	Portugal	31 269 543	50,00%	42 475 845	21 964 842	50,00%	37 823 495
				1 655 609 578			1 449 716 286

* Inclui *goodwill*

A subsidiária The Navigator Company, S.A. é uma sociedade aberta cotada na Euronext Lisboa e que integra o índice PSI20, principal índice de referência da bolsa nacional. Em 31 de dezembro de 2023, a cotação da ação Navigator era de Euros 3,548 (Euros 3,454 em 31 de dezembro de 2022).

Durante o ano de 2023, a Semapa prosseguiu com a sua estratégia de crescimento e expansão por meio da aquisição da empresa Triangle's, através da subsidiária Aphelion. Como parte integrante dessa iniciativa, a Semapa procedeu a um aumento de capital social na subsidiária Aphelion, no montante de Euros 179 950 000.

A 21 de dezembro de 2023, foi constituída a sociedade Quotidian Podium, S.A., com o objeto social de prestação de serviços de consultoria em gestão de empresas e acompanhamento e desenvolvimento de negócio, integralmente detida pela Semapa.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA RESUMIDA DAS SUBSIDIÁRIAS E DA ENTIDADE CONJUNTAMENTE CONTROLADA

31 de dezembro de 2023	Ativos correntes	Ativos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Rédito do período	Resultado líquido	Rendimento integral
Subsidiárias							
Aphelion, S.A.	1 463 703	215 605 403	122 276	39 928 230	-	(2 973 324)	(2 973 324)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	38 546 858	79 706 807	34 019 092	1 405 676	48 109 366	9 331 284	9 331 284
Quotidian Podium, S.A.	50 000	-	360	-	-	(360)	(360)
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	294 750 108	974 389 260	512 356 524	427 645 223	693 348 710	42 746 989	45 274 579
Semapa Inversiones, S.L.	115 084	-	9 520	-	-	4 520	4 520
Semapa Next, S.A.	259 385	50 315 393	862 283	759 225	1 019 886	(1 867 593)	(6 137 344)
The Navigator Company, S.A.	899 081 837	1 704 678 240	632 281 690	908 423 223	1 953 242 900	263 851 946	255 849 998
Entidades conjuntamente controladas							
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	25 658 356	16 401 957	10 788 270	2 500	39 048 662	15 438 899	15 432 767

31 de dezembro de 2022	Ativos correntes	Ativos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Rédito do período	Resultado líquido	Rendimento integral
Subsidiárias							
Aphelion, S.A.	43 133	-	1 209	-	-	(865)	(865)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	38 818 129	70 952 253	18 103 625	2 041 900	54 622 984	12 226 376	12 226 376
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	294 988 271	910 245 638	476 617 248	409 648 399	602 980 604	12 625 862	25 114 647
Semapa Inversiones, S.L.	101 633	-	588	-	-	(12 205)	(12 205)
Semapa Next, S.A.	108 120	48 816 663	800 670	-	1 365 301	2 708 696	3 104 614
The Navigator Company, S.A.	1 157 172 956	1 564 734 047	789 789 174	913 856 112	2 464 624 691	381 467 056	464 581 395
Entidades conjuntamente controladas							
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	31 290 402	2 060 397	11 385 958	-	40 420 414	17 508 759	17 508 759

Os valores apresentados referentes a cada Participada poderão diferir dos apresentados individualmente por cada uma nas suas Demonstrações Financeiras estatutárias, na sequência de ajustamentos de harmonização e outros decorrentes da aplicação das normas contabilísticas em vigor.

RECONCILIAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO DAS SUBSIDIÁRIAS MATERIAIS E DA ENTIDADE CONJUNTAMENTE CONTROLADA COM O SALDO DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

31 de dezembro de 2023								UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.
Valores em Euros	Aphelion, S.A.	ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Quotidian Podium, S.A.	Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Semapa Inversiones, S.L.	Semapa Next, S.A.	The Navigator Company, S.A.	
Capital próprio	177 018 600	82 570 480	49 640	304 370 773	105 564	48 953 270	1 062 728 146	31 269 543
% detida	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	69,97%	50,00%
	177 018 600	82 560 308	49 640	304 361 972	105 564	48 953 270	743 594 628	15 634 772
<i>Goodwill</i>	-	-	-	134 165 305	-	-	122 324 446	26 841 074
Participação financeira	177 018 600	82 560 307	49 640	438 527 277	105 564	48 953 270	865 919 075	42 475 845

31 de dezembro de 2022								UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.
Valores em Euros	Aphelion, S.A.	ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	Quotidian Podium, S.A.	Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Semapa Inversiones, S.L.	Semapa Next, S.A.	The Navigator Company, S.A.	
Capital próprio	41 924	89 239 196	-	305 643 031	101 045	48 124 114	1 017 963 740	21 964 842
% detida	100,00%	99,99%	-	100,00%	100,00%	100,00%	69,97%	50,00%
	41 924	89 228 278	-	305 634 863	101 045	48 124 114	712 272 816	10 982 421
<i>Goodwill</i>	-	-	-	134 165 305	-	-	122 324 446	26 841 074
Participação financeira	41 924	89 228 278	-	439 800 168	101 045	48 124 114	834 597 262	37 823 495

MOVIMENTOS EM INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Valores em Euros	2023	2022
Saldo inicial	1 449 716 286	1 248 160 273
Aquisições		
Participação na UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	-	46 000
Goodwill da UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	-	26 841 074
Aumento do capital social da Aphelion, S.A.	179 950 000	-
Realização do capital social da Quotidian Podium, S.A.	50 000	-
Prestações suplementares		
Semapa Next, S.A.	6 966 500	24 540 000
Aquisições e aumentos de capital	186 966 500	51 427 074
Reembolso de <i>share premium</i>		
Reembolso de prestações suplementares		
Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	(32 300 000)	(40 500 000)
Reduções de capital, alienações e liquidações	(32 300 000)	(40 500 000)
Resultado líquido apropriado pela aplicação do método de equivalência patrimonial		
Aphelion, S.A.	(2 973 324)	(865)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	9 330 241	12 073 382
Quotidian Podium, S.A.	(360)	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	42 746 112	12 360 811
Semapa Inversiones, S.L.	4 520	(12 205)
Semapa Next, S.A.	(1 867 593)	2 708 696
The Navigator Company, S.A.	184 618 137	266 912 541
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	7 719 449	8 754 382
Resultado líquido	239 577 182	302 796 742
Dividendos		
The Navigator Company, S.A.	(139 929 984)	(174 917 457)
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	(15 998 212)	(999 888)
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	(8 772 218)	-
UTIS - Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A.	(3 064 033)	(1 116 780)
Dividendos atribuídos	(167 764 447)	(177 034 125)
Outros rendimentos integrais	(15 877 107)	64 866 322
Outros movimentos	(4 708 836)	-
Outros movimentos de capital próprio das subsidiárias	(20 585 943)	64 866 322
Saldo final	1 655 609 578	1 449 716 286

10.2 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Valores em Euros	31/12/2023				
	Valores a receber (Nota 4.1)	Valores a receber - RETGS (Nota 4.1)	Valores a pagar (Nota 4.2)	Valores a pagar - RETGS (Nota 4.2)	Financiamentos obtidos (Nota 5.6)
Acionistas					
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	59	-	-	-	-
Sodim, SGPS, S.A.	485 465	1 070 425	1 251 307	-	-
	485 524	1 070 425	1 251 307	-	-
Subsidiárias - participações diretas (Nota 10.1)					
Aphelion, S.A.	-	-	48	328	42 042
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	14 111 565	-	-	56 029	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	1 476 933	-	-	2 273 822	-
Semapa Inversiones, S.L.	-	-	106	-	41 536
Semapa Next, S.A.	490 556	42 696	-	-	-
The Navigator Company, S.A.	952 804	-	-	-	-
	17 031 858	42 696	154	2 330 179	83 578
Outras subsidiárias do Grupo Semapa					
Abapor - Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	-	-	-	62 668	-
Argibetão - Soc. de Novos Prod. de Argila e Betão, S.A.	-	8 272	-	-	-
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	-	2 480	-	-	-
Betotrans II - Unipessoal, Lda.	-	5 347	-	-	-
Biological - Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	-	-	-	69 644	-
Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	18 224	-	-	10 073	-
Cimentos Madeira, Lda.	-	-	-	26 177	-
Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	-	-	-	4 640	-
ETSA Log, S.A.	-	-	-	15 142	-
Florimar- Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	-	-	-	3 531	-
ITS - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	-	411 170	-	-	-
Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	-	-	-	803 055	-
Secil Agregados, S.A. (ex-Secil - Britas, S.A.)	351 942	1 223 666	-	-	-
Secil-Betão - Indústrias de Betão, S.A.	-	31 155	-	-	-
Secil Brands - Marketing, Publicidade, Gestão e Desenvolv. de Marcas, Lda.	43 543	476 766	-	-	-
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A.	262 988	408 583	-	-	-
Triangle's - Cycling Equipments, S.A	1 829 010	-	-	-	-
	2 505 707	2 567 439	-	994 930	-
Outras entidades relacionadas					
CLA - Castro Caldas, Correia Lopes, Mendes de Almeida e Associados, Soc. Advogados	-	-	7 380	-	-
Hotel Ritz, S.A.	-	-	9 159	-	-
Sociedade Agrícola da Herdade dos Fidalgos, Unipessoal, Lda.	-	-	118	-	-
Ultimate Cell, Lda.	-	-	2 800 000	-	-
Membros dos órgãos de gestão	550	-	8 998	-	-
	550	-	2 825 655	-	-
	20 023 639	3 680 561	4 077 116	3 325 110	83 578

Valores em Euros	31/12/2022				Financiamentos obtidos (Nota 5.6)
	Valores a receber (Nota 4.1)	Valores a receber - RETGS (Nota 4.1)	Valores a pagar (Nota 4.2)	Valores a pagar - RETGS (Nota 4.2)	
Acionistas					
Sodim, SGPS, S.A.	745	-	-	-	-
	745	-	-	-	-
Subsidiárias - participações diretas (Nota 10.1)					
Aphelion, S.A.	66	-	-	328	42 042
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	-	-	-	34 539	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	4 288 777	-	-	9 561 646	-
Semapa Inversiones, S.L.	-	-	16	-	43 536
Semapa Next, S.A.	84 301	48 486	229	-	-
	4 373 144	48 486	245	9 596 513	85 578
Outras subsidiárias do Grupo Semapa					
Abapor - Comércio e Indústria de Carnes, S.A.	-	25 085	-	-	-
Argibetão - Soc. de Novos Prod. de Argila e Betão, S.A.	185 046	-	-	550 968	-
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	-	-	-	40	-
Betotrans II - Unipessoal, Lda.	-	1 542	-	-	-
Biological - Gestão de Resíduos Industriais, Lda.	-	57 649	-	-	-
Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, S.A.	26 891	-	-	18 240	-
Cimentos Madeira, Lda.	-	-	-	65 795	-
Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	-	-	-	6 640	-
ETSA Log, S.A.	-	22 189	-	-	-
Florimar- Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	-	-	-	3 531	-
ITS - Indústria Transformadora de Subprodutos, S.A.	-	100 141	-	-	-
Sebol - Comércio e Indústria de Sebo, S.A.	-	1 112 926	-	-	-
Secil - Britas, S.A.	327 162	73 163	-	-	-
Secil Brands - Marketing, Publicidade, Gestão e Desenvolv. de Marcas, Lda.	71 480	-	-	85 871	-
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A.	244 981	115 124	-	-	-
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	-	-	-	90 690	-
	855 560	1 507 818	-	821 774	-
Outras entidades relacionadas					
CLA - Castro Caldas, Correia Lopes, Mendes de Almeida e Associados, Soc. Advogados	-	-	7 380	-	-
Hotel Ritz, S.A.	-	-	8 433	-	-
Letras Criativas, Unipessoal, Lda.	-	-	6 150	-	-
Sociedade Agrícola da Herdade dos Fidalgos, Unipessoal, Lda.	-	-	710	-	-
Ultimate Cell, Lda.	-	-	26 841 074	-	-
Membros dos órgãos de gestão	2 139	-	7 255	-	-
	2 139	-	26 871 001	-	-
	5 231 588	1 556 304	26 871 247	10 418 288	85 578

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os financiamentos obtidos junto de empresas acionistas e de empresas subsidiárias referem-se a operações de tesouraria de curto prazo que vencem juros a taxas de mercado, debitados trimestralmente.

TRANSAÇÕES DO PERÍODO COM PARTES RELACIONADAS

Valores em Euros	2023			
	Compras de bens e serviços	Vendas e Prestações de serviços	(Gastos)/ Rendimentos financeiros	Volume de empréstimos concedidos
Subsidiárias - participações diretas (Nota 10.1)				
Aphelion, S.A.	-	-	(426)	-
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	-	384 925	24 059	14 000 000
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	-	4 238 317	-	-
Semapa Inversiones, S.L.	-	-	(431)	-
Semapa Next, S.A.	(1 019 886)	-	-	-
The Navigator Company, S.A.	-	9 710 177	-	-
	(1 019 886)	14 333 419	23 202	14 000 000
Outras subsidiárias do Grupo Semapa				
Empremédia - Corretores de Seguros, S.A.	(113 048)	-	-	-
Triangle's - Cycling Equipments, S.A.	-	1 663 395	-	-
	(113 048)	1 663 395	-	-
Outras entidades relacionadas				
Aliança Florestal - Soc. Desenv. Agro-Florestal, S.A.	(93)	-	-	-
Bestweb, Lda.	(22 022)	-	-	-
CLA - Castro Caldas, Correia Lopes, Mendes de Almeida e Associados, Soc. Advogados	(72 000)	-	-	-
Hotel Ritz, S.A.	(94 453)	-	-	-
João Paulo Araújo Oliveira	(45 906)	-	-	-
Letras Criativas, Unipessoal, Lda.	(60 000)	-	-	-
Nofígal, Lda.	(39 600)	-	-	-
Sociedade Agrícola da Herdade dos Fidalgos, Lda.	(347)	-	-	-
Sonagi - Imobiliária, S.A.	(696 141)	-	-	-
Sonagi, SGPS, S.A.	(3 198)	-	-	-
	(1 033 760)	-	-	-
	(2 166 694)	15 996 814	23 202	14 000 000

Valores em Euros	2022			
	Compras de bens e serviços	Vendas e Prestações de serviços	Redêbitos de serviços externos	Volume de empréstimos obtidos
Subsidiárias - participações diretas (Nota 10.1)				
Aphelion, S.A.	-	-	(55)	14
ETSA Investimentos, SGPS, S.A.	-	344 983	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	-	3 235 361	-	-
Semapa Inversiones, S.L.	-	-	(69)	18
Semapa Next, S.A.	(1 365 301)	-	-	-
The Navigator Company, S.A.	-	8 932 995	-	-
	(1 365 301)	12 513 339	(124)	32
Outras entidades relacionadas				
Bestweb, Lda.	(22 022)	-	-	-
CLA - Castro Caldas, Correia Lopes, Mendes de Almeida e Associados, Soc. Advogados	(72 000)	-	-	-
Hotel Ritz, S.A.	(97 571)	-	-	-
José Fernando Morais Carreira de Araújo	(30 785)	-	-	-
Letras Criativas, Unipessoal, Lda.	(60 000)	-	-	-
Nofigal, Lda.	(39 600)	-	-	-
Sociedade Agrícola da Herdade dos Fidalgos, Lda.	(1 224)	-	-	-
Sonagi - Imobiliária, S.A.	(759 257)	-	-	-
	(1 082 459)	-	-	-
	(2 447 760)	12 513 339	(124)	32

Em exercícios anteriores foram celebrados contratos de arrendamento entre a Semapa e a Sonagi – Imobiliária, S.A. relativos ao arrendamento de vários pisos de escritório no edifício de que esta é proprietária e onde opera a sede da Semapa, na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa.

No exercício de 2023, o montante de empréstimos concedidos de Euros 14 000 000 refere-se a operações de tesouraria de curto prazo que vencem juros a taxas de mercado, debitados mensalmente.

VALORES A RECEBER E A PAGAR – CONSOLIDAÇÃO FISCAL (RETGS)

Os saldos a receber e a pagar às subsidiárias incluídas no subgrupo fiscal da Empresa relacionados com as operações do RETGS (Nota 6.1) têm a seguinte natureza:

Valores em Euros	31/12/2023		31/12/2022	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Imposto sobre o rendimento do exercício de subsidiárias	5 349 198	1 987 780	5 618 221	1 989 724
Recebimentos por conta de IRC	(2 727 051)	(4 957 633)	(4 127 130)	(12 166 335)
Retenções na fonte a recuperar	(12 010)	(101 152)	(331)	(8 632)
Dupla tributação internacional	-	(318 361)	-	(233 045)
IRC de exercícios anteriores	(0)	64 256	65 544	-
	2 610 137	(3 325 110)	1 556 304	(10 418 288)

Conforme referido na Nota 6.1, a partir de 1 de janeiro de 2023, os valores relativos a imposto sobre o rendimento estão registados em valores a receber e a pagar à empresa-mãe Sodim.

Valores em Euros	31/12/2023
	A receber
Recebimentos por conta de IRC	2 300 382
Retenções na fonte a recuperar	776 643
Dupla tributação internacional	318 361
IRC de exercícios anteriores	(2 324 961)
	1 070 425

OUTRAS DIVULGAÇÕES RELATIVAS A PARTES RELACIONADAS

No período de 2018, a subsidiária Semapa Next. S.A. celebrou um contrato com vista à realização de um investimento de 12 milhões de dólares no “Alter Venture Partners Fund 1”, entidade da qual um administrador não executivo da Semapa é membro da equipa executiva. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo tinha investido 9,7 milhões de dólares no Alter Venture Partners Fund 1, correspondendo a 8,8 milhões de Euros.



A remuneração do pessoal de gestão chave da Empresa é detalhada na Nota 7.3 – Remuneração dos membros dos órgãos sociais.

Lisboa, 11 de abril de 2024

CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Jorge Morais Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**PRESIDENTE**

José António do Prado Fay

VOGAIS

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires

Vítor Paulo Paranhos Pereira

Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Mafalda Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

Lua Mónica Mendes de Almeida de Queiroz Pereira

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

Paulo José Lameiras Martins



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
 1069-006 Lisboa - Portugal
 +351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS e RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 1.758.131.869 euros e um total de capital próprio de 1.471.425.708 euros, incluindo um resultado líquido de 244.507.409 euros), a demonstração separada dos resultados, a demonstração separada do rendimento integral, a demonstração separada das alterações nos capitais próprios e a demonstração separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Valorização de participações financeiras (1.655.609.578 euros)

Ver nota 1.6 das Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes e nota 10.1 das Demonstrações Financeiras

O Risco

A valorização das participações financeiras da Entidade, requer um elevado grau de estimativa e julgamento pelo Conselho de Administração, nomeadamente no que diz respeito ao apuramento do valor recuperável dos investimentos efetuados quando identificados indícios de imparidade.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e implementação dos principais controlos implementados pela Entidade relacionados com esta matéria, nomeadamente no que respeita aos procedimentos de orçamentação em que as projeções se baseiam, por referência à comparação do desempenho atual com estimativas efetuadas em períodos anteriores, e a integridade do modelo de fluxos de caixa descontados;
 - Avaliamos a existência de indícios de imparidade nas participações financeiras;
 - Obtivemos e analisámos os testes de imparidade das participações financeiras, baseados em modelos de fluxos de caixa descontados, executando os seguintes procedimentos:
 - Verificámos a exatidão aritmética dos modelos;
 - Avaliámos os pressupostos significativos internos e externos utilizados e a razoabilidade dos mesmos, tais como as tendências atuais do negócio, o desempenho do mercado, inflação, crescimento económico projetado e taxas de desconto;
 - Executámos análises de sensibilidade aos pressupostos e previsões utilizados; e
 - Envolvemos os nossos especialistas na aferição da taxa de custo médio de capital; e,
 - Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.
-



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que o relatório de remunerações foi apresentado.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório de governo societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre o Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração a Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 22 de setembro de 2017 para um mandato compreendido entre 2018 e 2021. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de maio de 2022 para um segundo mandato compreendido entre 2022 e 2024.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 22 de abril de 2024.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

22 de abril de 2024

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)

representada por

Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão

(ROC n.º 1427 e registado na CMVM com o n.º 20161037)

SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Demonstrações Financeiras Separadas****Exercício de 2023**

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2023 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Separadas apresentadas pelo Conselho de Administração da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração da Sociedade e Directores. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respectiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não deparámos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, KPMG & Associados, SROC, S.A., acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, que merece o nosso acordo.
4. O Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços distintos de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais.

5. No exercício das nossas funções, verificámos que:
- a) a Demonstração separada dos resultados, a Demonstração separada da posição financeira, a Demonstração separada do rendimento integral, a Demonstração separada das alterações no capital próprio, a Demonstração separada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras separadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, tendo-se dado seguimento às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;
 - c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade;
 - d) O Relatório sobre o Governo Societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e teve em conta as recomendações do Código do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).
6. Somos do parecer que a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
7. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:
- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
 - b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Separadas;
 - c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

8. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da Empresa, bem como à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, KPMG & Associados, SROC, S.A..

9. Informamos que o presente Relatório e Parecer não se encontra assinado pela Vogal do Conselho Fiscal, Senhora Dr.^a Maria da Graça da Cunha Gonçalves, em virtude do seu falecimento no passado dia 12 de abril. O Conselho Fiscal lamenta com enorme pesar o falecimento da Senhora Dr.^a Maria da Graça da Cunha Gonçalves e enaltece as suas qualidades pessoais e a enorme dedicação e profissionalismo com que desempenhou as suas funções de Vogal do Conselho Fiscal da Sociedade desde a sua designação, em 24 de maio de 2018.

10. O Conselho Fiscal confirma que a Senhora Dr.^a Maria da Graça da Cunha Gonçalves teve um papel relevante no que respeita à elaboração e teor do presente Relatório e Parecer e acompanhou, no decorrer do exercício findo e no corrente ano, as actividades da Sociedade e do Conselho Fiscal, contribuindo significativamente para o cumprimento das atribuições e competências deste órgão.

Lisboa, 22 de abril de 2024

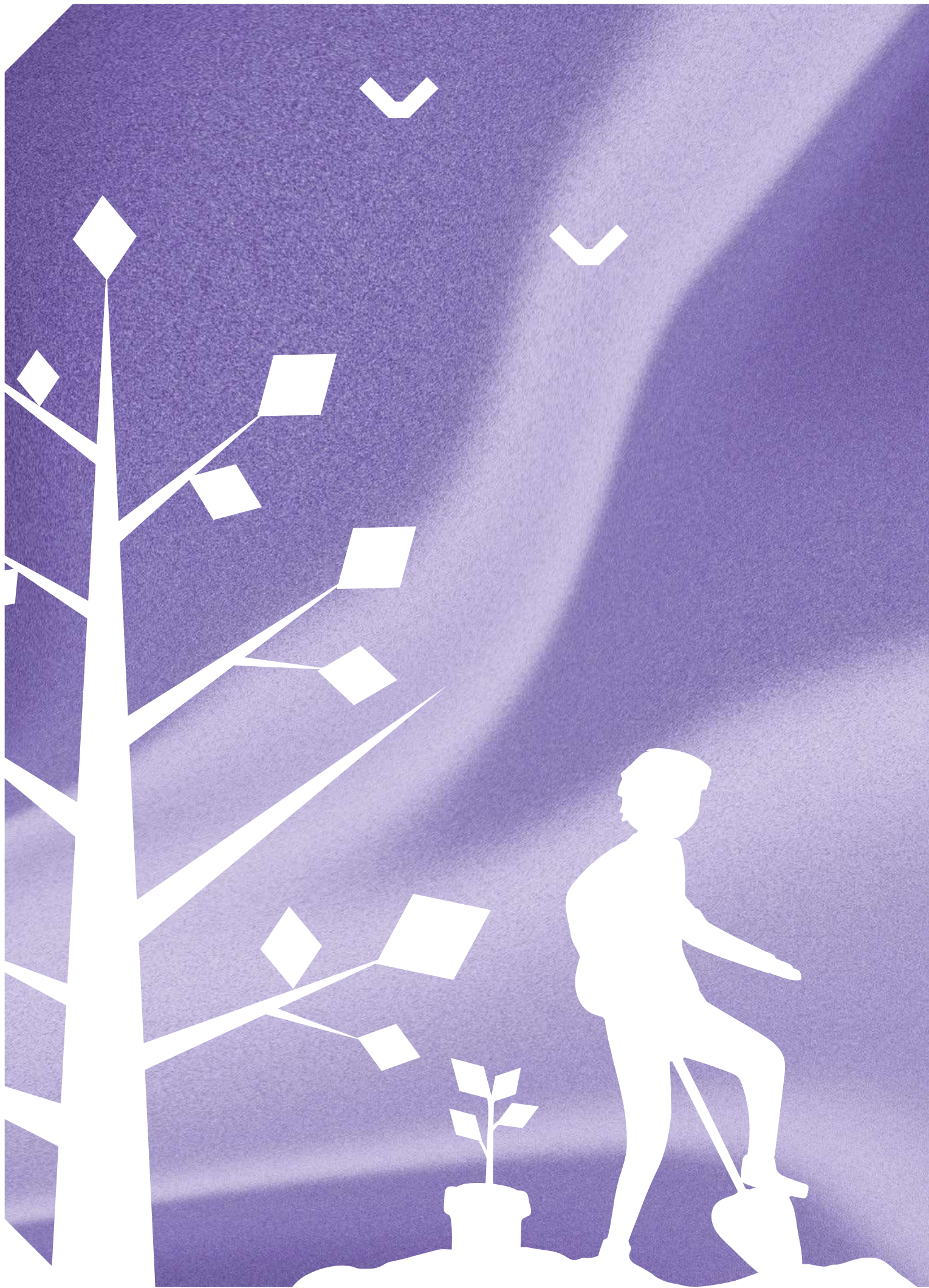
O Presidente do Conselho Fiscal,

José Manuel Oliveira Vitorino

O Vogal,

Gonçalo Nuno Palha Gaió Picão Caldeira

(Página intencionalmente deixada em branco)



**INFORMAÇÃO DE SUPORTE
DE SUSTENTABILIDADE**

09

ÍNDICE

9.1	INFORMAÇÃO DE SUPORTE DE SUSTENTABILIDADE	498
9.1.1	DIVULGAÇÕES GERAIS	498
9.1.2	DIVULGAÇÕES DE GOVERNANCE	499
9.1.3	DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS	499
9.1.4	DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS	506
9.1.5	DIVULGAÇÕES SOCIAIS	517
9.2	RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE	557

9.1 INFORMAÇÃO DE SUPORTE DE SUSTENTABILIDADE

9.1.1 DIVULGAÇÕES GERAIS

GRI 2: ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS DE RELATO

GRI 2-2: Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da Organização

No presente relato de sustentabilidade foram consideradas as Participadas The Navigator Company, Secil e ETSA, para além da Holding (que integra a Semapa Next). Não está a ser considerada a informação de sustentabilidade referente à Triangle's, cuja aquisição ocorreu em junho de 2023, apesar de esta empresa fazer parte do perímetro de consolidação financeiro. A Semapa tem uma participação numa *joint venture* – UTIS – que não faz parte do perímetro de consolidação financeiro, pelo que está também excluída do relato de sustentabilidade.

No que diz respeito à Participada Navigator, os indicadores estão consolidados em alinhamento com o perímetro do relato financeiro, com exceção dos grupos de indicadores indicados na tabela seguinte. As diferenças entre o perímetro considerado no relato de 2022 e o perímetro considerado no ano de 2023 devem-se essencialmente ao facto de, em 2023, se considerar, sempre que possível, informação sobre as atividades em Moçambique, assim como as atividades relativas à nova unidade industrial de *Tissue* (Ejea) em Espanha, adquirida em abril de 2023. O exercício de inclusão dos dados destas geografias encontra-se em curso, não estando ainda consolidado para a totalidade dos indicadores no presente relato. Para mais informação sobre o cálculo de cada um dos indicadores, devem ser consultadas as respetivas notas metodológicas.

Perímetro	Indicadores GRI
Operações em Portugal	2-21, 302-4, 304-1, 304-2, 304-3, 304-4, 305-5, 403-1,403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 403-8, 403-9, 403-10
Operações em Portugal e Moçambique	2-8, 202-1, 203-1, 401-3, 405-2
Operações em Portugal e Espanha*	301-1, 301-2, 302-1, 302-3, 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 305-7, 306-3, 306-4, 306-5
Operações em Portugal, Espanha* e Moçambique	303-1, 303-2, 303-3, 303-4, 303-5, 306-1, 306-2
Operações em Portugal, Moçambique e Escritórios Internacionais	2-7, 401-1, 404-1, 404-3, 405-1

*Inclui apenas a nova unidade industrial de Ejea.

No que diz respeito à Participada Secil, foi realizado o exercício de resumo dos indicadores GRI que são apenas reportados em algumas geografias, excluindo os restantes que foram relatados em todas as unidades.

Perímetro	Indicadores GRI
Operações em Angola, Brasil, Cabo Verde, Líbano, Portugal, Espanha, Tunísia	2-21, 301-1, 301-2
Operações em Angola, Brasil, Líbano, Portugal, Espanha, Tunísia	401-3
Operações em Angola, Brasil, Líbano, Portugal e Tunísia	305-1, 305-2, 305-4
Operações em Brasil, Líbano, Portugal, Tunísia	202-1
Operações em Brasil, Líbano, Portugal e Tunísia	305-7
Operações em Brasil, Portugal, Tunísia	201-4
Operações em Brasil, Cabo Verde, Portugal	405-2
Operações em Brasil e Portugal	308-1, 414-1
Operações em Portugal	304-1, 304-3, 308-2, 401-2, 414-2
Operações em Brasil	406-1

GRI 2-4: Reformulação de Informações

No sentido de melhor responder às normas GRI, em 2023 alguns indicadores do Grupo Semapa foram ajustados/atualizados face aos dados constantes no último relato de sustentabilidade. Alguns dos dados foram revistos com base em informação disponibilizada posteriormente à publicação do mesmo e devido ao exercício de uniformização de critérios de relato de indicadores entre a Holding e Participadas. No caso da Navigator, a integração de dados das operações em Moçambique também levou à reformulação de alguns indicadores.

Os indicadores sujeitos a reformulação de informações, são: 2-7; 2-8; 2-30; 303-3/4/5; 305-1; 305-2; 305-4; 305-5, 306-3/4/5; 401-1; 401-3; 403-8; 403-10; 404-1; 405-1. Remete-se para as respetivas notas metodológicas para mais informações.

9.1.2 DIVULGAÇÕES DE GOVERNANCE

GRI 2: GOVERNANCE

GRI 2-14: Papel do órgão de governança hierarquicamente mais elevado no relato de sustentabilidade

A aprovação do relato de sustentabilidade (incluindo tópicos materiais) é feita pelo Conselho de Administração. A Comissão Executiva revê o mesmo após o envio pela Comissão de Sustentabilidade. Se estiver de acordo envia para aprovação para o Conselho de Administração.

GRI 2-21: Rácio de compensação anual

O rácio de compensação anual da Holding, em 2023, foi de 15,36.

ESTRATÉGIAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS

GRI 2-27: Conformidade com leis e regulamentos

Não se registaram ocorrências significativas nem multas pagas resultantes de não conformidades com leis e/ou regulamentos.

ENVOLVIMENTO COM OS STAKEHOLDERS

GRI 2-28: Participação em associações

A Semapa Holding participa de forma ativa nas seguintes associações:

- AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
- Associação Business Roundtable Portugal
- Instituto Português de Corporate Governance
- Fórum para a Competitividade
- GRACE – Empresas Responsáveis – Associação

A estes acresce a participação, por parte das empresas do Grupo, noutras associações setoriais e na área da sustentabilidade, disponíveis nos respetivos relatórios de sustentabilidade (Navigator e Secil).

9.1.3 DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS

GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO

GRI 201-1: Valor económico direto gerado e distribuído (k€)

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Grupo Semapa	Valor Económico Gerado	2 228 306	3 287 321	2 912 102
	Receitas	2 228 306	3 287 321	2 912 102
	Valor Económico Distribuído	1 792 879	2 541 464	2 395 700
	Custos Operacionais	1 389 223	1 930 102	1 774 981
	Salários e benefícios dos Colaboradores	248 317	281 789	281 973
	Pagamentos a provedores de capital	125 027	274 823	174 192
	Impostos	28 019	52 303	162 305
	Investimentos na comunidade	2 294	2 446	2 249
	Valor Económico Acumulado	435 426	745 857	516 402

GRI 201-2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Número de licenças de emissão de CO ₂	620 805	574 123	494 851
	Valor de mercado (k€)	50 068	46 785	38 628
Secil	Número de licenças de emissão de CO ₂	2 349 520	2 326 945	2 370 341
	Valor de mercado (k€)	189 489	189 623	185 029

O Grupo Semapa está comprometido com a descarbonização das suas operações, estando a implementar roteiros de descarbonização das emissões em cada uma das Participadas. Estes roteiros apresentam-se como os principais planos do Grupo, não só para contribuir à escala possível para a descarbonização global e assim contribuir para uma maior estabilidade da rede energética, mas também para evitar custos associados a licenças de emissões.

O possível aumento do custo de aquisição de energia (combustíveis ou elétrica), associada à descarbonização da economia, é uma das implicações financeiras que o Grupo pode enfrentar nos próximos anos. Outra implicação financeira que o Grupo tem de ter em conta são os custos decorrentes dos custos incorridos através do mercado CELE, nomeadamente com as licenças de CO₂ (indicado na tabela acima). Se atualmente a ETSA não está abrangida pelo CELE, no futuro a legislação pode alterar, e pequenas instalações, atualmente não abrangidas, podem passar a pagar também pelas emissões de CO₂.

Remete-se para os relatórios das Participadas Navigator e Secil para mais informações.

GRI 201-3: Obrigações com planos de benefícios definidos e outros planos de reforma

Esta informação encontra-se disponível nos Relatório & Contas das respetivas Participadas.

GRI 201-4: Apoio financeiro recebido do governo (milhares de euros)

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Grupo Semapa	Incentivos fiscais/crédito (k€)	11 472	5 226	7 771
	Subsídios (k€)	562	13 413	13 931
	Apoios para pesquisa, desenvolvimento e investimento (k€)	2 560	1 533	2 800

GRI 202: PRESENÇA NO MERCADO**GRI 202-1: Rácio entre o salário mais baixo por género, comparado com o salário mínimo local**

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Masculino	1,07	1,13	1,09
	Feminino	1,07	1,13	1,09
Secil	Masculino	1,00	1,00	1,04
	Feminino	1,00	1,00	1,04
ETSA	Masculino	1,03	1,01	1,01
	Feminino	1,03	1,01	1,01
Holdings	Masculino	1,72	1,64	1,85
	Feminino	1,26	1,56	1,45

Nota 1: Os dados apresentados apenas dizem respeito a Portugal, considerando que é o país com maior número de trabalhadores (representando 75% do total do Grupo). Informações detalhadas para outras geografias onde a Navigator e Secil operam encontram-se disponíveis nos respetivos relatórios.

GRI 203: IMPACTES ECONÓMICOS INDIRETOS

GRI 203-1: Investimentos em infraestruturas e serviços assegurados

Ao nível do Grupo, não foram avaliados de forma sistemática os impactos económicos indiretos resultantes dos investimentos em infraestruturas e serviços. Os valores correspondentes ao investimento na comunidade estão apresentados no indicador 201-1.

GRI 203-2: Impactes económicos indiretos significativos

Ao nível do Grupo, não foram avaliados de forma sistemática os impactos económicos indiretos resultantes da sua atividade. Refira-se, no entanto, que, em 2023, o Grupo conta com 6 139 Colaboradores (GRI 2-7), tendo distribuído cerca de 282 milhões de euros em salários e benefícios (GRI 201-1). Além dos seus Colaboradores, as empresas do Grupo distribuem o seu volume de compras por alguns milhares de fornecedores, dos quais a maioria são nacionais, num valor superior a 2 milhões de euros (GRI 204-1). Estes números geram um impacto económico indireto, não só através do rendimento das famílias dos Colaboradores, mas também na geração indireta de emprego e rendimento para empresas e fornecedores particulares.

Saliente-se igualmente que a Navigator se posiciona como uma das maiores empresas portuguesas – representando cerca de 1%¹ do PIB² e ocupando o 3.º lugar² na lista das maiores empresas exportadoras em Portugal. Mais de 90% dos seus produtos são vendidos fora de Portugal, tendo como destino mais de 130 países. Pela incorporação na sua cadeia de valor de recursos endógenos naturais gerados pela floresta plantada e por criar rendimento e emprego no país, onde adquire a grande maioria da matéria-prima e dos serviços, ocupa o 1.º lugar na lista das empresas exportadoras com maior contributo para o Valor Acrescentado Nacional². Através das suas atividades são gerados mais de 30 000 empregos diretos, indiretos e induzidos³.

GRI 204: PRÁTICAS DE COMPRAS/ABASTECIMENTO

GRI 204-1: Proporção de despesas com fornecedores locais

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Número total de fornecedores	7 172	7 303	7 490
	Fornecedores locais (%)	74%	73%	73%
	Fornecedores estrangeiros (%)	26%	27%	27%
	Total de custos com fornecedores (k€)	1 382 341	1 934 460	1 793 052
	Compras efetuadas a fornecedores locais (%)	74%	72%	74%
	Compras efetuadas a fornecedores estrangeiros (%)	26%	28%	26%
Secil	Número total de fornecedores	7 759	5 771	5 698
	Fornecedores locais (%)	92%	89%	89%
	Fornecedores estrangeiros (%)	8%	11%	11%
	Total de custos com fornecedores (k€)	553 397	501 304	591 047
	Compras efetuadas a fornecedores locais (%)	78%	72%	65%
	Compras efetuadas a fornecedores estrangeiros (%)	22%	28%	35%
ETSA	Número total de fornecedores	864	938	969
	Fornecedores locais (%)	96%	94%	94%
	Fornecedores estrangeiros (%)	4%	6%	6%
	Total de custos com fornecedores (k€)	17 570	26 873	27 733
	Compras efetuadas a fornecedores locais (%)	98%	94%	94%
	Compras efetuadas a fornecedores estrangeiros (%)	2%	6%	6%

1 Estes valores não se encontram consolidados para o Grupo, referindo-se, a título indicativo, a soma das Participadas, pelo que poderão existir fornecedores comuns às diferentes empresas.

2 Fonte: Dados divulgados pelo INE referentes a 2021

3 Fonte: Estudo da KPMG – 2016

Holdings	Número total de fornecedores	223	240	279
	Fornecedores locais (%)	83%	88%	88%
	Fornecedores estrangeiros (%)	17%	12%	12%
	Total de custos com fornecedores (k€)	7 110	8 180	11 615
	Compras efetuadas a fornecedores locais (%)	87%	95%	96%
	Compras efetuadas a fornecedores estrangeiros (%)	13%	5%	4%
Grupo Semapa	Número total de fornecedores	16 018	14 252	14 722
	Fornecedores locais (%)	84%	81%	81%
	Fornecedores estrangeiros (%)	16%	19%	19%
	Total de custos com fornecedores (k€)	1 960 418	2 470 817	2 423 447
	Compras efetuadas a fornecedores locais (%)	76%	72%	72%
	Compras efetuadas a fornecedores estrangeiros (%)	24%	28%	28%

GRI 205: ANTICORRUPÇÃO

GRI 205-1: Operações submetidas a avaliação de riscos de corrupção

A Semapa Holding iniciou, em 2019, o desenvolvimento e a implementação de um sistema de gestão e controlo de riscos, aplicável a todo o Grupo, sendo que a descrição desse plano poderá ser encontrada de forma breve no presente documento e de forma mais detalhada no Relatório de Governo Societário. Acresce que, no âmbito do Grupo e considerando as alterações legislativas e regulamentares mais recentes, têm vindo igualmente a ser preparadas e desenvolvidas políticas e sistemas de controlo e prevenção de corrupção e infrações conexas.

No ano de 2023, no caso da Navigator, foram submetidas 15 operações concretas a avaliação de riscos de corrupção.

Consideram-se operações os departamentos da organização envolvidos em processos de contratação, pagamentos ou relações institucionais, identificados em sede do Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, de acordo com critérios de relevância em termos de risco de corrupção.

Consideram-se riscos significativos os identificados em sede do Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas como "altos" ou "críticos". Em 2023, não foram identificados riscos significativos de corrupção.

No caso da Secil, os riscos de corrupção são avaliados quando há denúncias de corrupção no Canal de Integridade, não se tendo registado em 2023 denúncias de corrupção.

GRI 205-2: Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

O Grupo Semapa tem desenvolvidos sistemas de gestão e controlo de riscos e comunicado aos seus Colaboradores o procedimento e as políticas de combate à corrupção.

Na Navigator, a Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas é a comunicada a todos Colaboradores, parceiros de negócio e restantes partes interessadas através da publicação nos sites de Intranet e Internet. Adicionalmente, o Grupo Navigator disponibiliza um conjunto de formações sobre Ética e Integridade a todos os seus Colaboradores, independentemente da localização ou função, em formato *e-learning*, através de plataformas digitais. Em 2023, a Navigator desenvolveu uma formação específica em matéria de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas. No total foram abrangidos 2 227 Colaboradores por formação em anticorrupção.

No caso da Secil, a Política de Prevenção de Corrupção foi desenvolvida e aprovada em 2023.

De referir ainda que no âmbito do Grupo Semapa estão implementados desde 2022, canais de Denúncias de irregularidades (*whistleblowing*), incluindo de qualquer alegada violação de normas comunitárias, disposições legais, regulamentares e/ou estatutárias e com garantia de anonimato e confidencialidade dos denunciante, tendo sido igualmente atualizados os respetivos processos e regulamentos de comunicação de irregularidades no seio do Grupo.

GRI 205-3: Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

No ano de 2023 não houve registo de qualquer caso de corrupção envolvendo as empresas do Grupo Semapa.

No caso da Navigator, na sequência dos eventos ocorridos nos anos de 2020 e de 2021, sustentados na investigação criminal de 2020 relativa à alegada corrupção na atividade de receção de madeira de um dos nossos centros fabris, que levou ao despedimento com justa causa dos trabalhadores envolvidos naquela atividade, continuam em curso processos judiciais nas jurisdições laboral e penal. Com efeito, durante ano de 2023 e decorrente da referida investigação, a Navigator continuou a acompanhar, nos competentes juízos do trabalho, as ações de impugnação judicial da regularidade e licitude dos despedimentos de 28 trabalhadores, sendo que, até à presente data, não existiram desenvolvimentos adicionais dos ditos processos. Por outro lado, no foro penal, a Navigator, enquanto assistente, acompanhou a fase de instrução do referido processo, tendo resultado da mesma um despacho de pronúncia e de confirmação do prosseguimento dos autos para a fase de julgamento.

GRI 206: CONCORRÊNCIA DESLEAL

GRI 206-1: Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de antitrust e monopólio

Foi instaurado contra Portugal (em particular no caso vertente contra a The Navigator Company, S.A. enquanto a única produtora nacional) pelo Department of Commerce dos Estados Unidos da América um processo *antidumping* que teve início em 21 de janeiro de 2014 quando um grupo de produtores de papel de escritório norte-americanos e um conjunto de sindicatos da indústria entregou uma queixa tendente à investigação de alegadas práticas de *dumping* nas importações de papel de diversos formatos provenientes de cinco países, nomeadamente Austrália, Brasil, China, Indonésia e Portugal.

Atualmente e por efeito deste processo, às exportações de Portugal para os Estados Unidos de determinados tipos de papel comercializados pela Navigator aplica-se uma taxa *antidumping*, sendo numa primeira fase efetuados depósitos junto da alfândega, os quais estão sujeitos a ajustes posteriores, à medida da publicação de novas decisões pelo Department of Commerce.

Em meados de 2022, foi determinada a taxa final do 5.º período de revisão (2020-2021), a qual foi fixada em 5,81%. A determinação desta taxa de forma final levou ao pagamento pela Navigator de montantes adicionais face aos depósitos inicialmente efetuados, processo que ficou concluído em março de 2023. Em agosto de 2023, foi determinada a taxa final do 6.º período de revisão (2021-2022), a qual foi fixada em 7,11%. É essa também a taxa que está a ser utilizada para os depósitos que a Navigator tem que ir fazendo em cada importação, embora sujeitos a ajustes posteriores, em função das taxas efetivas calculadas em períodos subsequentes.

A Semapa, Secil e ETSA não estiveram sujeitas a ações legais por comportamento anticoncorrencial, concorrência desleal ou prática de monopólio.

GRI 207: TRIBUTAÇÃO

GRI 207-1: Abordagem fiscal

No âmbito da atividade desenvolvida pelas empresas que integram o Grupo Semapa, estas incorrem numa multiplicidade de impostos, taxas e contribuições, constituindo o Grupo um importante contribuinte para as receitas do Estado em Portugal e, desta forma, para o cumprimento dos objetivos sociais e desenvolvimento nacional. Assim, a política fiscal tem um impacto significativo no tecido empresarial, afetando toda a cadeia de valor do Grupo.

A **Política Fiscal do Grupo Semapa** está alinhada com a estratégia empresarial de desenvolvimento do Grupo, definida de acordo com a substância económica da sua atividade. Razão pela qual o tratamento fiscal das transações do grupo é realizado em resposta à sua atividade económica, sendo que as implicações fiscais dessas mesmas transações são apenas uma de entre as múltiplas razões económicas a considerar nas decisões de gestão do Grupo Semapa.

A política fiscal é analisada e aprovada anualmente pela Comissão Executiva e Conselho de Administração. São realizadas reuniões regulares com CFO – Chief Financial Officer para análise da implementação da política fiscal do Grupo Semapa.

GRI 207-2: Governação fiscal, controlo e gestão de risco

A **Política Fiscal do Grupo Semapa** está alinhada com a estratégia empresarial de desenvolvimento do grupo pelo que essa política é definida de acordo com a substância económica da sua atividade. O CFO – Chief Financial Officer é responsável pela conformidade da política fiscal. Para a identificação, gestão e monitorização dos riscos fiscais é feita a interligação com a Direção responsável pela identificação de riscos gerais da empresa e a sua monitorização regular em conjunto com a Direção de Fiscalidade.

A conformidade com a estrutura de governança e controlo fiscal é avaliada regularmente junto do CFO e anualmente ao nível do Conselho de Administração.

O reporte de preocupações com os comportamentos antiéticos ou ilícitos e com a integridade da organização em relação a impostos é feito através de relato direto ao CFO e responsável pela auditoria interna da empresa.

A Direção de Fiscalidade prepara memorandos para análise de transações com materialidade, bem como a revisão interna das declarações periódicas de rendimentos para verificação do cumprimento da política fiscal de empresa.

GRI 207-3: Envolvimento dos stakeholders e gestão das questões relacionadas com a tributação

O Grupo Semapa apresenta uma postura de diálogo proativa com a Autoridade Tributária (AT), em particular com equipas da Unidade dos Grandes Contribuintes, (quer ao nível da inspeção como justiça tributária), e através da apresentação de Pedidos de Informação Vinculativa em matérias em que existam dúvidas sobre a aplicação da legislação fiscal.

Adicionalmente, apresenta uma participação ativa através de Colaboradores da empresa/Grupo em organizações como o Fórum dos Grandes Contribuintes sob a égide da AT e participações em diversas associações e respetivas secções fiscais (como a Business Roundtable Portugal, a Associação de Emitentes (AEM) ou a Associação Fiscal Portuguesa), bem como participação ativa em iniciativas académicas dos Colaboradores – quer como palestrantes, quer como participantes (como o IDEFF da Faculdade de Direito de Lisboa, a Católica Tax da Universidade Católica Portuguesa, a nível nacional, e a WU Wien e o International Tax Center de Leiden a nível internacional). A participação ativa ao nível das associações e instituições académicas permite um contacto próximo com *stakeholders* internos e externos, nos quais a opinião e estratégia fiscal do Grupo é confrontada, discutida e desenvolvida em discussão com essas partes interessadas.

GRI 207-4: Relato por país

No que respeita à distribuição geográfica pelo mundo da sua pegada tributária (*tax footprint*), ao nível do imposto sobre o rendimento de sociedades (IR), com os últimos dados agregados disponíveis em 2023 obtidos no cumprimento das obrigações declarativas do *country by country tax reporting* do grupo, apurados numa lógica de *cash flow basis*, verifica-se que o Grupo Semapa suportou um montante total de 89,4M€, geograficamente discriminado na tabela abaixo, que inclui as duas jurisdições fiscais Portugal e Espanha, identificando o pagamento de impostos sobre o rendimento por jurisdição/país:

Valores em Euro

Jurisdição fiscal		Imposto sobre o rendimento pago (numa base de caixa) 2021	Imposto sobre o rendimento pago (numa base de caixa) 2022	% Imposto sobre o rendimento pago (numa base de caixa) 2022
AO	Angola	0	143 258	0,16%
AT	Áustria	11 279	4 268	0,00%
BR	Brasil	8 512 628	11 975 032	13,39%
CV	Cabo Verde	462 247	365 620	0,41%
DE	Alemanha	20 836	2 405	0,00%
EG	Egito	2 176	2 000	0,00%
ES	Espanha	1 172 971	347 287	0,39%
FR	França	32 620	26 322	0,03%
GB	Reino Unido	306 101	0	0,00%
IE	Irlanda	375 032	220 107	0,25%
IT	Itália	17 380	17 087	0,02%
LB	Líbano	29 015	22 089	0,02%
MA	Marrocos	1 592	1 621	0,00%
MX	México	6 692	8 737	0,01%
MZ	Moçambique	1 016	1 488	0,00%
NL	Países Baixos	202 841	98 048	0,11%
PL	Polónia	2 945 849	1 964	0,00%
PT	Portugal	25 918 413	73 587 879	82,31%
TN	Tunísia	771 906	1 427 688	1,60%
TR	Turquia	4 353	12 310	0,01%
UAE	Emirados Árabes Unidos	0	0	0,00%
US	Estados Unidos da América	306 846	1 137 557	1,27%
ZA	África do Sul	0	0	0,00%
Total		41 101 793	89 402 767	100%

No contexto do cumprimento das obrigações declarativas do *country by country tax reporting* apresentado pelo Grupo, evidencia-se que, em 2022, o Grupo procedeu ao pagamento em Portugal de 82,31% do IRC global suportado entre as 23 jurisdições onde se encontra representado societariamente.

9.1.4 DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

GRI 301: MATERIAIS

GRI 301-1: Consumo total de materiais usados por peso ou volume (t)

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Renováveis	4 558 516	4 619 939	4 251 275
	Não renováveis	506 399	536 904	462 940
	Subtotal	5 064 915	5 156 843	4 714 215
Secil	Renováveis	18 241	61 442	46 822
	Não renováveis	18 769 901	17 343 204	17 494 798
	Subtotal	18 788 142	17 404 646	17 541 620
ETSA	Renováveis	135 500	142 656	153 497
	Não renováveis	-	-	-
	Subtotal	135 500	142 656	153 497
Grupo Semapa	Renováveis	4 712 257	4 824 037	4 451 594
	Não renováveis	19 276 300	17 880 108	17 957 738
	Total	23 988 557	22 704 145	22 409 332

Nota 1: Os materiais renováveis na Navigator contemplam: madeira, amido, fibra de eucalipto, fibra longa, fibra reciclada, e papel de embalagem. Os materiais não renováveis contemplam os produtos químicos (i.e. hidróxido de sódio, clorato de sódio, ácido sulfúrico, entre outros).

Nota 2: Os dados de 2023 englobam as atividades da Navigator em Portugal e Espanha (Ejea). Os dados dos anos anteriores apenas incluem Portugal.

Nota 3: Os materiais reportados pela Secil neste indicador dizem respeito às matérias-primas consumidas nos processos de produção e, no caso da Madeira (Portugal), no terminal de cimento, para os anos de 2021, 2022 e 2023, foram também reportados os materiais de embalagem.

Nota 4: Na Secil para o ano de 2023, na Área de Negócio dos Materiais de Construção, foram consideradas as matérias-primas para a produção de betão, tanto compradas externamente como o produzido internamente pela Área de Negócio do Cimento. Para os anos de 2021 e 2022 foi considerado apenas o cimento comprado externamente.

GRI 301-2: Utilização de materiais reciclados (%)

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Total de materiais usados	1 282 318	1 344 105	1 076 092
	Materiais reciclados	201	84	0
	Materiais reciclados utilizados (%)	0,02%	0,01%	0,00%
Secil	Total de materiais usados	18 788 142	17 404 646	17 541 620
	Materiais reciclados	997 523	694 684	878 397
	Materiais reciclados utilizados (%)	5,31%	3,99%	5,01%
ETSA	Total de materiais usados	135 500	142 656	153 497
	Materiais reciclados	135 500	142 656	153 497
	Materiais reciclados utilizados (%)	100%	100%	100%

Nota 1: Na Navigator o cálculo considera a quantidade de fibra reciclada face ao total de fibra utilizada. Os dados de 2023 englobam as atividades da Navigator em Portugal e Espanha (Ejea). Os dados de anos anteriores apenas incluem Portugal.

Nota 2: Na Secil os materiais reciclados considerados incluem, por exemplo, cinzas, pneus, escória, pó de filtro e combustíveis derivados de resíduos.

GRI 302: ENERGIA

GRI 302-1: Consumo de energia dentro da organização (GJ)

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Consumo de energia não renovável	9 811 472	9 825 584	7 788 102
	Consumo de energia renovável	31 962 573	31 802 148	31 688 941
	Consumo de energia adquirida	4 651 165	4 910 655	5 400 128
	Energia vendida	5 178 509	5 372 917	5 130 339
	Subtotal	41 246 701	41 165 471	39 746 832
Secil	Consumo de energia não renovável	16 519 257	13 423 212	12 874 331
	Consumo de energia renovável	305 704	1 242 167	679 434
	Consumo de energia adquirida	2 119 988	1 917 994	3 031 990
	Energia vendida	-	-	-
	Subtotal	18 944 949	16 583 373	16 585 756
ETSA	Consumo de energia não renovável	143 952	116 539	99 066
	Consumo de energia renovável	268 724	303 299	358 118
	Consumo de energia adquirida	30 841	33 821	36 443
	Energia vendida	-	-	-
	Subtotal	443 517	453 659	493 627
Holdings	Consumo de energia não renovável	1 308	1 281	1 340
	Consumo de energia renovável	-	-	-
	Consumo de energia adquirida	400	495	585
	Energia vendida	-	-	-
	Subtotal	1 708	1 776	1 925
Grupo Semapa	Consumo de energia não renovável	26 475 989	23 366 616	20 762 839
	Consumo de energia renovável	32 537 001	33 347 614	32 726 493
	Consumo de energia adquirida	6 802 394	6 862 965	8 469 146
	Energia vendida	5 178 509	5 372 917	5 130 339
	Total	60 636 875	58 204 278	56 828 139

Nota 1: Para a Navigator, a energia renovável primária consumida, inclui, desde 2021, a energia elétrica produzida nas centrais solares fotovoltaicas. Em 2022 os dados de energia passaram a contabilizar os consumos de gasolina e propano de outras instalações da Empresa, assim como os combustíveis da frota.

Nota 2: Para a Navigator, em 2021 e 2022, os dados referem-se apenas a Portugal. Em 2023 passaram a estar incluídas também as atividades da Navigator em Espanha (Ejea).

Nota 3: Para a Secil, nos anos de 2022 e 2023, o consumo de combustíveis de fontes renováveis diz respeito apenas a Portugal, por ser a única geografia onde foi possível separar a fração fóssil e a biogénica, obtendo-se dessa forma a fração de energia renovável e não renovável.

GRI 302-3: Intensidade energética (TJ/ Volume negócios M€)

Empresa/ Participada		2021	2022	2023
Navigator	Consumo de energia dentro da organização (GJ)	46 425 210	46 538 387	44 877 171
	Volume de negócios (M€)	1 596	2 465	1 953
	Intensidade energética (TJ/ Volume negócios M€)	29,1	18,9	23,0
Secil	Consumo de energia dentro da organização (GJ)	18 944 949	16 583 373	16 585 756
	Volume de negócios (M€)	496	603	693
	Intensidade energética (TJ/ Volume negócios M€)	38,2	27,5	23,9
ETSA	Consumo de energia dentro da organização (GJ)	443 517	453 659	493 627
	Volume de negócios (M€)	40	55	48
	Intensidade energética (TJ/ Volume negócios M€)	11,1	8,3	10,3
Grupo Semapa	Consumo de energia dentro da organização (GJ)	65 813 676	63 575 419	61 956 553
	Volume de negócios (M€)	2 132	3 122	2 706
	Intensidade energética (TJ/ Volume negócios M€)	30,9	20,4	22,9

Nota 1: Os consumos energéticos da Semapa Holding consideram-se imateriais, motivo pelo qual não foram contabilizados no cálculo do indicador da intensidade.

Nota 2: No caso da Navigator, o cálculo da intensidade energética por volume de negócios teve em consideração o consumo de energia por fontes primárias e a energia elétrica adquirida. Os dados de 2023 incluem as atividades relativas à fábrica de *tissue* de Ejea, integrada no grupo Navigator a partir de abril 2023.

Nota 3: Para a Secil, o cálculo da intensidade energética por volume de negócios teve em consideração o consumo total de energia da organização.

GRI 302-3: Intensidade energética – Indicadores específicos de atividade

Empresa/ Participada		2021	2022	2023
Navigator	Intensidade energética (GJ/t produzida)	12,50	12,00	12,80
Secil	Intensidade energética (GJ/t produzida de produto cimentício)	3,44	3,23	3,35
ETSA	Intensidade energética (GJ/t de matéria-prima recolhida e transformada)	3,27	3,18	3,25

Nota 1: O cálculo da intensidade energética teve em consideração o consumo de energia por fontes primárias (excluindo a energia das Centrais Termoelétricas a Biomassa – CTB) e a quantidade total de produtos fabricada. A energia utilizada pelas CTB está incluída no total de energia consumida, contudo, estes valores não são contabilizados no cálculo da intensidade energética, uma vez que este consumo não está afeto ao processo produtivo.

Nota 2: Na Secil, o cálculo da intensidade energética – indicadores específicos de atividade – teve em consideração o consumo total de energia na Área de Negócio do Cimento e a produção de produtos cimentícios.

GRI 302-4: Redução do consumo de energia (GJ)

Empresa/ Participada		2021	2022	2023
Navigator		51 184	65 682	5 604
Secil		-	-	-
ETSA		20 350	34 284	17 578

Nota 1: Na Navigator, o cálculo das reduções do consumo de energia tem por base os projetos de eficiência energética concluídos em cada ano de relato. Os valores são calculados para um ano de operação, com base em informação de projeto, segundo metodologia validada no âmbito do Sistema de Gestão de Energia, certificado pela ISO 50001. Estes dados incluem as atividades em Portugal.

Nota 2: No caso da ETSA, uma paragem prolongada realizada para fins de manutenção preventiva, ocorrida no início de 2023, na IVEB (Instalação de Valorização Energética a Biomassa), resultou numa melhoria da fiabilidade dos equipamentos ao longo do ano, dispensando o uso de combustíveis fósseis para a produção de vapor, nomeadamente ecoslops e fuelóleo. Adicionalmente, a aposta numa condução mais eficiente e a aquisição de novas viaturas levou a uma redução do consumo de gasóleo.

GRI 303: ÁGUA E EFLUENTES

GRI 303-3: Captação de Água (m³)

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Superficial	38 894 889	36 418 849	35 137 592
	Subterrânea	26 915 968	27 009 359	26 620 000
	Adquirida a terceiros	86 038	75 125	231 451
	Produzida	0	0	0
	Subtotal	65 896 895	63 503 333	61 989 043
Secil	Superficial	200 932	250 507	222 312
	Subterrânea	1 327 475	1 192 938	1 459 701
	Adquirida a terceiros	172 197	190 145	297 782
	Produzida	0	0	0
	Subtotal	1 700 604	1 633 590	1 979 796
ETSA	Superficial	0	0	0
	Subterrânea	77 395	82 031	97 971
	Adquirida a terceiros	2 470	19 335	22 558
	Produzida	45 061	45 837	49 269
	Subtotal	124 926	147 203	169 798
Holdings	Superficial	0	0	0
	Subterrânea	0	0	0
	Adquirida a terceiros	670	762	629
	Produzida	0	0	0
	Subtotal	670	762	629
Grupo Semapa	Superficial	39 095 821	36 669 357	35 359 904
	Subterrânea	28 320 838	28 284 328	28 177 672
	Adquirida a terceiros	261 375	285 367	552 420
	Produzida	45 061	45 837	49 269
	Total	67 723 095	65 284 888	64 139 266

Nota 1: No caso da Navigator incluem as captações de água relativas à fábrica de *tissue* de Ejea, integrada no Grupo Navigator a partir de abril de 2023. O volume total de água consumido para 2023, passou a incluir as operações florestais (em Moçambique e Portugal) e os valores de 2021 e 2022 também foram atualizados neste sentido. Os dados de Moçambique incluem apenas as operações de viveiros e não se encontram disponíveis para 2021.

Nota 2: Os dados da Secil relativos ao ano de 2022 foram atualizados de acordo com auditoria externa realizada após a publicação do relato de sustentabilidade de 2022. Adicionalmente, a água captada nas pedreiras passou a ser considerada água superficial, em vez de água produzida, dado que se acumula naturalmente nas pedreiras, não resultando de um processo produtivo. Os dados de 2021 e 2022 foram ajustados para refletir esta recategorização.

Nota 3: Para a ETSA, a água produzida corresponde a água evaporada resultante do processamento de matéria-prima.

No que diz respeito a áreas de *stress* hídrico, identificam-se as captações realizadas no Líbano e Tunísia pela Participada Secil, pelo que se apresentam os dados correspondentes à soma destas duas geografias (dados igualmente contabilizados nos valores reportados na tabela anterior).

Empresa/ Participada		2021	2022	2023
Secil	Superficial	-	0	0
	Subterrânea	-	241 800	316 109
	Adquirida a terceiros	-	25 120	0
	Produzida	-	0	28 836
	Total	-	266 920	344 945

Nota: Não foi possível apurar os dados de captação de água em áreas de *stress* hídrico para o ano de 2021.

GRI 303-4: Descarte de água (m³)

Empresa/ Participada	2021	2022	2023
Navigator	54 301 834	52 160 502	48 609 947
Secil	375 713	160 620	167 538
ETSA	96 349	98 622	109 717
Holdings	603	686	566
Grupo Semapa	54 774 499	52 420 430	48 887 768

Nota 1: Para a Navigator os níveis de tratamento utilizado em cada fábrica são aqueles que respondem às exigências legais espelhadas nas Licenças de Descarga de cada unidade industrial e incorporam as Melhores Técnicas Disponíveis (MTDs) para o setor, de acordo com a Decisão de Execução da Comissão n.º 2014/687/UE, de 26 de setembro de 2014, que estabelece os Níveis de Emissões Associados às Melhores Técnicas Disponíveis (NEAMTD). De referir que os dados de 2023 incluem as descargas de água relativas à fábrica de *tissue* de Ejea, integrada no Grupo Navigator a partir de abril de 2023.

Nota 2: Para a Secil os dados relativos ao ano de 2022 foram atualizados de acordo com auditoria externa realizada após a publicação do relato de sustentabilidade de 2022.

Nota 3: Na ETSA, os efluentes tratados incluem a água evaporada resultante do processamento de matéria-prima, após o processo de condensação nos aerocondensadores.

Nota 4: No caso da Holding, para o cálculo do descarte de água foi utilizado um fator de afluência à rede de 0,90, uma vez que apenas é utilizada água nos escritórios. Para tal, utilizou-se como referência o artigo 123.º do Decreto Regulamentar nº 23/95, de 23 de agosto.

No que diz respeito a áreas de *stress* hídrico, identificam-se as captações realizadas no Líbano e Tunísia pela Participada Secil, pelo que se apresentam os dados correspondentes à soma do descarte de água destas duas geografias (dados igualmente contabilizados nos valores reportados na tabela anterior).

Empresa/ Participada	2021	2022	2023
Secil	-	90 067	98 628

GRI 303-5: Consumo de Água (m³)

Empresa/ Participada	2021	2022	2023
Navigator	11 595 061	11 342 831	13 377 869
Secil	1 324 892	1 472 970	1 812 258
ETSA	28 577	48 581	60 081
Holdings	67	76	63
Grupo Semapa	12 948 596	12 864 458	15 250 271

Nota 1: Grande parte da água captada pelas unidades industriais da Navigator, bem como a água que é introduzida nos processos produtivos pelas matérias-primas (madeira e produtos químicos), é devolvida ao ambiente na forma de efluente tratado e na forma de vapor. Uma parte da água utilizada acompanha os produtos e resíduos processuais produzidos pelas várias unidades industriais. Com base na metodologia descrita na norma 303-5, o volume de água consumida corresponde ao diferencial entre o volume de água captado e o volume de água descarregado. Note-se que, neste valor, não se encontra contabilizada a água descarregada sob a forma de vapor pois, apesar de não ser mensurável, é de facto devolvida ao ambiente. O volume total de água consumido para 2023 passou a incluir as operações florestais (em Moçambique e Portugal) e os valores de 2021 e 2022 também foram atualizados neste sentido. Os dados de Moçambique incluem apenas as operações dos viveiros e não se encontram disponíveis para o ano de 2021. Os dados de 2023 passaram igualmente a incluir a fábrica de *tissue* de Ejea, integrada no Grupo Navigator a partir de abril de 2023.

Nota 2: Os dados relativos ao ano de 2022 para a Secil foram atualizados de acordo com auditoria externa realizada após a publicação do relato de sustentabilidade de 2022.

Nota 3: No caso da Holding, os valores foram obtidos através da consulta das faturas mensais, sendo que a maioria corresponde a valores estimados. Apenas 30% dos valores correspondem a leituras reais.

No que diz respeito a áreas de *stress* hídrico, identificam-se as captações realizadas no Líbano e Tunísia pela Participada Secil, pelo que se apresentam os dados correspondentes à soma do consumo de água destas duas geografias (dados igualmente contabilizados nos valores reportados na tabela anterior).

Empresa/ Participada	2021	2022	2023
Secil	-	176 853	246 317

Nota: Não foi possível apurar os dados de consumo de água em áreas de *stress* hídrico para o ano de 2021.

GRI 304: BIODIVERSIDADE

GRI 304-1: Instalações operacionais pertencentes, arrendadas, administradas, ou próximas de áreas protegidas, ou em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas (ha)

Empresa/ Participada	2021	2022	2023
Navigator	53 563	53 738	56 684
Secil	491	491	491
Grupo Semapa	54 054	54 229	57 175

Nota: A Secil considerou fez a avaliação das áreas protegidas com base na rede nacional de áreas protegidas de Portugal e com a ferramenta IBAT (Integrated Biodiversity Assessment Tool).

GRI 304-3: *Habitats* protegidos ou recuperados

A Navigator em 2023 foi responsável pela proteção e restauro de 4 611 ha de *habitats*. Por outro lado, a Secil é responsável pela recuperação de 56 hectares de *habitat* em Portugal.

GRI 304-4: Espécies na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conversação das espécies, com *habitats* em áreas afetadas por operações

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Criticamente em perigo	4	5	5
	Em perigo	13	13	17
	Vulnerável	36	39	43
	Quase ameaçada	21	24	26
	Pouco preocupante	182	195	192

Nota: Este indicador é respondido apenas tendo em conta os dados relativos à Navigator.

GRI 305: EMISSÕES

GRI 305-1: Emissões diretas de GEE (Âmbito 1) (tCO₂e)

Empresa/ Participada	2021	2022	2023
Navigator	584 090	592 428	509 494
Secil	3 593 774	3 269 719	3 223 163
ETSA	11 835	9 965	8 734
Holding	---	---	99
Grupo Semapa	4 189 699	3 872 113	3 741 489

Nota 1: Na Navigator foram seguidas as *guidelines* do GHG Protocol. O valor considerado de ano base (2018) para o cálculo das emissões diretas de CO₂, no eixo Clima e Natureza, é de 774 464 t CO₂, que corresponde às emissões verificadas no âmbito do CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissão. Desde o exercício de 2020 que a Navigator adotou a metodologia do GHG Protocol, o que se traduziu num inventário mais completo de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), passando-se a contabilizar novas categorias de emissões, para além daquelas que eram já reportadas em âmbito do CELE.

Nota 2: Para a Navigator, os dados de 2022, incluindo as emissões de âmbito CELE, os gases fluorados, as emissões da frota, o metano e o óxido nitroso, foram atualizados, incorporando a verificação CELE ocorrida posteriormente à publicação do Relatório de Sustentabilidade de 2022, informações não disponíveis anteriormente, e atualização dos Potenciais de Aquecimento Global (GWP) publicados pelo IPCC.

Nota 3: O inventário de âmbito 1 não considera os escritórios internacionais nem Moçambique, devido à baixa significância dos dados (inferiores a 0,2%). Os dados de 2023, incluem as atividades relativas à fábrica de *tissue* de Ejea, integrada no Grupo Navigator a partir de abril 2023.

Notas 4: Os dados reportados pela Secil neste indicador dizem respeito a emissões de CO₂ e consideram apenas a Área de Negócio do Cimento nas geografias Portugal (Maceira, Outão e Pataias Branco), Angola (Lobito), Brasil (Adrianópolis e Pomerode), Líbano (Sibline) e Tunísia (Gabès). As emissões de CO₂ foram calculadas de acordo com a metodologia do protocolo GCCA. Os fatores de emissão utilizados para o cálculo das emissões de Âmbito 1 de Portugal são os mais recentes. Os fatores de emissão utilizados para o cálculo das emissões de Âmbito 1 das restantes geografias são do relatório do IPCC datado de 2006. Os dados relativos aos anos de 2021 e 2022 foram atualizados de acordo com as auditorias externas realizadas após a publicação do RS 2022.

Nota 5: Os dados da ETSA de 2021 e 2022 foram atualizados com os dados de gás natural da Tribérica, que não estavam disponíveis à data de publicação do relatório de 2022.

Nota 6: A Holding passou a reportar este indicador pela primeira vez em 2023, relativo aos dados da frota.

GRI 305-2: Emissões indiretas (Âmbito 2) de GEE resultantes da energia adquirida (tCO₂) (Método baseado no mercado)

Empresa/ Participada	2021	2022	2023
Navigator	246 860	307 355	317 389
Secil	168 809	135 044	142 525
ETSA	1 554	2 037	2 045
Grupo Semapa	417 223	444 436	461 959

Nota 1: As emissões *market-based* estão a ser reportadas com base nos fatores de emissão dos comercializadores.

Nota 2: Para a Navigator as emissões de 2022 *market-based* foram revistas com base em informação disponibilizada posteriormente à publicação do relato de sustentabilidade de 2022. As emissões *market-based* consideram os fatores de emissão dos comercializadores bem como o fornecimento de 115 GWh/ano no âmbito de um contrato PPA – Power Purchase Agreement, com fornecimento de energia 100% renovável. Os valores de 2023 são provisórios, uma vez que os valores finais dos fatores de emissão ainda não estão disponíveis. O inventário de âmbito 2 não considera os escritórios internacionais nem Moçambique, devido à baixa significância dos dados (inferiores a 0,02%). Os dados de 2023 incluem as emissões relativas à fábrica de *tissue* de Ejea, integrada no grupo Navigator a partir de abril 2023.

Nota 3: Os dados reportados pela Secil neste indicador dizem respeito a emissões de CO₂ e consideram apenas a Área de Negócio do Cimento nas geografias Portugal (Maceira, Outão e Pataias Branco), Angola (Lobito), Brasil (Adrianópolis e Pomerode), Líbano (Sibline) e Tunísia (Gabès). Os dados relativos aos anos de 2021 e 2022 foram atualizados de acordo com as auditorias externas realizadas após a publicação do relato de sustentabilidade de 2022.

GRI 305-2: Emissões indiretas (Âmbito 2) de GEE resultantes da energia adquirida (tCO₂) (Método baseado em localização)			
Empresa/ Participada	2021	2022	2023
Navigator	---	---	234 597
Secil	---	---	129 552
ETSA	---	---	1 545
Holdings	---	---	25
Grupo Semapa	---	---	365 720

Nota 1: Foram utilizados os fatores de emissão da International Energy Agency (IEA) para o cálculo das emissões de âmbito 2 (*location-based*). Os dados de 2023 foram calculados considerando o fator de emissão de 2022 (provisional). As emissões reportadas de acordo com o método baseado na localização passaram a ser incluídas no relato de sustentabilidade do Grupo Semapa a partir de 2023.

Nota 2: Na Navigator, o inventário de âmbito 2 não considera os escritórios internacionais nem Moçambique, devido à baixa significância dos dados (inferiores a 0,02%). Os dados de 2023 incluem as emissões relativas à fábrica de *tissue* de Ejea, integrada no Grupo Navigator a partir de abril 2023.

Nota 3: Os dados reportados neste indicador dizem respeito a emissões de CO₂ e consideram apenas a Área de Negócio do Cimento nas geografias Portugal (Maceira, Outão e Pataias Branco), Angola (Lobito), Brasil (Adrianópolis e Pomerode), Líbano (Sibline) e Tunísia (Gabès). Nos anos de 2021 e 2022 foram também consideradas as emissões de CO₂ da unidade de Pataias Cinzento, em Portugal.

Nota 4: A Holding passou a reportar este indicador pela primeira vez em 2023. Contempla consumos de eletricidade dos escritórios e da frota.

GRI 305-4: Intensidade de emissões de GEE (tCO₂e/volume de negócios M€)				
Empresa/ Participada		2021	2022	2023
Navigator	Emissões de GEE (Âmbito 1+2) (tCO ₂ e)	830 950	899 783	826 883
	Volume de negócios (M€)	1 596	2 465	1 953
	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/volume de negócios M€)	520,7	365,1	423,3
Secil	Emissões de GEE (Âmbito 1+2) (tCO ₂ e)	3 762 583	3 404 763	3 365 687
	Volume de negócios (M€)	496	603	693
	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/volume de negócios M€)	7 587,4	5 646,4	4 854,6
ETSA	Emissões de GEE (Âmbito 1+2) (tCO ₂ e)	13 389	12 002	10 779
	Volume de negócios (M€)	40	55	48
	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/volume de negócios M€)	334,7	219,8	224,1
Holdings	Emissões de GEE (Âmbito 1+2) (tCO ₂ e)	0	0	0
	Volume de negócios (M€)	0	0	-1
	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/volume de negócios M€)	---	---	---
Grupo Semapa	Emissões de GEE (Âmbito 1+2) (tCO ₂ e)	4 606 922	4 316 549	4 203 349
	Volume de negócios (M€)	2 132	3 122	2 706
	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/volume de negócios M€)	2 161,4	1 382,6	1 553,2

GRI 305-4: Intensidade de emissões de GEE – Indicadores específicos de atividade

Empresa/ Participada		2021	2022	2023
Navigator	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/t produzida)	0,19	0,18	0,18
Secil	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/t produzida de clínquer)	839,95	851,97	857,58
ETSA	Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/t matéria-prima processada)	0,10	0,08	0,07

Nota 1: Remete-se para a GRI 305-1 e 305-2 para mais informações sobre o cálculo dos respetivos valores. No cálculo da intensidade das emissões, no caso do âmbito 2, estão a considerar-se as emissões baseadas no mercado.

Nota 2: Na Navigator, para o cálculo da intensidade de emissões por tonelada produzida são consideradas as emissões de âmbito 1, excluindo as emissões das CTB e a quantidade total de produtos fabricados, em linha com o cálculo da intensidade energética. A metodologia de cálculo da intensidade de emissões por volume de negócio considera as emissões totais de âmbitos 1 e 2. Os dados de 2023 incluem as emissões relativas à fábrica de *tissue* de Ejea, integrada no Grupo Navigator a partir de abril 2023.

Nota 4: Na Secil a metodologia de cálculo da intensidade de emissões por tonelada produzida – indicadores específicos de atividade – considera as emissões de CO₂ de âmbito 1 para a Área de Negócio do Cimento (geografias: Portugal, Angola, Brasil, Líbano e Tunísia) e a produção de clínquer. Os dados relativos aos anos de 2021 e 2022 foram atualizados de acordo com as emissões diretas de CO₂ revistas no seguimento das auditorias externas realizadas após a publicação do relato de sustentabilidade de 2022.

GRI 305-5: Redução de emissões de GEE (tCO₂e)

Empresa/ Participada	2021	2022	2023
Navigator	184 606	4 576	12 230
ETSA	534	202	1 591

Nota 1: O cálculo da redução de emissões de GEE remete para as emissões evitadas pela venda de energia elétrica renovável de elevada eficiência. Os dados incluem apenas as atividades na Navigator em Portugal. Em 2023, o indicador passou a ser calculado com base nos projetos de eficiência energética e de descarbonização implementados no ano corrente, procurando um maior alinhamento com as recomendações de relato e transparência na informação. Os valores relativos aos anos de 2021 e 2022 apresentados na tabela foram ajustados em função da nova metodologia.

Nota 2: O relato deste indicador para a ETSA passou a fazer-se a partir de 2023, contemplando dados de histórico. De referir que as reduções reportadas resultam da melhoria no funcionamento da IVEB. Para o seu cálculo foram considerados os dados das emissões de 2022 e 2023 relativas ao combustível para produção de vapor na ITS em Coruche – ecoslops e biomassa. Em 2023 houve um maior consumo de biomassa em detrimento de ecoslops, o que resultou numa maior redução das emissões.

GRI 305-7: Emissões de óxidos de nitrogénio (NO_x), óxido de enxofre (SO_x) e outras emissões atmosféricas significativas (t)

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	NO _x	1 687	1 737	1 780
	SO _x	76	83	64
	Partículas	262	261	198
	Outros	---	---	---
Secil	NO _x	6 919	6 207	4 768
	SO _x	1 197	1 143	1 145
	Partículas	101	157	125
	Outros	---	---	---
ETSA	NO _x	48	47	45
	SO _x	47	50	23
	Partículas	10	9	8
	Outros	6	8	4
Grupo Semapa	NO _x	8 653	7 991	6 592
	SO _x	1 319	1 276	1 232
	Partículas	373	427	331
	Outros	6	8	4

Nota 1: Na Navigator, para as fontes de emissão sujeitas a monitorização em contínuo, os dados reportados são obtidos através de monitorização *online* dos parâmetros de escoamento e dos poluentes. Existem fontes de baixa emissão cuja contabilização das emissões decorre de monitorização pontual, realizada duas vezes por ano, por Laboratório Acreditado. O resultado destas monitorizações pontuais pode ser influenciado em cada monitorização pela tipologia de combustíveis utilizados. Quando uma instalação não é sujeita no ano em causa a monitorização (ex.: fontes com monitorização a cada três anos), as emissões anuais são calculadas com base na última monitorização tendo em conta as horas de funcionamento do ano a que respeitam as emissões. Os dados de 2023 incluem as atividades relativas à fábrica de *tissue* de Ejea, integrada no Grupo Navigator a partir de abril 2023.

Nota 2: Na Secil, as emissões reportadas neste indicador dizem respeito à Área de Negócio do Cimento (geografias: Portugal, Angola, Brasil, Líbano e Tunísia). Para Portugal (Outão, Maceira e Pataias Branco) são consideradas todas as fontes de emissão, enquanto no Líbano (Sibline), Brasil (Adrianópolis) e Tunísia (Gabès) apenas são consideradas as emissões provenientes dos fornos.

Nota 3: Na ETSA, a categoria Outros contempla os Compostos Orgânicos Voláteis (COV).

GRI 306: RESÍDUOS

GRI 306-3: Resíduos gerados (t)

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Perigosos	565	697	933
	Não perigosos	397 457	410 021	440 709
	Subtotal	398 022	410 717	441 642
Secil	Perigosos	746	421	834
	Não perigosos	26 126	28 237	47 024
	Subtotal	26 872	28 658	47 857
ETSA	Perigosos	259	375	431
	Não perigosos	12 916	14 568	15 695
	Subtotal	13 175	14 943	16 126
Grupo Semapa	Perigosos	1 570	1 493	2 198
	Não perigosos	436 499	452 826	503 427
	Total	438 069	454 319	505 625

GRI 306-3: Resíduos gerados (t)

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Valorização	280 599	279 862	296 348
	Eliminação	126 486	133 342	148 587
	Subtotal	407 085	413 204	444 935
Secil	Valorização	25 156	18 698	38 948
	Eliminação	1 716	9 960	8 909
	Subtotal	26 872	28 658	47 857
ETSA	Valorização	11 588	13 249	14 426
	Eliminação	1 587	1 694	1 700
	Subtotal	13 175	14 943	16 126
Grupo Semapa	Valorização	317 343	311 809	349 721
	Eliminação	129 789	144 996	159 196
	Total	447 132	456 805	508 918

Nota 1: Na Navigator, a diferença existente entre os resíduos gerados e o somatório de resíduos destinados a operações de valorização e eliminação em 2022 resulta da valorização de resíduos produzidos em 2021 que estavam armazenados. Adicionalmente, parte dos resíduos gerados em 2022 foi armazenada temporariamente nas nossas instalações, conforme previsto nas respetivas licenças ambientais e no novo RGGR (DL-102D/2020). Os dados referentes a 2021 e 2022 foram corrigidos devido à inclusão dos resíduos referentes às operações florestais, para a Navigator. Os dados de 2023 incluem as atividades relativas à fábrica de *tissue* de Ejea, integrada no Grupo Navigator a partir de abril 2023.

Nota 2: Na Secil os resíduos reportados na Secil Betão (Portugal), em 2023, incluem resíduos que estavam acumulados há 10 anos nos diferentes entrepostos e que foram encaminhados este ano para eliminação. Adicionalmente, em Concreto (Brasil) foram efetuadas várias limpezas nas centrais de betão, que resultaram na produção de resíduos posteriormente encaminhados para eliminação. Estas duas operações resultaram numa produção de resíduos superior comparativamente aos anos anteriores.

GRI 306-4: Resíduos não destinados a deposição final (t)				
Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Perigosos	396	532	648
	Não perigosos	280 204	279 330	292 675
	Subtotal	280 599	279 862	293 323
Secil	Perigosos	596	366	286
	Não perigosos	24 560	18 332	38 662
	Subtotal	25 156	18 698	38 948
ETSA	Perigosos	-	-	-
	Não perigosos	11 588	13 249	12 715
	Subtotal	11 588	13 249	12 715
Grupo Semapa	Perigosos	992	898	934
	Não perigosos	316 351	310 911	344 052
	Total	317 343	311 809	344 986

Nota 1: Os dados de 2021 e 2022 da Navigator foram corrigidos devido à inclusão dos resíduos referentes às operações florestais.

Nota 2: Os dados de 2023 da Navigator englobam as atividades da Navigator em Portugal e Espanha (Ejea). Os dois anos anteriores apenas incluem Portugal.

GRI 306-5: Resíduos destinados a deposição final (t)				
Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Perigosos	169	165	271
	Não perigosos	126 316	133 177	148 316
	Subtotal	126 486	133 342	148 587
Secil	Perigosos	150	55	548
	Não perigosos	1 566	9 905	8 362
	Subtotal	1 716	9 960	8 909
ETSA	Perigosos	259	375	431
	Não perigosos	9 028	10 023	11 307
	Subtotal	9 287	10 398	11 738
Grupo Semapa	Perigosos	578	595	1 250
	Não perigosos	136 911	153 105	167 984
	Total	137 489	153 700	169 234

Nota 1: Os dados da Navigator referentes a 2021 e 2022 foram corrigidos devido à inclusão dos resíduos referentes às operações florestais. Os dados de 2023 incluem as atividades relativas à fábrica de tissue de Ejea, integrada no Grupo Navigator a partir de abril 2023.

GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

GRI 308-1: Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

O Grupo Semapa tem vindo a desenvolver esforços para uma cadeia de fornecimento cada vez mais sustentável e, com isto, mais responsável do ponto de vista ambiental.

Em conformidade com as certificações de que dispõem as empresas Navigator e Secil, estas estão empenhadas em exercer a sua capacidade de influência, envolvendo e sensibilizando cada vez mais os diversos fornecedores (incluindo prestadores de serviços e subcontratados) para aspetos críticos ligados ao ambiente, assim como à segurança, integridade do negócio, qualidade, entre outros.

A Secil, em 2023, aplicou o Código de Conduta para Fornecedores, implementado em 2022, e avaliou 10% dos seus fornecedores críticos ESG. 411 novos fornecedores foram selecionados com base em critérios ambientais. De referir que em 2023 foi feita a segmentação de toda a base de fornecedores em Portugal de acordo com as diretrizes GCCA, incluindo cálculos específicos aos temas ambiente e social.

No caso da ETSA, 16,3% dos novos fornecedores foram avaliados de acordo com critérios ambientais (41 de 252). De referir que a empresa considera que todos os novos fornecedores de matérias-primas são também avaliados com base em critérios ambientais (pelo menos nas vertentes de recolha de subprodutos/resíduos), uma vez que a sua incorporação requer a apresentação de autorizações veterinárias e/ou ambientais.

9.1.5 DIVULGAÇÕES SOCIAIS

GRI 2-7: Colaboradores					
Empresa/ Participada	Tipologia de Contrato	Género	2021	2022	2023
Navigator	Número de Colaboradores	Masculino	2 616	2 672	2 688
		Feminino	534	574	629
		Outro	0	0	0
		Total	3 150	3 246	3 317
		Colaboradores permanentes (Contrato sem termo)	Masculino	2 537	2 549
		Feminino	496	533	576
		Outro	0	0	0
		Subtotal	3 033	3 082	3 126
	Colaboradores temporários (a termo certo ou incerto)	Masculino	79	123	138
		Feminino	38	41	53
		Outro	0	0	0
		Subtotal	117	164	191
	Colaboradores sem garantia de carga horária	Masculino	0	0	0
		Feminino	0	0	0
		Outro	0	0	0
		Subtotal	0	0	0
		Total	3 150	3 246	3 317
	Colaboradores em tempo integral	Masculino	2 615	2 672	2 688
		Feminino	529	569	625
		Outro	0	0	0
		Subtotal	3 144	3 241	3 313
	Colaboradores de período parcial	Masculino	1	0	0
	Feminino	5	5	4	
	Outro	0	0	0	
	Subtotal	6	5	4	
	Total	3 150	3 246	3 317	

Secil	Número de Colaboradores	Masculino	2 073	2 066	2 117	
		Feminino	282	301	336	
		Outro	0	0	0	
		Total	2 355	2 367	2 453	
	Colaboradores permanentes (Contrato sem termo)	Masculino	1 873	1 864	1 913	
		Feminino	275	288	306	
		Outro	0	0	0	
		Subtotal	2 148	2 152	2 219	
	Colaboradores temporários (a termo certo ou incerto)	Masculino	200	202	204	
		Feminino	7	13	30	
		Outro	0	0	0	
		Subtotal	207	215	234	
	Colaboradores sem garantia de carga horária	Masculino	0	0	0	
		Feminino	0	0	0	
		Outro	0	0	0	
		Subtotal	0	0	0	
	Total	Total	2 355	2 367	2 453	
		Colaboradores em tempo integral	Masculino	ND	2 061	2 114
		Feminino	ND	298	333	
		Outro	ND	0	0	
Colaboradores de período parcial	Masculino	ND	5	3		
	Feminino	ND	3	3		
	Outro	ND	0	0		
	Subtotal	ND	8	6		
Total	Total	2 355	2 367	2 453		
	ETSA	Número de Colaboradores	Masculino	218	244	256
			Feminino	59	70	76
			Outro	0	0	0
Total			277	314	332	
Colaboradores permanentes (Contrato sem termo)	Masculino	179	188	209		
	Feminino	51	61	68		
	Outro	0	0	0		
	Subtotal	230	249	277		
Colaboradores temporários (a termo certo ou incerto)	Masculino	39	56	47		
	Feminino	8	9	8		
	Outro	0	0	0		
	Subtotal	47	65	55		
Colaboradores sem garantia de carga horária	Masculino	0	0	0		
	Feminino	0	0	0		
	Outro	0	0	0		
	Subtotal	0	0	0		
Total	Total	277	314	332		
	Colaboradores em tempo integral	Masculino	218	244	256	
		Feminino	59	70	76	
		Outro	0	0	0	
Subtotal		277	314	332		
Colaboradores de período parcial	Masculino	0	0	0		
	Feminino	0	0	0		
	Outro	0	0	0		
	Subtotal	0	0	0		
Total	Total	277	314	332		

Holdings	Número de Colaboradores	Masculino	13	13	14	
		Feminino	19	25	23	
		Outro	0	0	0	
		Total	32	38	37	
	Colaboradores permanentes (Contrato sem termo)	Masculino	13	13	14	
		Feminino	18	24	23	
		Outro	0	0	0	
		Subtotal	31	37	37	
	Colaboradores temporários (a termo certo ou incerto)	Masculino	0	0	0	
		Feminino	1	1	0	
		Outro	0	0	0	
		Subtotal	1	1	0	
	Colaboradores sem garantia de carga horária	Masculino	0	0	0	
		Feminino	0	0	0	
		Outro	0	0	0	
		Subtotal	0	0	0	
	Total	Total	32	38	37	
		Colaboradores em tempo integral	Masculino	13	13	14
			Feminino	19	25	23
			Outro	0	0	0
Subtotal	32		38	37		
Colaboradores de período parcial	Masculino	0	0	0		
	Feminino	0	0	0		
	Outro	0	0	0		
	Subtotal	0	0	0		
Total	Total	32	38	37		
	Grupo Semapa	Número de Colaboradores	Masculino	4 920	4 995	5 075
			Feminino	894	970	1 064
			Outro	0	0	0
Total			5 814	5 965	6 139	
Colaboradores permanentes (Contrato sem termo)	Masculino	4 602	4 614	4 686		
	Feminino	840	906	973		
	Outro	0	0	0		
	Total	5 442	5 520	5 659		
Colaboradores temporários (a termo certo ou incerto)	Masculino	318	381	389		
	Feminino	54	64	91		
	Outro	0	0	0		
	Total	372	445	480		
Colaboradores sem garantia de carga horária	Masculino	0	0	0		
	Feminino	0	0	0		
	Outro	0	0	0		
	Total	0	0	0		
Total	Total	5 814	5 965	6 139		
	Colaboradores em tempo integral	Masculino	2 846	4 990	5 072	
		Feminino	607	962	1 057	
		Outro	0	0	0	
Total		3 453	5 952	6 129		
Colaboradores de período parcial	Masculino	1	5	3		
	Feminino	5	8	7		
	Outro	0	0	0		
	Total	6	13	10		
Total	Total	3 459	5 965	6 139		

GRI 2-7: Colaboradores					
Empresa/ Participada	Tipologia de Contrato	País	2021	2022	2023
Navigator	Número de Colaboradores	Portugal	2 944	3 039	3 120
		Espanha	-	-	20
		Moçambique	129	131	130
		Tunísia	-	-	-
		Angola	-	-	-
		Brasil	-	-	-
		Libano	-	-	-
		Outros países	77	76	47
		Total	3 150	3 246	3 317
	Colaboradores permanentes (Contrato sem termo)	Portugal	2 845	2 892	2 941
		Espanha	-	-	20
		Moçambique	119	121	120
		Tunísia	-	-	-
		Angola	-	-	-
		Brasil	-	-	-
		Líbano	-	-	-
		Outros países	75	74	45
		Subtotal	3 039	3 087	3 126
	Colaboradores temporários (a termo certo ou incerto)	Portugal	99	147	179
		Espanha	-	-	0
		Moçambique	10	10	10
		Tunísia	-	-	-
		Angola	-	-	-
		Brasil	-	-	-
		Líbano	-	-	-
		Outros países	2	2	2
		Subtotal	111	159	191
Colaboradores sem garantia de carga horária	Portugal	0	0	0	
	Espanha	-	-	0	
	Moçambique	0	0	0	
	Tunísia	-	-	-	
	Angola	-	-	-	
	Brasil	-	-	-	
	Líbano	-	-	-	
	Outros países	0	0	0	
	Subtotal	0	0	0	
Total	3 150	3 246	3 317		
Colaboradores em tempo integral	Portugal	ND	ND	3 120	
	Espanha	-	-	20	
	Moçambique	ND	ND	130	
	Tunísia	-	-	-	
	Angola	-	-	-	
	Brasil	-	-	-	
	Líbano	-	-	-	
	Outros países	ND	ND	43	
	Subtotal	3 144	3 241	3 313	

Navigator	Colaboradores de período parcial	Portugal	ND	ND	0
		Espanha	-	-	0
		Moçambique	ND	ND	0
		Tunísia	-	-	-
		Angola	-	-	-
		Brasil	-	-	-
		Líbano	-	-	-
		Outros países	ND	ND	4
		Subtotal	6	5	4
		Total	3 150	3 246	3 317
Secil	Número de Colaboradores	Portugal	ND	ND	1 091
		Espanha	ND	ND	28
		Moçambique	-	-	-
		Tunísia	ND	ND	251
		Angola	ND	ND	97
		Brasil	ND	ND	556
		Líbano	ND	ND	391
		Outros países	ND	ND	39
		Total	2 355	2 367	2 453
		Colaboradores permanentes (Contrato sem termo)	Portugal	ND	ND
	Espanha		ND	ND	28
	Moçambique		-	-	-
	Tunísia		ND	ND	241
	Angola		ND	ND	80
	Brasil		ND	ND	556
	Líbano		ND	ND	378
	Outros Países		ND	ND	34
	Subtotal		2 148	2 152	2 219
	Colaboradores temporários (a termo certo ou incerto)		Portugal	ND	ND
		Espanha	ND	ND	0
Moçambique		-	-	-	
Tunísia		ND	ND	10	
Angola		ND	ND	17	
Brasil		ND	ND	0	
Líbano		ND	ND	13	
Outros Países		ND	ND	5	
Subtotal		207	215	234	
Colaboradores sem garantia de carga horária		Portugal	ND	ND	0
	Espanha	ND	ND	0	
	Moçambique	-	-	-	
	Tunísia	ND	ND	0	
	Angola	ND	ND	0	
	Brasil	ND	ND	0	
	Líbano	ND	ND	0	
	Outros Países	ND	ND	0	
	Subtotal	0	0	0	
	Total	2 355	2 367	2 453	

Secil	Colaboradores em tempo integral	Portugal	ND	ND	1 089
		Espanha	ND	ND	28
		Moçambique	-	-	-
		Tunísia	ND	ND	251
		Angola	ND	ND	97
		Brasil	ND	ND	552
		Líbano	ND	ND	391
		Outros Países	ND	ND	39
		Subtotal	ND	2 359	2 447
	Colaboradores de período parcial	Portugal	ND	ND	2
		Espanha	ND	ND	0
		Moçambique	-	-	-
		Tunísia	ND	ND	0
		Angola	ND	ND	0
		Brasil	ND	ND	4
		Líbano	ND	ND	0
		Outros Países	ND	ND	0
		Subtotal	ND	8	6
	Total	0	2 367	2 453	
ETSA	Número de Colaboradores	Portugal	277	314	332
		Espanha	-	-	-
		Moçambique	-	-	-
		Tunísia	-	-	-
		Angola	-	-	-
		Brasil	-	-	-
		Líbano	-	-	-
		Outros países	-	-	-
		Total	277	314	332
	Colaboradores permanentes (Contrato sem termo)	Portugal	230	249	277
		Espanha	-	-	-
		Moçambique	-	-	-
		Tunísia	-	-	-
		Angola	-	-	-
Brasil		-	-	-	
Líbano		-	-	-	
Outros países		-	-	-	
Subtotal		230	249	277	
Colaboradores temporários (a termo certo ou incerto)	Portugal	47	65	55	
	Espanha	-	-	-	
	Moçambique	-	-	-	
	Tunísia	-	-	-	
	Angola	-	-	-	
	Brasil	-	-	-	
	Líbano	-	-	-	
	Outros países	-	-	-	
	Subtotal	47	65	55	

ETSA	Colaboradores sem garantia de carga horária	Portugal	0	0	0
		Espanha	-	-	-
		Moçambique	-	-	-
		Tunísia	-	-	-
		Angola	-	-	-
		Brasil	-	-	-
		Líbano	-	-	-
		Outros países	-	-	-
		Subtotal	0	0	0
		Total	277	314	332
	Colaboradores em tempo integral	Portugal	277	314	332
		Espanha	-	-	-
		Moçambique	-	-	-
		Tunísia	-	-	-
		Angola	-	-	-
		Brasil	-	-	-
		Líbano	-	-	-
		Outros países	-	-	-
		Subtotal	277	314	332
		Total	277	314	332
Colaboradores de período parcial	Portugal	0	0	0	
	Espanha	-	-	-	
	Moçambique	-	-	-	
	Tunísia	-	-	-	
	Angola	-	-	-	
	Brasil	-	-	-	
	Líbano	-	-	-	
	Outros países	-	-	-	
	Subtotal	0	0	0	
	Total	277	314	332	
Holdings	Número de Colaboradores	Portugal	32	38	37
		Espanha	-	-	-
		Moçambique	-	-	-
		Tunísia	-	-	-
		Angola	-	-	-
		Brasil	-	-	-
		Líbano	-	-	-
		Outros países	-	-	-
	Total	32	38	37	
	Colaboradores permanentes (Contrato sem termo)	Portugal	31	37	37
		Espanha	-	-	-
		Moçambique	-	-	-
		Tunísia	-	-	-
		Angola	-	-	-
		Brasil	-	-	-
Líbano		-	-	-	
Subtotal	31	37	37		

Holdings	Colaboradores temporários (a termo certo ou incerto)	Portugal	1	1	0
		Espanha	-	-	-
		Moçambique	-	-	-
		Tunísia	-	-	-
		Angola	-	-	-
		Brasil	-	-	-
		Líbano	-	-	-
		Outros países	-	-	-
		Subtotal	1	1	0
	Colaboradores sem garantia de carga horária	Portugal	0	0	0
		Espanha	-	-	-
		Moçambique	-	-	-
		Tunísia	-	-	-
		Angola	-	-	-
		Brasil	-	-	-
		Líbano	-	-	-
		Outros países	-	-	-
		Subtotal	0	0	0
	Total	32	38	37	
	Colaboradores em tempo integral	Portugal	32	38	37
		Espanha	-	-	-
		Moçambique	-	-	-
		Tunísia	-	-	-
		Angola	-	-	-
Brasil		-	-	-	
Líbano		-	-	-	
Outros países		-	-	-	
Subtotal		32	38	37	
Colaboradores de período parcial	Portugal	0	0	0	
	Espanha	-	-	-	
	Moçambique	-	-	-	
	Tunísia	-	-	-	
	Angola	-	-	-	
	Brasil	-	-	-	
	Líbano	-	-	-	
	Outros países	-	-	-	
	Subtotal	0	0	0	
Total	32	38	37		
Grupo Semapa	Número de Colaboradores	Portugal	ND	ND	4 580
		Espanha	ND	ND	48
		Moçambique	ND	ND	130
		Tunísia	ND	ND	251
		Angola	ND	ND	97
		Brasil	ND	ND	556
		Líbano	ND	ND	391
		Outros países	ND	ND	86
		Total	3 459	3 598	6 139

Grupo Semapa	Colaboradores permanentes (Contrato sem termo)	Portugal	ND	ND	4 157
		Espanha	ND	ND	48
		Moçambique	ND	ND	120
		Tunísia	ND	ND	241
		Angola	ND	ND	80
		Brasil	ND	ND	556
		Líbano	ND	ND	378
		Outros países	ND	ND	79
		Total	3 300	3 373	5 659
		Colaboradores temporários (a termo certo ou incerto)	Portugal	ND	ND
	Espanha		ND	ND	0
	Moçambique		ND	ND	10
	Tunísia		ND	ND	10
	Angola		ND	ND	17
	Brasil		ND	ND	0
	Líbano		ND	ND	13
	Outros países		ND	ND	7
	Total		159	225	480
	Colaboradores sem garantia de carga horária		Portugal	ND	ND
		Espanha	ND	ND	0
		Moçambique	ND	ND	0
		Tunísia	ND	ND	0
		Angola	ND	ND	0
		Brasil	ND	ND	0
		Líbano	ND	ND	0
		Outros países	ND	ND	0
		Total	0	0	0
		Total	3 459	3 598	6 139
	Colaboradores em tempo integral	Portugal	ND	ND	4 578
		Espanha	ND	ND	48
		Moçambique	ND	ND	130
		Tunísia	ND	ND	251
		Angola	ND	ND	97
Brasil		ND	ND	552	
Líbano		ND	ND	391	
Outros países		ND	ND	82	
Total		309	352	6 129	
Colaboradores de período parcial		Portugal	ND	ND	2
	Espanha	ND	ND	0	
	Moçambique	ND	ND	0	
	Tunísia	ND	ND	0	
	Angola	ND	ND	0	
	Brasil	ND	ND	4	
	Líbano	ND	ND	0	
	Outros países	ND	ND	4	
	Total	0	0	10	
	Total	309	352	6 139	

Nota 1: Os dados são referentes ao número de Colaboradores existentes à data de 31 de dezembro de cada ano.

Nota 2: ND – Não disponível ; “-“ – não aplicável.

Nota 3: De modo a assegurar maior coerência entre as várias empresas do Grupo Semapa, e em linha com um melhor entendimento das orientações da GRI relativamente à classificação de Colaboradores e trabalhadores que não são Colaboradores, os dados de 2021 e 2022 foram recalculados. Assim, o novo alinhamento prevê a exclusão dos estagiários (e bolseiros, no caso da Navigator) da GRI 2-7 e a sua inclusão na GRI 2-8. No caso da Secil, houve um ajuste dos valores reportados no ano de 2021, o único período a registar estagiários. Este ajuste justifica a atualização do número total de Colaboradores e o facto de não se desagregar por tipologia de contrato, género e país. Em 2023, foram considerados todos os Colaboradores das diversas instalações pertencentes ao Grupo, exceto Órgãos de Governação.

No caso dos anos de 2021 e 2022, não existem dados disponíveis para as categorias Colaboradores

Nota 4: No caso da Navigator, não estão incluídos os 150 Colaboradores da Navigator Tissue Ejea. Os dados referentes a 2021 e 2022 da Navigator foram corrigidos devido à consolidação das categorias “contrato a termo certo” e “temporários”, reportadas anteriormente de forma desagregada, bem como devido à inclusão dos Colaboradores de Moçambique. A desagregação desta informação de histórico por tipologia de contrato e país não se encontra disponível, motivo pelo qual só se apresentam os totais.

Nota 5: No caso da Secil, em 2023, no relato deste indicador consideraram-se todos os Colaboradores das diversas instalações pertencentes ao Grupo (de referir que em 2022 não estão incluídos os Colaboradores de Secil Angola (3) e Trancim Líbano (18)).

GRI 2-8: Trabalhadores que não são Colaboradores

A 31 de dezembro de 2023, as Participadas do Grupo Semapa contabilizavam os seguintes trabalhadores que não são Colaboradores: Navigator – 12 863; Secil – 1 764; ETSA – 0; Holding – 1. Estes incluem trabalhadores cujas funções são exercidas quer nos complexos industriais, quer nas áreas florestais. No caso da Navigator Portugal, para além dos trabalhadores externos residentes, foram também contabilizados os pontuais, que prestam apoio à organização em variados serviços, nomeadamente nas atividades de manutenção, limpeza e trabalhos associados às paragens anuais. No caso de Moçambique, eram 145 trabalhadores externos, contratados para prestação de serviços de tipológica técnica e operacional, silvicultura e desenvolvimento social. Para as restantes geografias, não foi possível fazer o apuramento do indicador para 2023.

GRI 2-30: Acordos de negociação coletiva

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Número de Colaboradores	3 150	3 246	3 317
	Número de Colaboradores com acordos de negociação coletiva	2 944	3 039	3 120
	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	93,46%	93,6%	94,1%
Secil	Número de Colaboradores	2 355	2 367	2 453
	Número de Colaboradores com acordos de negociação coletiva	2 231	2 266	2 375
	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	94,7%	95,7%	96,8%
ETSA	Número de Colaboradores	277	314	332
	Número de Colaboradores com acordos de negociação coletiva	0	0	0
	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	0,0%	0,0%	0,0%
Holdings	Número de Colaboradores	32	38	37
	Número de Colaboradores com acordos de negociação coletiva	0	0	0
	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	0,0%	0,0%	0,0%
Grupo Semapa	Número de Colaboradores	5 814	5 965	6 139
	Número de Colaboradores com acordos de negociação coletiva	5 175	5 305	5 495
	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	89,0%	88,9%	89,5%

Nota 1: Remete-se para o indicador 2-7 para informações detalhadas sobre o número de Colaboradores e as alterações ocorridas no relato de 2021 e 2022.

Nota 2: No caso da Navigator os dados referentes a 2021 e 2022 foram corrigidos devido à inclusão dos Colaboradores de Moçambique. A Tissue Ejea, apesar de estar abrangida por um contrato coletivo – *Convenio Colectivo Estatal de Pastas, Papel y Cartón* –, não está incluída nos dados consolidados que dão resposta a este indicador, visto que os mesmos ainda estão a ser consolidados no sistema interno do Grupo. Em Moçambique não existem acordos de negociação coletiva.

No caso da Secil, consideraram-se todos os Colaboradores das diversas instalações pertencentes ao Grupo exceto os Órgãos de Governação.

GRI 401: EMPREGO

GRI 401-1: Contratação de novos Colaboradores e rotatividade dos Colaboradores																			
Empresa/ Participada	Género	2021						2022						2023					
		Entradas			Saídas			Entradas			Saídas			Entradas			Saídas		
		<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50	<30	30 a 50	>50
Navigator	Masculino	52	66	5	14	74	122	129	113	6	20	72	100	85	103	6	30	80	67
	Feminino	27	24	1	10	24	13	59	45	1	10	46	10	50	53	0	13	23	12
	Subtotal	79	90	6	24	98	135	188	158	7	30	118	110	135	156	6	43	103	79
Secil	Masculino	58	151	16	21	90	74	65	122	29	34	107	86	84	131	31	21	101	74
	Feminino	14	28	0	9	21	1	25	28	1	10	28	4	41	38	1	18	24	3
	Subtotal	72	179	16	30	111	75	90	150	30	44	135	90	125	169	32	39	125	77
ETSA	Masculino	6	25	4	5	22	11	19	46	10	14	30	8	20	39	9	12	35	9
	Feminino	3	4	1	3	1	1	1	13	4	2	5	0	0	7	1	0	2	0
	Subtotal	9	29	5	8	23	12	20	59	14	16	35	8	20	46	10	12	37	9
Holdings	Masculino	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2	1	0	3	0
	Feminino	1	5	0	0	0	1	3	4	2	2	1	1	1	3	0	1	3	1
	Subtotal	1	5	0	0	0	1	3	5	2	2	1	2	1	5	1	1	6	1
Grupo Semapa	Masculino	116	242	25	40	186	207	213	282	45	68	209	195	189	275	47	63	219	150
	Feminino	45	61	2	22	46	16	88	90	8	24	80	15	92	101	2	32	52	16
	Total	161	303	27	62	232	223	301	372	53	92	289	210	281	376	49	95	271	166
Navigator	Masculino	23%	4%	1%	6%	5%	16%	45%	7%	1%	7%	5%	14%	27%	6%	1%	10%	5%	9%
	Feminino	42%	7%	1%	16%	7%	12%	65%	14%	1%	11%	14%	9%	41%	14%	0%	11%	6%	10%
	Subtotal	27%	5%	1%	8%	5%	16%	49%	8%	1%	8%	6%	13%	31%	8%	1%	10%	5%	9%
Secil	Masculino	36%	13%	2%	13%	8%	10%	41%	11%	4%	22%	9%	11%	46%	11%	4%	12%	9%	10%
	Feminino	27%	14%	0%	18%	11%	2%	47%	16%	1%	19%	16%	6%	60%	19%	1%	26%	12%	4%
	Subtotal	34%	13%	2%	14%	8%	9%	43%	11%	4%	21%	10%	11%	50%	12%	4%	16%	9%	9%
ETSA	Masculino	25%	22%	5%	21%	19%	13%	95%	34%	11%	70%	22%	9%	77%	29%	9%	46%	26%	9%
	Feminino	43%	12%	5%	43%	3%	5%	25%	31%	17%	50%	12%	0%	0%	16%	4%	0%	5%	0%
	Subtotal	29%	20%	5%	26%	16%	12%	83%	33%	13%	67%	20%	7%	65%	26%	8%	39%	21%	7%
Holdings	Masculino	---	0%	0%	---	0%	0%	---	8%	0%	---	0%	50%	---	18%	33%	---	27%	0%
	Feminino	50%	56%	0%	0%	0%	14%	100%	31%	25%	67%	8%	13%	50%	21%	0%	50%	21%	14%
	Subtotal	50%	25%	0%	0%	0%	10%	100%	20%	20%	67%	4%	20%	50%	20%	10%	50%	24%	10%
Grupo Semapa	Masculino	28%	9%	2%	10%	7%	13%	46%	10%	3%	15%	7%	13%	36%	9%	3%	12%	7%	9%
	Feminino	36%	11%	1%	17%	8%	8%	57%	16%	4%	16%	14%	7%	47%	16%	1%	16%	8%	7%
	Total	30%	9%	2%	11%	7%	12%	49%	11%	3%	15%	8%	12%	39%	10%	3%	13%	7%	9%

Nota 1: No caso da Navigator, os dados referentes a 2021 e 2022 foram corrigidos devido à inclusão dos Colaboradores de Moçambique. Os dados apresentados excluem os Colaboradores da nova unidade industrial de *tissue*, em Espanha (Ejea).

GRI 401-2: Benefícios para Colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos a Colaboradores temporários ou a tempo parcial

Algumas das empresas do Grupo como a Semapa Holding e a Navigator têm benefícios específicos para Colaboradores a tempo inteiro que não são oferecidos a Colaboradores temporários ou que se encontrem nas instalações a tempo parcial, tais como: Seguro de vida, seguro de saúde, fundo de pensões ou subsídios de apoio escolar. No caso da Secil, a maioria dos Benefícios são oferecidos a todos os Colaboradores, independentemente do tipo de vínculo ou regime horário. As únicas exceções são os benefícios que os Colaboradores permanentes têm por defeito que não são oferecidos aos Colaboradores temporários, nomeadamente o Fundo de Pensões, Subsídio Escolar e Subsídio de Parentalidade. No caso da ETSA, não existem Colaboradores temporários ou a tempo parcial.

GRI 401-3: Licença maternidade/paternidade

Empresa/ Participada	Descrição	Género	2021	2022	2023
Navigator	N.º de Colaboradores que iniciaram licença parental no período de relato	Masculino	117	113	131
		Feminino	38	37	42
		Subtotal	155	150	173
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho após licença parental	Masculino	117	113	131
		Feminino	38	37	42
		Subtotal	155	150	173
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho e permanecem na empresa após 12 meses	Masculino	-	110	100
		Feminino	-	36	33
		Subtotal	-	146	133
	Taxa de retorno ao trabalho	Masculino	100,0%	100,0%	100,0%
		Feminino	100,0%	100,0%	100,0%
		Subtotal	100,0%	100,0%	100,0%
Taxa de retenção (12 meses)	Masculino	-	94,0%	88,5%	
	Feminino	-	94,7%	89,2%	
	Subtotal	-	94,2%	88,7%	
Secil	N.º de Colaboradores que iniciaram licença parental no período de relato	Masculino	32	46	33
		Feminino	12	10	15
		Subtotal	44	56	48
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho após licença parental	Masculino	32	46	33
		Feminino	12	6	12
		Subtotal	44	52	45
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho e permanecem na empresa após 12 meses	Masculino	29	42	41
		Feminino	10	8	5
		Subtotal	39	50	46
	Taxa de retorno ao trabalho	Masculino	100,0%	100,0%	100,0%
		Feminino	100,0%	60,0%	80,0%
		Subtotal	100,0%	92,9%	93,8%
Taxa de retenção (12 meses)	Masculino	90,6%	91,3%	89,0%	
	Feminino	83,3%	80,0%	83,0%	
	Subtotal	88,6%	89,3%	88,0%	

ETSA	N.º de Colaboradores que iniciaram licença parental no período de relato	Masculino	2	10	11
		Feminino	2	3	2
		Subtotal	4	13	13
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho após licença parental	Masculino	2	10	11
		Feminino	2	3	2
		Subtotal	4	13	13
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho e permanecem na empresa após 12 meses	Masculino	2	10	11
		Feminino	2	3	2
		Subtotal	4	13	13
	Taxa de retorno ao trabalho	Masculino	100,0%	100,0%	100,0%
		Feminino	100,0%	100,0%	100,0%
		Subtotal	100,0%	100,0%	100,0%
	Taxa de retenção (12 meses)	Masculino	100,0%	100,0%	100,0%
		Feminino	100,0%	100,0%	100,0%
		Subtotal	100,0%	100,0%	100,0%
Holdings	N.º de Colaboradores que iniciaram licença parental no período de relato	Masculino	1	2	0
		Feminino	3	1	0
		Subtotal	4	3	0
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho após licença parental	Masculino	1	2	0
		Feminino	3	1	0
		Subtotal	4	3	0
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho e permanecem na empresa após 12 meses	Masculino	1	2	0
		Feminino	3	1	0
		Subtotal	4	3	0
	Taxa de retorno ao trabalho	Masculino	100,0%	100,0%	-
		Feminino	100,0%	100,0%	-
		Subtotal	100,0%	100,0%	-
	Taxa de retenção (12 meses)	Masculino	100,0%	100,0%	-
		Feminino	100,0%	100,0%	-
		Subtotal	100,0%	100,0%	-
Grupo Semapa	N.º de Colaboradores que iniciaram licença parental no período de relato	Masculino	152	171	175
		Feminino	55	51	61
		Total	207	222	236
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho após licença parental	Masculino	152	171	175
		Feminino	55	47	58
		Total	207	218	233
	N.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho e permanecem na empresa após 12 meses	Masculino	s.s.	164	152
		Feminino	s.s.	48	40
		Total	s.s.	212	192
	Taxa de retorno ao trabalho	Masculino	100,0%	100,0%	100,0%
		Feminino	100,0%	92,2%	95,1%
		Total	100,0%	98,2%	98,7%
	Taxa de retenção (12 meses)	Masculino	s.s.	95,9%	86,9%
		Feminino	s.s.	94,1%	65,6%
		Total	s.s.	95,5%	81,4%

Nota 1: No caso da Navigator, devido a ajustes de metodologia, os dados relativos ao n.º de Colaboradores que regressaram ao trabalho e permaneceram na empresa após 12 meses, e a respetiva taxa, foram corrigidos face aos reportados no ano anterior. O cálculo é realizado tendo em consideração o n.º de Colaboradores que ficaram na Empresa após 12 meses, sendo que, por essa razão, não se apresentam os dados relativos a 2021, pois só no ano seguinte (2022) é que foi possível realizar o respetivo cálculo. Os dados englobam as atividades da Navigator em Portugal e em Moçambique. Os dados apresentados excluem as atividades dos escritórios internacionais e da nova unidade de Espanha (Ejea). A legislação aplicável, nesta matéria, às operações em Moçambique é distinta da aplicável em Portugal.

Nota 2: s.s. – sem significado.

GRI 403: SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

GRI 403-1: Sistema de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho

Algumas das empresas do Grupo, nomeadamente a Navigator e a Secil, possuem Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST) certificados de acordo com a ISO 45001. No caso da Secil, excetua-se a geografia Brasil, que possui um sistema de SGSST implementado, mas não certificado.

Todos os espaços da Semapa Holding são cobertos pelo sistema de SST e os mesmos são alvo de visitas periódicas por parte da empresa prestadora de serviços de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

GRI 403-2: Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes

Semapa Holding:

A Semapa Holding, apesar de ter os seus Colaboradores expostos a níveis de risco consideravelmente inferiores, mantém também a segurança no trabalho como um dos pontos da sua agenda.

Os perigos relacionados com o trabalho são identificados e apresentados no relatório anual de SST, elaborado por uma empresa contratada. Os mesmos são apresentados à Direção da Empresa e é definido um plano de ação, com as medidas a implementar e o prazo para implementação das correções.

A Semapa subcontrata ainda empresas especializadas nesta área de modo a detetar oportunidades de melhoria.

De modo a que todos os Colaboradores possam participar neste processo, apesar de não haver procedimento específico definido, são convidados a reportar os perigos ou potenciais perigos diretamente ao superior hierárquico.

A Semapa analisa anualmente o relatório anual de SST comparando os desenvolvimentos com a versão do ano anterior.

Segmento Pasta e Papel:

Identificação de riscos	Em matéria de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos, esta identificação é realizada pelas equipas operacionais responsáveis pelas atividades, em coordenação direta com as equipas de SST, recorrendo, sempre que necessário, a serviços de consultoria interna e externa.
Qualidade do processo	A avaliação dos resultados destes processos é realizada através de auditorias internas e externas, e de inspeções e verificações, quer por entidades oficiais, quer pelas equipas da Navigator. A monitorização recorre a indicadores de desempenho, para que seja possível acompanhar os resultados dos processos.
Integração dos resultados dos processos na melhoria do SGSST	Em termos de abordagem metodológica, a avaliação realizada é traduzida em matrizes de avaliação de riscos que são revistas periodicamente (pelo menos uma vez por ano) ou em situações específicas, nomeadamente quando ocorrem incidentes, quando existem novas matérias-primas, processos ou produtos, quando ocorrem alterações à legislação, entre outras. De referir que, nos casos em que não participam diretamente na revisão da matriz, os Colaboradores abrangidos são informados das respetivas alterações.
Processos de reporte de perigos disponíveis aos Colaboradores	Em matéria de reporte, todos os Colaboradores podem relatar perigos, situações perigosas ou incidentes de segurança, de forma nominal ou anónima. Recorremos a vários procedimentos, como o PG –8 – Comunicação e Investigação de Incidentes, o registo de Condições Inseguras, a realização de Safety Walks e também aos Códigos de Ética e Conduta, que permitem salvaguardar os Colaboradores contra eventuais represálias.
Processos que permitem aos Colaboradores resguardarem-se de situações que no seu entender podem causar lesões ou doenças	Todos os Colaboradores estão conscientes que podem recusar a realização de tarefas cujo risco seja elevado e que possam conduzir a lesões sem que existam implementadas as devidas medidas mitigadoras. Neste âmbito, estão implementados diversos procedimentos que servem como guia para estas situações. Destaca-se o PG 55, procedimento que define a autorização de realização de trabalhos, salvaguardando uma prévia avaliação de riscos em que toda a equipa envolvida toma conhecimento das medidas a adotar.
De que formas estão os Colaboradores protegidos contra eventuais represálias face a denúncias dos dois pontos anteriores	Recorremos a vários procedimentos, como o PG –8 – Comunicação e Investigação de Incidentes, o registo de Condições Inseguras, a realização de Safety Walks e também aos Códigos de Ética e Conduta, que permitem salvaguardar os Colaboradores contra eventuais represálias.
Procedimento de investigação de incidentes	Os incidentes de trabalho são analisados através do PG 28, assim como dos procedimentos de Identificação de Perigos e Avaliação de Risco. O PG 28 determina a forma como os incidentes devem ser classificados e comunicados, qual a equipa de investigação nomeada, as causas raiz que conduziram ao incidente e as medidas corretivas a implementar, com os respetivos responsáveis e prazos de implementação. Estes relatórios são amplamente divulgados por toda a Companhia, permitindo que nos diferentes complexos industriais e áreas florestais, com operações e tarefas semelhantes, os relatórios sejam avaliados e debatidos, identificando-se a possibilidade de ocorrência de situações similares, ou mesmo a aplicação das ações identificadas.

Segmento Cimento:

Identificação de riscos	Através da Avaliação de Perigos e Riscos implementada em cada local.
Qualidade do processo	Formação qualificada aos técnicos de SST e formação aos trabalhadores em matéria de SST.
Integração dos resultados dos processos na melhoria do SGSST	No âmbito dos Sistemas de Gestão, são realizadas auditorias internas e externas. Caso se verifiquem acidentes de trabalho, ou implementação de novos equipamentos/ projetos ou melhorias, a avaliação de perigos e riscos é revista. Adicionalmente, existe uma revisão periódica desta avaliação por forma a ser continuamente melhorada.
Processos de reporte de perigos disponíveis aos Colaboradores	Através dos procedimentos de segurança, nomeadamente do relato de incidentes ou quase-acidentes, existe, nas várias geografias, um Comité restrito de composição definida, que avalia situações de acidentes de trabalho, garantindo a tomada de decisão na gestão de consequências e na implementação de medidas, caso se verifique necessário.
Processo que permite aos Colaboradores resguardarem-se de situações que no seu entender podem causar lesões ou doenças	Existe uma política de STOP and GO card que pretende dar autoridade a todos os trabalhadores para identificarem o que não deve ser feito e que pode ter consequências para a sua saúde e segurança. O direito de recusa é integrado na filosofia desta política.
De que formas estão os Colaboradores protegidos contra eventuais represálias face a denúncias dos dois pontos anteriores	Através dos procedimentos de segurança, nomeadamente do relato de incidentes ou quase-acidentes, existe, nas várias geografias, um Comité restrito de composição definida, que avalia situações de acidentes de trabalho, garantindo a tomada de decisão na gestão de consequências e na implementação de medidas, caso se verifique necessário.
Procedimento de investigação de incidentes	Existe, para cada acidente, um relatório de investigação de acidentes, que estabelece os requisitos e regras obrigatórios a seguir para o reporte, a classificação e investigação de eventos de segurança. São elaboradas as recomendações e as lições aprendidas e é feita a divulgação através dos alertas para todo o Grupo. Adicionalmente, existem reuniões periódicas de SST, em vários níveis da empresa, onde esta informação é apresentada e discutida.

Outros Negócios – ETSA:

Identificação de riscos	<p>A Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos é realizada conforme metodologia fundamentada na análise e observação das tarefas, no comportamento dos trabalhadores, durante a execução das suas funções, em entrevistas aos trabalhadores, e em informações e documentação fornecida pela ETSA.</p> <p>A avaliação dos riscos considera as medidas de controlo do risco já implementadas e prevê 4 níveis de risco – reduzido, moderado, elevado e muito elevado –, sendo que para os níveis de risco moderado, elevado e muito elevado são definidas medidas adicionais de prevenção e proteção, privilegiando-se medidas técnicas, de proteção coletiva e organizacionais.</p> <p>As medidas definidas são incluídas numa lista de medidas de segurança, que prevê a priorização das mesmas, conforme o nível de risco.</p> <p>A avaliação de riscos é revista sempre que se justifique, considerando: acidentes e incidentes e doenças profissionais suspeitas ou confirmadas, auditorias/ inspeções de segurança, recomendações de trabalhadores/ prestadores de serviços, resultados de monitorizações, alteração das condições de trabalho, resultados de consultas aos trabalhadores, novas áreas/ atividades/ tarefas/ equipamentos, novo requisito legal, uma situações de emergência e outros motivos relacionados com a SST.</p> <p>Sempre que necessário, conforme a avaliação de riscos geral, são realizadas avaliações de risco específicas.</p> <p>Além da avaliação de riscos geral de SST, existem outras avaliações de riscos específicas, nomeadamente avaliação de riscos biológicos, que inclui todas as unidades e empresas da ETSA, bem como avaliação do risco de explosão, inserida no manual de proteção contra explosões, elaborado em 2023.</p> <p>O acompanhamento da implementação das medidas de segurança é realizado internamente através de reuniões entre os responsáveis de cada área/ unidade, e através de auditorias periódicas, realizadas pela empresa prestadora de serviços de segurança no trabalho.</p> <p>A divulgação da informação sobre perigos e riscos é feita através de formações e da publicação <i>online</i> de documentos relevantes. No caso de trabalhadores estrangeiros, e de modo a ultrapassar a barreira linguística, é assegurada a utilização de linguagem simples nas comunicações com os mesmos.</p>
Qualidade do processo	Empresa prestadora de serviços de segurança devidamente autorizada pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). A equipa técnica possui Certificado de Aptidão Profissional (CAP) de Técnico Superior de Segurança no Trabalho. Os responsáveis de cada unidade têm formação: Representante do Empregador (com programa elaborado de acordo com a ACT).

Integração dos resultados dos processos na melhoria do SGSST	A organização não possui um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST).
Processos de reporte de perigos disponíveis aos Colaboradores	<p>As visitas de segurança às instalações da ETSA são acompanhadas por responsáveis/ trabalhadores de cada setor, para que possam fazer a identificação dos perigos em conjunto com os TSST.</p> <p>Nas ações de formação são igualmente recolhidas informações sobre situações perigosas.</p> <p>São ainda realizadas ações de consulta aos trabalhadores, previstas no regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho (e demais legislação específica, em matéria de SST), realizadas no mínimo uma vez por ano para os temas gerais de SST e duas vezes por ano para o tema equipamentos de trabalho.</p> <p>Está ainda implementado o programa MAIS ETSA (baseado na recolha de sugestões de melhoria, dos trabalhadores, sobre as infraestruturas, equipamentos, processos, etc.).</p>
Processo que permite aos Colaboradores resguardarem-se de situações que no seu entender podem causar lesões ou doenças	<p>A Política de envolvimento dos trabalhadores nas atividades de segurança e saúde no trabalho, nomeadamente na identificação de situações perigosas e de sugestão de medidas de segurança; a Política de comunicação aberta entre trabalhadores e responsáveis sobre aspetos relacionados com a segurança e saúde no trabalho.</p> <p>Realização de ações de formação e elaboração de instruções de segurança.</p> <p>Disponibilização de informação sobre obrigações gerais do empregador (considerando o previsto no regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho) e a Realização de consultas de medicina do trabalho.</p>
De que formas estão os Colaboradores protegidos contra eventuais represálias face a denúncias dos dois pontos anteriores	A ETSA tem o compromisso de assegurar o cumprimento legal em todas as dimensões da sua atividade, nomeadamente, nas suas obrigações em matéria de SST.
Procedimento de investigação de incidentes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em caso de ocorrência de incidente/ acidente, o trabalhador e o seu responsável, elaboram o registo interno de acidente – a enviar aos Recursos Humanos (RH) e à empresa de serviços de segurança no trabalho. 2. Se aplicável, os RH asseguram o preenchimento e envio da participação à seguradora. 3. A empresa prestadora de serviços de segurança contacta o sinistrado e, quando necessário, desloca-se ao local para avaliar as causas do acidente/incidente, discutindo ainda medidas de segurança a implementar. 4. O relatório final inclui: descrição do acidente, análise de causas, medidas de segurança a implementar e respetivos responsáveis e a necessidade de revisão da avaliação de riscos. É elaborada uma lista de acidentes/incidentes onde, a cada ocorrência, se associam as ações, e que permite acompanhar o estado de implementação das medidas. <p>Periodicamente são realizadas reuniões internas (que envolvem os responsáveis de cada área/ unidade) para assegurar o acompanhamento da implementação. No âmbito das atividades e dos serviços externos de segurança, este acompanhamento é também realizado periodicamente. As medidas são definidas privilegiando as medidas técnicas, organizacionais e de proteção coletiva, em detrimento das restantes.</p>

GRI 403-3: Serviços de Saúde

Semapa Holding:

Anualmente, é feita uma ficha de aptidão médica, após exames complementares de diagnóstico, eletrocardiograma e consulta de acompanhamento.

A empresa agenda, também anualmente, nas suas instalações, a visita da equipa médica que faz a colheita de sangue para análises e realiza os exames complementares de diagnóstico. Os mesmos são analisados pelo médico numa consulta posterior, sendo esta também em horário laboral. Quando existem situações que carecem de acompanhamento permanente, o Colaborador é encaminhado para o seu médico de família.

	Pasta e Papel	Cimento	Outros negócios – ETSA
Serviços de saúde	<p>Na Navigator temos um conjunto de iniciativas corporativas que têm como objetivo melhorar, de forma transversal, as práticas, procedimentos e condições de trabalho, de forma a tornar as operações mais saudáveis e seguras.</p> <p>Em conjunto, as equipas de Medicina e de SST, realizam visitas periódicas às unidades industriais, o que representa uma oportunidade para, em conjunto e no terreno, avaliarem as condições e validarem as medidas a implementar.</p>	<p>Os serviços de saúde são assegurados, em grande parte, pela medicina do trabalho. Os serviços de segurança asseguram a monitorização dos riscos relacionados com a saúde, como sejam: (a) monitorização de poeiras totais, respiráveis e sílica; (b) o ruído; e (c) as vibrações, mantendo um plano de ações de forma a eliminar ou reduzir os riscos.</p>	<p>Os serviços de saúde são assegurados através de: (a) avaliação e controlo de riscos profissionais inerentes a cada posto de trabalho; (b) realização da avaliação clínica inicial / periódica / ocasional com a finalidade de garantir a aptidão do profissional para o desempenho das suas funções; (c) prevenção das doenças no exercício profissional;</p>
Garantia de qualidade	<p>A relação entre as equipas de SST e a Medicina do Trabalho assegura a partilha de informação relevante, designadamente a avaliação de riscos, os resultados das monitorizações de agentes (químicos, físicos, biológicos e radiações ionizantes) e, mais recentemente, as questões relacionadas com agentes químicos CRM's que podem afetar a reprodução. Esta partilha permite assegurar que as equipas de Medicina conhecem os riscos a que cada Colaborador está sujeito, tornando possível a monitorização de outros parâmetros complementares nas consultas periódicas, assim como a definição conjunta de medidas mitigadoras pontuais e/ou permanentes.</p>	<p>A qualidade deste serviço é assegurada através de: auditorias internas e externas; comunicações aos trabalhadores sobre os perigos, riscos e doenças profissionais aos quais podem estar sujeitos; reuniões periódicas com os trabalhadores; e da monitorização dos planos de ações definidos.</p>	<p>Para assegurar a qualidade deste serviço, este é prestado por uma empresa externa especializada e com competências acreditadas para a sua realização.</p> <p>O acesso ao serviço pelos trabalhadores é feito através de avaliação clínica e com recomendações específicas para cada posto de trabalho.</p>

GRI 403-4: Participação, Consulta e Comunicação aos Colaboradores sobre Segurança e Saúde no Trabalho

Semapa Holding:

Em setembro de 2022 foi feita uma consulta aos trabalhadores, de acordo com o art. 18º da Lei 102/2009 de 10 de setembro de 2009 alterada pela Lei 3/2014 de 28 de Janeiro com vista à obtenção de parecer. Desta forma, a Semapa Holding consultou por escrito os representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde ou, na sua falta, os próprios trabalhadores sobre:

1. A avaliação dos riscos para a segurança e saúde no trabalho, incluindo os respeitantes aos grupos de trabalhadores sujeitos a riscos especiais;
2. As medidas de segurança e saúde antes de serem postas em prática ou, logo que possível, em caso de aplicação urgente das mesmas;
3. As medidas que, pelo seu impacto nas tecnologias e nas funções, tenham repercussão sobre a segurança e saúde no trabalho;
4. O programa e a organização da formação no domínio da segurança e saúde no trabalho;
5. A designação do representante do empregador que acompanha a atividade da modalidade de serviço adotada;
6. A designação e a exoneração dos trabalhadores que desempenham funções específicas nos domínios da segurança e saúde no local de trabalho;
7. A designação dos trabalhadores responsáveis pela aplicação das medidas previstas no n.º 9 do artigo 15.º;
8. A modalidade de serviços a adotar, bem como o recurso a serviços exteriores à empresa ou a técnicos qualificados para assegurar a realização de todas ou parte das atividades de segurança e de saúde no trabalho;
9. O equipamento de proteção que seja necessário utilizar;
10. Os riscos para a segurança e saúde, bem como as medidas de proteção e de prevenção e a forma como se aplicam, quer em relação à atividade desenvolvida quer em relação à empresa, estabelecimento ou serviço;

11. A lista anual dos acidentes de trabalho mortais e dos que ocasionem incapacidade para o trabalho superior a três dias úteis, elaborada até ao final de março do ano subsequente;
12. Os relatórios dos acidentes de trabalho referidos na alínea anterior.

Segmento Pasta e Papel

Desde 2020 que a Navigator assegura, por meio de um inquérito *online*, a consulta a todos os Colaboradores. Este inquérito é realizado duas vezes por ano e é amplamente divulgado por forma a apelar à participação do maior número possível de pessoas. As questões abordam vários aspetos da SST, designadamente ao nível dos perigos e riscos, condições dos locais de trabalho, comunicação de resultados de monitorizações, conhecimento de procedimentos, necessidades de formação, qualidade dos equipamentos de proteção individual (EPI), entre outros. Os resultados desta consulta são publicados para que todos tenham acesso à informação e conhecimento das ações definidas de acordo com as respostas obtidas.

Adicionalmente a esta via, poderão também ser realizadas consultas junto das Comissões de Higiene e Segurança de cada um dos complexos industriais. Todos os complexos (com exceção de Vila Velha de Ródão e áreas florestais) têm Comissões de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho. As reuniões são periódicas, sendo que ocorrem, no mínimo, uma vez por ano. É da competência destas comissões discutir as avaliações de riscos, perigos e procedimentos, assim como transmitir as preocupações dos Colaboradores. A legislação portuguesa define qual a composição destas comissões garantindo a Companhia o seu cumprimento e aplicação.

Segmento Cimento

Na Secil, são várias as formas implementadas para garantir a comunicação com os Colaboradores, destacando-se: a realização periódica de inquéritos aos trabalhadores; as reuniões da comissão de trabalhadores ou com representantes dos trabalhadores para as questões de SST; e ainda a existência de quadros de segurança afixados nas unidades com as informações relevantes.

Existem comissões conjuntas de trabalhadores-administração nas várias geografias, de acordo com periodicidade definida localmente. De uma forma geral, estas têm a responsabilidade de avaliar todas as questões em matéria de SST. Alguns exemplos: recomendar ações de penalização/reconhecimento decorrentes de situações de trabalho ou outras situações observadas; sugerir ações corretivas e preventivas com vista à redução dos riscos, acidentes de trabalho e melhoria da saúde dos Colaboradores; sugerir ou dar parecer relativamente aos programas de prevenção e monitorização de SST; promover e sugerir ações de formação na área da saúde e segurança; e discutir sobre a qualidade e o conforto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Outros Negócios – ETSA

A organização não possui um sistema de gestão SST. No que respeita à informação/ comunicação, a mesma é assegurada através da partilha de documentação SST em pontos de consulta *online*, e através da afixação de documentos nas instalações e nos quadros de gestão de pessoal. A comunicação é também assegurada através das formações realizadas sobre a matéria.

Durante as visitas/ auditorias de segurança, bem como nas ações de formação, os trabalhadores são consultados relativamente às condições de segurança. Para além disso, são realizadas ações de consulta aos trabalhadores, previstas no regime jurídico da promoção da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) – e demais legislação específica, em matéria de SST. Está ainda implementado o programa MAIS ETSA (baseado na recolha de sugestões dos trabalhadores de melhoria de infraestruturas, equipamentos, processos, etc.). De referir que não existem comissões conjuntas de trabalhadores.

GRI 403-5: Formação dos trabalhadores em Segurança e Saúde no Trabalho

Semapa Holding

Estão em fase de implementação as medidas de autoproteção, incluindo simulacro de incêndio (exercícios de evacuação) e formação em primeiros socorros. De referir ainda que todas as necessidades de formação por parte dos Colaboradores da Semapa Holding são avaliadas anualmente, após a receção do relatório anual de SST. Todas as formações nesta área são gratuitas e em horário laboral.

Segmento Pasta e Papel

A Navigator assegura um conjunto de ações de formação de frequência obrigatória – tal como estabelecido na legislação nacional –, sendo que, pontualmente, é ministrada formação complementar. O Learning Center disponibiliza aos Colaboradores um conjunto de ações de formação que contempla diversos temas de Segurança.

Para 2023-2024, encontra-se em curso, a implementação de um plano de formação dedicado aos temas da SST na Navigator. As sessões de acolhimento têm um novo formato, onde os novos Colaboradores são convidados a conhecer, com mais detalhe, as atividades, perigos, situações de emergência, e medidas coletivas e individuais adotadas pela Companhia, bem como quais os principais procedimentos em vigor. A partilha de incidentes e de experiência é também um elemento importante no programa estabelecido.

A partir do 2.º semestre de 2023 todos os Colaboradores da Navigator foram convidados a frequentar um curso de Segurança: SAFEPRO em regime *e-learning*. Este curso tem um conteúdo programático intenso de mais de 11 horas de formação distribuídas por 10 módulos e aborda, de forma transversal, os temas mais críticos e importantes. Esta formação registou uma taxa de execução superior a 85% ultrapassando o objetivo (80%) estabelecido.

Este plano de formação em SST continuará a evoluir, estando previstos cursos de formação específicos, por função, em temas mais técnicos.

Foram ainda realizados 8 workshops de Liderança em Segurança que abrangeram toda a cadeia hierárquica da Navigator desde a CE até aos supervisores, num total de 300 Colaboradores.

No caso da formação ocorrer fora do horário de trabalho, os Colaboradores são compensados através de remuneração adicional. Em áreas consideradas mais críticas, cujos riscos das atividades sejam mais elevados, existe um reforço da formação neste âmbito, por parte da equipa local de SST.

Os trabalhadores externos têm de frequentar uma formação obrigatória desenvolvida pela Biond, designada por CS-P – Cartão de Segurança da Indústria Papeleira. Em situações de trabalhos ou projetos considerados especiais, pode sempre ser desenvolvida uma formação dedicada aos temas mais relevantes em matéria de segurança.

De referir ainda que foi desenvolvida, em conjunto com a área da Formação, uma matriz de competências por função, identificando para cada Colaborador, e segundo as tarefas que lhe estão atribuídas, qual a formação obrigatória que deverá ter. Este projeto deverá ser alvo de novos desenvolvimentos em 2024/2025.

Segmento Cimento

Em matéria de SST, é realizada formação obrigatória, decorrente de requisitos legais e formação outra voluntária, nomeadamente na área comportamental e de liderança em segurança. Adicionalmente, existe formação de acolhimento em SST para novos Colaboradores internos e externos. É também realizada a comunicação dos resultados da avaliação de riscos.

Outros Negócios – ETSA

Todos os trabalhadores possuem formação em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), abordando os seguintes conteúdos: Enquadramento Legal; Conceitos Básicos de Segurança e Saúde no Trabalho; Deveres e Responsabilidade dos Trabalhadores e do Empregador; Estatística de Acidentes de Trabalho; Perigos e Riscos do Posto de Trabalho; Medidas de Prevenção e Proteção; Movimentação Manual de Cargas; Equipamentos de Proteção Individual; Instruções de Segurança; e Sinalização de Segurança; Fichas de Dados de Segurança. No âmbito de perigos específicos, foram adicionalmente abordados: riscos químicos, riscos biológicos, segurança de máquinas e equipamentos de trabalho e movimentação manual de cargas. Foram realizadas ações de formação sobre Riscos Biológicos, Segurança de Máquinas e Equipamentos e Trabalhos em Altura e Espaços Confinados, de acordo com as funções e responsabilidades de cada trabalhador.

Em 2023 foram realizadas ações de formação sobre atmosferas explosivas (ATEX).

A ETSA avalia ainda as necessidades de formação através das ações de consulta aos trabalhadores, previstas no regime jurídico da promoção da SST (e demais legislação na matéria), realizadas no mínimo uma vez por ano para os temas gerais de SST e duas vezes por ano para o tema equipamentos de trabalho. Os serviços externos de segurança elaboraram um programa de formação com base nos requisitos legais relativos à formação (elencados nos mais distintos diplomas relacionados com a segurança e saúde no trabalho), considerando as informações transmitidas pelos trabalhadores (recolhidas em formações, auditorias, etc.), e com base no conhecimento das atividades desenvolvidas. O programa é gerido pelos Recursos Humanos. Os serviços externos apoiam na priorização das ações a ministrar.

Todas as formações são ministradas gratuitamente e sempre no horário de trabalho.

GRI 403-6: Promoção da Saúde do Colaborador

Semapa Holding

Os Colaboradores têm acesso a um seguro de saúde bastante abrangente que pode ser alargado aos restantes membros do agregado familiar, mediante um pagamento adicional, inferior ao preço de mercado.

Adicionalmente, existe um médico de medicina geral e familiar disponível semanalmente, para prescrição de receitas médicas e exames complementares.

Segmento pasta e Papel

A Navigator dispõe de uma equipa de Saúde Ocupacional (SO), medicina curativa e equipa de enfermagem permanente nas áreas industriais e florestais sendo que todos os Colaboradores da Navigator têm acesso a estes serviços. As unidades fabris têm um Posto Médico acessível a todos os Colaboradores, o que lhes permite expor as suas necessidades aos profissionais de saúde. O corpo de enfermeiros realiza uma assistência permanente (24 horas) aos Colaboradores, com exceção de Vila Velha de Ródão em que os enfermeiros estão disponíveis apenas durante o horário diurno.

A equipa de SO é constituída por um psicólogo, uma nutricionista, uma assistente social e cinco fisioterapeutas em cada unidade fabril. Esta equipa, em parceria com a equipa de medicina (trabalho e curativa), desenvolvem programas de saúde e bem-estar, avaliando e acompanhando os Colaboradores que apresentem necessidades de apoio em qualquer uma das valências. A equipa residente disponibiliza os seus serviços nos postos médicos e desenvolve programas mais abrangentes com os Colaboradores como, por exemplo, atividade física laboral, análise do sono, alimentação em regime de turnos, respostas sociais, entre outros. Todos os anos, no mês de outubro, celebramos o mês da saúde dinamizando várias iniciativas de maior contacto e proximidade com as operações, sendo muito positivo o *feedback* recolhido. Para complementar a ação na área da promoção da saúde, disponibilizamos um Seguro de Saúde que permite aceder a uma vasta rede de serviços de saúde e especialistas.

Segmento Cimento

Na Secil, existem serviços de medicina no trabalho para todos os trabalhadores, sendo que nas fábricas existe um posto médico e, nalguns casos, para além da medicina do trabalho, existe medicina curativa. Para complementar a ação na área da promoção da saúde, a empresa disponibiliza seguro de saúde de uma forma geral.

Existe ainda um plano de consultas e exames periódicos, ao qual é realizado o acompanhamento deste plano e são tomadas medidas relativas aos desvios identificados de forma a assegurar o seu pleno cumprimento.

Outros Negócios – ETSA

A empresa disponibiliza, em todos os seus estabelecimentos e a todos os seus trabalhadores, o serviço de medicina curativa.

Este serviço permite facilitar o acesso a serviços médicos, sem a necessidade de os trabalhadores recorrerem aos Centros de Saúde ou outros médicos e sem a necessidade de se deslocarem.

GRI 403-7: Prevenção e mitigação de impactes na Segurança e Saúde no Trabalho diretamente relacionados com relações comerciais

Segmento Pasta e Papel

A abordagem da Companhia para prevenir ou mitigar impactos negativos significativos na segurança e saúde no trabalho, diretamente ligados com as suas operações, não é diferenciada, uma vez que a SST é uma função coordenada de forma transversal e corporativa, apesar de cada complexo ter uma equipa local de coordenação e SST.

Segmento Cimento

A Secil tem uma política de zero danos para os seus Colaboradores, contratados e para a comunidade onde se insere. A identificação dos perigos e a avaliação dos riscos decorrente das suas atividades é o pilar para a prevenção e a mitigação dos impactos negativos em todos os Colaboradores. A sua revisão e atualização é relevante e é através da implementação do plano de ações das medidas consideradas necessárias que se garante a redução dos impactes negativos.

Outros Negócios – ETSA

A ETSA realiza um acompanhamento das condições de segurança e saúde no trabalho em pontos de recolha, pela Área Comercial, com destacamento de equipas de manutenção de equipamentos instalados nos pontos de recolha.

Existe ainda um sistema reporte de não conformidades/ oportunidades de melhoria identificadas pelos trabalhadores nos pontos de recolha.

Os dados são tratados pelos responsáveis e diretores das áreas correspondentes, em cooperação com a Área Comercial.

GRI 403-8: Trabalhadores abrangidos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho				
Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navegador	Número total de Colaboradores	3 021	3 115	3 187
	Número total de outros Colaboradores	14 293	10 324	12 863
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST	3 021	3 115	3 187
	Outros Colaboradores abrangidos pelo SGSST	14 293	10 324	12 863
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST	17 314	13 439	16 050
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST	100%	100%	100%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	100%	100%	100%
	Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	100%	100%	100%
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado	2 780	2 904	2 947
	Outros Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado	13 896	10 324	12 863
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST – certificado	16 676	13 228	15 810
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado	92%	93%	92%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST – certificado	97%	100%	100%
	Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST – certificado	96%	98%	99%
	Secil	Número total de Colaboradores	2 355	2 367
Número total de outros Colaboradores		1 838	1 861	1 764
Colaboradores abrangidos pelo SGSST		2 362	2 367	2 453
Outros Colaboradores abrangidos pelo SGSST		1 838	1 861	1 764
Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST		4 200	4 228	4 217
Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST		100%	100%	100%
Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST		100%	100%	100%
Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST		229%	100%	100%
Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado		1 809	1 819	1 897
Outros Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado		1 614	1 642	1 592
Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST – certificado		3 423	3 461	3 489
Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado		77%	77%	77%
Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST – certificado		88%	88%	90%
Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST – certificado		82%	82%	83%

ETSA	Número total de Colaboradores	277	314	332
	Número total de outros Colaboradores	0	0	0
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST	0	0	0
	Outros Colaboradores abrangidos pelo SGSST	0	0	0
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST	0	0	0
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST	0%	0%	0%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	---	---	---
	Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	0%	0%	0%
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado	0	0	0
	Outros Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado	0	0	0
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST – certificado	0	0	0
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado	0%	0%	0%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST – certificado	---	---	---
Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST – certificado	0%	0%	0%	
Holding	Número total de Colaboradores	32	38	37
	Número total de outros Colaboradores	2	1	2
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST	32	38	37
	Outros Colaboradores abrangidos pelo SGSST	0	0	0
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST	32	38	37
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST	100%	100%	100%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	0%	0%	0%
	Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	94%	97%	95%
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado	32	38	37
	Outros Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado	0	0	0
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST – certificado	32	38	37
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado	100%	100%	100%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST – certificado	0%	0%	0%
Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST – certificado	94%	97%	95%	
Grupo Semapa	Número total de Colaboradores	3 459	5 965	6 139
	Número total de outros Colaboradores	16 133	12 186	14 629
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST	5 415	5 520	5 677
	Outros Colaboradores abrangidos pelo SGSST	16 131	12 185	14 627
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST	21 546	17 705	20 304
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST	157%	93%	92%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	100%	100%	100%
	Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST	110%	98%	98%
	Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado	4 621	4 761	4 881
	Outros Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado	15 510	11 966	14 455
	Total (Colaboradores e outros trabalhadores) abrangidos pelo SGSST – certificado	20 131	16 727	19 336
	Percentagem de Colaboradores abrangidos pelo SGSST – certificado	134%	80%	80%
	Percentagem de outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST – certificado	96%	98%	99%
Percentagem de Colaboradores e outros trabalhadores abrangidos pelo SGSST – certificado	103%	92%	93%	

Nota 1: Na Navigator, existe um conjunto de atividades que não está abrangido pelos sistemas de SST certificados, nomeadamente a Gestão Florestal, o Abastecimento de Madeira e o RAIZ, que não se encontram no âmbito da certificação. No entanto, as atividades desenvolvidas nestas áreas seguem os mesmos princípios e procedimentos. Os dados apresentados não incluem os Colaboradores de Espanha (Ejea), de Moçambique e os escritórios internacionais.

Nota 2: Para a Secil, dado o novo alinhamento de critérios do Grupo Semapa, que prevê a exclusão dos estagiários da GRI 2-7 e a inclusão na GRI 2-8, houve um ajuste dos valores reportados no ano de 2021, o único período a registar estagiários, nomeadamente sete. Este ajuste justifica a atualização do n.º total de Colaboradores, que passa de um total de 2362 para 2355 Colaboradores em 2021.

Nota 3: A ETSA não tem atualmente um sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho.

GRI 403-9: Acidentes de trabalho – Colaboradores próprios				
Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	3	1	0
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	132	178	133
	Número de acidentes de trabalho com baixa	49	51	35
	Número de dias perdidos	3 443	2 667	1 286
	Horas trabalhadas	5 866 472	5 725 135	5 237 695
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,5	0,2	0,0
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	22,5	31,1	25,4
	Taxa de frequência	8,4	8,9	6,7
Taxa de gravidade	586,9	465,8	245,5	
Secil	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	1	0	1
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	4	1	2
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	55	49	58
	Número de acidentes de trabalho com baixa	33	24	32
	Número de dias perdidos	1 028	824	975
	Horas trabalhadas	4 737 660	4 716 395	4 854 654
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,2	0,0	0,2
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,8	0,2	0,4
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	11,6	10,4	11,9
	Taxa de frequência	7,0	5,1	6,6
Taxa de gravidade	217,0	174,7	200,8	
ETSA	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	0	1	0
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	26	30	22
	Número de acidentes de trabalho com baixa	26	28	22
	Número de dias perdidos	1 088	754	354
	Horas trabalhadas	494 331	546 844	617 610
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,0	1,8	0,0
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	52,6	54,9	35,6
	Taxa de frequência	52,6	51,2	35,6
Taxa de gravidade	2 201,0	1 378,8	573,2	

Holdings	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	0	0	0
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	0	0	0
	Número de acidentes de trabalho com baixa	0	0	0
	Número de dias perdidos	0	0	0
	Horas trabalhadas	42 248	68 872	68 660
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0,0	0,0	0,0
	Taxa de frequência	0,0	0,0	0,0
	Taxa de gravidade	0,0	0,0	0,0
Grupo Semapa	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	1	0	1
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	7	3	2
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	213	257	213
	Número de acidentes de trabalho com baixa	108	103	89
	Número de dias perdidos	5 559	4 245	2 615
	Horas trabalhadas	11 140 711	11 057 246	10 778 619
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,1	0,0	0,1
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,6	0,3	0,2
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	19,1	23,2	19,8
	Taxa de frequência	9,7	9,3	8,3
	Taxa de gravidade	499,0	383,9	242,6

GRI 403-9: Acidentes de trabalho – outros trabalhadores

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	0	0	0
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	15	84	95
	Número de acidentes de trabalho com baixa	15	23	21
	Número de dias perdidos	0	0	0
	Horas trabalhadas	3 858 480	4 448 055	4 493 836
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	3,9	18,9	21,1
	Taxa de frequência	3,9	5,2	4,7
	Taxa de gravidade	0,0	0,0	0,0

Secil	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	1	0	1
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	0	1	0
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	33	36	61
	Número de acidentes de trabalho com baixa	20	18	19
	Número de dias perdidos	366	524	289
	Horas trabalhadas	3 174 083	3 269 051	3 705 019
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,3	0,0	0,3
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,0	0,3	0,0
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	10,4	11,0	16,5
	Taxa de frequência	6,3	5,5	5,1
	Taxa de gravidade	115,3	160,3	78,0
ETSA	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	---	---	---
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	---	---	---
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	---	---	---
	Número de acidentes de trabalho com baixa	---	---	---
	Número de dias perdidos	---	---	---
	Horas trabalhadas	---	---	---
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	---	---	---
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	---	---	---
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	---	---	---
Taxa de frequência	---	---	---	
Taxa de gravidade	---	---	---	
Holdings	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	0	0	0
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	0	0	0
	Número de acidentes de trabalho com baixa	0	0	0
	Número de dias perdidos	0	0	0
	Horas trabalhadas	3 696	1 824	3 116
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0,0	0,0	0,0
	Taxa de frequência	0,0	0,0	0,0
Taxa de gravidade	0,0	0,0	0,0	
Grupo Semapa	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	1	0	1
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	0	1	0
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	48	120	156
	Número de acidentes de trabalho com baixa	35	41	40
	Número de dias perdidos	366	524	289
	Horas trabalhadas	7 036 259	7 718 930	8 201 971
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,1	0,0	0,1
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,0	0,1	0,0
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	6,8	15,5	19,0
	Taxa de frequência	5,0	5,3	4,9
	Taxa de gravidade	52,0	67,9	35,2

GRI 403-9: Acidentes de trabalho – total de Colaboradores próprios e outros trabalhadores

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	3	1	0
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	147	262	228
	Número de acidentes de trabalho com baixa	64	74	56
	Número de dias perdidos	3 443	2 667	1 286
	Horas trabalhadas	9 724 952	10 173 190	9 731 531
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,3	0,1	0,0
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	15,1	25,8	23,4
	Taxa de frequência	6,6	7,3	5,8
	Taxa de gravidade	354,1	262,2	132,1
	Secil	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	2	0
Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)		4	2	2
Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)		88	85	119
Número de acidentes de trabalho com baixa		53	42	51
Número de dias perdidos		1 394	1 348	1 264
Horas trabalhadas		7 911 743	7 985 446	8 559 673
Fator de normalização de número de horas trabalhadas		1 000 000	1 000 000	1 000 000
Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho		0,3	0,0	0,2
Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)		0,5	0,3	0,2
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória		11,1	10,6	13,9
Taxa de frequência		6,7	5,3	6,0
Taxa de gravidade		176,2	168,8	147,7
ETSA		Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	0	1	0
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	26	30	22
	Número de acidentes de trabalho com baixa	26	28	22
	Número de dias perdidos	1 088	754	354
	Horas trabalhadas	494 331	546 844	617 610
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,0	1,8	0,0
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	52,6	54,9	35,6
	Taxa de frequência	52,6	51,2	35,6
	Taxa de gravidade	2 201,0	1 378,8	573,2

Holdings	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0	0	0
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	0	0	0
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	0	0	0
	Número de acidentes de trabalho com baixa	0	0	0
	Número de dias perdidos	0	0	0
	Horas trabalhadas	45 944	70 696	71 776
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,0	0,0	0,0
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0,0	0,0	0,0
	Taxa de frequência	0,0	0,0	0,0
Taxa de gravidade	0,0	0,0	0,0	
Grupo Semapa	Número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	2	0	2
	Número de acidentes graves (comunicação em 24h à ACT)	7	4	2
	Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (relatório único)	261	377	369
	Número de acidentes de trabalho com baixa	143	144	129
	Número de dias perdidos	5 925	4 769	2 904
	Horas trabalhadas	18 176 970	18 776 176	18 980 590
	Fator de normalização de número de horas trabalhadas	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	0,1	0,0	0,1
	Índice de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos)	0,4	0,2	0,1
	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	14,4	20,1	19,4
	Taxa de frequência	7,9	7,7	6,8
Taxa de gravidade	326,0	254,0	153,0	

Nota 1: Na Navigator as horas trabalhadas dos Colaboradores das subsidiárias comerciais fora de Portugal não estão incluídas no âmbito deste indicador, uma vez que não existe um sistema estruturado de reporte de incidentes. Os dados apresentados não incluem os Colaboradores de Ejea e de Moçambique e dos escritórios internacionais.

Notas 2: Segundo os critérios GRI, acidentes de trabalho graves são lesões das quais o trabalhador não irá recuperar, ou seja, expectável que recupere plenamente num prazo máximo de seis meses para a condição de saúde anterior ao acidente.

Segundo os critérios GRI, inclui todos os acidentes que resultem em uma das seguintes possibilidades: óbitos, acidentes com e sem baixa, acidentes que resultem em perda ou redução da capacidade para o trabalho ou transferência para outra função, acidentes que levem a tratamento médico além dos primeiros socorros, perda de consciência, lesão grave diagnosticada por um médico ou outro profissional de saúde habilitado. Pode também ser designado por TRI (Total Recordable Incidents). Coincide com o total reportado no Relatório Único.

Nota 3: Para o cálculo dos índices foi utilizado o fator de normalização de horas trabalhadas de 1 000 000.

Notas metodológicas sobre os cálculos efetuados:

Fórmulas GRI:

- Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho = (N.º de óbitos resultantes de acidentes de trabalho / N.º de horas trabalhadas) x 1 000 000
 - Índice de acidentes de trabalho graves = (N.º de acidentes de trabalho graves (excluindo óbitos) / N.º de horas trabalhadas) x 1 000 000
 - Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória = (N.º de acidentes de trabalho / N.º de horas trabalhadas) x 1 000 000
- Fórmulas Relatório Único:
- Taxa de Frequência = (N.º de acidentes com baixa / N.º de horas trabalhadas) x 1 000 000
 - Taxa de Gravidade = (N.º de dias perdidos / N.º de horas trabalhadas) x 1 000 000

GRI 403-10: Doenças profissionais

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023
Navigator	Número óbitos resultantes de doenças ocupacionais	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais participadas	1	10	7
	Número de casos de doenças ocupacionais confirmadas	1	0	0
Secil	Número óbitos resultantes de doenças ocupacionais	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais participadas	8	3	3
	Número de casos de doenças ocupacionais confirmadas	1	0	1
ETSA	Número óbitos resultantes de doenças ocupacionais	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais participadas	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais confirmadas	0	1	3
Holdings	Número óbitos resultantes de doenças ocupacionais	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais participadas	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais confirmadas	0	0	0
Grupo Semapa	Número óbitos resultantes de doenças ocupacionais	0	0	0
	Número de casos de doenças ocupacionais participadas	9	13	10
	Número de casos de doenças ocupacionais confirmadas	2	1	4

Nota 1: Refere-se que os números apresentados acima apenas dizem respeito a Colaboradores das empresas e não a Trabalhadores externos.

Nota 2: No caso da Navigator, os dados apresentados não incluem os Colaboradores de Ejea, de Moçambique e dos escritórios internacionais.

Nota 3: No caso da ETSA, os dados de 2022 foram atualizados para o número de doenças profissionais confirmadas.

GRI 404: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

GRI 404-1: Média anual de horas de formação anual por Colaborador

Empresa/ Participada	Descrição	2021	2022	2023		
Navigator	Nº total de horas de formação	Dirigentes	Masculino	385	534	1 558
			Feminino	911	215	330
	Quadros Superiores	Masculino	11 951	16 188	19 813	
		Feminino	8 046	8 801	11 975	
	Quadros Médios	Masculino	6 653	8 760	14 482	
		Feminino	1 423	2 326	4 393	
	Administrativos	Masculino	---	---	---	
		Feminino	---	---	---	
	Executantes	Masculino	88 865	92 690	189 776	
		Feminino	6 232	7 155	16 793	
	Subtotal	Masculino	107 854	118 173	225 629	
		Feminino	16 612	18 497	33 491	
	Nº médio de horas de formação por Colaborador	Dirigentes	Masculino	15	15	54
			Feminino	182	54	66
	Quadros Superiores	Masculino	31	40	47	
		Feminino	37	33	44	
	Quadros Médios	Masculino	23	30	44	
		Feminino	14	20	28	
	Administrativos	Masculino	---	---	---	
		Feminino	---	---	---	
Executantes	Masculino	46	48	99		
	Feminino	30	38	87		
Total	Homens	41	44	84		
	Mulheres	31	32	53		
	Total	40	42	78		

Secil	Nº total de horas de formação	Dirigentes	Masculino	616	503	1 549	
			Feminino	194	98	265	
		Quadros Superiores	Masculino	3 378	1 087	2 523	
			Feminino	1 192	764	892	
		Quadros Médios	Masculino	5 404	3 866	9 070	
			Feminino	1 748	869	3 094	
		Administrativos	Masculino	4 908	3 064	7 036	
			Feminino	1 582	1 095	3 618	
		Executantes	Masculino	24 716	18 904	48 381	
			Feminino	419	331	479	
		Subtotal	Masculino	39 022	27 424	68 559	
			Feminino	5 135	3 157	8 348	
		Nº médio de horas de formação por Colaborador	Dirigentes	Masculino	15	12	42
				Feminino	24	12	33
	Quadros Superiores		Masculino	42	14	33	
			Feminino	66	40	47	
	Quadros Médios		Masculino	24	16	37	
			Feminino	20	10	32	
	Administrativos		Masculino	19	11	20	
			Feminino	10	8	22	
Executantes	Masculino		17	13	34		
	Feminino		10	7	10		
Total	Homens		19	13	32		
	Mulheres		17	10	25		
	Total		19	13	31		
ETSA	Nº total de horas de formação		Dirigentes	Masculino	39	251	124
		Feminino		9	18	82	
		Quadros Superiores	Masculino	157	302	179	
			Feminino	21	36	122	
		Quadros Médios	Masculino	134	338	135	
			Feminino	-	-	-	
		Administrativos	Masculino	312	327	537	
			Feminino	447	736	984	
		Executantes	Masculino	1 896	2 684	2 236	
			Feminino	44	282	113	
		Subtotal	Masculino	2 538	3 902	3 210	
			Feminino	521	1 072	1 300	
		Nº médio de horas de formação por Colaborador	Dirigentes	Masculino	20	126	62
				Feminino	9	18	82
	Quadros Superiores		Masculino	39	101	45	
			Feminino	21	36	122	
	Quadros Médios		Masculino	19	48	14	
			Feminino	---	---	---	
	Administrativos		Masculino	17	18	28	
			Feminino	16	26	31	
Executantes	Masculino		10	15	10		
	Feminino		2	9	3		
Total	Homens		12	19	13		
	Mulheres		9	17	17		
	Total		11	18	14		

Holdings	Nº total de horas de formação	Dirigentes	Masculino	56	272	305	
			Feminino	69	318	378	
		Quadros Superiores	Masculino	13	42	282	
			Feminino	78	206	553	
		Quadros Médios	Masculino	13	14	9	
			Feminino	13	8	35	
		Administrativos	Masculino	-	-	-	
			Feminino	-	-	-	
		Executantes	Masculino	-	-	77	
			Feminino	4	97	37	
		Subtotal	Masculino	82	328	673	
			Feminino	164	629	1 003	
		Nº médio de horas de formação por Colaborador	Dirigentes	Masculino	8	45	44
				Feminino	17	64	63
	Quadros Superiores		Masculino	4	8	71	
			Feminino	10	26	61	
	Quadros Médios		Masculino	13	14	9	
			Feminino	13	8	18	
	Administrativos		Masculino	---	---	---	
			Feminino	---	---	---	
	Executantes		Masculino	-	-	39	
			Feminino	1	10	6	
	Total		Homens	6	23	48	
			Mulheres	9	26	44	
		Total	8	25	45		
	Grupo Semapa	Nº total de horas de formação	Dirigentes	Masculino	1 096	1 560	3 536
Feminino				1 183	649	1 055	
Quadros Superiores			Masculino	15 499	17 619	22 797	
			Feminino	9 337	9 807	13 542	
Quadros Médios			Masculino	12 204	12 979	23 696	
			Feminino	3 184	3 203	7 522	
Administrativos			Masculino	5 220	3 391	7 573	
			Feminino	2 029	1 831	4 602	
Executantes			Masculino	115 477	114 278	240 470	
			Feminino	6 699	7 865	17 422	
Total			Masculino	149 496	149 827	298 071	
			Feminino	22 432	23 355	44 142	
Nº médio de horas de formação por Colaborador			Dirigentes	Masculino	15	18	47
				Feminino	66	36	53
		Quadros Superiores	Masculino	32	36	45	
			Feminino	38	33	45	
		Quadros Médios	Masculino	23	24	41	
			Feminino	17	16	29	
		Administrativos	Masculino	19	11	21	
			Feminino	11	11	24	
		Executantes	Masculino	33	32	68	
			Feminino	23	29	60	
		Total	Homens	31	30	59	
			Mulheres	24	24	42	
Total			30	29	56		

Nota 1: Remete-se para o indicador 2-7 para informações detalhadas sobre o número de Colaboradores e as alterações ocorridas no relato de 2021 e 2022.

Nota 2: Para a Navigator, os dados referentes a 2021 e 2022 foram corrigidos devido à inclusão dos dados referentes a Moçambique. Os dados de 2023 englobam todas as atividades do Grupo Navigator com exceção dos Colaboradores da nova unidade de *tissue* em Espanha (Ejea).

GRI 404-3: Percentual de Colaboradores que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira						
Empresa/ Participada	Descrição		2021	2022	2023	
Navigator	Conselho de Administração	Masculino	---	---	---	
		Feminino	---	---	---	
		Subtotal	---	---	---	
	Dirigentes	Masculino	68%	100%	100%	
		Feminino	80%	100%	100%	
		Subtotal	70%	100%	100%	
	Quadros Superiores	Masculino	98%	100%	100%	
		Feminino	100%	99%	100%	
		Subtotal	99%	99%	100%	
	Quadros Médios	Masculino	99%	100%	100%	
		Feminino	100%	98%	100%	
		Subtotal	99%	99%	100%	
	Administrativos	Masculino	---	---	---	
		Feminino	---	---	---	
		Subtotal	---	---	---	
	Executantes	Masculino	100%	97%	98%	
		Feminino	97%	96%	100%	
		Subtotal	99%	97%	99%	
	Secil	Conselho de Administração	Masculino	---	---	---
			Feminino	---	---	---
			Subtotal	---	---	---
Dirigentes		Masculino	85%	69%	100%	
		Feminino	88%	88%	88%	
		Subtotal	85%	72%	98%	
Quadros Superiores		Masculino	79%	64%	94%	
		Feminino	94%	74%	94%	
		Subtotal	82%	66%	94%	
Quadros Médios		Masculino	80%	69%	97%	
		Feminino	98%	90%	100%	
		Subtotal	85%	75%	98%	
Administrativos		Masculino	98%	81%	100%	
		Feminino	67%	69%	99%	
		Subtotal	86%	77%	99%	
Executantes		Masculino	61%	64%	96%	
		Feminino	79%	80%	100%	
		Subtotal	61%	65%	96%	

ETSA	Conselho de Administração	Masculino	100%	100%	100%	
		Feminino	---	---	---	
		Subtotal	100%	100%	100%	
	Dirigentes	Masculino	100%	100%	100%	
		Feminino	100%	100%	100%	
		Subtotal	100%	100%	100%	
	Quadros Superiores	Masculino	100%	100%	100%	
		Feminino	100%	100%	100%	
		Subtotal	100%	100%	100%	
	Quadros Médios	Masculino	100%	100%	100%	
		Feminino	---	---	---	
		Subtotal	100%	100%	100%	
	Administrativos	Masculino	100%	100%	100%	
		Feminino	100%	100%	100%	
		Subtotal	100%	100%	100%	
	Executantes	Masculino	100%	100%	100%	
		Feminino	100%	100%	100%	
		Subtotal	100%	100%	100%	
	Holdings	Conselho de Administração	Masculino	0%	100%	100%
			Feminino	---	100%	---
			Subtotal	0%	100%	100%
Dirigentes		Masculino	100%	100%	100%	
		Feminino	100%	100%	100%	
		Subtotal	100%	100%	100%	
Quadros Superiores		Masculino	100%	100%	100%	
		Feminino	100%	88%	100%	
		Subtotal	100%	92%	100%	
Quadros Médios		Masculino	100%	100%	100%	
		Feminino	100%	100%	100%	
		Subtotal	100%	100%	100%	
Administrativos		Masculino	---	---	---	
		Feminino	---	---	---	
		Subtotal	---	---	---	
Executantes		Masculino	100%	100%	100%	
		Feminino	100%	60%	100%	
		Subtotal	100%	67%	100%	
Grupo Semapa		Conselho de Administração	Masculino	50%	100%	100%
			Feminino	---	100%	---
			Total	50%	100%	100%
	Dirigentes	Masculino	81%	83%	100%	
		Feminino	89%	94%	95%	
		Total	83%	85%	99%	
	Quadros Superiores	Masculino	95%	93%	99%	
		Feminino	100%	96%	100%	
		Total	96%	94%	99%	
	Quadros Médios	Masculino	90%	86%	99%	
		Feminino	99%	94%	100%	
		Total	93%	88%	99%	
	Administrativos	Masculino	98%	82%	100%	
		Feminino	72%	74%	99%	
		Total	88%	80%	99%	
	Executantes	Masculino	83%	83%	98%	
		Feminino	94%	93%	100%	
		Total	84%	84%	98%	

GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

GRI 405-1: Diversidade nos órgãos de governação e Colaboradores

Empresa/ Participada	Descrição		2021	2022	2023	
Navigator	Género	Conselho de Administração	Masculino	76,9%	75,0%	64,3%
			Feminino	23,1%	25,0%	35,7%
	Dirigentes	Masculino	83,3%	89,5%	84,8%	
		Feminino	16,7%	10,5%	15,2%	
	Quadros Superiores	Masculino	64,4%	60,1%	60,6%	
		Feminino	35,6%	40,0%	39,4%	
	Quadros Médios	Masculino	74,9%	72,7%	68,3%	
		Feminino	25,1%	27,3%	31,7%	
	Administrativos	Masculino	---	---	---	
		Feminino	---	---	---	
	Executantes	Masculino	90,0%	91,2%	90,8%	
		Feminino	10,0%	8,8%	9,2%	
	Subtotal	Masculino	83,0%	82,3%	81,0%	
		Feminino	17,0%	17,7%	19,0%	
	Idade	Conselho de Administração	<30	0,0%	0,0%	0,0%
			30 a 50	15,4%	0,0%	21,4%
	>50		84,6%	100,0%	78,6%	
	Dirigentes	<30	0,0%	0,0%	0,0%	
		30 a 50	50,0%	31,6%	27,3%	
		>50	50,0%	68,4%	72,7%	
	Quadros Superiores	<30	8,0%	11,6%	12,9%	
		30 a 50	65,0%	63,0%	61,9%	
		>50	26,9%	25,5%	25,2%	
	Quadros Médios	<30	9,5%	11,5%	11,7%	
		30 a 50	52,4%	54,4%	56,7%	
		>50	38,0%	34,1%	31,5%	
	Administrativos	<30	---	---	---	
		30 a 50	---	---	---	
		>50	---	---	---	
	Executantes	<30	11,1%	13,3%	13,7%	
		30 a 50	62,7%	62,7%	63,7%	
		>50	26,2%	24,0%	22,6%	
	Subtotal	<30	10,2%	12,5%	13,0%	
30 a 50		61,5%	61,1%	61,8%		
>50		28,3%	26,4%	25,2%		

Secil	Género	Conselho de Administração	Masculino	100,0%	87,0%	80,0%
			Feminino	0,0%	13,0%	20,0%
	Dirigentes	Masculino	83,3%	84,0%	81,8%	
		Feminino	16,7%	16,0%	18,2%	
	Quadros Superiores	Masculino	81,8%	80,0%	79,8%	
		Feminino	18,2%	20,0%	20,2%	
	Quadros Médios	Masculino	72,5%	73,0%	72,1%	
		Feminino	27,5%	27,0%	27,9%	
	Administrativos	Masculino	63,2%	66,0%	65,3%	
		Feminino	36,8%	34,0%	34,7%	
	Executantes	Masculino	97,1%	97,0%	96,3%	
		Feminino	2,9%	3,0%	3,7%	
	Subtotal	Masculino	86,9%	87,3%	86,3%	
		Feminino	13,1%	12,7%	13,7%	
	Conselho de Administração	<30	0,0%	0,0%	0,0%	
		30 a 50	33,3%	13,0%	30,0%	
	Dirigentes	>50	66,7%	87,0%	70,0%	
		<30	0,0%	0,0%	4,5%	
		30 a 50	27,1%	26,0%	20,5%	
	Quadros Superiores	>50	72,9%	74,0%	75,0%	
		<30	2,0%	0,0%	3,2%	
		30 a 50	55,6%	53,0%	50,0%	
	Quadros Médios	>50	42,4%	47,0%	46,8%	
		<30	11,7%	10,0%	10,2%	
		30 a 50	69,6%	70,0%	73,8%	
	Administrativos	>50	18,7%	20,0%	16,0%	
		<30	14,9%	17,0%	18,9%	
		30 a 50	50,2%	49,0%	54,4%	
	Executantes	>50	34,9%	34,0%	26,7%	
		<30	7,5%	7,0%	7,9%	
		30 a 50	56,6%	57,0%	54,9%	
	Subtotal	>50	35,9%	36,0%	37,2%	
		<30	9,0%	9,0%	10,0%	
		30 a 50	56,5%	56,0%	56,7%	
		>50	34,5%	35,0%	33,3%	

ETSA	Género	Categoria	Porcentagem			
			Masculino	Feminino	Total	
	Conselho de Administração	Masculino	100,0%	87,0%	100,0%	
		Feminino	0,0%	13,0%	0,0%	
	Dirigentes	Masculino	83,0%	84,0%	66,7%	
		Feminino	17,0%	16,0%	33,3%	
	Quadros Superiores	Masculino	82,0%	80,0%	80,0%	
		Feminino	18,0%	20,0%	20,0%	
	Quadros Médios	Masculino	72,0%	73,0%	100,0%	
		Feminino	28,0%	27,0%	0,0%	
	Administrativos	Masculino	63,0%	66,0%	37,3%	
		Feminino	37,0%	34,0%	62,7%	
	Executantes	Masculino	97,0%	97,0%	83,8%	
		Feminino	3,0%	3,0%	16,2%	
	Subtotal	Masculino	78,9%	77,1%	77,1%	
		Feminino	21,1%	22,9%	22,9%	
	Idade	Conselho de Administração	<30	0,0%	0,0%	0,0%
			30 a 50	33,3%	50,0%	50,0%
			>50	66,7%	50,0%	50,0%
		Dirigentes	<30	0,0%	0,0%	0,0%
			30 a 50	33,3%	33,3%	33,3%
			>50	66,7%	66,7%	66,7%
Quadros Superiores		<30	0,0%	0,0%	0,0%	
		30 a 50	80,0%	80,0%	80,0%	
		>50	20,0%	20,0%	20,0%	
Quadros Médios		<30	0,0%	0,0%	0,0%	
		30 a 50	85,7%	80,0%	80,0%	
		>50	14,3%	20,0%	20,0%	
Administrativos		<30	13,0%	0,0%	0,0%	
		30 a 50	54,3%	60,8%	60,8%	
		>50	32,6%	39,2%	39,2%	
Executantes		<30	11,6%	9,7%	9,7%	
		30 a 50	50,5%	51,0%	51,0%	
		>50	38,0%	39,4%	39,4%	
Subtotal		<30	11,1%	7,5%	7,5%	
		30 a 50	52,1%	53,6%	53,6%	
	>50	36,8%	38,9%	38,9%		

Holdings	Género	Categoria	Porcentagem				
			Masculino	Feminino	Total		
Holdings	Conselho de Administração	Masculino	72,7%	60,0%	60,0%		
		Feminino	27,3%	40,0%	40,0%		
	Dirigentes	Masculino	63,6%	53,8%	53,8%		
		Feminino	36,4%	46,2%	46,2%		
	Quadros Superiores	Masculino	27,3%	30,8%	30,8%		
		Feminino	72,7%	69,2%	69,2%		
	Quadros Médios	Masculino	50,0%	33,3%	33,3%		
		Feminino	50,0%	66,7%	66,7%		
	Administrativos	Masculino	---	---	---		
		Feminino	---	---	---		
	Executantes	Masculino	25,0%	25,0%	25,0%		
		Feminino	75,0%	75,0%	75,0%		
	Subtotal	Masculino	48,8%	44,2%	44,2%		
		Feminino	51,2%	55,8%	55,8%		
	Holdings	Idade	Conselho de Administração	<30	0,0%	0,0%	0,0%
			30 a 50	36,4%	40,0%	40,0%	
		>50	63,6%	60,0%	60,0%		
		Dirigentes	<30	0,0%	0,0%	0,0%	
			30 a 50	72,7%	69,2%	69,2%	
			>50	27,3%	30,8%	30,8%	
		Quadros Superiores	<30	9,1%	15,4%	15,4%	
			30 a 50	72,7%	76,9%	76,9%	
			>50	18,2%	7,7%	7,7%	
		Quadros Médios	<30	0,0%	0,0%	0,0%	
30 a 50			0,0%	33,3%	33,3%		
>50			100,0%	66,7%	66,7%		
Administrativos		<30	---	---	---		
		30 a 50	---	---	---		
		>50	---	---	---		
Executantes		<30	12,5%	0,0%	0,0%		
		30 a 50	50,0%	62,5%	62,5%		
		>50	37,5%	37,5%	37,5%		
Subtotal		<30	4,7%	3,8%	3,8%		
		30 a 50	55,8%	59,6%	59,6%		
		>50	39,5%	36,5%	36,5%		

Grupo Semapa	Género	Conselho de Administração	Masculino	68,4%	68,4%	
			Feminino	15,8%	31,6%	31,6%
	Dirigentes	Masculino	80,4%	56,3%	56,3%	
		Feminino	19,6%	43,8%	43,8%	
	Quadros Superiores	Masculino	66,2%	44,4%	44,4%	
		Feminino	33,8%	55,6%	55,6%	
	Quadros Médios	Masculino	73,6%	84,6%	84,6%	
		Feminino	26,4%	15,4%	15,4%	
	Administrativos	Masculino	60,7%	37,3%	37,3%	
		Feminino	39,3%	62,7%	62,7%	
	Executantes	Masculino	93,0%	82,0%	82,0%	
		Feminino	7,0%	18,0%	18,0%	
	Total	Masculino	84,5%	72,7%	72,7%	
		Feminino	15,5%	27,3%	27,3%	
	Idade	Conselho de Administração	<30	0,0%	0,0%	0,0%
			30 a 50	27,8%	42,1%	42,1%
>50	72,2%		57,9%	57,9%		
	Dirigentes	<30	0,0%	0,0%	0,0%	
		30 a 50	40,2%	62,5%	62,5%	
		>50	59,8%	37,5%	37,5%	
	Quadros Superiores	<30	7,3%	11,1%	11,1%	
		30 a 50	63,5%	77,8%	77,8%	
		>50	29,2%	11,1%	11,1%	
	Quadros Médios	<30	8,4%	0,0%	0,0%	
		30 a 50	59,9%	69,2%	69,2%	
		>50	31,7%	30,8%	30,8%	
	Administrativos	<30	14,7%	0,0%	0,0%	
		30 a 50	50,7%	60,8%	60,8%	
		>50	34,6%	39,2%	39,2%	
	Executantes	<30	9,7%	9,4%	9,4%	
		30 a 50	59,6%	51,3%	51,3%	
		>50	30,7%	39,3%	39,3%	
	Total	<30	9,4%	7,0%	7,0%	
		30 a 50	58,9%	54,4%	54,4%	
		>50	31,7%	38,5%	38,5%	

Nota 1: Remete-se para o indicador 2-7 para informações detalhadas sobre o número de Colaboradores e as alterações ocorridas no relato de 2021 e 2022 (excluindo o Conselho de Administração).

Nota 2: Os dados da Navigator referentes aos anos de 2021 e 2022 foram corrigidos devido à inclusão dos dados referentes aos Colaboradores de Moçambique. Os dados de 2023 englobam todas as atividades do Grupo Navigator com exceção dos Colaboradores da nova unidade de Tissue em Espanha (Ejea).

Nota 3: Em 2023, foram retificados os valores de 2022 da Secil, que tinham um lapso referentes às percentagens totais das faixas etárias.

GRI 405-2: Rácio do salário e remuneração entre mulheres e homens

Empresa/ Participada	Categoria Profissional		2021	2022	2023
Navigator	Conselho de Administração	Rácio	0,28	0,31	0,25
	Dirigentes	Rácio	0,68	0,74	0,72
	Quadros Superiores	Rácio	0,75	0,68	0,75
	Quadros Médios	Rácio	0,66	0,66	0,67
	Administrativos	Rácio	---	---	---
	Executantes	Rácio	0,88	0,89	0,84
Secil	Conselho de Administração	Rácio	---	0,09	---
	Dirigentes	Rácio	---	1,13	1,05
	Quadros Superiores	Rácio	---	0,92	0,84
	Quadros Médios	Rácio	---	0,84	1,00
	Administrativos	Rácio	---	0,93	0,98
	Executantes	Rácio	---	0,95	1,01
ETSA	Conselho de Administração	Rácio	---	---	---
	Dirigentes	Rácio	---	0,84	0,84
	Quadros Superiores	Rácio	---	1,32	0,96
	Quadros Médios	Rácio	---	---	---
	Administrativos	Rácio	---	0,78	0,79
	Executantes	Rácio	---	0,74	0,77
Holdings	Conselho de Administração	Rácio	0,43	0,26	0,23
	Dirigentes	Rácio	1,18	1,19	0,79
	Quadros Superiores	Rácio	0,95	0,68	0,76
	Quadros Médios	Rácio	0,83	0,84	0,93
	Administrativos	Rácio	---	---	---
	Executantes	Rácio	1,76	1,30	1,23

Nota 1: Refere-se que para o cálculo deste indicador se registam apenas os salários praticados em Portugal, considerando que é o país com maior número de trabalhadores (representando 75% do total do Grupo) – informações detalhadas para as restantes geografias onde a Navigator e Secil operam encontram-se disponíveis nos respetivos relatórios.

Nota 2: Os valores em falta na tabela devem-se à inexistência de dados de homens ou mulheres, pelo que o cálculo do rácio não é aplicável.

Nota 3: No caso da Navigator, os dados presentes neste indicador não consideram os Colaboradores dos escritórios internacionais nem as operações da nova unidade de *tissue* (Ejea) em Espanha.

No Grupo Semapa não é prática qualquer diferenciação salarial entre Homens e Mulheres, sendo o salário de entrada igual para ambos os géneros, masculino e feminino. O rácio do salário apresentado considera o agregador de enquadramento a nível macro, pelo que, naturalmente e para cada um destes níveis, existem diferentes subgrupos de enquadramento bem como percursos profissionais distintos, o que impacta nos valores médios obtidos para o rácio de salário e como tal os valores reportados.

GRI 406: DISCRIMINAÇÃO**GRI 406-1: Incidentes discriminatórios e medidas corretivas tomadas**

Não foram registados quaisquer incidentes de discriminação.

GRI 407: LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA**GRI 407-1: Operações e fornecedores em que a liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco**

Com base nos canais de irregularidades existentes não foram recebidas denúncias sobre impactos a este nível.

No caso da Navigator, no final de 2022 foi aprovada a Política de Direitos Humanos, que prevê a implementação de procedimentos de *due diligence*, tendo sido implementada em 2023 um novo Sistema de Verificação da Integridade de Terceiros, que contempla a identificação de riscos ESG junto dos parceiros de negócio com os quais se relaciona.

GRI 408: TRABALHO INFANTIL**GRI 408-1: Operações e fornecedores em que se verifique risco significativo de incidentes com trabalho infantil**

Com base nos canais de irregularidades existentes não foram recebidas denúncias sobre impactos a este nível.

No caso da Navigator, no final de 2022 foi aprovada a Política de Direitos Humanos, que prevê a implementação de procedimentos de *due diligence*, tendo sido implementada em 2023 um novo Sistema de Verificação da Integridade de Terceiros, que contempla a identificação de riscos ESG junto dos parceiros de negócio com os quais se relaciona.

GRI 409: TRABALHO FORÇADO OU ESCRAVO**GRI 409-1: Operações e fornecedores em se verifique risco significativo de incidentes com trabalho escravo ou forçado**

Com base nos canais de irregularidades existentes não foram recebidas denúncias sobre impactos a este nível.

No caso da Navigator, no final de 2022 foi aprovada a Política de Direitos Humanos, que prevê a implementação de procedimentos de *due diligence*, tendo sido implementada em 2023 um novo Sistema de Verificação da Integridade de Terceiros, que contempla a identificação de riscos ESG junto dos parceiros de negócio com os quais se relaciona.

GRI 410: PRÁTICAS DE SEGURANÇA**GRI 410-1: Pessoal de segurança com formação nas políticas ou procedimentos de direitos humanos**

O respeito pelos direitos humanos está intrínseco às atividades de todas as empresas do Grupo, sendo extensível às empresas prestadoras de serviços e fornecedores, espelhados em documentos orientadores como os códigos de conduta. As empresas do Grupo contratam esta tipologia de serviços. No caso da Semapa, os seguranças recebem formação abrangente em ciclos de cinco anos. Em 2023 não foi ministrada formação específica neste âmbito.

GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES

GRI 414-1: Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais

Entre as práticas das empresas participadas refira-se a existência de códigos de conduta para fornecedores e a definição de critérios de qualificação, entre outros. Em conformidade com as certificações de que dispõem as Participadas, estas estão empenhadas em exercer a sua capacidade de influência, envolvendo e sensibilizando cada vez mais os diversos fornecedores (incluindo prestadores de serviços e subcontratados) para aspetos críticos ligados à segurança, assim como ambiente, integridade do negócio, qualidade, entre outros. De referir também a aprovação da Política de Direitos Humanos.

No caso da ETSA, em 2023, foi alterado o critério de avaliação de novos fornecedores sujeitos a processos de *due diligence* para impactes sociais. Com base nesta alteração de critério, considera que não está atualmente a desenvolver *due diligence* de impactes sociais, mas encontra-se a analisar formas de poder vir a desenvolver este critério. No caso da Secil, em 2023, foi feita a segmentação de toda a base de fornecedores em Portugal de acordo com as diretrizes GCCA, incluindo cálculos específicos aos temas ambiente e social.

GRI 415: POLÍTICAS PÚBLICAS

GRI 415-1: Contribuições políticas

O Grupo Semapa não efetua contribuições para partidos políticos.

GRI 417: MARKETING E ROTULAGEM

GRI 417-1: Requisitos sobre a informação e rotulagem dos produtos e serviços

No Grupo Semapa as exigências de rotulagem e informação sobre os produtos é um fator importante devido à natureza dos mesmos. Ao passo que na Secil e ETSA todos os produtos embalados têm como exigência a rotulagem dos mesmos, na Navigator dá resposta ao Regulamento (UE) n.º 453/2010, de 20 de maio, editando, para todos os produtos, uma ficha técnica de segurança que contém uma descrição das principais características, aplicações e conselhos de utilização e de reciclagem. Assim, aplica a todos os seus produtos os logótipos das certificações como Ecolabel, FSC, PEFC, entre outros.

GRI 417-2: Incidentes de não conformidade relativos à rotulagem dos produtos e serviços

O Grupo Semapa não identificou casos de não conformidade relativos à rotulagem de produtos e serviços.

GRI 417-3: Incidentes de não-conformidade relacionados com comunicações de marketing

O Grupo Semapa não identificou casos de não conformidade relacionados com comunicações de marketing.



KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício FPM41 – Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º
 1069-006 Lisboa – Portugal
 +351 210 110 000 – www.kpmg.pt

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

Introdução

Fomos contratados pelo Conselho de Administração da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** (“Entidade”) para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade, incluída no capítulo 9 do Relatório Anual relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, preparada em conformidade com os requisitos das Normas “*Global Reporting Initiative*” (“Normas GRI”).

Responsabilidade do Órgão de Gestão

O Órgão de Gestão é responsável:

- Pela preparação da informação de sustentabilidade, incluída no capítulo 9 do Relatório Anual 2023, de acordo com as Normas “*Global Reporting Initiative*” (“informação de sustentabilidade”);
- Pelo desenho, implementação e manutenção de um sistema de informação e de controlo interno apropriado que permita uma preparação da informação de sustentabilidade que esteja isenta de distorções materialmente relevantes, nomeadamente resultantes de fraude ou erro;
- Pela prevenção e deteção de situações de fraude, erros e pela identificação e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis à atividade da Semapa;
- Por assegurar que o Órgão de Gestão e o pessoal envolvido na preparação da Informação possuem as competências adequadas.

A Nossa Responsabilidade

A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efetuado.



O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica – ISAE 3000 (Revista) emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)* da *International Federation of Accountants (IFAC)* e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade, incluída no capítulo 9 do Relatório Anual relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, não esteja preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com os requisitos das Normas GRI. Para tanto o referido trabalho incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível corporativo e operacional, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas para aspetos materialmente relevantes, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;
- Realização de entrevistas com os colaboradores relevantes e responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade incluída no capítulo 9 do Relatório Anual relativa ao ano findo em 31 de dezembro de 2023;
- Comparação da informação apresentada no capítulo 9 do Relatório Anual da Semapa para o ano findo em 31 de dezembro de 2023, com as respetivas fontes de informação para determinar se todas as informações relevantes incluídas nessas fontes de informação foram incluídas no Relatório; e
- Leitura da informação apresentada no capítulo 9 do Relatório Anual 2023 da Semapa, de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da Semapa.

Os procedimentos selecionados dependem do nosso conhecimento sobre o cumprimento com os requisitos das Normas GRI e de outras circunstâncias relacionadas com o trabalho, e da consideração de áreas onde é provável que possam surgir distorções materialmente relevantes.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados que um trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

Consideramos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a expressão da nossa conclusão.



Qualidade e Independência

Aplicámos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo normas internacionais de independência), (Código IESBA), que se baseiam em princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e dever de cuidado, confidencialidade e comportamento profissional.

Conclusão

A nossa conclusão foi formada na base das matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório.

Com base nos procedimentos efetuados e prova obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade, incluída no capítulo 9 do Relatório Anual relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com os requisitos das Normas GRI.

Restrição no Uso

Este relatório independente de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da **Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.** no âmbito da divulgação do Relatório de Anual 2023, pelo que não deverá ser utilizado para nenhuma outra finalidade ou qualquer outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante terceiras entidades para além da Entidade, pelo nosso trabalho, por este Relatório de garantia de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Lisboa, 22 de abril de 2024

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)

representada por

Paulo Alexandre Martins Quintas Paixão

(ROC n.º 1427 e registado na CMVM com o n.º 20161037)



ANEXOS

10

ÍNDICE

10.1	TABELA DE CORRESPONDÊNCIAS COM A GRI	564
10.2	ÍNDICE GRI	566
10.3	TABELA DE CORRESPONDÊNCIA DINF (DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA)	572
10.4	TABELA DE CORRESPONDÊNCIA WEF	577

10.1

TABELA DE CORRESPONDÊNCIAS COM A GRI

Tópico Material	Normas GRI	Indicadores GRI	Localização
Alterações Climáticas e energia	GRI 302: Energia 2016	302-1/3/4	Cap. 4.2.2
	GRI 305: Emissões 2016	305-1/2/4/5/7	
Capital humano e talento	GRI 401: Emprego 2016	401-1/2/3	Cap. 4.3.1
	GRI 404: Formação e Educação 2016	404-1/2/3	
Conservação da biodiversidade e serviços dos ecossistemas	GRI 304: Biodiversidade 2016	304-1/2/3/4	Cap. 4.2.5
Criação de valor sustentável	GRI 201: Desempenho Económico 2016	201-1/2/3/4	Cap. 4.4.2
	GRI 202: Presença no Mercado 2016	202-1	
	GRI 203: Impactos Económicos Indiretos 2016	203-1/2	
	GRI 207: Tributação 2019	207-1/2/3/4	
	GRI 417: Rotulagem de Produtos e Serviços 2016	417-1/2/3	
	GRI 204: Práticas de Compras/Abastecimento 2016	204-1	
	GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016	308-1	
	GRI 407: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva 2016	407-1	
	GRI 408: Trabalho infantil 2016	408-1	
	GRI 409: Trabalho forçado ou escravo 2016	409-1	
	GRI 410: Práticas de segurança 2016	410-1	
	GRI 414: Avaliação social de fornecedores 2016	414-1/2	
Cultura e motivação no Grupo	-	-	Cap. 4.3.1
Economia circular	GRI 301: Materiais 2016	301-1/2	Cap. 4.2.4
	GRI 306: Resíduos 2020	306-1/2/3/4/5	
Envolvimento com a comunidade local	GRI 413: Comunidades Locais 2016	413-1	Cap. 4.3.3

Tópico Material	Normas GRI	Indicadores GRI	Localização
Ética no negócio	GRI 205: Anticorrupção 2016	205-1/2/3	Cap. 4.4.1
	GRI 206: Concorrência desleal 2016	206-1	
	GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	405-1/2	
	GRI 406: Não Discriminação 2016	406-1	
	GRI 415: Políticas públicas 2016	415-1	
Gestão da água	GRI 303: Água e Efluentes 2018	303-1/2/3/4/5	Cap. 4.2.3
Gestão de risco	-	-	Cap. 2.4
Inovação, investigação e desenvolvimento	-	-	Cap. 4.4.3
Saúde, segurança e bem-estar no trabalho	GRI 403: Segurança e Saúde no Trabalho 2018	403-1/2/3/4/5/6/7/8/9/10	Cap. 4.3.2

Nota: Às normas e indicadores indicados, acrescem a Norma GRI 3: Tópicos materiais e os indicadores da Norma GRI 2: Conteúdos gerais de relato obrigatório.

10.2 ÍNDICE GRI

Declaração de utilização	O Grupo Semapa reportou de acordo com as Normas GRI para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023.
Reporte de acordo com:	GRI 1: Fundamentos 2021
Norma(s) Setorial(ais) GRI aplicável(eis):	Não Aplicável

Norma GRI	Conteúdo	Localização e comentários
Conteúdos gerais		
GRI 2: Conteúdos gerais 2021		
2-1	Detalhes da organização	Cap. 2.1. Identidade Semapa Onde estamos (Pág. 22 e 23) Ficha técnica (Pág. 579)
2-2	Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	Cap. 9.1.1. Divulgações gerais (Pág. 498)
2-3	Período de relato, frequência e ponto de contacto	Ficha técnica (Pág. 579)
2-4	Reformulações de informações	Cap. 9.1.1. Divulgações gerais (Pág. 498)
2-5	Verificação externa	Cap. 9.2. Relatório independente de garantia limitada de fiabilidade (Pág. 557-559)
2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócio	Cap. 2.1. Identidade Semapa O que fazemos (Pág. 21-23) Cap. 4.4.2. Criação valor sustentável (Pág. 189-202)
2-7	Colaboradores	Cap. 4.3.1. Gestão do talento e desenvolvimento do capital humano (Pág. 157-158) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 517-526)
2-8	Trabalhadores que não são Colaboradores	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 526)
2-9	Estrutura de governança e sua composição	Cap. 2.3. Modelo de governo (Pág. 28-29) Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição
2-10	Nomeação e seleção do mais alto órgão de governança	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição
2-11	Presidente do mais alto órgão de governança	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição
2-12	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição
2-13	Atribuição de responsabilidades da gestão de impactos	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição
2-14	Papel do mais alto órgão de governança em relatórios de sustentabilidade	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição Cap. 9.1.2. Divulgações de <i>governance</i> (Pág. 499)

Norma GRI	Conteúdo	Localização e comentários
2-15	Conflitos de interesse	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário E. Transações com Partes Relacionadas. Conflitos de Interesses
2-16	Comunicação de preocupações críticas	Cap. 4.1.1. Abordagem à sustentabilidade e estrutura de <i>governance</i> (Pág. 90) Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário C. Organização Interna II. Comunicação de Irregularidades
2-17	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição
2-18	Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governança	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão B) Funcionamento
2-19	Políticas de remuneração	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário D. Remunerações e Relatório sobre Remunerações
2-20	Processo para determinar a remuneração	Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário D. Remunerações e Relatório sobre Remunerações
2-21	Rácio de compensação anual	Cap. 9.1.2. Divulgações de <i>governance</i> (Pág. 499)
2-22	Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável	Cap. 1 Visão Geral 2023 Mensagem conjunta (Pág. 8-9) Cap. 4.1.1. Abordagem à sustentabilidade e estrutura de <i>governance</i> (Pág. 89-90)
2-23	Compromissos de política	2.1 Identidade Semapa Propósito, Missão e Valores (Pág. 18-19) Cap. 4.1.1. Abordagem à sustentabilidade e estrutura de <i>governance</i> (Pág. 89-90) Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição
2-24	Incorporação de compromissos de política	Cap. 4.1.1. Abordagem à sustentabilidade e estrutura de <i>governance</i> (Pág. 89-90) Cap. 4.4.1. Ética no negócio (Pág. 181-189) Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário B. Órgãos sociais e comissões II. Administração e supervisão A) Composição
2-25	Processos para remediar impactos negativos	Cap. 4.4.1. Ética no negócio (Pág. 181-189) Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário C. Organização Interna III. Controlo Interno e Gestão de Riscos
2-26	Mecanismos para procurar aconselhamento e levantar questões	Cap. 4.4.1. Ética no negócio (Pág. 183) Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário C. Organização Interna II. Comunicação de Irregularidades Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário C. Organização Interna III. Controlo Interno e Gestão de Riscos
2-27	Conformidade com leis e regulamentos	Cap. 9.1.2. Divulgações de <i>governance</i> (Pág. 499)
2-28	Participação em associações	Cap. 9.1.2. Divulgações de <i>governance</i> (Pág. 499)
2-29	Abordagem ao envolvimento de <i>stakeholders</i>	Cap. 4.1.5. O nosso relacionamento com os <i>stakeholders</i> (Pág. 102-103)
2-30	Acordos de negociação coletiva	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 526)

Norma GRI	Conteúdo	Localização e comentários
Tópicos materiais		
GRI 3: Tópicos materiais 2021		
3-1	Processo de definição da materialidade	Cap. 4.1.4. Os nossos tópicos materiais (Pág. 98-99;102)
3-2	Lista de tópicos materiais	Cap. 4.1.4. Os nossos tópicos materiais (Pág. 100-101)
3-3	Gestão dos tópicos materiais	Cap. 4.2. Informações ambientais (Pág. 130-156) Cap. 4.3. Informações sociais (Pág. 157-180) Cap. 4.4. Informações sobre a governação (Pág. 181-209)
Desempenho económico		
GRI 201: Desempenho económico 2016		
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	Cap. 4.3.3. Envolvimento com a comunidade local (Pág. 173) Cap. 4.4.2. Criação de valor sustentável (Pág. 189-190) Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 499)
201-2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas	Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 500)
201-3	Obrigações com planos de benefícios definidos e outros planos de reforma	Cap. 9.1.2. Divulgações de <i>governance</i> (Pág. 500)
201-4	Apoios financeiros recebidos do governo	Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 500)
GRI 202: Presença no Mercado 2016		
202-1	Rácio entre o salário mais baixo por género, comparado com o salário mínimo local	Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 500)
GRI 203: Impactos Económicos Indiretos 2016		
203-1	Investimentos em infraestruturas e serviços assegurados	Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 501)
203-2	Impactos económicos indiretos significativos	Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 501)
GRI 204: Práticas de Compras/Abastecimento 2016		
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais	Cap. 4.4.2. Criação de valor sustentável (Pág. 184-195) Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 501-502)
GRI 205: Anticorrupção 2016		
205-1	Operações submetidas a avaliação de riscos de corrupção	Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 502)
205-2	Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Cap. 4.4.1. Ética no negócio (Pág. 185) Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 502)
205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Cap. 4.4.1. Ética no negócio (Pág. 183) Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 503)
GRI 206: Concorrência Desleal 2016		
206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de <i>antitrust</i> e monopólio	Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 503)
GRI 207: Tributação 2019		
207-1	Abordagem fiscal	Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 503)
207-2	Governança fiscal, controlo e gestão de risco	Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 504)
207-3	Envolvimento dos <i>stakeholders</i> e gestão das questões relacionadas com a tributação	Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 504)
207-4	Relato por país	Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (Pág. 504-505)

Norma GRI	Conteúdo	Localização e comentários
Desempenho ambiental		
GRI 301: Materiais 2016		
301-1	Consumo total de materiais usados por peso ou volume	Cap. 4.2.4. Economia circular (Pág. 143-145) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 506)
301-2	Utilização de materiais reciclados	Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 506)
GRI 302: Energia 2016		
302-1	Consumo de energia dentro da organização	Cap. 4.2.2. Alterações climáticas e energia (Pág. 130-132) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 507)
302-3	Intensidade energética	Cap. 4.2.2. Alterações climáticas e energia (Pág. 130) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 507)
302-4	Redução do consumo de energia	Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 508)
GRI 303: Água e Efluentes 2018		
303-1	Interações com a água como um recurso partilhado	Cap. 4.2.3. Gestão da água (Pág. 138-142)
303-2	Gestão dos impactos relacionados com a descarga de água	Cap. 4.2.3. Gestão da água (Pág. 138-142)
303-3	Captação de água	Cap. 4.2.3. Gestão da água (Pág. 138-139) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 509)
303-4	Descarga de água	Cap. 4.2.3. Gestão da água (Pág. 138) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 510)
303-5	Consumo de água	Cap. 4.2.3. Gestão da água (Pág. 138-139) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 510-511)
GRI 304: Biodiversidade 2016		
304-1	Instalações operacionais pertencentes, arrendadas, administradas, ou próximas de áreas protegidas, ou em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Cap. 4.2.5. Biodiversidade e ecossistemas (Pág. 151) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 511)
304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade	Cap. 4.2.5. Biodiversidade e ecossistemas (Pág. 151)
304-3	<i>Habitats</i> protegidos ou recuperados	Cap. 4.2.5. Biodiversidade e ecossistemas (Pág. 151) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 511)
304-4	Espécies na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com <i>habitats</i> em áreas afetadas por operações	Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 511)
GRI 305: Emissões 2016		
305-1	Emissões diretas de GEE (Scope 1)	Cap. 4.2.2. Alterações climáticas e energia (Pág. 130-132) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 512)
305-2	Emissões indiretas (Scope 2) de GEE resultantes da energia adquirida	Cap. 4.2.2. Alterações climáticas e energia (Pág. 130;132) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 512-513)
305-4	Intensidade de emissões de GEE	Cap. 4.2.2. Alterações climáticas e energia (Pág. 130) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 513-514)
305-5	Redução de emissões de GEE	Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 514)
305-7	Emissões de óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões atmosféricas significativas	Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 514-515)

Norma GRI	Conteúdo	Localização e comentários
GRI 306: Resíduos 2020		
306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Cap. 4.2.4. Economia circular (Pág. 143-150)
306-2	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	Cap. 4.2.4. Economia circular (Pág. 143-150)
306-3	Resíduos gerados	Cap. 4.2.4. Economia circular (Pág. 143-145) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 515-516)
306-4	Resíduos destinados a operações de valorização	Cap. 4.2.4. Economia circular (Pág. 143-145) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 516)
306-5	Resíduos destinados a operações de eliminação	Cap. 4.2.4. Economia circular (Pág. 143-145) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 516)
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016		
308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (Pág. 517)
Desempenho social		
GRI 401: Emprego 2016		
401-1	Contratação de novos Colaboradores e rotatividade dos Colaboradores	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 527)
401-2	Benefícios para Colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos a Colaboradores temporários ou a tempo parcial	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 528)
401-3	Licença parental	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 528-529)
GRI 403: Segurança e Saúde no Trabalho 2018		
403-1	Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho	Cap. 4.3.2. Saúde, segurança e bem-estar no trabalho (Pág. 166) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 530)
403-2	Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 530-532)
403-3	Serviços de saúde no trabalho	Cap. 4.3.2. Saúde, segurança e bem-estar no trabalho (Pág. 169-172) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 532-533)
403-4	Envolvimento do Colaborador na participação, consulta e comunicação sobre saúde e segurança no trabalho	Cap. 4.3.2. Saúde, segurança e bem-estar no trabalho (Pág. 169-172) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 533-534)
403-5	Formação dos Colaboradores em saúde e segurança no trabalho	Cap. 4.3.2. Saúde, segurança e bem-estar no trabalho (Pág. 169-172) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 534-535)
403-6	Promoção da saúde do Colaborador	Cap. 4.3.2. Saúde, segurança e bem-estar no trabalho (Pág. 169-171) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 536)
403-7	Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança no trabalho atribuíveis a relações comerciais	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 536-537)
403-8	Trabalhadores abrangidos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho	Cap. 4.3.2. Saúde, segurança e bem-estar no trabalho (Pág. 166) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 537-539)
403-9	Acidentes de trabalho	Cap. 4.3.2. Saúde, segurança e bem-estar no trabalho (Pág. 166-167) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 539-543)
403-10	Doenças ocupacionais	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 544)

Norma GRI	Conteúdo	Localização e comentários
GRI 404: Formação e Educação 2016		
404-1	Média anual de horas de formação anual por Colaborador	Cap. 4.3.1. Gestão do talento e desenvolvimento do capital humano (Pág. 157;159) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 544-547)
404-2	Programas para desenvolvimento de competências e gestão do fim da carreira	Cap. 4.3.1. Gestão do talento e desenvolvimento do capital humano (Pág. 159-165)
404-3	Porcentagem de Colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira	Cap. 4.3.1. Gestão do talento e desenvolvimento do capital humano (Pág. 157) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 547-548)
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016		
405-1	Diversidade nos órgãos de governação e Colaboradores	Cap. 4.4.1. Ética no negócio (Pág. 183-188) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 549-553)
405-2	Rácio do salário e remuneração entre mulheres e homens	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 554)
GRI 406: Não-Discriminação 2016		
406-1	Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas	Cap. 4.4.1. Ética no negócio (Pág. 181) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 555)
GRI 407: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva 2016		
407-1	Operações e fornecedores em que a liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 555)
GRI 408: Trabalho Infantil 2016		
408-1	Operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho infantil	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 555)
GRI 409: Trabalho Forçado ou Escravo 2016		
409-1	Operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho escravo ou forçado	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 555)
GRI 410: Práticas de Segurança 2016		
410-1	Pessoal de segurança com formação nas políticas ou procedimentos de direitos humanos	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 555)
GRI 413: Comunidades Locais 2016		
413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	Cap. 4.3.3. Envolvimento com a comunidade local (Pág. 173-180)
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016		
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 556)
GRI 415: Políticas Públicas 2016		
415-1	Contribuições políticas	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 556)
GRI 417: Rotulagem de Produtos e Serviços 2016		
417-1	Requisitos sobre a informação e rotulagem dos produtos e serviços	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 556)
417-2	Incidentes de não-conformidade relativos à rotulagem dos produtos e serviços	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 556)
417-3	Incidentes de não-conformidade relacionados com comunicações de marketing	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (Pág. 556)

10.3

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA DINF (DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA)

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
A. Introdução	1. Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada.	<p>Cap. 2.1. Identidade Semapa Propósito, Missão e Valores</p> <p>Cap. 4.1.1. Abordagem à sustentabilidade e estrutura de <i>governance</i></p> <p>Cap. 4.1.2. Contexto global</p> <p>Cap. 4.1.3. O nosso contributo para os ODS</p>
	2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram.	<p>Cap. 4 Declaração de sustentabilidade</p> <p>Cap. 9.1. Informação de suporte de sustentabilidade</p> <p>Cap. 9.1.1. Divulgações gerais (GRI 2-4)</p>
B. Modelo Empresarial	1. Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais).	<p>Cap. 2.1. Identidade Semapa Quem somos</p> <p>Cap. 2.1. Identidade Semapa O que fazemos</p> <p>Cap. 2.2. Linhas Estratégicas</p>
C. Principais Fatores de Risco	1. Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação.	<p>Cap. 2.4. Gestão de riscos estratégicos</p> <p>Cap. 9.1.2. Divulgações de <i>governance</i> (GRI 2-12, 2-13)</p>
	2. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade.	
	3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/acompanhamento dos riscos.	
	4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser.	
	5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades que sejam identificadas pela Sociedade no contexto dos temas objeto de reporte.	

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos	
D. Políticas Implementadas			
i. Políticas Ambientais	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 4.2. Informações ambientais	
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Cap. 4.2. Informações ambientais Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (GRI 301-1 até GRI 306-5)	
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:		
	i. Utilização sustentável dos recursos	Cap. 4.2.2. Alterações climáticas e energia Cap. 4.2.3. Gestão da água Cap. 4.2.4. Economia circular Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (GRI 301-1/2, 302-1/3, 303-1/2/3/4/5/6)	
	ii. Poluição e alterações climáticas	Cap. 4.2.2. Alterações climáticas e energia Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (GRI 305-1/2/3/4/5/6/7)	
	iii. Economia circular e gestão de resíduos	Cap. 4.2.4. Economia circular Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (GRI 301-1/2, 306-3/4/5)	
	iv. Proteção da biodiversidade	Cap. 4.2.5. Biodiversidade e Ecossistemas Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (GRI 304-1/2/3/4)	
	ii. Políticas Sociais e Fiscais	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 4.4.2. Criação de valor sustentável
		2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Cap. 4.4.2. Criação de valor sustentável Cap. 9.1.2. Divulgações de <i>governance</i> (GRI 2-25) Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (GRI 201-1, 203-1, 204-1, 207-4) Cap. 9.1.4. Divulgações ambientais (GRI 308-1) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (GRI 413-1, 414-1)
		3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
		i. Compromisso da empresa com a comunidade	Cap. 4.3.3. Envolvimento com a comunidade local Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (GRI 413-1)
		ii. Subcontratação e fornecedores	Cap. 4.4.2. Criação de valor sustentável Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (GRI 204-1) Cap. 9.1.5. Divulgações ambientais (GRI 308-1/2) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (GRI 414-1/2)
		iii. Consumidores	Cap. 4.4.2. Criação de valor sustentável Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (GRI 417-1/2/3)
iv. Investimento responsável		Cap. 4.4.2. Criação de valor sustentável	
v. <i>Stakeholders</i>		Cap. 4.1.5. O nosso relacionamento com os <i>stakeholders</i>	
vi. Informação fiscal		Cap. 4.4.2. Criação de valor sustentável Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (GRI 201-1, 207-1/2/3/4)	

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
iii. Trabalhadores e Igualdade entre Géneros e não Discriminação	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 4.3. Informações sociais Cap. 4.4.1. Ética no negócio
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Cap. 4.3. Informações sociais Cap. 4.4.1. Ética no negócio Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (GRI 2-7, 2-30, 202-1, 401-1/3, 403-1/2/3/4/5/6/7/8/9/10, 404-1/3, 405-1/2, 406-1)
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
	i. Emprego	Cap. 4.3.1. Gestão do talento e desenvolvimento do capital humano Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (GRI 2-7, 401-1, 404-1, 405-1/2, 406-1)
	ii. Organização do trabalho	Cap. 4.3.1. Gestão do talento e desenvolvimento do capital humano Cap. 4.4.1. Ética no negócio Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (GRI 401-2/3)
	iii. Saúde e segurança	Cap. 4.3.2. Saúde, segurança e bem-estar no trabalho Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (GRI 403-1/2/3/4/5/6/7/8/9/10)
	iv. Relações sociais	Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (GRI 2-30)
IV. Direitos Humanos	v. Formação	Cap. 4.3.1. Gestão do talento e desenvolvimento do capital humano Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (GRI 404-1/2/3)
	vi. Igualdade	Cap. 4.4.1. Ética no negócio Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (GRI 401-3, 405-1/2)
	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 4.4.1. Ética no negócio Cap. 4.4.2. Criação de valor sustentável
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Cap. 9.1.2. Divulgações de <i>governance</i> (GRI 2-27) Cap. 9.1.5. Divulgações sociais (406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1)
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
	i. Procedimentos de diligência devida	
	ii. Medidas de prevenção dos riscos	
iii. Processos judiciais		

Capítulos	Subcapítulos	Correspondência de conteúdos
V. Combate à Corrupção e às Tentativas de Suborno	1. Prevenção da corrupção: medidas e instrumentos adotados para prevenção da corrupção e suborno; políticas implementadas para a dissuasão destas práticas junto de trabalhadores e fornecedores; informação sobre o sistema de <i>compliance</i> indicando os respetivos responsáveis funcionais, caso existente; indicação de processos judiciais que envolvam a Sociedade, os seus administradores ou trabalhadores relacionados com a corrupção ou subornos; medidas adotadas em sede de contratação pública, caso relevante.	Cap. 4.4.1. Ética no negócio Cap. 9.1.3. Divulgações económicas (GRI 205-1/2/3)
	2. Prevenção do branqueamento de capitais (para emitentes sujeitos a este regime): medidas de combate ao branqueamento de capitais; indicação do número de casos denunciados anualmente.	
	3. Códigos de ética: indicação de eventual código de ética a que a Sociedade tenha aderido ou implementado; indicação dos respetivos mecanismos de implementação e monitorização do cumprimento do mesmo, se aplicável.	
	4. Gestão de conflitos de interesses: medidas de gestão e acompanhamento de conflitos de interesses, nomeadamente exigência de subscrição de declarações de interesses, incompatibilidades e impedimentos pelos dirigentes e trabalhadores.	GRI 2-15 Cap. 5 Relatório de Governo Societário PARTE I – Informação sobre estrutura acionista, organização e governo societário E. Transações com Partes Relacionadas. Conflitos de Interesses

PARTE II – INFORMAÇÃO SOBRE OS STANDARDS/ DIRETRIZES SEGUIDOS

1. Identificação de Standards/ Diretrizes Seguidas no Reporte de Informação não Financeira	<p>Identificação dos <i>standards</i>/diretrizes seguidas na preparação da informação não financeira, incluindo as respetivas opções, bem como outros princípios considerados na atuação da Sociedade, caso aplicável.</p> <p>No caso de a Sociedade referir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, incluir identificação daqueles para cujo cumprimento a Sociedade se compromete a contribuir, com indicação das medidas tomadas, em cada ano, no sentido da prossecução dos propósitos traçados relativamente a cada um desses ODS. Ou seja, identificar ações, projetos ou investimentos concretos direcionados ao cumprimento desse ODS.</p>	<p>Cap. 4.1.3. O nosso contributo para os ODS</p> <p>Cap. 4 Declaração de sustentabilidade</p>
2. Identificação do Âmbito e Metodologia de Cálculo dos Indicadores	<p>Descrição do âmbito e metodologia de cálculo (incluindo a fórmula de cálculo) dos indicadores apresentados, bem como das limitações desse reporte.</p> <p>Sempre que possível, apresentação de uma tabela de correspondência entre os indicadores apresentados e os princípios ou objetivos considerados, indicando o sítio onde a informação se encontra detalhada (ex., a página do relatório autónomo de reporte de informação não financeira, do relatório e contas, de outro documento ou do sítio de internet da Sociedade).</p>	<p>Cap. 9.1. Informação de suporte de sustentabilidade</p> <p>Cap. 10.2. Índice GRI</p>
3. Explicação em Caso de não Aplicação de Políticas	<p>Caso a Sociedade não aplique políticas em relação a uma ou mais questões, o reporte de informação não financeira apresenta uma explicação para esse facto.</p>	<p>Não Aplicável</p>
4. Outras Informações	<p>Elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidos nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão, enquadramento e justificação da relevância da informação não financeira divulgada, designadamente quanto a redes/consórcios de entidades ligadas a temas de sustentabilidade e responsabilidade das organizações que integra/a que pertence, seja a nível nacional ou internacional, e compromissos de sustentabilidade que a Sociedade voluntariamente assumiu, de âmbito local ou global.</p>	<p>Cap. 9.1.2. Divulgações de <i>governance</i> (GRI 2-28)</p>

10.4

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA WEF

Pilar	Tema	Métricas	Alinhamento à GRI
Governance	Propósito de <i>Governance</i>	Propósito estabelecido	GRI 2-12
	Qualidade do Órgão de <i>Governance</i>	Composição do Órgão de <i>Governance</i>	GRI 2-9, 405-1
	Envolvimento dos <i>Stakeholders</i>	Tópicos materiais com impacto nos <i>Stakeholders</i>	GRI 2-12, 2-29, 3-2
	Comportamento ético	Anticorrupção	GRI 205-2/3
		Mecanismos de aconselhamento	GRI 2-26
Riscos e Oportunidades	Integração dos riscos e oportunidades	Sem GRI associada	
Planeta	Alterações Climáticas	Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE)	GRI 305-1/2/3
		Implementação das recomendações da TCFD	Sem GRI associada
	Perda de biodiversidade	Uso do solo e proteção ecológica focado em áreas protegidas ou de elevado valor de biodiversidade	GRI 304-1
	Disponibilidade de água potável	Captação e consumo de água em áreas de stress hídrico	GRI 303-3/5
Pessoas	Dignidade e equidade	Diversidade e inclusão: % de Colaboradores por categoria profissional, género, faixa etária e outros categorias de diversidade	GRI 405-1
		Rácio salarial entre homem e mulher, minorias e maiorias étnicas, entre outros	GRI 405-2
		Variação Salarial (%) entre salário de entrada e o salário mínimo nacional, por género	GRI 202-1
		Variação Salarial (%) entre a remuneração total anual do CEO e a mediana da remuneração total dos restantes Colaboradores, exceto CEO	GRI 2-21
		Risco de incidentes de trabalho infantil, forçado ou escravo	GRI 408-1, 409-1
	Saúde e bem-estar	Saúde e segurança: Número e rácio de acidentes de trabalho, acidentes graves e mortes	GRI 403-9
		Uma explicação de como a organização facilita o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, e o âmbito do acesso oferecido.	GRI 403-6
	Capacitação para o futuro	Formação (nº) horas de formação por Colaborador	GRI 404-1
		Formação (€) investimento em formação por Colaborador	Sem GRI associada

Pilar	Tema	Métricas	Alinhamento à GRI
Prosperidade	Emprego e geração de riqueza	Taxa de rotatividade (%) entre entradas e saídas de Colaboradores por idade e género ou outros indicadores de diversidade	GRI 401-1
		Contribuição económica: O valor económico direto gerado e distribuído (EVG&D) por receitas; custos operacionais, salários e benefícios de empregados, pagamentos a provedores de capital, pagamentos ao governo (por país) e investimentos na comunidade.	GRI 201-1
		Apoios financeiros recebidos do governo: Benefícios e créditos fiscais; subsídios; subvenções para investimento, pesquisa e desenvolvimento e outros tipos relevantes de concessões, entre outros.	GRI 201-4
		Contribuição financeira de investimento:	Sem GRI associada
		Despesas totais de capital ou investimento em bens de capital (CapEx) sem amortização, suportada pela narrativa descrita pela estratégia de investimento da organização	Sem GRI associada
	Inovação por produtos e serviços melhores	Recompra de ações e pagamentos de dividendos, apoiados pela narrativa para descrever a estratégia da empresa para o retorno de capital aos acionistas.	Sem GRI associada
		Despesas em (I&D)	Sem GRI associada
	Comunidade e vitalidade social	Custos totais associados ao desenvolvimento	Sem GRI associada
		Impostos: O imposto global total suportado pela empresa, incluindo impostos de renda corporativos, impostos sobre propriedade, IVA não creditável e outros impostos sobre vendas, impostos sobre a folha de pagamento pagos pelo empregador e outros impostos que constituem custos para a empresa, por categoria de impostos.	GRI 201-1, 207-4



CICLO DE PUBLICAÇÃO E PERÍODO COBERTO PELO RELATÓRIO

Este relatório refere-se às atividades realizadas durante o ano de 2023 (de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023) e tem uma periodicidade anual.

DATA DE PUBLICAÇÃO

Abril de 2024

APOIO TÉCNICO ESG

Stravillia Sustainability Hub

CONCEÇÃO E DESIGN

Get Brand

OPINIÃO E CONTACTOS

Valorizamos a sua opinião. Para qualquer esclarecimento, por favor contactar:

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 14-10º, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel. (+351) 213 184 700 | Fax (+351) 213 521 748

investors@semapa.pt

Número de Matricula e Pessoa Coletiva: 502 293 130 | Capital Social 81 270 000 euros
ISIN: PTSEM0AM0004 | LEI: 549300HNGOW85KIOH584 | Ticker: Bloomberg (SEM PL); Reuters (SEM.LS)



FORMATO ELETRÓNICO ÚNICO EUROPEU (ESEF)

O presente documento constitui uma versão não conforme com ESEF e não auditada do Relatório Anual, relativo ao exercício de 2023, da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A..

A versão final e auditada do referido Relatório Anual em formato ESEF poderá ser consultada em www.cmvm.pt e em www.semapa.pt. Caso existam diferenças entre a presente versão em formato PDF e a referida versão em formato ESEF, prevalecerá o conteúdo constante desta última.